



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1147

Sexta-feira - 28 de Dezembro de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos .....	3
Braço do Trombudo .....	5
Campo Alegre .....	8
Campos Novos .....	22
Canoinhas .....	25
Capinzal .....	51
Catanduvas .....	58
Chapadão do Lageado .....	59
Concórdia .....	63
Cordilheira Alta .....	129
Coronel Martins .....	167
Corupá .....	169
Curitibanos .....	175
Fraiburgo .....	175
Garopaba .....	201
Governador Celso Ramos .....	202
Herval d'Oeste .....	202
Ibiam .....	206
Imbituba .....	210
Iomerê .....	229
Ipumirim .....	230
Irineópolis .....	230
Itapoá .....	231
Joaçaba .....	233
Lages .....	248
Leoberto Leal .....	249
Lindóia do Sul .....	252
Luzerna .....	252
Macieira .....	252
Meleiro .....	256
Monte Carlo .....	261
Navegantes .....	272
Palhoça .....	278
Passo de Torres .....	305
Peritiba .....	310
Porto União .....	311
São Bento do Sul .....	313
São Lourenço do Oeste .....	323
São Pedro de Alcântara .....	328
Schroeder .....	335
Timbó .....	336
Turvo .....	337
Vargeão .....	338
Videira .....	339
Vitor Meireles .....	349

### Associações

AMAUC .....	355
-------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	356
CIS/AMAUC .....	358
CIS/AMREC .....	359
Consórcio Lambari .....	360

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Decreto N° 179/2012

DECRETO N° 179/2012 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

"ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS E O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DAS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000,

#### DECRETA:

Art. 1º. Para o cumprimento das disposições dos artigos 8 e 13 da Lei Complementar nº 101/2000, ficam estabelecidos conforme Demonstrativos, peças integrantes deste Decreto, o Desdobramento das Receitas em metas Bimestrais e o Cronograma de Desembolso Mensal das Despesas, da Prefeitura Municipal de Água Doce, dos Fundos Especiais: FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, FMS - Fundo Municipal de Saúde e SIMA - Fundo Municipal de Assistência e da Câmara Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de dezembro de 2012.  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDOS MUNICIPAIS E CÂMARA MUNICIPAL**  
**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DESEMBOLSO PARA EXERCÍCIO DE 2013( ART.8º DA LRF)**

FUNDOS	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	RESERVA	TOTAL
<b>F.M.A -SIMA</b>	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	125.120,00	18.721,50	15.721,50	3.000,00	<b>330.953,00</b>
<b>F.M.A.SOCIAL</b>	16.542,00	16.542,00	16.542,00	16.542,00	16.542,00	16.542,00	16.542,00	16.542,00	16.542,00	19.192,00	16.572,50	14.572,50	2.000,00	<b>201.215,00</b>
<b>F.M.S. -SAÚDE</b>	317.191,36	317.191,36	292.189,86	292.189,86	292.188,85	292.188,85	292.188,85	292.188,85	292.188,85	292.838,35	287.117,75	298.354,21	3.000,00	<b>3.561.017,00</b>
<b>Câmara Mun...</b>	44.867,00	44.867,00	44.867,00	44.867,00	44.867,00	44.867,00	44.867,00	44.867,00	44.867,00	44.867,00	44.867,00	44.863,00	0,00	<b>538.400,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>397.310,36</b>	<b>397.310,36</b>	<b>372.308,86</b>	<b>372.308,86</b>	<b>372.307,85</b>	<b>372.307,85</b>	<b>372.307,85</b>	<b>372.307,85</b>	<b>372.307,85</b>	<b>482.017,35</b>	<b>367.278,75</b>	<b>373.511,21</b>	<b>8.000,00</b>	<b>4.631.585,00</b>

**METAS DE ARRECAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2013 (LRF ART.13º)**

FUNDOS	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL
<b>F.M. A -SIMA</b>													
<b>REC.CORRENTES</b>	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	18.710,00	125.120,0	18.721,50	18.721,50	<b>330.953,00</b>
<b>F.M.A.SOCIAL</b>													
<b>REC.CORRENTES E DE CAPITAL</b>	7.212,00	7.212,00	7.212,00	7.212,00	7.212,00	7.212,00	7.212,00	7.212,00	7.212,00	9.862,00	7.222,50	7.222,50	<b>89.215,00</b>
<b>TRANSF.REC.PREF. MUN.</b>	9.330,00	9.330,00	9.330,00	9.330,00	9.330,00	9.330,00	9.330,00	9.330,00	9.330,00	9.330,00	9.350,00	9.350,00	<b>112.000,00</b>
<b>F.MUN.SAÚDE</b>													
<b>REC.CORRENTES E DE CAPITAL</b>	106.616,00	116.616,00	115.616,00	105.616,00	105.616,00	105.616,00	105.616,00	105.616,00	105.616,00	117.069,00	105.665,50	105.738,50	<b>1.301.017,00</b>
<b>TRANSF.REC.PREF. MUNICIPAL</b>	210.575,36	200.575,36	176.573,86	186.573,86	186.572,85	186.572,85	186.572,85	186.572,85	186.572,85	175.769,35	181.452,25	195.615,71	<b>2.260.000,00</b>
<b>Câmara Municipal</b>													
<b>TRANSF.FINAN. REC.</b>	44.867,00	44.867,00	43.000,00	43.500,00	44.867,00	41.000,00	43.000,00	42.500,00	44.000,00	43.700,00	44.000,00	59.099,00	<b>538.400,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>397.310,36</b>	<b>397.310,36</b>	<b>370.441,86</b>	<b>370.941,86</b>	<b>372.307,85</b>	<b>368.440,85</b>	<b>370.440,85</b>	<b>369.940,85</b>	<b>371.440,85</b>	<b>480.850,35</b>	<b>366.411,75</b>	<b>395.747,21</b>	<b>4.631.585,00</b>

O presente demonstrativo foi publicado no mural oficial da Prefeitura

NEUSA M. C. SILVA BISSANI  
 CONTADORA FUNDOS  
 CRC /SC 020388/O-0

ELIAS VIECELI  
 SEC.MUN.DESAÚDE PRESIDENTE F.M.A.S

NILZE M.B.SARI

MARIA T.MACCAGNAN  
 PRESIDENTE SIMA

NILZA A. MENDES  
 CONTADORA CÂMARA  
 CRC/SC 016635/O-7

RUDIMAR BERGOSSA  
 PRESIDENTE  
 CÂMARA

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.422/2012

LEI Nº 1.422/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos em exercício, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 381.686,20 (trezentos oitenta e um mil, seiscentos oitenta e seis reais e vinte centavos) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.002.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3 - Aplicações Diretas  
R\$ 70.000,00

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.008.3.19.90.00.00.0.1.001 - Manutenção do Ensino Fundamental  
18 - Aplicações Diretas  
R\$ 70.000,00

2.008.3.3.90.00.00.0.1.001 - Manutenção do Ensino Fundamental  
23 - Aplicações Diretas  
R\$ 8.500,00

1.006.4.4.90.00.00.0.1.001 - Reforma Ampliação Rede Física Ensino Infantil  
57 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.000,00

2.014.3.3.90.00.00.0.1.001 - Manutenção do Ensino Infantil  
36 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.000,00

2.014.4.4.90.00.00.0.1.058 - Manutenção do Ensino Infantil  
206 - Aplicações Diretas  
R\$ 16.000,00

2.016.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção da Biblioteca Pública  
64 - Aplicações Diretas  
R\$ 8.000,00

05.03 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.028.3.1.90.00.00.0.1.000 - Atenção à População da 3ª Idade  
89 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.000,00

2.030.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção do FMS  
95 - Aplicações Diretas  
R\$ 8.000,00

07.02 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.033.3.1.90.00.00.0.1.000 - Serviços de Coleta e Destinação Final do Lixo  
122 - Aplicações Diretas  
R\$ 4.000,00

2.033.3.1.91.00.00.0.1.000 - Serviços de Coleta e Destinação Final do Lixo  
125 - Aplicações Diretas

R\$ 800,00

2.035.3.1.90.00.00.0.1.000 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
129 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

2.035.3.1.91.00.00.0.1.000 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural  
132 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.500,00

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE  
2.037.3.1.90.00.00.0.1.000 - Apoio a Ações voltadas para o Turismo  
137 - Aplicações Diretas  
R\$ 4.100,00

09.01 - ENCARGOS GERAIS

0.004.3.3.20.00.00.0.1.000 - Contribuição ao PASEP  
152 - Transferências a União  
R\$ 3.000,00

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020.3.1.90.00.00.0.1.002 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
004 - Aplicações Diretas  
R\$ 140.000,00

2.020.3.3.90.00.00.0.1.002 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
002 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

2.025.3.1.90.00.00.0.1.002 - Saúde Bucal

22 - Aplicações Diretas  
R\$ 4.800,00

13.01 - INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERV. ANTONIO CARLOS

0.002.3.3.90.00.00.0.1.000 - Pagamento Inativos e Pensionistas Tesouro  
3 - Aplicações Diretas  
R\$ 986,20

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0.995.9.9.99.00.00.0.1.000 - Reserva de Contingência  
154 - Reserva de Contingência  
R\$ 214.464,00

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.002.4.4.90.00.00.0.1.001 - Ampliação Rede Física Ensino Fundamental  
16 - Aplicações Diretas  
R\$ 36.500,00

2.013.3.3.90.00.00.0.1.001 - Manutenção da Educação Jovens e Adultos

55 - Aplicações Diretas  
R\$ 45.000,00

2.008.4.4.90.00.00.0.1.058 - Manutenção do Ensino Fundamental  
27 - Aplicações Diretas  
R\$ 16.000,00

06.01 - SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS



**PÚBLICOS**

2.038.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção das Estradas Vicinais

141 - Aplicações Diretas

R\$ 69.722,20

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 18 de Dezembro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 144/2012**

DECRETO Nº 144/2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2012.

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 8.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de Dezembro de 2012

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 145/2012**

DECRETO Nº 145/2012

Outros no Orçamento programa de 2012.

GERALDO PAULI, PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001370/11 de 12 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 232,04 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 232,04

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 232,04

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de Dezembro de 2012

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 26 de Dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração

**Portaria Nº 583/2012.**

PORTARIA Nº 583/2012.

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidora ACT, RAQUEL MARIA ROSA ROTHSTEIN, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, relativo ao periodo aquisitivo de 08/03/2011 a 07/03/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 28 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 584/2012.**

PORTARIA Nº 584/2012.

Concede Adicional de Titulação.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1250/2009 de 22 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por "GRADUAÇÃO", a servidora efetiva, ARLETE BERNADETE JUNKES PAULI, ocupante do cargo de AUXILIAR CONTABIL-FINANCEIRO I, a partir de 02 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 28 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 585/2012.**  
PORTARIA Nº 585/2012.  
Concede Adicional de Titulação.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1250/2009 de 22 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por "GRADUAÇÃO", a servidora efetiva, EDILANE NEIS GELSLEICHTER, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 02 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 28 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 586/2012.**  
PORTARIA Nº 586/2012.  
Concede Adicional de Titulação.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1250/2009 de 22 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por "GRADUAÇÃO", a servidora efetiva, ROSANGELA LINO, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, a partir de 02 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 28 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 587/2012.**

PORTARIA Nº 587/2012.

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias, a servidora ROZIANE VANDA DA SILVEIRA COELHO, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 07 de janeiro de 2013, referente ao período aquisitivo de 10/05/2011 a 09/05/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 28 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

**Lei Complementar 112/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 112/2012

Altera Carga Horária do Cargo efetivo de Contador do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Braço do Trombudo.

Cleber Schvinden, Presidente da Câmara de Vereadores de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º A carga horária do Cargo efetivo de Contador, passa a ser de 30 (trinta) horas semanais, com vencimento de R\$ 2.374,26 (dois mil trezentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 27 de dezembro de 2012.  
CLEBER SCHVINDEN  
Presidente

**Homologação Concurso Publico**

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, torna público:



Art.1º Ficam HOMOLOGADAS na condição de Ampla Concorrência as inscrições dos candidatos que constam no Anexo único deste Edital.

Art. 2º Não houve candidatos inscritos como Portadores de Necessidades Especiais.

Art. 3º Ficam convocados os candidatos que tiveram sua inscrição homologada a realizarem as provas objetivas e de títulos da forma abaixo disposta:

LOCAL	DATA / HORA
EEB ADOLFO BOVING	29/12/2012
Rua Leopoldo Jonch, nº 134, Centro Braço do Trombudo – SC. (Ao lado do Ginásio de Esportes Paulo Vermoehlen)	Abertura dos portões: 07:00 Fechamento dos portões: 07:45 Início da aplicação das provas: 08:00

Art. 4º Ficam convocados os candidatos que tiveram sua inscrição homologada a realizarem as provas práticas da forma abaixo disposta:

Cargos	Local	Horários
Motoristas e Operadores de Máquinas e Operador de Trator Agrícola	Pátio da Prefeitura Municipal	29/12/2012 Abertura dos portões: 12:30 Fechamento dos portões: 13:00

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural da Prefeitura Municipal, no site oficial do município <http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br>, e da organizadora [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br) ./.

Braço do Trombudo/SC, 26 de Dezembro de 2012.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

CANDIDATO	CARGO	DOCUMENTO
ALINE WEIES	Professor História	4234749
JONAS FABICIAKI	Professor História	3993432
JOSE ADEMIR FONSECA	Professor História	923406
MARIANY UHLENDORF	Professor História	1897680
ALBINATOMAZ BERTO PYERL	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	2912066
ALINE DE FÁTIMA ALVES	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	43216196
ANDRÉIA ARALDI	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	54120853
CARMELITA DE SOUZA	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	4744207
CASSIANE SCHMIDT DA SILVA	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	3993241
DJEISON FRONZA	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	4431421
ELQUI GRAHL	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	4234541
FABIANA DA CROCE	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	5010939329
FRANCINEIDE SILVA BERNARDI	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	3097453661

ISOLENE GRAHL	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	4374902
JANAINA APARECIDA DA CRUZ	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	4029729
KÁTIA FREUNDEL	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	4203
KELLI MASSELA	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	46905774
LUCIANA MEURER	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	45292426
MARIA ANGELICA DO NASCIMENTO	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	2771493
NEZI KOERICH BRUCH	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	29131928
RAQUEL CARINE ROEDER SEUBERT	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	3394126
REGIANE DA SILVA NEUMANN	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	4457417
SILMARA APARECIDA CARDOSO	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	45297444
TACIANA DOS SANTOS	Prof. Educ. Infantil - Habilitado	44328044
BEATRIZ PERSUHN ANTUNES BRANCO	Pedagogo	14206056
IRENE FLORIANI BERTELLI	Pedagogo	432
MARINELZE SILVA	Pedagogo	1680000
RODRIGO SENENN	Pedagogo	4432011
AMAURI DE BARROS JUNIOR	Professor Geografia	42492149
CAMILA RITIELE DOERING	Professor Geografia	49352130
ROSELI PROCHNOW KOERICH	Prof. Artes - Séries Iniciais	4203045
MARINA HEIDRICH	Agente Com. de Saúde - Área KM 15	4056654
ANA PAULA DE OLIVEIRA	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	4457488
ARLETE TRAINOTTI DA SILVA	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	21256497
CORINA STETTER	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	2496327
DAIANE SCHARF	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	4642264
FRANCIANE MERCI DA SILVA BAUER	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	6072193
INGRID CAMILA VIANTE	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	107525548
JOELMA ANTUNES DOS SANTOS	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	4510582
KARINE JULIANE VALENTE FARIAS	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	5080132
MARILENI DOS SANTOS	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	46901167
MARIZETE BESCHTOLD DO NASCIMENTO	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	21799164
NILO VANDERLEI MAUERBERG	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	1645878
PATRICIA HINZ	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	2625928
ROSENE VALENTE	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	3040834
SILVANA ABRANGES	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	4085524
SUZIRLENE APARECIDA ZOBOLI WILL	Aux. de Serv. Gerais - Mer./Serv.	24949809

ALBANO RODRIGUES MACHADO	Motorista	16731395
ALDO FLORIANI DE SOUZA	Motorista	578604
ALEF DA SILVA	Motorista	5987967
ARLINDO DOS SANTOS	Motorista	4432530
EDUARDO GOEDE	Motorista	2628919
VALDECI ROSA MEYER	Motorista	1891008
ADEMAR RADUNTZ	Operador de Máquina	6291619
CLEDIMILSON DIAS	Operador de tTrator Agrícola	4088902
DANIEL RADUNTZ	Operador de tTrator Agrícola	4690015
IVAN DA SILVA	Operador de tTrator Agrícola	4690870
ANIZIO ZOBOLI	Vigia Noturno	92334202
KAULI JOÃO DOS SANTOS	Vigia Noturno	4124731
MARIO SERGIO BERE-GARAY SALOMAO	Vigia Noturno	1039129811
PAULO ROBERTO SCH-MAUCH	Vigia Noturno	1355028
JUVENAL ALVES	Aux. Serv. Gerais - Braçal	71672454
ROGERIO DA SILVA	Aux. Serv. Gerais - Braçal	51440113

### Homologação Processo Seletivo Ano Letivo 2013

PROCESSO SELETIVO PARA O ANO LETIVO DE 2013  
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, torna público:

Art.1º Ficam HOMOLOGADAS na condição de Ampla Concorrência as inscrições dos candidatos que constam no Anexo único deste Edital.

Art. 2º Não houve candidatos inscritos como Portadores de Necessidades Especiais.

Art. 3º Ficam convocados os candidatos que tiveram sua inscrição homologada a realizarem as provas objetivas e de títulos da forma abaixo disposta:

DATA / HORA	LOCAL	CARGOS
-------------	-------	--------

29/12/2012	EEB ADOLFO BOVING	- Professor de Educação Infantil e Séries iniciais - <b>Habilitado</b>
Abertura dos portões: 13:00	Rua Leopoldo Jonch, nº 134, Centro	- Professor de Educação Infantil e Séries iniciais - <b>Habilitado</b>
Fechamento dos portões: 13:45	Braço do Trombudo - SC.	- Professor de Educação Infantil e Séries iniciais - <b>Habilitado</b>
Início da aplicação das provas: 14:00	(Ao lado do Ginásio de Esportes Paulo Vermoehlen)	- Professor de Nível I (Habilitado em Educação Especial)

Art. 4º Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, no site [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br), e nos meios oficiais do Município de Braço do Trombudo /SC.

Braço do Trombudo/SC, 26 de Dezembro de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

### ANEXO ÚNICO

CANDIDATO	FUNÇÃO	DOCUMENTO
ALINE DE FATIMA ALVES	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	43216196
ANDRÉIA ARALDI	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	54120853
CARMELITA DE SOUZA	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	4744207
DJEISON FRONZA	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	4431421
ELQUI GRAHL	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	4234541
ISOLENE GRAHL	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	4374902
JANAINA APARECIDA DA CRUZ	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	4029729
KELLI MASSELA	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	46905774
NEZI KOERICH BRUCH	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	29131928
RAQUEL CARINE ROEDER SEUBERT	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	3394126
REGIANE DA SILVA NEUMANN	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	4457417
TACIANA DOS SANTOS	Professor de Educ. Infantil 40hs Habilitado	44328044
ALBINA TOMAZ BERTO PAYERL	Professor de Educ. Infantil 20hs Habilitado	2912066
SILVANA APARECIDA CORREA DA COSTA	Professor de Educ. Infantil 20hs Habilitado	4342385
CRISTIANE NIEDERHAUS MUGGE	Professor de Educ. Infantil 40hs Não Habilitado	4342377
JANELIZE OLIVEIRA PEREIRA	Professor de Educ. Infantil 40hs Não Habilitado	5654853

KELIN PEREIRA	Professor de Educ. Infantil 40hs Não Habilitado	5412648
MARCIA NIEDERHAUS WOELCKER	Professor de Educ. Infantil 40hs Não Habilitado	3395145
MARIA IVONETE MEURER	Professor de Educ. Infantil 40hs Não Habilitado	1229374
NILVO DA SILVA	Professor de Educ. Infantil 40hs Não Habilitado	2495
SORAIA SCHMIDT	Professor de Educ. Infantil 40hs Não Habilitado	2912063
ANDERSON TREINATTI	Professor de Educ. Infantil 20hs Não Habilitado	6058826
DAYANA ARNDT	Professor de Educ. Infantil 20hs Não Habilitado	43942008
STÉFANIE FRITZEN ALMEIDA	Professor de Educ. Infantil 20hs Não Habilitado	4706273

### Homologação Processo Seletivo Período de Férias

PROCESSO SELETIVO PARA O PERÍODO DE FÉRIAS Nº 004/2012  
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, torna público:

Art.1º Ficam HOMOLOGADAS na condição de Ampla Concorrência as inscrições dos candidatos que constam no Anexo único deste Edital.

Art. 2º Não houve candidatos inscritos como Portadores de Necessidades Especiais.

Art. 3º Ficam convocados os candidatos que tiveram sua inscrição homologada a realizarem as provas da forma abaixo disposta:

DATA / HORA	LOCAL	CARGOS
29/12/2012	EED ADOLFO BOVING	- Professor de Educação Infantil e Séries iniciais – Habilitado
Abertura dos portões: 07:00	Rua Leopoldo Joenck, nº 134, Centro	- Professor de Educação Infantil e Séries iniciais - Não Habilitado
Fechamento dos portões: 07:45	Braço do Trombudo – SC.	
Início da aplicação das provas: 08:00	(Ao lado do Ginásio de Esportes Paulo Vermeiren)	- Auxiliar de Serv. Gerais-Mer./Serv

Art. 4º Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, no site [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br), e nos meios oficiais do Município de Braço do Trombudo /SC.

Braço do Trombudo/SC, 26 de Dezembro de 2012.  
VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

### ANEXO ÚNICO

Nome	Documento	Função
DébORA CEOLIN	4457637	Prof. de Educ. Infantil - Habilitado.
CRISTIANE NIEDERHAUS MUGGE	4342377	Prof. de Educ. Infantil - Não Habilitado.
KELIN PEREIRA	5412648	Prof. de Educ. Infantil - Não Habilitado.
NILVO DA SILVA	2495491	Prof. de Educ. Infantil - Não Habilitado.

## Campo Alegre

### PREFEITURA

### Lei Nº 3.903 de 28 de Novembro de 2012

LEI Nº 3.903 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012  
DENOMINA O GINÁSIO DE ESPORTES DO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO NESTE MUNICÍPIO.

O Presidente da Câmara Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte LEI: Art.1º) Fica denominado o Ginásio de Esportes do Distrito de Bateias de Baixo, situado na Rua Prof. Rufino Blazkowski, nº 109, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC, o qual será denominado: GINÁSIO DE ESPORTES AMIGOS ALONCIO KUHLEN E JOSÉ KMIECIK.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 2012.

FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Câmara Municipal

EDILSON PRUCKNESKI  
Secretário da Câmara Municipal

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/11/2012

### BIOGRAFIA

Nome: JOSÉ KMIECIK

Profissão: APOSENTADO

Data de Nascimento: 15/04/1920

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: CAMPO ALEGRE/SC.

Data de Falecimento: 23/10/1979

Filiação: (Pai): JACÓ KMIECIK  
(Mãe): FRANCISCA KMIECIK

Cônjuge: LEONILDA KMIECIK



Nome dos Filhos: MARIA MIRZA KMIECIK, JUDITE KMIECIK, JULI-TA KMIECIK E TEREZINHA MIRACI KMIECIK.

Tempo de Residência no Município: 59 ANOS

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: FUNDADOR DO PRIMEIRO TIME DE FUTEBOL DE BATEIAS DE BAIXO, CANDIDATO A VEREADOR E MEMBRO DA DIRETORIA DA IGREJA CATÓLICA DE BATEIAS DE BAIXO.

OUTRAS INFORMAÇÕES: Incentivador do esporte, tendo inclusive feito a doação de um terreno para que fosse feito o primeiro campo de futebol de Bateias de Baixo.

#### BIOGRAFIA

Nome: ALONCIO KUHNEN

Profissão: APOSENTADO

Data de Nascimento: 30/01/1939

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: SÃO JOSÉ/SC.

Data de Falecimento: 20/04/2012

Filiação: (Pai): FRANCISCO KUHNEN  
(Mãe): BERTOLINA KUHNEN

Cônjuge: ANA MARIA KUHNEN

Nome dos Filhos: ARIANE KUHNEN; TANIA KUHNEN; ALONCIO AUGUSTO KUHNEN; ADROALDO KUHNEN E FÁBIO KUHNEN.

Tempo de Residência no Município: 52 ANOS

ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: VEREADOR; COOPERATIVISTA - COOPERNORTE E SICOOB; CURSILISTA DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA.

OUTRAS INFORMAÇÕES: Incentivador de atividades econômicas no Município, e na geração de emprego, sendo proprietário no passado em Bateias de Baixo de Posto de gasolina e Oficina Mecânica e principalmente fundador da antiga "Móveis Jadite", atualmente Nasa Industrial, também desenvolveu atividade agrícola na localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC.

#### Decreto Nº 7.340 de 08 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 7.340 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito  
02.01 - Chefia de Gabinete  
2.101 - Manut. e Coord. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.200,00  
03.00 - Secretaria Municipal de Administração  
03.01 - Serviço de Administração  
2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00  
400000.00.136 - Despesas de Capital  
440000.00.136 - Investimentos  
449000.00.136 - Aplicações Diretas  
449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.000,00  
05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.03 - Serviço de Educação Infantil  
2.106 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil  
300000.00.519 - Despesas Correntes  
330000.00.519 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.519 - Aplicações Diretas  
339039.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00  
05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação  
2.108 - Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental  
300000.00.140 - Despesas Correntes  
330000.00.140 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.140 - Aplicações Diretas  
339030.00.140 - Material de Consumo R\$ 1.200,00  
11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer  
11.01 - Coordenadoria de Cultura  
2.017 - Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.500,00  
TOTAL R\$ 17.400,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito  
02.01 - Chefia de Gabinete  
2.101 - Manut. e Coord. das Ativ. do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339014.00.136 - Diárias - Civil R\$ 20,00  
339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 2.784,62  
339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 307,38  
400000.00.136 - Despesas de Capital  
440000.00.136 - Investimentos  
449000.00.136 - Aplicações Diretas  
449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.088,00  
03.00 - Secretaria Municipal de Administração  
03.01 - Serviço de Administração  
2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração  
400000.00.136 - Despesas de Capital  
440000.00.136 - Investimentos

449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449051.00.136 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00  
 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
 05.03 - Serviço de Educação Infantil  
 2.106 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil  
 400000.00.519 - Despesas de Capital  
 440000.00.519 - Investimentos  
 449000.00.519 - Aplicações Diretas  
 449052.00.519 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 500,00  
 05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação  
 2.108 - Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental  
 300000.00.140 - Despesas Correntes  
 330000.00.140 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.140 - Aplicações Diretas  
 339039.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 754,81  
 400000.00.140 - Despesas de Capital  
 440000.00.140 - Investimentos  
 449000.00.140 - Aplicações Diretas  
 449052.00.140 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 445,19  
 11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer  
 11.01 - Coordenadoria de Cultura  
 2.017 - Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.500,00  
 TOTAL R\$ 17.400,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 08 de novembro de 2012.  
 VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
 08/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.362 de 20 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 7.362 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
 PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO  
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:  
 Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 14.810,00 (catorze mil, oitocentos e dez reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 92.01 - Manutenção das Atividades Sociais  
 2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social  
 300000.00.104 - Despesas Correntes

330000.00.104 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.104 - Aplicações Diretas  
 339039.00.104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00  
 400000.00.497 - Despesas de Capital  
 440000.00.497 - Investimentos  
 449000.00.497 - Aplicações Diretas  
 449052.00.497 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00  
 2.511 - Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS  
 300000.00.499 - Despesas Correntes  
 330000.00.499 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.499 - Aplicações Diretas  
 339030.00.499 - Material de Consumo R\$ 10.000,00  
 2.811 - Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família  
 400000.00.440 - Despesas de Capital  
 440000.00.440 - Investimentos  
 449000.00.440 - Aplicações Diretas  
 449052.00.440 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.600,00  
 6.010 - Repasse à APAE e aos Clubes de Idosos  
 300000.00.156 - Despesas Correntes  
 330000.00.156 - Outras Despesas Correntes  
 335000.00.156 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
 335043.00.156 - Subvenções Sociais R\$ 210,00  
 TOTAL R\$ 14.810,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 92.01 - Manutenção das Atividades Sociais  
 2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social  
 300000.00.104 - Despesas Correntes  
 330000.00.104 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.104 - Aplicações Diretas  
 339036.00.104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.500,00  
 400000.00.104 - Despesas de Capital  
 440000.00.104 - Investimentos  
 449000.00.104 - Aplicações Diretas  
 449052.00.104 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 500,00  
 2.511 - Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS  
 300000.00.499 - Despesas Correntes  
 330000.00.499 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.499 - Aplicações Diretas  
 339039.00.499 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00  
 2.811 - Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família  
 300000.00.488 - Despesas Correntes  
 330000.00.488 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.488 - Aplicações Diretas  
 339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 1.600,00  
 6.010 - Repasse à APAE e aos Clubes de Idosos  
 300000.00.155 - Despesas Correntes  
 330000.00.155 - Outras Despesas Correntes  
 335000.00.155 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
 335043.00.155 - Subvenções Sociais R\$ 210,00  
 TOTAL R\$ 14.810,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 20 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
20/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.375 de 27 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 7.375 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 163.500,00 (cen-  
to e sessenta e três mil e quinhentos reais), a fim de suplementar  
as seguinte Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.03 - Serviço de Educação Infantil  
1.027 - Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Munic. de  
Educação Infantil  
400000.00.519 - Despesas de Capital  
440000.00.519 - Investimentos  
449000.00.519 - Aplicações Diretas  
449051.00.519 - Obras e Instalações R\$ 47.000,00  
2.047 - Pessoal da Educação Infantil  
300000.00.000 - Despesas Correntes  
310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00.000 - Aplicações Diretas  
319004.00.139 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 700,00  
319011.00.141 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
R\$ 48.300,00  
330000.00.141 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.141 - Aplicações Diretas  
339046.00.141 - Auxílio Alimentação R\$ 5.500,00  
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras  
08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos  
1.017 - Pavim. e Calçam. de Vias Urban. e Trecho da Estr. Rural  
de Bateias de Cima  
400000.00.136 - Despesas de Capital  
440000.00.136 - Investimentos  
449000.00.136 - Aplicações Diretas  
449051.00.136 - Obras e Instalações R\$ 62.000,00  
TOTAL R\$ 163.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste De-  
creto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dota-  
ções do Orçamento vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.03 - Serviço de Educação Infantil  
1.027 - Construção, Ampliação e Reforma dos Centros Munic. De  
Educação Infantil  
400000.00.765 - Despesas de Capital  
440000.00.765 - Investimentos  
449000.00.765 - Aplicações Diretas  
449051.00.765 - Obras e Instalações R\$ 47.000,00  
2.047 - Pessoal da Educação Infantil  
300000.00.139 - Despesas Correntes  
310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.139 - Aplicações Diretas  
319011.00.139 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil  
R\$ 27.000,00  
319013.00.139 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00  
319113.00.139 - Contribuições Patronais R\$ 19.000,00  
330000.00.139 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.139 - Aplicações Diretas  
339046.00.139 - Auxílio Alimentação R\$ 5.800,00  
339046.00.141 - Auxílio Alimentação R\$ 700,00  
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras  
08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos  
1.017 - Pavim. e Calçam. de Vias Urban. e Trecho da Estr. Rural  
de Bateias de Cima  
400000.00.184 - Despesas de Capital  
440000.00.184 - Investimentos  
449000.00.184 - Aplicações Diretas  
449051.00.184 - Obras e Instalações R\$ 62.000,00  
TOTAL R\$ 163.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
27/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.379 de 28 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 7.379 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PAR-  
CIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNI-  
CIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
a Lei Municipal nº 3.901 de 28 de novembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito  
Suplementar no valor de R\$ 13.175,00 (treze mil, cento e setenta  
e cinco reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do  
Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Te-  
rapêutica  
2.028 - Realização de Diagnóstico dos Pacientes  
300000.00.000 - Despesas Correntes  
330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.000 - Aplicações Diretas  
339036.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$  
1.000,00  
339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
R\$ 5.475,00  
339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
R\$ 5.000,00  
2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnostico e Terapia  
300000.00.119 - Despesas Correntes  
330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.119 - Aplicações Diretas

339014.00.119 - Diárias - Civil R\$ 1.700,00  
TOTAL R\$ 13.175,00

Art.2º) Os Créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde  
300000.00.000 - Despesas Correntes  
330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.000 - Aplicações Diretas  
339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 3.400,00  
339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 3.000,00  
400000.00.119 - Despesas de Capital  
440000.00.119 - Investimentos  
449000.00.119 - Aplicações Diretas  
449051.00.119 - Obras e Instalações R\$ 1.400,00  
449052.00.119 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.375,00  
91.02 - Manutenção das Atividades Básicas da Saúde  
2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde  
400000.00.119 - Despesas de Capital  
440000.00.119 - Investimentos  
449000.00.119 - Aplicações Diretas  
449051.00.119 - Obras e Instalações  
449052.00.119 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00  
2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnostico e Terapia  
300000.00.119 - Despesas Correntes  
330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.119 - Aplicações Diretas  
339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00  
TOTAL R\$ 13.175,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
28/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 7.381 de 28 de Novembro de 2012**  
DECRETO Nº 7.381 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
1.062 - Manutenção do Programa de Parceria Educacional com Estado  
300000.00.191 - Despesas Correntes  
310000.00.191 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00.191 - Aplicações Diretas  
319011.00.191 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 17.000,00  
319113.00.191 - Contribuições Patronais R\$ 3.000,00  
07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente  
1.059 - Construção de Agroindústria  
400000.00.777 - Despesas de Capital  
440000.00.777 - Investimentos  
449000.00.777 - Aplicações Diretas  
449051.00.777 - Obras e Instalações R\$ 3.000,00  
TOTAL R\$ 23.000,00

Art.2º) Os Créditos a que se refere o Artigo primeiro deste, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
1.062 - Manutenção do Programa de Parceria Educacional com Estado  
300000.00.192 - Despesas Correntes  
310000.00.192 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00.192 - Aplicações Diretas  
319011.00.192 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00  
07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente  
1.059 - Construção de Agroindústria  
400000.00.777 - Despesas de Capital  
440000.00.777 - Investimentos  
449000.00.777 - Aplicações Diretas  
449052.00.777 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00  
TOTAL R\$ 23.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
28/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 7.383 de 30 de Novembro de 2012**  
DECRETO Nº 7.383 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012  
"CANCELA DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, EMPENHADA NO EXERCÍCIO DE 2011, PORÉM, NÃO CONSUMADO O IMPLEMENTO DE CONDIÇÃO NA SUA TOTALIDADE, CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".



O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições: da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, bem assim a Lei Orgânica do Município, e no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, com fulcro no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/1964, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização, DECRETA:

Art.1º) Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2011, inscritos em Restos a Pagar - não Processados, no Balanço Geral do deste Município.

§ 1º Os Restos a Pagar a que se refere o caput deste Artigo fazem parte integrante do Anexo Único deste Decreto.

§ 2º Os créditos cancelados citados no caput deste Artigo, não processados e não liquidados, bem como ainda não enquadrados nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, são anulados por ausência dos implementos de condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do Balanço do exercício de 2012, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 30 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Anexo Único do Decreto nº 7.383 de 30 de novembro de 2012  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Empenho	Nome do Credor	Saldo a Pagar (R\$)
693/11	Serralheria J. Haverroth Ltda ME	180,00
56/11	Editora Gazeta do Norte Ltda	3.039,33
2708/10	Editora Gazeta do Norte Ltda	3.741,04
469/11	Total Gás Ltda ME	34,21
470/11	Total Gás Ltda ME	36,98
1296/11	Betha Sistemas Ltda	1.099,66
1297/11	Betha Sistemas Ltda	659,80
3458/11	INSS - Instituto Nacional de Seg. Social	909,93
61/11	Lucides Helmuth Grosskopf - ME	330,68
319/11	Lucides Helmuth Grosskopf - ME	21,18
320/11	Lucides Helmuth Grosskopf - ME	95,89
844/11	Alvo Visual Serigrafia e Plotagem Ltda ME	85,00

1848/11	Supermercado Blaszkovski Ltda	1.179,15
2362/11	Banco do Brasil S.A.	3,73
2817/11	Lucides Helmuth Grosskopf - ME	1.444,50
3639/10	CCF Consultores Ltda	464,40
18/10	Brasil Telecom S.A.	335,95
1632/11	Dalçoquio Caminhões Ltda	105,00
1633/11	Dalçoquio Caminhões Ltda	480,20
1816/11	DU Pneus Ltda	563,75
518/11	Serralheria J. Haverroth Ltda ME	144,00
541/11	Serralheria J. Haverroth Ltda ME	52,90
890/11	Lacre Hahnemann Ltda EPP	600,00
TOTAL		15.607,28

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empenho	Nome do Credor	Saldo a Pagar (R\$)
256/11	Total Gás Ltda ME	41,85

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Empenho	Nome do Credor	Saldo a Pagar (R\$)
1/11	Brasil Telecom S.A.	71,85
2/11	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	6,84
3/11	Auto Posto JK Ltda	407,53
7/11	Reunidas S/A Transportes Coletivos	264,80
9/10	Reunidas S/A Transportes Coletivos	109,49
11/11	Cleonice Pereira de Araújo ME	370,00
18/11	Alcirene Huttli ME	347,40
46/11	Supermercado Blaszkovski Ltda	295,00
47/11	Supermercado Blaszkovski Ltda	314,30
53/10	Serviço Funerário Bom Jesus Ltda	472,00
64/11	Supermercado Blaszkovski Ltda	119,70
87/11	Supermercado Blaszkovski Ltda	462,23
91/11	Supermercado Blaszkovski Ltda	75,00
96/11	Brasil Telecom S.A.	397,17
115/11	Supermercado Blaszkovski Ltda	127,68
137/11	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	103,20
157/11	Supermercado Blaszkovski Ltda	341,66
158/11	Supermercado Blaszkovski Ltda	50,60
TOTAL		4.336,45
TOTAL GERAL		19.985,58

#### Decreto Nº 7.385 de 04 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº 7.385 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.904 de 04 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 79.350,00 (setenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS

300000.00.119 - Despesas Correntes

310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.119 - Aplicações Diretas

319011.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 39.350,00

319113.00.119 - Contribuições Patronais R\$ 20.000,00



91.05 - Manutenção das Ativid. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares  
 300000.00.124 - Despesas Correntes  
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.124 - Aplicações Diretas  
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00  
 TOTAL R\$ 79.350,00

Art. 2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
 2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde  
 300000.00.000 - Despesas Correntes  
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.000 - Aplicações Diretas  
 339014.00.124 - Diárias R\$ 1.000,00  
 339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 4.500,00  
 400000.00.124 - Despesas de Capital  
 440000.00.124 - Investimentos  
 449000.00.124 - Aplicações Diretas  
 449051.00.124 - Obras e Instalações R\$ 13.270,00  
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.280,00  
 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas da Saúde  
 2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde  
 300000.00.510 - Despesas Correntes  
 330000.00.510 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.510 - Aplicações Diretas  
 339030.00.510 - Material de Consumo R\$ 9.800,00  
 339039.00.510 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.700,00  
 400000.00.124 - Despesas de Capital  
 440000.00.124 - Investimentos  
 449000.00.124 - Aplicações Diretas  
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.600,00  
 91.03 - Manutenção das Ativid. - Estratégia Saúde da Família  
 2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família  
 300000.00.120 - Despesas Correntes  
 330000.00.120 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.120 - Aplicações Diretas  
 339039.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.700,00  
 400000.00.120 - Despesas de Capital  
 440000.00.120 - Investimentos  
 449000.00.120 - Aplicações Diretas  
 449052.00.120 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 18.000,00  
 91.07 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária  
 2.119 - Manutenção e Coordenação das Ativid. De Vigilância em Saúde  
 300000.00.000 - Despesas Correntes  
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.000 - Aplicações Diretas  
 339030.00.106 - Material de Consumo R\$ 3.200,00  
 339039.00.106 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.200,00  
 339039.00.126 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.400,00  
 91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica  
 2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância

Epidemiológica  
 300000.00.132 - Despesas Correntes  
 330000.00.132 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.132 - Aplicações Diretas  
 339039.00.132 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.700,00  
 TOTAL R\$ 79.350,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 04 de dezembro de 2012.  
 VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
 04/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.389 de 04 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 7.389 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 42.671,65 (quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e cinco centavos), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.014 - Transporte Escolar  
 300000.00.161 - Despesas Correntes  
 330000.00.161 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.161 - Aplicações Diretas  
 339039.00.161 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 41.071,65  
 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar  
 2.015 - Merenda Escolar  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.600,00  
 TOTAL R\$ 42.671,65

Art.2º) Os Créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.014 - Transporte Escolar  
 300000.00.000 - Despesas Correntes  
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.000 - Aplicações Diretas  
 339039.00.166 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 26.086,55



339039.00.519 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
R\$ 14.985,10  
05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar  
2.015 - Merenda Escolar  
300000.00.151 - Despesas Correntes  
330000.00.151 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.151 - Aplicações Diretas  
339030.00.151 - Material de Consumo R\$ 1.600,00  
TOTAL R\$ 42.671,65

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de dezembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:  
04/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.394 de 11 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 7.394 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 15.045,00 (quinze mil e quarenta e cinco reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças  
04.01 - Serviço do Controle Fazendário  
2.103 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 500,00  
05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação  
1.045 - Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil  
400000.00.140 - Despesas de Capital  
440000.00.140 - Investimentos  
449000.00.140 - Aplicações Diretas  
449052.00.140 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 7.000,00  
2.108 - Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental  
300000.00.140 - Despesas Correntes  
330000.00.140 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.140 - Aplicações Diretas  
339030.00.140 - Material de Consumo R\$ 1.000,00  
2.805 - Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil  
300000.00.140 - Despesas Correntes  
330000.00.140 - Outras Despesas Correntes

339000.00.140 - Aplicações Diretas  
339030.00.140 - Material de Consumo R\$ 1.000,00  
07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente  
1.059 - Construção de Agroindústria  
400000.00.777 - Despesas de Capital  
440000.00.777 - Investimentos  
449000.00.777 - Aplicações Diretas  
449051.00.777 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00  
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras  
08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos  
2.040 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar  
300000.00.152 - Despesas Correntes  
330000.00.152 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.152 - Aplicações Diretas  
339030.00.152 - Material de Consumo R\$ 1.000,00  
09.00 - FUMREBOM - Fundo Munic de Reequip da Organ de Bombeiros Militares  
09.01 - Serviço de Manutenção do FUMREBOM  
2.717 - Manutenção e Coordenação do FUMREBOM  
300000.00.757 - Despesas Correntes  
330000.00.757 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.757 - Aplicações Diretas  
339030.00.757 - Material de Consumo R\$ 1.000,00  
11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer  
11.01 - Coordenadoria de Cultura  
2.017 - Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 600,00  
2.107 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 145,00  
11.02 - Coordenadoria do Turismo  
2.110 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 500,00  
13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental  
2.123 - Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
300000.00.766 - Despesas Correntes  
310000.00.766 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00.766 - Aplicações Diretas  
319013.00.766 - Obrigações Patronais R\$ 1.300,00  
TOTAL R\$ 15.045,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

04.00 - Secretaria Municipal de Finanças  
04.01 - Serviço do Controle Fazendário  
2.103 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças  
300000.00.136 - Despesas Correntes  
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.136 - Aplicações Diretas  
339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00  
05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
05.06 - Serviço de Manutenção do Salário Educação

1.028 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares  
 400000.00.140 - Despesas de Capital  
 440000.00.140 - Investimentos  
 449000.00.140 - Aplicações Diretas  
 449051.00.140 - Obras e Instalações R\$ 7.000,00  
 2.108 - Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental  
 300000.00.140 - Despesas Correntes  
 330000.00.140 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.140 - Aplicações Diretas  
 339039.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00  
 2.805 - Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil  
 300000.00.140 - Despesas Correntes  
 330000.00.140 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.140 - Aplicações Diretas  
 339039.00.140 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00  
 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 07.01 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente  
 1.059 - Construção de Agroindústria  
 400000.00.777 - Despesas de Capital  
 440000.00.777 - Investimentos  
 449000.00.777 - Aplicações Diretas  
 449052.00.777 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00  
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras  
 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos  
 2.040 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil e Militar  
 300000.00.152 - Despesas Correntes  
 330000.00.152 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.152 - Aplicações Diretas  
 339039.00.152 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00  
 09.00 - FUMREBOM - Fundo Munic de Reequip da Organ de Bombeiros Militares  
 09.01 - Serviço de Manutenção do FUMREBOM  
 2.717 - Manutenção e Coordenação do FUMREBOM  
 300000.00.757 - Despesas Correntes  
 330000.00.757 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.757 - Aplicações Diretas  
 339036.00.757 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00  
 11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer  
 11.01 - Coordenadoria de Cultura  
 2.017 - Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 600,00  
 2.107 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 145,00  
 11.02 - Coordenadoria do Turismo  
 2.110 - Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Turismo  
 400000.00.136 - Despesas de Capital  
 440000.00.136 - Investimentos  
 449000.00.136 - Aplicações Diretas  
 449052.00.136 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 500,00  
 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental  
 2.123 - Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
 300000.00.766 - Despesas Correntes  
 310000.00.766 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.766 - Aplicações Diretas  
 319113.00.766 - Contribuições Patronais R\$ 1.300,00  
 TOTAL R\$ 15.045,00  
 Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 11 de dezembro de 2012.  
 VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
 11/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.397 de 12 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 7.397 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.04 - Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica  
 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia  
 300000.00.119 - Despesas Correntes  
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.119 - Aplicações Diretas  
 339014.00.119 - Diárias - Civil R\$ 4.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.04 - Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica  
 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia  
 300000.00.129 - Despesas Correntes  
 330000.00.129 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.129 - Aplicações Diretas  
 339030.00.129 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 12 de dezembro de 2012.  
 VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:



12/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 7.398 de 12 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 7.398 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 50.100,00 (cinquenta mil e cem reais), a fim de suplementar a seguintes Dotações do Orçamento Vigente do IPRECAL.

94.00 - IPRECAL - Instituto de Previdência Social  
94.01 - Divisão de Manutenção do IPRECAL  
2.113 - Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL  
300000.00.141 - Despesas Correntes  
330000.00.141 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.141 - Aplicações Diretas  
339093.00.141 - Indenizações e Restituições R\$ 2.100,00  
94.02 - IPRECAL - Instituto de Previdência Social  
2.033 - Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários.  
300000.00.102 - Despesas Correntes  
330000.00.102 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.102 - Aplicações Diretas  
339001.00.102 - Aposentadorias e Reformas R\$ 21.000,00  
339003.00.102 - Pensões R\$ 7.000,00  
339005.00.102 - Outros Benefícios Previdenciários R\$ 20.000,00  
TOTAL R\$ 50.100,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do IPRECAL.

94.00 - IPRECAL - Instituto de Previdência Social  
94.01 - Divisão de Manutenção do IPRECAL  
2.113 - Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL  
300000.00.141 - Despesas Correntes  
330000.00.141 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.141 - Aplicações Diretas  
339035.00.141 - Serviços de Consultoria R\$ 2.100,00  
94.02 - IPRECAL - Instituto de Previdência Social  
2.033 - Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários.  
900000.00.141 - Reserva de Contingência  
990000.00.141 - Reserva de Contingência  
999000.00.141 - Reserva de Contingência  
999999.00.141 - Reserva de Contingência R\$ 48.000,00  
TOTAL R\$ 50.100,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de dezembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/12/2012.

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 7.410 de 17 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 7.410 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a fim de suplementar as Seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental  
2.124 - Manutenção e Coordenação das Ativ. da Secretaria de Saneam. Ambiental  
300000.00.766 - Despesas Correntes  
330000.00.766 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.766 - Aplicações Diretas  
339030.00.766 - Material de Consumo R\$ 15.000,00  
339039.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00  
2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água  
400000.00.766 - Despesas de Capital  
440000.00.766 - Investimentos  
449000.00.766 - Aplicações Diretas  
449051.00.766 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00  
TOTAL R\$ 30.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do orçamento vigente:

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental  
2.123 - Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
300000.00.766 - Despesas Correntes  
310000.00.766 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00.766 - Aplicações Diretas  
319004.00.766 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 1.000,00  
319011.00.766 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 10.000,00  
319016.00.766 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 2.000,00  
2.126 - Campanhas de Conscientização Ambiental  
300000.00.766 - Despesas Correntes  
330000.00.766 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.766 - Aplicações Diretas  
339030.00.766 - Material de Consumo R\$ 2.000,00  
339036.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00  
339039.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00  
2.137 - Manutenção do Programa de Combate ao Borrachudo  
300000.00.766 - Despesas Correntes  
330000.00.766 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.766 - Aplicações Diretas  
339030.00.766 - Material de Consumo R\$ 5.500,00



339036.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 500,00  
 339039.00.766 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00  
 TOTAL R\$ 30.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 17 de dezembro de 2012.  
 VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
 17/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.411 de 17 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 7.411 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:  
 Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 154.600,00 (cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
 2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS  
 300000.00.000 - Despesas Correntes  
 310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.000 - Aplicações Diretas  
 319011.00.120 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 119.000,00  
 319011.00.152 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 13.600,00  
 319016.00.119 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 2.000,00  
 319113.00.119 - Contribuições Patronais R\$ 20.000,00  
 TOTAL R\$ 154.600,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde  
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas  
 2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS  
 300000.00.000 - Despesas Correntes  
 310000.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.000 - Aplicações Diretas  
 319004.00.119 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 15.200,00  
 319011.00.119 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 119.000,00  
 319013.00.119 - Obrigações Patronais R\$ 17.000,00  
 319046.00.119 - Auxílio Alimentação R\$ 3.400,00

TOTAL R\$ 154.600,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 17 de dezembro de 2012.  
 VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:  
 17/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 7.413 de 18 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 7.413 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.765 de 09 de novembro de 2011; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 - Secretaria Municipal de Administração  
 03.01 - Serviço de Administração  
 2.043 - Pessoal da Secretaria de Administração  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339046.00.136 - Auxílio Alimentação R\$ 500,00  
 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.046 - Pessoal do Ensino Fundamental  
 300000.00.139 - Despesas Correntes  
 310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.139 - Aplicações Diretas  
 319004.00.139 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 16.000,00  
 319113.00.141 - Contribuições Patronais R\$ 1.800,00  
 2.047 - Pessoal da Educação Infantil  
 300000.00.141 - Despesas Correntes  
 310000.00.141 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.141 - Aplicações Diretas  
 319016.00.141 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 200,00  
 319113.00.141 - Contribuições Patronais R\$ 4.300,00  
 330000.00.139 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.139 - Aplicações Diretas  
 339046.00.139 - Auxílio Alimentação R\$ 300,00  
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.  
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras  
 2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.136 - Aplicações Diretas  
 319004.00.136 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 1.300,00  
 319016.00.136 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 1.500,00



11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.  
 11.01 - Coordenadoria de Cultura  
 2.809 - Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.136 - Aplicações Diretas  
 319013.00.136 - Obrigações Patronais R\$ 1.200,00  
 330000.00.136 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.136 - Aplicações Diretas  
 339046.00.136 - Auxílio Alimentação R\$ 100,00  
 TOTAL R\$ 27.200,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 - Secretaria Municipal de Administração  
 03.01 - Serviço de Administração  
 2.043 - Pessoal da Secretaria de Administração  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.136 - Aplicações Diretas  
 319016.00.136 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R\$ 500,00  
 05.00 - Secretaria Municipal de Educação  
 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental  
 2.046 - Pessoal do Ensino Fundamental  
 300000.00.139 - Despesas Correntes  
 310000.00.139 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.139 - Aplicações Diretas  
 319011.00.139 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 16.000,00  
 330000.00.141 - Outras Despesas Correntes  
 339000.00.141 - Aplicações Diretas  
 339046.00.141 - Auxílio Alimentação R\$ 1.800,00  
 2.047 - Pessoal da Educação Infantil  
 300000.00.141 - Despesas Correntes  
 310000.00.141 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.141 - Aplicações Diretas  
 319011.00.141 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 4.500,00  
 319113.00.139 - Contribuições Patronais R\$ 300,00  
 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.  
 08.01 - Serviço de Planejamento e Obras  
 2.052 - Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.136 - Aplicações Diretas  
 319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.800,00  
 11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.  
 11.01 - Coordenadoria de Cultura  
 2.809 - Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.  
 300000.00.136 - Despesas Correntes  
 310000.00.136 - Pessoal e Encargos Sociais  
 319000.00.136 - Aplicações Diretas  
 319011.00.136 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.300,00  
 TOTAL R\$ 27.200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 18 de dezembro de 2012.  
 VILMAR GROSSKOPF  
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
 Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em:  
 18/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
 Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Dispensa Emergencia (Requisição 155)**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

RATIFICAÇÃO

(Ref. compra Requisição 155)

Na qualidade de Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações compra referente a Requisição n.º 155, tendo a escolha recaído sob a empresa DISSUPRI DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS LTDA, com o valor total de R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme orçamentos apresentados pelo Serviço de Informática, juntamente com a Requisição nº 155.

Publique-se.

Campo Alegre, 20 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

### **Aditivo Contratual Nº 88/2012.**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

ADITIVO CONTRATUAL Nº 88/2012.

Considerando o Ofício nº 015PL/2012, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando acréscimo e supressão de quantitativos ao contrato nº 65/2012;

Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 65/2012 (originado do Processo Licitatório nº 73/2012, Tomada de Preços);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, acrescentar e suprimir quantitativos ao Contrato nº 65/2012, conforme segue:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VILMAR GROSSKOPF, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.601.053/0001-20, com sede a Rua TRAVESSA JOSÉ ZIPPERER, nº 144, Bairro Centro, cidade SÃO BENTO DO SUL-SC, representada por IVO INGO BRAND, CPF nº 004.230.849-68, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 65/2012, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO E SUPRESSÃO DE QUANTITATIVOS

ACRESCE e SUPRIME do contrato nº 65/2012 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

Considerando que o valor a ACRESCER é de R\$ 132.869,50 (cento e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta

centavos) e o valor a SUPRIMIR é de R\$ 89.590,10 (oitenta e nove mil, quinhentos e noventa reais e dez centavos), EMPENHE-SE o valor de R\$ 43.279,40 (quarenta e três mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta centavos) referente a diferença do valor do acréscimo e da supressão.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 65/2012, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 18 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA  
Contratante Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 15.760

#### Aditivo Contratual Nº 90/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
ADITIVO CONTRATUAL Nº 90/2012  
TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TISSI COMÉRCIO E INSTALAÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao interesse público vigente, nos termos da Lei Federal 8.666/93, RESOLVE ALTERAR O CONTRATO Nº 76/2012, originado do processo de dispensa de licitação nº 117/2012, nos seguintes aspectos:

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e de outro lado a empresa TISSI COMÉRCIO E INSTALAÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME, fica convencionado seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRESCIMO DE QUANTITATIVO

Acresce ao contrato nº 76/2012, os seguintes materiais:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (RS)
3	40	pc	Lâmpada vapor de sódio em alta pressão, bulbo ovóide, 70W, 220V, base E-27, fluxo luminoso de 5600 lumens ou maior, temperatura da cor mínima de 2000°K, vida mediana de 28.000h, diâmetro de 70mm,	12,58	503,20
5	02	pc	idem, idem, porem 250W, fluxo luminoso mínimo de 25.000 lumens.	17,70	35,40
10	28	pc	Relê fotoelétrico NF 10A - padrão Celesc	13,75	385,00

21	03	pc	Reator externo para lâmpada vapor de sódio 250W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (mín.), com ignitor temporário, galvanizado à fogo, conforme norma NBR 13593 e Celesc	53,63	160,89
VALOR TOTAL A ACRESCER					1.084,49

Esta alteração se faz nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações. As demais cláusulas do contrato nº 76/2012 permanecem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre/SC, 20 de dezembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal  
Contratante

TISSI COMÉRCIO E INSTALAÇÕES DE  
MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME.  
Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS  
Assessor Jurídico  
OAB/SC nº 15.760

#### Extrato de Contrato Nº 89/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2012  
Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA e RURAL, para os seguintes serviços e valores

Item	Serviço	Unidade	Qtde Mensal	Valor Unitário	Valor Total mensal	Valor total para a vigência do contrato 12 dias (de 20/12/2012 a 31/12/2012)
1.1	Coleta Regular de Resíduos Sólidos nas Áreas Urbana e Rural (4 vezes por semana)	Equipe	0,5	34.068,04	17.034,02	6.813,61
1.2	Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos nas Áreas Urbana e Rural	Tonelada	130	45,58	5.925,40	2.370,16
1.3	Locação de Contêineres para Depósito dos Resíduos Sólidos	Unidade	20	27,40	548,00	0,00
1.4	Destinação Final	Tonelada	130	89,94	11.692,20	4.676,88
1.5	Coleta Seletiva e transporte de Resíduos Sólidos Recicláveis nas Áreas Urbana e Rural (1 vez por semana)	Equipe	0,3	21.740,86	6.522,26	2.608,90
1.6	Limpeza e Desobstrução Mecanizada de Bocas de Lobo e Hidrojateamento de Galerias Pluviais	Hora	40	193,39	7.735,60	0,00
Valor global do contrato, para o período da vigência (12 dias, de 20/12/2012 a 31/12/2012)						R\$ 16.469,55

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão 13.00 – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, Unidade 13.01 – Serviço de Saneamento Ambiental, Função 17 – Saneamento, Subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano, Programa 77 – Águas de Campo Alegre, Ação 2.024 – Coleta de Lixo, Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos 01.0766 – Recursos Saneamento Básico.

Vigência: 19/12/2012 até 31/12/2012, podendo ser prorrogado.  
Contratada: TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA

Processo Licitatório nº 132/2012, modalidade Tomada de Preços.  
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

- 01 pct flocos de milho pré-cozidos 500 g (polentina);
- 01 pt margarina 500 g;
- 01 pt doce de frutas cremoso c/ 400 g;
- 01 lt extrato de tomate concentrado 350 g,
- 01 pct de feijão preto de 1 kg
- 01 un sabão em pedra.

Valor unitário por cesta básica = R\$ 55,70, perfazendo um total de R\$ 11.140,00.

Contratada: EKO SUPERMERCADO EPP

Prazo: início em 12/06/2012 com vigência até 31/12/2012.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Gestor

## Resumo Contrato Nº 4/2012 - Assistência Social

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESUMO CONTRATO Nº 4/2012

OBJETO: Aquisição de 200 (duzentas) cestas básicas para doação a famílias em vulnerabilidade social, cadastradas no Serviço Social do Município, consoante processo licitatório nº 2/2012, modalidade Pregão (presencial).

Cada cesta conterá:

- 01 pct farinha de trigo especial 5 kg;
- 01 pct açúcar refinado 5 kg;
- 01 pct arroz parboilizado 5 kg;
- 01 pct macarrão massa sêmola 1 kg;
- 01 lt óleo de soja 900 ml;
- 01 pct Biscoito doce sortido 800g;
- 01 pct leite em pó integral 400 g;
- 01 pct café com selo pureza ABIC 500 g;
- 01 pct farinha de milho 1 kg;
- 01 pct sal refinado 1 kg;



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Campos Novos

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato 01/12 FIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2012 - FIA  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

b) a prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do(s) sistema(s) locado(s).

VALOR: R\$ 210,60 (duzentos e dez reais e sessenta centavos) mensais

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 02/01/2012

CONTRATO: 01/2012

### Extrato do Contrato 01/12 Fund Cultural

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

b) a prestação de serviços técnicos especializados de implantação (instalação, adequação e treinamento) alteração e suporte operacional do(s) sistema(s) locado(s).

VALOR: R\$ 350,99 (trezentos e cinquenta reais e noventa e nove centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 01/01/2012

CONTRATO: 01/2012

### Extrato do Contrato 01/12 FUNDEMA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2012 - FUNDEMA  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

VALOR: R\$ 513,00 (quinhentos e treze reais) mensais

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 02/01/2012

CONTRATO: 01/2012

### Extrato do Contrato 02/12 FIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2012 - FIA  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: 1.1 Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneo, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação do sistema de Compras e Licitações, em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados: (ver qual fará parte)

a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.  
b) Configuração e parametrização conforme procedimentos do Fundo.

c) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.

d) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) sistema(s) contratado(s).

e) Serviços de alterações específicas do Fundo, quando solicitado.  
VALOR: R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), conforme detalhamento especificado no Anexo II.

b) Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,60 (sessenta centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 100,00 (cem reais) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 25/05/2012

CONTRATO: 02/2012

### Extrato do Contrato 02/12 Fund Cultural

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: CANTINA DO PARAGUAIO LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM 2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 40.799,00 (quarenta mil, setecentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/02/2012

CONTRATO: 02/2012

### Extrato do Contrato 02 \_12 FUNDEMA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2012 - FUNDEMA  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto:

a) a locação de SISTEMAS de informática, com características descritas no Anexo I.

VALOR: R\$ 180,00(cento e oitenta reais) mensais

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 02/01/2012

CONTRATO: 02/2012

### Extrato do Contrato 03/12 FIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2012 - FIA  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA

OBJETO: (01) VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, 04 PORTAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 25/06/2012

CONTRATO: 03/2012

### Extrato do Contrato 03/12 Fund Cultural

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC



CONTRATADO: GIOVANI PRIMIERI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM 2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: de R\$ 12.650,00 (doze mil, seiscentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/02/2012

CONTRATO: 03/2012

#### **Extrato do Contrato 03/12 FUNDEMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2012 - FUNDEMA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: NESTOR LUIZ ZOLDAN ME - FLORPIN

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA REALIZAR RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA DA BICA, CONFORME PROJETO DE REVEGETAÇÃO EM ANEXO.

TERMO DE COMPROMISSO Nº 352.288-09/2011 - PAC II - URBANIZAÇÃO

VALOR: R\$ 65.321,70 (Sessenta e cinco mil, trezentos e vinte e um reais e setenta centavos),

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 10/05/2012

CONTRATO: 03/2012

#### **Extrato do Contrato 04/12 FIA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2012 - FIA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato original constante na cláusula sétima, originário do Processo Licitatório nº 40/2009 - Tomada de Preço nº 05/2009, conforme anexo I. A vigência do contrato será de 01/01/2013 a 25/05/2013.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 21/12/2012

CONTRATO: 04/2012

#### **Extrato do Contrato 04/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: DALVA MARIA DE SOUZA ME - MUSICAL ART CENTER

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM 2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 15.246,00 (quinze mil, duzentos e quarenta e seis reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 06/02/2012

CONTRATO: 04/2012

#### **Extrato do Contrato 04/12 FUNDEMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2012 - FUNDEMA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: NESTOR LUIZ ZOLDAN ME - FLORPIN

OBJETO: Mediante necessidade o Município resolve prorrogar o prazo do contrato original para o exercício de 2013, passando sua vigência para a data de 10 de junho de 2013, para realizar recuperação da área degradada da Bica, conforme projeto de revegetação. Termo de Compromisso nº 352.288-09/2011 - PAC II - Urbanização

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 14/12/2012

CONTRATO: 04/2012

#### **Extrato do Contrato 05/12 FIA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2012 - FIA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato original constante na cláusula sétima, originário do Processo Licitatório nº 40/2009 - Tomada de Preço nº 05/2009, conforme anexo I.A vigência do contrato será de 01/01/2013 a 25/05/2013.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 21/12/2012

CONTRATO: 05/2012

#### **Extrato do Contrato 05/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: RAFAEL ANDERSON FACHIN

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM 2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 14.630,00 (quatorze mil, seiscentos e trinta reais).

DATA: 06/02/2012

CONTRATO: 05/2012

#### **Extrato do Contrato 05/12 FUNDEMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2012 - FUNDEMA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato original constante na cláusula sétima, originário do Processo Licitatório nº 40/2009 - Tomada de Preço nº 05/2009, conforme anexo I.A vigência do contrato será de 01/01/2013 a 25/05/2013.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 18/12/2012

CONTRATO: 05/2012

#### **Extrato do Contrato 06/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: JOSIANE PEDROZO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM 2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 8.470,00 (oito mil, quatrocentos e setenta reais).

DATA: 06/02/2012

CONTRATO: 06/2012



**Extrato do Contrato 06/12 FUNDEMA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2012 - FUNDEMA  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato original constante na cláusula sétima, originário do Processo Licitatório nº 40/2009 - Tomada de Preço nº 05/2009, conforme anexo I (Betha Folha).

A vigência do contrato será de 01/01/2013 a 25/05/2013.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 18/12/2012

CONTRATO: 06/2012

**Extrato do Contrato 07/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: SANDRA EMILIA DE SOUZA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM 2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 26.015,00 (vinte e seis mil e quinze reais).

DATA: 06/02/2012

CONTRATO: 07/2012

**Extrato do Contrato 08/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: GLAUCIO DA SILVA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM 2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 10.450,00 (dez mil, quatrocentos e cinquenta reais).

DATA: 06/02/2012

CONTRATO: 08/2012

**Extrato do Contrato 08/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: GLAUCIO DA SILVA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM 2012, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 10.450,00 (dez mil, quatrocentos e cinquenta reais).

DATA: 06/02/2012

CONTRATO: 08/2012

**Extrato do Contrato 09/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: GLAUCIO DA SILVA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ATUAR NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE PARA MINISTRAR AULAS DE TROMBONE, PIANO CLÁSSICO, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA EM ANEXO.

VALOR de R\$ 7.095,00 (sete mil e noventa e cinco reais).

DATA: 25/04/2012

CONTRATO: 09/2012

**Extrato do Contrato 10/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: EDSON FERNANDO RECH ME,

OBJETO: O município mediante necessidade e devido ao acréscimo de serviços, conforme planilha em anexo, resolve aditar R\$ 1.971,71 (Hum Mil Novecentos e Setenta e Um Reais e Setenta e Um Centavos), referente ao Processo Licitatório nº 04/2012, que tem como objeto a execução de pintura externa dos prédios da Casa da Cultura.

DATA: 19/11/2012

CONTRATO: 10/2012

**Extrato do Contrato 11/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: EDSON FERNANDO RECH ME,

OBJETO: O município mediante solicitação e dos serviços que foram retirados ou alterados, conforme a relação de materiais e mão de obra diminuídos em anexo, resolve suprimir o valor de R\$ 832,61 (Oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos) referente ao processo de Licitação 04/2012 que tem como objeto a execução de pintura externa dos prédios da Casa da Cultura.

DATA: 10/12/2012

CONTRATO: 11/2012

**Extrato do Contrato 12/12 Fund Cultural**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2012 - FUNDAÇÃO CULTURAL  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato original constante na cláusula sétima, originário do Processo Licitatório nº 40/2009 - Tomada de Preço nº 05/2009, conforme anexo I. A vigência do contrato será de 01/01/2013 a 25/05/2013.

DATA: 21/12/2012

CONTRATO: 12/2012

**Extrato do Contrato 16/12 Fundecampos**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2012 - FUNDECAMPOS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: Floricultura Dada Ubaldo Ltda- Me

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEMENTES, MUDAS DE FLORES E ÁRVORES PARA SEREM UTILIZADAS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

VALOR: R\$ 10.704,50 (Dez mil setecentos e quatro reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 03/12/2012

CONTRATO: 16/2012

**Extrato do Contrato 17/12 Fundecampos**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2012 - FUNDECAMPOS  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC  
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do contrato original constante na cláusula sétima, originário do Processo Licitatório nº 40/2009 - Tomada de Preço nº 05/2009, conforme anexo I. A vigência do contrato será de 01/01/2013 a 25/05/2013.

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 21/12/2012

CONTRATO: 17/2012

### Extrato do Contrato 423/12

EXTRATO DE CONTRATO Nº 423/2012 - Processo 181/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

CONTRATADO: WESTLINE INFORMATICA E AUTOMAÇÃO LTDA

OBJETO: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA ATMOSFERICAS NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME PROJETO BÁSICO E PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 13.202,86 (treze mil, duzentos e dois reais e oitenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2012

DATA: 24/12/2012

CONTRATO: 423/2012

## Canoinhas

### PREFEITURA

### Edital Nº 007/Sme/2012 de Abertura de Inscrições Processo Seletivo/Sme/2013

EDITAL Nº 007/SME/2012 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO/SME/2013

O Prefeito do Município de Canoinhas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Simplificado, para admissão de pessoal em caráter temporário (ACT) no quadro de pessoal do Município de Canoinhas no ano letivo de 2013, que regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e seus anexos.

#### Capítulo I

##### DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma Previsto para as Atividades	Período
1.	Período de inscrições (via internet).	de 26/12/2012 a 09/01/2013
2.	Último dia para enviar via sedex documentação e confirmação da inscrição.	09/01/2012 09/01/2013
3.	Prazo final para protocolo do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de deficiência física e solicitar condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	09/01/2012 09/01/2013
4.	Prova de títulos enviar documentos via sedex até.	09/01/2012 09/01/2013
5.	Homologação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos.	15/01/2013
6.	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições.	16 e 17/01/2013
7.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações	18/01/2013
8.	Aplicação das provas escritas objetivas	27/01/2013

9.	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	27/01/2013
10.	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova escrita objetiva	28 e 29/01/2013
11.	Divulgação do gabarito definitivo da prova escrita objetiva	01/02/2013
12.	Divulgação da classificação preliminar	06/02/2013
13.	Recursos contra a classificação preliminar	07 e 08/02/2013
14.	Divulgação da classificação final	11/02/2013

15. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial de Processo Seletivo e do Instituto O Barriga Verde, sendo responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

#### Capítulo II

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O Processo Seletivo será regido por este edital, organizado e executado pelo Instituto O Barriga Verde, obedecidas as normas deste Edital;

2.2 O Processo Seletivo destina-se à contratação de pessoal, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público, resultante da falta de servidores efetivos, nos casos de licenças ou afastamentos do cargo de provimento efetivo, com vistas a atender as necessidades da Administração Pública Municipal para manutenção dos serviços públicos essenciais;

2.3 As funções, número de vagas, quantidade de vagas, salários mensais, jornada semanal de trabalho e pré-requisitos, estão indicadas no Anexo I deste Edital;

2.4 Após o preenchimento das vagas indicadas no Anexo I, os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo;

2.5 Os candidatos aprovados e contratados estarão sujeitos à Lei Municipal Lei 3.869/2005.

2.6 A contratação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação decrescente

2.7 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

2.8 A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-ão pela publicação de editais no mural Oficial da Prefeitura Municipal e sítio [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), e no sítio ([www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br)) e seus extratos serão publicados em órgão oficial de publicação.

#### Capítulo III

##### DAS INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição do candidato implicará conhecimento e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.1.1 As inscrições são GRATUITAS.

3.1.2. Observar atentamente o código do cargo antes de fazer a inscrição "on line".

3.2. As inscrições serão recebidas por meio do endereço eletrônico [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br) do Instituto O Barriga Verde.

3.3 As inscrições no Processo Seletivo serão realizadas exclusivamente no site do Instituto O Barriga Verde: [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br), por meio do Formulário de Inscrição via Internet, no período descrito no cronograma do capítulo I deste edital, observado o horário de Brasília.

3.4 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

3.5 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior



poderá ser feita sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br) e da Prefeitura Municipal de Canoinhas: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br).

3.6 Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br) durante o período das inscrições e, por meio do link referente ao Processo Seletivo Público da Prefeitura Municipal de Canoinhas, efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

3.7 Ler e aceitar as normas do edital, preencher o Formulário de Inscrição e transmitir os dados pela Internet.

3.8 Imprimir a comprovação de inscrição em duas vias e uma via enviar via sedex AR, para o seguinte endereço:

**INSTITUTO O BARRIGA VERDE**

**SELETIVO CANOINHAS**

**AVENIDA LUIZ BERTOLI, 233 - CENTRO - CEP 89.190-000 - TAIÓ - SC**

3.8.1 Para a confirmação e validação da inscrição é necessário enviar via sedex AR:

Uma via da comprovação de inscrição emitida pelo site;

Fotocópia da carteira de identidade;

3.8.2 Para o caso de prova de títulos enviar também:

a) Fotocópia do diploma de graduação ou certificado ou declaração de pós-graduação, histórico ou certificado de ensino médio e declaração atual de que está cursando graduação e qual fase ou ano;

b) Declaração de tempo de serviço no magistério, com respectivos períodos, expedido pelo órgão competente ou carteira de Trabalho e Previdência Social.

c) Certificados de cursos de capacitação.

3.8.3. As especificações dos títulos citados no item 3.8.2, contas do item 7.5 deste edital;

3.8.4. Não serão aceitos comprovação de inscrição ou documentação enviada via e-mail, fax ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.

3.9 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências dos correios na localidade em que se encontra o candidato, a comprovação deverá ser postada antecipadamente.

3.10 O processo de inscrição somente se completa e se efetiva com o recebimento do sedex AR, com a confirmação da inscrição e com a documentação em perfeita ordem, conforme solicita este edital;

3.11 São considerados desistentes os candidatos que tenham realizado sua inscrição via internet e não enviarem a confirmação com a documentação adequada até o dia estabelecido no cronograma.

3.12 Ao inscrever-se no Processo Seletivo é recomendado ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que é de sua responsabilidade manter-se informado sobre as publicações deste certame.

3.13. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração.

3.14. Da escolha dos cargos:

3.14.1 O candidato poderá se inscrever em até dois cargos, sendo um no período matutino e outro no período vespertino.

3.14.2. Para se inscrever em dois cargos, o candidato deverá realizar duas inscrições, e enviar a comprovação das duas inscrições conforme o item 3.8.1., podendo utilizar o mesmo envelope e apenas uma cópia de cada documento solicitado, os quais serão considerados para ambas as inscrições.

3.14.3 O candidato que efetivar mais de uma inscrição por período (matutino e vespertino) terá confirmada apenas a última, sendo as demais canceladas. Não sendo possível identificar a última inscrição efetivada, todas poderão ser canceladas.

3.15. Das demais disposições sobre as inscrições:

3.15.2 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não

atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.15.3. Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do Formulário de Inscrição, reservando-se ao Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Canoinhas o direito de excluir do Processo Seletivo aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e legível e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.15.4. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Canoinhas não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, fechamento das agências de correios, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência e envio de dados e documentos.

3.15.5. O descumprimento das instruções para inscrição implicará a não efetivação da inscrição.

3.15.6. O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Canoinhas eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Processo Seletivo.

3.15.7. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato, desde que sejam identificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

3.15.8 Os eventuais erros de digitação de informações pessoais, ocorridos quando da inscrição, deverão ser corrigidos em formulário específico (disponível no anexo V), que deverá ser enviado via email (assinado pelo candidato) para o endereço eletrônico [concursos@iobv.com.br](mailto:concursos@iobv.com.br) impreritavelmente na data fixada para recursos contra as inscrições, conforme cronograma;

3.15.9 O candidato que não solicitar as correções dos dados será o único responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

3.15.10 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de provas deverá até a data determinada no cronograma do capítulo I deste edital, enviar via e-mail (assinado pelo candidato (Anexo III) para o endereço eletrônico [concursos@iobv.com](mailto:concursos@iobv.com) (solicitar confirmação de recebimento) ou via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para INSTITUTO O BARRIGA VERDE, situado à Avenida Luiz Bertoli, 233 – CEP 89.190-000 – Taió-SC, requerimento (conforme formulário disponível no site Anexo III) indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos;

3.15.11 O pedido relativo ao item anterior – condições especiais não se constitui no pedido para concorrer a vagas reservadas a portadores de deficiência;

3.15.12 Não haverá prova em braile. Os candidatos deficientes visuais poderão requerer prova ampliada ou o auxílio de um fiscal leitor para realizar sua prova.

3.15.13. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

3.15.14 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova deverá solicitá-la através do Anexo III, deste edital, até o término das inscrições, enviar via Sedex, ao Instituto O Barriga Verde. A Prefeitura Municipal de Canoinhas e o Instituto O Barriga Verde, não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino.

3.15.15 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.15.16 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata). O Instituto O Barriga Verde não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança e a candidata não poderá permanecer com a criança no local da prova.

3.15.17 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

3.16 É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do deferimento ou indeferimento de se sua



inscrição através do acompanhamento das publicações no site [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br).

#### Capítulo IV

##### DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1 Aos candidatos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo desde que as atribuições da função pretendida sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores e a eles serão reservados o mínimo de 4% (cinco por cento) das vagas a serem preenchidas em cada cargo, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Decreto Federal 3.298/99 e Lei Federal 8.112/90, conforme discriminado neste Edital e seus Anexos;

4.2 Nos casos onde a aplicação do percentual de 4% (cinco por cento) sobre as vagas de cada cargo resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que o resultado não ultrapasse o limite máximo de 20% (vinte por cento) para as vagas reservadas;

4.3 Para o atendimento do item anterior, o primeiro candidato portador de deficiência classificado em cada cargo no Processo Seletivo será nomeado para ocupar a quinta vaga aberta na referida função, enquanto os demais serão nomeados a cada intervalo de vinte vagas providas na função.

4.4 Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e suas alterações;

4.5 No ato da inscrição o candidato portador de deficiência, deverá declarar em campo específico do Formulário Eletrônico de Inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador;

4.6 O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação;

4.7 O candidato portador de deficiência deverá enviar via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para ou via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para INSTITUTO O BARRIGA VERDE, situado à Avenida Luiz Bertoli, 233 – CEP 89.190-000, requerimento para concorrer às vagas reservadas (conforme formulário disponível no site anexo III) anexando a este o Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência. Também deverá ser anexada a este laudo uma cópia do comprovante de inscrição. Tais providências deverão ser tomadas impreterivelmente até a data prevista no cronograma do capítulo I deste edital.

4.8 O candidato portador de deficiência que não protocolar o requerimento e laudo médico conforme especificado no item 4.7, não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário eletrônico de inscrição, neste caso a inscrição será revertida, para que o candidato concorra as demais vagas não reservadas;

4.9 Na realização da prova, as adaptações necessárias aos candidatos portadores de deficiência, dentro das possibilidades da Executora do Processo Seletivo, somente serão efetuadas para aqueles que comunicarem sua deficiência nas condições estabelecidas neste edital;

4.10 As pessoas portadoras de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal 3.298/99, particularmente em seu artigo 4º, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos;

4.11 A homologação final do candidato como portador de deficiência se dará após a publicação dos resultados finais deste processo, quando os candidatos portadores de deficiência aprovados e classificados nas vagas respectivas, deverão submeter-se à avaliação médica ocupacional, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função pretendida, de acordo com a legislação em vigor, sob responsabilidade da

Prefeitura Municipal de Canoinhas;

4.12 A homologação final do candidato inscrito como portador de deficiência, após a avaliação determinada deste Edital, se dará da seguinte forma:

4.13 Homologada como candidato portador de deficiência com direito à reserva de vaga, quando a deficiência não impede o normal desempenho de todas as atividades da função;

4.14 Homologada, sem direito à reserva de vagas, pelo fato de não ser considerado deficiente por não se enquadrar nos requisitos previstos no Decreto Federal 3.298/99, que caracterizam os portadores de deficiência. Neste caso o candidato continua inserido na classificação geral;

4.15 Não homologada em face da incompatibilidade entre a deficiência apresentada e as atribuições da função a que concorre, ficando então o candidato excluído do Processo Seletivo em que se inscreveu.

4.16 Caso o candidato portador de deficiência seja considerado inapto para a função, será nomeado o candidato imediatamente posterior. Vaga reservada e não provida por falta de candidatos portadores de deficiência ou por reprovação dos concorrentes é revertida para a classificação geral;

4.17 O candidato portador de deficiência que não realizar sua inscrição de acordo com as regras deste capítulo do Edital não poderá alegar esta condição em seu benefício, não sendo cabível qualquer recurso de sua condição neste caso.

#### Capítulo V

##### DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. Após análise das inscrições o Prefeito Municipal de Canoinhas/SC homologará as inscrições nos meios de publicações oficiais, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação.

5.2. Julgados os recursos interpostos, com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, caso haja alteração, será divulgada nova homologação.

#### Capítulo VI

##### DAS PROVAS

6.1. O Processo Seletivo constará das provas objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos (de caráter eliminatório e classificatório) e de prova de títulos (de caráter classificatório);

6.2 Os conteúdos programáticos exigidos por cada nível de formação requerida e conhecimentos específicos por tipo de cargo, assim como a composição das provas estão descritos no Anexo II deste Edital.

6.3. As provas serão realizadas no município de Canoinhas – SC e não será permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação, sendo de inteira responsabilidade do candidato a viabilidade de apresentar-se nos locais e horários determinados para a realização das provas.

##### 6.4. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS CARGOS

6.4.1. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.4.2 Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade de conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento e conhecimentos relativos à atribuição do cargo.

6.4.3. Será aplicado exame de habilidades e de conhecimentos, mediante provas objetivas, de caráter classificatório e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas em cada questão, com somente uma opção correta e duração de 3 (três) horas, distribuídas conforme quadros abaixo:

6.4.3.1 – Prova Escrita Objetiva para os cargos que exigem prova de Títulos

Tipo da Prova	Disciplina	Nº Questões	Valor Questão	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	07	0,20	1,40
	Matemática	07	0,20	1,40
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	06	0,20	1,20
	Específicos do Cargo	20	0,20	4,00
TOTAL		40		8,00

#### 6.4.3.2 – Prova Escrita Objetiva para os cargos que não exigem prova de Títulos

Tipo da Prova	Disciplina	Nº Questões	Valor Questão	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	07	0,25	1,75
	Matemática	07	0,25	1,75
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	06	0,25	1,50
	Específicos do Cargo	20	0,25	5,00
TOTAL		40		10,00

#### 6.4.4. DO HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.4.4.1. As provas serão realizadas no município de Canoinhas – SC conforme segue:

Data: 27/01/2013;

Local e horários: As provas acontecerão nas Unidades Educacionais: EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e EBM Presidente Castelo Branco nos turnos matutino e Vespertino e o cronograma constando o local, horários e as áreas, será divulgado quando da homologação das inscrições, em edital próprio de convocação.

6.4.4.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário de Brasília.

6.4.4.3. A confirmação da data e as informações sobre horários, locais e distribuição dos cargos e candidatos por sala (ensalamento) serão divulgadas oportunamente por meio de edital próprio a ser publicado no mural oficial e site da Prefeitura ([www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br)) e no site [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br).

6.4.4.4. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, local e horários se constar o seu nome no edital de homologação e convocação.

6.4.4.5. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

6.4.4.6. Os portões de acesso às salas de provas serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início das provas e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. O candidato terá o tempo de 15 minutos para localizar sua sala, conferir seu material e documentação e deverá estar em sala de provas até o horário previsto para o início das provas.

6.4.4.7. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato.

7.4.4.8. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

a) cujo nome conste da lista de homologação das inscrições  
b) que se apresentar no portão até horário estabelecido para seu fechamento.

c) e estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força

de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

d) Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato;

6.4.4.9. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.4.4.10. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.4.4.11. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

6.4.4.12. O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente: 02 (duas) canetas esferográficas de tinta preta ou azul de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.4.4.13. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova e o Instituto O Barriga Verde, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nas folhas de respostas personalizadas, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.4.4.14. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.

6.4.4.15. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

6.4.4.16. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo.

6.4.4.17. Durante a realização das Provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou equipamentos eletrônicos.

6.4.4.18. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Seletivo, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.4.4.19. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

6.4.4.20. Poderá ser excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- não apresentar documento que bem o identifique;
- ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- ausentar-se do local de provas antes de decorridos 45 (quarenta e cinco) minutos do início das provas;
- fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pelo Instituto O Barriga Verde no dia da aplicação das provas;
- ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;
- estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;



k) não devolver integralmente o material recebido;

l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

m) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

6.4.4.21. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados antes de embalados e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6.4.4.22 Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

6.4.4.23 O Instituto O Barriga Verde e a Prefeitura Municipal de Canoinhas não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

6.4.4.24 No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde procederá à inclusão do candidato, desde que apresente comprovação de inscrição, mediante preenchimento de formulário específico.

6.4.4.25 A inclusão de que trata o item 6.4.4.24 será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Municipal, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

6.4.4.26 Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6.4.4.27. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;

c) estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

6.4.4.28. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.4.4.29. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

6.4.4.30. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

6.4.4.31. O candidato poderá levar o caderno de provas se permanecer em sala de provas até o horário previsto para término da prova.

6.4.4.32. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacrar o envelope de provas.

6.4.4.33. A Comissão Especial poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

6.4.4.34. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, e requerer tais condições nos termos deste edital.

6.4.4.35. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.4.4.36. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e identidade.

6.4.4.37. Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de inscrição para possíveis conferências. Porém é indispensável à apresentação de documento de identificação com foto.

#### 6.4.5. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

6.4.5.1. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha. O candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

6.4.5.2. Poderá haver mais de um tipo de prova para cada cargo, neste caso o candidato deverá obrigatoriamente identificar o tipo de prova no seu cartão resposta.

6.4.5.3. Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA, que será o único documento válido para a correção da prova.

6.4.5.4. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas no Caderno de Questões.

6.4.5.5. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão-resposta.

6.4.5.6. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato preencheu corretamente o cartão-resposta.

6.4.5.7. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no cartão-resposta, em especial seu nome, número de inscrição e opção de cargo, e em seguida deverá assiná-lo. Não serão corrigidos os cartões-respostas que não estiverem assinados.

6.4.5.8. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

6.4.5.9. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

6.4.5.10. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

6.4.5.11. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

6.4.5.12. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

6.4.5.13. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pela Prefeitura Municipal de Canoinhas, no Quadro de Atos Oficiais da Prefeitura Municipal e sítio [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no dia seguinte da data da realização das provas e em caráter meramente informativo no site [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br).

6.4.5.14. Os gabaritos serão disponibilizados no site [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br), em até 24 horas após a realização das provas.

6.4.5.15. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

6.4.5.16. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

#### 6.6. DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR- professor

6.6.1. Haverá prova de títulos somente para os cargos conforme consta do Anexo I deste Edital.

6.6.1.1 A prova de títulos de caráter classificatório consistirá na valorização de títulos de formação profissional, e o tempo de serviço até 30 de junho/2012, que serão valorizados conforme o quadro abaixo:

TABELA DE TÍTULOS

	Títulos (concluídos)	Valor
a.	Certificado de pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de atuação;	0,20
b.	Certificado de pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de atuação;	0,15
c.	Certificado de pós-graduação lato sensu (especialização) na área de atuação;	0,10
d.	Certificado de Nível Superior em Outra Disciplina que não a de habilitação para Ingressar no cargo - apenas um certificado, desde que seja na área de Educação;	0,05
e.	Curso de Aperfeiçoamento na área de atuação. Período de Outubro de 2010 à Outubro de 2012	0,05 (cinco décimos) a cada 40hs de curso, até no máximo 400hs ou 0,50 pontos
f.	Tempo de Serviço	0,05 (cinco décimos) a cada ano de trabalho, até no máximo 20 anos ou 1,00 ponto
	Total Máximo de Pontos	2,00

Para Apresentação dos títulos:

a) Juntamente com os títulos, deverá ser apresentada relação dos mesmos, em formulário próprio, conforme modelo (anexo VI), deste Edital.

b) A relação deverá ser preenchida, com letra de forma, digitada ou datilografada;

c) Junto à relação de títulos deverão ser encaminhados apenas os títulos listados.

d) A documentação apresentada deverá estar autenticada, frente e verso, em cartório ou deverá constar a informação confere com original, com carimbo, assinatura e número de matrícula do Diretor de Recursos Humanos, Diretor de Escola e/ou Secretário Escolar.

6.6.2 Serão aceitos somente certificados de cursos de aperfeiçoamento na área de atuação que estejam devidamente registrados no órgão competente.

6.6.3 Na relação dos títulos, o candidato declarará expressamente o curso que possui, devendo anexar seu comprovante junto aos demais títulos.

6.6.4 Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

6.6.5 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

6.6.6. O formulário-modelo para relação dos títulos consta do (anexo VI), deste Edital, sendo que cada título será considerado uma única vez.

6.6.7 Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

6.6.7.1. Constituem Títulos válidos para esse certame, somente os indicados, no item 6.6.1.1 e subitens, desde que devidamente comprovados, concluídos até a data da inscrição e relacionados à área para a qual o candidato está se candidatando.

6.6.8. O(s) diploma(s), certificados, declarações de conclusão de curso de Mestre, Doutor, Especialização e ata de defesa da tese deverá (ão) ser expedido(s) por instituição oficial de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

6.6.9. Para os que concluíram e ainda não possuem o diploma e/

ou certificado, só serão aceitos atestados de conclusão de curso desde que em papel timbrado da instituição, com firma reconhecida do responsável e acompanhado do histórico escolar.

6.6.10. Não serão recebidos títulos fora do prazo, local e horário estabelecido neste Edital, ou em desacordo com o disposto neste item. Uma vez entregues os títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos.

6.6.11. Os documentos, em língua estrangeira, de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, por tradutor juramentado e revalidados por instituição brasileira.

6.6.12. Não serão pontuados títulos relativos a estágios ou monitorias, remunerados ou não, público ou privado.

6.6.13. Cursos sem carga horária definida não receberão pontuação.

6.6.14. Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com o cargo.

6.6.15. Não serão aceitos como comprovante de conclusão de qualquer curso, atestados de frequência, grade curricular e histórico escolar; Declarações de conclusão só serão aceitas mediante apresentação do conteúdo programático, carga horária e número do registro no órgão emissor.

6.6.16. O comprovante de Tempo de Serviço prestado ao Magistério: Estadual, Municipal, Particular e/ou Federal deverá atestar o tempo de serviço especificando em anos, meses e dias, com o(s) período(s) em ano de efetivo trabalho, computados prioritariamente até 30 de junho/2012. Períodos concomitantes serão computados apenas uma única vez.

6.6.17. O comprovante de Tempo de serviço, dos demais profissionais deverá atestar o tempo de serviço na área, podendo ser pública ou privada, e especificando em anos, meses e dias e o(s) período(s) em ano de efetivo trabalho, computado prioritariamente até 30 de junho/2012. Períodos concomitantes serão computados apenas uma única vez. Frações de anos não serão computadas.

6.6.18. As frações de anos serão computadas da seguinte forma: a) frações que resultarem em até 6 meses serão arredondadas para a primeira casa inferior (Exemplos: 6 meses = 0 anos; 1 ano e seis meses = 1 ano). b) As frações acima de 6 meses serão arredondadas para a primeira casa superior (exemplo: 6 meses = 1 ano; 1 ano e 6 meses = 2 anos).

6.6.19 Os comprovantes de Tempo de Serviços deverão ser atualizados, originais ou autenticados.

6.6.20. Os pontos alcançados na prova de Títulos serão somados ao total de pontos das Provas Objetivas.

6.6.21. Cada Título será considerado uma única vez.

6.6.22. A contagem dos títulos não é cumulativa. O título de maior valor elimina o de menor valor.

6.6.23. O envio dos títulos dar-se-á no período de inscrições (26/12/2012 a 09/01/2013), quando os candidatos deverão protocolar pessoalmente ou enviar via Sedex, ao Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bértoli, nº 233, Centro, CEP 89.190-000, ref: PROCESSO SELETIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS envelope lacrado e identificado com nome e CPF, nº de inscrição e cargo, contendo a cópia AUTENTICADA EM CARTÓRIO dos respectivos certificados/diploma de seus TÍTULOS, e o anexo VI deste edital, devidamente preenchido e assinado.

6.6.24 Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato;

6.6.25 Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos a não ser o informado no cronograma do presente Edital.

6.6.26 A abertura dos envelopes será feita posteriormente pela comissão avaliadora, para efetivação da pontuação da prova de títulos;

6.6.27 A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

6.6.28 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório

da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

6.6.28.1 Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

6.6.28.2 Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

6.6.28.3 Constituem Títulos válidos para esse certame, somente os indicados, no item 6.6.1, desde que devidamente comprovados, concluídos até a data da inscrição e relacionados à área para a qual o candidato está se candidatando.

## Capítulo VII

### DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1 São considerados aprovados neste processo seletivo, os candidatos que obtiverem pontuação final diferente de 0,00 (zero pontos).

7.1.1. Para os cargos com prova escrita objetiva e prova de títulos, a pontuação final será dada aplicando-se a seguinte fórmula:  $PF = PE + PT$ , onde PF = Pontos Final; PE = Pontos Prova Escrita; PT = Pontos dos Títulos. Sendo a pontuação máxima de todos os cargos igual a 10 (dez pontos), sendo considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação diferente de 0,00 (zero pontos).

7.1.2 A média final dos demais cargos será obtida pela nota da prova escrita objetiva de caráter classificatório, estando aprovado o candidato que alcançar nota diferente de 0,00 (zero).

7.2 A classificação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais

7.3. Em caso de empate nas notas, para fins de classificação final, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:

Possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;

Possuir maior número de pontos na prova de Conhecimento Gerais;

O candidato de maior idade.

Número de Dependentes.

## Capítulo VIII

### DOS RECURSOS E REVISÕES

8.1. É admitido pedido de revisão quanto:

a) à formulação das questões objetivas e respectivos quesitos;

b) à opção considerada como certa nas provas objetivas.

8.2 É admitido pedido de recurso quanto aos resultados finais do Processo Seletivo;

8.3 O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos ou quanto à opção considerada como certa na prova objetiva deverá fazê-lo, na forma do item 8.4, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação dos gabaritos, devendo enviá-lo via SEDEX, com Aviso de Recebimento (AR) para o INSTITUTO O BARRIGA VERDE, situado à Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – CEP 88.180-000 – Taió-SC, com a menção expressa que se relaciona a este Edital;

8.4 O pedido de revisão deverá obedecer ao padrão estabelecido no anexo IV deste edital, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:

a) ser digitado e assinado;

b) ser fundamentado, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia;

c) ser apresentado em folhas separadas, para questões diferentes, quando for o caso.

8.5 Os pedidos de revisão que não estiverem de acordo com o

disposto nos itens acima serão preliminarmente indeferidos;

8.6 Não serão aceitos pedidos de revisão interpostos por fac-símile, internet, ou qualquer meio que não o especificado por este edital, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e os inconsistentes ou em desacordo com o modelo, constante no Anexo IV e publicado endereço eletrônico [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br), serão indeferidos;

8.7 No caso de alteração na indicação da resposta correta de uma questão no gabarito preliminar, o mesmo será alterado para a forma correta no gabarito definitivo;

8.8 Em caso de anulação de questão(ões), os pontos a ela(s) correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos;

8.9 Após a avaliação pela Banca de Provas os resultados dos mesmos será expresso como "Deferido" ou "Indeferido";

8.10 A listagem com os resultados dos Pedidos de Revisão será publicada na Internet, no endereço eletrônico [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br), e dela constará as seguintes informações: cargo,

número da questão, número de inscrição e resultado. E os pareceres completos publicados na área do candidato no mesmo site.,

8.11 Os recursos devem ser enviados via SEDEX, conforme item 8.3.

8.12 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição e cargo;

8.13 O pedido de revisão ou recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo;

8.14 Serão preliminarmente indeferidos:

a) Pedidos de revisão ou recursos que o teor seja desrespeitoso com a Banca de Provas;

b) Pedidos de revisão ou recursos impetrados em desacordo com as regras e procedimentos deste Capítulo do Edital;

c) Pedidos de revisão ou recursos com fundamentação incoerente;

d) Pedidos de revisão ou recursos intempestivos.

## Capítulo IX

### DA CONTRATAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE PRÉ-REQUISITOS

9.1 Os candidatos aprovados serão contratados em caráter temporário, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo;

9.1.1. Para as funções de professor serão convocados primeiramente os candidatos da lista de professores habilitados e esgotando-se esta lista serão chamados os não-habilitados.

9.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro da Prefeitura Municipal de Canoinhas. A contratação é de competência do Prefeito Municipal, e será realizada de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observada a ordem de classificação dos candidatos;

9.3 Após a homologação do certame, o candidato deverá comunicar à Prefeitura Municipal de Canoinhas toda e qualquer alteração de seu endereço;

9.3.1 Para alterar o endereço constante do "Formulário Eletrônico de Inscrição", o candidato deverá encaminhar documento ao Setor de Recursos Humanos/SME da Prefeitura Municipal de Canoinhas através de correspondência com Aviso de Recebimento (AR) ou diretamente no Setor de Protocolo da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Canoinhas situada à Rua Felipe Schmidt, nº9, Centro, indicando seu cargo, número de inscrição, novo endereço e fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo objeto deste Edital;

9.3.2 Em não havendo a comunicação do candidato de alteração de seu endereço, considerar-se-á perfeita e acabada a convocação prevista no item 9.3.

9.4. Os candidatos aprovados conforme ordem de classificação deverão apresentar à Secretaria Municipal de Educação, junto ao Setor de Recursos Humanos, na data, horário e local indicado, os seguintes documentos:

Na admissão, o candidato declarará, sob as penas da Lei:



Ter nacionalidade brasileira;  
Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar; Gozar de boa saúde condição que será comprovada, quando do processo de admissão através de atestado médico (médico ou clínico geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo de Professor, expedido a no máximo 15 (quinze) dias;  
Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão  
Não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e políticos, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum; Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo de Professor;  
Ter idade mínima de 18 (anos) a completar na data de início da admissão;  
Apresentar fotocópia da carteira de identidade, CPF, título de eleitor;  
Apresentar fotocópia do diploma de graduação, histórico ou certificado de ensino médio e declaração atual de que está cursando graduação e qual fase ou ano;  
Apresentação a perícia médica, realizada por médico do trabalho sob responsabilidade do contratado (prazo para entrega 7 (sete) dias úteis, podendo ser recendido o contrato se não respeitar este prazo);  
Carteira de trabalho compatível para o trabalho;  
O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais;  
Uma foto 3x4;  
Comprovante de residência;  
Comprovante da última eleição (1º e 2º turno);  
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;  
Documento de abertura da conta na agência Bradesco (Posto da Prefeitura).  
Número atualizado do PIS/PASEP – Caixa Econômica e Banco do Brasil  
Atestado de boa conduta -expedido no Máximo com 30 dias de antecedência.  
Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;  
Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não-recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos não-cumuláveis; Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;  
Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura em cargo público  
Obs.: Caso não seja realizado a entrega correta dos documentos solicitados na admissão poderá ocorrer o bloqueio do pagamento referente ao mês trabalhado.  
9.5 Ficará sob responsabilidade do candidato Atestado Médico Ocupacional, somente expedido por Médico do Trabalho, onde se submete a exame médico, no qual será emitido parecer APTO ou NÃO APTO para o exercício da função, sendo este de caráter

eliminatório;  
9.6 O não atendimento ao item 9.4 ou a adulteração de qualquer elemento constante da relação de documentos ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo;  
9.7 Os candidatos aprovados e classificados, quando contratados, terão um prazo máximo de 30 (trinta) dias para assumir suas atividades;  
9.8 A não comprovação de quaisquer dos pré-requisitos definidos para a função, mediante documentação específica, acarretará na desclassificação e consequente eliminação do candidato;  
9.9 Não serão aceitos recursos interpostos quanto aos resultados da comprovação de pré-requisitos proferidos pela comissão avaliadora.

#### Capítulo X

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.  
10.2. Para atender conveniências administrativas, a Prefeitura Municipal de Canoinhas poderá alterar o seu Plano de Cargos e Salários vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções se referem aos termos do regulamento em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão de candidatos, significará, por parte destes, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Salários;  
10.3. O(a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo Seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Canoinhas, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) deste Processo Seletivo;  
10.4 A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição;  
10.5 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, poderá ser anulada a inscrição ou a prova do candidato, se verificada falsidade de declaração ou irregularidade na prestação da prova;  
10.6. A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Seletivo.  
10.7 Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados das provas, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.  
10.8 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo.  
10.9 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados.  
10.10. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.  
10.11. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as Provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.  
10.12 As despesas relativas à participação do candidato no Seletivo e à sua apresentação para posse e exercício correrão às



expensas do próprio candidato.

10.13 A Prefeitura Municipal de Canoinhas e o Instituto o Barriga Verde não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Seletivo.

10.14. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do Processo Seletivo.

10.15 Os cadernos de provas escritas serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

10.16. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 3 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

10.17 É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros das bancas examinadora ou organizadora.

10.18 A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por cargo ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de Canoinhas;

10.19 Ao Prefeito Municipal de Canoinhas caberá a homologação do resultado final do Processo Seletivo que será publicado no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Canoinhas, nos sites [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br), [www.canoinhas.sc.gov.br](http://www.canoinhas.sc.gov.br) e na Imprensa Local;

10.20 Este Processo Seletivo terá validade de 01 (um) ano a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período; Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim, a Portaria de Homologação do Processo Seletivo;

10.21 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo não implicará na obrigatoriedade da sua contratação, cabendo a Prefeitura Municipal de Canoinhas o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido neste edital;

10.22 Todos os avisos e resultados do Processo Seletivo serão publicados no "site" [www.iobv.com.br](http://www.iobv.com.br);

10.23 Fica delegada competência ao Instituto o Barriga Verde para:

divulgar este Processo Seletivo;

receber as inscrições;

deferir e indeferir as inscrições;

elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas;

julgar os pedidos de revisão e recursos previstos no Edital;

prestar informações sobre este Processo Seletivo;

divulgar os resultados de todas as etapas do Processo Seletivo.

11.24 Os casos não previstos, no que tange a realização deste Processo Seletivo serão resolvidos, conjuntamente, pelo Instituto o Barriga Verde e pela Prefeitura Municipal de Canoinhas.

11.25 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I Quadro de Cargos e Vagas; Anexo II Conteúdo Programático, Anexo III Requerimento Vaga PNE e Condição especial para realizar a prova; Anexo IV Formulário para Interposição de Recursos Anexo V – Formulário de correção de Dados e Anexo VI – Formulário de Apresentação dos títulos.

Canoinhas (SC), 21 de dezembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

CARGOS, JORNADA DE TRABALHO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL, PRÉ-REQUISITOS, HORÁRIOS e TIPO DE PROVAS

#### PROFESSORES- SUPERIOR COMPLETO

Nº. do Cargo	DISCIPLINA/CARGO	Habilitação/Escolaridade	R\$ Remuneração (40 h)	Tipo de Prova	Nº. Vagas	Período da Prova
1.	ARTES (HABILITADO)	- Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística, Artes Visuais e Artes.	R\$ 1.687,31		01	Matutino
2.	ARTES (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Artística, Artes Visuais ou Artes. - Cursando ou habilitado em outras graduações - Magistério ou Ensino Médio Completo	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino

3.	ENSINO RELIGIOSO (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências da Religião ou Licenciatura curta em Ciências da Religião.	R\$ 1.687,31		01	Matutino
4.	ENSINO RELIGIOSO (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências da Religião ou Licenciatura curta em Ciências da Religião. - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino
5.	EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física	R\$ 1.687,31		01	Matutino
6.	EDUCAÇÃO FÍSICA (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino
7.	CIÊNCIAS (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Ciências	R\$ 1.687,31		01	Matutino
8.	CIÊNCIAS (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Ciências. - Cursando ou habilitado em outras graduações - Magistério ou Ensino Médio Completo	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino

9.	MATEMÁTICA (HABILITADO)	- Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática.	R\$ 1.687,31		CR	Matutino
10.	MATEMÁTICA (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Matemática. - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino
11.	GEOGRAFIA (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Geografia ou Licenciatura Curta em Geografia ou Ciências Sociais.	R\$ 1.687,31		01	Vespertino
12.	GEOGRAFIA (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia ou Licenciatura Curta em Geografia ou Ciências Sociais. - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Vespertino
13.	HISTORIA (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em História ou Licenciatura Curta em História ou Ciências Sociais.	R\$ 1.687,31		01	Vespertino
14.	HISTORIA (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História ou Licenciatura Curta em História ou Ciências Sociais. - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Vespertino

15.	INGLES (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Inglês.	R\$ 1.687,31		01	Matutino
16.	INGLES (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Inglês - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino
17.	LINGUA PORTUGUESA (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa.	R\$ 1.687,31		01	Matutino
18.	LINGUA PORTUGUESA (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa. - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino
19.	EDUCAÇÃO INFANTIL DO ENS.FUND (HABILITADO)	- Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Educação Infantil ou Normal Superior.	R\$ 1.687,31	Objetiva e títulos	01	Matutino
20.	EDUCAÇÃO INFANTIL DO ENS.FUND (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Pedagogia, Pedagogia Anos Iniciais ou Normal Superior - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo. - Magistério ou Ensino Médio em Curso.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	01	Matutino



21.	ANOS INICIAIS DO ENS. FUND (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Anos Iniciais ou Normal Superior.	R\$ 1.687,31		01	Matutino
22.	ANOS INICIAS DO ENS. FUND (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Anos Iniciais ou Normal Superior - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo. - Magistério ou Ensino Médio em Curso.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino
23.	Educação de Jovens e Adultos (HABILITADO)	- Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena na Área Educacional.	R\$ 1.687,31		01	Matutino
24.	Educação de Jovens e Adultos (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na Área Educacional. - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino

## EDUCAÇÃO ESPECIAL- NÍVEL SUPERIOR

Nºdo cargo	Disciplina/Cargo	Habilitação/ Escolaridade	R\$ Remuneração (40 h)	Tipo de Prova	01	Matutino
1.	MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	Certificado de Conclusão de Ensino Médio.	R\$ 997,78	Objetiva	01	Matutino
2.	EDUCAÇÃO ESPECIAL (SALA AEE) (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia – Habilitação Educação Infantil, Anos Iniciais, Pedagogia Educação Especial ou Curso Normal Superior.	R\$ 1.687,31		01	Matutino
3.	EDUCAÇÃO ESPECIAL (SALA AEE) (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Habilitação Educação Infantil anos Iniciais, Pedagogia Educação Especial ou Curso Normal Superior. - Cursando ou habilitado em outras graduações - Magistério ou Ensino Médio Completo	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino

4.	EDUCAÇÃO ESPECIAL – DEFICIÊNCIA VISUAL (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Especial. Curso de 120 (cento e vinte) horas de capacitação/formação continuada na área da Deficiência Visual (40 horas – curso Braile, 40 horas Sorobã e 40 horas – Curso de Baixa Visão)	R\$ 1.687,31	Objetiva e títulos	01	Matutino
5.	EDUCAÇÃO ESPECIAL – DEFICIÊNCIA VISUAL (NÃO HABILITADO)	- Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino
6.	EDUCAÇÃO ESPECIAL – PROFESSOR INTERPRETE DE LIBRAS (HABILITADO)	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia e comprovante de Exame de curso em LIBRAS	R\$ 1.687,31	Objetiva e títulos	01	Matutino
7.	EDUCAÇÃO ESPECIAL – PROFESSOR INTERPRETE DE LIBRAS (NÃO HABILITADO)	Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia - Cursando ou habilitado em outras graduações. - Magistério ou Ensino Médio Completo.	R\$ 1451,00	Objetiva e títulos	CR	Matutino

## ESPECIALISTAS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - NÍVEL SUPERIOR

Nº. do Cargo	Cargo	Carga Horária semanal	Habilitação/Escolaridade	R\$ Remuneração (40 h)	Tipo de Prova	Nº. Vagas	Período da Prova
1.	PEDAGOGO	40h	Diploma de curso superior em Pedagogia	1.687,31	Escrita Objetiva e Títulos	01	Vespertino
2.	ORIENTADOR EDUCACIONAL	40h	Diploma de curso superior em Pedagogia Habilitação Orientação Educacional	1.687,31	Escrita Objetiva e Títulos	01	Vespertino
3.	ADMINISTRADOR ESCOLAR	40h	Diploma de curso superior em Pedagogia Habilitação Administração Escolar	1.687,31	Escrita Objetiva e Títulos	01	Vespertino
4.	SUPERVISOR ESCOLAR	40h	Diploma de curso superior em Pedagogia Habilitação Supervisão Escolar	1.687,31	Escrita Objetiva e Títulos	01	Vespertino
5.	ASSISTENTE SOCIAL AO EDUCANDO	20h 40h	Certificado de conclusão de ensino superior em Assistência Social e registro no órgão de classe	2.426,19	Escrita Objetiva	01	Vespertino
6.	NUTRICIONISTA	20 h 40h	Certificado de conclusão de ensino superior em Nutrição e registro no órgão de classe	2.426,19	Escrita Objetiva	CR	Vespertino

7.	FONOAUDIÓLOGO	20 h 40h	Certificado de conclusão de ensino superior em Fonoaudiologia e registro no órgão de classe.	2.426,19	Escrita Objetiva	CR	Vespertino
8.	PSICÓLOGO	20 h 40h	Certificado de conclusão de ensino superior em psicologia e registro no órgão de classe.	2.426,19	Escrita Objetiva	CR	Vespertino

**MONITOR, INSTRUTOR, ASSISTENTE TÉCNICO E TÉCNICO AGRÍCOLA- NÍVEL MÉDIO**

Nº. do Cargo	Cargo	Carga Horária semanal	Habilitação/ Escolaridade	R\$ Remuneração	Tipo de Prova	Nº. Vagas	Período da Prova
1.	MONITOR DE BIBLIOTECA	40 h	Certificado de Conclusão do Ensino Médio	1.239,35 997,98	Escrita Objetiva	CR	Vespertino
2.	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	30 h	Certificado de Conclusão do Ensino Médio	997,78 748,33	Escrita Objetiva	CR	Vespertino
3.	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	40 h	Certificado de Conclusão do Ensino Médio	1.239,35	Escrita Objetiva	CR	Matutino
4.	ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40 h	Certificado de Conclusão do Ensino Médio	1.239,35	Escrita Objetiva	CR	Matutino
5.	TÉCNICO AGRÍCOLA	40 h	Ensino Médio Completo e curso Técnico Agrícola e registro no órgão de classe	1.348,00 1.519,95	Escrita Objetiva e Títulos	01	Vespertino

**PROFESSOR PROJETOS- NÍVEL SUPERIOR SALÁRIO ENSINO SUPERIOR (40H)**

Nº. do Cargo	Cargo	Carga Horária semanal	Habilitação/ Escolaridade	R\$ Remuneração (40 h)	Tipo de Prova	Nº de vagas	Período da Prova
--------------	-------	-----------------------	---------------------------	------------------------	---------------	-------------	------------------

1.	PRO- JETO: CANTE, DANCE, FAÇA SUA HIS- TÓRIA (EDUCA- ÇÃO IN- FANTIL) (HABILI- TADO)	Até 40 h	Diplo- ma e Histórico Escolar de Con- clusão de Curso Superior de Licen- ciatura Plena Pedago- gia- Ha- bilitação em Edu- cação Infantil	R\$ 1.687,31	Escrita Objetiva	01	Vesper- tino
2.	PRO- JETO: CANTE, DANCE, FAÇA SUA HIS- TÓRIA (EDUCA- ÇÃO IN- FANTIL) (NÃO- HABILI- TADO)	Até 40 h	Certidão de fre- quência, a partir da 1ª fase em curso de Gradua- ção em Licen- ciatura Plena em Pedago- gia- Ha- bilitação em Edu- cação Infantil Cursan- do ou habilita- do em outras gradua- ções Magis- tério ou Ensino Médio Comple- to	R\$ 1451,00	Escrita Objetiva	CR	Vesper- tino

3.	PROJETOS PEDAGÓGICOS (LETRAMENTO, LÍNGUA ESTRANGEIRA, ARTES CÊNICAS, LEITURA, CONTATO DE HISTÓRIA, POESIA) (HABILITADO)	Até 40 h	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Letras, Matemática, arte.	R\$ 1.687,31	Escrita Objetiva	01	Vespertino
4.	PROJETOS PEDAGÓGICOS (LETRAMENTO, LÍNGUA ESTRANGEIRA, ARTES CÊNICAS, LEITURA, CONTATO DE HISTÓRIA, POESIA) (NÃO-HABILITADO)	Até 40 h	Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em Curso de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Letras, Matemática, arte ou na área da Educação. Magistério ou Ensino Médio Completo	R\$ 1451,00	Escrita Objetiva	CR	Vespertino
5.	LINGUAGEM ARTÍSTICA-ARTES VISUAIS, TEATRO, MÚSICA (HABILIDADE COM CORAL E TOCAR INSTRUMENTOS MUSICAIS) (HABILITADO)	Até 40 h	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Arte.	R\$ 1.687,31	Escrita Objetiva	01	Vespertino

6.	LINGUAGEM ARTÍSTICA-ARTES VISUAIS, TEATRO, MÚSICA (HABILIDADE COM CORAL E TOCAR INSTRUMENTOS MUSICAIS) (NÃO-HABILITADO)	Até 40 h	Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena de Artes. Cursando ou habilitado em outras graduações Magistério ou Ensino Médio Completo	R\$ 1451,00	Escrita Objetiva	CR	Vespertino
7.	PROJETO ARTE-SANATO (HABILITADO)	Até 40 h	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Ensino Médio	R\$ 1.687,31	Escrita Objetiva	01	Vespertino
8.	PROJETO ARTE-SANATO (NÃO-HABILITADO) (acrescido através da retificação 001)	Até 40 h	Certidão de frequência, a partir da 1ª fase, em curso de ensino médio	R\$ 1451,00	Escrita Objetiva	01	Vespertino
9.	PROJETOS ESPORTIVOS (HABILITADO)	Até 40 h	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena de Educação Física.	R\$ 1.687,31	Escrita Objetiva	01	Vespertino



10.	PRO- JETOS ESPOR- TIVOS (NÃO- HABILI- TADO)	Até 40 h	Certidão de fre- quência, a partir da 1ª fase, em curso de Gradua- ção em Licen- ciatura Plena de Edu- cação Física Magis- tério ou Ensino Médio Comple- to	R\$ 1451,00	Escrita Objetiva	01	Vesper- tino
-----	---	----------	---	----------------	---------------------	----	-----------------

## SERVENTES- NÍVEL MÉDIO

Nº. do Cargo	Cargo	Carga Horária semanal	Habili- tação/ Escolari- dade	R\$ Remune- ração (40 h)	Tipo de Prova	Nº. Vagas	Período da Prova
1.	SER- VENTE (MASCU- LINO)	40 h	Ensino Médio	622,00	Escrita Objetiva	01	Matutino
2.	SER- VENTE (FEMINI- NO)	40 h	Ensino Médio	622,00	Escrita Objetiva	01	Matutino

## ANEXO II- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## CARGOS COM ENSINO SUPERIOR

## CONTEÚDO COMUM PARA TODOS OS CARGOS:

## LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos.

## MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, sistema de numeração decimal e romana. Raízes, proporcionalidade entre segmentos, semelhança de figuras, os números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística.

## CONHECIMENTOS GERAIS

História e Geografia, Ciências Naturais, sendo: Atualidades, Cultura, Cinema, Artes do Mundo, do Brasil e do Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil e do Santa Catarina e do Município de Canoinhas; constituição dos seres vivos, o planeta terra, a terra no universo, o ar, origem e evolução, sistema solar, fenômenos da natureza, estados físicos da matéria, a célula, genética, teorias da evolução da vida. Ecologia e meio ambiente, Aspectos históricos, geográficos, e econômicos e populacionais do Município de Canoinhas e do Estado de Santa Catarina.

## HABILITADO E NÃO HABILITADO

## PROFESSOR DE ARTE

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor- aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S. DIDÁTICA GERAL.- Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros - Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Didática Geral; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade;

## PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Pluralidade Religiosa; - Tipos de Religião; - Práxis Religiosa; - História da Igreja no Brasil; - Escatologia; - Mitologia; - Símbolos e Rituais Religiosos; - Ética e Moral; - Evolução religiosa.

**EDUCAÇÃO FÍSICA**

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S. DIDÁTICA GERAL. - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. A História da Educação Física; Função Social da Educação Física; Desenvolvimento Infantil e movimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual e Letramento em Educação de Jovens e Adultos.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS**

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S. DIDÁTICA GERAL. Concepção de Ciências e Ensino de Ciências; Práticas pedagógicas para o Ensino de Ciências; Avaliação no Ensino de Ciências; História do Ensino de Ciências no Brasil; Ciências como produção humana; Conceitos específicos da área: ecossistema; sustentabilidade; biodiversidade; natureza / ambiente / ecologia; tecnologia / nanotecnologia / biotecnologia; Noções de legislação ambiental; Princípios de educação ambiental; Questões ambientais atuais (aquecimento global, água, efeito estufa, resíduos sólidos). Ciências Morfológicas: Anatomia humana, Citologia, Embriologia Humana, Histologia, Morfologia. - Ecologia; - Educação Ambiental; - Parasitologia; - Reino Animal, Vegetal e Mineral;

- Solo, água e ar; - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Didática Geral; Psicologia da Educação; - Tendências pedagógicas; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Aprender e ensinar Matemática no ensino fundamental; O professor e o saber matemático; Aluno e o saber matemático; As relações professor-aluno e aluno-aluno; A resolução de problemas e o ensino-aprendizagem de Matemática; Avaliação em Matemática; Jogos nas aulas de Matemática; O papel do lúdico no ensino da Matemática. Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); - Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; - Regra de Três e proporções; - Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; - Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. - Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonometria; - Geometria Plana e espacial. Seqüências e progressões; - Matrizes e Determinantes; - Sistemas Lineares. - Análise Combinatória; - Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; - Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; - Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; - Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; - Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA**

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S.

**DIDÁTICA GERAL.** Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia. A história do pensamento geográfico; O ensino de Geografia; Os conceitos da geografia; Didática e metodologia de Geografia; O ensino de Geografia e a Cartografia; Objeto de ensino da Geografia; Diretrizes curriculares para o ensino de Geografia. Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; - Geografia Física dos Continentes; - Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; - Aspectos Econômicos; modo de produção; - Sistema Financeiro; - Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); - Endividamento interno e externo; - Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; - Sistemas de governo; - População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); - IDH; Urbanização; - Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática e robótica; - Efeito Estufa; El nino; Buraco na Camada de Ozônio e Chuva Ácida; - Ecossistemas e Biotecnologia

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S. **DIDÁTICA GERAL.** Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia. História; Ensino de História; Correntes historiográficas; Fontes históricas; Tempo histórico; Conceitos históricos; História e cultura afro-brasileira e indígena; Diretrizes curriculares para o ensino de História. - Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval

#### PROFESSOR DE INGLÊS

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de

conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S. **DIDÁTICA GERAL.** Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia. Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala, leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Metodologias e abordagens do ensino da Língua Inglesa no Brasil; O ensino das habilidades: ler, falar, ouvir e escrever. O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

#### PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S. **DIDÁTICA GERAL.** Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia. Concepções de linguagem; A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala, leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Articulação entre ler, escrever e as áreas do conhecimento; Ensinar e aprender: perspectiva histórico-cultural. Compreensão e interpretações de textos. - Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal; - Emprego do acento indicativo da crase; - Colocação dos pronomes átonos; - Emprego dos sinais de pontuação; - Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia; - Literatura Geral e Brasileira; - Funções sintéticas de termos e de orações. Processos sintáticos: subordinação e coordenação.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento



curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

#### PROFESSOR ANOS INICIAIS

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabéticoortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos:

movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à

avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas.

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; Legislação da Educação de Jovens e Adultos; Legislação Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Política nacional, estadual e municipal do Idoso; Pesquisa como princípio educativo; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual; Letramento e Alfabetização de Adultos; O ensino e a aprendizagem da leitura; Gêneros discursivos.

#### EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; Legislação da Educação de Jovens e Adultos; Legislação Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Política nacional, estadual e municipal do Idoso; Pesquisa como princípio educativo; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na



perspectiva processual; Letramento e Alfabetização de Adultos; O ensino e a aprendizagem da leitura; Gêneros discursivos.

#### PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL SALA AEE

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S DIDÁTICA GERAL. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na educação especial e a legislação vigente; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia.

#### EDUCAÇÃO ESPECIAL - DEFICIÊNCIA VISUAL

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S DIDÁTICA GERAL. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na educação especial e a legislação vigente; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia.

#### EDUCAÇÃO ESPECIAL - Interprete de Libras

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do

Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S DIDÁTICA GERAL. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento

Educacional Especializado; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na educação especial e a legislação Universal. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua

responsabilidade; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia. Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA

(Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S. DIDÁTICA GERAL. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na educação especial e a legislação vigente; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia.

#### PEDAGOGO

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos

de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Lei 4.851 de 14/11/2011 do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011 do Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistérios e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Funções do Pedagogo de

acordo com as leis Lei 4.851 de 14/11/2011 e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011.

#### ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (ORIENTADOR EDUCACIONAL)

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 -Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); -Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; - Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Pedagogia como teoria e prática da educação; tendências pedagógicas em educação; abordagens do processo de ensino e aprendizagem; concepções de currículo e a organização do currículo escolar da Educação Básica; planejamento, planos e projetos educativos; projeto político-pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico); desenvolvimento interpessoal, comportamento grupal e intergrupal, liderança, equipe multidisciplinar; diversidade cultural e inclusão social; avaliação do processo ensino e aprendizagem; elaboração e realização de projetos de pesquisa; leitura e interpretação de indicadores sócioeducacionais e econômicos; pressupostos teóricos; qualidade social da educação; objetivos da escola e práticas de organização e gestão; o projeto político-pedagógico da Escola; organização administrativa, pedagógica e curricular do sistema de ensino; Orientação Educacional no contexto atual; conceito, Objetivos e atribuições, Fundamentos filosóficos, psicológicos, pedagógicos e sociológicos que embasam a sua prática. Orientação Educacional e o Adolescente; Sexualidade, DSTs, Drogas, Família, Escola, Profissão. Orientação Educacional Interagindo na Construção coletiva do cotidiano escolar: Projeto Político Pedagógico, Comunidade interna e externa, Conselho de Classe e Avaliação, Mediando situações de conflito. A avaliação de ensino: definições, modalidades, funções e tipos; fundamentos da orientação educacional; o papel do orientador educacional; métodos e técnicas em orientação educacional. Lei 4.851 de 14/11/2011 do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas e Lei

Complementar 0038 de 14/11/2011 do Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistérios e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Funções do Orientador Educacional de acordo com as leis Lei 4.851 de 14/11/2011 e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011.

#### ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (ADMINISTRADOR ESCOLAR)

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 -Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e

do Adolescente); -Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S. DIDÁTICA GERAL; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, -Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de administração; - Planejamento, -As diferentes fases do desenvolvimento humano e suas peculiaridades em relação ao processo educativo; da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, do Regimento Escolar e dos diversos documentos que compõem, obrigatoriamente, o arquivo escolar; de medidas a serem adotadas para melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, do adequado exercício da cidadania; A dimensão participativa da gestão escolar; Professores e Gestores Escolares ; Gestão da Escola: do contexto ao perfil da Equipe Gestora; Dimensões e indicadores da qualidade da educação; As dimensões da escola; Gestão democrática: diretrizes gerais; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Conselho Escolar; Grêmio Estudantil; Leis que reforçam a existência do Grêmio Estudantil; Avaliação da escola; Administração -gestão; Poder, autoridade e participação; Gestão e democracia; Breve histórico educacional brasileiro; O Perfil Desejável dos Gestores Escolares e dos Dirigentes de Sistemas Educacionais; Plano Estratégico ou Plano de Ação; O planejamento funcional e suas limitações; Planejamento estratégico; Lei 4.851 de 14/11/2011 do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011 do Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistérios e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Funções do Administrador Escolar de acordo com as leis Lei 4.851 de 14/11/2011 e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011.

#### SUPERVISOR ESCOLAR

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 -Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); -Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN□S. DIDÁTICA GERAL; Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, -Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; ; -Noções de administração; - Planejamento, -As diferentes fases do desenvolvimento humano e suas peculiaridades em relação ao processo educativo; da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, do Regimento Escolar e dos diversos documentos que compõem, obrigatoriamente, o arquivo escolar; medidas a serem adotadas para melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, do adequado exercício da cidadania; A dimensão participativa da gestão escolar; Professores e Gestores Escolares; Gestão da Escola: do contexto ao perfil da Equipe Gestora; Dimensões e indicadores da qualidade da educação; As dimensões da escola; Gestão democrática: diretrizes gerais; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Conselho Escolar; Grêmio Estudantil; Avaliação da escola; Poder, autoridade e participação; Breve histórico educacional brasileiro; O Perfil Desejável dos Gestores Escolares e dos Dirigentes de Sistemas Educacionais; Plano Estratégico ou Plano de Ação; O

planejamento funcional e suas limitações; Planejamento estratégico; Lei 4.851 de 14/11/2011 do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011 do Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistérios e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Funções do Supervisor Escolar de acordo com as leis Lei 4.851 de 14/11/2011 e Lei Complementar 0038 de 14/11/2011.

#### ASSISTENTE SOCIAL AO EDUCANDO

O processo de trabalho no Serviço Social; Questões teórico-metodológicas do Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Serviço Social; Serviço Social e Políticas Sociais. Família, Grupos e Redes. Violência Doméstica. O trabalho do Assistente social nos espaços sócio-ocupacionais. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. Ética e Serviço Social; Interdisciplinaridade Profissional; Movimentos sociais; Terceiro Setor; Conhecimentos sobre a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e seus processos; Conselhos Municipais de Direitos e de Políticas Sociais; Projeto Ético-Político do Serviço Social; Programas Governamentais de Transferência de Renda. Constituição Federal do Brasil; Lei Orgânica de Assistência Social; Norma Operacional Básica do SUAS; Norma Operacional Básica - RH - SUAS; Política Nacional de Assistência Social; Estatuto do Idoso; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto das Pessoas com Deficiência; Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Conhecimentos inerentes aos programas CRAS e CREAS. Decreto nº 6307/2007.

#### NUTRICIONISTA - EDUCAÇÃO

Nutrição Básica: carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas e sais minerais; Digestão, absorção, transporte, metabolismo, excreção, classificação, função e recomendações; Dietoterapia nas diversas patologias: cardiovasculares, renais, sistema digestório, diabetes mellitus, obesidade, desnutrição energética proteica; Nutrição em obstetrícia e pediatria; Aleitamento materno e alimentação complementar; Técnica dietética: conceito, classificação e características; pré-preparo e preparo dos alimentos; Administração em Serviços de

Alimentação: planejamento, organização, coordenação e controle de Unidades de Alimentação e Nutrição; Contaminação de alimentos: veículos de contaminação; microorganismos contaminantes de alimentos e produtores de toxinfecções; Alteração de alimentos: causas de alterações de alimentos por agentes físicos, químicos e por microorganismos; Legislações pertinentes a alimentos e serviços de nutrição; Boas Práticas e

Avaliação da Qualidade; Epidemiologia Nutricional: determinantes da desnutrição, obesidade, anemia e hipovitaminose A; Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Promoção da Alimentação Saudável nas escolas; Código de Ética; Higiene: alimentos, manipuladores, ambiente, equipamentos e utensílios; Avaliação nutricional; Testes de aceitabilidade nas escolas; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Conselhos de Alimentação Escolar (CAE); Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

#### FONOAUDIÓLOGO - EDUCAÇÃO

Audição: -Anatomia e fisiologia da audição; -Desenvolvimento normal da audição e da linguagem; -Avaliação auditiva no adulto e na criança; -Inspeção do meato acústico externo, audiometria, imitância acústica (fundamentos, técnicas, interpretação de resultados, patologias, conduta e discussão de casos); -Triagem auditiva em escolares; -Avaliação eletro fisiológica-EOA, BERA; -Processamento auditivo central; -Aparelhos auditivos: Princípios gerais na indicação, seleção e adaptação de aparelhos auditivos. Voz: -Anatomia e fisiologia dos órgãos envolvidos na fonação; -Desenvolvimento da fonação; -Avaliação perceptual e acústica da

voz; -Atuação fonoaudiológica nas disfonias funcionais; -Atuação fonoaudiológica nas disfonias presentes na infância e terceira idade; -Atuação fonoaudiológica nas disfonias neurológicas; -Atuação fonoaudiológica nas seqüelas de cirurgia de cabeça e pescoço. Linguagem: -Desenvolvimento da linguagem oral na criança; -Desenvolvimento da linguagem escrita; Percepção auditiva e de fala. Fundamentos da lingüística; - Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de linguagem escrita; Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de fala e

linguagem relacionados ao crescimento e desenvolvimento; -Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de fala e linguagem relacionados às lesões cerebrais. Motricidade Oral: - Crescimento maxilofacial; -Amadurecimento das funções orofaciais; -Sistema estomatognático; -Aleitamento materno no desenvolvimento da motricidade oral; -Acompanhamento fonoaudiológico em pacientes portadores de fissura lábio palatal; -Disfagia avaliação e tratamento. -Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Noções de Informática. - Humanização do atendimento -Lei Federal 8.080/90 Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Patologias dos Órgãos da Fala e Audição; Alterações da linguagem; Alteração da Motricidade Oral e Fonação; Alterações da linguagem escrita e leitura; avaliação do processo Auditivo; Ética; Neurofisiopatologia; Patologias dos órgãos da fala e audição.

#### PSICÓLOGO

Psicologia Geral e Clínica; -Psicologia Educacional.-História da Psicologia. -Bases fisiológicas do Comportamento. -Escolas de Psicologia. -Psicologia Contemporânea. -Métodos de Psicologia. - Campos da Psicologia.-Princípios da Psicologia.-Limites e alcances da Psicologia da Saúde - O trabalho da Psicologia na Saúde Pública-Saúde mental na atualidade-Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento;

#### PROFESSOR DE PROJETOS - CANTE, DANCE, FAÇA SUA HISTÓRIA

Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN/S.

DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; -Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de

normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Conteúdo Programático: Cultura afro-brasileira, africana e indígena. A educação musical no contexto atual; O ensino de música na educação básica; Pressupostos metodológicos do ensino de música; A avaliação em educação musical. Música e sociedade; A diversidade cultural no ensino de música; Etnomusicologia; História da música: da antiguidade aos tempos atuais. História da dança; O ensino da dança no contexto escolar; A corporeidade enquanto construção social; Dança e movimento; A dimensão estética da dança; Dança e sociedade; Dança e diversidade cultural; Pressupostos metodológicos do ensino da dança. Educação integral na formação do sujeito

#### PROFESSOR DE PROJETOS PEDAGÓGICOS



Escritores Brasileiros; PCNs; Letramento; Lei 4851 de 14/11/2011 – Sistema Municipal de Ensino Mun. Canoinhas; Diretrizes Curriculares Municipais; Língua Portuguesa Interpretação; Papel do professor; Gardner.

#### PROFESSOR LINGUAGEM ARTÍSTICA

PROJETOS EDUCAÇÃO ARTÍSTICA PCNs; Língua Portuguesa - Interpretação; Lei 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino Mun. Canoinhas; Diretrizes Curriculares Municipais; Papel do professor; Gardner;

Gêneros Musicais. Expressão e comunicação artística. Recreação e Lazer como qualidade de vida.

#### PROFESSOR PARA ARTESANATO

PCNs; Lei 4851 de 14/11/2011 - Sistema Municipal de Ensino do Município de Canoinhas; Diretrizes Curriculares Municipais; Língua Portuguesa Interpretação; Definição, história.

#### PROFESSOR PARA PROJETOS ESPORTIVOS

PCNs; Lei 4851 de 14/11/2011 Sistema Municipal de Ensino do Município de Canoinhas; Diretrizes Curriculares Municipais; Língua Portuguesa - Interpretação.

#### ENSINO MÉDIO

Língua Portuguesa

- Interpretação de Textos - Língua escrita e suas formas - Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira.- Gêneros literários e discursivos.

#### Matemática

- Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; - Espaço e forma, grandezas e medidas, - Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, sistema de numeração decimal e romana. - Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, o números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística.

#### Conhecimentos Gerais

- História e Geografia, Ciências Naturais, sendo: Cultura, Artes e Atualidades do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais, do Brasil e de Santa Catarina e do Município de São Joaquim; constituição dos seres vivos, o planeta terra, a terra no universo, o ar, origem e evolução, sistema solar, fenômenos da natureza, estados físicos da matéria, a célula, genética, teorias da evolução da vida. Ecologia e meio ambiente, Aspectos históricos, geográficos, e econômicos e populacionais do Município de São Joaquim e do Estado de Santa Catarina.

#### SERVENTES

Direitos sociais, Individuais e coletivos; manuseio de produtos químicos; fatos, conhecimentos e reflexões que tratam da realidade brasileira e mundial(saúde,educação,comunicação social,ciências, tecnologia, desenvolvimento, política, economia e cultura); dados sobre o município de Canoinhas, direitos e deveres no ambiente

de trabalho. Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente;Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo hospitalar. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia.

#### MONITOR BIBLIOTECA

Unidades de informação: tipos de Biblioteca, Centros de Documentação e Informação; atuação do Auxiliar de Biblioteca. Processamento técnico do acervo. Técnicas e processos de aquisição. Tombamento. Representação descritiva: códigos nacionais e internacionais.Representação temática: sistemas e tabelas internacionais e nacionais de classificação. Localização das obras no acervo, conservação de materiais. Inserção de dados em bases impressas ou eletrônicas. Preparação de materiais para circulação. Organização, preparo do espaço físico: disposição de mobiliário. Comunicação visual: sinalização. Ética profissional. Relações públicas e interpessoais.

#### MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação infantil no mundo atual, no Brasil e em Santa Catarina, Lúdico e a educação infantil, recreação, A inclusão escolar, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Aspectos históricos, culturais, geográficos e econômicos e populacionais do Município de Canoinhas e do Estado de Santa Catarina. - Constituição Federal, na parte referente a Educação; ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Conteúdos específicos gerais comuns a todos os cargos na área do Magistério. Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

#### MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Definições dos tipos de deficiência; Nota técnica SEESP/GAB nº 19/2010; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Resolução do CNE/CEB nº 4/2009; Decreto nº 3298/1999.

#### INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Fundamentos de computação. Organização e arquitetura de computadores. Componentes de um computador (hardware e software). Sistemas de entrada e saída. Sistemas de numeração e codificação. Aritmética computacional. Princípios de sistemas operacionais. Características dos principais processadores do mercado. Princípios de Sistemas Operacionais: Ambientes Windows (2000 e XP), Linux e UNIX, Características e Organização Física de Sistemas de Arquivos (NTFS, FAT32, EXT2, EXT3), diretórios



e direitos de acesso, compartilhamento e segurança, integridade. Princípios de Redes de Comunicação: Meios de transmissão, Topologias de redes de computadores, Arquitetura e protocolos de redes de comunicação, Modelo de referência OSI, Arquitetura cliente-servidor, Equipamentos de Interconexão, Protocolo TCP/IP; Desenvolvimento de sistemas. Metodologias de desenvolvimento. Análise e projeto estruturado. Modelagem funcional e de dados. Análise essencial. Análise e projetos orientados a objeto. Ferramentas de desenvolvimento de software e ferramentas CASE. Aspectos de linguagens de programação, algoritmos e estruturas de dados e objetos. Programação estruturada. Programação orientada a objetos: Conceito de abstração, encapsulamento, herança, polimorfismo, classes, objetos e interfaces. Noções de UML (Linguagem Unificada de Modelagem). Programação para ambiente web. Conceitos de programação para ambiente web. Configuração de servidores web. Banco de dados. Arquitetura, modelos lógicos e representação física. Implantação, administração e otimização de SGBDs relacionais. Linguagem de consulta a banco de dados relacionais (query language). Interação do Banco de Dados com as principais linguagens de programação orientadas a objetos. Gerenciamento de Banco de Dados em ambiente WEB; 3.6 MySQL, SQL Server. Linguagens de programação. Tipos de dados elementares e estruturados. Funções e procedimentos. Estruturas de controle de fluxo. Montadores, compiladores, ligadores e interpretadores. Caracterização das principais linguagens de programação estruturada (C e Pascal). Ambientes de desenvolvimento visual (Delphi, Kylix, Java, Builder C/C++ e Visual Basic). Linguagem de programação Delphi, PHP e Java.

#### ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Conceito de administração pública. Princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Noções sobre registros de expedientes, agendamento, seletividade de documentações e pautas de reuniões. Técnicas de arquivos. Elaboração de ofícios, correspondências, formas de tratamentos e abreviações de tratamentos de personalidades. Noções de técnicas de secretariar, uso de fax e internet. Regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Normas patrimoniais e seu gerenciamento (tombamento, controle, termos de responsabilidades, baixas, transferências e alienação). Noções básicas sobre licitações e contratos administrativos. Noções básicas de Informática.

#### TECNICO AGRÍCOLA

Estudos sobre os arranjos produtivos locais, a atmosfera favorável, a combinação entre cooperação/competição, fundamentos da ciência e matemática, capital social: relações sociais que podem ser mobilizadas visando determinado fim, Territórios rurais: critérios, densidade demográfica + tamanho pop, IDH, densidade econômico, capital social, presença de agricultores e assentados, divisões e constituições, contexto municipal, Gestão ambiente e desenvolvimento, Gestão- sistema em produção, Gestão- planejamento e execução de processos integrados e específicos das atividades da propriedade rural, Gestão - beneficiamento e comercialização, estratégias para o desenvolvimento sustentável, políticas públicas de educação do campo 9 legislação - LDB/1996, Diretrizes Operacionais da Educação do Campo 2002 e 2009), Metodologia e práticas de ensino da Educação do Campo, Sociedade e Cultura no mundo Contemporâneo, ética e cidadania, Meio ambiente e sociedade, Práticas sociais nas organizações, noções de administração e gestão, metodologia de projeto, atividade agrossilvipastoril, educação voltada para as varias dimensões da pessoa humana, educação para transformação social, educação para o trabalho e a cooperação, medidas agrárias, sistema agroecológico, ecossistema, planejamento e administração da propriedade rural, uso e manejo do solo( historia, tipos, proteção, correção, desgaste, calculo matemático).

#### ANEXO III

##### REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo 007/2012 da Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portados de Deficiência física.

\_\_\_\_\_ CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

2) ( ) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

d) ( ) Amamentação.

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

e) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do Requerente

#### ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO SELETIVO 007/2012

	Tipo de Recurso: 1 – Contra o edital 2 – Contra indeferimento de inscrição 3 – Contra Inscrição 4 – Contra questão da prova 5 – Contra o Gabarito 6 – Contra a Pontuação Prova (escrita, prática ou títulos) 7 – outros
Nome do Candidato:	1 – Deferido 2 – Indeferido
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Assinatura do Candidato

Local e data \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

ANEXO V  
FORMULÁRIO RETIFICAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Venho perante a Banca Examinadora do Processo Seletivo 007/2012 do Município de Canoinhas/SC, requerer a correção dos meus dados pessoais, sendo corretos e verdadeiros os seguintes dados:

Nome Completo:
Data de Nascimento:
CPF:
IDENTIDADE:
ENDEREÇO COMPLETO:
BAIRRO:
CIDADE: CEP:
ESCOLARIDADE:
TELEFONES DE CONTATO:
E-MAIL:

(Local e data) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura do candidato

## ANEXO VI

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS  
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

## DADOS DO CANDIDATO

Nome:

Número da Inscrição:

Cargo:

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Processo Seletivo 007/2012 do Município de Canoinhas/SC, requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados, acompanhados das respectivas cópias, devidamente autenticadas. Estou ciente de que só serão pontuados os títulos que atenderem a todas as disposições e normas editalícias.

## RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

N.º Ordem	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO APRESENTADO	Valor para pontuação	Carga Horária	PONTOS (deixar em branco)
a) Doutorado		0,20		
b) Mestrado		0,15		

c) Pós-graduação		0,10		
d) Graduação em outra área		0,05		
(1A) e)	Total de Pontos referente a formação DESCRIÇÃO DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO NA ÁREA de atuação. (máximo 400 horas)	0,05 a cada 40 horas máximo 0,50	Carga Horária	PONTOS (deixar em branco)
1.				
2.				
3.				
f)	TEMPO DE SERVIÇO (máximo 20 anos)	0,05 a cada ano máximo 1,00	Carga Horária	PONTOS (deixarem branco)
	Sub Total PONTOS (deixar em branco)			
(1B)	Total de Pontos referente a Habilitação e Escolaridade TOTAL DA PONTUAÇÃO FINAL (1A+1B)	Máximo 2,00		

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário devidamente assinado acompanhada da cópia autenticada do certificado.

(Local e data) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

Assinatura do candidato

**Processo Seletivo 007/SME/2013 - Retificação 001**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 007/2012

## RETIFICAÇÃO 001

PROCESSO SELETIVO 007/SME/2013

O Prefeito do Município de Canoinhas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a RETIFICAÇÃO do edital de abertura das instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Simplificado Edital 007/2012, conforme segue:

1. No anexo I, quadro de professores para projetos, acrescenta-se o seguinte cargo:

Nº. do Cargo	Carga Horária semanal	Habilitação/Escolaridade	R\$ Remuneração (40 h)	Tipo de Prova	Nº. Vagas	Período da Prova
--------------	-----------------------	--------------------------	------------------------	---------------	-----------	------------------

52.	PRO- JETO ARTE- SANATO (NÃO- HABILI- TADO)	Até 40 h	Diplo- ma e Histórico Esco- lar de Conclu- são de Ensino Médio	R\$ 1.687,31	Escrita Objetiva	01	Vesper- tino
-----	--	----------	--	-----------------	---------------------	----	-----------------

1.1. A numeração dos cargos seguintes serão alterados seqüencialmente.

2. Os cargos 19 e 20, onde se lê: "Educação Infantil do ens. fund", leia-se apenas: Educação Infantil.

3. O edital 007/2012, será republicado com as devidas retificações.

Canoinhas (SC), 24 de dezembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito Municipal

### **Processo Seletivo 007/Sme/2013 - Retificação 002**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO No 007/2012

RETIFICAÇÃO 002

PROCESSO SELETIVO 007/SME/2013

O Prefeito do Município de Canoinhas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a RETIFICAÇÃO do edital de abertura das instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Simplificado Edital 007/2012, conforme segue:

1. Retifica-se o cronograma, nos seguintes itens:
2. Último dia para enviar via sedex documentação e confirmação da inscrição. Onde se Lê, 09/01/2012

Leia-se 09/01/2013

3. Prazo final para protocolo do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de deficiência física e solicitar condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.

Onde se Lê, 09/01/2012

Leia-se 09/01/2013

4. Prova de títulos enviar documentos via sedex até. Onde se Lê, 09/01/2012

Leia-se 09/01/2013

2. No Anexo I retifica-se a remuneração dos cargos 40,41 e 44, conforme segue:  
onde se lê:

Monitor de Biblioteca, remuneração R\$ 1.239,00 leia-se R\$ 997,98

Monitor de Educação Infantil, remuneração R\$ 997,78 leia-se R\$ 748,33

Técnico Agrícola, remuneração R\$ 1.348,00 leia-se R\$ 1519,95

3. Ainda no Anexo I retifica-se a carga horária dos cargos 40,41 e 44 onde se Lê, 20h Leia-se 40h

4. O edital 007/2012, será republicado com as devidas retificações.

Canoinhas (SC), 26 de dezembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito Municipal

## Capinzal

### PREFEITURA

#### **Lei 3.049/2012**

LEI Nº 3.049, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.130.890,00 (dois milhões, cento e trinta mil, oitocentos e noventa reais).

#### **PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL**

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.130.890,00 (dois milhões, cento e trinta mil, oitocentos e noventa reais), sendo R\$ 1.390.000,00 (um milhão, trezentos e noventa mil reais), para reforço orçamentário às ações nºs 2009, 2014, 2193, 2046, 2047, 2042, 2070, 2102 e 2121, vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal e R\$ 740.890,000 (setecentos e quarenta mil, oitocentos e noventa reais), para reforço orçamentário à ação nº 2123, vinculada ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, na forma dos quadros a seguir:

I – Demonstrativo da Suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal

0301.04.122.0015.2009	MANUTENÇÃO SERV GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-007	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	180.000,00
31901300-008	Obrigações patronais	00	00	R\$	60.000,00
33903900-017	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	80.000,00
0301.04.122.0035.2014	CONTRIBUIÇÃO A ESTIDADES MUNICIPALISTAS	FTE	DR	R\$	0,00
33504100-034	Contribuições	00	00	R\$	890,00
0302.28.122.0000.2193	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	R\$	0,00
33904700-051	Obrigações contributivas	00	00	R\$	20.000,00
0501.04.122.0065.2046	MANUTENÇÃO SECRET EDUCAÇÃO CULT E ES-PORTES	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-085	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	00	R\$	1.000,00
0501.12.361.0065.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-093	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	00	R\$	160.000,00
31901100-093	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	19	00	R\$	138.000,00
31901300-094	Obrigações patronais	01	00	R\$	381.800,00
0501.12.365.0060.2042	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-322	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	18	00	R\$	234.510,00
0502.13.392.0095.2070	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-132	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	44.800,00
0601.15.453.0135.2102	MANUTENÇÃO SISTEMA TRANSPORTE COLETIVO PAS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-192	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	56.000,00
31901300-193	Obrigações patronais	00	00	R\$	15.000,00
0701.04.122.0150.2121	MANUT SECRETARIA DA SAÚDE E DES SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-210	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00	00	R\$	18.000,00
	Subtotal I			R\$	1.390.000,00

## II – Demonstrativo da Suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-001	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	02	00	R\$	300.000,00
31901300-002	Obrigações patronais	02	00	R\$	20.000,00
33903900-008	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	02	00	R\$	370.890,00
33903900-047	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	64	67	R\$	50.000,00
	Subtotal II			R\$	740.890,00
	TOTAL (I+II)			R\$	2.130.890,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º, I e II desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 1.790.890,00 (um milhão, setecentos e noventa mil, oitocentos e noventa reais) e a anulação do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), na forma dos quadros a seguir:

## I - Demonstrativo do Cancelamento no Orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal

0201.04.122.005.2007	MANUT GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-001	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	44.000,00
0301.04.122.0015.2199	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIB GESTÃO SET TRIBUT	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-265	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	83	00	R\$	661.700,00
44905200-271	Equipamentos e material permanente	83	00	R\$	38.300,00
0301.04.122.0020.2011	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-024	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	2.500,00



33901400-025	Diárias – civil	00	00	R\$	500,00
33903000-026	Material de consumo	00	00	R\$	4.080,00
33903900-027	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	3.060,00
0302.06.181.0190.2186	MANUT DO CONVENIO COM A POLIC MILIT SERV RP	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-042	Material de consumo	00	00	R\$	10.000,00
33903900-044	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	10.000,00
0302.28.122.0000.2192	COMPENS FINANC COM SISTEMA FEDERAL DE PREV S	FTE	DR	R\$	0,00
31901300-050	Obrigações patronais	00	00	R\$	12.500,00
0302.28.122.0000.2194	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA	FTE	DR	R\$	0,00
32902100-052	Juros sobre a dívida por contrato	00	00	R\$	160.000,00
46907300-055	Correção Monet ou cambial da dívida contratada	00	00	R\$	10.000,00
0501.12.361.0065.2047	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-095	Diárias – civil	19	00	R\$	5.000,00
0501.12.361.0065.2048	MANUT DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-100	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	18	00	R\$	410.000,00
0501.12.361.0065.2058	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-106	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	00	R\$	100.000,00
0501.12.364.0075.2064	AUXILIO NO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO SUP	FTE	DR	R\$	0,00
33504300-118	Subvenções sociais	01	00	R\$	13.000,00
0501.12.367.0085.2067	TRANSFERENCIA RECURSOS FINANC PA ENS ESP	FTE	DR	R\$	0,00
33504300-128	Subvenções sociais	01	00	R\$	12.000,00
0502.13.392.0095.2070	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-137	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	20.000,00
0503.27.812.0100.1077	CONTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO CAMPOS DE FUTEBOL	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-258	Obras e instalações	00	00	R\$	50.000,00
0601.15.452.0120.2091	INDENIZAÇÃO TERRENOS PARA ABERTURA DE VIAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-179	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	10.000,00
0601.15.452.0120.1095	CONSTRUÇÃO DE PONTES EM VIAS URBANAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-267	Obras e instalações	00	00	R\$	120.000,00
0601.15.453.0135.2102	MANUT SISTEMA TRANSPORTE COLETIVO PASSAG	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-195	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	22.000,00
0601.26.782.0145.2113	MANUT FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-202	Material de consumo	00	00	R\$	15.000,00

1601.04.122.0010.2016	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-235	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	99.362,67
33903000-236	Material de consumo	00	00	R\$	4.000,00
33903900-237	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	2.000,00
44905200-238	Equipamentos e material permanente	00	00	R\$	4.000,00
1701.04.122.0055.2035	MANUT DA SECRETARIA DE DESENV ECONÔMICO	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-239	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	00	00	R\$	7.000,00
33901400-262	Diárias – civil	00	00	R\$	3.370,00
33903000-240	Material de consumo	00	00	R\$	1.013,20
33903900-241	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	1.334,00
44905200-242	Equipamentos e material permanente	89	00	R\$	7.000,00
	Subtotal I			R\$	1.790.890,00

## II - Demonstrativo do cancelamento no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

0801.10.301.0155.2135	MANUT DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-020	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	02	00	R\$	190.000,00
0801.10.301.0155.2136	MANUT PROGRAMA AGENTES COMUNIT DE SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-021	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	02	00	R\$	78.170,13
	Subtotal II			R\$	340.000,00
	TOTAL (I+II)			R\$	2.130.890,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 20 de dezembro de 2012.

LEONIR BOARETTO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

## Decreto 128/2012

DECRETO Nº 128, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 206.518,62 (duzentos e seis mil quinhentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.049, de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 206.518,62 (duzentos e seis mil quinhentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos), para reforço da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-001	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	02	00	R\$	186.518,62
31901300-002	Obrigações patronais	02	00	R\$	20.000,00
	Total			R\$	206.518,62

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 206.518,62 (duzentos e seis mil quinhentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0155.2135	MANUT DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-020	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	02	00	R\$	190.000,00
0801.10.301.0155.2136	MANUT PROGRAMA AGENTES COMUNIT DE SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-021	Vencimentos e vantagens fixas pessoal civil	02	00	R\$	16.518,62
	Total			R\$	206.518,62

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 20 de dezembro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finança

### Decreto 134/2012

DECRETO Nº 134, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 71.829,87 (setenta e um mil oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.049, de 20 de dezembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 71.829,87 (setenta e um mil oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), para reforço da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2123	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-001	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	02	00	R\$	23.064,33
33903900-008	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	02	00	R\$	48.764,94
0801.10.301.0150.2136	MANUT PROG AGENT COMUNIT DE SAÚDE PACS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-059	Vencimentos e vantagens – pessoal civil	64	12	R\$	0,60
	Total			R\$	71.829,87

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 71.829,87 (setenta e um mil oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e sete centavos), na forma do quadro a seguir.

0501.12.361.0065.2048	MANUTENÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUC BÁS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-100	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	18	00	R\$	71.829,87
	Total			R\$	71.829,87

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 20 de dezembro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 137/2012**

DECRETO Nº 137, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Libera e transfere ao município lotes caucionados do Loteamento João Lanhi.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

CONSIDERANDO o Decreto nº 006 de 08 de março de 2004, que aprovou o Loteamento denominado de "João Lanhi", de propriedade de Haroldo João Lanhi;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 790 de 13 de março de 2009, no qual solicita que o município realize as obras de drenagem em contrapartida transferindo os lotes caucionados ao município, no valor correspondente aos custos para a execução das obras de infraestrutura, nos termos do Laudo de Avaliação, anexo;

CONSIDERANDO os custos das obras de infraestrutura do Loteamento João Lanhi orçado pelo Engenheiro Civil da AMMOC, totalizando R\$ 179.393,20 (cento e setenta e nove mil e trezentos e noventa e três reais e vinte centavos), sendo que o valor avaliado dos lotes caucionados que serão transferidos ao patrimônio do município totalizando R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

**DECRETA:**

Art. 1º Fica liberado da caução os seguintes lotes do Loteamento João Lanhi:

- I - Lote nº 10 da Quadra nº 375;
- II - Lote nº 08 da Quadra nº 376;
- III - Lote nº 09 da Quadra nº 376;
- IV - Lote nº 10 da Quadra nº 376.

Art. 2º Fica transferido ao patrimônio do Município de Capinzal os seguintes lotes caucionados do loteamento João Lanhi:

- I - Lote nº 08 da Quadra nº 375;
- II - Lote nº 09 da Quadra nº 375;
- III - Lote nº 11 da Quadra nº 375;
- IV - Lote nº 07 da Quadra nº 376.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 26 de dezembro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

**Decreto 138/2012**

DECRETO Nº 138, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Libera e transfere ao município lotes caucionados do Loteamento José Varela.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

CONSIDERANDO o Decreto nº 012 de 08 de abril de 2004, que aprovou o Loteamento denominado de José Varela de propriedade de José Maria Varela;

CONSIDERANDO os custos das obras de infraestrutura de drenagem pluvial das Ruas: Amélio Gaspareto, João Batista Serena e Simão Pereira de Lima do Loteamento José Varela que foram executadas no valor de R\$ 66.607,18 (sessenta e seis mil seiscentos e sete reais e dezoito centavos) e a execução da pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Projeta "A" que falta ser executadas no valor de R\$ 47.674,28 (quarenta e sete mil seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), totalizando R\$ 114.281,46 (cento e quatorze mil duzentos e oitenta e um mil e quarenta e seis centavos) orçados para a conclusão da infraestrutura, sendo que o valor avaliado dos lotes caucionados que serão transferidos ao patrimônio do município totaliza R\$ 115.000,00 (cento e quinze reais).

**DECRETA:**

Art. 1º Fica liberado da caução o Lote nº 10 da Quadra nº 199 do Loteamento José Varela.

Art. 2º Fica transferido ao patrimônio do Município de Capinzal os seguintes lotes caucionados do loteamento José Varela:

- I - Lote nº 12 da Quadra nº 199;
- II - Lote nº 14 da Quadra nº 199;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 26 de dezembro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

**Resolução 004/2012 - Cialar**

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente, e;

Considerando a necessidade de ajustes nas dotações orçamentárias constantes do Orçamento vigente, indispensáveis ao bom desenvolvimento das ações relativas às atividades do CIALAR;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:



0101.08.243.0001.2001	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CIALAR	FTE	DR	R\$	0,00
31901300-002	Obrigações patronais	00	00	R\$	500,00
	Total			R\$	500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º desta Resolução é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), na forma do quadro a seguir.

0101.08.243.0001.2001	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CIALAR	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-005	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	00	00	R\$	500,00
	Total			R\$	500,00

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 22 de dezembro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Presidente do CIALAR

#### **Termo Aditivo 002/2012 - Contrato Superior 0064/2009**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 002/2012

CONTRATO SUPERIOR 0064/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SC

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original até 31 de dezembro de 2013.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 21/12/2012 A 31/12/2013

#### **Termo Aditivo Nº 001/2012 - Contrato Nº 0125/2012**

TERMO ADITIVO Nº 001/2012

CONTRATO Nº 0125/2012

Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 000002/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ENGHEVIA SERVICOS E OBRAS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/06/2013, conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 21/12/2012 ate 30/06/2013

#### **Termo Aditivo Nº 001/2012 - Contrato Nº 0133/2012**

TERMO ADITIVO Nº 001/2012

CONTRATO Nº 0133/2012

Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 000003/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ENGHEVIA SERVICOS E OBRAS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 28/02/2013, conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 21/12/2012 ate 28/02/2013

#### **Termo Aditivo Nº 001/2012 - Contrato Nº 0139/2012**

TERMO ADITIVO Nº 001/2012

CONTRATO Nº 0139/2012

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 000010/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2012

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ENGHEVIA SERVICOS E OBRAS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/06/2013, conforme justificativas em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 21/12/2012 ate 30/06/2013

### **SIMAE**

#### **Extrato de Contrato Nº Cao/51/2012**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/51/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 46.481.156/0004-85

OBJETO: FORNECIMENTO DE CLORO GÁS (CL 99%), PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

VALOR: R\$ 6,94 (SEIS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS) POR QUILOGRAMA.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2012

VIGÊNCIA: 02/01/2013 A 31/12/2013

#### **Extrato de Contrato Nº Cao/52/2012**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/52/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: BUSCHLE & LEPPER S/A.  
CNPJ DO CONTRATADO: 84.684.471/0003-18

OBJETO: FORNECIMENTO DE 1.200 (UM MIL E DUZENTOS) QUILOGRAMAS DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 10/12% DE CLO-RO ATIVO, 500 (QUINHENTOS) QUILOGRAMAS DE CARBONATO DE SÓDIO ANIDRO (BARRILHA LEVE) E 7.000 (SETE MIL) QUILOGRAMAS DE ÁCIDO FLUOSSILÍCICO, PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

VALOR: R\$ 1,10 (UM REAL E DEZ CENTAVOS) POR QUILOGRAMA DE HIPOCLORITO DE SÓDIO.

VALOR: R\$ 1,75 (UM REAL E SETENTA E CINCO CENTAVOS) POR QUILOGRAMA DE CARBONATO DE SÓDIO ANIDRO (BARRILHA LEVE).

VALOR: R\$ 1,09 (UM REAL E NOVE CENTAVOS) POR QUILOGRAMA DE ÁCIDO FLUOSSILÍCICO.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2012

VIGÊNCIA: 02/01/2013 A 31/12/2013

#### Extrato de Contrato Nº Cao/53/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/53/2012

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: RIQUETTI CONSTRUTORA LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 00.553.787/0001-19

OBJETO: TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/32/2011, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2012

VIGÊNCIA: 01/01/2013 A 01/03/2013

#### Termo de Convênio Nº Cao/03/2012

TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº CAO/03/2012

CONVENIADO: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVENIENTE: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA - CIEE/SC.

CNPJ DO CONVENIENTE: 04.310.564/0001-81

OBJETO: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIOS DE ESTUDANTES. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO: R\$ 44,32 (QUARENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) para cada estudante que está cursando o ensino médio e que estiver realizando estágio nas dependências do SIMAE.

VALOR DA CONTRIBUIÇÃO: R\$ 72,53 (SETENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS) para cada estudante de curso universitário que estiver realizando estágio nas dependências do SIMAE.

DATA DA ASSINATURA: 27/12/2012

VIGÊNCIA: 02/01/2013 A 31/12/2013

## Catanduvas

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Decreto Legislativo Nº 28 de 05 de Dezembro de 2012.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 028/2012, de 05 de dezembro de 2012.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL"

ARLINDO TULIO REATO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo em conformidade com o Artigo 28, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei Municipal nº 2.385 de 05 de dezembro de 2012.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 13.149,00 (Treze mil, cento e quarenta e nove reais), das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID. ORÇ. 0101 CÂMARA MUNICIPAL

031 AÇÃO LEGISLATIVA

2001 Manutenção do Poder Legislativo

31900000 Pessoal e Encargos Sociais R\$ 10.949,00

33500000 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (ASSERV) R\$ 2.200,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionada no artigo primeiro fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 13.149,00 (Treze mil, cento e quarenta e nove reais), no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID. ORÇ. 0101 CÂMARA MUNICIPAL

031 AÇÃO LEGISLATIVA

2001 Manutenção do Poder Legislativo

33900000 Aplicações Diretas R\$ 13.149,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 05 de dezembro de 2012.

ARLINDO TULIO REATO

Presidente

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 05/12/2012.

ARLINDO TULIO REATO ODAIR JOSE GABRIELLI

Presidente da Câmara 1º Secretário da Câmara



**PEGAS**   
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Lei Nº 0565 de 27.12.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0565 DE 27.12.2012

“INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, tendo como integrantes os municípios de Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum, nos termos do Anexo Único que faz parte integrante da presente lei, com o objetivo de articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução de serviços de manejo e gestão dos Resíduos Sólidos em todo o território do Município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 12.305/2010 e Decreto Federal nº 7.404/2010.

Art. 2º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instituído por esta Lei, será implementado, executado e fiscalizado através da gestão associada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, do qual o município é integrante, mediante contrato de programa e rateio.

Art. 3º Para implementação e execução da gestão dos resíduos sólidos de competência do município, fica o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI autorizado a executar, terceirizar ou conceder mediante processo licitatório, no todo ou de parte os serviços inerentes a coleta, o transporte, o tratamento, o processamento e a disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domésticos.

Art. 4º Para execução eficiente dos Planos Municipais de Saneamento e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos com a correspondente gestão associada, aprovados nos municípios da Região do CIM-AMAVI, será criada Agência Intermunicipal Regional de Regulação dos Serviços de Saneamento dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, objetivando atender os propósitos da política regional definida em conjunto com as comunidades locais.

Art. 5º A regulamentação do plano será feita mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,

27 de dezembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Obs.: Os anexos integrantes desta Lei poderão ser acessados através do Link: <http://www.chapadaodolageado.sc.gov.br/conteudo/?item=16291&fa=3&cd=86395>

### Portaria Nº 383/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 383/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar SEBASTIÃO MACHADO, ocupante do cargo de Secretário Municipal do Meio Ambiente e Turismo, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 345 de 16.10.2012, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
27 de dezembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 384/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 384/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar CRISLEI SEBOLD, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 270 de 03.07.2012, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
27 de dezembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 385/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 385/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar GUILHERMINO BILK, ocupante do cargo em Comissão de Diretor de Administração e Planejamento, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento - Nível DAS-6, nomeado pela portaria nº 034 de 17.01.2011, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 386/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 386/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar ELIOMAR SCHEIDT DE SOUZA, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Planejamento, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento - Nível DAS-3, nomeada pela portaria nº 004 de 07.01.2011, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 387/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 387/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar DANIELY APARECIDA ESSER, ocupante do cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Compras, Contratos e Licitações, na Secretaria Municipal da Fazenda - Nível DAS-5, nomeada pela portaria nº 057 de 31.01.2011, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 388/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 388/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar JOÃO PAULO BETTOLY, ocupante do cargo em Comissão de Agente de Controle Interno, no Gabinete do Prefeito - Nível DAS-6, nomeado pela portaria nº 159 de 18.02.2011, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 389/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 389/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar JOSMAR MONTEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, nomeado pela portaria nº 392 de 03.10.2011, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 390/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 390/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar ROSANE DE MELLO, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal da Saúde - Nível DAS-1, nomeada pela portaria nº 021 de 18.01.2012, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 391/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 391/2012



O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar GEORGE HENRIQUE SEBOLD, ocupante do cargo em Comissão de Diretor de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos - Nível DAS-6, nomeado pela portaria nº 216 de 04.05.2012, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 392/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 392/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar CLAUDIA LOPES SYPRIANI, ocupante do cargo em Comissão de Diretor Nível II, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela portaria nº 031/2012 de 01.02.2012 e alterada pela portaria nº 253/2012 de 27.06.2012, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 393/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 393/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 006, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar VALDIRENE MOHR MARQUEZ, ocupante do cargo em Comissão de Diretor Nível II, no Centro Educacional José Rengel, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela portaria nº 252/2012 de 27.06.2012, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,

27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 394/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 394/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar TAINÉ RODE, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Nível DAS-1, nomeada pela portaria nº 103/2012 de 10.02.2012, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 395/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 395/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar MARIO DA SILVA, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 347 de 16.10.2012, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadão do Lageado,  
27 de dezembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 396/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 396/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar NIVALDO MOHR, ocupante do cargo de Secretário

Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 243 de 29.04.2011, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
27 de dezembro de 2012.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 397/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 397/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar MARCIO MACIEL, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Saúde, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 003 de 05.01.2009, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
27 de dezembro de 2012.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 398/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 398/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar ROSILDO JOSE PEREIRA, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 193 de 02.04.2012, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
27 de dezembro de 2012.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 399/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 399/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com

a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

#### **RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar ERNESTO JOSÉ FRANCISCO, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, no Gabinete do Prefeito - Nível DAS-6, nomeado pela portaria nº 140/2011 de 11.02.2011, a partir de 31.12.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
27 de dezembro de 2012.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 400/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 400/2012  
"EXTINGUE A RELAÇÃO ESTATUTÁRIA POR FORÇA DO ART. 29, IV, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 008 DE 23.12.99."

- CONSIDERANDO a Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em favor do Servidor Público ERNESTO JOSÉ FRANCISCO, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, conforme carta de concessão expedida em 21.11.12 e recebido em 21.12.12.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 29, IV e 32, da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Extinguir a relação estatutária entre o servidor ERNESTO JOSÉ FRANCISCO, matriculado sob o nº. 228/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos e o Município e, declarar vago o cargo ocupado pelo servidor, em decorrência de sua aposentadoria, conforme benefício nº. 1584206842, expedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31.12.2012.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
27 de dezembro de 2012.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA**

# Concórdia

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 629, de 12 de Dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 629, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011, que estabelece a Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º A Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011, que estabelece a Política Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente, terá dispositivos alterados e acrescidos na forma desta LEI.

Art. 2º O art. 15 terá os seguintes dispositivos alterado e acrescidos:

I - fica alterada a expressão: "3 (três) anos" para: "4 (quatro) anos", constante no caput do artigo;

II - ficam acrescidos parágrafos 3º, 4º e 5º, com a seguinte redação:

"§ 3º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 4º A posse dos novos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 5º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor." (AC)

Art. 3º O art. 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral." (NR)

Art. 4º O § 1º do art. 24 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 ( )

§ 1º Além da remuneração de que trata o caput deste artigo, o Conselheiro Tutelar terá direito, proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - 13º salário (gratificação natalina)." (NR)

Art. 5º O inciso VI do art. 28 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28 ( )

VI - não ter sido penalizado em processo administrativo no exercício da função de Conselheiro Tutelar nos últimos 5 (cinco) anos;" (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento

Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

### Lei Complementar Nº 630, de 14 de Dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 630, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre o calendário fiscal do Município de Concórdia, para o exercício de 2013; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estabelecido, na forma do Anexo Único desta Lei, o calendário fiscal do Município de Concórdia, para o exercício de 2013, com vistas ao recolhimento dos tributos abaixo relacionados:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

II – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

III – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento – TLLF;

IV – Taxas de Limpeza Pública, de Coleta de Lixo e do Corpo de Bombeiros;

V – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, dos contribuintes proprietários de imóveis não edificadas.

Art. 2º O IPTU será lançado em 6 (seis) parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

Parágrafo único. O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU em cota única, gozará do desconto de 10% (dez por cento), conforme previsto no art. 161 da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações – Código Tributário Municipal e no art. 34, § 1º, da Lei nº 4.416, de 29 de maio de 2012.

Art. 3º As Taxas referidas no inciso IV e a Contribuição referida no

inciso V do art. 1º desta Lei serão lançadas no mesmo Documento de Arrecadação Municipal – DAM do IPTU e vencerão na mesma data.

Parágrafo único. Não será lançada no carnê do IPTU a CIP, dos contribuintes que efetuarem o pagamento na forma prevista no convênio firmado com a CELESC Distribuição S.A.

Art. 4º A TLLF será lançada em 3 (três) parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da UFIR Municipal.

Art. 5º Os tributos não constantes neste calendário fiscal, vencerão na data da entrada dos respectivos requerimentos, quando da prática do ato que der origem ao seu lançamento ou outra disposição legal ou regulamentar.

Art. 6º Em casos de celebração de convênios ou contratos com empresas especializadas para execução dos serviços, estes deverão ser pagos de acordo com o pactuado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2013

	Parcelas	Vencimento
	Única	15.3.2013
IPTU	1ª	15.3.2013
	2ª	15.4.2013
	3ª	15.5.2013
	4ª	17.6.2013
	5ª	17.7.2013
	6ª	15.8.2013
ISSQN	Mês de competência	Vencimento
	Janeiro	25.2.2013
	Fevereiro	15.3.2013
	Março	15.4.2013
	Abril	15.5.2013
	Maio	17.6.2013
	Junho	17.7.2013
	Julho	15.8.2013
	Agosto	16.9.2013
	Setembro	15.10.2013
	Outubro	18.11.2013
	Novembro	16.12.2013
	Dezembro	15.1.2014

TLLF	Parcelas	Vencimento
	Única	15.3.2013
	1ª	15.3.2013
	2ª	15.4.2013
	3ª	15.5.2013

## Lei Complementar Nº 631, de 14 de Dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 631, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Altera dispositivos do art. 143 da Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas às edificações do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina - Código de Obras e Edificações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º O inciso VIII e o parágrafo único do art. 143 da Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas às edificações do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina - Código de Obras e Edificações, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 143 ( )

VIII - distar, no mínimo 500,00m (quinhentos metros) de outro estabelecimento do mesmo gênero.

Parágrafo único. As distâncias de que tratam os incisos VII e VIII serão medidas em linha reta entre pontos extremos mais próximos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

## Lei Complementar Nº 632, de 14 de Dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 632, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Altera dispositivos da Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.



Art. 1º A Lei nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, que dispõem sobre o Código Tributário do Município de Concórdia terá dispositivos alterados e acrescidos, na forma desta Lei.

Art. 2º Fica acrescido § 5º ao art. 96, com a seguinte redação:

“Art. 96 (...)

§ 5º Inclui-se na hipótese de incidência de que trata o caput deste artigo os serviços de vistoria visando à prevenção e proteção contra incêndio e pânico nos prédios e estabelecimentos do Município, considerando, principalmente, a segurança de pessoas, instalações, equipamentos e mercadorias.” (AC)

Art. 3º O art. 97 terá os seguintes dispositivos alterado e acrescido:

I – o parágrafo único passa a ser § 1º;

II – fica acrescido § 2º, com a seguinte redação:

“§ 2º A taxa que trata este Capítulo não incidirá na verificação de localização e cumprimento de posturas e normas urbanísticas de funcionamento, de entidades sem fins lucrativos, que não tenham espaço físico próprio e específico para o seu funcionamento.” (AC)

Art. 4º Fica acrescido parágrafo único ao art. 113, com a seguinte redação:

“Art. 113 (...)

Parágrafo único. Inclui-se na hipótese de incidência de que trata o caput deste artigo os serviços de análises de projetos, obras de construção civil e similares, visando à prevenção e proteção contra incêndio e pânico, considerando, principalmente, a segurança de pessoas, instalações, equipamentos e mercadorias.” (AC)

Art. 5º Fica alterada para 2% (dois por cento) a alíquota do item 4.19, da Lista de Serviços para Cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, que trata de bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres, constante no Anexo I.

Art. 6º Fica acrescido § 5º ao Anexo I, com a seguinte redação:

“§ 5º As edificações multifamiliares em forma de condomínio, padrão econômico, com unidades privativas inferiores a 70m² (setenta metros quadrados), serão enquadradas no item 3 desta tabela e, caso a estrutura seja pré-moldada, será aplicada a redução prevista no § 4º deste artigo (AC)

Art. 7º O Anexo II passa a vigorar com a redação constante no Anexo I desta Lei.

Art. 8º O Anexo V passa a vigorar com a redação constante no Anexo II desta Lei.

Art. 9º Fica revogado o § 4º do art. 43.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

ANEXO I

“ANEXO II

TABELA DE TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA

ATIVIDADE	BASE DE CÁLCULO	% da UFRM por exercício	
		Permanência	Localização
INDÚSTRIA	até 50m² de área ocupada	120	84
	de 51 a 140m² de área ocupada	240	162
	de 141 a 300m² de área ocupada	300	204
	de 301 a 500m² de área ocupada	420	282
	de 501 a 700m² de área ocupada	720	540
	de 701 a 1.000m² de área ocupada	900	600
	de 1.001 a 1.500m² de área ocupada	1.440	960
	de 1.501 a 2.000m² de área ocupada	3.000	2.010
	de 2.001 a 2.500m² de área ocupada	6.600	4.200
	de 2.501 a 3.000m² de área ocupada	7.200	4.800
	de 3.001 a 3.500m² de área ocupada	7.800	5.400
	de 3.501 a 4.000m² de área ocupada	8.400	6.000
	de 4.001 a 4.500m² de área ocupada	9.600	6.600
	de 4.501 a 5.000m² de área ocupada	10.800	7.200
	de 5.001 a 7.000m² de área ocupada	12.000	8.040
	de 7.001 a 10.000m² de área ocupada	18.000	12.000
	acima de 10.000m² de área ocupada	24.000	18.000

ATIVIDADE	BASE DE CÁLCULO	% da UFRM por exercício	
		Permanência	Localização
COMÉRCIO	até 20m2 de área ocupada	120	84
	de 21 a 40m2 de área ocupada	180	120
	de 41 a 70m2 de área ocupada	270	180
	de 71 a 100m2 de área ocupada	312	210
	de 101 a 130m2 de área ocupada	360	240
	de 131 a 180m2 de área ocupada	450	300
	de 181 a 250m2 de área ocupada	540	360
	de 251 a 330m2 de área ocupada	600	402
	de 331 a 400m2 de área ocupada	660	444
	de 401 a 500m2 de área ocupada	750	504
	de 501 a 600m2 de área ocupada	840	564
	de 601 a 700m2 de área ocupada	1.020	684
	de 701 a 800m2 de área ocupada	1.200	804
	de 801 a 900m2 de área ocupada	1.800	1.206
	de 901 a 1.000m2 de área ocupada	2.400	1.608
	de 1.001 a 1.500m2 de área ocupada	3.000	2.010
PRESTADORES DE SERVIÇOS E DIVERSÕES PÚBLICAS	acima de 1.501m2 de área ocupada	3.600	2.412
	até 30m2 de área ocupada	150	120
	de 31 a 70m2 de área ocupada	270	180
	de 71 a 150m2 de área ocupada	450	300
	de 151 a 300m2 de área ocupada	630	420
	de 301 a 500m2 de área ocupada	810	540
	de 501 a 750m2 de área ocupada	990	660
	de 751 a 1.000m2 de área ocupada	1.260	840
ESTABELECIMENTOS DE SISTEMA FINANCEIRO (BANCÁRIAS)	acima de 1.000m2 de área ocupada	1.620	1.080
	até 30m2 de área ocupada	6.300	4.200
	de 31 a 70m2 de área ocupada	8.250	5.500
POSTOS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS	acima 70m2 de área ocupada	16.500	11.000
	até 30m2 de área ocupada	825	550
	de 31 a 70m2 de área ocupada	1.240	770
	acima de 70m2 de área ocupada	2.475	1.650

ATIVIDADE	BASE DE CÁLCULO	% da UFRM por exercício	
		Permanência	Localização
HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E SIMILARES	até 5 quartos	180	120
	de 6 a 10 quartos	270	180
	de 11 a 20 quartos	450	300
	de 21 a 50 quartos	630	420
	mais de 50 quartos	900	600
	por apartamento ou similar	26	18
PRESTADORES DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS	com curso superior	360	240
	com ensino médio	180	120
	outros	54	36
ESCRITÓRIOS, GERÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO E DEPÓSITOS FECHADOS	até 20m2 de área ocupada	360	240
	de 21 a 40m2 de área ocupada	540	360
	de 41 a 70m2 de área ocupada	720	480
	de 71 a 130m2 de área ocupada	900	600
	de 131 a 250m2 de área ocupada	1.080	720
	de 251 a 400m2 de área ocupada	1.260	840
	de 401 a 600m2 de área ocupada	1.530	1.020
	de 601 a 800m2 de área ocupada	1.800	1.200
	acima de 801m2 de área ocupada	2.160	1.440
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E EXTRAÇÃO	para todas as modalidades (fixo)	180	120
DIVERSÕES PÚBLICAS TEMPORÁRIAS	para todas as modalidades (fixo)	180	120
ASSOCIAÇÕES DE CLASSE, AUTARQUIAS, CORREIOS, EMPRESA PÚBLICA, ENTIDADE FILANTRÓPICA, RELIGIOSA, FUNDAÇÕES, SINDICATOS, SOCIEDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS E OUTROS	com fins não lucrativos	22	22
DEMAIS ATIVIDADES	para sediados no Município	90	60
	para não sediados no Município	540	360

" (NR)

## ANEXO II

## "ANEXO V

## TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

NATUREZA DAS OBRAS	% SOBRE A UFRM
1 – Aprovação do projeto por m2	
2 – Construção de:	
a) Edificação até 2 (dois) pavimentos, por m2 de área construída	0,22
b) Edificação com mais de 2 (dois) pavimentos, por m2 de área construída	0,22
c) dependências em prédios residenciais, por m2 de área construída	0,22
d) Dependências em quaisquer outros prédios para qualquer finalidade, por m2 de área construída	0,11
e) Barracões, por m2 de área construída	0,11
f) Galpões, por m2 de área construída	0,11
g) Fachadas e muros, por metro linear	0,1
h) Marquises, cobertas e tapumes, por metro linear	0,1
3 – Reconstruções, reformas, reparos por m2	0,22
4 – Demolição por m2	0,22
5 – Arruamentos:	
a) com área até 20.000m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos, por m2	0,05
b) com área superior a 20.000m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos, por m2	0,02
6 – Loteamento:	
a) com área até 10.000m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m2	0,01
b) com área superior a 10.000m2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m2	0,01
7 – Quaisquer outras obras não especificadas nesta tabela:	
a) por metro linear	0,1
b) por metro quadrado	0,01

" (NR)

**Lei Nº 4.476, de 14 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.476, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza baixa de bens, integrantes do patrimônio municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa de bens, na forma abaixo:

I - não localizados pelas Unidades Administrativas:

- a) pertencentes ao patrimônio do Município, constantes no Anexo I desta LEI;
- b) pertencentes ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde - FMS, constantes no Anexo II desta LEI;
- c) pertencentes ao patrimônio da Fundação Municipal de Esportes - FMEC: 14 (quatorze) relógios para xadrez, marca Jaehrig, códigos patrimoniais 46, 212, 213, 217, 225, 233, 237, 238, 241, 243, 245, 248, 250 e 255;

II - furtados:

a) pertencentes ao patrimônio do Município:

1. 1 (um) liquidificador, marca Arno, modelo NLE350, código patrimonial 22136;
2. 1 (uma) batedeira, marca Walita, modelo 7115, código patrimonial 44630;
3. 1 (um) porta disquete, código patrimonial 17017;

b) pertencentes ao patrimônio do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON:

1. 2 (dois) ventiladores de teto, códigos patrimoniais 57 e 58;
2. 1 (um) aparelho de telefone sem fio, marca Anatel, modelo ISF 490, código patrimonial 79;

c) pertencente ao patrimônio do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS: 1 (uma) prancha de cabelo, marca Britânia, código patrimonial 350.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

## ANEXO I

## RELAÇÃO DE BENS NÃO LOCALIZADOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO

Nº de ordem	Código patrimonial	Quantidade	Descrição do bem
1	48209, 48212, 48213, 48222 e 48223	5	Banco de madeira
2	37461	1	Cadeira ergonômica giratória de encosto alto, marca Ancezki, modelo Anc 1036, cor preta

3	37454	1	Cadeira estofada giratória, marca Anczeki, modelo Anc 1178, cor preta
4	33956	1	Cadeira estofada giratória, modelo 8103 BKG, marca Caveletti, cor preta
5	13288	1	Estabilizador, marca ES
6	21429, 21430, 21432, 21435 a 21438, 21451 e 21452	9	Fritadeira elétrica, marca Progas, modelo 90E
7	9848	1	Motor elétrico, marca Weg, modelo 10L-1
8	40787	1	Sistema de registro e controle eletrônico de entradas e saídas de funcionários, sensor identix, marca Identix, modelo Biotouch Usb 200

## ANEXO II

RELAÇÃO DE BENS NÃO LOCALIZADOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS

Nº de ordem	Código patrimonial	Quantidade	Descrição do bem
1	4168 e 4169	2	Aquecedor portátil, ajuste de temperatura, com grade protetora, cor creme, marca Ventisol
2	3992	1	Balcão com 4 (quatro gavetas), 5 (cinco) portas, cuba de louça, cor branca, marca Espaço Móveis
3	1215 e 1219	2	Cadeira estofada
4	1282 e 2238	2	Cadeira estofada giratória, em tecido, modelo 4004, cor cinza, marca Cavaletti
5	2171	1	Diskman CD91, display LCD, modelo DE 201, marca Sony
6	947	1	Equipo 3 (três) pontos
7	3563 e 3564	2	Mesa para computador, com teclado retrátil

8	2231	1	Mesa, 4 (quatro) gavetas, tampo em fórmica, cor branca, armário em MDF, puxadores plástico branco
9	1146	1	Mesa com 3 (três) gavetas
10	3577	1	Poltrona com braço fixo, cor cinza
11	3177	1	Toldos transparentes, modelo Cortina
12	961	1	Unidade Auxiliar
13	4538	1	Ventilador de coluna, marca Ventisol, cor preta

**Lei Nº 4.477, de 14 de Dezembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.477, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o Município receber, em doação, áreas de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Município autorizado a receber, em doação, as áreas de terras abaixo descritas, ocupadas pelo traçado da Rua Tancredo de Almeida Neves, neste Município, de propriedade da empresa CAMINHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.:

I - área de terras de 346,21m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais n.ºs. 868 e 869, desmembrado como lote urbano nº 01, com área de 3.091,35m<sup>2</sup>, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.601, Livro nº 2 - "CS", tendo a área de 346,21m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves; ao noroeste, na extensão de 30,00m, com a Rua Tancredo de Almeida Neves; ao sudeste, na extensão de 30,21m, com área remanescente da proprietária; ao sudoeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves;

II - área de terras de 287,50m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais n.ºs. 868 e 869, desmembrado como lote urbano nº 02, com área de 2.500,00m<sup>2</sup>, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.602, Livro nº 2 - "CS", tendo a área de 287,50m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves; ao noroeste, na extensão de 25,00m, com a Rua Tancredo de Almeida Neves; ao sudeste, na extensão de 25,00m, com área remanescente da proprietária; ao sudoeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves;

III - área de terras de 287,50m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais n.ºs. 868 e 869, desmembrado como lote urbano nº 03, com área de 2.500,00m<sup>2</sup>, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.603, Livro nº 2 - "CS", tendo a área de 287,50m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves; ao noroeste, na extensão de 25,00m, com a Rua Tancredo de Almeida Neves; ao sudeste, na extensão de 25,00m, com área remanescente da



proprietária; ao sudoeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves;

IV - área de terras de 282,77m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais n.ºs. 868 e 869, desmembrado como lote urbano nº 04, com área de 2.500,18m<sup>2</sup>, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.604, Livro nº 2 - "CS", tendo a área de 282,77m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves; ao noroeste, na extensão de 20,06m, com a Rua Tancredo de Almeida Neves e 7,85m, em curva, com a Rua "A"; ao sudeste, na extensão de 25,06m, com área remanescente da proprietária; ao sudoeste, na extensão de 6,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves;

V - área de terras de 345,38m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais n.ºs. 868 e 869, desmembrado como lote urbano nº 05, com área de 3.044,63m<sup>2</sup>, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.605, Livro nº 2 - "CS", tendo a área de 345,38m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 6,50m e 7,85m, em curva, com a Rua "A"; ao noroeste, na extensão de 25,50m, com a Rua Tancredo de Almeida Neves; ao sudeste, na extensão de 30,50m, com área remanescente da proprietária; ao sudoeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves;

VI - área de terras de 287,50m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais n.ºs. 868 e 869, desmembrado como lote urbano nº 06, com área de 2.500,00m<sup>2</sup>, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.606, Livro nº 2 - "CS", tendo a área de 287,50m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves; ao noroeste, na extensão de 25,00m, com a Rua Tancredo de Almeida Neves; ao sudeste, na extensão de 25,00m, com área remanescente da proprietária; ao sudoeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves;

VII - área de terras de 287,50m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais n.ºs. 868 e 869, desmembrado como lote urbano nº 07, com área de 2.500,00m<sup>2</sup>, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.607, Livro nº 2 - "CS", tendo a área de 287,50m<sup>2</sup> as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves; ao noroeste, na extensão de 25,00m, com a Rua Tancredo de Almeida Neves; ao sudeste, na extensão de 25,00m, com área remanescente da proprietária; ao sudoeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves;

VIII - área de terras de 518,52m<sup>2</sup>, do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais n.ºs. 868 e 869, desmembrado como lote urbano nº 08, com área de 3.183,50m<sup>2</sup>, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 22.608, Livro nº 2 - "CS", tendo a área de 518,52m<sup>2</sup>, as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, na extensão de 11,50m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves; ao noroeste, na extensão de 45,96m, com a Rua Tancredo de Almeida Neves; ao sudeste, na extensão de 44,21m, com área remanescente da proprietária; ao sudoeste, na extensão de 11,63m, com a faixa de domínio da Rua Tancredo de Almeida Neves.

Art. 2º Fica sob a responsabilidade da proprietária a implantação de toda a infraestrutura, como: abertura de rua, rede de abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública.

Art. 3º A proprietária outorgará a escritura definitiva de doação da

área, após a competente autorização legislativa.

Art. 4º As despesas com escritura correrão à conta do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

### **Lei Nº 4.478, de 14 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.478, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o Município receber, em doação, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Município autorizado a receber, em doação, a área de terras de 7.439,27m<sup>2</sup>, ocupada pelo traçado da Rodovia Caetano Chiucchetta, do imóvel caracterizado como: parte dos lotes rurais n.ºs. 958, 959 e 961, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, situado neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 2.421, Livro nº 2 - "I", de propriedade dos senhores ARMINDO RESTELATO e sua mulher, LEONILA FOCESATTO RESTELATO, MARIO TROJAN e sua mulher, NAURILCE LUCIA ROVANI TROJAN, JOSIANE RENATA TROJAN, GUSTAVO RAFAEL TROJAN, JOÃO RUVIARO e sua mulher ROSIMAR TROJAN RUVIARO, BRUNO JOSÉ TROJAN e sua mulher DIRLEI SILVEIRA DE AVILA TROJAN, IVO ARTUR TROJAN, VALDIR JOSÉ SALVADEGO e sua mulher IRAIDE TROJAN SALVADEGO, DIRCEU DALLA COSTA e sua mulher TANIA MARIA MARCHETTI DALLA COSTA.

Parágrafo único. A área de terras de 7.439,27m<sup>2</sup> possui as seguintes medidas e confrontações: ao nordeste, em linhas quebradas, na extensão de 228,29m, com área remanescente dos proprietários; ao sudeste, em linhas quebradas, na extensão de 53,96m, com o imóvel matriculado sob nº 19.916, de propriedade de Sérgio Salla e Miriam Clarice Raber Salla e na extensão de 20,08m, com o imóvel matriculado sob nº 22.748, de propriedade da empresa Rogowski - Construções e Comércio LTDA.; ao sudoeste, em linhas quebradas, na extensão de 100,72m e 44,47m, com área remanescente dos proprietários e na extensão de 44,47m, com o imóvel matriculado sob nº 22.748, de propriedade da empresa Rogowski - Construções e Comércio LTDA.; ao noroeste, em linhas quebradas, na extensão de 20,46 metros, com o imóvel matriculado sob nº 22.748, de propriedade da empresa Rogowski - Construções e Comércio LTDA. e na extensão de 40,00m, com a faixa de domínio do imóvel matriculado sob nº 6.557, de propriedade de Valdir José Salvadego e sua mulher Iraide Trojan Salvadego.

Art. 2º Fica sob a responsabilidade dos proprietários a implantação de toda a infraestrutura, como: abertura de rua, rede de abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública.

Art. 3º Os proprietários outorgarão a escritura definitiva de doação da área, após a competente autorização legislativa.

Art. 4º As despesas com escritura correrão à conta do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

#### **Lei Nº 4.479, de 14 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.479, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza baixa de bens, integrantes do patrimônio municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa de bens, na forma abaixo:

I - pertencentes ao patrimônio do Município, furtados:

a) 1 (uma) bateadeira, marca Walita, série 0538, código patrimonial 37505;

b) 1 (um) refrigerador, marca Eletrolux, modelo RE 29, série 42402168, código patrimonial 32959;

c) 1 (um) purificador de água, marca Latina, modelo PA4.0, código patrimonial 34740;

d) 1 (um) liquidificador doméstico, marca Walita, modelo Ligfaz, série LQ079/80, código patrimonial 34973;

II - pertencentes ao patrimônio do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, sucateados:

a) 1 (um) fogão a gás quatro bocas, marca Altas, modelo Tropic Plus, código patrimonial 31;

b) 1 (um) botijão de gás com mangueira e registro para gás, código patrimonial 32;

c) divisórias painel 35mm, 15,50m2, marca Paredec, código patrimonial 93;

d) 1 (uma) persiana vertical, em tecido poliéster, 257x180, marca Destaque, código patrimonial 96;

e) 2 (duas) persianas verticais, em tecido poliéster, 275x256, marca Destaque, códigos patrimoniais 98 e 99;

f) 2 (duas) persianas verticais, em tecido poliéster, 260x180, marca Destaque, códigos patrimoniais 95 e 97;

g) 1 (uma) persiana vertical, em tecido poliéster, 300x180, marca Destaque, código patrimonial 94.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

#### **Lei Nº 4.480, de 14 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.480, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005, que dispõe sobre o horário de funcionamento de farmácias no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005, que dispõe sobre o horário de funcionamento de farmácias no Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ( )

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as farmácias:

I - que atuam exclusivamente com manipulação;

II - que estão localizadas a uma distância superior a 2 km (dois quilômetros), em linha reta, de unidade hospitalar e/ou de pronto atendimento;

III - anexas a supermercados." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI  
Secretária Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.480, de 14 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.480, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005, que dispõe sobre o horário de funcionamento de farmácias no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005, que dispõe sobre o horário de funcionamento de farmácias no Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ( )

Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo as farmácias:

I - que atuam exclusivamente com manipulação;

II - que estão localizadas a uma distância superior a 2 km (dois quilômetros), em linha reta, de unidade hospitalar e/ou de pronto atendimento;

III - anexas a supermercados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

GENAIR LOURDES BOGONI  
Secretária Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.481, de 18 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.481, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Denomina via pública do Bairro Parque de Exposições de Rua Juliana Dias Braga.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º A via pública que parte da Rua Tancredo de Almeida Neves até a propriedade da senhora Rosa Cassemiro, localizada no Bairro Parque de Exposições, passa a denominar-se Rua Juliana Dias Braga.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN  
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 869/2012, de 11 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 869/2012, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 1/2011, de 3 de janeiro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I - FERNANDO LUIZ FINGER, ocupante do cargo de Mecânico;

II - INES FATIMA BIANCHINI, ocupante do cargo de Secretário Escolar;

III - MARLON MAURICIO ANTUNES, ocupante do cargo de Motorista;

IV - MIRIAM DENISE WENTZ VORTMANN, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição;

V - NEDIO WEIRICH, ocupante do cargo de Servente Braçal;

VI - ROSANGELA HUFF, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais;

VII - SUYANE CORREA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche;

VIII - SUZANA CRISTINA FLECK, ocupante do cargo de Secretário Escolar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de dezembro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 870/2012, de 12 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 870/2012, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

Altera dispositivos do inciso IV do art. 1º do Decreto nº 887/2010, de 7 de outubro de 2010 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.228, de 7 de outubro de 2010 e no Decreto nº 5.560, de 15 de dezembro de 2010. DECRETA:

Art. 1º O inciso IV do art. 1º do Decreto nº 887/2010, de 7 de outubro de 2010 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o item 1 da alínea "a" passa a vigorar com a seguinte redação:

"1. JANETE LURDES FRACASSO;" (NR)

II - o item 1 da alínea "b" passa a vigorar com a seguinte redação:

"1. LUIZ CARLOS SEGALA;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

SANTO HERMÍNIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

**Decreto Nº 871/2012, de 14 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 871/2012, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora MICHELE CRISTINA MERTENS SOARES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MICHELE CRISTINA MERTENS SOARES, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Apoio Administrativo, a partir de 24 de dezembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Resolução Nº 66, de 17 de Dezembro de 2012**

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a Escala de Férias do Conselho Tutelar e convocação de Conselheira Tutelar Suplente.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº 8.069/90, Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e considerando:

Ofício nº292/2012, do Conselho Tutelar, constando Escala de Férias dos Conselheiros Tutelares.

RESOLVE:

Art. 1º - Ratificar aprovação da Escala de Férias dos Conselheiros Tutelares, em reunião ordinária no mês de novembro de 2012.

Art. 2º - Convocar Conselheira Tutelar Suplente para substituição dos Conselheiros Tutelares que estiverem em gozo de férias, conforme a Lei Complementar nº593, Art.16, Paragrafo Único, Inciso III.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data;

DIOMAR JOSÉ PERIN  
Presidente do CMDCA

**Portaria Nº 211/2012, de 17 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 211/2012, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, na CI nº 195, de 12 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora BEATRIZ PIGATO, ocupante do cargo de Escrevente, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 17 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 212/2012, de 18 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.



No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2012, de 9 de novembro de 2012 e alteração.

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2012, de 9 de novembro de 2012 e alteração, conforme Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

### ANEXO ÚNICO

Nr. Edital... 1/2012		Área... 6º a 8º Série	Disciplina... 1. Língua Portuguesa			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000183	MARISTELA DE LOURDES GUEDES	4	5	289,75	
00002	000000492	SALETE VOLPATO WOLOSZYN	4	5	264,00	
00003	000000860	CLADIR PADOAN ROSSI	4	5	236,70	
00004	000000929	SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO	4	5	177,35	
00005	000000814	ADRIANA CARLA LOCATELLI	4	5	159,75	
00006	000001068	ELIANE APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA	4	5	102,75	
00007	000000889	MAGALI APARECIDA DE SOUZA	4	5	68,65	
00008	000000203	LIAMARA APARECIDA ROTTA	4	5	64,75	
00009	000000242	INGRID ACKERMANN FIORENTIN	4	5	57,09	
00010	000000479	ARLETE BALESTRIN	4	5	52,75	
00011	000000690	DIVANIA INÊZ BOTECA CASADEI	4	5	52,75	
00012	000000703	MORGANE CESCO BATTISTELLA	4	5	51,75	
00013	000000140	FRANCIELE FANTIN	4	5	48,75	
00014	000000123	VANESSA KIST	4	5	38,25	
00015	000000606	ODENIRCE APARECIDA KELLER KOWACIC	4	5	36,75	
00016	000000636	GLEICI MARA DREHER	4	5	34,23	
00017	000000356	MAURA BEATRIZ PATZLAFF DE PAULA	4	5	30,30	
00018	000000517	ALESSANDRA BREVES DA SILVA CHIXARO CONTE	4	5	29,00	
00019	000000714	DANIELE PEGORER FAZZIONI	4	5	27,75	
00020	000000230	MAYARA TRENTINI DE SOUZA	4	5	10,40	
00021	000000168	ADRIANA RUPPENTHAL	4	6	67,95	
00022	000001093	GENOIR CONTE	4	7	27,70	
00023	000000204	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA	4	7	20,75	
00024	000000171	MARISANGELA DALLÓ GUTBIER	4	7	18,25	
00025	000000282	VERA LUCIA GALEAZZI RECH	4	7	0,00	
00026	000001071	LUCIANA RODRIGUES DA ROSA	1	4	8,55	
00027	000001082	JULIANO JORGE PHILIPPSEN	1	7	7,00	
00028	000001101	LILIAN DA CRUZ SCALCO	1	7	0,15	
00029	000000781	MICHELE CRISTINA MARCHIORO FINGER	1	7	0,00	
00030	000000300	AURIVAN CLEBER SARTORI	1	7	0,00	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6º a 8º Série		Disciplina...: 2. Matemática		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000857	NEIVA TEREZINHA CESTONARO DASSI		4	5	145,40
00002	000000434	DAISE DEMETRIO CRUZ		4	5	134,75
00003	000000261	MARIA APARECIDA R. DA CONCEIÇÃO PASTORE		4	5	84,75
00004	000001019	NAIR IVETE KLASSMANN		4	5	17,15
00005	000000611	NELSON DOMINGOS COREZZOLLA		4	6	179,95
00006	000000370	NEIVA AULER SIMON		4	6	127,00
00007	000000939	SIMONE LAZAROTTO		4	6	14,25
00008	000000894	MARINEIDES LOURDES PRAXSNECKI		4	6	10,50
00009	000001017	MARILEI FIORENTIN BOSETI		4	7	172,20
00010	000000446	SABRINA BATTISTI		4	7	3,75
00011	000000518	LAURI GARBOSA		4	7	0,00
00012	000000383	CLAUDETE GOSSENHEIMER		3	1	109,25
00013	000000566	NELICE BOSETTI RADIN		3	1	64,00
00014	000000659	ELIANE ZANIN		3	1	50,40
00015	000000965	DARLI FABIANI GOSSENHEIMER		3	1	26,98
00016	000001005	PATRÍCIA HELENA BARATO BERNARDI		3	2	58,05
00017	000000307	FRANCIELE BARATO		3	2	22,60
00018	000000263	MARISTELA CERUTTI		3	3	74,95
00019	000000873	CLADIR SAVOLDI		3	3	9,75
00020	000000735	LEONARDO MACIEL BATISTA		1	1	57,00
00021	000000625	JAQUELINE EDUARDA SIPP		1	3	10,63
00022	000001059	LETICIA TAMIRES BALBINOT		1	5	38,00
00023	000000766	CAMILA MARMITT		1	5	8,65
00024	000000948	LIANA KRAECKER		1	5	7,13
00025	000000806	ALISON HIKARU WATANABE DE LIMA		1	5	5,13
00026	000000580	SIRLEI STALLBAUM		1	5	4,50
00027	000000919	LUCILENE PAIVA		1	5	3,25
00028	000001028	IVANETE FATIMA BLAETH		1	5	1,25
00029	000000213	RODRIGO SANTIAGO		1	5	0,65
00030	000000716	ORLANDO JUNIOR CECCHIN		1	5	0,25
00031	000001106	MAIKEL ALESSANDRO MAGNANI CAMPOS		1	5	0,00
00032	000000963	SUELEN CRISTINA SGARBOSSA LOTTI		1	5	0,00
00033	000000223	PATRICIA PELLIN		1	7	0,85
00034	000000958	CHEILA FELIPE CHIELLA		1	7	0,75
00035	000000038	ANDERSON MINOSSO		1	7	0,50
00036	000000314	DARLAN JONAS MONTEIRO BANDEIRA DUTRA		1	7	0,25
00037	000000207	KATYA CARINE ENGEL		1	7	0,25

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 4

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 2. Matemática			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00038	000000595	GIOVANA SILVEIRA CASADO	1	7	0,25	
00039	000000222	PATRICIA PRESOTTO	1	7	0,25	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 5

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 4. Geografia			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000406	ROSA ANGELA BALDISSERA	4	5	145,75	
00002	000000380	NAURI MARTINI MERLINI	4	5	132,75	
00003	000000811	CASSIANO BOITA	4	5	63,75	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 6

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 5. Ciências			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000270	MARCIA DE BONA LAZZARI	4	3	238,00	
00002	000000612	NELSON DOMINGOS COREZZOLLA	4	5	179,95	
00003	000000384	CLAUDETE GOSSENHEIMER	4	5	109,25	
00004	000000721	VIVIANA CEMBRANI KERBER	4	5	83,75	
00005	000000157	EUNICE GHENO	4	5	70,75	
00006	000000855	EDINA DE SOUZA DA SILVA	4	5	66,25	
00007	000001004	PATRÍCIA HELENA BARATO BERNARDI	4	5	58,05	
00008	000000586	ROSEMILDA PERUZZO	4	5	40,70	
00009	000000511	SILVIA LESZCZINSKI GOTZ	4	5	35,38	
00010	000000964	DARLI FABIANI GOSSENHEIMER	4	5	26,98	
00011	000000308	FRANCIELE BARATO	4	5	22,60	
00012	000000918	FELIPE MANOEL GIMENEZ DE OLIVEIRA	4	5	0,10	
00013	000000433	DAISE DEMETRIO CRUZ	4	6	134,75	
00014	000000660	ELIANE ZANIN	4	6	50,40	
00015	000000264	MARISTELA CERUTTI	4	7	74,95	
00016	000000740	MARIA PATRICIA RIGO	4	7	59,50	
00017	000000283	NIVIA ROSANA WEBER	4	7	22,75	
00018	000000657	PAMELA FERREIRA CAMPELO	4	7	12,85	
00019	000000457	JUSSARA CRISTINA BROCH	4	7	8,70	
00020	000000387	FABRICIO WILLIAM PEREIRA DA SILVA	4	7	8,00	
00021	000001016	TACIA REGINA WEBER	4	7	3,75	
00022	000000821	ALINE MASSARO	4	7	3,00	
00023	000000519	LAURI GARBOSSA	4	7	0,00	
00024	000000022	DEBORA MARIAN BENELLI	1	3	3,75	
00025	000000342	ANGÉLICA PEINHOPF	1	5	9,38	



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 7

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital... 1/2012		Área... 6º a 8º Série	Disciplina...: 6. História			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000786	CARLOS FERNANDO COMASSETTO	4	3	44,76	
00002	000000284	TEREZINHA PAGOTO	4	3	28,75	
00003	000001007	LAURI DO PRADO VARGAS	4	5	168,85	
00004	000000698	ELIANE REGINA SUZIN	4	5	85,25	
00005	000000498	ELENITA RIBEIRO	4	5	74,68	
00006	000000155	CLEIDE TERESINHA DE MORAES VERUCK	4	5	72,75	
00007	000000494	JULCILEI CLAUDIA PAVIANI	4	5	71,65	
00008	000000428	SIRLEI GRIGOL BELLINI	4	5	60,25	
00009	000000890	NADIA VAZATTA ZUCCHI DE OLIVEIRA	4	5	59,85	
00010	000000421	IVANIR BALDASSO	4	5	56,50	
00011	000000323	LUCIMARA TOCHETTO	4	5	53,75	
00012	000001078	CLECI BISON	4	5	41,00	
00013	000000458	NELSI KLUMB COLASSO	4	5	34,25	
00014	000000351	MARCIA BALBINOT SCHWEITZER	4	5	32,75	
00015	000000665	CARINA SANDI	4	5	32,75	
00016	000000250	SIMONE SANDRA SCHWAMBACH FINGER	4	5	23,75	
00017	000000435	MIRIAN JULIANA TAVARES RIMOLDI	4	5	21,75	
00018	000000413	CLAUDEMAR KNECHT	4	5	18,75	
00019	000000658	RODRIGO JOSE MULLER	4	5	10,63	
00020	000000042	LENIR CORDEIRO	4	5	0,50	
00021	000000656	DANIELA DE CONTO DE CARLI	4	5	0,25	
00022	000000546	CAMILA MACHADO SOARES	4	5	0,00	
00023	000000694	LUCIA MARA PRIOR	4	6	18,25	
00024	000000915	JONE MORAES	4	6	0,00	
00025	000000420	LAIRTES KIRSTEN	4	7	28,75	
00026	000000646	FERNANDO ADELINO BURATTO	4	7	5,36	
00027	000000620	SUSIMARA DE MARCO PETROLI	4	7	3,00	
00028	000001076	MARCOS ANTONIO MIOR	4	7	3,00	
00029	000000121	TAIS REGINA DEITOS	4	7	1,25	
00030	000000712	DANIELA MARIA KOLLER DE SANTI	1	3	1,63	
00031	000000400	PATRICIA RODRIGUES DE SOUZA AMPESE	1	5	0,00	
00032	000000396	MARCELO LEONHART	1	7	3,38	
00033	000000268	CLERCIO CHOUPINSKI	1	7	3,00	
00034	000000243	ALESSANDRA BAUERMANN DA SILVA	1	7	0,94	
00035	000001104	IVACIR HELBING	1	7	0,80	
00036	000000634	CARLOS ROBERTO SCHWABENLAND	1	7	0,38	
00037	000000392	ANDRESSA BENELLI	1	7	0,38	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 8

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...	1/2012	Área...: 6° a 8° Série	Disciplina...: 6. História			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00038	000000866	ELIZANGELA GRIEBELER	1	7	0,00	
00039	000000535	LUCIANE MARIA BORTOLINI	1	7	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 9

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...	1/2012	Área...: 6° a 8° Série	Disciplina...: 7. Artes			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000953	SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI	4	5	35,35	
00002	000001010	MIRIAM MARCHEZAN PIVA	4	5	34,00	
00003	000000621	KARLA DEMARCHI	4	5	14,08	
00004	000001034	CATI FERRI	4	7	235,30	
00005	000000422	DAIANE COMIN	4	7	21,15	
00006	000000477	SUSANA STOCKMANN S. DA TRINDADE	4	7	12,30	
00007	000000312	JEANE LINHARES DE S. COELHO	3	3	0,00	
00008	000000467	IVOMAR PELIZZARO	3	3	0,00	
00009	000000340	LETICIA FERNANDA LAWRENZ	1	3	21,11	
00010	000000584	ADILSON DE SOUZA BORGES	1	3	15,15	
00011	000000632	CLEUCIR SULENTA	1	3	0,00	
00012	000000585	RAQUEL MOURA DE SOUZA BORGES	1	5	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 10

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 8. Língua Espanhola		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000111	ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO	4	5	189,20
00002	000000245	ADRIANA PALUDO	4	5	108,75
00003	000000733	KATIA KIRST	4	5	103,25
00004	000000202	LIAMARA APARECIDA ROTTA	4	5	64,75
00005	000000691	DIVANIA INÊZ BOTECA CASADEI	4	5	52,75
00006	000000943	JANE CATARINA GRANDO	4	7	202,40
00007	000000508	DANIELE MINUSCOLI	4	7	32,75
00008	000001092	GENOIR CONTE	4	7	27,70
00009	000000490	SALETE VOLPATO WOLOSZYN	3	2	264,00
00010	000000836	MARTA ELISABETE HOLDEFER	2	7	26,75
00011	000001003	SUELLEN ANDREA GREZELE MATTIOLLO	1	7	13,25
00012	000000874	REGINA APARECIDA SGARBOSSA	1	7	3,75
00013	000001038	ANDRESSA FUCHINA	1	7	2,00
00014	000000528	CLAUDENICE FERNANDES BORGES	1	7	1,00
00015	000000782	MICHELE CRISTINA MARCHIORO FINGER	1	7	0,00
00016	000000856	INDIAMARA CAMARGO DE OLIVEIRA	1	7	0,00
00017	000000299	AURIVAN CLEBER SARTORI	1	7	0,00
00018	000000828	MAIARA FERNANDA TITON	1	7	0,00
00019	000001036	MARINA PRADO CARLESSO	1	7	0,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 11

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 9. Língua Italiana			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000481	MARGARETE D ARGHETTI	4	7	112,05	
00002	000000124	MARIZE APARECIDA M. DA SILVEIRA DA ROSA	4	7	0,40	



# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 12

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 10. Educação Física			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000439	CLEIDE REGINA BARON	4	5	263,15	
00002	000000592	MARISTELA ARRUDA AYRES	4	5	214,68	
00003	000000231	EDISON DOS SANTOS	4	5	186,55	
00004	000000047	ELIANE SALETE BARP	4	5	184,25	
00005	000000861	FABIANO SANTA HELENA	4	5	170,60	
00006	000000344	FABIANA PAULA PICININ	4	5	159,75	
00007	000000445	ANA ROSE SILVA	4	5	127,75	
00008	000000483	JANETE KUHN DOS SANTOS RIGO	4	5	121,60	
00009	000001116	MARCOS ANTONIO MAGRO	4	5	114,30	
00010	000000651	SANDRA MARIA LISBOA REBELLATTO	4	5	113,05	
00011	000000495	EDSON CHAGAS	4	5	107,35	
00012	000000541	JULIANO PRAVATO	4	5	103,55	
00013	000000501	EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER	4	5	100,25	
00014	000000147	SILVANA DE VARGAS	4	5	92,75	
00015	000000513	ALUANA COSTA	4	5	87,75	
00016	000000447	PRISCILA GRIGOL SILVA	4	5	84,75	
00017	000000525	SIMONE CRISTINA DE CARLI	4	5	84,70	
00018	000000313	ROSENEIDE RODRIGUES DA SILVA	4	5	75,75	
00019	000000645	NEILA SILVANA WASEM GRANDO	4	5	74,75	
00020	000001098	FADIA MARA ROSSI	4	5	72,84	
00021	000000746	DIRLEI APARECIDA CARPEGGIANI	4	5	72,25	
00022	000000979	NÁDIA ROSANE PALMA MIOLLO	4	5	70,35	
00023	000000442	ELISABETE PALUDO SANDI	4	5	66,75	
00024	000000872	FRANCIELE FÁTIMA STEDILLE	4	5	61,75	
00025	000000624	CINTIA LETICIA BENELLI SACOMORI	4	5	55,75	
00026	000000618	CRISTIAN BRUSCHI MARQUES	4	5	52,75	
00027	000000462	CARINE INÊS TURMENA	4	5	49,75	
00028	000000368	FELIPE MACHADO	4	5	48,75	
00029	000000567	RENAN FRACASSO	4	5	47,55	
00030	000000783	CAMILA PILONI	4	5	43,75	
00031	000000197	ROMIELE FRIEBEL	4	5	42,75	
00032	000000630	JADERSON MORETTO	4	5	42,00	
00033	000000106	LADI DEMARCHI	4	5	41,75	
00034	000000954	SIDNEI TURMINA	4	5	41,00	
00035	000000084	FRANCIELE CRISTINA SANTANA	4	5	38,75	
00036	000000045	JAQUELINE ZANELLA	4	5	37,75	
00037	000000189	IZABELA TROIAN	4	5	37,75	

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 13

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6° a 8° Série		Disciplina...: 10. Educação Física		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00038	000000547	LEONARDO GASPAROTTO	4	5	37,25	
00039	000000027	FRANCIELI AGUSTINI	4	5	35,75	
00040	000000126	FERNANDO JOSE COLOMBO	4	5	34,15	
00041	000001069	SANDRA GILVANA PIOLA BALDISSERA	4	5	25,00	
00042	000001027	MAURICIO JOSE KIRST	4	5	21,25	
00043	000000345	BRUNA VIEIRA DE OLIVEIRA	4	5	12,75	
00044	000000425	VALERIA SGANZERLA ZWIRTES	4	5	11,75	
00045	000000980	SILVIA TREVISAN	4	5	11,00	
00046	000000087	ALESSANDRA GONÇALVES FERNANDES	4	5	9,60	
00047	000000468	ROBERTO SCORTEGAGNA	4	5	9,50	
00048	000000324	TATIANE CRISTINA ARGENTON	4	5	2,55	
00049	000000020	DANGELA CRISTINA ZANCHET	4	5	0,00	
00050	000000427	WILSON ROBERTO PEDROZO SOUQUE	4	6	153,25	
00051	000000882	JANE JOST	4	6	58,25	
00052	000000911	ERIKA KATIA DE OLIVEIRA	4	6	24,25	
00053	000000892	BERNARD KLAUS WIGGERS	4	7	21,75	
00054	000000201	CINTIA MARA BURALI	4	7	20,60	
00055	000001046	CRISTIANE BRUNETTO	4	7	15,40	
00056	000000952	DAIANE CHIAPETTI	4	7	15,25	
00057	000000564	WALQUIRIA BENETTI ZAVORSKI	4	7	13,20	
00058	000000942	CAROLINA CORRADI MINOZZO FRUHAUF	4	7	12,75	
00059	000000824	CARLA GRAZIELA VESCOVI SORGETZT	4	7	12,75	
00060	000000377	CAMILA ECKER	4	7	11,85	
00061	000000262	ROZIELI RAMOS ORSOLIN	4	7	11,75	
00062	000000815	RAFAELA CRISTINA CARNIEL	4	7	9,75	
00063	000000164	TAIRAN ROMANI FERREIRA	4	7	9,30	
00064	000000655	VIVIANE SALETE COLE	4	7	9,25	
00065	000000417	MADRISON NUNES SARTORI	4	7	9,15	
00066	000000662	DAYANA APARECIDA VON DENTZ	4	7	7,75	
00067	000000993	ANGELA KADES	4	7	6,50	
00068	000000744	PETERSON RIBEIRO PRESTES	4	7	4,00	
00069	000000105	ELEANDRO VOSNHAK	4	7	3,75	
00070	000000976	NIVALDO DE S. FERNANDES DA SILVA JUNIOR	4	7	3,00	
00071	000000935	GIOVANA PATRICIA GOLLO	4	7	0,60	
00072	000000571	MARCIA BAGGIO	4	7	0,00	
00073	000000865	SHEILA FATIMA TESSMANN	4	7	0,00	
00074	000001053	ANGELA CRISTINA MARSCHALL SAUER	4	7	0,00	

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 14

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6° a 8° Série	Disciplina...: 10. Educação Física			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00075	000000760	ILVO LUIS POZZO JUNIOR	4	7	0,00	
00076	000000867	VINICIUS MIOZZO	4	7	0,00	
00077	000001063	PATRICIA MAGALHAES VIDOR	4	7	0,00	
00078	000001113	FELIPE CAUS DOS SANTOS	4	7	0,00	
00079	000000627	NATAN JOSÉ GARGHETTI	4	7	0,00	
00080	000001001	CLAITON RODRIGO BRICKMANN	1	3	27,10	
00081	000000862	MARLON TADEU TIEMANN	1	3	17,25	
00082	000000975	BEATRIZ BALBINOT	1	3	6,75	
00083	000001032	MARIANA NEUHAUSER	1	3	6,00	
00084	000000829	TIAGO DA SILVA	1	3	4,75	
00085	000000532	SCHEILA BORGES VIEIRA	1	3	4,21	
00086	000001089	RICHARD PIERRE COSTA	1	3	0,00	
00087	000000129	GRAZIELE TANIA PELIZZA	1	3	0,00	
00088	000000789	ALINE BALBINOT	1	3	0,00	
00089	000000169	RENATA ARTIFON	1	3	0,00	
00090	000000773	JESSICA BAMPI OZECOSKI	1	3	0,00	
00091	000001052	LADYR BORTOLO MIGLIORETTO JUNIOR	1	5	25,80	
00092	000001056	JULIANA GRANDO	1	5	1,05	
00093	000000120	GABRIELA LUIZA SCHRAMMEL	1	5	0,69	
00094	000000734	DANIELA TEREZA PALUDO GUGEL	1	5	0,25	
00095	000000149	CAROLINE BEATRIZ STREIT	1	5	0,15	
00096	000000375	JONATAN DA CAMPO	1	5	0,10	
00097	000001080	DAIANE LORENSETTI	1	5	0,00	
00098	000000858	ADENILSON FILIPE FICAGNA	1	5	0,00	
00099	000000466	DILVANA APARECIDA URBANSKI	1	5	0,00	
00100	000000635	GISELE MULLER	1	5	0,00	
00101	000000616	LAERCIO GIOVANNI DIAS	1	5	0,00	
00102	000000643	ELOEL BENETTI ZAVORSKI	1	5	0,00	
00103	000000361	FRANCIELI PRESOTTO	1	7	0,86	
00104	000000761	JOSIANE SALETE BONETTA	1	7	0,75	
00105	000000196	MARILEI BASSE	1	7	0,15	
00106	000001043	INALDO AMORIM MARTINS JUNIOR	1	7	0,00	
00107	000001107	RICARDO WILLIAN GOMES DE ANDRADE	1	7	0,00	
00108	000000989	BRUNO LUAN KUNZ	1	7	0,00	
00109	000001088	ELIS REGINA PELIN	1	7	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 15

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 15. Ensino Religioso			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000014	HELOISE BONIN	4	7	0,00	
00002	000001095	MARCELO MARASCA	3	2	14,00	



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 16

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital... 1/2012		Área... 6º a 8º Série	Disciplina...: 54. Lit. Dramatizada - Pedago			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000551	MARITÂNIA POLETO	4	5	177,75	
00002	000000921	SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO	4	5	177,35	
00003	000000813	ADRIANA CARLA LOCATELLI	4	5	159,75	
00004	000000269	MARIA VIERA	4	5	85,40	
00005	000000869	ELIANE DECARLI NOSSAL	4	5	79,75	
00006	000001079	SILVANA PERUZZO MAZIERO	4	5	74,50	
00007	000000052	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI	4	5	71,25	
00008	000000888	MAGALI APARECIDA DE SOUZA	4	5	68,65	
00009	000000348	MARISETE MACHADO KERN	4	5	68,25	
00010	000000241	INGRID INES ACKERMANN FIORENTIN	4	5	57,09	
00011	000000478	ARLETE BALESTRIN	4	5	52,75	
00012	000000705	MORGANE CESCO BATTISTELLA	4	5	51,75	
00013	000000102	MARISA FÁTIMA POZZO HAMERA	4	5	45,75	
00014	000000371	FATIMA MEZZALIRA NEGRETTI	4	5	44,55	
00015	000000122	VANESSA KIST	4	5	38,25	
00016	000000605	ODENIRCE APARECIDA KELLER KOWACIC	4	5	36,75	
00017	000000638	GLEICI MARA DREHER	4	5	34,23	
00018	000000355	MAURA BEATRIZ PATZLAFF DE PAULA	4	5	30,30	
00019	000000516	ALESSANDRA BREVES DA SILVA CHIXARO CONTE	4	5	29,00	
00020	000000713	DANIELE PEGORER FAZZIONI	4	5	27,75	
00021	000000227	LUANA THAIS BENINI DIAS	4	5	23,75	
00022	000000253	MICHELI CRISTINA DA CONCEIÇÃO	4	5	22,75	
00023	000000229	MAYARA TRENTINI DE SOUZA	4	5	10,40	
00024	000000845	EUNICE TERESINHA RAMBO ARGENTON	4	6	108,55	
00025	000001022	ODETE APARECIDA MACHADO DA SILVA DANNEBR	4	6	84,50	
00026	000000303	MARILENE RUBINI	4	6	31,30	
00027	000000825	MARILENE PELLIZZARI BISOLLO	4	7	207,10	
00028	000000205	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA	4	7	20,75	
00029	000000603	NADIA SALETE PIVA	4	7	18,85	
00030	000000280	MIRACI APARECIDA CALZA FALKOSKI	4	7	18,35	
00031	000000172	MARISANGELA DALLÓ GUTBIER	4	7	18,25	
00032	000000702	JAQUELINE GARGHETTI	4	7	16,90	
00033	000000306	ALINE CRISTINA DIERSMANN	4	7	12,85	
00034	000000587	KATIA GERUSA BASEGGIO	4	7	12,75	
00035	000000788	DANIELA LAZARINI	4	7	9,90	
00036	000000448	CLAUDIMARA AMABILE SALINI SANDI	4	7	4,50	
00037	000001040	ORTENILA ALESSI LINO	4	7	4,25	

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 17

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...	1/2012	Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 54.	Lit. Dramatizada - Pedago		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00038	000000003	RACHEL RESE	4	7	3,00	
00039	000000287	MARIELY CIRINO DA SILVA	4	7	1,23	
00040	000000125	MARIZE APARECIDA M. DA SILVEIRA DA ROSA	4	7	0,40	
00041	000001085	MICHELI FURMANN COMARELLA	4	7	0,00	
00042	000000729	TATIANE STEFANI	4	7	0,00	
00043	000001108	PATRICIA VARGAS	2	3	4,35	
00044	000000931	MARIELA PROINELLI HEPIN	2	5	1,45	
00045	000000995	MARGARET VARELA	2	6	119,25	
00046	000000293	REGIANE ACKERMANN SIEGA	2	7	105,94	
00047	000000589	DANUZA PALINSKI	2	7	26,75	
00048	000000590	MARITANIA SALETE RITTER	2	7	1,44	
00049	000000908	JULIANA LOTTI CRUZ	2	7	1,38	
00050	000000687	ELIANE FATIMA KUHN RIZZOLLI	2	8	0,98	
00051	000000742	CLARICE GUIMARÃES	1	2	24,75	
00052	000000144	KASCYELLY LANGARO DE OLIVEIRA	1	2	2,75	
00053	000000922	ALDRIANE PEREIRA VON FRUAUFF	1	3	13,25	
00054	000000685	ROSEMAR BOTECA FABRIS	1	3	3,50	
00055	000000723	ELIANE DA SILVA	1	3	0,00	
00056	000000162	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	1	4	14,75	
00057	000000710	ANGELA IZAURA ROCHA	1	4	12,25	
00058	000000696	ANDREIA EMELDA SCHUCH	1	4	3,75	
00059	000000199	NATALIA AZZOLINI PIGOSSO	1	4	0,38	
00060	000000036	JULIANA FERREIRA GHENO	1	5	0,93	
00061	000000802	ANGELICA PEDROTE	1	5	0,88	
00062	000000130	DILCE DA ROCHA	1	5	0,38	
00063	000000718	CAMILA ROBERTA SOUZA FERREIRA	1	5	0,25	
00064	000000575	MARIA PENHA DA SILVA	1	6	6,88	
00065	000000158	MELANIA BELLUZZO BRUNETTO	1	7	16,25	
00066	000000504	GRACIELE LEMOS ESSING	1	7	8,25	
00067	000001081	JULIANO JORGE PHILIPPSEN	1	7	7,00	
00068	000000875	REGINA APARECIDA SGARBOSSA	1	7	3,75	
00069	000001103	LILIAN DA CRUZ SCALCO	1	7	2,65	
00070	000000337	NATALIA REMOR DURIGON	1	7	0,63	
00071	000000799	DANIELE GASPERINI	1	7	0,45	
00072	000000097	ELIZABETE FROZZA GAVAZZONI	1	7	0,25	
00073	000001048	ANA CRISTINA LEITE CURIOLLETTI	1	7	0,25	
00074	000000064	EVA LUCIANA DE MOURA BRAND	1	7	0,05	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 18

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 54. Lit. Dramatizada - Pedago			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00075	000000301	DAIANA ROSSETTO	1	7	0,00	
00076	000000941	MIRIAN BLANK	1	7	0,00	

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 19

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...	1/2012	Área... Educação Infantil	Disciplina...: 12.	Educação Infantil		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000577	LISE MARA SCHWINGEL	4	5	181,25	
00002	000000449	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	4	5	174,30	
00003	000000522	MARISTELA DEOLA	4	5	173,00	
00004	000000218	ZENILDA GUAREZI SALINI	4	5	171,75	
00005	000000934	SOLANGE BARTH PARAVIZI	4	5	171,35	
00006	000000410	NILVA MARIA REBELATTO	4	5	156,55	
00007	000000095	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS	4	5	148,75	
00008	000000152	CLARICE PICHETTI GASPARETTO	4	5	140,75	
00009	000000701	VERA LUCIA SAATKAMP OINTO RIBEIRO	4	5	119,05	
00010	000000536	VANDERLEIA GHENO BORDIGNOM	4	5	97,25	
00011	000000136	INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA	4	5	93,14	
00012	000000265	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO	4	5	92,75	
00013	000000388	DILEMA PERKA KIRST	4	5	88,25	
00014	000000520	EDINARIA MARTINAZZO	4	5	80,25	
00015	000000134	INES ANGELINA SAVARIS	4	5	75,75	
00016	000000499	ELENITA RIBEIRO	4	5	74,68	
00017	000000777	CATIA PEDROTE	4	5	74,25	
00018	000000056	ALEXANDRA GODIN	4	5	70,75	
00019	000000878	EDIMAR GUGEL	4	5	67,75	
00020	000000028	KELLY ROSA BOMBANA	4	5	67,25	
00021	000000896	RAQUEL CRISTINA COLDEBELLA MORETTO	4	5	53,75	
00022	000000780	NEIVA SALETE BRATZ	4	5	39,75	
00023	000000502	IVETE PRESOTTO COLOSSI	4	5	39,40	
00024	000000604	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	4	5	37,70	
00025	000000763	ELISETTE ILHA	4	5	35,75	
00026	000000431	JOSELAINA CERVELIN CAVASSINI	4	5	35,50	
00027	000000707	ELAINE REDIN	4	5	34,75	
00028	000000674	LUCIANA PAULA RIBEIRO	4	5	34,25	
00029	000000848	TEREZINHA GODINSKI FIORINI	4	5	32,25	
00030	000000382	FABIANA BEAL	4	5	32,10	
00031	000000480	PATRICIA GRACIELE DETOFANO GRAFF	4	5	27,90	
00032	000000031	SILVIA BERNARDI KAIBER	4	5	27,50	
00033	000000748	FERNANDA RUBIA PETINI	4	5	26,05	
00034	000000581	ROSENEI CLARICE SCHLICK KERBER	4	5	24,75	
00035	000000247	CARLA ADRIANE FAZZIONI RAMÃO	4	5	24,75	
00036	000000770	IVETE BALBINO FIORENTIN	4	5	23,75	
00037	000000228	LUANA THAIS BENINI DIAS	4	5	23,75	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 20

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Educação Infantil	Disciplina...: 12. Educação Infantil			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00038	000000426	REGINA INÊS REISDORFER	4	5	23,25	
00039	000000688	IRENE ELAINE SAATKAMP	4	5	22,75	
00040	000000252	MICHELI CRISTINA DA CONCEIÇÃO	4	5	22,75	
00041	000000898	SUZANA ZAMBONI	4	5	20,75	
00042	000000731	LUCIANA PAULA LEORATTO	4	5	17,75	
00043	000000950	MICHELE JAQUELINE WEIRICH KUSSLER	4	5	16,25	
00044	000000583	ARIANE DALLA LIBERA RENOSTO	4	5	15,65	
00045	000000043	DIRLEI OLKOSKI	4	5	15,00	
00046	000000332	DELCI SCHMITT SCHWINGEL	4	5	12,75	
00047	000000236	GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI	4	5	11,50	
00048	000000358	ROZEMERI APARECIDA SANTOS MUNARETTO	4	5	9,75	
00049	000000559	ELIANE CURSEL	4	5	9,75	
00050	000000677	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES	4	5	7,75	
00051	000000023	IVONE MULLER	4	5	4,00	
00052	000000453	EDIANA LUCIA CAGLIARI MENECHINI	4	5	3,75	
00053	000000775	TEREZINHA TAVARES	4	5	2,60	
00054	000000726	FERNANDA STOCKMANN	4	5	0,00	
00055	000000644	ANDREA SBARDELLA DANIEL	4	6	75,75	
00056	000000822	FABIANE PINTO	4	6	56,55	
00057	000000359	CLAUDIANE DEOLA CAVALIERI	4	6	44,75	
00058	000001087	ANA PAULA TEIXEIRA RACHADEL	4	6	35,25	
00059	000000826	MARILENE PELLIZZARI BISOLLO	4	7	207,10	
00060	000000885	MARISA APARECIDA ELY CASAGRANDE	4	7	71,75	
00061	000000972	VANESSA CRISTINA CMIEL	4	7	50,75	
00062	000001060	CRISTIANA CILENE GUERINI OTOWICZ	4	7	40,75	
00063	000000676	VILMA SBARAINI WOLOSZYN	4	7	39,75	
00064	000000556	ISANIR SALETE GARBOSSA CASAROTTO	4	7	37,25	
00065	000000182	JOCEMAR KADES	4	7	36,25	
00066	000001062	ALMEIDE MOSCONI	4	7	27,75	
00067	000000755	ROSEMERI LUISA FINGER	4	7	26,10	
00068	000000110	ELIANE KLEIN ALTHAUS	4	7	22,75	
00069	000000602	NADIA SALETE PIVA	4	7	18,85	
00070	000000234	FABIANA LANFREDI	4	7	18,65	
00071	000000279	MIRACI APARECIDA CALZA FALKOSKI	4	7	18,35	
00072	000000072	PATRÍCIA LUANA ZAIONS	4	7	15,75	
00073	000000987	ADRIANA MARIA SCHUCK MANDRIK	4	7	13,63	
00074	000000049	ELIANE TEREZINHA ELAUTERIO DA LUZ	4	7	13,25	



# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 21

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...	1/2012	Área... Educação Infantil	Disciplina...: 12.	Educação Infantil		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00075	000000998	LISIANE CRISTINA SANTORI	4	7	12,25	
00076	000000185	MAIKELI TESSARO	4	7	11,25	
00077	000000485	ELENICE DE CARLI FORNARI	4	7	11,19	
00078	000000906	ODETE TEIXEIRA PASINATTO	4	7	10,75	
00079	000001094	KAREN SANDRA MAGEDAM WILSKE	4	7	10,65	
00080	000000787	DANIELA LAZARINI	4	7	9,90	
00081	000000764	ALINE BINSFELD	4	7	8,25	
00082	000000652	CARLA POZZA	4	7	7,65	
00083	000000956	KARINA DOS SANTOS PEREIRA BELINI	4	7	6,25	
00084	000000390	ELIZIANE APARECIDA FANTIN SCHNEIDER	4	7	5,75	
00085	000000548	DALVANA CRISTINA SANDI	4	7	4,25	
00086	000000395	ADRIANA DA SILVA LORENSETTI	4	7	4,00	
00087	000000082	ARIANE DELAI CECCHIN	4	7	3,75	
00088	000000075	ELCI VENDRUSCOLO FELIX	4	7	3,75	
00089	000000364	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	4	7	3,75	
00090	000000367	ELIZABETE ASSUNÇÃO PRADO PELISER	4	7	3,00	
00091	000000736	LUCIANA WILSMANN PEREIRA	4	7	3,00	
00092	000001047	SAMARA CINTIA RODRIGUES DE MATTOS	4	7	1,61	
00093	000000214	ZELZA DIAS DE SIQUEIRA BRANDÃO	4	7	1,50	
00094	000000569	ELISANE FATIMA GRANA MARTELLO	4	7	1,30	
00095	000000281	MARIELY CIRINO DA SILVA	4	7	1,23	
00096	000000012	SUYANE CORREA	4	7	1,05	
00097	000000373	CARINA MACHADO SOARES	4	7	1,03	
00098	000000001	ANA MAURA MARIA DA CONCEIÇÃO	4	7	1,00	
00099	000000219	IDONES APARECIDA CITTADIN	4	7	0,75	
00100	000000430	CRISTIANE NOGUEIRA OLIVEIRA	4	7	0,00	
00101	000000165	ELIANE TOIGO DA ROSA	4	7	0,00	
00102	000001084	MICHELI FURMANN COMARELLA	4	7	0,00	
00103	000000017	MARIANA KUTZKE	4	7	0,00	
00104	000000769	FRANCINE GRENDENE	2	1	2,30	
00105	000000115	VANDERLEIA SALETE CADORIN	2	3	25,25	
00106	000000099	MARCIA SILVANA SEVERO BASTOS	2	3	21,60	
00107	000001111	PATRICIA VARGAS	2	3	4,35	
00108	000000902	CRISTIANE AGNOLIN	2	3	2,11	
00109	000000319	ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI	2	3	0,00	
00110	000000966	ROSELENE DEUNER	2	5	3,75	
00111	000000930	MARIELA PROINELLI HEPIN	2	5	1,45	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 22

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Educação Infantil	Disciplina...: 12. Educação Infantil		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00112	000000507	SIMONE PAULA KOPSELL MARAFON	2	6	24,75
00113	000000959	MARLI DA SILVA CADORE	2	6	9,75
00114	000000471	ELIANE SCHEFFER POZZO	2	6	6,09
00115	000000526	SILVANA CISTINA FAZZIONI HOECLER	2	6	3,70
00116	000000534	JULIA DALTOÉ	2	7	7,44
00117	000000969	IVONE MORAES DA SILVA VANSIN	2	7	2,00
00118	000000591	MARITANIA SALETE RITTER	2	7	1,44
00119	000000909	JULIANA LOTTI CRUZ	2	7	1,38
00120	000000016	TATIANE HEINRICHS	2	7	0,94
00121	000000009	FABIELI RISSO	2	7	0,00
00122	000001041	MARILAINE MARTINS	2	8	220,20
00123	000000984	ELISE HELENA OLCHOVI	2	8	126,50
00124	000000470	SUELEN CRISTINA POZZO	2	8	4,00
00125	000000785	ALINE LEMOS KIRST	2	8	3,30
00126	000000708	MARIELE COREZZOLLA	2	8	1,50
00127	000000143	JESSICA SANTOS DA SILVEIRA	2	8	0,55
00128	000000053	LILIANETE JOSEFINA TRENTINI GRAPEGGIA	2	8	0,00
00129	000001091	JORSELEI FATIMA GERMANO BALBINOT	2	8	0,00
00130	000000267	MARIZETE DEDONATTI DOS SANTOS	2	8	0,00
00131	000001083	ANALUCIA MALAKOVSKI SCOTON	2	8	0,00
00132	000000683	MARCIELI REGINA BATISTELLA RAMIRES SOUTO	2	8	0,00
00133	000000006	FABIANE PALKEWICH	2	8	0,00
00134	000000970	THAISE VAZATTA PIANA PALIGA	2	8	0,00
00135	000000671	FERNANDA MORETTO	2	8	0,00
00136	000000750	LETICIA SAVARIS	1	1	7,75
00137	000001065	CARLA REGINA POYER	1	1	0,85
00138	000000170	CLARICE GUIMARÃES	1	2	14,25
00139	000000354	CHAIANE BATTISTELLA BRATTI	1	2	12,75
00140	000000174	DUCINEIA SCHENEBERGER BATISTA	1	2	11,75
00141	000000414	CLÉIA BERTOCHO	1	2	6,00
00142	000000510	ALCIONE TEREZINHA NISSOLA MACIEL	1	2	3,75
00143	000001072	JULIANA TORMEN	1	2	3,75
00144	000000946	TEREZINHA OLIVIA MEZACASA PINCEGHER	1	2	1,64
00145	000000062	DANIELA ROSANA KOCHENBORGER	1	2	1,50
00146	000000913	GRACIELE MORTARI	1	3	19,25
00147	000000288	ELIDA DE SOUZA BENTO	1	3	8,63
00148	000000418	JAMARA DE SOUZA BORGES	1	3	7,75

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 23

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Educação Infantil	Disciplina...: 12. Educação Infantil			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00149	000000054	ADENILCE ELEUTÉRIO DA LUZ	1	3	6,25	
00150	000000974	TAISE DAIANE FUCHS	1	3	5,25	
00151	000000008	JEANE AGNOLIN	1	3	3,88	
00152	000000327	JURIELA NISSOLA	1	3	3,75	
00153	000000924	EDILSE APARECIDA CAMARGO PERKA	1	3	3,75	
00154	000000315	CARINA DA SILVA GALELI	1	3	3,50	
00155	000000684	ROSEMAR BOTEGA FABRIS	1	3	3,50	
00156	000000531	SIMONE TOERHORST BALENA	1	3	0,70	
00157	000000719	FRANCIELI ZUANAZZI MULLER	1	3	0,00	
00158	000000832	DANIELA TERESINHA RUVIARO	1	3	0,00	
00159	000000376	ANADI ROSITA VICENTE	1	4	9,75	
00160	000000852	LUANA SCATOLIN GERMANO	1	4	4,75	
00161	000000695	ANDREIA EMELDA SCHUCH	1	4	3,75	
00162	000000465	MEIZI PRISCILA DE SOUZA SILVA AZEVEDO	1	4	1,50	
00163	000000399	MÁRCIA REGINA GREGIANIN	1	4	1,06	
00164	000000200	NATALIA AZZOLINI PIGOSSO	1	4	0,38	
00165	000000063	JANIELE BETINA BOGONI SCHWARZ	1	5	19,75	
00166	000000192	NIVEA MARIA SONTAG	1	5	18,38	
00167	000000090	ODETE FERREIRA KUHN	1	5	7,75	
00168	000000226	DARLEIA PRIAMO	1	5	3,75	
00169	000000240	ELAINE FRANCISCON	1	5	3,75	
00170	000000529	DANIELE DA SILVA TIBOLLA	1	5	3,50	
00171	000000473	GISELI ADRIANA FERREIRA	1	5	3,00	
00172	000001024	FRANCIELE LEVANDOSVSKI	1	5	1,00	
00173	000000058	CLEIA BONASSI	1	5	0,93	
00174	000000037	JULIANA FERREIRA GHENO	1	5	0,93	
00175	000000801	ANGELICA PEDROTE	1	5	0,88	
00176	000001033	JAILU CINTIA GOLLO	1	5	0,56	
00177	000000131	DILCE DA ROCHA	1	5	0,38	
00178	000000717	CAMILA ROBERTA SOUZA FERREIRA	1	5	0,25	
00179	000000077	DEBORA SCHNEIDER	1	5	0,00	
00180	000000035	LUCIANE GORLIN	1	6	7,25	
00181	000000576	MARIA PENHA DA SILVA	1	6	6,88	
00182	000000796	SALETE RAFAELI	1	6	3,75	
00183	000000415	EDILAINE ANGÉLICA ZENARO	1	6	3,75	
00184	000000291	MARISTELA HENKE	1	6	3,00	
00185	000000843	ROSELI MARLENE LOHMANN BOHRER	1	6	3,00	

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 24

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Educação Infantil	Disciplina...: 12. Educação Infantil			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00186	000000025	JANAINA ALVES RIBEIRO	1	6	0,00	
00187	000000159	MELANIA BELLUZZO BRUNETTO	1	7	16,25	
00188	000000753	DAIANE CRISTINA MOREIRA PAZ	1	7	14,25	
00189	000000807	ESTEIA SOLANGE GROSS	1	7	10,00	
00190	000000298	MONALIZE SAVOLDI CONTE	1	7	4,00	
00191	000000257	NEIVA VALGOI KLASSMANN	1	7	3,75	
00192	000000078	MARLI FERREIRA DA SILVA	1	7	3,75	
00193	000000641	EDETE TERESINHA SCHONS	1	7	3,71	
00194	000000842	IVANETE GONÇALVES	1	7	3,25	
00195	000000150	IVANIA ARALDI PELLIN	1	7	3,25	
00196	000000444	ANA PAULA LAZZAROTTI	1	7	3,25	
00197	000000436	JOSENARA TEREZINHA LEVANDOSKI	1	7	3,25	
00198	000000961	BEATRIZ CRISTINA KIEKOW DE OLIVEIRA	1	7	2,00	
00199	000000336	NATALIA REMOR DURIGON	1	7	0,63	
00200	000000544	MARCIANE FRANCHIN	1	7	0,56	
00201	000001029	PATRICIA PETRI CURIOLETTI	1	7	0,44	
00202	000000096	ELISABETE FROZZA GAVAZZONI	1	7	0,25	
00203	000000378	SAIONARA TERESINHA VENDRUSCULO SCHMIDT	1	7	0,25	
00204	000000524	SANDRA MARA SARTORI CAGLIARI	1	7	0,25	
00205	000000128	IVONETE DA SILVA ALVES COSTA	1	7	0,25	
00206	000000393	ARIANE CARINE RAHMEIER	1	7	0,25	
00207	000001049	ANA CRISTINA LEITE CURIOLETTI	1	7	0,25	
00208	000000065	EVA LUCIANA DE MOURA BRAND	1	7	0,05	
00209	000000302	DAIANA ROSSETTO	1	7	0,00	
00210	000000854	GLAUCIA HEINRICHS JUSTI LOPES	1	7	0,00	
00211	000000818	MAIARA MARTELLO	1	7	0,00	
00212	000000920	MIRIAM BLANK	1	7	0,00	
00213	000000275	JUCIANE VITTO	1	7	0,00	
00214	000000021	VANESSA TERESINHA SCHUAATZ	1	7	0,00	
00215	000000142	DIANDRA FISCHER	1	7	0,00	
00216	000000936	LUANA PINCEGHER	1	7	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 25

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...	1/2012	Área...: Escolas do Campo	Disciplina...: 13. Escolas do Campo			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000258	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA	4	5	693,40	
00002	000000338	MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ	4	5	590,20	
00003	000000523	ROSENELI RADIN MUNARETTO	4	5	465,50	
00004	000000397	GEMA BARATER BEDIN	4	5	149,65	
00005	000000333	VANUSA DONATI	4	5	144,10	
00006	000001097	CHAIANE DE OLIVEIRA KADZERSKI	4	5	66,55	
00007	000001054	CLAUDIA FERNANDES BORGES	4	5	25,70	
00008	000000024	IVONE MULLER	4	5	4,00	
00009	000000109	ELIANE KLEIN ALTHAUS	4	7	27,75	
00010	000000738	JULIETE ZIMMER FRIGO	4	7	27,75	
00011	000000901	CRISTIANE AGNOLIN	2	3	2,11	
00012	000000981	SANDRA AGNALDA SUPPI	2	8	72,75	
00013	000000352	MARCIA BALBINOT SCHWEITZER	2	8	32,75	
00014	000001011	MARILEI SALETE FRANSNELLI	1	4	3,00	
00015	000000837	KARINE BEVILAQUA	1	4	0,75	



## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 26

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Educação Especial	Subárea.....: 6. Educação Especial		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000001000	CLAUDIANE SUNTI DO PRADO	4	5	104,55
00002	000000389	DILEMA PERKA KIRST	4	5	92,00
00003	000000667	GRACIELE CAMILLO	4	5	70,25
00004	000000289	JULIANE MARTINS	4	5	63,00
00005	000000255	VANESSA PAULA DALBOSCO HOFF	4	5	52,75
00006	000000778	NEIVA SALETE BRATZ	4	5	43,93
00007	000000500	CARLINE FÜNCKLER	4	5	40,50
00008	000000277	ARIANE BONATTO MUNARETTO	4	5	39,50
00009	000000432	JOSELAINE CERVELIN CAVASSINI	4	5	35,50
00010	000000776	CATIA PEDROTE	4	6	78,84
00011	000000211	ANDRESSA CRUZ DA SILVA	4	6	68,25
00012	000000296	DENISE CLARA SCHUCK	4	6	57,75
00013	000000803	SILVANA DE ALMEIDA	4	6	52,90
00014	000000360	CLAUDIANE DEOLA CAVALIERI	4	6	45,75
00015	000000947	JANAINA MACARI PELLIZZARO	4	6	38,85
00016	000000557	ISANIR SALETE GARBOSSA CASAROTTO	4	7	44,43
00017	000001006	IVANETE CECCHIN PICHETTI	4	7	21,50
00018	000000839	IZAURA MARIA DA SILVA DE SANTI	4	7	18,15
00019	000000329	ADRIANI FISCHER KROMBAUER	4	7	16,75
00020	000000186	MAIKELI TESSARO	4	7	12,79
00021	000000765	ALINE BINSFELD	4	7	9,43
00022	000000194	LUCIVANIA BARANOSKI SILVA	3	1	244,75
00023	000000844	EUNICE TERESINHA RAMBO ARGENTON	3	1	108,55
00024	000000514	EBERTON BELLUZZO	3	1	63,75
00025	000000216	ZENILDA GUAREZI SALINI	3	2	171,75
00026	000000459	GERUSA CLAUDIA RÓDIO	3	2	100,75
00027	000000538	JANE DE LURDES SIMONI	3	2	60,55
00028	000000673	LUCIANA PAULA RIBEIRO	3	2	39,55
00029	000000582	ROSENEI CLARICE SCHLICK KERBER	3	2	32,25
00030	000000472	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	3	2	30,05
00031	000000927	DAIANE GOMES BORGES	3	2	27,25
00032	000000680	IRENE ELAINE SAATKAMP	3	2	26,15
00033	000000248	CARLA ADRIANE FAZZIONI RAMÃO	3	2	24,75
00034	000000678	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES	3	2	12,60
00035	000000560	ELIANE CURSEL	3	2	9,75
00036	000001023	MARA LUCIA KUNTZE	3	3	69,55
00037	000000070	PRISCILA BIFFI	3	3	23,75

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 27

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital... 1/2012		Área... Educação Especial	Subárea.....: 6. Educação Especial			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00038	000000325	NEUSA SCHERER DANDOLINI	3	3	21,25	
00039	000000048	ELIANE TEREZINHA ELAUTERIO DA LUZ	3	3	20,75	
00040	000000907	ODETE TEIXEIRA PASINATTO	3	3	18,25	
00041	000000863	MARA REGINA BUDKE	3	3	14,25	
00042	000000699	LEDIR INÊS ADAMS	3	3	13,60	
00043	000000363	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	3	3	7,10	
00044	000000018	MARIANA KUTZKE	3	3	0,00	
00045	000000647	MIRIELE FAVERO	2	1	38,25	
00046	000000116	VANDERLEIA SALETE CADORIN	2	3	32,75	
00047	000000098	MARCIA SILVANA SEVERO BASTOS	2	3	23,85	
00048	000000318	ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI	2	5	46,75	
00049	000001008	ELIANE ROSA ERIG KLASSMANN	2	5	45,00	
00050	000000709	MARIELE COREZZOLLA	2	5	6,95	
00051	000000967	ROSELENE DEUNER	2	5	3,75	
00052	000000996	MARGARET VARELA	2	6	123,90	
00053	000000506	SIMONE PAULA KOPSELL MARAFON	2	6	24,75	
00054	000000960	MARLI DA SILVA CADORE	2	6	10,50	
00055	000000649	ELIANE SCHEFFER POZZO	2	6	9,68	
00056	000000527	SILVANA CRISTINA FAZZIONI HOECHLER	2	6	7,40	
00057	000000835	MARTA ELISABETE HOLDEFER	2	7	30,50	
00058	000000968	IVONE MORAES DA SILVA VANSIN	2	7	1,25	
00059	000000949	RITA DE CÁSSIA DA SILVEIRA BENDLIN	2	8	43,09	
00060	000001051	MARIA SUZANA SAMPAIO MOREIRA	2	8	43,00	
00061	000001099	MARTA INES LORENZETT KOCHENBORGER	2	8	7,50	
00062	000000629	SUELEN CRISTINA POZZO	2	8	7,00	
00063	000000784	ALINE LEMOS KIRST	2	8	6,60	
00064	000000633	CÁSSIA JENIFER CESCO REFOSCO	2	8	4,00	
00065	000001105	IZAQUEU ARAUJO SILVA	1	1	4,98	
00066	000000903	FERNANDA SCHNEIDER	1	2	19,61	
00067	000000173	DUCINEIA SCHENEBERGER BATISTA	1	2	15,48	
00068	000001075	JULIANA TORMEN	1	2	9,10	
00069	000000145	KASCYELLY LANGARO DE OLIVEIRA	1	2	2,75	
00070	000000945	TEREZINHA OLIVIA MEZACASA PINCEGHER	1	2	1,94	
00071	000000912	GRACIELE MORTARI	1	3	26,75	
00072	000000923	ALDRIANE PEREIRA VON FRUAUFF	1	3	20,75	
00073	000000846	FERNANDA ZARDINELLO DE OLIVEIRA	1	3	17,00	
00074	000000272	SIMONE MARIA FICAGNA	1	3	13,50	

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 28

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Educação Especial	Subárea.....: 6. Educação Especial			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00075	000000925	EDILSE APARECIDA CAMARGO PERKA	1	3	7,50	
00076	000000720	FRANCIELI ZUANAZZI MULLER	1	3	0,00	
00077	000000831	DANIELA TERESINHA RUVIARO	1	3	0,00	
00078	000000163	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	1	4	22,25	
00079	000000880	ROSANGELA COSER FANTIN	1	4	20,25	
00080	000000209	THAISE RENATA BOCHI COSTA	1	4	17,93	
00081	000000817	LUCIANA BICHI	1	4	14,18	
00082	000000711	ANGELA IZAURA ROCHA	1	4	12,25	
00083	000000540	ANADI ROSITA VICENTE	1	4	12,00	
00084	000000317	GILIANE CARLA STOCKMANN	1	4	11,00	
00085	000001012	MARILEI SALETE FRANSNELLI	1	4	6,00	
00086	000000398	MÁRCIA REGINA GREGIANIN	1	4	1,56	
00087	000000040	JANIELE BETINA BOGONI SCHAWTZ	1	5	19,75	
00088	000000628	MARILOIVA REGINATO DA SILVA	1	5	16,75	
00089	000001021	SCHEILA SCHNEIDER	1	5	10,00	
00090	000000225	DARLEIA PRIAMO	1	5	3,75	
00091	000000474	GISELI ADRIANA FERREIRA	1	5	3,00	
00092	000000101	JENNY SUMARA LONGO	1	5	1,25	
00093	000000322	SALETE RAFAELI	1	6	9,75	
00094	000000034	LUCIANE GORLIN	1	6	7,25	
00095	000000614	MARISTELA HENKE	1	6	6,00	
00096	000000292	ROSELI MARLENE LOHMANN BOHRER	1	6	6,00	
00097	000000026	JANAINA ALVES RIBEIRO	1	6	3,75	
00098	000000416	EDILAINÉ ANGÉLICA ZENARO	1	6	3,75	
00099	000001055	ANGELA MARIA ZUANAZZI	1	6	0,00	
00100	000000488	TAIANA STOCKMANN DO PRADO	1	7	60,25	
00101	000000752	DAIANE CRISTINA MOREIRA PAZ	1	7	16,50	
00102	000000505	GRACIELE LEMOS ESSING	1	7	15,75	
00103	000000808	ESTEIA SOLANGE GROSS	1	7	10,00	
00104	000000079	MARLI FERREIRA DA SILVA	1	7	9,00	
00105	000000437	JOSENARA TEREZINHA LEVANDOSKI	1	7	6,50	
00106	000000443	ANA PAULA LAZZAROTTI	1	7	6,50	
00107	000000188	DIRCE BOHLKE RESMINI	1	7	3,69	
00108	000000841	IVANETE GONÇALVES	1	7	3,25	
00109	000000820	GRACIELE GASPERINI	1	7	2,60	
00110	000000273	JUCIANE VITTO	1	7	0,98	
00111	000000141	DIANDRA FISCHER	1	7	0,75	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 29

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Educação Especial	Subárea.....: 6. Educação Especial			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00112	000000127	IVONETE DA SILVA ALVES COSTA	1	7	0,25	
00113	000000798	DENISE POLETO	1	7	0,00	
00114	000001102	MARILEIA DA SILVA DIAS	1	7	0,00	
00115	000000853	GLAUCIA HEINRICHS JUSTI LOPES	1	7	0,00	
00116	000000819	MAIARA MARTELLO	1	7	0,00	
00117	000000937	LUANA PINCERGHER	1	7	0,00	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 30

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital... 1/2012		Área... Anos Iniciais	Disciplina...: 11. Anos Iniciais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000178	MARIA BERNARDETE POLETO LORENZETTI	4	5	396,75	
00002	000000608	GESSI GLADIS WUNDER PISSAIA	4	5	357,55	
00003	000000992	MARINES GIRARDI	4	5	346,15	
00004	000000259	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA	4	5	344,90	
00005	000000599	TERESINHA RUBERT ZOLETTI	4	5	333,70	
00006	000000339	MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ	4	5	295,70	
00007	000000456	CLEIDE BERNARDETE GASPERINI PAVIANI	4	5	255,13	
00008	000000068	MARGUDT HASSMER POTTRATZ	4	5	234,45	
00009	000001114	SIMONE CRISTINA ROMANI	4	5	230,90	
00010	000000011	VALDEREZA KRUGER	4	5	212,75	
00011	000000107	ALDETE GASPARETTO	4	5	207,75	
00012	000000550	MARITÂNIA POLETO	4	5	177,75	
00013	000000451	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	4	5	174,30	
00014	000000521	MARISTELA DEOLA	4	5	173,00	
00015	000000496	ZULAMAR MARIA COSTA	4	5	172,45	
00016	000000669	MARISTELA OLDONI	4	5	164,05	
00017	000000553	HELENA RIGO SANTOS OLIVEIRA	4	5	162,50	
00018	000000886	ROSANGELA TERESINHA FRACASSO	4	5	161,75	
00019	000000411	NILVA MARIA REBELATTO	4	5	156,55	
00020	000000094	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS	4	5	148,75	
00021	000000562	LIRINÊS SENSOLLO DALMOLIN	4	5	145,80	
00022	000000151	CLARICE PICHETTI GASPARETTO	4	5	140,75	
00023	000000460	GERUSA CLAUDIA RÓDIO	4	5	100,75	
00024	000000137	INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA	4	5	93,14	
00025	000000266	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO	4	5	92,75	
00026	000000138	ELISABETE RUVIARO THOME	4	5	88,25	
00027	000000160	REJANE CRISTINA MULLER	4	5	87,75	
00028	000000610	DAIANE FRIGO	4	5	85,50	
00029	000000759	ROSELAINE CONTE BALBINOT	4	5	84,55	
00030	000000558	EDINARIA MARTINAZZO	4	5	80,25	
00031	000000870	ELIANE DECARLI NOSSAL	4	5	79,75	
00032	000000176	FERNANDA VERONESE KLEIN	4	5	76,75	
00033	000000074	MARITANIA ROSANGELA HAAS BONISSONI	4	5	75,75	
00034	000000693	SINTIA MARA HERPICH	4	5	75,25	
00035	000000349	MARISETE MACHADO KERN	4	5	68,25	
00036	000000668	GRACIELE CAMILLO	4	5	68,25	
00037	000000879	EDIMAR GUGEL	4	5	67,75	



# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 31

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Anos Iniciais	Disciplina...: 11. Anos Iniciais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00038	000000029	KELLY ROSA BOMBANA	4	5	67,25	
00039	000000539	JANE DE LURDES SIMONI	4	5	60,80	
00040	000000179	ANDRESSA CRUZ DA SILVA	4	5	60,75	
00041	000000290	JULIANE MARTINS	4	5	59,25	
00042	000000794	GRACIELA APARECIDA BENINI	4	5	58,03	
00043	000000804	SILVANA DE ALMEIDA	4	5	49,75	
00044	000000730	MARCIA LUCIA MALDANER FROZZA	4	5	48,75	
00045	000000985	VANIA CARBONERA	4	5	45,85	
00046	000000341	MARISA FÁTIMA POZZO HAMERA	4	5	45,75	
00047	000000372	FATIMA MEZZALIRA NEGRETTI	4	5	44,55	
00048	000001096	CHAIANE DE OLIVEIRA KADZERSKI	4	5	40,55	
00049	000000503	IVETE PRESOTTO COLOSSI	4	5	39,40	
00050	000000402	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI	4	5	37,75	
00051	000000762	ELISETE ILHA	4	5	35,75	
00052	000000117	MARGARIDA MORESCO DA SILVA	4	5	34,75	
00053	000000706	ELAINE REDIN	4	5	34,75	
00054	000000615	ROSINÉIA FONSECA DA SILVA	4	5	34,70	
00055	000000849	TEREZINHA GODINSKI FIORINI	4	5	32,25	
00056	000000381	FABIANA BEAL	4	5	32,10	
00057	000000408	PATRICIA GRACIELE DETOFANO GRAFF	4	5	27,90	
00058	000000747	FERNANDA RUBIA PETINI	4	5	26,05	
00059	000001014	CLAUDIA FERNANDES BORGES	4	5	24,70	
00060	000000771	IVETE BALBINO FIORENTIN	4	5	23,75	
00061	000000475	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	4	5	23,75	
00062	000000091	LICIANE GIACOMIN ROVANI	4	5	21,75	
00063	000000926	DAIANE GOMES BORGES	4	5	20,75	
00064	000000899	SUZANA ZAMBONI	4	5	20,75	
00065	000000085	CLECI TONIOLO	4	5	18,75	
00066	000000732	LUCIANA PAULA LEORATTO	4	5	17,75	
00067	000000331	DELCI SCHMITT SCHWINGEL	4	5	12,75	
00068	000000554	LISANDRA RODRIGUES GODOY	4	5	7,50	
00069	000000679	ZENAIDE KINNER	4	5	4,75	
00070	000000452	EDIANA LUCIA CAGLIARI MENECHINI	4	5	3,75	
00071	000000193	LUCIVANIA BARANOSKI SILVA	4	6	244,75	
00072	000000990	PATRICIA BAGGIO HOLZMANN	4	6	124,75	
00073	000000295	DENISE CLARA SCHUCK	4	6	57,75	
00074	000000823	FABIANE PINTO	4	6	56,55	

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 32

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Anos Iniciais	Disciplina...: 11. Anos Iniciais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00075	000000254	VANESSA PAULA DALBOSCO HOFF	4	6	45,25	
00076	000000834	JANAINA MACARI PELLIZZARO	4	6	39,35	
00077	000000276	ARIANE BONATTO MUNARETTO	4	6	34,25	
00078	000000304	MARILENE RUBINI	4	6	31,30	
00079	000000940	SIMONE LAZAROTTO	4	6	14,25	
00080	000000572	IVANICE MARIA DALLA CORTE FOCESATO	4	7	288,00	
00081	000000051	NALU TEREZINHA FARINA	4	7	272,00	
00082	000000455	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER	4	7	95,20	
00083	000000884	MARISA APARECIDA ELY CASAGRANDE	4	7	71,75	
00084	000001025	MARA LUCIA KUNTZE	4	7	69,30	
00085	000000973	VANESSA CRISTINA CMIEL	4	7	50,75	
00086	000001058	CRISTIANA CILENE GUERINI OTOWICZ	4	7	40,75	
00087	000000675	VILMA SBARAINI WOLOSZYN	4	7	38,75	
00088	000001066	ALMEIDE MOSCONI	4	7	27,75	
00089	000000739	JULIETE ZIMMER FRIGO	4	7	27,75	
00090	000000756	ROSEMERI LUISA FINGER	4	7	26,10	
00091	000000334	TANIA FACHI	4	7	25,75	
00092	000000071	PRISCILA BIFFI	4	7	20,50	
00093	000000350	JUREMA DOZOLINA PEDO	4	7	18,25	
00094	000000840	IZAURA MARIA DA SILVA DE SANTI	4	7	17,90	
00095	000000486	JUSSARA DETONI	4	7	17,25	
00096	000000704	JAQUELINE GARGHETTI	4	7	16,90	
00097	000000073	PATRÍCIA LUANA ZAIONS	4	7	15,75	
00098	000000988	ADRIANA MARIA SCHUCK MANDRIK	4	7	13,63	
00099	000000689	LEDIR INÊS ADAMS	4	7	13,60	
00100	000000563	WALQUIRIA BENETTI ZAVORSKI	4	7	13,20	
00101	000000588	KATIA GERUSA BASEGGIO	4	7	12,75	
00102	000000997	LISIANE CRISTINA SANTORI	4	7	12,25	
00103	000000305	ALINE CRISTINA DIERSMANN	4	7	11,85	
00104	000000601	MIRIAM DORNELES	4	7	10,56	
00105	000000864	MARA REGINA BUDKE	4	7	8,25	
00106	000000957	KARINA DOS SANTOS PEREIRA BELINI	4	7	6,25	
00107	000000394	ADRIANA DA SILVA LORENSETTI	4	7	4,00	
00108	000000081	ARIANE DELAI CECCHIN	4	7	3,75	
00109	000000060	ELCI VENDRUSCOLO FELIX	4	7	3,75	
00110	000000391	ELIZIANE APARECIDA FANTIN SCHNEIDER	4	7	3,75	
00111	000000033	DIANE LAZAROTTO	4	7	3,75	

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 33

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...	1/2012	Área...: Anos Iniciais	Disciplina...: 11. Anos Iniciais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00112	000000366	ELIZABETE ASSUNÇÃO PRADO PELISER	4	7	3,00	
00113	000000004	RACHEL RESE	4	7	3,00	
00114	000000737	LUCIANA WILSMANN PEREIRA	4	7	3,00	
00115	000000570	ELISANE FATIMA GRANA MARTELLO	4	7	1,30	
00116	000000374	CARINA MACHADO SOARES	4	7	1,03	
00117	000000002	ANA MAURA MARIA DA CONCEIÇÃO	4	7	1,00	
00118	000000220	IDONES APARECIDA CITTADIN	4	7	0,75	
00119	000000429	CRISTIANE NOGUEIRA OLIVEIRA	4	7	0,00	
00120	000000419	ADRIANA DOS SANTOS MARQUES	4	7	0,00	
00121	000000215	ZELZA DIAS DE SIQUEIRA BRANDÃO	4	7	0,00	
00122	000000309	LEONOR DO CARMO SILVA	4	7	0,00	
00123	000000648	MIRIELE FAVERO	2	1	37,75	
00124	000000768	FRANCINE GRENDENE	2	1	2,30	
00125	000001009	ELIANE ROSA ERIG KLASSMANN	2	5	38,25	
00126	000000294	REGIANE ACKERMANN SIEGA	2	7	105,94	
00127	000000593	DANUZA PALINSKI	2	7	26,75	
00128	000000533	JULIA DALTOÉ	2	7	7,44	
00129	000000015	TATIANE HEINRICHS	2	7	0,94	
00130	000000727	LUCIANO DA SILVA KADZERSKI	2	7	0,00	
00131	000000900	NILDA ROSSETTO BARBIERI	2	8	261,90	
00132	000000983	ELISE HELENA OLCHOVI	2	8	126,50	
00133	000001100	MARTA INES LORENZETT KOCHENBORGER	2	8	3,38	
00134	000000686	ELIANE FATIMA KUHN RIZZOLLI	2	8	0,98	
00135	000000897	IVONE KRUTZMANN	2	8	0,00	
00136	000000741	ANGELINA MARIA MENEGAT LONGHI	2	8	0,00	
00137	000001090	JORSELEI FATIMA GERMANO BALBINOT	2	8	0,00	
00138	000001050	ANDREA FERNANDA RODRIGUES MOREIRA	2	8	0,00	
00139	000000914	MARCIELI REGINA BATISTELLA RAMIRES SANTO	2	8	0,00	
00140	000000971	THAISE VAZATTA PIANA PALIGA	2	8	0,00	
00141	000000751	LETICIA SAVARIS	1	1	7,75	
00142	000001067	CARLA REGINA POYER	1	1	0,85	
00143	000000653	SONIA SILVA DE ALMEIDA FALLOSSI	1	2	12,75	
00144	000000904	FERNANDA SCHNEIDER	1	2	12,75	
00145	000000509	ALCIONE TEREZINHA NISSOLA MACIEL	1	2	3,75	
00146	000000061	DANIELA ROSANA KOCHENBORGER	1	2	1,50	
00147	000000847	FERNANDA ZARDINELLO DE OLIVEIRA	1	3	11,75	
00148	000000271	SIMONE MARIA FICAGNA	1	3	9,75	

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 34

PORTARIA Nº 212/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 1/2012		Área...: Anos Iniciais	Disciplina...: 11. Anos Iniciais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00149	000000055	ADENILCE ELEUTÉRIO DA LUZ	1	3	6,25	
00150	000000007	JEANE AGNOLIN	1	3	3,88	
00151	000000328	JURIELA NISSOLA	1	3	3,75	
00152	000000905	ROSANGELA COSER FANTIN	1	4	12,75	
00153	000000210	THAISE RENATA BOCHI COSTA	1	4	12,50	
00154	000000316	GILIANE CARLA STOCKMANN	1	4	7,25	
00155	000000850	LUANA SCATOLIN GERMANO	1	4	4,75	
00156	000000464	MEIZI PRISCILA DE SOUZA SILVA AZEVEDO	1	4	1,50	
00157	000001112	SANDRA OST DA SILVA LESSE	1	4	1,25	
00158	000000191	NIVEA MARIA SONTAG	1	5	18,38	
00159	000000089	ODETE FERREIRA KUHN	1	5	7,75	
00160	000000530	DANIELE DA SILVA TIBOLLA	1	5	3,50	
00161	000001044	FRANCIELE LEVANDOSVSKI	1	5	1,00	
00162	000000059	CLEIA BONASSI	1	5	0,93	
00163	000000076	DEBORA SCHNEIDER	1	5	0,00	
00164	000001020	ANGELA MARIA ZUANAZZI	1	6	0,00	
00165	000000365	LUCIANE TERESINHA PICCININ	1	7	11,90	
00166	000000487	TAIANA STOCKMANN DO PRADO	1	7	6,84	
00167	000000664	CATIANA DE OLIVEIRA	1	7	5,50	
00168	000000297	MONALIZE SAVOLDI CONTE	1	7	4,00	
00169	000000256	NEIVA VALGOI KLASSMANN	1	7	3,75	
00170	000000642	EDETE TERESINHA SCHONS	1	7	3,71	
00171	000000187	DIRCE BOHLKE RESMINI	1	7	3,69	
00172	000000827	GRACIELE GASPERINI	1	7	1,85	
00173	000000013	HELOISE BONIN	1	7	0,56	
00174	000000543	MARCIANE FRANCHIN	1	7	0,56	
00175	000000800	DANIELE GASPERINI	1	7	0,55	
00176	000000208	SAIONARA TERESINHA VENDRUSCOLO SCHMIDT	1	7	0,25	
00177	000000797	DENISE POLETO	1	7	0,00	
00178	000000066	IVAN PADILHA DOS SANTOS	1	7	0,00	

**Portaria Nº 213/2012, de 18 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2012, de 9 de novembro de 2012 e alteração.

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2012, de 9 de novembro de 2012 e alteração, conforme Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 2

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

**ANEXO ÚNICO**

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 1. Língua Portuguesa		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000640	INÊS LOPES RODRIGUES ZÍLIO	4	5	156,75
00002	000000161	FRANCIELE FANTIN	4	5	77,75

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 3

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 2. Matemática		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000881	NEIVA TEREZINHA CESTONARO DASSI	4	5	145,25
00002	000000893	MARINEIDES LOURDES PRAXSNECKI	4	6	10,50
00003	000000626	JAQUELINE EDUARDA SIPP	1	3	10,25
00004	000000767	CAMILA MARMITT	1	5	8,65
00005	000000809	ALISON HIKARU WATANABE DE LIMA	1	5	5,13
00006	000000579	SIRLEI STALLBAUM	1	5	4,50
00007	000000715	ORLANDO JUNIOR CECCHIN	1	5	0,25
00008	000000724	ANDERSON MINOSSO	1	7	2,75
00009	000000224	PATRICIA PELLIN	1	7	0,85
00010	000000654	DARLAN JONAS MONTEIRO BANDEIRA DUTRA	1	7	0,25
00011	000000206	KATYA CARINE ENGEL	1	7	0,25
00012	000000594	GIOVANA SILVEIRA CASADO	1	7	0,25
00013	000000221	PATRICIA PRESOTTO	1	7	0,25

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 4

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 4. Geografia		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000379	NAURI MARTINI MERLINI	4	5	162,75
00002	000000812	CASSIANO BOITA	4	5	63,75





## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 5

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 5. Ciências		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000156	EUNICE GHENO	4	5	129,75
00002	000000722	VIVIANA CEMBRANI KERBER	4	5	83,75
00003	000000917	FELIPE MANOEL GIMENEZ DE OLIVEIRA	4	5	0,10
00004	000001015	TACIA REGINA WEBER	4	7	3,75
00005	000000005	DEBORA MARIAN BENELLI	1	3	3,75

## MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 6

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 6. História		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000285	TEREZINHA PAGOTO	4	3	28,75
00002	000000154	CLEIDE TERESINHA DE MORAES VERUCK	4	5	132,75
00003	000000697	ELIANE REGINA SUZIN	4	5	85,25
00004	000000493	JULCILEI CLAUDIA PAVIANI	4	5	69,65
00005	000000233	LUCIMARA TOCHETTO	4	5	53,75
00006	000000666	CARINA SANDI	4	5	32,75
00007	000000251	SIMONE SANDRA SCHWAMBACH FINGER	4	5	23,75
00008	000000412	CLAUDEMAR KNECHT	4	5	18,75
00009	000000041	LENIR CORDEIRO	4	5	0,50
00010	000000545	CAMILA MACHADO SOARES	4	5	0,00
00011	000000619	SUSIMARA DE MARCO PETROLI	4	7	3,00
00012	000001077	MARCOS ANTONIO MIOR	4	7	3,00
00013	000000080	TAIS REGINA DEITOS	4	7	1,25
00014	000000244	ALESSANDRA BAUERMANN DA SILVA	1	7	0,94

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 7

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 7. Artes			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000001035	CATI FERRI	4	7	235,30	
00002	000000311	JEANE LINHARES DE S. COELHO	3	3	0,00	
00003	000000631	CLEUCIR SULENTA	1	3	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 8

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 8. Língua Espanhola			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000112	ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO	4	5	252,20	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 9

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 10. Educação Física		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000343	FABIANA PAULA PICININ	4	5	159,75
00002	000000745	DIRLEI APARECIDA CARPEGGIANI	4	5	72,25
00003	000000198	ROMIELE FRIEBEL	4	5	42,75
00004	000000083	FRANCIELE CRISTIANA SANTANA	4	5	38,75
00005	000000180	IZABELA TROIAN	4	5	37,75
00006	000000019	DANGELA CRISTINA ZANCHET	4	5	0,00
00007	000001045	CRISTIANE BRUNETTO	4	7	15,40
00008	000000816	RAFAELA CRISTINA CARNIEL	4	7	9,75
00009	000000661	DAYANA APARECIDA VON DENTZ	4	7	7,75
00010	000000994	ANGELA KADES	4	7	6,50
00011	000000743	PETERSON RIBEIRO PRESTES	4	7	4,00
00012	000000104	ELEANDRO VOSNHAK	4	7	3,75
00013	000001057	GIOVANA PATRICIA GOLLO	4	7	0,55
00014	000001064	PATRICIA MAGALHAES VIDOR	4	7	0,00
00015	000000830	TIAGO DA SILVA	1	3	4,75
00016	000000148	CAROLINE BEATRIZ STREIT	1	5	0,15
00017	000000362	FRANCIELI PRESOTTO	1	7	0,86

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 10

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 11. Anos Iniciais		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000108	ALDETE GASPARETTO	4	5	289,75
00002	000000010	VALDEREZA KRUGER	4	5	226,75
00003	000000133	ELAINE GRANDO VOIDILA	4	5	179,75
00004	000000139	ELISABETE RUVIARO THOME	4	5	138,25
00005	000000044	DIRLEI OLKOSKI	4	5	27,00
00006	000000454	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER	4	7	96,20
00007	000001110	SANDRA OST DA SILVA LESSE	1	4	8,25
00008	000000838	KARINE BEVILAQUA	1	4	0,75
00009	000000887	ELIANE FATIMA AZEREDO	1	5	76,00
00010	000000100	JENNY SUMARA LONGO	1	5	1,25
00011	000000663	CATIANA DE OLIVEIRA	1	7	5,50

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 11

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 12. Educação Infantil		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000792	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	4	5	138,75
00002	000001073	RAQUEL CATERINE GREBINSKY	4	6	74,25
00003	000000326	NEUSA SCHERER DANDOLINI	4	7	21,25
00004	000000385	GUIOMAR FATIMA DALLO	4	7	7,28
00005	000000166	ELIANE TOIGO DA ROSA	4	7	0,00
00006	000000321	ELAINE FRANCISCON	1	5	3,75
00007	000000423	ARIANE CARINE RAHMEIER	1	7	0,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 12

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 17. Dança		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000146	SILVANA DE VARGAS	4	5	92,75	
00002	000000978	NÁDIA ROSANE PALMA MIOLLO	4	5	83,35	
00003	000001070	SANDRA GILVANA PIOLA BALDISSERA	4	5	25,00	
00004	000000424	VALERIA SGANZERLA ZWIRTES	4	5	11,75	
00005	000000088	ALESSANDRA GONÇALVES FERNANDES	4	5	9,60	
00006	000000977	NIVALDO DE S. FERNANDES DA SILVA JUNIOR	4	7	3,00	
00007	000001031	MARIANA NEUHAUSER	1	3	6,00	
00008	000000772	JESSICA BAMPI OZECOSKI	1	3	0,00	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 13

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 18. Tênis de Campo		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000320	EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER	4	5	109,25	
00002	000000623	CINTIA LETICIA BENELLI SACOMORI	4	5	105,75	
00003	000000617	CRISTIAN BRUSCHI MARQUES	4	5	101,75	
00004	000000910	ERIKA KATIA DE OLIVEIRA	4	6	0,00	



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 14

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 20. Artesanato/Pintura		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000877	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA		2	8	176,18
00002	000000682	NEIVA MARISA BORLIN SVILLEN		2	8	103,25

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 15

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral		Disciplina...: 31. Esporte Coletivo/Dança		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000232	EDISON DOS SANTOS		4	5	186,55
00002	000000542	JULIANO PRAVATO		4	5	170,55
00003	000000441	ELISABETE PALUDO SANDI		4	5	106,75
00004	000000461	CARINE INÊS TURMENA		4	5	49,75
00005	000000568	RENAN FRACASSO		4	5	47,55
00006	000000955	SIDNEI TURMINA		4	5	41,00
00007	000000346	BRUNA VIEIRA DE OLIVEIRA		4	5	21,75
00008	000000469	ROBERTO SCORTEGAGNA		4	5	9,50
00009	000000883	JANE JOST		4	6	58,25
00010	000001002	CLAITON RODRIGO BRICKMANN		1	3	27,10
00011	000001086	RICHARD PIERRE COSTA		1	3	0,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 16

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 33. Lab. Pedagógico I - Pedag		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000132	ELAINE GRANDO VOIDILA	4	5	179,75
00002	000000181	REJANE CRISTINA MULLER	4	5	87,75
00003	000000403	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI	4	5	54,75
00004	000000086	CLECI TONIOLO	4	5	27,75
00005	000001074	RAQUEL CATERINE GREBINSKY	4	6	74,25
00006	000000876	SIRLEI TERESINHA KOVACIC M. DA SILVA	4	7	176,18
00007	000000728	TATIANE STEFANI	4	7	0,00
00008	000000353	CHAIANE BATTISTELLA BRATTI	1	2	21,75
00009	000000067	IVAN PADILHA DOS SANTOS	1	7	0,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 17

PORTARIA Nº 213/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 2/2012		Área...: Educação Integral	Disciplina...: 55. labor. Pedag. Lingua Port		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000246	ADRIANA PALUDO	4	5	168,75
00002	000000639	INÊS LOPES RODRIGUES ZÍLIO	4	5	156,75

**Portaria Nº 214/2012, de 18 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 214/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público nº 3/2012, de 9 de novembro de 2012 e alteração.

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital de Processo Seletivo Público nº 3/2012, de 9 de novembro de 2012 e alteração, conforme Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 2

PORTARIA Nº 214/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

**ANEXO ÚNICO**

Nr. Edital...: 3/2012		Área...: Primeiro Ano EF		Disciplina...: 32. 1º ANO		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000274	IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS	4	5	313,65	
00002	000000404	GENI DE VARGAS ZOTTIS	4	5	142,75	
00003	000000310	GELSI TRENTIN NIERO	4	5	127,75	
00004	000000597	ELIANE SETTE	4	5	122,35	
00005	000000700	VERA LUCIA SAATKAMP PINTO RIBEIRO	4	5	119,05	
00006	000000791	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	4	5	89,75	
00007	000000238	FRANCIELE ELISABETH GERNHARDT	4	5	71,70	
00008	000000795	GRACIELA APARECIDA BENINI	4	5	58,03	
00009	000000118	MARGARIDA MORESCO DA SILVA	4	5	34,75	
00010	000000032	SILVIA BERNARDI KAIBER	4	5	27,50	
00011	000000093	LICIANE GIACOMIN ROVANI	4	5	21,75	
00012	000000555	LISANDRA RODRIGUES GODOY	4	5	7,50	
00013	000000774	TEREZINHA TAVARES	4	5	2,60	
00014	000000725	FERNANDA STOCKMANN	4	5	0,00	
00015	000000335	TANIA FACHI	4	7	25,75	
00016	000000749	JUREMA DOZOLINA PEDO	4	7	15,25	
00017	000000386	GUIOMAR FATIMA DALLO	4	7	7,28	

**Portaria Nº 215/2012, de 18 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 4/2012, de 9 de novembro de 2012 e alteração.

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 4/2012, de 9 de novembro de 2012 e alteração, conforme Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 2

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

**ANEXO ÚNICO**

Nr. Edital...: 4/2012		Área...: 6º a 8º Série		Disciplina...: 1. Língua Portuguesa		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000184	MARISTELA DE LOURDES GUEDES	4	5	266,75	
00002	000000489	SALETE VOLPATO WOLOSZYN	4	5	226,50	
00003	000000859	CLADIR PADOAN ROSSI	4	5	184,70	
00004	000000637	GLEICI MARA DREHER	4	5	34,23	
00005	000000167	ADRIANA RUPPENTHAL	4	6	33,45	
00006	000000944	JANE CATARINA GRANDO	4	7	202,40	
00007	000000440	MARGARETE DAGHETTI	4	7	33,55	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 3

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 4/2012		Área...: 6º a 8º Série		Disciplina...: 2. Matemática		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000409	ALINE LABA DE SOUZA PINTO	4	5	72,40	
00002	000000565	JANDIRA SAIBA	4	5	35,35	
00003	000000613	NELSON DOMINGOS COREZZOLLA	4	6	179,95	
00004	000001013	MARILEI FIORENTIN BOSETTI	4	7	172,20	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 4

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 4/2012		Área...: 6º a 8º Série		Disciplina...: 4. Geografia		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000039	CRISTINA SOARES	4	3	37,65	
00002	000000407	ROSA ANGELA BALDISSERA	4	5	132,75	



**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 5

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

<b>Nr. Edital...: 4/2012</b>		<b>Área...: 6° a 8° Série</b>		<b>Disciplina...: 6. História</b>		
Classificação	Inscrição	Nome		Situação	Grupo	Pontos
00001	000000286	TEREZINHA PAGOTO		4	3	28,75

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 6

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 4/2012		Área...: 6° a 8° Série		Disciplina...: 7. Artes		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000916	ILEANE JUCELENE ESSING	4	5	226,50	
00002	000000672	ZILMA RODRIGUES DO NASCIMENTO POYER	4	5	50,83	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 7

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 4/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 8. Língua Espanhola			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000001061	CLEUSA ROSANE MAGNANI	4	5	241,80	
00002	000000622	ADILSON PASTORE	4	5	161,40	
00003	000000549	CAROLINE FINGER	4	5	97,80	
00004	000000951	LILUANA BERNARDI	4	5	33,25	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 8

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 4/2012		Área...: 6º a 8º Série	Disciplina...: 10. Educação Física			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000438	CLEIDE REGINA BARON	4	5	263,15	
00002	000000805	MARISTELA ARRUDA AYRES	4	5	164,15	
00003	000000982	FABIANO SANTA-HELENA	4	5	155,60	
00004	000000650	FERNANDA FUHR	4	5	139,30	
00005	000000114	CRISTINA ZOTTI	4	5	133,75	
00006	000000482	JANETE KUHN DOS SANTOS RIGO	4	5	121,60	
00007	000000871	FRANCIELE FÁTIMA STEDILLE	4	5	61,75	
00008	000000369	FELIPE MACHADO	4	5	46,85	
00009	000000046	JAQUELINE ZANELLA	4	5	37,75	
00010	000001026	MAURICIO JOSE KIRST	4	5	21,25	
00011	000000891	BERNARD KLAUS WIGGERS	4	7	12,75	

# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 9

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 4/2012		Área...: Educação Infantil	Disciplina...: 12. Educação Infantil		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos
00001	000000260	IEDA MARIA NAIBO MORO RIOS	4	5	310,15
00002	000000450	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	4	5	174,30
00003	000000933	SOLANGE BARTH PARAVIZI	4	5	171,35
00004	000000512	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS	4	5	148,75
00005	000000405	GENI DE VARGAS ZOTTIS	4	5	142,75
00006	000000153	CLARICE PICHETTI GASPARETTO	4	5	140,75
00007	000000810	MARCIA ROSA HEYDT ROGOWSKI	4	5	128,35
00008	000000212	GELSI TRENTIN NIERO	4	5	127,75
00009	000000217	ZENILDA GUAREZI SALINI	4	5	125,75
00010	000000578	LISE MARA SCHWINGEL	4	5	124,75
00011	000000596	ELIANE SETTE	4	5	122,35
00012	000000537	VANDERLEIA GHENO BORDIGNOM	4	5	92,75
00013	000000790	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	4	5	87,75
00014	000000135	INES ANGELINA SAVARIS	4	5	75,75
00015	000000239	FRANCIELE ELISABETH GERNHARDT	4	5	71,70
00016	000000057	ALEXANDRA GODIN	4	5	70,75
00017	000001117	EDIMAR GUGEL	4	5	67,75
00018	000000895	RAQUEL CRISTINA COLDEBELLA MORETTO	4	5	53,75
00019	000000681	GRACIELE CAMILLO	4	5	48,75
00020	000000757	ELIANE KUHN LEVANDOWSKI	4	5	40,50
00021	000000463	JOSELAINE CERVELIN CAVASSINI	4	5	35,50
00022	000000249	CARLA ADRIANE FAZZIONI RAMÃO	4	5	24,75
00023	000000574	SIRLEI REGINATO PERIN	4	5	21,75
00024	000000092	LICIANE GIACOMIN ROVANI	4	5	21,75
00025	000000237	GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI	4	5	11,50
00026	000000357	ROZEMERI APARECIDA SANTOS MUNARETTO	4	5	9,75
00027	000000401	CLAUDIANE DEOLA CAVALIERI	4	6	34,75
00028	000000235	FABIANA LANFREDI	4	7	18,65
00029	000000484	ELENICE DE CARLI FORNARI	4	7	11,19
00030	000000330	ADRIANI FISCHER KROMBAUER	4	7	10,75
00031	000001030	KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKE	4	7	10,65
00032	000000962	VANUSA MASCHIO DAL BELLO	4	7	1,25
00033	000001042	MARILAINE MARTINS	2	8	221,00

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 10

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 4/2012		Área...: Educação Especial		Subárea.....: 6. Educação Especial		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000999	CLAUDIANE SUNTI DO PRADO	4	5	104,75	
00002	000000278	ARIANE BONATTO MUNARETTO	4	5	28,00	



# MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 11

## PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...	4/2012	Área... Anos Iniciais	Disciplina...: 11.	Anos Iniciais		
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00001	000000177	MARIA BERNARDETE POLETTI LORENZETTI	4	5	396,75	
00002	000000607	GESSI GLADIS WUNDER PISSAIA	4	5	357,55	
00003	000001109	LANIR SCHWANKE BEVILAQUA	4	5	347,15	
00004	000000991	MARINES GIRARDI	4	5	346,15	
00005	000000598	TERESINHA RUBERT ZOLETTI	4	5	333,70	
00006	000000069	MARGUDT HASSMER POTTRATZ	4	5	234,45	
00007	000001115	SIMONE CRISTINA ROMANI	4	5	230,90	
00008	000000113	MARILANE TERESINHA ROVER BALBINOT	4	5	196,75	
00009	000000552	MARITÂNIA POLETO	4	5	177,75	
00010	000000670	MARISTELA OLDONI	4	5	164,05	
00011	000001037	VANUSA DONATI	4	5	146,60	
00012	000000497	ZULAMAR MARIA COSTA	4	5	102,45	
00013	000000758	ROSELAINE CONTE BALBINOT	4	5	84,55	
00014	000000347	MARCIA SUELI MARCHESI GALEAZZI	4	5	83,50	
00015	000000868	ELIANE DECARLI NOSSAL	4	5	79,75	
00016	000000175	FERNANDA VERONESE KLEIN	4	5	76,75	
00017	000000491	GERUSA CLAUDIA RÓDIO	4	5	75,75	
00018	000000692	SINTIA MARA HERPICH	4	5	70,75	
00019	000000779	CATIA PEDROTE	4	5	70,50	
00020	000000030	KELLY ROSA BOMBANA	4	5	67,25	
00021	000000190	PATRICIA BAGGIO HOLZMANN	4	5	63,75	
00022	000000609	DAIANE FRIGO	4	5	59,50	
00023	000000986	VANIA CARBONERA	4	5	45,85	
00024	000000561	LIRINÊS SENSOLLO DALMOLIN	4	5	45,80	
00025	000000103	MARISA FÁTIMA POZZO HAMERA	4	5	43,75	
00026	000000793	GRACIELA APARECIDA BENINI	4	5	42,53	
00027	000000119	MARGARIDA MORESCO DA SILVA	4	5	34,75	
00028	000000476	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	4	5	23,75	
00029	000001039	ROSE MARI SIEGA BALBINOTT	4	5	9,30	
00030	000000195	LUCIVANIA BARANOSKI SILVA	4	6	244,75	
00031	000000515	EBERTON BELLUZZO	4	6	59,75	
00032	000000938	SIMONE LAZAROTTO	4	6	12,75	
00033	000000833	JANAINA MACARI PELLIZZARI	4	6	9,85	
00034	000000050	NALU TEREZINHA FARINA	4	7	272,00	
00035	000000573	IVANICE MARIA DALLA CORTE FOCESATO	4	7	245,50	
00036	000000754	ROSEMERI LUISA FINGER	4	7	21,60	
00037	000000851	KATIA GERUSA BASEGGIO	4	7	12,75	

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

fls. 12

PORTARIA Nº 215/2012, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

Nr. Edital...: 4/2012		Área...: Anos Iniciais	Disciplina...: 11. Anos Iniciais			
Classificação	Inscrição	Nome	Situação	Grupo	Pontos	
00038	000000600	MIRIAM DORNELES	4	7	10,56	
00039	000001018	NELSI SEHN	2	8	325,85	

**Portaria Nº 216/2012, de 19 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 216/2012, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - ANDRE DE PARIS DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir do dia 20 de dezembro;

II - MARCIA ROSA HEYDT ROGOWSKI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 100552-00, a partir de 18 de dezembro de 2012.

Art. 2º Alterar a expressão: "de 3 a 16 de dezembro de 2012" para: "de 3 a 23 de dezembro de 2012" constante no inciso XII, do art. 1º, da Portaria nº 202/2012, de 3 de dezembro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 217/2012, de 20 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 217/2012, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 19256/2012, em 14 de novembro de 2012, do qual se extrai que a servidora GISELA GOSENHEIMER, em tese, não exerce com zelo e dedicação as atribuições do cargo, não cumpre ordens de seus superiores hierárquicos, não trata com urbanidade as pessoas, apresenta resistência injustificada ao andamento de documentos e é insubordinada em serviço;
- que a servidora infringiu, em tese, o disposto nos arts. 151, I, IV e XI e 152, IV, da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer nº 650/2012, da Assessoria Jurídica, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;
- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, VII, da Lei Complementar nº 90/1994.

**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora GISELA GOSENHEIMER, ocupante do cargo de Psicólogo, Grupo Ocupacional Especialista - GE.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para procederem à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo

**Disciplinar:**

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: CIRLEI GIOMBELLI, servidora estável, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12;

III - vogal: MARGARETE MULLER, servidora estável, ocupante do cargo de Assistente Social.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 27/2012, de 26 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 27/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora CLECI BISON, do cargo de provimento em comissão de Encarregada de Seção, a partir de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.  
SANDRA MARA ROMAN  
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**Portaria Nº 28/2012, de 26 de Dezembro de 2012.**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA Nº 28/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o servidor GELSON ANTÔNIO GARGHETTI, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.  
SANDRA MARA ROMAN  
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**Portaria Nº 29/2012, de 26 de Dezembro de 2012**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
PORTARIA Nº 29/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o servidor JOSÉ ALBERTO MAZOCCO, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento, a partir de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.  
SANDRA MARA ROMAN  
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**Portaria Nº 30/2012, de 26 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
PORTARIA Nº 30/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora KELLEN CRISTINA ROGGIA SILVEIRA CASADO, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.  
SANDRA MARA ROMAN  
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**Portaria Nº 31/2012, de 26 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
PORTARIA Nº 31/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora LEANDRA DARGAS SLONGO, do cargo de provimento em comissão de Encarregada de Seção, a partir de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.  
SANDRA MARA ROMAN  
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**Portaria Nº 32/2012, de 26 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
PORTARIA Nº 32/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora ONEIDE FRÜHAUF ZUQUI, do cargo de provimento em comissão de Responsável de Setor, a partir de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.  
SANDRA MARA ROMAN  
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**Portaria Nº 33/2012, de 26 de Dezembro de 2012.**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
PORTARIA Nº 33/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração.

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2012, as Portarias nºs. 10/2011, de 28 de fevereiro de 2011, 12/2012, de 14 de fevereiro de 2012, e 15/2012 de 5 de março de 2012, que concedem gratificação a servidores municipais que atuam na Fundação Municipal de Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.  
SANDRA MARA ROMAN  
Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

**Portaria Nº 47/2012, de 26 de Dezembro de 2012**  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON  
PORTARIA Nº 47/2012, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Convoca segurados ativos para o cadastramento.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei

Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 15, II, da Orientação Normativa SPS nº 2, de 31 de março de 2009, do Ministério da Previdência Social.

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam convocados, no ano de 2013 e no mês do aniversário, os segurados ativos do IPRECON para efetuar o recadastramento, a ser realizado na sede do Instituto, localizada na Rua Marechal Deodoro, 772, Edifício Mirage Offices, sala 4, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou através do endereço eletrônico [www.iprecon.sc.gov.br](http://www.iprecon.sc.gov.br), no link recadastramento.

Art. 2º Os segurados deverão portar, no ato, os seguintes documentos:

- I - Carteira de Identidade;
- II - Cadastro da Pessoa Física - CPF;
- III - Título de Eleitor;
- IV - número do PIS/PASEP;
- V - Certidão de Nascimento/Casamento ou comprovante de união estável;
- VI - Certidão de Nascimento dos dependentes menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos;
- VII - Carteira de Trabalho e demais comprovantes de tempo anterior.

Art. 3º Permanecem em vigor as disposições da Portaria nº 47/2010, de 7 de dezembro de 2010, que trata do recadastramento anual dos aposentados e pensionistas do IPRECON.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.  
LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 26 de dezembro de 2012.

MARGARETE PECINI  
Agente Administrativo

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 120/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2012- PMC

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de link de acesso a internet banda larga para o Centro Administrativo Municipal, conforme descrições dos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 11/01/2013.  
Abertura: dia 11/01/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 27 de dezembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Extrato 1º TA Contrato Nº 1/2012 - Fumas**

Contrato Nº: 1/2012 1ªTA 1/2012

Contratante: FUNDO MUN. DE ASSIST. DO SERVIDOR DE CONCÓRDIA

Contratada: BANCO DO BRASIL SA

Licitação: Dispensa de Licitação 1/2012

Dotação: 18.001.000.0004.0122.0068.2351.333903981000000.02000000

Objeto: DESPESAS COM TARIFAS BANCARIAS REFERENTE A COBRANÇA DE DESPESAS MÉDICAS.

Vigência: Início: 21/12/2012 Término: 03/01/2013

**Extrato 1º TA Contrato Nº 14/2012 - PMC**

Contrato Nº: 14/2012 1ªTA 14/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: SUPERLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Licitação: Pregão 97/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903997000000.01190000

Dotação: 11.001.000.0026.0122.0042.2040.333903997000000.01000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE INTERNET BANDA LARGA

Vigência: Início: 20/12/2012 Término: 02/01/2013

**Extrato 1º TA Contrato Nº 143/2012 - PMC**

Contrato Nº: 143/2012 1ªTA 143/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA S/S LTDA EPP

Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 42/2011

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905180000000.01450000

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração e implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, neste Município de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Vigência: Início: 18/12/2012 Término: 06/04/2013

**Extrato 1º TA Contrato Nº 15/2012 - PMC**

Contrato Nº: 15/2012 1ªTA 15/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação: Pregão 97/2011

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903997000000.01190000

Dotação: 11.001.000.0026.0122.0042.2040.333903997000000.01000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE INTERNET BANDA LARGA

Vigência: Início: 20/12/2012 Término: 02/01/2013

**Extrato 1º TA Contrato Nº 292/2011 - PMC**

Contrato Nº: 292/2011 1ªTA 292/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA



Contratada: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Licitação: Pregão 68/2011

Dotação: 12.001.000.0028.0846.0046.2043.333903981000000.0  
1000000

Objeto: serviços de confecção e cobrança de carnês de tributos,  
para o exercício de 2012

Vigência: Início: 21/12/2012 Término: 03/01/2013

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 343/2012 - PMC**

Contrato Nº: 343/2012 1ªTA 343/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: REALMAC MAQ. EQUIP. P ESCRITORIO LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 29/2012

Dotação: 05.001.000.0004.0122.0012.2010.333903912000000.0  
1000000

Objeto: Serviço de locação de máquina de xerox.

Vigência: Início: 18/12/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 262,50( DUZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E CIN-  
QUENTA CENTAVOS )

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 443/2012 - PMC**

Contrato Nº: 443/2012 1ªTA 443/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: D. MAVINC PRODUTOS E SERVICOS LTDA EPP

Licitação: Pregão 94/2012

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0029.2029.333903044000000.0  
1000000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905210000000.0  
1890000

Objeto: Aquisição e instalação de brinquedos, equipamentos de  
ginástica e placa de orientação.

Vigência: Início: 17/12/2012 Término: 05/04/2013

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 444/2012 - PMC**

Contrato Nº: 444/2012 1ªTA 444/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: GADONSKI E CIA LTDA ME

Licitação: Pregão 94/2012

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0029.2029.333903044000000.0  
1000000

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0032.1009.344905210000000.0  
1890000

Objeto: Aquisição e instalação de brinquedos, equipamentos de  
ginástica e placa de orientação.

Vigência: Início: 17/12/2012 Término: 05/04/2013

#### **Extrato 2º TA Contrato Nº 1/2011 - FMAS**

Contrato Nº: 01/2011 2ªTA 01/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CON-  
CORDIA

Contratada: TRANSPORTES HELLO LTDA - ME

Licitação: Pregão 16/2010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO DE TRANSPOR-  
TE COLETIVO DE PASSAGEIROS, EM REGIME DE FRETAMENTO,  
PARA TRANSPORTE DOS ALUNOS DO PROGRAMA DE ERRADICA-  
ÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PACIENTES DE EQUOTERAPIA.

Vigência: Início: 18/12/2012 Término: 03/01/2013

#### **Extrato 2º TA Contrato Nº 6/2011 - FMAS**

Contrato Nº: 6/2011 2º 6/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CON-  
CORDIA

Contratada: CHARLINE CAMILE LENZI STEINER

Licitação: Pregão 20/2010

Dotação: 15.001.000.0008.0244.0059.2202.333903999000000.0  
1000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO FISIOTERAPICO,  
PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE EQUOTERAPIA PARA CRIAN-  
ÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS, EM ATENDIMENTO A DETER-  
MINACOES JUDICIAIS

Vigência: Início: 18/12/2012 Término: 03/01/2013

#### **Extrato 3º TA Contrato Nº 367/2009 - PMC**

Contrato Nº: 367/2009 3º TA 367/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: BAR E ARMAZEM LAZZARIN LTDA - ME

Licitação: Pregão 111/2009

Dotação: 08.001.000.0015.0451.0030.2030.333903928000000.0  
1000000

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTROLE DE RESI-  
DUOS E MANUTENCAO DAS INSTALACOES ADMINISTRATIVAS DO  
ATERRO SANITARIO MUNICIPAL.

Vigência: Início: 14/12/2012 Término: 31/12/2012

Valor R\$ 2.263,21( DOIS MIL E DUZENTOS E SESENTA E TRES  
REAIS E VINTE E UM CENTAVOS )

#### **Extrato 3º TA Contrato Nº 89/2009 - FMS**

Contrato Nº: 89/2009 3º TA 89/2009

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada: BANCO DO BRASIL SA

Licitação: Sem Licitação /0000

Objeto: Prestação de serviços de processamento de créditos em  
conta, proveniente de salários, proventos, soldos, aposentadorias,  
pensões, décimo terceiro salário, férias, rescisões contratuais e ou-  
tros créditos similares, aos empregados do Fundo Municipal de  
Saúde.

Vigência: Início: 07/12/2012 Término: 09/12/2013

#### **Extrato 4º TA Contrato Nº 225/2012 - PMC**

Contrato Nº: 225/2012 4ªTA 225/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: DOCA CASA & JARDIM LTDA ME

Licitação: Tomada de Preço para Compras e Serviços 1/2012

Dotação: 10.001.000.0023.0695.0040.2039.344905198000000.0  
1240000

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada glo-  
bal, para execução de reflorestamento da faixa ciliar do Rio dos  
Queimados, no Parque Municipal de Exposições, neste Município,  
com recursos oriundos do Contrato nº 292.763-81/2009, celebra-  
do com a Caixa Econômica Federal/Ministério das Cidades.

Vigência: Início: 18/12/2012 Término: 27/02/2013

#### **Extrato Contrato Nº 456/2012 a 459/2012 - PMC**

Contrato Nº: 456/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Contratada: HODIERN TRANSPORTES LTDA - EPP

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 43/2012

Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2015.333903926000000.0



1190000  
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0015.2017.333903926000000.0  
1010000  
Dotação: 06.004.000.0012.0365.0017.2018.333903926000000.0  
1190000

Objeto: Aquisição de passes (passagens de ida e volta) para alunos do ensino médio da Rede Pública Estadual.  
Vigência: Início: 17/12/2012 Término: 31/12/2012  
Valor R\$ 134.291,71( CENTO E TRINTA E QUATRO MIL E DUZENTOS E NOVENTA E HUM REAIS E SETENTA E HUM CENTAVOS )

Contrato Nº: 457/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA  
Contratada: PAULO ANTONIO BALBINOT- ME  
Licitação: Dispensa de Licitação 48/2012  
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905107000000.0  
1190000

Objeto: OBRA DE ENGENHARIA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).  
Vigência: Início: 18/12/2012 Término: 17/02/2013  
Valor R\$ 12.596,94( DOZE MIL E QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS )

Contrato Nº: 458/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA  
Contratada: PAULO ANTONIO BALBINOT- ME  
Licitação: Dispensa de Licitação 49/2012  
Dotação: 06.002.000.0012.0361.0019.1005.344905107000000.0  
1190000

Objeto: OBRA DE ENGENHARIA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).  
Vigência: Início: 21/12/2012 Término: 20/02/2013  
Valor R\$ 8.959,04( OITO MIL E NOVECIENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS )

Contrato Nº: 459/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA  
Contratada: LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME  
Licitação: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia 68/2012  
Dotação: 10.001.000.0023.0695.0040.2039.344905198000000.0  
1240000

Objeto: Contratação de empresa de construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra).  
Vigência: Início: 24/12/2012 Término: 19/12/2013  
Valor R\$ 1.086.000,00( HUM MILHAO E OITENTA E SEIS MIL REAIS )

### **Adendo 3 ao Edital Concorrência Nº 5/2012 PMC** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC ADENDO 3 AO EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 5/2012 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: A seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão do direito à execução do serviço público de gestão das áreas especiais destinadas ao estacionamento por tempo limitado, regulamentado e pago de veículos, nas vias e logradouros públicos do Município de Concórdia que compõem a chamada "Área Azul", instituída pela Lei Municipal nº 3.051/98, na forma da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital e respectivos anexos, foi alterado. Ficando desta forma alterado o prazo de recebimento do envelope 1 - Propostas de Preços e

nº 2 - Documentação de Habilitação, para o dia 04/02/2013, às 10h00min, sendo que o início da abertura dos envelopes se dará às 14h00min do dia 04/02/2013. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page: [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 27 de dezembro de 2012.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 38/2012 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Agricultura, Des. Rural e Meio Ambiente torna público que ratificou o ato do Senhor Cesar Pellizzaro, Diretor, que declarou inexigível a licitação, nos termos do art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para aquisição de bomba hidráulica principal para conserto da Retroescavadeira JCB 214E 20/925366, sob patrimônio PMC-474, a favor da empresa: TRATORBIG - PEÇAS PARA TRATORES LTDA, no valor total de R\$ 2.625,00 (dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

Concórdia, SC, 20 de novembro de 2012.  
MARNIO ALBERTO CADORE  
Secretário Municipal de Agricultura, Des. Rural e Meio Ambiente

### **Extrato do Resultado da Habilitação Tomada de Preços Nº 72/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 72/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo da construção civil para implementação dos projetos preventivos contra incêndio do GEM Maria Melânia Siqueira, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.  
EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos, as licitantes: MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA e PAULO ANTONIO BALBINOT ME. Ressalva-se que a licitante PAULO ANTONIO BALBINOT ME apresentou os documentos em desconformidade com o Edital, conforme previsto no subitem 5.3 do Edital, ou seja: "os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial". Restando o mesmo INABILITADO. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos fica a licitante habilitada desde já convocada a participar da sessão de abertura de seu Envelope nº 02 - Proposta de Preço, no dia 09 (nove) de janeiro de 2013, às 14h00min (quatorze horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 27 de dezembro de 2012.

NAIR KOPPE VOGT

Presidente da C.P.L, em exercício

### **Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável Nº 5/2012**

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 5/2012

Processo nº 10162/2005

Aos 4 dias do mês de dezembro de 2012, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA, doravante denominado MUNICÍPIO e os senhores MARIA AGNOLIN HERMES, inscrita no CPF sob nº 511.519.799-53; MARITÂNIA HERMES RAFAELI, inscrita no CPF sob nº 585.396.899-87; MARCIO LUÍS HERMES, inscrito no CPF sob nº 932.883.879-72 e MÁRCIA TERESINHA FAVERO HERMES, inscrita no CPF sob nº 023.515.429-67, residentes e domiciliados neste Município, doravante denominados PROPRIETÁRIOS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 6,32m2, necessária ao prolongamento da Rua Rodolfo Antonio Rigoso, nesta cidade, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 2, destacada do lote rural nº 822, da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, com área de 1.000,00m2, situado, nesta cidade, de propriedade de MARIA AGNOLIN HERMES, MARITÂNIA HERMES RAFAELI, MARCIO LUÍS HERMES e sua mulher MÁRCIA TERESINHA FAVERO HERMES, registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis sob nº 5.121, livro nº 2 - "T", tendo a área de 6,32m2 as seguintes medidas e confrontações: ao norte, numa extensão de 2,35m, com área a ser desmembrada; ao leste, numa extensão de 5,746m, com área remanescente; ao sudoeste, numa extensão de 6,46m, com a Rua Getúlio Vargas.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

Os PROPRIETÁRIOS concordam com o valor de R\$ 1.118,64 (um mil, cento e dezoito reais e sessenta e quatro centavos), atribuído ao imóvel, objeto da avaliação efetuada pela comissão designada pelo Decreto nº 187/2012, de 2 de fevereiro de 2012 e alterações, que será pago pelo MUNICÍPIO após assinada a escritura de compra e venda.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA:**

Os PROPRIETÁRIOS outorgarão a escritura definitiva de compra e venda da área adquirida, após a competente autorização legislativa, e comprometem-se a firmá-la logo que chamados para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA QUARTA:**

O MUNICÍPIO compromete-se a promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado.

#### **CLÁUSULA QUINTA:**

Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA SEXTA:**

Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

E, por estarem acordes, as partes assinam este Termo em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 4 de dezembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

- Proprietários -

MARIA AGNOLIN HERMES

MARITÂNIA HERMES RAFAELI

MARCIO LUÍS HERMES

MÁRCIA TERESINHA FAVERO HERMES

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Nome:

CPF:

### **Editais de Notificação Convênio - Pconcordiafmas/Igdsuas**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 2.428,79 (Dois mil quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 24 de dezembro de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMS

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **Portaria Nº 37**

PORTARIA Nº 37, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza o servidor SANDRO MARTINI entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### **R E S O L V E:**

Autorizar o servidor SANDRO MARTINI - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 2 a 17 de janeiro de 2013, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portaria nº 27, de 11 de outubro de 2012.

Concórdia, 26 de dezembro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

**Portaria Nº 38**

PORTARIA Nº 38, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Autoriza a servidora FABIELA APARECIDA STEDILLE entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

Autorizar a servidora FABIELA APARECIDA STEDILLE - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 2 a 21 de janeiro de 2013, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portaria nº 25, de 10 de outubro de 2012.

Concórdia, 26 de dezembro de 2012.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****Lei Complementar N. 91/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 91/2012

INSTITUI O CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cordilheira Alta, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

LIVRO I - PARTE GERAL

Título I

Normas Gerais Sobre a Saúde Pública

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - Todos os assuntos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde, com a vigilância sanitária e epidemiológica no Município de Cordilheira Alta, serão reguladas por esta Lei e pelas normas técnicas especiais a serem determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitadas as legislações federal e estadual pertinente.

Art. 2º - Constitui dever da Prefeitura zelar pelas condições sanitárias em todo o território do Município, atuar na prevenção e controle de endemias e/ou surtos epidemiológicos, prestar serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde da população, recebendo, para tal fim, a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.

Art. 3º - Sem prejuízo de outras atribuições a elas conferidas, compete a Secretaria Municipal de Saúde, em cooperação com o Sistema Único de Saúde:

I - Integrar seus planos locais com os do Estado, tendo em vista uma permanente articulação das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde no Sistema Estadual de Saúde;

II - Exercer o controle e fiscalização de produtos e substâncias de interesse para a saúde, participando da produção de medicamentos, equipamentos imunológicos, hemoderivados e outros insumos dessa natureza.

II - Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica no Município, exercendo suas inspeção e fiscalização;

IV - Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - Fazer observar as normas sanitárias sobre coleta de lixo, destino final adequado dos dejetos, higiene dos estabelecimentos, especialmente daqueles que manipulem, fabriquem e comercializem produtos de consumo da população, locais de lazer, públicos e privados, necrotérios, locais para velórios, cemitérios e crematórios;

VI - Fiscalizar e inspecionar produtos alimentícios, sua origem, estado ou procedência, transportados, produzidos ou expostos à venda, bem como bebidas e águas destinadas ao consumo humano;

VII - Participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - Colaborar com o controle e proteção do meio ambiente, nele compreendido o trabalho e a saúde do trabalhador;

IX - Cuidar da saúde e assistência pública, assim como da proteção das pessoas portadoras de deficiência;

X - Promover e executar os serviços da saúde, profilaxia de doenças em geral, inclusive na prevenção da saúde bucal, atendendo, preferencialmente, à população de baixa renda;

XI - Mobilizar os recursos necessários ao atendimento de pessoas no caso de calamidade pública.

Art. 4º - As ações de vigilância sanitária e epidemiológica constituem responsabilidade imediata da Secretaria Municipal de Saúde, onde serão executadas de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Art. 5º - O Sistema Municipal de vigilância em Saúde estará articulado com a rede de laboratórios de Saúde Pública, de modo a possibilitar a todas as unidades encarregadas dos exames laboratoriais indicados para o esclarecimento de diagnósticos clínicos e epidemiológicos.

§ Único - Todos os laboratórios de análise de interesse para a saúde, no Município de Cordilheira Alta, deverão proporcionar o apoio necessário para o estabelecimento de diagnósticos de doenças e surtos epidemiológicos.

§ 6º - Observadas as disposições constantes da Lei Federal nº 6.259, as doenças de notificação obrigatória constantes da relação elaborada pelo Ministério da Saúde, bem como as que possam implicar medidas de isolamento ou quarentena, deverão ser imediatamente comunicadas à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde fará realizar, periodicamente, cursos e programas de educação sanitária, destinados a promover, orientar e coordenar estudos para a formação de recursos humanos e incrementar o desenvolvimento científicos e tecnológicos na área de sua atuação.

Art. 8º - Através de seu órgão próprio, conforme lhe for atribuído neste Código, a Secretaria Municipal de Saúde deverá participar da solução dos problemas que envolvem as questões de saneamento básico do Município.

Art. 9º - Para o fim previsto neste artigo, concorrentemente com os órgãos federais e estaduais deverá o Município executar a fiscalização e controle de qualidade da água destinada ao consumo humano, produzida pelos sistemas públicos de abastecimento, bem como as que forem captadas pelas empresas particulares, embaladas, engarrafadas ou que sirvam à produção de alimentos e bebidas em geral.

Art. 10 - É obrigatória a ligação de toda edificação considerada habitável à rede pública de abastecimento de água e aos coletores públicos de esgotos, sempre que existentes.

§ Único - Na falta de rede pública de abastecimento de água ou coletores de esgoto, a Secretaria de Infraestrutura indicará as medidas a serem adotadas.

Art. 11 - A coleta, remoção e o destino do lixo processar-se-á na forma estabelecida neste Código e em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde e ao bem-estar da coletividade.

At. 12 - Todo alimento destinado ao consumo humano, qualquer que seja a sua origem estado ou procedência, produzido transportado ou exposto à venda no Município, será objeto fiscalizadora exercida pela vigilância sanitária da Secretaria Municipal de



Saúde, nos termos desta Lei, bem como na Legislação Federal e Estadual em vigor.

Art. 13 - As ações fiscalizadoras serão exercidas sobre alimentos, o pessoal que lida com os mesmos, sobre os locais e instalações onde se fabriquem, produzam, beneficiem, armazenem, transportem, distribuam, vendam ou consumam alimentos.

Art. 14 - Ficam adotadas neste Código as diminuições constantes da Legislação Federal e Estadual acerca das seguintes palavras e expressões: alimento "in-natura", alimento enriquecido, alimento dietético, alimento de fantasia ou artificial, alimento irradiado, alimento sucedâneo, aditivo incidental, produto alimentício coadjuvante, padrão de identidade e qualidade, rótulo, embalagem, análise de controle, análise prévia, órgão competente, laboratório oficial, estabelecimento e autoridade fiscalizadora competente.

Art. 15 - Os gêneros alimentícios que sofram processo de acondicionamento ou industrialização na forma estabelecida nesta Lei, antes de serem dados ao consumo, ficam sujeitos a registro no órgão oficial e / ou exame prévio, análise fiscal e análise de controle.

Art. 16 - Em todas as fases de processamento, desde as fontes de produção até o consumidor, os alimentos, bem como quaisquer substâncias, insumos e outros que entrem na sua composição, deverão estar livres e protegidos de contaminação física, química e biológica, proveniente do homem, dos animais e meio ambiente.

§ 1º - Os produtos, substâncias, insumos ou outros devem ser oriundos de fontes aprovadas ou autorizadas pela autoridade sanitária competente, devendo ser apresentados em perfeita condições de consumo e uso.

§ 2º - Os alimentos perecíveis deverão ser transportados. Armazenados, depositados e expostos à venda sob condições de temperatura, umidade, ventilação e luminosidade que os protejam de deteriorações e contaminações.

Art. 17 - O destino final de qualquer produto considerado impróprio para o consumo humano será obrigatoriamente fiscalizado pela autoridade sanitária, que poderá recomendar o seu aproveitamento alternativo, mediante laudo técnico de inspeção.

Art. 18 - O alimento interditado ou apreendido, depois de procedida análise por laboratório oficial ou credenciado ou ainda, da expedição de laudo técnico de inspeção, ficar constatado ser próprio para o consumo poderá ser distribuído a instituições públicas ou privadas, desde que beneficentes, de caridade ou filantrópicas.

§ Único - Igual procedimento deverá se aplicado aos produtos e subprodutos de animais abatidos e aos demais gêneros alimentícios ou cuja procedência não possa ser comprovada.

Art. 19 - Todos os estabelecimentos onde se fabriquem, produzam, preparem, beneficiem, acondicionem ou vendam alimentos, ficam sujeitos as disposições deste Código e suas normas técnicas e só poderão funcionar mediante a expedição de Licença para Funcionamento (Alvará), expedida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º - A Licença prevista neste artigo, renovável anualmente, será concedida após fiscalização e inspeção, devendo ser exposta em lugar visível no estabelecimento e será expedida pelo órgão próprio a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º - Nos estabelecimentos mencionados no caput deste artigo, será obrigatória a Caderneta de Inspeção Sanitária, que ficará a disposição da fiscalização, em lugar visível.

Art. 20 - Além da licença de funcionamento (Alvará Sanitário), ficarão ainda que sujeitos à regulamentação específica, na forma prevista nesta Lei e nas normas técnicas especiais, todos os estabelecimentos que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e preservação da Saúde pública, individual e coletiva.

## LIVRO II- PARTE ESPECIAL

### Título I

#### Das Normas Especiais

##### Capítulo I

###### Das Disposições Preliminares

Art. 21 - O controle sanitário do Município de Cordilheira Alta tem por finalidade a prevenção e resolução dos problemas sanitários através de orientação, inspeção e fiscalização:

I - Da higiene de habitações, seus anexos e lotes vagos;

II - Da qualidade das condições de higiene dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestacionais e similares, bem como daqueles de peculiar interesse da Saúde Pública;

III - Das condições de higiene da produção, conservação, manipulação, beneficiamento, fracionamento, acondicionamento, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização e consumo de alimento em geral e do uso de aditivos alimentares;

IV - Dos mercados, feiras livres, comércio ambulante de alimentos e congêneres;

V - Das condições sanitárias dos logradouros públicos dos locais de esporte e recreação, dos acampamentos públicos, bem como dos estabelecimentos de diversões em geral;

VI - Das condições sanitárias dos hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos similares;

VII - Das condições sanitárias das barbearias, salões de cabeleireiros de beleza, academias de ginástica e dos estabelecimentos afins;

VIII - Das condições sanitárias das lavanderias para uso público;

IX - Das condições sanitárias das casas de banhos, massagens, saunas e estabelecimentos afins para uso público;

X - Das condições de saúde e higiene das pessoas que trabalhem em estabelecimentos sujeitos à Licença para Funcionamento (Alvará);

XI - Das condições das águas destinadas ao consumo público e privado;

XII - Das condições sanitárias da coleta e destino das águas servidas e esgotos sanitários;

XIII - Das condições sanitárias decorrentes da coleta, transporte e destino do lixo e refugos industriais, domiciliares e outros;

XIV - Das condições sanitárias dos abrigos destinados a animais, localizados no território do Município;

XV - Das agências funerárias e velórios;

XVI - Outras condições sanitárias de interesse da coletividade em geral não especificadas nos incisos anteriores.

§ Único - Excetuando as habitações em geral, na forma prevista no inciso I, todos os estabelecimentos regulados no presente artigo, deverão possuir Licença para Funcionamento (Alvará), renovável anualmente junto ao Setor Competente de Fiscalização Sanitária do Departamento Municipal de Saúde.

## Capítulo II

### Do Saneamento Básico

Art. 22 - Compete ao órgão responsável pelo abastecimento de água o exame periódico de suas redes e demais instalações com o objetivo de constatar a possível existência de fatores que possam prejudicar a saúde da comunidade.

Art. 23 - A fiscalização e controle do exato cumprimento dos procedimentos referidos no artigo anterior serão exercidos em todo o território do Município pela Secretaria Municipal de Saúde, através de seu órgão próprio, em articulação com autoridades do Departamento de Estado de Saúde e do Ministério da Saúde.

§ Único - Sempre que o órgão competente da saúde pública Municipal detectar existência de anormalidades ou falhas no sistema de abastecimento de águas e esgoto, oferecendo risco à saúde, comunicará o fato aos responsáveis para imediatas medidas corretivas.

## Seção I

### Das Águas de Abastecimento Público Privado

Art. 24 - É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede pluvial de abastecimentos de água, sempre que existente (art. 45, da Lei Federal nº 11.445/2007).

§ Único - Ficam os estabelecimentos comerciais ou industriais

obrigados às disposições constantes desta seção, naquilo que couber e a critério da autoridade competente.

Art. 25 - Todos os estabelecimentos de água potável deverão sofrer limpeza e desinfecção periódica de preferência com cloro ou seus componente ativos, e permanecer devidamente tampados.

Art. 26 - A execução de instalações adequadas de abastecimento de águas potável é de obrigação do proprietário, cabendo ao ocupante a manutenção das instalações hidráulicas e de armazenamento, permanentemente, em bom estado de conservação e funcionamento.

Art. 27 - Serão permitidas soluções individuais para fornecimento de água potável, desde que não haja sistema de abastecimento de água, observada às condições higiênicas deste artigo e regulada em normas técnica específicas (art. 45, § 2º da Lei Federal nº 11.445/2007).

§ 1º - Os poços deverão ficar situados em nível superior ao das fontes de contaminação.

§ 2º - Não será permitida a abertura de poços a uma distância inferior a 15 (quinze) metros de focos de contaminação.

§ 3º - Todo poço escavado deverá possuir:

a) Paredes impermeabilizadas até 03 (três) metros de profundidade, no mínimo;

b) Tampa de concreto;

c) Extração de água por meio de bomba elétrica ou manual;

d) Dispositivo que desvie as águas pluviais e calçada de cimento em torno do poço com um caimento tal que evite a acumulação de águas nessa calçada.

§ 4º - Nas regiões periféricas e faveladas poderão ser tomadas outras medidas técnicas de acordo com o interesse e a conveniência da saúde pública.

## Seção II

### Das Águas Servidas e Redes Coletoras de Esgoto

Art. 28 - Todos os prédios residenciais, comerciais, industriais ou instalações em logradouros públicos, localizados em áreas servidas pelo sistema oficial da coleta de esgotos serão obrigados a fazer as ligações ao respectivo sistema, aterrado e isolando fossas existentes (art. 45, da Lei Federal nº 11.445/2007).

§ Único - A execução de instalações domiciliares adequadas de remoção de esgotos é de obrigação do proprietário, cabendo ao ocupante a manutenção das referidas instalações permanentemente em bom estado de conservação e funcionamento.

Art. 29 - Toda ligação clandestina de esgoto de qualquer espécie ficam obrigados a fazer uso de fossas sépticas para tratamento de esgoto com adequado destino final dos efluentes desde que não haja rede oficial coletora de esgoto de acordo com as normas técnicas.

§ Único - Todo prédio que utilizar fossa séptica parta tratamento de seu esgoto será obrigado a manter a mesma em perfeito estado de conservação e funcionamento, providenciando a sua limpeza, através de seus responsáveis.

Art. 30 - Toda empresa prestadora de serviços de "Limpa Fossa" e "Desentupimento" deverá ser registrada na Secretaria Municipal de Saúde.

§ Único - Para seu licenciamento as empresas deverão apresentar projeto de destinação dos efluentes coletados, juntamente com as licenças ambientais e de funcionamento expedidas pelos Órgãos competentes.

## Seção III

### Da Coleta e Disposição de Resíduos

Art. 31 - São considerados resíduos especiais àqueles que, por sua constituição, apresentem riscos maiores para a população, assim definidos:

a) Resíduos hospitalares;

b) Resíduos de laboratórios de análises e patologias clínicas;

c) Resíduos de farmácia e drogarias;

d) Resíduos químicos;

e) Resíduos radioativos;

f) Resíduos de clínicas e hospitais e veterinários;

g) Resíduos de consultórios médicos e odontológicos;

§ 1º - Resíduos de laboratórios de análises e patologias clínicas deverão estar acondicionados em recipientes à sua natureza de maneira a não contaminarem as pessoas e o ambiente.

§ 2º - Resíduos especiais de que trata o caput deste artigo serão acondicionados em recipientes resistentes de forma a impedirem vazamento, não podendo ser colocados em vias públicas, sendo recolhidos dentro do estabelecimento de procedência, no qual será guardado em local seguro e inacessível ao público;

§ 3º - Os recipientes deverão ser de sacos plásticos de cor leitoso, volume adequado, resistente, sendo lacrado com fita crepe ou arame plastificado.

§ 4º - As agulhas e outros materiais cortantes ou perfurantes deverão ser colocados em caixas antes de serem acondicionados em sacos plásticos.

Art. 32 - É proibido deixar no solo qualquer resíduo sólido ou líquido, inclusive dejetos, sem permissão da autoridade sanitária, quer se trate de propriedade pública ou particular.

§ 1º - A autoridade sanitária deverá aprovar os projetos do destino final do lixo, fiscalizando a sua execução, operação e manutenção.

§ 2º - O solo poderá ser utilizado para o destino final de resíduos sólidos (lixo) desde que sua disposição seja feita por meio de aterros sanitários.

§ 3º - Na execução e operação dos aterros sanitários devem ser tomadas medidas adequadas visando à proteção do lençol de água subterrâneo, ou de qualquer manancial, a juízo da autoridade sanitária.

§ 4º - Não é permitido o depósito final do lixo em aterros sanitários, quando estes não dispuserem de mecanismos apropriados de drenagem e tratamento do percolato e de cota dos gases produzidos no aterro.

§ 5º - A disposição no solo de resíduos sólidos ou líquidos, que contenham substâncias tóxicas, venenosas, após aprovação prévia, pela autoridade sanitária, das medidas que a mesma determinar.

Art. 33 - O resíduo deve ser acumulado em recipientes plásticos ou, quando em volumes acima de 100 (cem) litros em recipientes providos de tampa, construídos de material resistente e não corrosível ou outro aprovado pelos órgãos técnicos, sendo vedado dispor resíduos sólidos (lixo) em depósito aberto.

Art. 34 - A coleta e o transporte de resíduos serão feitos em veículos contendo dispositivos que impeçam, durante o trajeto, a queda de partículas nas vias públicas.

Art. 35 - A aprovação de qualquer solução pretendida par o destino final de resíduo que não conste neste Código, ficará a critério da autoridade sanitária e das disposições contidas em Normas Técnicas Especiais.

§ 1º - O resíduo não poderá ser utilizado quando "in-natura", para alimentação de animais, nem depositado sobre o solo, lançado em água de superfícies, bem como queimado ao ar livre.

§ 2º - É terminantemente proibido o acúmulo nas habitações e nos terrenos a elas pertencentes, bem como ainda em terrenos vazios, de resíduos alimentares ou qualquer outro material desse tipo que contribua para a proliferação das larvas de moscas e de outros insetos e animais daninhos.

## Título II

### Das Fontes Ionizantes

#### Capítulo I

#### Disposições Gerais

Art. 36 - Cabe à Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, o controle e fiscalização das fontes ionizantes no Município, de acordo com as Normas Técnicas Gerais, estabelecidas pelo Ministério da Saúde ou outras que vierem a ser baixadas.

§ Único - Fica como responsável pela elaboração das Normas Técnicas Especiais para o Município Cordilheira Alta, na forma deste

artigo.

## Capítulo II

### Das Farmácias, Drogarias, Ervanários e Similares

#### Seção I

##### Do Comércio Farmacêutico

Art. 37 - O comércio de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos é privativo dos estabelecimentos definidos no artigo 46 deste Código, devidamente licenciados, sendo que a dispensação de medicamentos somente é permitida a:

I - Farmácia;

II - Drogaria;

II - Dispensário de Medicamento;

Art. 38 - É permitido às farmácias o drogarias exercerem o comércio de determinados correlatos, como aparelhos e acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética, produtos utilizados para fins de diagnósticos e analíticos de higiene pessoal ou de ambiente, cosméticos e perfumes, dietéticos, produtos odontológicos e outros, desde que observada a Legislação Federal, especialmente a Lei nº 6.360, de 23 de outubro de 1976, a Legislação Estadual, este Código e suas Normas Técnicas Especiais.

Art. 39 - É facultado à farmácia ou drogaria prestar serviço de aplicação de injeções ao público, devendo este ser exercido por técnico habilitado, observada a prescrição médica.

§ 1º - Para os efeitos desse artigo, o estabelecimento deverá ter lugar privativo, equipamentos e acessórios apropriados, e cumprir os preceitos sanitários pertinentes.

§ 2º - É proibido o uso de seringas e agulhas não descartáveis, bem como a reutilização das descartáveis, em farmácias e drogarias.

Art. 40 - A farmácia poderá manter laboratório de análises clínicas, desde que em dependência distinta e separada, e sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

Art. 41 - É privativo das farmácias e dos herbanários ou ervanários à venda de plantas medicinais, a qual somente poderá ser efetuada.

Art. 42 - Não poderão ser entregues ao consumo ou expostos à venda, as drogas, os medicamentos, os insumos farmacêuticos e os correlatos que não tenham sido registrados pelo Ministério da Saúde.

Art. 43 - É permitido a outros estabelecimentos, que não farmácias e drogarias, a venda de produtos ou correlatos, não enquadrados no conceito de drogas, medicamentos ou insumos farmacêuticos, e que independem de prescrição médica.

#### Seção II

##### Do Conceito de Medicamentos Homeopáticos

Art. 44 - O comércio dos medicamentos homeopáticos está sujeito ao mesmo controle dos medicamentos alopáticos, na forma deste Código, observadas as suas peculiaridades.

§ 1º - A farmácia homeopática só poderá manipular as fórmulas oficiais e magistrais, com obediência à farmacotécnica homeopática.

§ 2º - A manipulação de medicamentos homeopáticos que não conste da farmacopéia ou dos formulários homeopáticos depende de aprovação do Ministério da Saúde.

§ 3º - A aprovação de que trata o parágrafo anterior será requerida pelo representante legal da empresa proprietária do estabelecimento farmacêutico ao Ministério da Saúde.

§ 4º - O pedido constituirá processo próprio, cuja decisão favorável dará lugar a licença do produto.

Art. 45 - É permitido às farmácias homeopáticas manter seções de vendas de correlatos e de medicamentos homeopáticos, desde que estejam acondicionados em suas embalagens originais.

#### Seção III

##### Do Licenciamento

Art. 46 - O comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, seja de dispensação, representação, distribuição, importação ou exportação, somente poderá ser exercido por estabelecimentos licenciados pelo Ministério da Saúde, em conformidade com o disposto nas Legislações Federais, Legislações Estaduais, deste Código e normas complementares.

Art. 47 - O pedido de licença para funcionamento dos estabelecimentos mencionados no artigo anterior será dirigido pelo representante legal da empresa ao responsável pelo órgão de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, instruído com:

I - Prova de constituição da empresa;

II - Prova de relação contratual entre a empresa e o seu responsável técnico, caso este não integrar a empresa na qualidade de sócio;

III - Prova de habilitação legal para o exercício da responsabilidade técnica dos estabelecimentos expedida pelo Conselho Regional de Farmácia.

§ 1º - Tratando-se de licença para o funcionamento de farmácias e drogarias deverá acompanhar ao pedido, a planta e / ou projeto do estabelecimento, assinado por profissional habilitado.

§ 2º - Tratando-se de herbanário ou ervanário, o pedido de licenciamento será acompanhado de prova de constituição da empresa.

Art. 48 - São as condições para o licenciamento das farmácias e drogarias:

I - Localização conveniente, sob o aspecto sanitário;

II - Instalação independente e equipamento que satisfaçam aos requisitos técnicos da manipulação;

III - Assistência de técnico responsável.

Art. 49 - A licença dos estabelecimentos de que trata esta seção será válida pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser revalidada por períodos iguais e sucessivos.

§ Único - As filiais ou sucursais dos estabelecimentos já licenciados serão considerados comunidades autônomas para efeito do licenciamento.

Art. 52 - A revalidação da licença deverá ser requerida até 90 (noventa) dias antes do término de sua vigência.

§ 1º - Somente será concedida a revalidação, se constatado o cumprimento das condições para a licença, através de inspeção realizada pela autoridade sanitária competente.

§ 2º - Se a autoridade sanitária não decidir sobre o pedido de revalidação antes do vencimento do prazo de licença em vigor, considerar-se-á automaticamente prorrogada aquela até a data de decisão.

Art. 51 - O prazo de validade da licença, ou de sua revalidação, não será interrompida pela transferência de propriedade, pela alteração da razão social da empresa ou do nome do estabelecimento, sendo porém, obrigatória a comunicação dos fatos referidos ao órgão sanitário competente, acompanhada de documentação probatória par averbação.

Art. 52 - A mudança de estabelecimento farmacêutico para local diverso daquele constante na licença, não interromperá a vigência desta, ou de sua revalidação, mas ficará condicionada à prévia aprovação do órgão competente.

Art. 53 - O estabelecimento de dispensação que deixar de funcionar por mais de 120 (cento e vinte) dias, terá sua licença cancelada.

§ Único - O cancelamento da licença resultará de despacho fundamentado. Após vistoria pela autoridade sanitária competente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 54 - As licenças poderão ser suspensas cassadas ou canceladas no interesse da saúde pública, a qualquer tempo, por ato da autoridade Sanitária competente da Secretaria Municipal de Saúde.

§ Único - No caso previsto neste artigo, a sanção será imposta em decorrência de processo administrativo instaurado pelo órgão sanitário no qual se assegure ampla defesa aos responsáveis.

#### Seção IV

##### Da Assistência e Responsabilidade Técnica



Art. 55 - As farmácias e drogarias terão, obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, na forma de Lei.

Art. 56 - Os estabelecimentos de representação, distribuição, importação e exportação, somente serão licenciados se contarem com assistência e responsabilidade técnica de farmacêuticos.

Art. 57 - A responsabilidade técnica do estabelecimento será comprovada através de declaração constante em cláusula específica do registro de firma individual, no estatuto ou contrato social em se tratando de sociedade ou pelo contrato de trabalho com o profissional responsável.

§ Único - Cessada a assistência pelo término ou alteração da declaração de firma individual, contrato social ou estatutos de pessoas jurídicas ou pela rescisão do contrato, o período em que deu assistência ao estabelecimento.

#### Seção V Da Fiscalização

Art. 58 - O observado o disposto na Legislação Federal, especialmente o contido na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, seu regulamento e demais textos em vigor, a Secretaria Municipal de Saúde, através do órgão sanitário competente, exercerá permanente fiscalização e controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, inclusive sobre o receituário e a venda destinados ao consumo público.

§ 1º - No caso de dúvidas nos rótulos, bulas e acondicionamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos serão apreendidas duas unidades do produto, das quais uma será para exame no órgão sanitário competente do Ministério da Saúde ficando a outra em poder do detentor do produto, lavrando-se o respectivo termo de apreensão em duas vias, que serão assinadas pelo agente fiscalizador e responsável técnico pelo estabelecimento ou seu substituto eventual, e, na ausência destes, por duas testemunhas.

§ 2º - O receituário de medicamentos entorpecentes ou a estes equiparados e os demais, sob regime especial de controle, de acordo com a sua classificação obedecerá às disposições da Legislação Federal específica e normas complementares a essa.

§ 3º - A receita de qualquer medicamento, sob pena de não avia-da, deverá observar os seguintes requisitos:

I - Ser escrita em tinta ou datilografada, em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;

II - Conter o nome e endereço residencial do paciente expressamente, e o modo de uso da medicação;

III - Data e assinatura do profissional, endereço do consultório ou da residência e o número da inscrição no respectivo Conselho Profissional, bem como, ainda, no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

§ 4º - A receita e código para aviamento em farmácia privativa da instituição, somente poderá ser prescrita por profissional vinculado à unidade hospitalar.

§ 5º - Quando a dosagem de medicamento prescrito ultrapassar os limites farmacológicos ou a prescrição apresentar incompatibilidade, o responsável técnico pelo estabelecimento solicitará confirmação expressa ao profissional que a prescreveu.

Art. 59 - As farmácias, as drogarias e os dispensários de medicamentos deverão ter livro próprio,. Segundo modelo oficial, destinados ao registro do receituário de medicamentos sob regime de controle sanitário especial.

Art. 60 - O Departamento Municipal de Saúde, através do órgão sanitário competente, fará o recolhimento dos medicamentos sob regime de controle especial que estiverem com o prazo de validade vencidos, mediante laudo de apreensão.

Art. 61 - As farmácias e drogarias serão obrigadas a plantão, pelo sistema de rodízio, para atendimento ininterrupto à comunidade, consoante normas a serem baixadas pelo o Departamento Municipal de Saúde, observadas as prescrições do Código de Posturas

do Município.

Art. 62 - Os locais para instalação de farmácias e drogarias obedecerão às exigências especificadas em Normas Técnicas a serem baixadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Código de Posturas do Município.

#### Capítulo III

Doas Produtos Saneantes e dos Estabelecimentos Aplicadores de Saneantes Domissanitários

Art. 63 - A empresa que tenha por atividade a fabricação de produtos saneantes, como definidos na Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, somente poderá funcionar mediante a licença do órgão sanitário Municipal, observado o disposto da Legislação Federal pertinente.

Art. 64 - Os produtos saneantes domissanitários e congêneres somente poderão ser fabricados, manipulados, beneficiados, acondicionados, armazenados e expostos à venda. Após terem sido licenciados pelo órgão federal de saúde.

§ Único - Considera-se produto domissanitários o desinfetante ou congêneres destinados à aplicação ao em objeto inanimados e em ambientes.

Art. 65 - A direção técnicas dos estabelecimentos industriais de produtos saneantes deverá ser exercida por profissional devidamente habilitado, inscrito no Conselho de Classe e no órgão de saúde do Município.

Art. 66 - Para obtenção do Alvará de licença junto ao órgão de saúde Municipal, deverá ser apresentada à documentação abaixo, satisfazendo as exigências relativas às instalações e dependências para indústrias químicas e farmacêuticas em geral, bem como ainda localizar-se em prédio isolado de residências:

I - Prova de constituição de empresa;

II - Contrato de trabalho com o responsável quando for o caso.

Art. 67 - Para a fabricação, manipulação, comércio e aplicação dos produtos saneantes, além destas determinações legais, serão, observadas fielmente as estabelecidas pela Legislação Federal específica e suas Normas Técnicas Especiais.

Art. 68 - A desinsetização e desratização em domicílio ou em ambiente de uso coletivo, só poderão ser executadas por empresas devidamente licenciadas pelo órgão sanitário competente do Município.

Art. 69 - Os estabelecimentos mencionados neste capítulo deverão contar com responsável técnico habilitado na forma da Lei.

Art. 70 - As empresas que fizerem desinfecção, desinsetização e desratização só podem usar produtos licenciados e devem fornecer, após a execução de seus serviços, certificado de trabalho realizado, constando o nome, os caracteres dos produtos ou misturas que utilizarem, nome do responsável técnico, número do registro no respectivo Conselho Regional, endereço da empresa e o número da inscrição estadual e municipal, se for o caso.

§ Único - No caso de mistura, deverão ser fornecidas as proporções dos componentes da mesma.

Art. 71 - Para registro e licenciamento das empresas de que tratam os artigos anteriores, junto ao órgão de saúde competente, observar-se-á:

I - Prova de constituição de empresa;

II - Relatório assinado pelo responsável técnico sobre os produtos a serem usados ou misturados, indicando nome, fabricante, número de licença no órgão federal, sua propriedades e caracteres, assim como de outras substâncias aditivas e técnicas de preparação.

§ Único - O relatório será arquivado no órgão de saúde fiscalizador, juntamente com os demais documentos de constituição da empresa.

Art. 72 - O responsável técnico habilitado que requerer a licença e registro para funcionamento dos estabelecimentos em causa, deverá pedir baixa de sua responsabilidade quando deixar a direção técnica, ficando a empresa na obrigação de apresentar outro responsável, sem o qual a empresa não poderá funcionar, não

podendo, ainda, as misturas usadas serem preparadas para tal finalidade, ficando sujeitos à multa e interdição temporária do estabelecimento até a devida regularização, no caso de inobservância do disposto neste artigo.

Art. 73 - Além das disposições previstas neste Código, deverão ser observadas as determinações constantes na Legislação Estadual e Federal, para aplicação de inseticidas e congêneres de uso domiciliar.

#### Capítulo IV

Dos Laboratórios de Análises Clínicas ou Patologia Clínica, de Hematologia, de Anatomia Patologia, de Citologia, de Líquido Cefalorraquidiano, de Radiosotopologia e Congêneres

Art. 74 - Os laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica, de hematologia clínica, de anatomia patológica, de citologia, de líquido Cefalorraquidiano, de Radiosotopologia "in-vitro" e "in-vivo" e congêneres somente poderão funcionar no Município depois de licenciados, com suas especializações de serviço, exigindo-se termo de responsabilidade legalmente habilitados para cada área de serviço, exigindo-se termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente e com pessoal técnico habilitado.

§ 1º - A presença do responsável técnico ou do seu substituto legal será obrigada durante todo o horário de funcionamento.

§ 2º - Os estabelecimentos a que se refere este artigo poderão funcionar com mais de uma especialização, desde que contenha pessoal legalmente habilitado para cada uma delas, disponham de equipamentos apropriados e mantenham controles e desempenhos compatíveis com as suas finalidades institucionais.

Art. 75 - Os estabelecimentos de que tratam este capítulo deverão manter livros próprios, visados pela autoridade sanitária, destinados ao registro de todos os resultados positivos de exames realizados para o diagnóstico de doenças de notificação compulsória, indicando todos os dados sobre a qualificação do paciente e o material examinado.

#### Capítulo V

Dos Laboratórios Industriais, Farmacêuticos, dos Produtos de Toucador

Art. 76 - Os estabelecimentos enquadrados como laboratórios industriais, farmacêuticos, dos produtos de toucador e congêneres deverão ter farmacêutico ou responsável técnico.

§ Único - O farmacêutico ou responsável técnico, poderá ter um substituto legal, desde que aprovado pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia e da autoridade sanitária Municipal.

Art. 77 - Quando o farmacêutico não for proprietário ou sócio da firma, a direção técnica será efetivada mediante contrato de prestação de serviço, aprovado pelo Conselho Regional de Farmácia e o órgão sanitário, respectivamente.

Art. 78 - Os laboratórios industriais, farmacêuticos que fabricarem preparados oficiais, solutos injetáveis e especializados farmacêuticos contendo entorpecentes, ou outros produtos a estes equiparados, bem como outros sujeitos à fiscalização de que cogita a legislação vigente sobre tais produtos, somente poderão funcionar munidos de licença especial.

Art. 79 - Para fabricação ou manipulação de produtos injetáveis ou de produtos outros que exijam preparo asséptico, deverá haver câmara ou sala especial destinada a este fim.

§ 1º - A câmara ou sala destinada aos fins previstos neste artigo, será independente e terá piso de cerâmica ou material impermeável similar, de cor clara, paredes com revestimentos de azulejo branco do piso ao teto, forros pintados em cores claras, cantos arredondados, sem arestas vivas, tudo de modo a permitir asseio rigoroso e fácil.

§ 2º - As salas de manipulação serão providas de mesas revestidas de azulejos ou material equivalente a do instrumental e aparelhagem necessários ao enchimento de ampolas e a outras práticas

que se processarem nas referidas salas.

Art. 80 - Para o registro, licenciamento e funcionamento de laboratórios, industriais de produtos farmacêuticos e químicos relacionados à saúde, além das exigências especificadas nesta lei, sem prejuízo do disposto da Legislação Federal específica em vigor.

#### Seção I

##### Das Especialidades Farmacêuticas

Art. 81 - Especialidades Farmacêuticas são todas as formas farmacêuticas de fórmula invariável com denominação especial, para ser dada ao consumo em embalagem original e finalidade terapêutica ou profilática.

Art. 82 - É terminantemente proibido fabricar, manipular ou vender preparados secretos e atribuir aos licenciados propriedades curativas ou higiênicas que não tenham sido mencionados nas licenças, relatórios, rótulos e bulas respectivas.

§ Único - Para que um preparado não seja considerado secreto é necessário que esteja como especialidade farmacêutica ou seja oficial.

Art. 83 - A especialidade farmacêutica só poderá ser entregue ao consumo depois de licenciada pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia e cumpridas as exigências para tal fim conforme determinado na Legislação Federal.

Art. 84 - A venda ou comercialização de especialidades farmacêuticas, bem como outros produtos destinados ao uso farmacêutico é expressamente proibida no território do Município, sob pena de apreensão e inutilização dos mesmos, além da aplicação de penalidades na forma da Lei.

Art. 85 - Ao órgão competente da fiscalização de saúde do Município caberá a apreensão, interdição ou inutilização das especialidades farmacêuticas que estiverem em desacordo com as normas do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia obedecendo a Legislação Federal.

#### Seção II

##### Dos Laboratórios de Produtos Biológicos

Art. 86 - São considerados laboratórios para fabricação de produtos biológicos, os laboratórios de soro e vacinas, bacteriófagos, hormônios e vitaminas naturais ou sintéticas, fermentos e outros produtos dessa natureza, cuja conservação exija cuidados especiais.

§ Único - Os laboratórios de produtos biológicos ficam sujeitos a todas as exigências dos laboratórios fabricantes de produtos farmacêuticos, quanto à sua organização, instalação, pessoal, funcionamento, licenciamento e às especiais previstas nesta seção.

Art. 87 - Somente sob a responsabilidade de médicos ou farmacêuticos especializados poderão ser fabricados soros, vacinas, bacteriófagos, toxóides, e quaisquer outros produtos destinados à imunização ativa ou passiva.

Art. 88 - Somente sob responsabilidade de médicos ou farmacêuticos químicos e biológicos especializados poderão ser fabricados vitaminas, hormônios, substâncias estrogênicas artificiais e produtos congêneres.

Art. 89 - Os laboratórios fabricantes de hormônios naturais e produtos homoterápicos deverão recolher nas condições técnicas adequadas, o material necessário àquela fabricação, fazendo-o no próprio local, logo após o sacrifício do animal.

§ 1º - Os matadouros devidamente licenciados e fiscalizados, poderão fornecer aos laboratórios os órgãos colhidos e mantidos em condições satisfatórias e refrigerados.

§ 2º - Tais estabelecimentos deverão manter um médico-veterinário como responsável técnico.

Art. 90 - Para funcionarem, os estabelecimentos a que se referem os artigos anteriores deverão obedecer as seguintes condições:

I - Ter local independente destinado exclusivamente à manipulação ou ao fabrico do produto;

II - Dispor de local especial e dos aparelhos, utensílios e vasilhames

necessários à fabricação dos produtos e ensaio das matérias-primas utilizadas.

Art. 91 - Quando os laboratórios procederem à fabricação ou à manipulação de produtos injetáveis ou de outros que exijam preparo asséptico, haverá câmara ou sala especial destinada a este fim.

Art. 92 - Os laboratórios fabricantes de produtos biológicos deverão ter capacidade suficiente para assegurar a conservação dos produtos e da matéria-prima existentes.

Art. 93 - Quando às suas instalações e dependências, deverão ser observadas as mesmas exigências para as indústrias químicas e farmacêuticas.

### Seção III Dos Produtos de Toucador

Art. 94 - Consideram-se produtos de toucador, as preparações que, sem causar irritações à pele e nem danos ao organismo e observadas às respectivas instruções, são extremamente ou em ambientes, consoante suas finalidades estéticas, protetoras, higiênicas ou odoríferas.

§ Único - Qualificam-se como produtos de toucador os cosméticos, os produtos de higiene, perfume e congêneres, conforme as conceituações e definições constantes da Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e seu Regulamento, além de outros diplomas legais posteriores.

Art. 95 - Os produtos de toucador como qualificados na Legislação Federal específica que interessam à medicina e a saúde pública, somente, poderá ser fabricados, manipulados, beneficiados, acondicionados e expostos à venda, no Município de Cordilheira Alta, mediante licença dos órgãos sanitários Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 96 - Toda empresa, especializada ou não, que mantiver em estoque cosméticos, produtos de higiene, perfumes e congêneres destinados a comércio em geral, esta sujeita ao registro, licenciamento e fiscalização do órgão de saúde do Município.

Art. 97 - Para a fabricação, manipulação, beneficiamento de produtos de toucador, além da licença expedida pelos órgãos de saúde Federal, Estadual e Municipal, os responsáveis deverão contar com direção técnica de farmacêutico habilitado e ainda atender às exigências quanto às instalações e dependências a que estão sujeitas as indústrias químicas e farmacêuticas.

§ Único - Poderá também o químico, devidamente habilitado, responder pela direção técnica e pela fabricação de produtos de toucador, quando estes se constituírem do grupo dos chamados preparados inócuos, de acordo com a classificação específica na Legislação Federal pertinente.

Art. 98 - Além do cumprimento das disposições enumeradas para controle de fabricação e venda de produtos de toucador, aplicar-se-á, também, as contidas na Legislação Federal atinente à matéria e em Normas Técnicas Específicas.

### Capítulo VI Dos Institutos e Clínicas sob Responsabilidade Médica

Art. 99 - Os institutos e clínicas de beleza sob a responsabilidade médica são estabelecimentos que se destinam exclusivamente a tratamento com finalidade estética, envolvendo atividades que só podem ser exercidas por profissionais legalmente habilitados.

Art. 100 - Os estabelecimentos de que trata este capítulo terão livro próprio com folhas numeradas e com termo de abertura e encerramento, autenticados pela autoridade sanitária competente e por esta rubricada, destinada ao registro diário das prescrições médicas, indicando, obrigatoriamente, a data, o nome do médico que prescrevem, o número de inscrição do Conselho Regional de Medicina e o endereço do consultório ou residência.

Art. 101 - O responsável médico pelo instituto ou clínica de beleza, quando não for o proprietário, deverá apresentar contrato de trabalho ao órgão de vigilância sanitária competente para anotação.

### Capítulo VII Dos Estabelecimentos de Assistência Odontológica

Art. 102 - Os estabelecimentos de assistência Odontológica oficiais e particulares, terão livro próprio, com termo de abertura e encerramento, autenticados pela autoridade sanitária competente e por esta devida mente rubricados, para registro diário do nome do paciente atendido e do profissional que o atendeu, com número de inscrição no Conselho Regional de Odontologia.

Art. 103 - Os estabelecimentos de assistência Odontológica deverão possuir imóvel adequado, aparelhos, equipamentos, instrumentos, vasilhames, lavatórios com água encanada e todos os meios necessários às suas finalidades, a critério da autoridade sanitária competente, devendo ser mantidos em perfeitas condições de higiene.

Art. 104 - Os responsáveis pelos estabelecimentos a que se refere o artigo anterior, quando não forem os proprietários, deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente para anotação.

Art. 105 - Todos os consultórios odontológicos particulares, as clínicas, policlínicas, prontos-socorros e hospitais odontológicos, bem como quaisquer outras instituições relacionadas com a odontologia, só poderão funcionar com a prévia licença da repartição sanitária competente.

§ 1º - Nos estabelecimentos mencionados neste artigo, em que haja radiologia, observar-se-ão, rigorosamente, as exigências mínimas de proteção, estabelecidas na Legislação Federal em vigor e em Normas Técnicas Especiais, a critério da autoridade sanitária competente, sempre que julgar necessário.

§ 2º - Todos os consultórios dentários são obrigados a possuir fichário odontológico de seus clientes.

### Capítulo VIII Dos Laboratórios e Oficinas de Prótese Odontológica

Art. 106 - Os laboratórios e oficinas de prótese Odontológica licenciados, somente poderão funcionar com a presença obrigatória do profissional responsável ou substituto habilitado.

Art. 107 - Os laboratórios e oficinas de prótese Odontológica além de instalações adequadas deverão possuir aparelhos, instrumentos, vasilhames, e todos os meios necessários às suas finalidades, mantidos em perfeitas condições de higiene.

Art. 108 - O laboratório ou oficina de prótese Odontológica que não for utilizado exclusivamente pelo cirurgião-dentista, não poderá ter comunicação com o consultório dentário.

Art. 109 - Os laboratórios e oficinas de prótese Odontológica. Oficiais ou particulares terão livro próprio com suas folhas numeradas, contendo termo de abertura e encerramento, assinado pela autoridade sanitária competente destinada ao registro diário de todos os trabalhos realizados, indicando obrigatoriamente a data e o nome de cirurgião-dentista e o endereço do seu consultório ou residência.

Art. 110 - Os responsáveis pelos estabelecimentos quando não forem sócios ou proprietários, deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente para anotação.

### Capítulo IX Das Casas de Artigos Cirúrgicos, Ortopédicos, fisioterápicos e Odontológicos

Art. 111 - Nenhum estabelecimento de fabricação ou venda de aparelhagem ortopédica poderá instalar-se ou funcionar no Município sem a prévia licença do órgão sanitário competente.

Art. 112 - Para o licenciamento a que se refere o artigo anterior, será necessário requerimento do responsável, acompanhado da seguinte documentação:

I - Prova de constituição da empresa;

II - Prova de habilitação ortopédica;

§ Único - Para habilitação a que se refere o inciso II, é necessário:



I - Apresentação de atestado firmado por dois (2) médicos ortopedistas, com firma reconhecida, dizendo a capacidade do profissional na atividade;

II - Certificado de especialização ou estágio expedido por instituições ou empresas especializadas onde o interessado tenha adquirido aptidão adequada.

Art. 113 - Os estabelecimentos de que trata este capítulo, não podem vender qualquer tipo de aparelhagem ortopédica sem a devida prescrição autenticada pela autoridade sanitária competente.

Art. 114 - As sucursais ou filiais dos estabelecimentos de fabricação ou venda de aparelhos ortopédicos, são considerados como estabelecimentos.

Art. 115 - É vedado aos estabelecimentos que fabriquem ou comercializem produtos ortopédicos, vender ou aplicar aparelhos protéticos, contensivos, corretivos ou imobilizadores, sem a respectiva prescrição médica.

Art. 116 - Os estabelecimentos que fabriquem ou negociem com artigos ortopédicos, deverão observar, além das prescrições do Código de Edificações, ter piso impermeabilizados, e conter no mínimo as seguintes dependências:

I - Sala para atendimento de clientes;

II - Sala para fabricação ou preparação dos aparelhos;

III - Sanitários independentes para cada sexo separados os ambientes comuns.

#### Capítulo X

##### Dos Bancos de Olhos

Art. 117 - É vedado aos Bancos de Olhos ou aos seus membros e colaboradores, recebimento ou pagamento de quaisquer importância ou vantagens, sob a qualquer título, para efetuar e retirada e a entrega dos olhos doados.

Art. 118 - É vedado aos Bancos de Olhos prestar diretamente assistência médica ou cirúrgica.

Art. 119 - A autorização para funcionamento dos Bancos de Olhos será solicitada à autoridade sanitária competente pelo médico responsável, em requerimento acompanhado dos estatutos dos Bancos de Olhos, devidamente registrado em cartório, com todos os requisitos previstos nos dispositivos legais vigentes para as instituições sociais de finalidade filantrópica.

Art. 120 - A autoridade sanitária competente autorizara o funcionamento de apenas um Banco de Olhos dentro de uma área geográfica com raio de 50 Km (cinquenta quilômetros).

Art. 121 - Os Bancos de Olhos deverão estar providos e preparados 24 (vinte e quatro) horas por dia com meios necessários, unidade móvel para a extração dos órgãos doados e o seu transporte para o Banco, devendo, para tanto dispor:

I - Unidade técnica adequada e portátil, esterilizada, com todos os instrumentos necessários à enumeração do olho e a condigna recomposição de cavidade orbitária do doador;

II - Meios de transporte para atendimentos;

III - Médico legalmente habilitado e qualificado para o trabalho.

Art. 122 - O laboratório dos Bancos de Olhos deverá ter, no mínimo, obrigatoriamente, os seguintes equipamentos:

I - Lâmpada de fenda;

II - Microscópio oftálmico especular com equipamento para documentação fotográfica;

III - Vidraria e instrumentos cirúrgicos específicos para enucleação e separação dos órgãos;

IV - Antibióticos adequados;

V - Aventais, máscaras e gorros cirúrgicos esterilizados;

VI - Refrigerador comum;

VII - Microscópio de laboratório;

VIII - Vidraria e reagentes necessárias para teste de compatibilidade tissular;

IX - Câmara com fluxo laminar;

X - Vidraria e reagentes necessários para preservação tissular;

XI - Microscópio cirúrgico;

XII - Estufa;

XIII - Equipamento para cultura.

Art. 23 - Os Bancos de Olhos deverão manter quadro de pessoal técnico devidamente qualificado e legalmente habilitado, em número suficiente para a perfeita execução de suas atividades.

Art. 124 - A Unidade Administrativa do Banco de Olhos deverá possuir, obrigatoriamente:

I - Telefone exclusivo para o Banco de Olhos, atendendo 24 (vinte e quatro) horas por dia;

II - Livro próprio com folhas numeradas, com termo de abertura e encerramento autenticado pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricada, destinado ao registro dos pacientes interessados e seus diagnósticos, e dos respectivos médicos, com os endereços de ambos;

III - Livro próprio, com folhas numeradas, com termo de abertura e encerramento autenticado pela autoridade sanitária competente, para o registro dos pacientes receptores dos olhos enucleados e dos respectivos médicos.

IV - Arquivo dos relatórios médicos-técnicos referentes aos olhos enucleados de doadores.

Art. 125 - O atendimento dos pacientes para obtenção de olhos nos respectivos obedecerá rigorosamente à ordem cronológica de inscrição, no livro próprio, exceto par os casos de emergência devidamente comprovados.

Art. 126 - Os Bancos de Olhos enviarão, anualmente, até o dia 31 de março, às autoridades sanitárias competentes, lista dos doadores de olhos enucleados no ano anterior, juntamente com os nomes dos receptores e dos seus médicos, bem como dos respectivos endereços.

Art. 127 - Os Bancos de Olhos atenderão indiscriminadamente às solicitações de olhos feitas por médicos legalmente com os nomes dos receptores e devidamente qualificados, obedecida a ordem cronológica a que se refere este Capítulo.

Art. 128 - Os Bancos de Olhos deverão ter adequada infra-estrutura, quanto à serviço de água, esgoto, energia elétrica e sanitária, a critério da autoridade sanitária competente e serão mantidos em perfeitas condições de higiene.

Art. 129 - O responsável médico pelos Bancos de Olhos deverá apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente, para anotação.

#### Capítulo XI

##### Dos Bancos de Leite Humano

Art. 130 - Os bancos de leite humano, públicos ou privados só poderão funcionar sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

Art. 131 - O funcionamento dos estabelecimentos de que trata este capítulo, somente será permitido após a licença expedida pelo órgão sanitário competente.

Art. 132 - Os bancos de leite humano deverão possuir instalações e equipamentos para assegurar a conservação do leite na temperatura de 4º C (quatro graus centígrados), dosar o seu teor de gordura e aferir o seu pH.

§ Único - Os dados técnicos a que se refere este artigo deverão constar no rótulo de cada recipiente.

Art. 133 - Todo material utilizado pelo banco de leite humano, na coleta e armazenamento, deverá ser esterilizado.

#### Capítulo XII

##### Dos Consultórios de Psicologia

Art. 134 - Nenhum consultório de Psicologia poderá funcionar sem prévia licença do órgão competente.

§ Único - Para licenciamento dos estabelecimentos mencionados no presente artigo, será necessário requerimento do responsável técnico psicológico devidamente habilitado, juntamente para tanto, a documentação exigida pela autoridade sanitária competente.

#### Capítulo XIII

## Dos Estabelecimentos de Óptica

Art. 135 - Além das disposições contidas na Legislação Federal e Estadual, os estabelecimentos de ótica deverão obedecer às determinações desta lei, no que lhes forem aplicáveis.

Art. 136 - Nenhum estabelecimento óptico poderá instalar-se e funcionar em qualquer parte do Município, sem a prévia licença do órgão fiscalizador sanitário competente.

§ Único - A responsabilidade técnica de tais estabelecimentos caberá a óptico devidamente habilitado e registrado no órgão de saúde competente.

Art. 137 - Para o licenciamento dos estabelecimentos de que trata este capítulo, será necessário requerimento do responsável técnico e apresentação de documento hábil, comprobatória de constituição e legalização da entidade, independente de outros documentos a serem exigidos pela Vigilância Sanitária.

Art. 138 - O responsável técnico que requerer a licença para funcionamento de óptica pedir baixa quando desejar cessar sua responsabilidade, ficando o restabelecimento obrigado a apresentar outro responsável pela sua direção, sem o qual não poderá funcionar.

Art. 139 - Os estabelecimentos de óptica, em caso de transferência de local, deverão comunicar e requerer nova vistoria ao órgão sanitário fiscalizador.

Art. 140 - Estes estabelecimentos não poderão utilizar quaisquer instalações ou aparelhos destinados a exame oftalmológico, ter consultório em qualquer de suas dependências, nem afixar cartazes de propaganda de médicos ou de profissionais afins.

Art. 141 - As filiais ou sucursais dos estabelecimentos ópticos são considerados como estabelecimentos autônomos, aplicando-lhes, para efeito de licenciamento e fiscalização, as exigências contidas nos artigos anteriores.

Art. 142 - Para obtenção do registro e licença, o estabelecimento de óptica deverá possuir o mínimo de material disponível pela autoridade competente para fins de transição do receituário.

Art. 143 - Estão sujeitos ao presente código o comércio de óculos com lentes de grau e proteção sem grau, com ou sem cor, bem como de lentes de contato.

Art. 144 - Nenhum médico, na localidade onde exercer a clínica, nem respectivo cônjuge, poderá possuir ou ter sociedade para explorar o comércio de óculos com lentes corretoras, de proteção ou de contato, sendo-lhes vedado à indicação, nas receitas, de determinados estabelecimentos para o aviamento de suas prescrições, sendo que a colocação de lentes de contato em pacientes é de competências exclusiva do médico-oculista.

Art. 145 - Cabe ao óptico responsável pelo estabelecimento licenciado:

I - A manipulação ou fabrico de lentes de grau, proteção ou licenciado;

II - O aviamento das formulas de óptica constantes de prescrição medica;

III - A substituição, por lentes iguais, de lentes corretoras danificadas, a venda de óculos de proteção, substituições, o conserto e adaptação das armações de óculos e lentes;

IV - Assinar diariamente o livro de registro de receituário.

Art. 146 - Os estabelecimentos que fabricarem ou negociarem com artigos óticos, deverão ter piso impermeabilizado, paredes a óleo, em cores claras até a altura de 2 m (dois metros) e área mínima de 10 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) para cada compartimento.

Art. 147 - As casas de óptica deverão ter, no mínimo, duas salas, uma destinada ao mostruário e atendimento de clientes e outra destinada ao laboratório.

## Capítulo XIV

### Dos Estabelecimentos Veterinários e Congêneres

Art. 148 - Todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, firmas, associações, companhias, empresas de economia mista, entidade estatais, para-estatais, autarquias, que fabricarem

fracionarem, manipularem e comercializarem produtos de uso veterinário, e ainda os de assistência médico-hospitalar, de pensão e adestramento de animais, só poderão funcionar quando licenciados pelo órgão de Vigilância Sanitária Municipal e sob a responsabilidade técnica de profissional habilitado, devidamente inscrito no órgão sanitário competente e no respectivo Conselho Regional.

§ Único - Entende-se por produto de uso de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinadas a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal.

Art. 149 - Para licenciamento desses estabelecimentos será necessário requerimento do responsável técnico e apresentação de documento hábil, comprobatório da constituição e legalização da entidade, contrato de trabalho com responsável se for o caso, além de outros documentos exigidos, a critério da autoridade competente.

Art. 150 - A fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem ou comercializem, far-se-á de conformidade com a Legislação Federal.

Art. 151 - Os hospitais, clínicas e consultórios médico-veterinário, bem como os estabelecimentos de pensão e adestramento, destinados ao atendimento de animais de pequeno porte, serão permitidos no perímetro urbano, desde que em local autorizado pela autoridade Municipal e observadas as exigências deste Código e sua Normas Especiais.

Art. 152 - Os canais de hospitais e clínicas veterinárias localizados em recintos fechados, providos de dispositivo a evitar a exalação de odores e a propaganda de ruídos incômodos, construídos em alvenaria com revestimento impermeável, podendo as gaiolas serem de ferro pintado ou material inoxidável.

Art. 153 - Os canais devem ser providos de esgotos ligados à rede pública, dispor de água corrente e de sistema adequado de ventilação.

## Capítulo XV

### Dos Hospitais, Casas de Saúde, Maternidade e Congêneres

Art. 154 - Os hospitais, casa de saúde, maternidades, clínicas médicas e outros estabelecimentos de saúde e congêneres que prestem serviço de saúde em regime de internação ou ambulatoria, somente poderão funcionar em todo o Município de Cordilheira Alta depois de licenciados, sob a direção e responsabilidade de médico devidamente habilitado na forma da Lei, com termo de responsabilidade assinado perante órgão sanitário competente.

§ Único - É obrigatório à presença de médico legalmente habilitado em qualquer estabelecimento de saúde de que trata este artigo, durante o horário de funcionamento.

Art. 155 - Para fins de licenciamento, os estabelecimentos de saúde deverão satisfazer todos os requisitos e condições, normas e padrões pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde.

## Capítulo XVI

### Dos Órgãos Executivos de Atividades Homoterápicas

Art. 156 - Entendem-se por atividades homoterápicas a obtenção, a coleta, o controle, o armazenamento, a seleção e a aplicação de sangue não industrializado.

Art. 157 - Os locais destinados à instalação dos órgãos executivos de atividades homoterápicas, de caráter não industrial, devem dispor de espaço que permita o correto desempenho de suas finalidades, de boas condições ambientais, no que se refere dentre outras à planta física, revestimento, iluminação, atração, controle térmico e manutenção de ambiente asséptico para execução de determinadas operações, além de adequada infra-estrutura quanto o serviço de água, esgoto, energia elétrica e sanitários para uso do pessoal e dos doadores.

Art. 158 - Os Bancos de Sangue e Serviços de Hemoterapia em geral, particulares e oficiais, que explorem atividades homoterápicas

no Município, ficam sujeitas à licença do órgão de vigilância sanitária competente.

Art. 159 - Sem prejuízos do disposto no artigo anterior par fins de licenciamento, os órgãos executivos de atividades homoterápicas obedecerão às exigências especificadas em normas Técnicas Especiais a serem baixadas pelo Departamento Municipal de Saúde.

## Capítulo XVII

### Dos Institutos ou Clínicas de Fisioterapia

Art. 160 - Os institutos ou clínicas de fisioterapia são estabelecimentos nos quais são utilizados agentes com finalidade terapêutica, mediante prescrição médica.

Art. 161 - Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior, devidamente licenciado só poderão funcionar com a presença obrigatória do profissional responsável ou de seu substituto habilitado.

Art. 162 - Em todos as placas indicativas anúncios ou formas de propaganda dos institutos e clínicas de fisioterapia, deverá ser mencionada com destaque a expressão "Sob a Responsabilidade Técnica", seguida de nome e do número de inscrição no respectivo Conselho Regional.

Art. 163 - Os institutos ou clínicas de fisioterapia, oficiais e particulares, terão livro próprio com folhas numeradas, com termo de abertura e encerramento autenticados pela autoridade sanitária competente e por esta devidamente rubricados destinado ao registro diário de todos os tratamentos prescritos, e dele constarão, obrigatoriamente, a data, o nome de prescrito, e dele constarão, obrigatoriamente, a data, o nome do paciente e seu endereço completo, o nome do médico que prescreveu o tratamento, com o seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina e endereço do Consultório ou residência.

Art. 164 - Os estabelecimentos deverão possuir instalações adequadas, aparelhos, utensílios, vasilhames e todos os meios necessários às suas finalidades, pia com água corrente, mesas com tampos e pés de material liso, resistente e impermeável de forma e não dificultar a sua higiene e a limpeza.

Art. 165 - Os responsáveis pelos institutos ou clínicas de fisioterapia, quando deles não forem sócios proprietário deverão apresentar contrato de trabalho no órgão sanitário competente para anotação.

## Capítulo XVIII

### Dos Profissionais de Saúde

Art. 166 - São profissionais ligados à saúde e, portanto, sujeitos à fiscalização e as normas desta Lei, odontólogo, farmacêuticos, oficiais de farmácia, profissionais técnicos em prótese dentária, enfermeira e similares tecnólogos em saneamento ambiental, agrônomos, técnicos de laboratório e similares, psicólogos, químicos, massagistas, nutricionistas, médicos veterinários, pedicures, técnico em higiene dental, assistente sociais, fonoaudiólogos, biomédicos, bioquímicos, e outros a critério da autoridade sanitária.

§ Único - Estão sujeitos às sanções cabíveis os profissionais que agirem em desacordo com as normas técnicas estabelecidas pelo Departamento Municipal de Saúde.

Art. 167 - Os diplomas títulos, graus ou certificados que, na forma da Lei Federal, capacitem seus portadores ao exercício das profissões relacionadas com a prevenção e o tratamento de doenças, serão obrigatoriamente registrados na Secretaria Municipal de Saúde, através dos respectivos conselhos regulamentadores da profissão.

## Título III

### Da Vigilância Epidemiológica

#### Capítulo I

##### Das Disposições Gerais

Art. 168 - As ações relacionadas com o controle das doenças transmissíveis, inclusive quanto à vigilância epidemiológica, à

aplicação da notificação compulsória, ao programa de imunizações e ao atendimento de agravos coletivos à saúde, bem como os decorrentes de calamidade pública, no território do Município de Cordilheira Alta, reger-se-ão pelo disposto neste Título.

§ Único - Ficam adotados por este Código os conceitos de doenças transmissíveis, seu tratamento, período de isolamento, autoridade sanitária, desinfecção, quimioprofilaxia, epidemia e outros, os constantes da Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 e seu Regulamento.

## Capítulo II

### Da Notificação Compulsória de Doenças

Art. 169 - A ação de vigilância epidemiológica inclui, principalmente, a elaboração de informações, pesquisas, inquéritos, investigações, levantamentos e estudos necessários à programação e à avaliação das medidas de controle de doenças e de situações que ameacem a saúde pública.

Art. 170 - Compete ao Departamento Municipal de Saúde, no território do Município, definir, em ato próprio, as Unidades de Vigilância Epidemiológica integrantes da rede de serviços da saúde em sua estrutura, responsáveis pelas ações de vigilância epidemiológica

§ Único - As ações de vigilância epidemiológica compreendem:

I - Coleta de informações básicas necessárias ao controle de doenças;

II - Diagnóstico das doenças que estejam sob regime de notificação compulsória;

III - Averiguação de disseminação das doenças notificadas e a determinação da população em risco;

IV - Proposição e execução de medidas pertinentes ao controle de doenças transmissíveis;

V - Criação de mecanismos de tratamento e utilização adequada de informações e a sua divulgação, dentro e fora do sistema de saúde.

Art. 171 - É dever de todo cidadão comunicar à autoridade sanitária local a ocorrência de caso de doença transmissível.

§ 1º É facultado aos serviços de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, no serviço de prevenção da dengue, Esquistossomose e outras doenças, o serviço forçado, por ato de polícia administrativa, em imóveis particulares, que se encontrarem abandonados ou ausentes de moradores, quando mostrar-se fundamental para contenção da doença, dentre outras medidas que se afigurarem necessárias, sem necessidade de recurso à via judicial.

§ 2º Para a realização da faculdade constante no § 1º, os serviços de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, poderão requisitar força policial, para a garantia do procedimento.

Art. 172 - São obrigados a fazer notificação à autoridade sanitária, os médicos e outros profissionais de saúde no exercício profissional, os responsáveis por organizações, estabelecimentos públicos e particulares da saúde, ensino e trabalho e por habitações coletivas onde se encontra o doente.

Art. 173 - Notificada um caso de doença transmissível ou observada, de qualquer modo a necessidade de uma investigação epidemiológica, compete à autoridade a adoção das medidas adequadas.

Art. 174 - Para os efeitos desta Lei, entende-se por notificação obrigatória, a comunicação à autoridade sanitária competente dos casos e dos óbitos suspeitos ou confirmados de doenças constantes de normas técnicas especiais.

§ 1º - Serão emitidas, periodicamente, normas técnicas especiais contendo os nomes constantes de normas técnicas compulsória.

§ 2º - De acordo com as condições epidemiológicas, ao Departamento Municipal de Saúde do Município poderá exigir a notificação de quaisquer infecções ou infestações, constantes de agente etiológico para o meio ambiente, mesmo que não apresentem, no momento sintomatologia clínica alguma.

§ 3º - A notificação deverá ser feita à autoridade sanitária, ainda que suspeita e o mais precocemente, pessoalmente, por telex, por



telefone, por telegrama, por carta ou por outro meio, devendo ser dada preferência ao meio mais rápido.

Art. 175 - Quando ocorrer doenças de notificação, compulsória em estabelecimento coletivo, a autoridade comunicará esse fato, por escrito ao seu responsável, o que deverá acusar a recepção da notificação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, no Máximo, também por escrito, ficando desde logo no dever de comunicar as autoridades sanitárias os novos casos suspeitos, assim como o nome, idade e residência daqueles que faltarem ao estabelecimento por mais de 3 (três) dias consecutivos.

Art. 176 - Recebida à notificação, a autoridade sanitária é obrigada a proceder à investigação epidemiológica pertinente para elucidação do diagnóstico e averiguações sobre doença e sua discriminação entre a população em risco.

§ 1º - A autoridade poderá exigir e executar investigações, inquéritos e levantamentos epidemiológicos, junto de indivíduos, de grupos populacionais determinados, sempre que julgar necessário, visando à proteção da saúde pública.

§ 2º - Nos casos de óbitos por doenças constantes das normas técnicas especiais, o cartório que os registrar, deverá comunicar o fato à autoridade sanitária, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a qual verificará se o caso foi notificado nos termos desta Lei, tomando as devidas providências em caso negativo.

Art. 177 - As notificações recebidas pela autoridade sanitária local serão comunicadas imediatamente aos órgãos competentes da Secretaria de Saúde do Estado e do Ministério Saúde, de casos de doenças sujeitas à comunicação, conforme normas técnicas especiais e Regulamento Sanitário Internacional.

Art. 178 - A autoridade providenciará a divulgação constante das disposições desta Lei, referentes à notificação obrigatória de doenças transmissíveis.

Art. 179 - A notificação compulsória de casos de doenças constantes das disposições desta Lei, referentes à notificação obrigatória de doenças transmissíveis.

§ Único - É proibida a divulgação da identidade do paciente portador de doença de notificação compulsória, fora do âmbito médico-sanitário, exceto quando se verificarem circunstâncias excepcionais de grande risco para a comunidade, a juízo da autoridade sanitária competente e com prévio conhecimento do doente ou seu representante.

### Capítulo III

#### Das Doenças Transmissíveis

Art. 180 - Constitui obrigação da Secretaria Municipal de Saúde, através do órgão sanitário, executar medidas que visem a prevenção e impeçam a disseminação de doenças transmissíveis, assim consideradas:

I - Tuberculoso;

II - Doenças sexualmente transmissíveis;

III - Câncer, desnutrição, afecções cardiovasculares, diabetes, acidentes pessoais, intoxicações por herbicidas e outras doenças que sejam especificadas em normas técnicas especiais.

Art. 181 - Com relação às doenças acima enumeradas, a Secretaria Municipal de Saúde promoverá estudos para o reconhecimento da morbidade e extensão do problema, na população do Município.

§ Único - Para o cumprimento deste artigo, será mantido entrosamento com instituições e serviços públicos e particulares, especializados que deverão, por solicitação da autoridade sanitária fornecer dados estáticos e outras informações de interesse epidemiológico, para o reconhecimento da magnitude do problema.

Art. 182 - Caberá a Secretaria Municipal de Saúde estimular o estudo e a pesquisa dos aspectos epidemiológicos e clínicos das doenças enumeradas no presente capítulo com o objetivo de identificar a causa, realizar diagnósticos precoces e tratamento oportuno, deverá ainda promover medidas de educação sanitária no sentido de combater as ditas infecções.

Art. 183 - Cabe ainda a Secretaria Municipal de Saúde, por seus órgãos de epidemiologia, interpretar o resultado dos estudos

levados a seu conhecimento bem como a divulgação científica das conclusões, propiciando, desta forma, novas perspectivas de pesquisas, estudos ou tomadas de decisões.

Art. 184 - Com relação ao problema das intoxicações por biocidas, o Departamento Municipal de Saúde manterá entrosamento permanente com os órgãos do Ministério de Agricultura, Secretaria de Agricultura e Secretaria Estadual de Saúde, procurando manter conhecimentos atualizados sobre a toxicidade para o homem, de todos os biocidas de uso doméstico, na agricultura e pra outros fins. § Único - Com base nos conhecimentos acima especificados, serão baixadas Normas Técnicas Especiais, visando conjuntamente com os demais órgãos interessados, disciplinares as medidas de fiscalização, distribuição e utilização de biocidas.

Art. 185 - Com relação ao câncer, compete à autoridade sanitária manter levantamentos atualizados sobre morbidade e mortalidade pela doença, bem como tipo e classificação dos tumores.

§ Único - Normas Técnicas Especiais disciplinarão os exames a serem realizados nos órgãos de saúde pública, para o diagnóstico precoce do câncer.

Art. 186 - O Departamento Municipal de Saúde, através dos seus órgãos técnicos, manterá estreita colaboração com as entidades que visam o combate de câncer, sejam de natureza pública ou privada.

Art. 187 - O Departamento Municipal de Saúde promoverá estudos e inquéritos para a avaliação do estudo da população e se articulará com os órgãos Federais e Estaduais, no sentido de proporcionar melhores níveis alimentares, especialmente dentro dos programas de saúde materno-infantil e de atendimento escolares.

### Capítulo IV

#### Das Vacinas de Caráter Obrigatório

Art. 188 - A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela vacinação obrigatória no território do Município, nos termos da Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

§ Único - a Secretaria Municipal de Saúde elaborará, fará publicar e atualizará, bianualmente, a relação das vacinas de caráter obrigatório no Município seguindo as diretrizes aprovadas pelo Ministério da Saúde.

Art. 189 - Toda pessoa vacinada, seus pais ou responsáveis, tem direito de exigir o correspondente atestado comprobatório da vacina obrigatória recebida, a fim de satisfazer exigências legais ou regulamentares.

§ Único - Em situações excepcionais, a autoridade sanitária poderá dispensar a emissão do atestado.

Art. 190 - A pessoa que durante o ano inteiro recorrer aos serviços de saúde publica para realização de vacinações obrigatórias e não conseguir a aplicação das mesmas, poderá exigir daqueles órgãos um atestado comprobatório da impossibilidade da vacinação, a fim de eximir-se, nas datas aprazadas, das obrigações sanções estabelecidas na Legislação específica.

### Capítulo V

#### Da Educação Sanitária

Art. 191 - As Secretarias Municipais de Saúde e Educação promoverão e orientarão através de seus órgãos específicos ampla educação sanitária da população do Município, utilizando a soma de experiências, recursos e meios cuja influencia seja capaz de criar ou modificar, favoravelmente, os hábitos e o comportamento individual ou comunitário, em relação à saúde.

§ 1º - A educação é considerada meio indispensável para o êxito das atividades de saúde;

§ 2º - A educação sanitária será objeto de ensino e difusão pelas escolas e meios de comunicação, visando os indivíduos em formação, mais suscetíveis à criação e conservação de hábitos ou comportamentos relacionados com a defesa da saúde como um todo.

Art. 192 - A programação e a execução das atividades educativas de saúde, executadas pelos diferentes órgãos da Secretaria

Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação do Município, terá a orientação e o auxílio técnico especializado, quanto aos seguintes pontos básicos:

- I - Preparo e utilização de material audiovisual de comunicação de massa;
- II - Campanha sanitária que envolva a técnica de desenvolvimento da comunidade e problemas gerais ou específicos;
- III - Treinamento de pessoal de saúde, professores e outros interessados, nas técnicas de educação para a saúde;
- IV - Consolidar, reorganizar e reorientar as unidades de educação para a saúde, com o objetivo de envolver o processo educativo que contribui para facilitar a participação consciente da comunidade nas ações e programas a serem executados.

Art. 193 - O órgão técnico de educação sanitário dará a necessária orientação aos órgãos regionais ou locais das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação, para orientar as instituições de saúde e ensino, as empresas comerciais e industriais e os órgãos de divulgação, sobre questões e atividades de educação sanitária. § Único - Os órgãos das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação serão devidamente orientados, no sentido de obter ampla cooperação entre todas as classes sociais e administração sanitária, na execução dos programas educativos, devendo, para sua realização ser empregados todos os meios eficientes compatíveis com o assunto.

Art. 194 - Os programas para o desenvolvimento das atividades de educação sanitária a serem adotados nos estabelecimentos de ensino, serão elaborados com a participação dos órgãos especializados da saúde e da educação.

Art. 195 - O Município procurará, através dos órgãos especializados, incluir princípios e normas de educação sanitária à população, valendo-se das atividades dos diversos grupos profissionais e promovendo, junto aos meios de divulgação, uma orientação positiva.

Art. 196 - O órgão técnico de educação sanitária se entrosará com as empresas jornalísticas, de rádio, de televisão e cinematográficas para a divulgação de conselhos relacionados com a preservação e proteção da saúde.

Art. 197 - A propaganda e educação sanitária, com relação a doenças transmissíveis, obedecerão a programas previamente elaborados pelo órgão técnico especializado e apoiando as entidades que se dediquem ao apoio, prevenção ou recuperação de toxicômanos em geral.

Art. 198 - Na profilaxia de doenças venéreas, no alcoolismo e toxicômanos, a propaganda e educação sanitárias procurarão relacionar o problema sanitário ao aspecto social e moral.

Art. 199 - O órgão competente da Secretaria Municipal de Saúde determinará, em instruções técnicas especiais, os elementos julgados necessários a uma orientação filosófica e metodológica útil ao aperfeiçoamento de educação para a saúde, bem como calendários e programas básicos das atividades mais oportunas.

#### Título IV Dos Gêneros Alimentícios Capítulo I Considerações Gerais

Art. 200 - Os assuntos pertinentes à defesa e à proteção da saúde individual ou coletiva, no que concerne a alimentos em todas as etapas de sua produção até o consumo no comércio, serão regidos em todo o Município pelas disposições deste Código.

§ Único - Os conceitos e definições de alimento, matéria-prima alimentar, alimento enriquecido, alimento de fantasia ou artificial, alimento irradiado, aditivos intencional, acidental, produto alimentício, padrão de identidade e qualidade, bem como os de rotulo, embalagem, propaganda, órgão competente, laboratório oficial, autoridade fiscalizadora competente, análise de controles, análise fiscal, estabelecidos no Decreto-Lei Federal nº 986, de 21 de outubro de 1969, e demais textos legais posteriores, ficam adotados por esta Lei.

Art. 201 - Para os efeitos deste código, considera-se alimento

fraudado, adulterado ou falsificado, todo aquele que:

- I - Houver sido misturado ou acondicionado com substâncias que modifiquem as suas características por ocasião do pedido de registro;
  - II - Houver sido retirado qualquer elemento da sua composição normal, sem autorização das normas sanitárias respectivas;
  - III - Houver sido substituído elementos integrantes de sua composição normal, por outro de qualidade inferior, ou tiver sido acrescido de substância não autorizada pelas normas sanitárias, de modo a suprimir ou reduzir o seu valor alimentício ou torná-lo nocivo à saúde;
  - IV - O seu volume, peso ou medida não corresponder à quantidade aprovada oficialmente;
  - V - Forem apresentadas na sua propaganda, rotulo, ou embalagem, indicações que induzam a erro, engano ou confusão à sua procedência, origem, composição ou finalidade.
- § Único - Considera-se ainda para os efeitos deste Código:
- I - Comercio ambulante - toda e qualquer forma de atividade lucrativa, de caráter eventual ou transitório, que se exerça de maneira intolerante, nas vias, logradouros públicos, o que realize vendas a domicílio;
  - II - Serviços temporários - o estabelecimento, comercio ou vendedor que opere em local, por um período que não exceda a 21 (vinte e um) dias e que esteja ligado à atividades festivas.

#### Capítulo II Do Registro

Art. 202 - Todo e qualquer alimento passível de registro só poderá ser exposto ao consumo após ter sido registrado pelo órgão competente da União ou por ela delegado.

Art. 203 - Os alimentos e aditivos intencionais deverão ser rotulados de acordo com as exigências da Legislação Federal específica, devendo os rótulos mencionar em caracteres legíveis:

- I - A qualidade, a natureza, o prazo de validade e o tipo de alimento, observado a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade;
  - II - Nome ou marca do alimento;
  - III - Nome da empresa responsável;
  - IV - Endereço completo da firma responsável;
  - V - Número do registro do alimento no órgão competente da União;
  - VI - Indicação se for o caso, de aditivo intencional, mencionado e indicado o código de identidade correspondente;
  - VII - Número de identificação da partida e lote, ou data de fabricação, quando se tratar de alimento perecível;
  - VIII - O peso ou o volume líquido;
  - IX - Outras indicações que venham a ser fixadas em Regulamento ou Normas Técnicas Especiais, Federais, Estaduais e Municipais.
- § Único - Para os efeitos da vigilância e fiscalização Municipal, aplicam-se às disposições do Decreto-Lei Federal nº 986, de 21 de outubro de 1969, no tocante às exigências de rotulo, etiquetagem e aditivação dos alimentos.

#### Capítulo III Dos Aditivos

Art. 204 - Será permitido o emprego intencional quando:

- I - Comprovado a sua inocuidade;
  - II - Não induzir o consumidor a erro ou confusão;
  - III - Utilizado no limite permitido pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos (CNNPA) ou órgão que a substitua;
  - IV - Satisfazer seu padrão de identidade e qualidade;
  - V - Estiver registrado no órgão competente da União.
- § Único - Os aditivos internacionais registrados terão automaticamente cancelados os seus registros, quando nova concepção científica ou tecnológica vier a condenar o seu emprego no alimento.
- Art. 205 - No interesse da saúde pública, poderão ser estabelecidos

limites residuais, para os aditivos incidentais no alimento.

#### Capítulo IV

##### Dos Padrões de Identidade e Qualidade

Art. 206 - São adotados e serão observados pela Secretaria Municipal de Saúde, os padrões de identidade e qualidade estabelecidos para cada tipo ou espécie de alimento pelo órgão competente da União, abrangendo:

I - Denominação, definição e composição compreendendo a denominação do alimento, o nome científico, quando houver, e os requisitos que permitem fixa um critério de qualidade;

II - Requisitos de higiene, compreendendo medidas sanitárias concretas e demais disposições necessárias à obtenção de um alimento puro, comestível e de qualidade comercial;

III - Aditivos internacionais que possam ser empregados, abrangendo a finalidade do emprego e o limite de adição;

IV - Requisitos aplicáveis ao peso e medida;

V - Requisitos relativos à rotulagem e apresentação do produto;

VI - Métodos de coleta de amostra, ensaio e análise de alimento.

§ 1º - Os requisitos de higiene, adotados e observados., abrangem também o padrão microbiológico do alimento e o limite residual de pesticidas e contaminantes toleráveis.

§ 2º - Os padrões de identidade e qualidade poderão ser revistos, na forma da Legislação em vigor, e por iniciativa do poder público, ou a requerimento da parte interessada, devidamente fundamentada.

§ 3º - Poderão ser aprovados sub-padrões de identidade e qualidade, devendo os alimentos por eles abrangidos serem embalados e rotulados de forma a distingui-los de alimento padronizado.

§ 4º - Os alimentos de fantasia ou artificiais, ou ainda não padronizados, deverão obedecer, na composição, às especificações que tenham sido declaradas e aprovadas por ocasião do respectivo registro.

§ 5º - Os alimentos sucedâneos deverão ter aparência diferente daquela dos alimentos genuínos ou permitir, por outra forma, a sua identificação, de acordo com as disposições da Legislação vigente.

Art. 207 - Caso ainda não exista padrão de identidade e qualidade pelo órgão competente para determinado alimento, serão adotados os preceitos bromatológicos constantes dos regulamentos federais vigente ou na sua falta os dos regulamentos estaduais e/ou municipais pertinentes.

§ Único - Nos casos de divergência na interpretação dos dispositivos a que se refere este artigo, serão esclarecidos pela Comissão de Normas Técnicas e Padrões para Alimentos (CNNPA), ou órgão que legalmente a substitua.

#### Capítulo V

##### Da Vigilância e Fiscalização dos Alimentos

Art. 208 - A ação fiscalizadora será exercida pelas autoridades federais, estaduais e municipais, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 209 - A fiscalização da autoridade Sanitária será exercida sobre os alimentos, o pessoal que os manipulem e sobre os locais e instalações onde se fabriquem, produzam, beneficiem, manipulem, acondicionem, conservem, depositem, armazenem, transportem, comercializem ou consuma alimentos.

§ 1º - Além de apresentar em perfeitas condições para o consumo, os produtos, substâncias insumos ou outros, deverão ser oriundos ou de fontes aprovadas ou autorizadas pela autoridade sanitária competente.

§ 2º - Os alimentos perecíveis devem ser transportados, armazenados ou depositados sob condições de temperatura, ventilação e luminosidade que os protejam de contaminações e deteriorações.

§ 3º - No fabrico, produção, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, conservação, armazenamento, depósito, transporte, distribuição, venda, compra e consumo de alimentos, deverão ser

observados rigorosos preceitos de limpeza e higiene.

Art. 210 - Os gêneros alimentícios devem, obrigatoriamente, ser protegidos por invólucros próprios e adequados no armazenamento, transporte, exposição e comércio.

§ 1º - No acondicionamento de alimentos não é permitido o contato direto com jornais, papeis tingidos, papeis ou filmes plásticos usados com a face impressa e saco destinado a acondicionamento de lixo.

§ 2º - Os gêneros alimentícios que por força da sua comercialização, não puderem ser completamente protegidos por invólucros, devem ser abrigados em dispositivo adequados a evitar a contaminação e serem manuseados ou servidos mediante o emprego de utensílio ou outros dispositivos que sirva para evitar o contato com as mãos.

§ 3º - A sacaria utilizada no acondicionamento de alimentos no acondicionamento de alimentos, deve ser de primeiro uso, sendo proibido o emprego de embalagens ou aditivos.

Art. 221 - É proibido manter no mesmo continente, ou transportar no mesmo compartimento de um veículo, alimentos e substâncias estranhas que possam contaminá-los ou corrompê-los.

§ 1º - Excetuam-se das exigências deste artigo, os alimentos embalados em recipientes hermeticamente fechados, impermeáveis e resistentes.

§ 2º - Nesses recipientes deve constar em local visível à expressão "Proibida a reutilização de alimentos".

Art. 212 - Os utensílios e recipientes dos estabelecimentos onde se preparem e / ou consumam alimentos, deverão ser lavados e higienizados adequadamente, ou serão usados recipientes descartáveis, inutilizados após seu uso.

§ Único - Os produtos utilizados deverão possuir registro nos órgãos competentes.

Art. 213 - Os alimentos serão sempre e obrigatoriamente mantidos afastados de desinfetantes, solventes, combustíveis, líquidos, produtos de perfumaria, limpeza e congêneres.

Art. 214 - Na industrialização e comercialização de alimentos e na preparação de refeições, deve ser restringido o contato manual direto, fazendo-se uso apropriado de processos mecânicos, circuitos fechados, utensílios e outros dispositivos.

Art. 215 - As peças, maquinarias, utensílios, recipientes, equipamentos, embalagens que venham a entrar em contato com alimentos nas diversas fases de fabricação, produção, manipulação, beneficiamento, conservação, transporte, armazenamento, depósito, distribuição, comercialização e outras quaisquer situações, não devem intervir nocivamente com os mesmos., alterar o seu valor nutritivo, ou as suas características organolépticas, devendo ser mantidas limpas e livres de sujeiras, poeiras, insetos e outras contaminações

Art. 216 - Todo e qualquer ação fiscalizadora, será facilitada pelos responsáveis pelos estabelecimentos onde se encontrarem os gêneros alimentícios.

Art. 217 - Os alimentos em trânsito, em qualquer local que se encontrarem ficarão sujeitos à fiscalização.

Art. 218 - No interesse da Saúde Pública, poderá a autoridade sanitária proibir o preparo e a venda de gêneros e produtos alimentícios em determinados locais.

Art. 219 - Nenhum alimento poderá ser exposto à venda sem estar convenientemente protegido contra poeira, insetos e outros alimentos.

Art. 220 - A critério de autoridade sanitária, poderá ser proibida a venda de ambulante e em feiras livres, de produtos alimentícios que não possam ser objeto de consumo imediato.

Art. 221 - Os alimentos suscetíveis, de fácil contaminação, como o leite, produtos lácteos, maionese, carnes e produtos do mar, deverão ser conservados em refrigeração adequada.

Art. 222 - O transporte de alimentos deverá ser realizado em veículos dotados de compartimentos hermeticamente fechados, protegidos contra insetos, poeira e conservados rigorosamente limpos.

Art. 223 - O destino dos restos de alimentos, sobras intactas e



lixo, nos locais onde se manipule, comercialize ou se processe os produtos, deve obedecer às técnicas recomendadas pelas autoridades sanitárias.

Art. 224 - Na vigilância sanitária de alimentos, as autoridades responsáveis pela fiscalização, observarão, dentre outros, os seguintes aspectos:

I - Controle de possíveis contaminações microbiológicas, químicas e radioativas, principalmente no que diz respeito a certos produtos animais, em particular o leite, a carne e o pescado.

II - Na atividade de que trata o inciso anterior, verificar-se-á se foram cumpridas as normas técnicas sobre limites admissíveis de contaminantes biológicos e bacteriológicos, as medidas de higiene relativas às diversas fases de operação com o produto, os resíduos e coadjuvantes de cultivo, tais como defensivos agrícolas, níveis de tolerância de resíduos aditivos intencionais que se utilizam exclusivamente por motivos tecnológicos no processo de fabricação, de transformação ou elaboração de produtos alimentícios, resíduos de detergentes em contato com os alimentos; contaminações por poluição atmosférica ou de água; exposição a radiações ionizantes a níveis compatíveis, e outras;

III - Procedimento de conservação em geral;

IV - Menções na regulamentação dos elementos exigidos pela Legislação Federal pertinente;

V - Normas sobre embalagens e apresentação dos produtos em conformidade com a Legislação e a normas complementares pertinentes;

VI - Validade dos produtos;

VII - Normas sobre construções e instalações do ponto de vista sanitário, dos locais onde se exerçam as atividades respectivas.

## Capítulo VI

### Coleta de Amostras e Análise Fiscal

Art. 225 - Compete à autoridade sanitária realizar periodicamente, ou quando necessário coletas de amostras de alimentos, matérias-primas para alimentos, aditivos, coadjuvantes, para efeito de análise fiscal.

Art. 226 - A coleta de amostra será feita sem apreensão do produto, quando se tratar de análise de rotina.

§ Único - Se o resultado da análise de rotina for condenatório, a autoridade poderá efetuar coleta de amostra, para análise fiscal, com a apreensão do produto, lavrando no Auto de Apreensão e Depósito.

Art. 227 - A coleta de amostra para análise fiscal ou de rotina, com ou sem apreensão de alimentos ou material que relacionado, será feita pela autoridade fiscalizadora competente, que lavrará Auto de Coleta de amostra em 3 (três) vias, assinadas por ela, pelo possuidor ou responsável pelo produto e, na ausência ou recusa deste, por duas testemunhas, se possível, especificando-se no auto a natureza e outras características do alimento ou material relacionado.

§ 1º - A amostra representativa de alimento ou material relacionado será dividida em 3 (três) partes, tornadas individualmente invioláveis ou autenticadas no ato da coleta, sendo uma delas entregue ao proprietário ou responsável pelo produto para servir de contraprova, e as duas outras encaminhadas imediatamente ao laboratório oficial ou credenciado.

§ 2º - As amostra referidas neste artigo serão colhidas em quantidade adequada à realização dos exames e perícias, de conformidade com os métodos oficialmente adotados.

§ 3º - Se a quantidade ou difícil alterabilidade da mercadoria não permitir respectivamente a coleta de que trata o parágrafo 1º, deste artigo ou a conservação na condição em que foram colhidas, será a mesma levada de imediato para o laboratório oficial ou credenciado, onde na presença do possuidor ou responsável pelo produto e do perito por ele indicado, ou, na sua falta, de duas testemunhas, será efetuada a análise fiscal.

§ 4º - A análise deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento de amostra, sendo que, em caso de

produto perecível, este prazo não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, após a entrega do material.

Art. 228 - Concluída a análise fiscal, o laboratório oficial ou credenciado remeterá o laudo respectivo, em 3 (três) vias, no mínimo, à autoridade fiscalizadora competente, a qual, por sua vez, encaminhará uma das vias ao possuidor ou responsável e outra ao produtor e / ou comerciante do alimento e, com a 3ª (terceira) via instruirá o processo, se for o caso.

§ 1º - Se a análise comprovar a infração de qualquer preceito deste Código, Legislação Federal ou Estadual específica, a autoridade fiscalizadora competente lavrará Auto de Infração.

§ 2º - Constará do Auto de Infração o prazo de 10 (dez) dias para que o infrator interponha recurso, requerendo perícia de contraprova.

§ 3º - No caso de produtos perecíveis, esse prazo será de 72 (setenta e duas) horas.

§ 4º - Decorridos os prazos de que trata os parágrafos 2º e 3º deste artigo, sem que o infrator tenha apresentado o recurso ou requerido perícia de contraprova, a autoridade competente dará prosseguimento às medidas legais cabíveis.

§ 5º - Se o resultado da análise for condenatório e se referir à amostra em fiscalização de rotina, sem apreensão do produto, efetuar-se-á a apreensão e depósito do produto ainda existente, devendo neste caso, proceder à nova coleta de amostra.

§ 6º - A autoridade sanitária competente dará ciência do resultado de análise ao possuidor ou responsável pelo produto, sempre e obrigatoriamente, mesmo quando não tiver sido caracterizada infração, bem como ao produtor, se necessário.

Art. 229 - A perícia de contraprova será efetuada sobre a amostra em poder de possuidor ou responsável pelo produto no laboratório oficial credenciado, que tenha realizado a análise fiscal, na presença do perito do laboratório que expediu o laudo condenatório, do perito indicado pelo requerente e, opcionalmente, na presença da autoridade fiscalizadora competente.

§ 1º - O requerimento da perícia de contraprova indicará desde logo o perito, devendo a indicação recair em profissional que preencha os requisitos legais.

§ 2º - Serão fornecidas todas as informações solicitadas pelo perito do requerente, inclusive relativos à análise fiscal condenatória e demais documentos que julgar necessários.

§ 3º - O possuidor ou responsável pelo produto apresentará amostra sob guarda, na data fixada, para perícia de contraprova.

§ 4º - A perícia de contraprova será realizada quando a amostra de que trata o parágrafo anterior apresentar indícios de violação.

§ 5º - Na hipótese do parágrafo anterior, será lavrado o Auto de Infração e efetuada nova coleta, seguindo-se normalmente o processo administrativo.

§ 6º - Os peritos lavrarão ata de tudo aquilo que ocorrer na perícia de contraprova.

§ 7º - A ata de que trata o parágrafo anterior será arquivada no laboratório oficial ou credenciado.

§ 8º - O requerente receberá uma cópia da referida ata, podendo outra cópia ser entregue ao perito do requerente, mediante recibo, em ambos os casos.

Art. 230 - Aplicar-se-á à contraprova o mesmo método de análise empregado na análise fiscal, podendo, se houver anuência dos peritos, ser empregada outra técnica.

Art. 231 - Em caso de divergência entre os peritos quanto ao resultado de análise fiscal condenatória, ou discordância entre os resultados desta última com a perícia de contraprova, caberá recurso da parte interessada ou do perito responsável pela análise condenatória a autoridade competente, na forma deste Código, devendo esta determinar a realização do novo exame pericial sobre a segunda amostra em poder do laboratório oficial ou credenciado.

§ 1º - O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de conclusão da perícia de contraprova.

§ 2º - A autoridade que receber o recurso deverá decidir sobre o mesmo no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de seu

recebimento.

§ 3º - Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem decisão do recurso, prevalecerá o resultado da perícia de contraprova.

Art. 232 - No caso de partida cujo igual ou superior a 1.000 UFIR, confirmada a condenação do alimento em perícia de contraprova, poderá o interessado solicitar nova retirada de amostras, aplicando-se técnica de amostragem estatística adequada.

§ Único - Excetuando os casos de presença de organismo patogênicos ou suas toxinas, considerar-se-á liberada a partida que indicar um índice de alteração ou deterioração inferior a 10% (dez por cento) de seu total, após seleção cabível.

Art. 233 - No caso de produtos condenados, oriundos de outras unidades de federação, ou resultado da análise condenatória será obrigatoriamente comunicado ao órgão federal ou congênere da unidade federativa de procedência o produto.

## Capítulo VII

### Qualificação dos Alimentos

Art. 234 - Só poderão ser dado à venda ou expostos ao consumo alimentos próprios para a tal finalidade, sendo considerados os que:

I - Estejam em período estado de conservação;

II - Por sua natureza, composição e circunstância de produção, fabricação, manipulação, beneficiamento de, quaisquer outras atividades relacionadas com os mesmos, não sejam nocivos à saúde, não tenham o seu valor nutritivo prejudicado e não apresentarem aspecto repugnante;

III - Sejam provenientes de estabelecimentos licenciados pelo órgão competente ou se encontrem em tais estabelecimentos;

IV - Obedecem às disposições da Legislação Federal, Estadual e Municipal vigentes, relativas ao registro, rotulagem e padrões de identidade e qualidade.

Art. 235 - São considerados impróprios para o consumo, os alimentos que:

I - Contenham substâncias venenosas ou toxinas em quantidade que possam torná-los prejudiciais à saúde do consumidor;

II - Transportem ou contenham substâncias venenosas tóxicas, adicionais ou acidentais, para as quais não tenham sido estabelecidos limite de tolerância ou que as contenham acima do limite estabelecido.

III - Contenham parasitas patogênicos em qualquer estágio de evolução ou seus produtos causadores de infecções, infestações ou intoxicações;

IV - Contenham parasitas que indiquem a deterioração ou o defeito de manipulação, acondicionamento ou conservação;

V - Sejam compostos no todo, ou em parte, de substâncias em decomposição;

VI - Estejam alterados por ações naturais, tais como: umidade, ar, luz, enzimas, microorganismos e parasitas, tenham sofrido avarias, deterioração, ou prejuízo em sua composição intrínseca, pureza ou caracteres organolépticos;

VII - Por modificações evidentes em suas propriedades organolépticas normais ou presença de elementos estranhos ou impurezas, demonstrem pouco asseio em qualquer das circunstâncias em que tenham sido gerados, da origem ao consumidor;

VIII - Tenham sido operados, a origem ao consumidor, sob alguma circunstância que ponham em risco a saúde pública;

IX - Sejam constituídos ou tenham sido preparados, no todo ou em parte, com produto proveniente de animal que não tenha morrido por abate, ou animal enfermo, exceto os casos permitidos pela inspeção veterinária oficial;

X - Tenham sua embalagem constituída, no todo ou em parte, por substância prejudicial à saúde;

XI - Sendo destinados ao consumo imediato, tendo ou não sofrido processo de coação, estejam à venda, sem a devida proteção.

Art. 236 - Consideram-se alimentos deteriorados, os que hajam sofrido avaria ou prejuízo em sua pureza, composição ou caracteres organolépticos, por ação da temperatura, microorganismos,

parasitas, sujidade, transporte inadequado, acondicionamento, defeito de fabricação ou em consequência de outros agentes.

Art. 237 - Consideram-se corrompidos, adulterados ou falsificados os gêneros alimentícios:

I - Cujos componentes tenham sido, no todo ou em parte, substituídos por outras de qualidade inferior;

II - Que tenham sido coloridos, revestidos, aromatizados ou adicionados de substâncias estranhas, com o fim de ocultar qualquer fraude ou alteração, ou lhe atribuir melhor qualidade do que realmente apresentam

III - Que se constituírem, no todo ou em parte, de produtos animais degenerados ou decompostos, ou de vegetais, alterados ou deteriorados, e minerais alterados.

Art. 238 - Não poderão ser comercializados os alimentos que:

I - Provierem de estabelecimentos não licenciados pelos órgãos competentes, quando for o caso;

II - Não possuírem registro no órgão federal ou estadual competente, quando for o caso;

III - Não estiverem rotulados, quando obrigados pela exigência, ou quando desobrigados não puder ser comprovada a sua procedência;

IV - Estiverem rotulados em desacordo com a Legislação vigente;

V - Não corresponderem à denominação, definição, a composição, qualidade, requisitos à rotulagem e apresentação do produto especificado no respectivo padrão de identidade e qualidade, quando se tratar de alimento padronizado, ou aqueles que tenham sido declarados no momento do respectivo registro, quando se tratar de alimento de fantasia ou não padronizado ou,. Ainda, às especificações federais, estaduais pertinentes ou, na sua falta, às do regulamento municipal concernentes ou às normas e padrões internacionais aceitos, quando ainda não padronizados.

Art. 239 - Não são consideradas fraude, falsificação ou adulteração, as alterações nos produtos, substâncias ou eventos naturais ou imprevisíveis, que vierem a determinar avaria ou deterioração, sem prejuízo da respectiva apreensão.

## Capítulo VIII

### Normas Gerais para Alimento

Art. 240 - Em virtude das normas gerais para alimentos estabelecidos neste capítulo, é proibido:

I - Fornecer ao consumidor sobras ou restos de alimentos que já tenham sido servidos, bem como o aproveitamento das referidas sobras para elaboração ou preparação de outros produtos alimentícios;

II - Na elaboração de massas e recheios para pasteis, empadas e produtos afins, a utilização de óleos e gorduras que serviram previamente em frituras;

III - Utilizar os recheios para pasteis, empada e produtos afins, quando não forem preparados no próprio dia;

IV - Utilização de gordura ou óleo de fritura em geral, assim que apresentarem sinais de saturação, modificações na presença de resíduos queimados;

V - A comercialização de manteiga ou margarina fracionadas;

VI - Manter acima de 16º C (dezesesseis graus Celsius) a margarina e acima de 10º C (dez graus Celsius) a manteiga;

VII - Manter acima de 10º C (dez graus Celsius) a manteiga e os queijos classificados segundo a Legislação Federal, como moles e semi-duros;

VIII - Fornecer manteiga ou margarina ao consumo que não seja embalagem original e que não esteja devidamente fechada;

IX - Comercializar alimentos enlatados com embalagem enferrujada, amassada, estufada ou outro tipo de avaria na mesma.

Art. 241 - Além do disposto em normas técnicas específicas do órgão fiscalizador da saúde pública as chamadas "vitimas vivas", compreendendo igualmente quaisquer sucos de frutas naturais, obedecerão as seguintes exigências no seu preparo:

I - serão elaborados no momento de serem servidos ao consumidor, com todo rigor de higiene;



II - Serão usadas em sua elaboração frutas em perfeito estado de conservação escolhida pelo consumidor;

III - Quando em sua fabricação entrar leite, que esteja pasteurizado ou equivalente;

IV - Quando o gelo for usado na composição ou no resfriamento do produto, deve o mesmo ser potável, respeitar os padrões de qualidade exigidos pelas normas de saúde pública, bem como o transporte e acondicionamento.

Art. 242 - Na preparação do caldo de cana-de-açúcar devem ser observadas as seguintes exigências:

I - Serão elaborados no momento de serem servidos ao consumidor, com todo o rigor de higiene;

II - A cana-de-açúcar destinada à moagem deverá sofrer seleção e lavagem em água a fim de ser preparada qualquer substância estanha;

III - O caldo, obtido em instalações apropriadas, deverá passar em coadores rigorosamente limpos, e servido obrigatoriamente em copos descartáveis;

IV - Só será permitida a utilização de cana raspada em condições satisfatória para consumo, consoante critérios estabelecidos pelo órgão competente;

V - A estivagem e raspagem de cana deverão ser realizadas, obrigatoriamente em local previamente autorizado pela autoridade sanitária e mantido em perfeitas condições de higiene;

VI - Os resíduos de cana devem ser mantidos em depósito fechados até a sua remoção, após encerramento das atividades comerciais ou industriais diárias ou sempre que fizer necessário;

VII - Quando o gelo for usado na composição ou resfriamento do produto, deve o mesmo ser potável e respeitar os padrões de qualidade exigidos pelas normas de saúde pública, bem como transporte e acondicionamento;

VIII - Os engenhos deveras ter calha de material inoxidável.

Art. 243 - Os estabelecimentos que comercializem alimentos cozidos ou preparados para serem servidos quentes deverão possuir estufas para exposição ou guarda de produtos, que devem ser mantidos em temperaturas acima de 60° C(sessenta graus Celsius).

#### Título V

#### Das Bebidas e Vinagres

##### Capítulo I

##### Das Disposições Preliminares

Art. 244 - Fica proibida a comercialização de bebidas e vinagres sem o devido registro no órgão competente da União ou por ela delegado.

§ Único - Para efeito deste Código, bebidas e vinagres é produto refrescante, aperitivo ou estimulante destinada à ingestão humana no estado líquido e sem finalidade medicamentosa, observada a classificação e a padronização prevista na Legislação Federal pertinente.

Art. 245 - É proibido preparar, beneficiar, acondicionar, transportar, ter em depósito ou comercializar bebidas e vinagres em desacordo com as disposições deste Código, e em desacordo com as normas técnicas especificadas fixadas pelo órgão competente.

Art. 246 - A comercialização de bebidas de qualquer natureza e vinagres, Ana área do Município, deverá obedecer aos padrões de identidade e qualidade, fixados pelo órgão competente.

Art. 247 - Aplicam-se às bebidas e vinagres, quanto à rotulagem, os dispositivos constantes do artigo 206 e 207 deste Código e demais normas legais da Legislação Federal que regem a matéria.

##### Capítulo II

##### Da Vigilância de Bebidas e Vinagres

Art. 248 - Para efeito de análise fiscal, ou de rotina, será realizada a coleta de amostra de bebida destinada ao comércio e consumo.

§ 1º - As amostras de cada produto serão compostas de 3 (três) lotes, e cada lote apresentará uma inferior a 2 (dois) litros de

produto colhido.

§ 2º - A amostra deverá ser autenticada e tornada inviolável na presença do interessado e, na ausência ou recusa deste, de duas testemunhas, se possível for.

§ 3º - Um dos lotes será utilizado na análise fiscal pelo laboratório oficial e outro permanecerá em poder da fiscalização, guardado em condições de conservação e inviolável, e o último ficará em poder do interessado para perícia de contraprova.

§ 4º - O resultado da análise fiscal deverá ser conhecido no prazo Máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da coleta da amostra do produto.

§ 5º - Realizada a análise, o laboratório oficial remeterá o respectivo laudo em 03 (três) vias, enviará 01 (uma) via ao fabricante, outra ao responsável pelo produto, mantendo a terceira em seu poder para instruir processo administrativo, se for o caso.

Art. 249 - O interessado que não aceitar o resultado da análise condenatória poderá solicitar perícia de contraprova.

§ 1º - A perícia de contraprova deverá ser requerida dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da análise condenatória, sob pena de instrução do processo.

§ 2º - No requerimento da contraprova o interessado satisfazer ser perito dentro do prazo de 05 (cinco) dias, devendo o indicado satisfazer os requisitos técnicos e legais pertinentes à perícia, sob pena de recusa liminar.

Art. 250 - Os métodos oficiais de análise serão aplicados à contraprova.

Art. 251 - A perícia de contraprova será realizada em laboratório oficial ou credenciado e aprovado pela autoridade fiscalizadora, na presença do técnico responsável.

§ 1º - O perito do interessado realizará a análise de que trata este artigo.

§ 2º - A perícia de contraprova não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do requerimento, salvo se as condições técnicas do produto demandarem a sua prorrogação.

§ 3º - Não será realizada perícia de contraprova, se a amostra em poder do interessado apresentar indícios de violação.

§ 4º - Na hipótese do parágrafo anterior, será lavrada o Auto de Infração e efetuada nova coleta, seguindo-se normalmente o processo administrativo.

§ 5º - Ao perito do interessado será dado conhecimentos da análise condenatória, prestadas informações que solicitar e exibidos os documentos necessários ao desempenho de sua tarefa.

§ 6º - Da perícia de contraprova será lavrados laudos e estes assinados pelos peritos e arquivados os originais no laboratório oficial, após a entrega de cópia à autoridade fiscalizadora e ao perito do interessado.

§ 7º - Se os peritos apresentarem laudos divergentes, o desempate será feito por um terceiro perito, eleito de comum acordo ou, em caso negativo, designado pelo Departamento Municipal de Saúde, realizando-se nova análise sobre a amostra em poder do laboratório oficial, com assistência dos peritos anteriormente nomeados.

§ 8º - Qualquer que seja o resultado da perícia de desempate, não será permitida a sua repetição.

#### Título VI

#### Dos Estabelecimentos

##### Capítulo I

##### Disposições Gerais

Art. 252 - Todo estabelecimento ou local destinado à produção, fabricação, preparo, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, armazenamento, depósito ou venda de alimentos, bem como todos os demais de interesse da saúde pública Municipal aqui regulamentados e os que vierem a ser regulamentados através de normas técnicas, deverá possuir:

I - Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará);

II - Certificado de Inspeção Sanitária;

III - Água corrente potável;

IV - Pisos com inclinação suficiente para o escoamento de água de lavagem;  
V - Ralos no piso;  
VI - Ventilação e iluminação adequadas;  
VII - Pias e lavabos com sifão ou caixa sifonada;  
VIII - Recipientes com tampa, adequadas para o lixo;  
IX - Vasilhames de material inócuo, inatacável, sem ranhuras ou fragmentação para o preparo, uso e transporte de alimentos;  
X- Câmaras, balcões frigoríficos ou geladeiras de capacidade proporcional à demanda para conservação dos gêneros alimentícios de fácil deterioração, em perfeito estado de conservação e funcionamento;  
XI - Armários com portas, que atendam à demanda apropriados para guarda de vasilhames e demais utensílios ou revestidos internamente de material impermeabilizante, a critério da autoridade sanitária competente;  
XII - As portas dos armários devem ser mantidas fechadas;  
XIII - Perfeita limpeza, higienização e conservação em geral;  
XIV - Açucareiros e outros utensílios afins do tipo que permitam a retirada do açúcar e congêneres sem levantamento da tampa ou introdução de colheres, e evitem a entrada de insetos;  
XV - As toalhas, copos, xícaras e demais utensílios similares, quando não forem descartáveis sofrer processos de esterilização.  
§ 1º - A licença para funcionamento Sanitária (Alvará) será concedido após inspeção das instalações pela autoridade sanitária Municipal competente, obedecidas às especificações deste Código e de suas normas técnicas especiais e renovável anualmente devendo o seu requerimento ser protocolado até a data de seu vencimento.  
§ 2º - O Certificado Sanitário será padronizado através de modelo aprovado pela Secretaria Municipal de Saúde.  
§ 3º - A guia de pagamento devidamente autenticada pelo órgão competente, poderá constituir e equivaler, após a realização e inspeção ou vistoria, à Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará) e Caderneta de Inspeção Sanitária.  
§ 4º - A critério da autoridade sanitária competente, poderá ser exigido ainda dos estabelecimentos de que trata este Título, Caderneta de Inspeção Sanitária, para anotações de observações de interesse da fiscalização sanitária, cujo modelo, forma e dimensões serão definidas em ato próprio do órgão competente do Departamento Municipal de Saúde.  
Art. 253 - Nos locais onde se fabricam, preparam, beneficiam, acondicionam e comercializam alimentos é proibido:  
I - Ter em depósito substâncias nocivas à saúde ou que possam servir para alterar, fraudar ou falsificar alimentos;  
II - Fumar, quando estiver manipulando, servido em contato com alimentos;  
III - Varrer a seco;  
IV - Uso de pratos, copos, talheres e demais utensílios quando quebrados, rachados, gretados ou defeituosos;  
V - Comunicar diretamente com residência;  
VI - Permanência de quaisquer animais estranhos às atividades dos estabelecimentos.  
§ 1º - Só será permitida a comercialização de saneantes, desinfetantes e produtos similares em estabelecimentos que comercializem ou consumam alimentos quando estes possuírem local apropriado e separado para a guarda de tais produtos, devidamente aprovados pela autoridade sanitária.  
§ 2º - Os prédios, as dependências e demais instalações, quaisquer que sejam, onde funcionem os estabelecimentos constantes deste Capítulo, deverão estar em perfeito estado de conservação e tender ao fim a que se destinem.  
Art. 254 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis desta Lei, os salões de venda deverão seguir as seguintes normas:  
I - Piso cerâmico ou de material eficiente com inclinação suficiente para o escoamento das águas de lavagem;  
II - Paredes revestidas com material adequado, de modo a permitir fácil limpeza e higienização;  
III - Teto de material adequado que permita uma perfeita limpeza e higienização;

IV - Balcões e mesas com tampos revestidos de material eficiente;  
V - Pia com água corrente.  
§ Único - Materiais não previstos neste Código deverão ter prévia aprovação da autoridade sanitária competente, seguindo normas técnicas específicas constantes do Código de obras do Município.

#### Seção I

##### Cozinhas ou Salas de Manipulação

Art. 255 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, as cozinhas e / ou salas de manipulação, deverão observar as seguintes normas:

- I - Piso cerâmico ou material eficiente, com inclinação suficiente para o escoamento de águas de lavagem;
- II - Paredes impermeabilizadas com azulejos ou materiais adequados, na cor claras, até a altura de 2,00 m (dois metros) e o restante das paredes na cor clara;
- III - Teto liso, de material adequado, pintado na cor clara, que permita perfeita limpeza de higienização;
- IV - Aberturas teladas com tela à prova de insetos;
- V - Água corrente, quente e fria;
- VI - Fogão apropriado, com coifa e / ou exaustor;
- VII - Mesas de manipulação constituídas somente de pés e tampos, devendo estes ser feitos ou revestidos de material impermeabilizantes;
- VIII - Filtro para água que atenda à demanda;
- IX - É proibida a utilização de divisões de madeira, revestimentos de madeira nas paredes, teto e piso.

#### Seção II

##### Instalações Sanitárias

Art. 256 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, todos os estabelecimentos deverão possuir uma instalação sanitária, no mínimo que deverá seguir normas:

- I - Piso cerâmico ou de material eficiente com inclinação suficiente para escoamento das águas de lavagens;
  - II - Paredes impermeabilizadas com azulejos ou material eficiente até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) na cor clara e o restante das paredes pintada na cor clara;
  - III - Teto liso, de material adequado, pintado na cor clara, que permita perfeita limpeza de higienização;
  - IV - Não ter ligação direta com nenhuma dependência do estabelecimento, devendo possuir ante-sala;
  - V - Vaso sanitário com tampa e / ou mictório, sendo, em ambos os casos, obrigatória a água corrente para descarga;
  - VI - Portas providas de molas;
  - VII - Os estabelecimentos que possuírem mais de 15 (quinze) funcionários deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo, observado o que dispõe o Código de Obras do Município.
- § 2º - Além dos dispositivos contidos no parágrafo anterior, ficam os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas fracionadas, obrigados a ter instalações sanitárias separadas por sexo, a critério da autoridade sanitária.

#### Seção III

##### Ante-salas

Art. 257 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, as ante-salas deverão possuir:

- I - Piso cerâmico ou de material eficiente com inclinação suficiente para escoamento das águas de lavagens;
- II - Paredes impermeabilizadas com azulejos ou materiais eficiente até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) na cor clara e o restante das paredes pintada na cor clara;
- III - Lavabo com água corrente;
- IV - Salão;
- V - Toalha de mão descartável ou toalha de rolo.

## Seção IV

### Depósitos de Alimentos

Art. 258 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, os depósitos de alimentos deverão possuir:

I - Cômodos separados por sexo;

II - Paredes impermeabilizadas com azulejos ou materiais eficiente até a altura mínima de 2,00 m (dois metros) e o restante das paredes pintada na cor clara;

III - Piso cerâmico ou de material eficiente com inclinação suficiente para escoamento das águas de lavagens;

IV - Teto liso, de material adequado, pintado na cor clara, que permita perfeita limpeza de higienização;

V - Porta provida de mola;

VI - Armários para guarda de vestuário de bens pessoais.

§ Único - Ficam sujeitos ao cumprimento das disposições deste Capítulo, as padarias, confeitarias, cozinhas industriais, bifes, fabricas, supermercados, clubes recreativos, centros esportivos, creches, praças de esporte, casa de banho, casas de massagem, saunas, lavanderias e demais estabelecimentos citados nesta Lei, a critério das autoridades sanitárias competente.

## Capítulo II

Dos Açougues, depósitos de carne, casas de carnes, aves abatidas, peixarias e congêneres

Art. 260 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, os depósitos de alimentos deverão possuir:

I - No mínimo, uma ampla porta abrindo diretamente para o logradouro público, ou ampla área, assegurando boa ventilação;

II - Embalagens plásticas transparentes pra os gêneros alimentícios;

III - Ganchos de material inoxidável, inócuo e inatacável para sustentar a carne quando utilizados as desossa, bem como no acondicionamento em geladeiras ou balcões frigoríficos;

IV - Os balcões frigoríficos deverão ser providos de portas apropriadas, mantidas obrigatoriamente fechadas.

Art. 261 - É proibido no estabelecimento:

I - O uso de machadinha, que será substituída pela serra elétrica ou similar;

II - O depósito de carnes moídas e bifes batidos;

III - A salga ou qualquer outro tipo de tratamento que possa ser dado à carne;

IV - Lavar o piso ou paredes com qualquer solução desinfetante, não aprovada por normas técnicas específicas;

V - O uso de sebo;

VI - A permanência de carnes na barra, devendo as mesmas aí permanecer o tempo mínimo necessário para proceder a desossa;

VII - A cor vermelha e seus matizes nos revestimentos dos pisos, paredes, tetos, bem como nos dispositivos de exposição de carnes e de iluminação;

VIII - Dar ao consumo carnes, pescados, aves, e derivados de natureza clandestina que não tenham sido submetidos à inspeção pela autoridade competente sob pena de apreensão e multa.

Art. 262 - Os veículos para transporte, entrega e distribuição de carnes, pescados, frangos e derivados serão do tipo aprovado pela autoridade sanitária competente e deverão preencher os seguintes requisitos:

I - Dispor de compartimento de carga completamente fechado;

II - Possuir, para transporte de carcaças inteiras, metades e quartos, equipamentos de suspensão, feitos de material não corrosível e colocação de tal maneira, que a carne não possa tocar no piso, devendo ainda os veículos destinados ao transporte de restos de abatedouros e açougues, possuir carrocerias fechadas e vedadas;

III - No transporte de pescado, será tolerado o emprego de gelo picado ou em escama, sob a condição de representar, no mínimo 30% (trinta por cento) do peso total da mercadoria;

IV - O peixe filetado deve estar acondicionado em recipientes de material não corrosível e liso, mantidas em bom estado de

conservação e de limpeza.

§ Único - A autoridade sanitária competente considerando o tempo de duração da viagem inicial da mercadoria e a temperatura ambiente, quando de seu carregamento, poderá exigir a instalação de dispositivos de produção automática de frio.

## Capítulo III

Dos Bares, Lanchonetes, Leiterias, Pastelarias, Vitaminas, "Drive-in", Cervejarias, Restaurantes, Boates, Casas de Chope, Churrasqueiras, Pizzarias e Congêneres

Art. 263 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste código, os estabelecimentos acima enumerados deverão possuir:

I - As toalhas de mesa e guardanapos, quando adotados, serão substituídos por outros limpos, logo após a sua utilização por cada consumidor;

II - Estufa para exposição ou guarda de produtos que devem ser mantida em temperatura acima de 60° C (sessenta graus Celsius) quando for o caso.

## Capítulo IV

Dos Hotéis, Hospedarias, Motéis, Pensões, Pensionatos e Congêneres

Art. 264 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, os estabelecimentos acima enumerados deverão possuir:

I - A copa com piso cerâmico ou material eficiente paredes impermeabilizantes, no mínimo com 2,00 m (dois metros) com azulejos de cor clara, ou material eficiente e o restante das paredes pintadas na cor clara, sendo proibido o uso de madeira;

II - Teto liso, pintado na cor clara;

III - As instalações sanitárias, além das disposições exigidas neste Código para os estabelecimentos em geral, deverão ser separadas por sexo com acessos independentes e cuja quantidade observará as exigências contidas no Código de Obras do Município.

IV - Sala de estar geral com área suficiente, a critério da autoridade sanitária competente;

V - As toalhas de mesa e guardanapos, quando adotados, serão substituídos por outros, rigorosamente limpos, logo após sua utilização por cada consumidor.

§ Único - É proibido ainda, nos estabelecimentos mencionados neste capítulo. Servir à mesa, Paes, manteigas e similares sem a devida proteção.

Art. 265 - As camas, colchões, lençóis, travesseiros, toalhas e demais móveis deverão estar em perfeito estado de conservação e higiene.

Art. 266 - As lavadeiras, quando houver, devem ter piso revestido com material liso, resistente, lavável e impermeável,, com inclinação suficiente para escoamento de águas de lavagem; as paredes, até 2,00 m (dois metros) de altura, no mínimo impermeabilizadas com azulejos ou materiais eficiente na cor claras, sendo o restante das pintadas na cor clara, e dispor de:

I - Local para lavagem e secagem de roupas;

II - Depósito de roupas servidas;

III - Depósito, e local exclusivo, para roupas limpas.

## Capítulo V

Das Padarias, Bombonieres, Confeitarias e Congêneres

Art. 267 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, os estabelecimentos acima enumerados deverão possuir:

I - Fogão apropriado com cofia ou exaustor, a critério da autoridade sanitária;

II - Recipiente com tampa revestido internamente com material inócuo e inatacável, ou feito de igual material, para guarda de farinhas, açucars, fubá e congêneres;



III - Amassante ou vapor e secagem;  
IV - Os gelados comestíveis somente poderão ser recongelados desde que não tenham saído do local de fabricação;  
V - Durante o armazenamento, antes da distribuição aos pontos de venda, os gelados comestíveis deverão ser mantidos a uma temperatura máxima de -18° C (dezoito graus Celsius negativos), sendo que, nos pontos de venda a temperatura deverá ser de, no Máximo, -5° C (cinco graus Celsius negativos).  
§ Único - É proibido ainda, aos estabelecimentos a que se refere este capítulo, manter aberta as portas dos refrigeradores, principalmente as dos depósitos de leite.

#### Capítulo VI Dos Mercados e Supermercados

Art. 268 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, principalmente àquela relacionada aos açougues, bares, padarias, quitandas e casas de frios, os estabelecimentos acima enumerados deverão possuir:

- I - Área suficiente para estocagem, acondicionamento, depósito de alimentos e produtos, sua embalagens vazias e utensílios de limpeza;
- II - Câmaras de congelamento ou frigorificação de alimentos de fácil deterioração na estocagem, conservação, exposição e comercialização.

#### Capítulo VII Dos Traileres, Comercio Ambulante e Congêneres

Art. 269 - Os trailers comércio ambulante e congêneres obedecerão, dentre outras prescrições desta Lei, ao dispositivo neste artigo.

§ 1º - No comércio ambulante somente é tolerada a comercialização de alimentos que não ofereçam riscos ou inconvenientes de caráter sanitário, a critério do órgão competente, não sendo tolerado:

- I - Preparo de alimentos, exceto: pipocas, centrifugação de algodão doce, açúcar, churros, milho verde, acarajé, churrasquinho e cachorro quente, desde que em equipamento aprovado pelo órgão sanitário do Município;
- II - Preparo de bebidas e sucos naturais diversos para obtenção de líquidos, ditos refrigerantes, salvo quando permitido pelo órgão fiscalizador competente.

§ 2º - Preparação, beneficiamento, fracionamento e confecção ambulante de alimentos para a venda imediata, bem como os serviços de lanches rápidos, são tolerados, desde que observadas, em especial, as seguintes condições:

- I - Realizar-se em veículos motorizados ou não, com espaço interno suficiente para a permanência do manipulador, provido de reservatório para adequado suprimento de água corrente, instalações de copa-cozinha e balcão para servir ao público.
- II - O compartimento do condutor, quando for o caso, ser isolado dos compartimentos do trabalho, sendo proibida a utilização do veículo como dormitório;
- III - Serem os utensílios e recipientes para utilização pelo consumidor descartável, e descartados e após uma única serventia;
- IV - Os alimentos substâncias ou insumos e outros serem depositados, manipulados e eventualmente aquecidos ou cozidos no interior do veículo;
- V - Os alimentos perecíveis deverão ser guardados em dispositivos frigoríficos providos de aparelhagem automática de produção de frio suficiente para mantê-los nas temperaturas exigidas, devendo,, no caso de serem servidos quentes, ser ,mantidos em temperatura acima de 60° C (sessenta graus Celsius), fazendo-se uso de estufas, caso seja necessário;
- VI - Serem os utensílios, recipientes e instrumentos de trabalho em perfeitas condições de higiene, mediante freqüentes lavagens e desinfecção com água fervente ou solução desinfetante aprovada.

§ 3º - Os trailers, quando funcionarem com anexos, tipo bar, restaurante, cozinha industrial, deverão conter estacionamento.

#### Capítulo VIII Das Feiras Livres, Feiras de Comidas Típicas, Feiras de Arte e Artesanato e Similares

Art. 270 - A venda de quaisquer alimentos nas feiras livres ficará sujeita à prévia autorização da autoridade sanitária competente e na forma definida em ato perorei do Poder Executivo.

§ Único - Quando comercializados nas feiras livres, na forma estabelecida no artigo anterior, além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, os alimentos, deverão obedecer às exigências constantes deste capítulo.

Art. 271 - Todos os alimentos à venda nos estabelecimentos a que se refere esse capítulo deverão estar agrupados de acordo com a sua natureza e protegidos da ação dos raios solares, chuvas e outras intempéries, ficando terminantemente proibido colocá-los diretamente sobre o solo.

Art. 272 - Nestes estabelecimentos é permitida a venda a varejo de produtos hortifrutigranjeiros e, subsidiariamente, de outros alimentos observando as seguintes exigências:

- I - Devem ser mantidos refrigerados nas temperaturas exigidas especialmente, os alimentos obrigados a esse tipo de conservação;
- II - A comercialização de carnes, pescados e derivados e produtos de laticínios, passíveis de refrigeração, será permitida, desde que em veículos, frigoríficos, que serão vistoriados e aprovados pela autoridade sanitária municipal, ou em balcões frigoríficos, devidamente instalações e em perfeito funcionamento e providos de portas apropriadas, que deverão ser mantidas fechadas;
- III - Os veículos, barracas e balcões para a comercialização de carnes ou pescados devem dispor de depósito suficiente para o abastecimento de água corrente;
- IV - É proibido o depósito e a comercialização de aves e outros animais vivos;
- V - Bancas impermeabilizadas com material adequado para outros animais hortifrutigranjeiros;
- VI - Fica proibido o fabrico de alimentos.

#### Capítulo IX Dos Clubes Recreativos, Centros Esportivos, Creches, Praças de Esportes, Casas de Espetáculo e Similares

Art. 273 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, os estabelecimentos acima deverão atender às exigências deste capítulo.

Art. 274 - As piscinas deverão ser projetadas e construídas de forma a permitir sua operação, manutenção e limpeza em condições satisfatórias.

Art. 275 - O sistema de suprimento de águas e instalações de esgotamento não deverão permitir a interconexão com a rede de esgoto sanitário (Art. 45, § 2º Lei 11.445/2007).

§ Único - Haverá um ladrão em torno do tanque com os orifícios para o escoamento de água.

Art. 276 - Os tanques deverão ter o suprimento de água pelo processo de circulação.

§ Único - A máquina e os equipamentos dos tanques deverão permitir a recirculação de um volume de água igual ao de suas respectivas capacidades, por período máximo de 08 (oito) horas.

Art. 277 - As piscinas constarão de um tanque sistema de circulação ou de recirculação, chuveiros, vestuários e conjunto de instalações sanitárias.

Art. 278 - Os tanques deverão satisfazer os seguintes requisitos:  
I - O seu revestimento interno deverá ser de material impermeável e de superfície lisa;

II - O fundo terá uma declividade conveniente, não sendo permitido mudanças bruscas, até a profundidade de 2,00 (dois metros).

Art. 279 - Os lava-pés, quando existentes, somente serão permitidos no trajeto entre os chuveiros e a piscina devendo ser

construídos de modo a obrigar que os banhistas percorram toda a sua extensão, com dimensões mínimas de 3,00 m (três metros) de comprimento e 0,30 m (trinta centímetros) de profundidade e 0,80 m (oitenta centímetros) de largura.

§ Único - Os lava-pés deverão ser mantidos com água clorada, com remoção, com uma lamina liquida de 0,20 m (vinte centímetros), no mínimo.

Art. 280 - Os vestiários e instalações sanitárias deverão observar as disposições do Código de Obras do município.

Art. 281 - A qualidade da água do tanque em uso deverá obedecer aos seguintes requisitos:

I - Qualidade microbiológica;

a) De cada tanque deverá ser examinado pelo órgão competente um numero representativo de amostra;

b) Cada amostra será constituída de 05 (cinco) porções de 10 ml (dez mililitros), exigindo-se, no mínimo, que 80% (oitenta por cento) de 05 (cinco) ou mais amostras consecutivas apresentem ausência de germes do grupo coliforme nas 05 (cinco) porções de 10 ml que constituem cada uma delas;

c) A contagem em placas deverá apresentar um numero inferior a 200 (duzentos) colônias por mililitro, e 80% (oitenta por cento) de 05 (cinco) ou mais amostras consecutivas;

II - Quantidade física e química;

a) Para verificar a limpeza da água do tanque, se era colocado um disco negro de 15 m (quinze centímetros) de diâmetro na parte mais funda, o qual deverá ser visível de qualquer borda;

b) O PH da água deverá ficar entre 7,0 (sete) e 8 (oito);

c) A concentração de cloro na água será de 0,4 (quatro décimos) a 1 mg/L (dois miligramas por litro) quando o residual for de cloro combinado;

d) A concentração de  $\text{NO}_2$  (nitrito) não deverá ser superior a 0,1 ppm (um décimo de parte por milhão).

§ Único - Os exames previstos neste artigo, serão realizados no mínimo 03 (três) vezes ao ano, a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 282 - A desinfecção das águas de piscinas será feita com o emprego do cloro, seus compostos ou outros agentes de desinfecção de água, desde que aprovados pela autoridade sanitária competente.

Art. 283 - O numero Maximo permissível de banhistas utilizando o tanque ao mesmo tempo, não deverá exceder de 01 (um) para cada 2,00 m<sup>2</sup> (dois metros quadrados) de superfície liquida, sendo obrigatório a todo freqüentador do tanque o banho prévio de chuveiro.

Art. 284 - As piscinas estarão sujeitos à interdição pelo não cumprimento das prescrições constantes deste Código, devendo a interdição vigorar até que se tenha regularizado a situação que a originou.

§ Único - Os casos de interdição, referida no artigo anterior, resultará em multa aplicada pela autoridade sanitária.

Art. 285 - O não cumprimento da interdição, referida no artigo anterior, resultará em multa aplicada pela autoridade sanitária.

Art. 286 - Toda piscina deverá ter um técnico responsável pelo tratamento de água e manutenção das condições higiênicas, ficando os operadores obrigados a verificar de modo rotineiro os padrões ideais exigidos de suas águas.

Art. 287 - Aplicam-se às colônias de férias as disposições relativas aos hotéis e similares, bem como aos locais de reunião e de banho, quando for o caso.

Art. 288 - As colônias de férias de trabalho ou recuperação, só poderá ser instaladas em local de terreno seco e com declividade suficiente par o escoamento das águas pluviais.

Art. 289 - Nenhum local de colônia de férias, acampamento de trabalho e recreação poderá ser aprovado sem que possa:

I - Sistema se captação e distribuição de água potável e afastamento de águas residuárias;

II - Instalações sanitárias, independentes para cada sexo, em número suficiente;

III - Forma adequada de coleta e destino dos resíduos sólidos de

maneira a satisfazer as condições de higiene;

IV - Instalações para lavagem de roupas.

§ Único - A qualidade da água de abastecimento devera ser demonstrada pelos responsáveis nos locais de colônias de férias e acampamentos de trabalho ou recreação à autoridade sanitária, mediante resultados de exames laboratoriais.

Art. 290 - Os circos, parques de diversões e estabelecimentos congêneres, deverão possuir instalações sanitárias provisórias, ligadas a uma fossa, ou outra instalação aprovada pela autoridade sanitária, independentes para cada sexo, na proporção mínima de um vaso para cada 200 (duzentos) freqüentadores, em compartimentos separados.

§ 1º - Na construção dessas instalações poderá ser permitido o emprego de madeira e de outros materiais em placas, devendo o piso receber revestimento liso e impermeável.

§ 2º - Será obrigatória a remoção e isolamento das instalações sanitárias construídas nos termos do parágrafo anterior, e o aterro das fossas, por ocasião de cessação das atividades que a elas derem origem.

Art. 291 - Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior estão sujeitos à vistoria pela autoridade sanitária, para efeito de funcionamento.

Art. 292 - Os locais destinados a reuniões para fins religiosos obedecerão na integra ao disposto neste Código.

§ Único - Quando abrigarem outras atividades anexas, como escolas, pensionatos ou residências, deverão satisfazer as exigências próprias para tais fins.

Art. 293 - As creches devem atender, no que couber, as disposições deste Código, e às seguintes:

I - Berçário, com área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) por criança, devendo haver entre os berços e entre as paredes, a distancia mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros);

II - Saleta, para amamentação com área mínima de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) providas de cadeiras ou banco-encosto, para que as mulheres possam amamentar seus filhos em condições adequadas de higiene e conforto;

III - Cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos dietéticos para as crianças ou para as mães, com área de 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados);

IV - Compartimento de banho e higiene das crianças, com área mínima de 3,00 m<sup>2</sup> (três metros quadrados)

V - Instalações sanitárias para uso das mães e do pessoal da creche.

Art. 294 - Os asilos, orfanatos, albergues e instituições congêneres, além das demais disposições deste Código, no que lhes for aplicável, deverão atender as seguintes exigências:

I - Terem os dormitórios, área de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), quando destinados a uma pessoa, e 4,00 m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) por leito, nos de uso coletivo, no mínimo;

II - Terem cozinhas e anexos com área mínima de 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) e na proporção de 0,50 m<sup>2</sup> (cinquenta centímetros quadrados) por pessoa assistida;

III - Terem refeitório com área mínima de 5,00 m<sup>2</sup> (cinco metros quadrados) por pessoa assistida;

IV - Terem instalações sanitárias na forma prevista na Legislação especifica;

V - Terem, quando se destinarem a menores, área de recreação e salas de aula, quando for o caso, aplicando-se para tais dependências as condições exigidas para os estabelecimentos de ensino.

§ Único - Os estabelecimentos citados neste artigo que possuírem pelo menos uma piscina, deverão encaminhar ao órgão fiscalizador da saúde publica o nome do responsável técnico pela piscina, os dias e horários em que pode ser encontrado no local.

#### Capítulo X

Dos Institutos e Salões de Beleza, Cabeleireiros, Barbearias, Casas de Banho, Casas de Massagem, Saunas, Lavanderias e Similares

Art. 295 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis



deste Código, os estabelecimentos supra citados, deverão possuir, especificamente:

I - Pentes, navalhas e outros utensílios de uso coletivo desinfetados / esterelizados, após cada uso, através de processos químicos e / ou físicos eficazes, a critério da autoridade sanitária competente;

II - Toalhas e golas de uso individual, garantido por envoltórios apropriados, devendo ser substituídas higienizadas após sua utilização;

III - Insufladores para aplicação de pó-de-arroz ou talco;

IV - Cadeiras com encosto para a cabeça revestido de pano ou papel, renovado para cada pessoa;

V - Quando se tratar de manicure e pedicure, os recipiente e utensílios previamente esterilizados ou flambados.

Art. 296 - As casas de banhos ou saunas observarão as disposições deste capítulo e mais:

I - As banheiras serão de material impermeabilizante ou outro, aprovado pelo órgão competente de saúde pública e serão lavadas e desinfetadas após cada banho;

II - O sabonete será fornecido a cada banhista, devendo ser inutilizado a porção do mesmo que restar;

III - As roupas utilizadas nos quartos deverão ser individuais, não podendo servir a mais de um banhista, antes de serem novamente lavadas e desinfetadas;

IV - É proibido atender pessoas que sofram de dermatoses ou qualquer doença parasitária, infecto-contagiosa ou repugnante.

Art. 297 - As lavanderias deverão atender, no que lhes for aplicável a todas as exigências deste código, devendo ainda serem dotadas de reservatórios de água com capacidade equivalente ao consumo diário, sendo permitido o uso de água de poço ou de outras procedências, desde que não seja poluída ou contaminada e o abastecimentos seja insuficiente ou inexistente.

§ Único - As lavanderias devem possuir locais destinados a:

I - Depósito de roupas a serem lavadas;

II - Operações de lavagens;

III - Secagem e passagem de roupa, desde que não disponham de equipamento apropriado para este fim;

IV - Depósito de roupas limpas.

## Capítulo XI

### Dos Estabelecimentos de Ensino e Similares

Art. 298 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, os estabelecimentos de ensino e similares deverão ter edificações providas de instalações hidro-sanitárias de forma a satisfazer as exigências da Legislação específica.

§ 1º - Os compartimentos ou locais destinados à preparação venda ou distribuição de alimentos ou bebidas, deverão satisfazer às exigências para estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, no que lhes for aplicável.

§ 2º - Nos internatos, serão observadas ainda as condições referentes à habitação dos dormitórios coletivos, quando houver, e os locais de preparo, manipulação e consumo de alimentos, no que lhes for aplicáveis.

§ 3º - Os reservatórios de água potável de 50 litros, dos estabelecimentos de ensino e similares terão capacidade adicional à que for exigida para combate a incêndio, ano inferior ao correspondente a 50 (cinquenta) litros por aluno, e, no caso dos semi-internatos esta capacidade será de 100 (cem) litros por aluno e 150 (cento e cinquenta), por aluno, respectivamente, no caso dos internatos.

## Capítulo XII

### Das Distribuidoras de Bebidas, Depósito de Bebidas e Similares

Art. 299 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, os estabelecimentos acima enumerados deverão possuir paredes revestidas até à altura mínima de 2,00 m (dois metros) com material liso, resistente e lavável na cor clara.

Art. 300 - É proibido nos estabelecimentos acima citados:

I - Expor à venda, ou ter em depósito, substâncias tóxicas ou corrosivas para qualquer uso, que se prestem à confusão de bebidas;

II - Vender bebidas fracionadas (pingas);

## Capítulo XIII

### Dos Depósitos de Alimentos, Atacadistas e Similares

Art. 301 - Além das demais disposições constantes e aplicáveis deste Código, os estabelecimentos acima enumerados obedecerão ao disposto neste Capítulo.

§ 1º - Nos depósitos de alimentos, as paredes serão revestidas de material liso, na cor clara, resistente e lavável até a altura mínima de 2,00 m (dois metros).

§ 2º - No caso de depósito de alimentos perecíveis, as paredes deverão ser impermeabilizadas com azulejos, na cor clara ou material eficiente no mínimo até 2,00 m (dois metros) de altura e o restante das paredes pintadas na cor clara, inclusive o teto.

Art. 302 - É proibido nos estabelecimentos supramencionados:

I - Expor à venda, ou ter em depósito, substâncias tóxicas ou corrosivas para qualquer uso, que se prestem à confusão com gêneros alimentícios ou bebidas;

II - Comercialização de alimentos fracionados.

## Capítulo XIV

### Das Agências Funerárias, Velórios, Necrotérios, Salas de Anatomia Patológica, Cemitério e Crematório

Art. 303 - As agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitério e crematório, ficam sujeitos às disposições deste código, no que couber, a critério da autoridade sanitária, e, especificamente às disposições deste capítulo.

Art. 304 - Fica proibido o embalsamento e tamponamento de cadáveres nas agências funerárias, ressalvado se a agência funerária possuir licença especial para tal fim.

Art. 305 - Não será tolerada a permanência de cadáveres nas agências funerárias, por mais de 48hs (quarenta e oito horas).

Art. 306 - Os locais destinados a velórios devem ser ventilados, iluminados e dispor pelo menos de:

I - Sala de vigília com área não inferior a 20,00 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados);

II - Sala descanso e espera proporcional ao numero de salas de vigílias;

III - Bebedouro de jato inclinado e guarda protetora, sendo a extremidade do local de suprimento de água localizado acima do nível de transbordamento;

IV - O bebedouro a que se refere o inciso anterior deverá estar fora do local destinado a velório.

Art. 307 - Os necrotérios, salas de necropsia e anatomia patológica deverão ter pelo menos:

I - Sala de necropsia com área não inferior a 16,00 m<sup>2</sup> (dezesseis metros quadrados) e, neste deverá existir pelo menos:

a) Mesa para necropsia, de formato que facilite o escoamento de líquidos, sendo a mesa feita ou revestida de material liso, resistente, impermeável, e lavável.

b) Lavabo e / ou pia com água corrente e dispositivo que permita a lavagem das mesas de necropsia e do piso;

II - Câmara frigorífica adequada para cadáveres e com área mínima de 8,00 m<sup>2</sup> (oito metros quadrados);

III - Sala de recepção e espera;

IV - Crematório;

V - Tanque para tratamento;

Art. 308 - Os cemitérios só poderão ser construídos mediante autorização do poder publico Municipal, obedecendo:

I - Em regiões elevadas, nas contravertentes de água, no sentido de evitar contaminação das fontes de abastecimento;

II - Em regiões planas, a autoridade sanitária ó poderá autorizar a construção dos cemitérios se não houver risco de inundação;

III - Nos casos dos incisos I e II, a autoridade sanitária deverá fazer estudos técnicos de lençol freáticos, que não poderá ser nunca

inferior ao nível de 2 m (dois metros);

IV - deverão ser isolados dos logradouros públicos e terrenos vizinhos por uma faixa de 15 m (quinze metros), quando houver redes de água, e por uma faixa de 30 m (trinta metros), quando na região não houver rede de água;

V - A critério da autoridade competente poderá ser exigido estudo de impacto ambiental, com a expedição do respectivo relatório de impacto no meio ambiente.

Art. 309 - Os cemitérios deverão possuir, pelo menos:

I - Local para administração e recepção;

II - Depósito de matérias e ferramentas;

III - Vestiário e instalações sanitárias para os empregados e para o público, separados por sexo;

Art. 310 - Nos cemitérios, pelo menos 20% (vinte por cento) de sua área será destinado à arborização ou ajardinamento.

§ Único - Os jardins sobre jazigos não serão computados para os efeitos deste artigo.

Art. 311 - Os projetos referentes à construção de cemitérios deverão ser submetidos a previa aprovação da autoridade sanitária, sem prejuízo de outras prescrições legais a que estarão sujeitos.

Art. 312 - Os crematórios deverão ser providos de câmaras frigoríficas e salas para necropsia, devendo esta atender aos requisitos mínimos estabelecidos neste Código.

Art. 313 - Nenhum sepultamento será feito sem o atestado de óbito e seu respectivo registro no Cartório competente e fora dos cemitérios públicos, particulares ou religiosos, observando-se ainda os preceitos sanitários ou legais.

Art. 314 - As sepulturas comuns (covas simples) obedecerão às dimensões mínimas de 2,00 m (dois metros) de comprimentos, 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) de profundidade, por 0,80 (oitenta centímetros) de largura, distanciadas uma das outras, em todos os sentidos, no mínimo em 0,60 m (sessenta centímetros).

§ 1º - Quando se tratar de cadáveres de crianças ou recém-nascidos estas medidas poderão ser reduzidas, proporcionalmente a critério da autoridade sanitária competente.

§ 2º - No caso de produtos de aborto, embrião ou feto, e de membros extirpados, será seguido os ditames da Legislação federal.

Art. 315 - A exumação de cadáver vitimado por doença transmissível poderá ser feita antes de 24 (vinte e quatro) horas após o óbito, observadas as cautelas e medidas determinadas pela autoridade sanitária.

Art. 316 - É proibido o uso de caixões metálicos ou de madeira revestidos deste material, excetuando-se os casos de embalsamento, exumações ou quando os cadáveres não tenham que ser com eles enterrados, sendo obrigatória sua desinfecção após o uso.

§ Único - Outros materiais poderão ser utilizados na fabricação de caixões, desde que aprovados pela autoridade sanitária.

Art. 317 - Havendo suspeita de que o óbito foi consequência de doença transmissível, endêmica ou epidêmica, a autoridade sanitária deverá exigir a necropsia ou exumação para determinar a causa da morte.

Art. 318 - As trasladações serão efetuadas decorridos os 3 (três) anos após a morte quando não se tratar de doenças transmissíveis ou 05 (cinco) anos, quando for este o caso.

§ Único - Este prazo poderá ser reduzido para 2 (dois) anos, em se tratando de crianças até a idade de 6 (seis) anos, inclusive.

Art. 319 - A pedido das autoridades sanitárias ou policiais, a exumação poderá ser efetuada em qualquer época, principalmente se for para esclarecimento de diagnósticos ou quando se tratar de crimes dolosos, culposos ou de acidentes de trabalho.

§ Único - Os veículos para transporte de cadáver deverão ser de forma a se prestarem à lavagem ou desinfecção metálico ou outro material impermeável.

Art. 320 - O transporte de restos mortais exumados será feito em caixão metálico ou urna metálica, após autorização da autoridade sanitária competente.

Art. 321 - O transporte de cadáver ou restos mortais, após exumação, de um para outro município, para dentro ou fora do país, só poderá ser executado em caixões de zinco ou equivalente,

hermeticamente fechado e constatado pela autoridade sanitária ou policial.

§ Único - Em se tratando de morte por doença transmissível a exigência do caixão de zinco, metálico ou equivalente, em hipótese alguma poderá ser dispensada.

Art. 322 - Se cadáver permanecer insepulto após 36 (trinta e seis) horas, ainda que a morte não tenha sido por doença transmissível, deverá sofrer processo de formalização ou qualquer outro meio de conservação de cadáver, a juízo das autoridades competente.

Art. 323 - As usinas ou fornos crematórios obedecerão aos preceitos dos necrotérios.

§ 1º - A energia térmica empregada nos fornos, usinas ou salas de cremação será exclusivamente elétrica, não se permitindo, em hipótese alguma, o empregado de lenha ou carvão.

§ 2º - Os fornos, usinas ou salas crematórias serão providos de exaustores ou equivalentes, de modo que os odores ou gases não contaminem o ambiente, devendo ser aprovados pelas autoridades competentes.

Art. 324 - As cinzas ou restos mortais dos corpos cremados poderão ser entregues aos familiares do falecido, em urnas metálicas ou de vidro, a juízo da autoridade sanitária.

Art. 325 - Os administradores, proprietários, gerentes ou responsáveis por serviços funerários, bem como empresas, firmas ou corporações que fornecerem ou fabricarem caixões mortuários, ficam sujeitos às obrigações deste Código.

#### Capítulo XV Do Pessoal

Art. 326 - Para o exercício das atividades a seguir relacionadas será obrigatório à carteira de saúde emitida pela Secretaria Municipal de Saúde ou o controle da empresa por ela credenciada, a saber:

I - Produção, industrialização, manipulação, comercialização e distribuição de alimentos, bebidas e vinagres;

II - Hotelarias e similares;

III - Clubes esportivos, saunas, massagens, salões de beleza e similares;

IV - Outras atividades que exijam contato com o público, a critério da autoridade sanitária.

Art. 327 - A carteira de Saúde emitida pelo Departamento Municipal de Saúde, terá validade por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, devendo ser renovada dentro desse prazo, na qual serão consignadas as datas dos exames, que se repetirão, no mínimo, uma vez por ano.

§ 1º - As empresas portadoras de serviço médico próprio, devidamente credenciadas pela Secretaria Municipal de Saúde, poderão fazer controle médico de seus próprios empregados.

§ 2º - Esta obrigação é extensiva aos proprietários que intervenham diretamente em seus estabelecimentos, quaisquer que sejam as atividades que desenvolvem nos mesmos.

Art. 328 - Todas as pessoas portadoras de doenças transmissíveis, bem como aquelas afetadas por dermatoses exudativas ou esfoliativas, não poderão manipular, transformar, beneficiar, acondicionar ou distribuir alimentos, nem exercer outras atividades que coloquem em risco a saúde dos consumidores.

§ Único - Caberá à autoridade competente apurar as irregularidades citadas neste artigo, determinando cabíveis, sob pena de multa.

Art. 329 - Os empregados e proprietários que intervenham diretamente nas atividades do estabelecimento, mesmo quando portadores de carteiras de saúde dentro do prazo de validade, deverão ser afastados das atividades ao apresentarem manifestações febris ou cutâneas, principalmente supuração da pele, corrimento nasal, supuração e infecção respiratória, só podendo reassumir após liberação médica por escrito, sob pena de multa.

Art. 330 - As pessoas que manipulem alimentos não podem praticar ou possuir hábitos ou condições capazes de prejudicar a limpeza e sanitária dos alimentos à higiene dos estabelecimentos e as

saúde dos consumidores, em especial, devendo:

I - Manter o mais rigoroso asseio corporal e do vestuário;

II - Quando no recinto de trabalho, fazer uso de vestuários adequados, da cor clara;

III - Usar gorro ou outro dispositivo, de cor clara, que cubra os cabelos, quando envolvidas na elaboração, preparação ou fracionamento de alimentos;

IV - Ter as mãos e unhas limpas, obrigatoriamente lavadas com água e sabão antes do início das atividades, quando tiverem tocado material contaminado ou dinheiro, feito uso de lenço e principalmente, após a utilização da instalação sanitária;

V - Não tocar diretamente com as mãos nos alimentos mais do que absolutamente necessário e somente quando não fazê-lo indiretamente, através de utensílios apropriados;

VI - Quando houver cortes, queimaduras e erosões de pele superficialmente durante o serviço, deverá o funcionário afastar-se imediatamente do local da manipulação de alimento;

VII - Não fumar, mascar gomas ou outras praticas semelhantes nos locais onde se encontrem alimentos, podendo fazer, todavia, em locais especiais e desde que, após a pratica, lave cuidadosamente as mãos;

VIII - Não cuspi ou escarrar em qualquer dependência, podendo fazê-lo tão somente no vaso sanitário;

IX - Quando em contato diretamente com os alimentos, ter a unhas curtas e sem pintura, cabelos e barbas aparadas ou protegidas.

§ Único - Ao empregado responsável pelo caixa incube receber diretamente dos fregueses moeda ou papel-moeda destinado ao pagamento das compras e dar-lhe, na mesma condição, o troco, por ventura devido, sendo absolutamente vedado ao vendedor tocar no dinheiro e ao empregado-caixa qualquer contato com os alimentos.

Art. 331 - É proibida a entrada de pessoas estranhas nos locais de preparação, fracionamento, acondicionamento, depósito ou armazenamento dos alimentos.

§ Único - Excetuam-se do disposto neste artigo, as pessoas que pela natureza de sua atividades sejam obrigadas a penetrar nos referidos locais, estando, todavia, sujeitas às disposições referentes à higiene pessoal.

## Título VII

### Do Controle de Zoonoses

#### Capítulo I

##### Das Disposições Iniciais

Art. 332 - O desenvolvimento de ações objetivando o controle das populações animais, bem como a prevenção e o controle das zoonoses no território do Município, são definidos neste Título.

Art. 333 - Fica a Secretaria Municipal de Saúde, responsável pela execução das ações mencionadas no artigo anterior.

Art. 334 - Para efeito deste Código, entende-se por:

I - Zoonoses: infecções ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem, e vice-versa;

II - Agente Sanitário: médico veterinário da Coordenadora de Controle de Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde;

III - Órgão Sanitário Responsável: aquele responsável pela coordenação e controle de Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal;

§ Único - Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de Zoonoses, preservar a saúde da população, mediante o emprego de conhecimentos especializados e experiências da Saúde Pública Veterinária.

Art. 335 - Constituem objetivos básicos das ações de controle das populações animais:

I - Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento aos animais;

II - Preservar a saúde e o bem-estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos causados por animais.

Art. 336 - Todo proprietário ou possuidor de animais, a qualquer título, deverá observar as disposições legais e regulamentares

pertinentes e adotar as medidas indicadas pelas autoridades de saúde para evitar a transmissão de Zoonoses às pessoas.

Art. 337 - É obrigatória a vacinação dos animais contra doenças especificadas pelo Ministério da Saúde.

## Capítulo II

### Da Captura de Animais

Art. 338 - É proibida a permanência de animais soltos nas vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Art. 339 - É proibido o passeio de Cães nas vias e logradouros públicos, exceto com uso adequado de coleira, guia conduzido por pessoas com idade e força suficiente para controlar os movimentos do animal.

§ Único - Os Cães mordedores e bravios somente poderão sair às ruas devidamente amordaçados.

Art. 340 - Serão apreendidos os cães mordedores viciosos, condição esta constatada por Agente Sanitário ou comprovada mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial.

§ 1º - Será ainda apreendido todo e qualquer animal:

I - Encontrado solto nas vias publicas ou locas de livre acesso ao publico;

II - Suspeito de raiva ou outra zoonose;

III - Submetido a maus tratos por seus proprietário ou preposto deste;

IV - Mantido em condições inadequadas da vida ou alojamento;

V - Cujas criação ou uso sejam vedados pelo presente Código.

§ 2º - Se o cão apreendido for portador de registro seu portador deverá ser notificado.

Art. 341 - O animal cuja apreensão for impraticável poderá, a juízo do Agente Sanitário ser sacrificado.

Art. 342 - O animal encontrado solto nas vias e logradouros públicos será apreendido, podendo ser resgatado somente pelo seu legítimo proprietário ou representante legal, após o preenchimento do expediente próprio de identificação e pagamento das respectivas taxas.

§ 1º - Os animais apreendidos ficarão à disposição do proprietário ou seu representante legal nos prazos previstos no parágrafo seguinte, sendo que durante esse período de tempo, o animal será devidamente alimentado, assistindo por médico-veterinário e pessoal preparado para tal função.

§ 2º - Os praxes, a que se refere o parágrafo anterior, contados do dia da apreensão do animal, soa de 5 (cinco) dias para medos e grandes animais.

Art. 343 - O cadáver do animal sacrificado ou morto será cremado ou destinado a local previamente estabelecido pela autoridade sanitária competente.

Art. 344 - Os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério do órgão sanitário responsável:

I - Resgate;

II - Leilão;

III - Adoção;

IV - Doação;

V - Sacrifício;

## Capítulo III

### Das Responsabilidades dos Proprietários de Animais

Art. 345 - Os atos danosos cometidos pelos animais são de inteira responsabilidade de seus proprietários.

§ Único - Quando o ato danoso for cometido sob a guarda de preposto, estender-se-á a este a responsabilidade a que alude o presente artigo.

Art. 346 - É de responsabilidade dos proprietários, a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como as providencias pertinentes à remoção de objetos por eles deixados em vias publicas.

Art. 347 - É proibido abandonar animais em qualquer área publica ou privada.



§ 1º - Os animais não mais desejados por seus proprietários deverão ser encaminhados o órgão sanitário responsável.

§ 2º - O proprietário fica obrigado a permitir o acesso do Agente Sanitário, quando no exercício de suas funções, as dependências de alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as determinações dele emanadas.

Art. 348 - A manutenção de animais em edifícios, condomínios será regulamentada pelas respectivas convenções, observadas as disposições do Código de Posturas deste Município, no que diz respeito ao sossego publico.

Art. 349 - Todo proprietário de animal é obrigado a mantê-lo permanentemente imunizado contra a raiva.

Art. 350 - O proprietário ou possuidor de animais doentes ou suspeitos de zoonoses deverão submetê-los à observação, isolamento e cuidados na forma determinada pela autoridade sanitária.

Art. 351 - Os proprietários, administradores ou encarregados de estabelecimentos ou lugares onde haja permanecido animais doentes ou suspeitos de padecerem de doenças transmissíveis ao homem, de notificação obrigatória, ficam obrigados a proceder a sua desinfecção ou desinfestação, conforme o caso, devendo observar as praticas determinadas pela autoridade sanitária competente.

Art. 352 - Fica instituída a obrigatoriedade do registro de animais, especialmente no que tange a população canina, bem como o credenciamento de instituições idôneas para tal fim, além da rede oficial, conforme dispuser a Secretaria Municipal de Saúde, em ato próprio, disciplinando os procedimentos pertinentes àquele ato e estabelecendo as obrigações dos proprietários ou responsáveis pelos animais e das instituições credenciadas.

#### Capítulo IV

##### Dos Animais Sinantrópicos

Art. 353 - Ao Município, compete à adoção de medidas necessárias para a manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais da fauna sinantrópica.

Art. 354 - É proibido o acúmulo de lixo, materiais inservíveis ou outros materiais que propiciem a instalação e proliferação de roedores ou outros animais sinantrópicos.

Art. 355 - Os estabelecimentos que estoquem ou comercializem pneumáticos são obrigados a mantê-los permanentemente isentos de coleções (acúmulos) de líquidas (os), de forma a evitar a proliferação de mosquitos.

Art. 356 - Nas obras de construção é obrigatória à drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

Art. 357 - Os proprietários ou responsáveis por construções, edifícios, ou terrenos, qualquer que seja o seu uso ou finalidade, deverão adotar-se medidas indicadas pela autoridade sanitária, competente, no sentido de impedir o acúmulo de lixo, restos de alimentos ou de outros materiais que sirvam de alimentação ou abrigo de roedores e vetores prejudiciais à saúde e ao bem-estar do homem.

#### Título VIII

##### Das Infrações, Penalidades, Fiscalização Sanitária, Procedimentos e do Processo de Execução das Penalidades

#### Capítulo I

##### Das Infrações e Penalidades

Art. 358 - Considera-se infração, para os fins deste Código, de suas normas técnicas e demais disposições complementares emanadas ao disposto nos mencionados dispositivos legais e outras que, por qualquer forma, se destinem à promoção, preservação e recuperação de saúde.

Art. 359 - Responde pela infração quem, por ação ou omissão, lhe deu causa, ou concorreu para sua pratica ou dela se beneficiou.

§ 1º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias

imprevisíveis, que viria a determinar avaria, deterioração de produtos ou bens de interesse da saúde publica.

§ 2º - A interpretação do disposto neste artigo e seu parágrafo 1º será de competência do órgão sanitário competente, bem como a sua aplicação.

§ 3º - As multas serão aplicadas em moeda corrente na data do efetivo pagamento.

§ 4º - Na aplicação de multas, atender-se-á, principalmente, à situação econômico-financeira do infrator.

Art. 360 - As infrações de natureza sanitária serão punidas administrativamente com uma ou mais penalidades, sem prejuízo das sanções penais cabíveis:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Apreensão de produtos

IV - Inutilização de produtos;

V - Interdição de produtos;

VI - Suspensão de vendas e / ou fabricação de produtos;

VII - Propor cancelamento de registro de produtos;

VIII - Interdição parcial ou total do estabelecimento;

IX - Cancelamento de autorização para funcionamento da empresa;

X - Cancelamento de Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará) do estabelecimento;

XI - Proibição de propaganda.

Art. 361 - As infrações sanitárias classificam-se em:

I - Leves;

II - Greves;

III - Gravíssimas.

Art. 362 - Para imposição da penalidade e sua gradação, a autoridade sanitária levará em conta a maior ou menor gravidade da infração, as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde publica e os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

§ 1º - São circunstâncias atenuantes:

I - A ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II - A errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quanto patente à incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato;

III - O infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as conseqüências do ato lesivo à saúde publica que lhe for imputado;

IV - Ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a pratica do ato;

V - Ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

§ 2º - São circunstâncias agravantes:

I - Ser o infrator reincidente;

II - Ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo publico de produto elaborado em desacordo com o disposto na Legislação Sanitária Federal, Estadual e Municipal;

III - O infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - Causar a infração conseqüência calamitosa à saúde pública;

V - Se, tendo conhecimentos do ato lesivo à saúde publica, o infrator deixar tomar as providencias de sua alçada, competentes a evitá-lo;

VI - Ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé

§ 3º - A reincidência especifica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima.

§ 4º - Havendo concurso de circunstância atenuantes e agravantes, a aplicação da penalidade será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 363 - A pena de multa das infrações consideradas leves, graves ou gravíssimas, a critério da autoridade sanitária, consiste no pagamento de um soma de dinheiro, conforme fixado no Código de Posturas ou outro que vier a substituí-lo.

§ Único - Para os efeitos deste Código, a classificação das infrações quanto a sua gravidade, será feita de acordo com o artigo

4º, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e aplicada na forma deste artigo.

Art. 364 - São infrações sanitárias:

I - Construir, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos que fabriquem ou comercializem alimentos, aditivos para alimentos e outros produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes;

Penalidades: Advertência, apreensão, inutilização dos produtos, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará), interdição do estabelecimento, cumulados e / ou multa.

II - Extrair, produzir, fabricar, transformar,, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembolsar, armazenar, transportar, comprar, vender, ceder, ou usar alimentos, produtos alimentícios, aditivos para alimentos, embalagens e utensílios e outras que interessem à saúde pública ou individual competentes ou contrariando o disposto na Legislação sanitária pertinente;

Penalidades: Apreensão dos produtos, inutilização dos produtos, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará), interdição do estabelecimento e / ou multa.

III - Instalar consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, instituto de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, bancários, estâncias hidrominerais, termas, climatérias, de repouso e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios-X, substâncias radiativas ou radiações ionizantes e outras, estabelecimentos, laboratórios, oficinas de serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico ou explorar atividades comerciais, industriais ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes;

Penalidades: Advertência, interdição do estabelecimento, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará), e / ou multa.

IV - Fazer propaganda de produtos alimentícios ou outras que interessem à saúde pública, contrariando a Legislação sanitária e / ou Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária;

Penalidades: Advertência, suspensão de vendas, proibição de propaganda, e / ou multa.

V - Deixar de notificar doenças transmissíveis ao homem de acordo com o disposto nas normas legais e / ou regulamentos vigentes, deixarem de fazê-lo;

VI - Impedir, dificultar deixar de executar, opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação e à manutenção da saúde.

Penalidades: Advertência, cancelamento de Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará), interdição do estabelecimento.

VII - Impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis ou sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pela autoridade sanitária competente;

Penalidades: Advertência, interdição, e / ou multa.

VIII - Opor-se à existência de provas imunológicas ou a sua execução pelas autoridades sanitárias;

Penalidade: Advertência, interdição, e / ou multa.

IX - Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções;

Penalidades: Cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará), interdição, e / ou multa, sem prejuízo das penalidades criminais e / ou civis.

X - Rotular alimentos e produtos alimentícios e quaisquer outros que interessem à saúde pública, contrariando as normas legais e regulamentares;

Penalidades: Advertência, inutilização da mercadoria, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará), interdição,

e / ou multa.

XI - Alterar o processo de fabricação dos produtos sujeitos ao controle sanitário, modificando seus componentes básicos, nomes e demais elementos, objeto do registro, sem a necessária autorização do órgão sanitário competente;

Penalidades: Advertência, inutilização da mercadoria, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará), interdição, e / ou multa.

XII - Expor à venda ou comercializar alimentos e outros produtos que interessem à saúde pública, cujo prazo tenha expirado ou opor-lhes novas datas de validade posteriores ao prazo vencido;

Penalidades: Apreensão, inutilização da mercadoria, proposição de cancelamento do registro, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará), interdição do estabelecimento, e / ou multa.

XIII - Expor à venda ou comercializar alimentos ou outros produtos que interessem à saúde pública que exijam cuidados especiais de conservações, preparações ou transportes sem observância das condições necessárias à sua preservação;

Penalidades: Apreensão, inutilização da mercadoria, proposição de cancelamento do registro, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará), interdição do estabelecimento, e / ou multa.

XIV - Descumprimento de normas sanitárias legais e regulamentares para transporte de gêneros alimentícios;

Penalidades: Advertência, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará), interdição, cumuladas, e / ou multa.

XV - Deixar de cumprir as exigências das normas legais pertinentes à habitação em geral coletivas ou isoladas, terrenos vagos, hortas, abastecimento domiciliar, estabelecimento de ensino, locais de diversões públicas e reuniões, estabelecimentos prestadores de serviços, bem como tudo o que contrarie a Legislação sanitária referentes a imóveis em geral e sua utilização;

Penalidades: Advertência, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará), interdição do estabelecimento cumulada, e / ou multa.

XVI - Fraudar, falsificar ou adulterar alimentos ou outros produtos que interessem à saúde pública;

Penalidade: Apreensão, inutilização da mercadoria, suspensão de venda e / ou fabricação do produto, proposição de cancelamento do registro, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará) do estabelecimento, e / ou multa.

XVII - Descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes, visando à aplicação da Legislação pertinente;

Penalidades: Advertência, apreensão, inutilização da mercadoria, suspensão de venda e / ou fabricação do produto, proposição de cancelamento do registro do produto, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará) interdição parcial ou total do estabelecimento, e / ou multa.

XVIII - Preparar, transportar, armazenar, expor ao consumo, comercializar alimentos que:

a) - Contiverem germes patogênicos ou substâncias prejudiciais à saúde;

b) - Estiverem, deteriorados ou alterados;

c) Contiverem aditivos proibidos ou perigosos;

Penalidades: Apreensão, i e depósito ou apreensão definitiva dos alimentos, proposição de cancelamento do registro ou licenciamento do produto, e / ou multa.

XIX - Entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, alimentos ou outros produtos apreendidos que interessem à saúde pública;

Penalidades: Cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará) interdição temporária ou definitiva do estabelecimento, e / ou multa, além das penalidades criminais cabíveis;

XX - Admitir, permitir ou executar atividades que envolvam a fabricação, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição ou vendas de alimentos, matéria-prima alimentar, alimento "in-natura", aditivos ou outros



produtos que interessam à saúde pública, sem portar carteira de saúde regularizada;

Penalidades: Advertência, apreensão, inutilização da mercadoria, suspensão de venda e / ou fabricação do produto, proposição de cancelamento do registro do produto, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará) interdição parcial ou total do estabelecimento, e / ou multa.

XXI - Comercializar produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação;

Penalidades: Advertência, apreensão, inutilização, cancelamento do registro, e / ou multa.

XXII - Aplicação, por empresas particulares de raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em galerias, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou freqüentados por pessoas e animais;

Penalidade: Advertência, interdição, cancelamento, de Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará) e multa.

XXIII - Proceder à cremação de cadáveres, ou utilizá-los, contrariando as normas sanitárias pertinentes;

Penalidades: Advertência, interdição, e/ou multa.

XXIV - Expor, ou entregar ao consumo humano, sal refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção de dez miligramas de iodo metalóide por quilograma de produto;

Penalidades: Advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão e / ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará) e multa.

XXV - Para outras infrações não previstas neste capítulo serão aplicadas multas de 3 (três) a 8 (oito) UFM ou as previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo da cassação da Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará), apreensão e/ou interdição do produto, suspensão do produto, cancelamento do registro do produto, inutilização do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, e outras julgadas cabíveis, a critério da autoridade sanitária competente.

XXVI - deixar condições de hospedagem para a proliferação do mosquito transmissor da Dengue.

Penalidade: Interdição do local e aplicação de multa

## Capítulo II

### Da Fiscalização e dos Procedimentos

Art. 365 - Cabe aos Fiscais Municipais de Vigilância Sanitária, mesmo que estejam no exercício de quaisquer chefias na área fiscal, âmbito de suas atribuições, para fazerem cumprir as Legislações pertinentes, expedindo intimações, lavrando atuações e impondo penalidades referentes à prevenção e repressão de tudo quanto possa comprometer à saúde pública.

§ Único - A competência dos Fiscais Municipais fica limitada à aplicação das penalidades enumeradas nos incisos I, II, III, IV e V do artigo 360, deste Código, ficando aquelas, constantes dos incisos VI a XI, do mencionado artigo, condicionado ao apoio e supervisão da chefia imediata e corpo funcional.

Art. 367 - São procedimentos administrativos comuns à fiscalização sanitária:

I - Orientação aos contribuintes;

II - Auto de Infração;

III - Termo de Intimação;

IV - Auto de apreensão e Depósito;

V - Auto de Colheita e Amostra;

VI - Auto de Apreensão;

VII - Termo de Interdição.

## Seção I

### Do Auto de Infração

Art. 368 - As infrações às disposições deste Código serão apuradas

em processo administrativo iniciado com a lavratura do auto de infração e punidas com a aplicação isolado ou cumulativa das penas previstas, observados o rito e os prazos estabelecidos neste título e Processo Administrativo a que se refere à Lei 9.784 de 29 de Janeiro de 1999, ou legislação municipal específica.

§ Único - Nos casos de infração em mais de um dispositivo legal, serão aplicadas tantas quantas forem às infrações.

Art. 369 - O auto de infração será lavrado em 03 (três) vias, devidamente numeradas, destinando-se a 1ª (primeira) via ao processo, a 2ª (segunda) via ao infrator e a 3ª (terceira) via ao fiscal atuante e conterà obrigatoriamente:

I - O nome da pessoa física, razão social e denominação da pessoa jurídica ou entidade atuada, especificação de seu ramo de atividade e endereço completo.

II - A descrição do ato ou fato constitutivo da infração -, o local, a hora e a data do procedimento;

III - A disposição legal ou regulamentar infringida;

IV - Indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina a penalidade a que está sujeito o infrator;

V - O prazo de 05 (cinco) dias para a impugnação do auto de infração;

VI - O nome e cargo legíveis da autoridade atuante e sua assinatura, sob carimbo;

VII - A assinatura do atuado ou, na sua ausência, de seu representante legal e, em caso de recusa de assinatura por parte do atuado ou seu representante legal, a notificação do Auto de Infração far-se-á por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou ainda por meio de edital publicado na Imprensa Oficial ou afixado no placar da Prefeitura, quando o infrator se encontrar em local incerto e não sabido, considerando-se efetivada a notificação, 05 (cinco) dias após a publicação.

## Seção II

### Do Termo de Intimação

Art. 370 - Poderá ser lavrado Termo de Intimação, a critério da autoridade sanitária competente, nos casos de infrações relacionadas com a inobservância das disposições sobre as condições físicas do estabelecimento ou de equipamentos, veículos de transporte e em outras hipóteses previstas em atos administrativos ou o qual, após o vencimento do prazo concedido, para o cumprimento das determinações nele contidas, será lavrado o Auto de Infração, caso as irregularidades não tenham sido sanadas.

§ Único - O prazo fixado no Termo de Intimação será no máximo de 10 (dez) dias, prorrogável mediante pedido fundamentado à chefia do setor de Vigilância Sanitária, após informações do agente autor do procedimento.

Art. 371 - O termo de Intimação será lavrado em 3 (três) vias, devidamente numeradas, destinando-se a 1ª (primeira) via ao processo de solicitação de Licença de Funcionamento Sanitária (Alvará), quando houver, a 2ª (segunda) via ao intimado e a 3ª (terceira) via ao agente fiscalizador e conterà:

I - O nome da pessoa física, ou jurídica, indicando a razão social e denominação, bem como o seu ramo de atividade e endereço completo.

II - A disposição legal ou regulamentar infringida;

III - A medida sanitária exigida, ou, no caso de obras relativas aos estabelecimentos, a indicação de serviço a ser realizado;

IV - O prazo para execução ou cumprimento da medida determinada;

V - O nome e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação e sua assinatura;

VI - A assinatura do intimado, ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pelo servidor fiscal.

§ Único - Na impossibilidade de dar-se conhecimento diretamente ao intimado da lavratura do Termo de Intimação, este deverá ser cientificado por meio de carta com aviso de recebimento ou publicação na Imprensa Oficial, quando esteja em local incerto e

não saído.

### Seção III

#### Do Auto de Apreensão e Depósito

Art. 372 - Na comercialização de alimentos, bebidas, vinagres e de outros produtos, que não tenham ao disposto neste Código, será lavrado o Auto de apreensão e Depósito a fim de que se procedam as análises fiscais e para instrução do processo administrativo, se for o caso.

Art. 373 - A Auto de apreensão e Depósito será lavrado em 03 (três) vias devidamente numeradas, destinado-se a 1ª (primeira) via ao laboratório oficial ou credenciado, a 2ª (segunda) via ao responsável pelo produto e a 3ª (terceira) via ao agente fiscalizador, e conterá:

I - O nome da pessoa física, ou jurídica, indicando a razão social e denominação do responsável pelo produto, bem como o endereço completo.

II - Dispositivo legal infringido e a utilizado no procedimento;

III - Descrição da quantidade, qualidade, nome ou marca do produto apreendido;

IV - Nomeação e identificação legal, endereço completo e assinatura do depositário fiel dos produtos;

V - Nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;

VI - A assinatura do responsável pela empresa ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstancia pelo auto do procedimento.

### Seção IV

#### Do Auto de Colheita de Amostra

Art. 374 - Pra que se proceda a analise fiscal ou de rotina, será lavrado o Auto de Colheita de Amostra.

Art. 375 - O Auto de Colheita de Amostra será lavrado em 03 (três) vias devidamente numeradas, destinado-se a 1ª (primeira) via ao laboratório oficial ou credenciado, a 2ª (segunda) via ao responsável pelos produtos e a 3ª (terceira) via ao agente fiscalizador, e conterá:

I - O nome da pessoa física, ou denominação da entidade responsável pelo produto - razão social - e o endereço completo.

II - Dispositivo legal utilizado e infringido;

III - A descrição da quantidade, qualidade, nome ou marca do produto;

IV - Nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;

V - A assinatura do responsável pela empresa, ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstancia pelo fiscal e/ou autoridade autuante.

Art. 376 - O Auto de Apreensão será lavrado em 03 (três) vias devidamente numeradas, destinado-se a 1ª (primeira) via a autoridade sanitária competente para formação do processo, a 2ª (segunda) via ao autuado e a 3ª (terceira) via ao agente fiscalizador, e conterá:

I - O nome da pessoa física, ou jurídica, indicando a razão social, denominação e o seu endereço completo.

II - O dispositivo legal utilizado e infringido;

III - A discriminação da quantidade, qualidade, nome ou marca do produto;

IV - O destino dado ao produto;

V - Nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura, sob carimbo;

V - A assinatura do infrator ou responsável pela empresa, ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstancia pelo autor do procedimento.

Art. 377 - Lavrar-se-á Auto de Apreensão que poderá culminar em inutilização de produtos e envoltórios, utensílios, vasilhames, instrumentos, equipamentos diversos e outros, quando:

I - Os produtos comercializados não atendem às especificações de registro e rotulagem;

II - Os produtos comercializados se encontrem em desacordo com os padrões de identidade e qualidade, após os procedimentos laboratoriais legais, seguindo-se o disposto neste Código, ou, quando da expedição de laudo técnico, ficar constatado serem tais produtos impróprios para o consumo;

III - O estado de conservação e guarda de envoltórios, utensílios, vasilhames, instrumentos, equipamentos diversos e outros que estejam impróprios para os fins que se destinem a critério da autoridade sanitária competente;

IV - Em detrimento da saúde publica, o agente fiscalizador constatar infringência às condições relativas a alimentos, bebidas e vinagres, na forma disposta nesta Lei;

V - Em situações previstas em atos administrativos da Secretaria Municipal de saúde, devidamente publicado em órgão oficial.

Art. 378 - Os produtos citados no artigo anterior, bem como os envoltórios, utensílios e outros citados no inciso III do artigo 377, bem como aqueles produtos e demais elementos definidos em atos administrativos da Secretaria de Saúde, poderão, após a sua apreensão:

I - Ser encaminhados, por fins de inutilização, a local previamente escolhido pela autoridade sanitária competente;

II - Ser inutilizado no próprio estabelecimento;

III - A critério da autoridade sanitária, deverão ser devolvidos ao ser legítimo proprietário ou representante legal, após o pagamento da multa devida;

IV - No caso de reincidência, fica expressamente proibida a devolução dos produtos apreendidos, na forma estabelecida no inciso III, e a multa será aplicada em dobro, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Código;

V - Doados a instituições publicas e privadas, desde que beneficentes de caridade ou filantrópicas, devidamente cadastradas e reconhecidas oficialmente.

§ Único - As doações obedecerão à programação da Coordenadoria ou Divisão de Vigilância Sanitária, que comunicará a doação à entidade beneficiada, ficando a mesma responsável pelo respectivo transporte.

### Seção V

#### Do Termo de Interdição

Art. 379 - O Termo de Interdição será lavrado em 03 (três) vias devidamente numeradas, destinado-se a 1ª (primeira) via à chefia imediata, a 2ª (segunda) via ao responsável pelo estabelecimento e a 3ª (terceira) via ao agente fiscalizador, e conterá:

I - O nome da pessoa física, ou jurídica, com denominação e razão social, ramo de atividade e o seu endereço completo.

II - Disposições legais infringidas;

III - Medida sanitária, ou, no caso de obras, a indicação do serviço a ser realizado;

IV - Nome e função, ou cargo, legíveis da autoridade autuante e sua assinatura, sob carimbo;

V - Nome e cargo legíveis da chefia e sua assinatura;

V - A assinatura do infrator ou responsável pelo estabelecimento, ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e, em caso de recusa, a consignação de tal circunstancia e, se possível, a assinatura de duas testemunhas.

### Capítulo III

#### Do Processo de Execução das Penalidades

Art. 380 - Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias sem que haja defesa ou recurso, o processo será enviado ao órgão Municipal competente para as providencias cabíveis.

§ Único - O não recolhimento das multas estabelecidas neste Código, no prazo fixado, acarretará juros de mora, de acordo com a Legislação vigente, a partir do mês subsequente, inclusive com a inscrição do debito em Divida Ativa.

Art. 381 - O infrator poderá oferecer impugnação do Ato de Intimação, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da sua ciência, por qualquer meio.

§ Único - O Auto de Apreensão será examinado e julgado apenas quanto aos seus aspectos formais, não ensejando qualquer direito ao infrator no que concerne à devolução daquilo que for apreendido.

Art. 382 - A impugnação do Auto de Infração, do Auto de Apreensão e depósito, do Auto de Apreensão e do Termo de intimação, será julgado em 1ª (primeira) Instancia, pela Assessoria de Contencioso Fiscal, sendo o infrator intimado de todos os atos processuais, na forma da Lei.

Art. 383 - Da decisão da 1ª (primeira) Instancia, caberá recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da ciência da intimação.

Art. 384 - As impugnações não terão efeito suspensivo, exceto quando da imposição de penalidade pecuniária.

Art. 385 - Caberá à autoridade sanitária competente preparar documentos e fornecer os demais subsídios para abertura de processo referente a inquéritos de crimes contra a saúde pública.

§ Único - Concluído o processo a que se refere o presente artigo, os autos serão remetidos à autoridade pública, para as providências cabíveis.

#### Capítulo IV

#### Das Disposições Finais

Art. 386 - As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 5 (cinco) anos.

Art. 367 - Os prazos a que se referem o artigo anterior correm ininterruptamente, aplicando-se, a respeito, as disposições do Código de Processo Civil Brasileiro.

Art. 388 - Quando o autuado for analfabeto ou fisicamente incapaz, poderá o auto ser assinado "a rogo", na presença de duas testemunhas, ou, na falta destes, deverá ser feita à ressalva devida pela autoridade autuante.

Art. 389 - Sempre que a ciência do interessado se fizer por meio de publicação na imprensa ou outros meio, serão certificadas no processo a página, a data e a denominação do jornal.

Art. 390 - Para cumprir as determinações desta Lei autoridade fiscalizadora, no exercício de suas atribuições terá livre acesso a todos os lugares, a qualquer dia e hora, onde houver necessidade de realizar a ação que lhe compete, podendo, sempre que fizer necessário, solicitar o concurso e proteção da autoridade policial.

§ Único - Nos casos de oposição ou dificuldade à diligência, a autoridade sanitária, intimará o proprietário, locatário, responsável, administrador ou seus procuradores, no sentido de que a facilite, imediatamente ou dentro de 24 (vinte e quatro) horas, conforme a urgência.

Art. 391 - No caso de diligência fiscal para verificação ou levantamento, a sua obtenção por quem quer que seja, poderá ser suprimida com a intervenção judicial ou policial para a execução das medidas cabíveis e/ou ordenadas sem prejuízo das penalidades previstas.

Art. 392 - o Conselho de Contribuintes ou a Assessoria do Contencioso Fiscal, após decisão definitiva na esfera administrativa, fará publicar todas as penalidades aplicadas aos infratores da Legislação sanitária.

Art. 393 - As normas técnicas especiais serão baixadas por ato do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 394 - Ficam sujeitos a Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará) junto a Secretaria Municipal de Saúde todos os estabelecimentos que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e a preservação da saúde pública individual ou coletiva.

§ Único - A Secretaria Municipal de Saúde, através de normas técnicas especiais, e tendo em vista o ramo de atividades desenvolvidas, poderá exigir a Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará) a outros estabelecimentos não previstos neste Código.

Art. 395 - A Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará) terá validade por 12 (doze) meses, e deverá ser renovado anualmente.

Art. 396 - No caso de venda ou arrendamento de qualquer estabelecimento deverá ser requerido, de imediato, nova Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará), ao adquirente ou arrendatário, a qual será expedida pelo órgão sanitário competente, após nova vistoria, na forma estabelecida nesta Lei, recolhendo a Licença (Alvará) anterior a Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º - As firmas responsáveis por estabelecimentos que possuem Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará), durante as fases de processamento de transação comercial, devem notificar aos interessados da compra ou arrendamento a situação em que se encontram, em face das exigências deste Código.

§ 2º - Enquanto não se efetuar o competente pedido de baixa e devolução da Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará), continua responsável pelas irregularidades que se verifiquem no estabelecimento, a firma ou empresa, em nome da qual esteja a Licença de Funcionamento Sanitário (Alvará).

§ 3º - Adquirido o estabelecimento por compra ou arrendamento dos imóveis respectivos, a nova empresa é obrigada a cumprir todas as exigências sanitárias formuladas ao anterior responsável, sem prejuízo de outras que venham a ser determinadas.

Art. 397 - O Poder Público Municipal, através do Departamento Municipal de Saúde, poderá requisitar câmaras frigoríficas e refrigeradores de estabelecimentos situados no Município, para acondicionar produtos perecíveis, suspeitos de contaminação, até que seja liberado o laudo pericial.

Art. 398 - Ficam instituídas as Taxas de Localização e Funcionamento Sanitários além daquelas previstas no Código tributário Municipal, as quais serão cobradas pelo Município de Cordilheira Alta dos estabelecimentos mencionados neste Código, sujeitos à inspeção e fiscalização sanitária, anualmente ou quando do início de suas atividades.

Art. 399 - As Taxas a que se refere o artigo anterior têm como fato gerador:

I - De Localização - o exercício regular do poder de polícia sanitária do Município, consubstanciado na concessão de licença obrigatória para a localização de estabelecimentos sujeitos à inspeção e fiscalização sanitária, na forma prevista neste Código;

II - De Funcionamento - o exercício regular do poder de polícia sanitária do Município, consubstanciado na vigilância constante e potencial à saúde, à higiene e fiscalização sanitária, na forma estabelecida em Lei.

Art. 400 - As taxas serão calculadas por meio de coeficientes decimais, aplicáveis sobre a UFIR, de acordo com as tabelas constantes do Anexo Único e que fazem integrante deste Código e serão arrecadadas:

I - Em se tratando de Taxa de Licença para Localização, no ato de licenciamento ou expedição do Alvará Sanitário;

II - Em se tratando de Taxa de Licença para Funcionamento, anualmente, de conformidade com Calendário Fiscal, quando se referir aos estabelecimentos já licenciados e tendo em vista a renovação anual de Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário.

Art. 401 - Sujeito passivo das Taxas a que se referem os artigos anteriores são os proprietários dos estabelecimentos licenciados em geral, bem como todos aqueles sujeitos à fiscalização sanitária Municipal, na forma deste Código.

§ Único - Além das Taxas de Localização e Funcionamento Sanitário (Alvará), o Departamento Municipal de Saúde, poderá cobrar as taxas de expedientes e serviços diversos, que terão como fato gerador a prestação de serviços públicos e divisíveis, prestados a quem os requerer, sujeito passivo ou contribuinte e será calculado na forma das Tabelas anexas a esta Lei, e dela integrantes.

Art. 402 - Na impugnação e interposição de recursos relacionados aos procedimentos a que se referem esta Lei, aplicam-se às disposições contidas na Lei nº 9.794/99, ou Lei Municipal específica, processo Administrativo Tributário, no que diz respeito à formação do processo, formas, prazos e julgamentos nessas adotados.

Art. 403 - O Conselho de Contribuinte poderá contar com dois



representantes de área de posturas, sendo um da Secretaria Municipal de Administração e outro da Secretaria Municipal de Saúde, que participarão de julgamentos 2 (duas) Instancia, de matérias pertinentes a esta Lei, dos Códigos de Obras e Posturas, elevando-se o numero de conselheiros com assento naquele conselho de 05 (cinco) para 07 (sete) membros.

Art. 404 - Os conceitos e definições da Legislação Federal pertinente, especialmente os das Leis nºs 5.991, de dezembro de 1973; 6.259, de 30 de outubro de 1975; 6.360, de 23 de setembro de 1976 e Decreto-Lei 986, de 21 de outubro de 1969 e seus respectivos regulamentos que dispõem sobre o controle sanitário de comercio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, saneamentos e outros produtos, sobre as ações de Vigilância Epidemiológica, programa Nacional de Imunizações, notificação compulsória de doença, normas sobre alimentos e outras, ficam adotados por este Código, além daqueles que dispõe a Legislação Estadual supletiva.

§ Único - Aplicam-se, no que couber, as disposições deste Código, toda Legislação Federal e Estadual relativa à promoção, proteção e recuperação da saúde publica no Município de Cristiano Ottoni.

Art. 405 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 26 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### ANEXO I

#### TABELAS

Licença para Localização e Funcionamento Sanitária (Alvará)

Tabela I

ESTABELECIMENTOS	Coeficiente aplicável sobre a UFIR
Hospitais, casa de saúde e todos os estabelecimentos de assistência médica hospitalar, fontes hidrominerais, minerais, termiais, climatérios, de repouso e congêneres. Prótese dentária, de aparelhos ou acessórios para uso odontológico. Instituto de esteticismo, ginástica, fisioterapia, reabilitação e saunas, importadoras e exportadoras de drogas. Indústrias de produtos farmacêuticos, biológicos, touca- dor, higiene pessoal e ambiental. Indústrias químicas relacionadas com a saúde e estabelecimentos hemoterápicos, distribuidoras de medicamentos. Aparelhos de radioterapia, bombas de césio e cobalto. Atacadista de alimentos, frigoríficos e matadouros. Fábricas de gorduras e banhas. Indústrias de laticínios. Indústrias de carnes. Indústrias de óleo comestível e cerealista.	20,0

Tabela II

ESTABELECIMENTOS	Coeficiente aplicável sobre a UFIR
------------------	------------------------------------

Serviço de raios-X e radiações ionizantes. Clínicas médica odontológica e congêneres, sem regime de internato. Hotéis, dormitórios, supermercados. Depósito de alimentos e bebidas, usinas de açúcar. Fábricas engarrafadoras de bebidas, fábricas de massas. Torrefação e moagem de café. Triparias, graxarias e beneficiamento de cereais, postos de gasolinas, lavajatos e congêneres.

15,0

Tabela III

ESTABELECIMENTOS	Coeficiente aplicável sobre a UFIR
Laboratório de análises de pesquisas e anátomo patológica. Bancos de sangue e leite materno. Laboratório ou oficinas de aparelhos ou material óptico, acústica médica, ortopédica para fins de diagnósticos e analíticos de aparelhos e acessórios cirúrgicos, drogarias, farmácias, perfumarias e saneamento domiciliares. Indústrias de farinha, cozimento e temperos. Indústrias de panificação, biscoitos, confeitarias e similares. Sorvetarias.	20,0

Tabela IV

ESTABELECIMENTOS	Coeficiente aplicável sobre a UFIR
Ambulatórios e consultórios médicos, odontológicos, veterinários e similares. Posto de coleta de laboratórios de análise. Posto de aplicação de injeção. Serviços de desinsetização, desratização, escritório de representação e propaganda farmacêutica médico, científico. Posto de medicamento ou socorro farmacêutico. Pensões, bares, câes e similares. Depósito de frutas e verduras. Peixarias, açougues, mercearias Peg-Pag e armazém varejista. Pit-Dog.	20,0

Tabela V

ESTABELECIMENTOS	Coeficiente aplicável sobre a UFIR
Casas de Esteticismo, Saunas, Hidromassagens, Ioga, Academias de ginástica e similares. Clubes-Danceteria e estabelecimentos congêneres.	15,0

Tabela VI

ESTABELECIMENTOS	Coeficiente aplicável sobre a UFIR
------------------	------------------------------------

Frutarias, quiosques, bancas de cereais, produtos de laticínios, doces, salgados, carnes, frutas, verduras, cozimentos, temperos, ambulantes de doces, salgados, lanches, refresco, sorvetes, picolés, pipocas, frutas, quitandas, outros não especificados neste Anexo I e respectivas Tabelas.	10,0
--	------

Cordilheira Alta SC, 26 de dezembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

## Lei Ordinária Nº 1000/2012

LEI Nº 1000/2012

DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES, PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI FEDERAL 12.527 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, CRIA O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cordilheira Alta, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Cordilheira Alta, segundo o disposto nesta lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão, SIC, no Município de Cordilheira Alta, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º O SIC funcionará junto à Secretaria Municipal de Administração, localizada na sede administrativa do Município Cordilheira Alta, e será constituído por servidor público municipal.

§ 2º A Controladoria Interna Municipal compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso as informações.

Art. 3º Fica criada Comissão de Avaliação de Informações, CAI, com objetivo de esclarecer dúvidas e qualificar informações ou documentos como sigilosos.

Parágrafo único. A CAI será constituída por três membros, nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterà a data de apresentação do pedido; e
- III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber.

Art. 5º Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular

pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 6º.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 6º O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 7º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
  - II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
  - III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.
- Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 8º São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 9º Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

- I - enviar a informação ao endereço informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 10. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 11. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar



não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 12. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento da Municipal - GRM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;  
II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará; e  
Parágrafo único. O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 14. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município serão divulgadas, independente de requerimento, no mural público e, através de publicação, na página Internet do Município, no campo criado especificamente para tal fim, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;  
II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;  
III - registros das despesas;  
IV - informações concernentes a todos os procedimentos licitatórios, em especial, àqueles procedidos na modalidade de convite, inclusive os respectivos editais, empresas licitantes e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;  
V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e  
VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 15. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 2º Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC, poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do município, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 16. A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito municipal será representada pelo Secretário Municipal de Administração.

Art. 17. A autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 18. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilização do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais, infrações administrativas.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 19. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 26 de dezembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

**Lei Ordinária Nº 1001/2012**

LEI Nº 1001/2012

ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cordilheira Alta, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

**CAPÍTULO I****DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO****Seção I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, da Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, e suas normas regulamentadoras.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações

e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, após ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reutilização ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Art. 7º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

Parágrafo único. Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 8º O município poderá delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, depois de ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por órgão ou entidade de ente da Federação a que o município tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre entes da Federação, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o § 1º deste artigo, o município poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

§ 3º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista municipal ou estadual, na forma da legislação;

II - empresa a que se tenha concedido os serviços.

**Seção II****Dos Princípios**

Art. 9º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de

drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;  
V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;  
VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;  
VII - eficiência e sustentabilidade econômica;  
VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;  
IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;  
X - controle social;  
XI - segurança, qualidade e regularidade;  
XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

### Seção III

#### Dos Objetivos

Art. 10. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;  
II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;  
III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;  
IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;  
V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;  
VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;  
VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;  
VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;  
IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

### Seção IV

#### Das Diretrizes Gerais

Art. 11. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta

lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

## CAPÍTULO II

### DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

#### Seção I

##### Da Composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conferência Municipal de Saneamento Básico;

III - Conselho Municipal de Saneamento Básico;



IV - Fundo Municipal de Saneamento Básico;  
V - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

## Seção II

### Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

VI - identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos, e os meios para superá-los;

VII - caracterização e quantificação dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução das ações propostas;

§ 1º O Plano Municipal de Saneamento Básico poderá ser elaborado com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

§ 2º O município fará a consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada serviço.

§ 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos, caso existam.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico será avaliado anualmente e revisado no primeiro ano do mandato do Prefeito Municipal, anteriormente ao encaminhamento do Plano Plurianual ao Poder Legislativo.

§ 5º A elaboração das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico e a discussão dos estudos que as fundamentem serão realizadas por meio da Conferência Municipal de Saneamento Básico, sendo assegurada a ampla divulgação de seus resultados.

§ 6º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 7º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 17. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

§ 1º O relatório referido no "caput" do artigo será publicado até 30 de março de cada ano pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, e reunirá os diagnósticos de salubridade ambiental de cada localidade.

§ 2º O regulamento desta lei estabelecerá os critérios e prazos para elaboração e aprovação do relatório.

Art. 18. O processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º A divulgação das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu conteúdo a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores - Internet e por audiência pública.

§ 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico

## Seção III

### Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 19. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovada pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

## Seção IV

### Do Conselho Municipal de Saneamento Básico

Art. 20. Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão colegiado consultivo e deliberativo, de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 21. Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

I - formular as políticas de saneamento básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;

II - discutir e aprovar, após a Conferência Municipal de Saneamento Básico, o Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - publicar o relatório da situação de salubridade sanitária do Município;

IV - deliberar sobre propostas de projetos de lei e programas de saneamento básico financiados com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - desobrigar a apresentação de contrapartida na transferência de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI - definir os critérios para comprovação de interesse público relevante ou da existência de riscos elevados à saúde pública, para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a título de concessão de subsídios ou a fundo perdido;

VII - fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos;

VIII - monitorar o cumprimento da Política Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que diz respeito ao fiel cumprimento de seus princípios e objetivos e a adequada prestação dos serviços e utilização dos recursos;

IX - decidir sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Básico;

X - atuar no sentido da viabilização de recursos destinados aos planos, programas e projetos de saneamento básico;  
XI - estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;  
XII - articular-se com outros conselhos existentes no Município e no Estado com vistas a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

XIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

XIV - elaborar e aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Saneamento Básico.

XV - convocar, em caso de omissão do Chefe do Poder Executivo, a Conferência Municipal de Saneamento Básico;

XVI - manifestar-se sobre a delegação da organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico municipal.

XVII - definir as classes de resíduos sólidos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador, que podem ser consideradas como resíduo sólido urbano.

Art. 22. O Conselho Municipal de Saneamento Básico, formado pela composição paritária de órgãos governamentais e entidades não-governamentais, constituído por 10 (dez) membros assim definidos:

I - são representantes dos órgãos governamentais:

- a) o titular da Secretaria Municipal de Saneamento Básico;
- b) o titular da Secretaria Municipal da Saúde;
- c) o titular da Secretaria Municipal do Planejamento;
- d) o titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- e) o titular da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico;

II - são representantes das entidades não-governamentais:

- a) um representante de Associações de Moradores;
- b) um representante de Associação de Catadores de Lixo;
- c) um representante de Organização Não-Governamental - ONG ligada ao saneamento básico;
- d) um representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica em que o Município está inserido;
- e) um representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES;

Art. 23. A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos no seu Regimento Interno.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saneamento Básico será presidida pelo representante da Secretaria Municipal de Saneamento Básico.

#### Seção V

##### Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 24. Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico previstos nesta lei, cujos programas tenham sido aprovados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 25. Serão beneficiários dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, mediante contrapartida, os seguintes órgãos ou entidades vinculados à área de saneamento básico, meio ambiente, recursos hídricos e educação:

- I - pessoas jurídicas de direito público;
- II - consórcios públicos;
- III - empresas públicas ou sociedades de economia mista;
- IV - fundações de direito público;
- V - empresa a que se tenham concedido os serviços;
- VI - entidades de direito privado, sem fins econômicos;

Parágrafo único. Sempre que deliberado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, os beneficiários estarão desobrigados da apresentação de contrapartida.

Art. 26. Fica vedada a consignação de recursos financeiros de qualquer origem para aplicação em ações de saneamento básico pelo município que não seja por meio do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 27. Os repasses financeiros do Fundo Municipal de Saneamento Básico serão realizados, levando-se em conta, especialmente, que:

I - os recursos poderão ser objeto de contratação de financiamento, com taxas a serem fixadas;

II - a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, inclusive nas operações sem retorno financeiro, será acompanhada de contrapartida da entidade tomadora, ressalvado o previsto no parágrafo único do artigo 25 desta lei;

III - a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a título de concessão de subsídios ou a fundo perdido, dependerá da comprovação de interesse público relevante ou da existência de riscos elevados à saúde pública;

IV - o Plano Municipal de Saneamento Básico é o único instrumento hábil para orientar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - fica vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico para pagamento de dívidas e cobertura de déficits dos órgãos e entidades envolvidas direta ou indiretamente na Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 28. Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I - recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - de fundos estaduais e federais, inclusive orçamentários do Estado e da União;

III - transferência de outros fundos do Município para a realização de obras de interesse comum;

IV - parcelas de amortização e juros dos empréstimos concedidos;

V - recursos provenientes de doações ou subvenções de organismos e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

VI - as rendas provenientes das aplicações dos seus recursos;

VII - parcelas de royalties;

VIII - outros recursos.

Parágrafo único. O montante dos recursos referidos no inciso VII deste Artigo deverá ser definido através de legislação específica.

#### Seção IV

##### Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico será regulamentado em 180 dias, contados da publicação desta lei.

#### CAPÍTULO III



**DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS**

Art. 30. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

- I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;
- II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;
- III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;
- IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;
- V - ao ambiente salubre;
- VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;
- VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;
- VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 31. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

- I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;
- II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;
- III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;
- IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;
- V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;
- VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.
- VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

**CAPÍTULO IV****PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Art. 32. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 33. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras

fontes.

Art. 34. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 35. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

**CAPÍTULO V****ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS**

Art. 36. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

- I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;
- II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;
- III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

- I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;
- IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
- V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;
- VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;
- VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
- VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 37. Observado o disposto no art. 36 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

- I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;
- II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;
- III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;
- IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;
- V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e
- VI - capacidade de pagamento dos usuários.

Art. 38. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço

público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

- I - o nível de renda da população da área atendida;
- II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;
- III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 39. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

- I - o nível de renda da população da área atendida;
- II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 40. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico deverão ser realizados a cada 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 41. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado, ou para adequar o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos Conselho Municipal de Saneamento Básico e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 42. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 43. Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

- I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;
- II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;
- III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;
- IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e
- V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 44. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

## CAPÍTULO VI

### REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 45. A regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão realizadas por órgão administrativo com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, gozando de independência decisória perante os demais órgãos da Administração Pública.

Art. 46. São objetivos da regulação:

- I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;
- III - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 47. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

- I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
- II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
- IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
- V - medição, faturamento e cobrança de serviços;
- VI - monitoramento dos custos;
- VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- IX - subsídios tarifários e não tarifários;
- X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;
- XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive

acionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 48. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, o Município poderá adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação adotados para a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 49. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50. Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizadas para atender o disposto nesta lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 51. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 52. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 26 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

### Lei Ordinária Nº 1002/2012

LEI N. 1002/2012

“ALTERA A LEI N. 895/2010 QUE DISPOE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovou e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu nome sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Os arts. 21, 29 e 36 da Lei n. 895/2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, eleitos por voto facultativo dos integrantes da comunidade local, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha”.

“Art. 29 - O calendário eleitoral e as normas estabelecidas para o processo eleitoral serão publicadas obrigatoriamente no átrio da Justiça Eleitoral de Chapecó e na Câmara Municipal de Vereadores

e, no Mural Público junto ao prédio da Prefeitura Municipal, na medida do possível, em todos os locais públicos do município de Cordilheira Alta e nos meios de comunicação falada e escrita.

§1 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2 - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 3 - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§4 -O CMDCA dará ciência e convidará o representante do Ministério Público da Comarca, para participar de todos os eventos envolvendo o processo eleitoral”.

“Art. 36º - A remuneração, os direitos e obrigações dos Conselheiros Tutelares, ou dos Suplentes, quando em exercício, serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, com nomeação em caráter temporário conforme o mandato, além dos direitos e atribuições previstos no Título V, Capítulo II, da lei nº 8.069/90, aos quais será assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - Gratificação natalina”.

Art. 2º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar os atos necessários às adaptações relativas aos fatos e atos provenientes desta alteração.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 26 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### Portaria Nº 518/2012

PORTARIA Nº 518/2012, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2012  
EXONERA E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO DE SERVIDOR MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a partir de 31/12/2012, o Sr. FLARI RAFAEL TRICHES, e declarar vacância do cargo de Contador do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta do Município de Cordilheira Alta.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

**Decreto Nº. 190 de 21 de Dezembro de 2012.**

DECRETO Nº. 190 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

REVOGA DECRETO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, deferidas pelo Artigo 94, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

REVOGAR:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 003 de 03 de janeiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 21 de dezembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

VILSON VANDERLEI KIELB

Contador

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 051/2012 de Contrato de 26 de Dezembro de 2012**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 051/2012 DE CONTRATO DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012

MÊS/ANO: MARÇO/2011. NÚMERO CONTRATO: 060/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/03/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato n. 089, de 20 de abril de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 089/2012 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA

O prazo de vigência do Contrato Administrativo, decorrente deste procedimento licitatório, terá início na data da assinatura do mesmo, quando se iniciará a prestação dos serviços e o término previsto está para 28 de fevereiro de 2013, podendo ser prorrogado para períodos sucessivos de 12 (doze) meses, até completar o máximo de 60 (sessenta) meses, se de comum acordo entre as partes envolvidas, conforme dispõe o artigo 57, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 08.779.523/0001-90

CONTRATADO: LUIZ CARLOS THEOBALDO PEREIRA

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 052/2012 de Contrato de 26 de Dezembro de 2012**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 052/2012 DE CONTRATO DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012

MÊS/ANO: ABRIL/2012. NÚMERO CONTRATO:090/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA:20/04/2012

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato nº. 090, de 20 de abril de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

A Cláusula Sétima do Contrato nº. 090/2012, passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA

O prazo de vigência do Contrato Administrativo, decorrente deste procedimento licitatório, terá início na data da assinatura do mesmo, quando se iniciará a prestação dos serviços e o término previsto está para 28 de fevereiro de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 86.223.864/0001-98

CONTRATADO:FUND. HOSP. DE ASSIS. AO TRAB. RURAL DE SÃO L. DO OESTE

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 28/02/2013

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA:R\$.

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 053/2012 de Contrato de 26 de Dezembro de 2012**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 053/2012 DE CONTRATO DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012

MÊS/ANO: JUNHO/2012. NÚMERO CONTRATO: 0101/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/06/2012

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato n. 101, de 22 de junho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 101/2012 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo terá início na data da assinatura do mesmo, quando se iniciará a prestação dos serviços, sendo que o término está previsto para 28 de fevereiro de 2013, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade, mediante livre acordo entre as partes, formalizado em termo aditivo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693



TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 07.100.523/0001-59

CONTRATADO: CLINICA DE DIAGNOSTICO SCARIOT E LONGO LTDA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 28/02/2013

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Quinto Termo Aditivo Nº. 074/2011 de Contrato de 09 de Dezembro de 2011**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 074/2011 DE CONTRATO DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

MÊS/ANO: JULHO/2008. NÚMERO CONTRATO: 088/2008

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/07/2008

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato n. 088, de 07 de julho de 2008.

“CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO

1 A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 28/02/2013.

2. O contrato decorrente do presente certame poderá ser prorrogado por interesse e conveniência da Administração Pública, ou por livre negociação entre as partes.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.328.816/0001-08

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 28/03/2012.

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Terceiro Termo Aditivo Nº. 049/2012 de Contrato de 26 de Dezembro de 2012**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 049/2012 DE CONTRATO DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012

MÊS/ANO: JANEIRO/2011. NÚMERO CONTRATO: 009/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sexta do Contrato n. 009, de 03 de Janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sexta do Contrato 009/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA E REAJUSTE DE PREÇO

O presente contrato terá vigência a partir da assinatura do contrato até 28 de Fevereiro de 2013, sendo que poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo de Contrato, por iguais períodos sucessivos.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 00.867.301/0002-06

CONTRATADO: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA - ME

VENCIMENTO DO CONTRATO: 28/02/2012

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Terceiro Termo Aditivo Nº. 054/2012 de Contrato de 26 de Dezembro de 2012**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 054/2012 DE CONTRATO DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012

MÊS/ANO: MARÇO/2011. NÚMERO CONTRATO: 060/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/03/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Sétima do Contrato n. 060, de 11 de Março de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Sétima do Contrato 060/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo terá início na data da assinatura do mesmo, quando se iniciará a prestação dos serviços, sendo que o término está previsto para 28 de fevereiro de 2013, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade, mediante livre acordo entre as partes, formalizado em termo aditivo contratual.

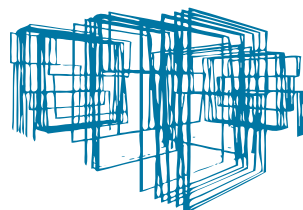
CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 08.779.523/0001-90

CONTRATADO: LUIZ CARLOS THEOBALDO PEREIRA

VENCIMENTO DO CONTRATO: 28/02/2013



Programa de  
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



# Corupá

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 531/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 531/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 51.881,03 (cinquenta e um mil oitocentos e oitenta e um reais e três centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.03.00	Aplicações Diretas	41.507,15
09.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.03.00	Aplicações Diretas	10.373,88
TOTAL			51.881,03

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior fonte 03.03.00 – Recursos Ordinários no valor de R\$ 51.881,03 (cinquenta e um mil, oitocentos e oitenta e um reais e três centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
14 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Decreto Nº. 533/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 533/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 35.877,65 (trinta e cinco mil oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.03.00	Aplicações Diretas	9.454,06
07.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00	0.3.03.00	Aplicações Diretas	24.060,74
09.000		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento De Assistência Social	2.362,85
3.1.90.00.00.00.00	0.3.03.00	Aplicações Diretas	
TOTAL			35.877,65

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior fonte 03.03.00 – Recursos Ordinários no valor de R\$ 35.877,65 (trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
14 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Decreto Nº. 529/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 529/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	60.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL			65.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção Da Divisão de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	60.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00
TOTAL			65.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
14 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

#### Decreto Nº. 530/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais

DECRETO Nº. 530/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.083/2012 de 13 de dezembro de 2012:

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.684.544,00 (um milhão e seiscentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	205.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	126.937,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Aplicações Diretas	575.218,00
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.01	Aplicações Diretas	417.389,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas	50.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
004.122.0090.2032		Despesas Gerais do Município	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.843.0090.0001		Serviços da Dívida Interna	
3.2.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	150.000,00
4.6.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL			1.684.544,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.1007		Modernização Tributária e Construção Nova Prefeitura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	9.000,00
04.000		Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
017.512.0091.2013		Consórcio das Águas do Itapocú e Quiriri	

3.1.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	16.820,00
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	4.464,00
4.4.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Transferências à Consórcios Públicos	812,00
04.000	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
04.002	Divisão de Meio Ambiente		
018.541.0073.2006	Manutenção da Divisão de Meio Ambiente		
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Transf. à Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	24.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
06.000	Secretaria Municipal de Saúde		
06.001	Fundo Municipal de Saúde		
010.301.0080.1001	Construção, Ampliação e Melhoria das Rede Física das Unidades de Saúde		
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	200.000,00
06.000	Secretaria Municipal de Saúde		
06.001	Fundo Municipal de Saúde		
010.301.0081.1010	Bloco de Atenção Básica		
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	5.000,00
07.000	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
07.001	Divisão de Serviços Públicos		
015.451.0040.1006	Construção de Pontes, Pontilhões e Praças		
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	91.259,00
07.000	Secretaria Municipal de Infraestrutura		
07.001	Divisão de Serviços Públicos		
025.752.0040.2015	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública		
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
08.000	Secretaria Municipal de Educação		
08.001	Divisão de Educação		
012.361.0047.1005	Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas	78.634,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.01	Aplicações Diretas	416.135,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas	100.000,00
08.000	Secretaria Municipal de Educação		
08.001	Divisão de Educação		
012.361.0047.2020	Manutenção do Transporte Escolar		
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas	363.382,00
08.000	Secretaria Municipal de Educação		
08.001	Divisão de Educação		
012.361.0047.1004	Construção, Ampliação e Melhoria das Unidades de Ensino Infantil		
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.19	Aplicações Diretas	133.202,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.01	Aplicações Diretas	13.592,00
08.000	Secretaria Municipal de Educação		
08.001	Divisão de Educação		
012.367.0047.2023	Manutenção dos Centros de Educação - CAECO		

3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.01	Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.01	Aplicações Diretas	14.662,00
08.000	Secretaria Municipal de Educação		
08.001	Divisão de Educação		
012.364.0049.2021	Manutenção da Educação em Ensino Superior		
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	958,00
08.000	Secretaria Municipal de Educação		
08.001	Divisão de Educação		
012.366.0049.2022	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.01	Aplicações Diretas	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.01	Aplicações Diretas	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.01	Aplicações Diretas	1.000,00
09.000	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação		
09.003	Divisão de Trabalho e Habitação		
011.333.0065.2033	Manutenção do Departamento de Trabalho		
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	820,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
09.000	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação		
09.003	Divisão de Trabalho e Habitação		
016.482.0065.1002	Incentivo à Habitação Popular		
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	8.804,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
10.000	Encargos Gerais do Município		
10.001	Encargos Gerais do Município		
028.845.0090.2031	Auxílio à Diversas Entidades		
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL			1.684.54400

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
14 de dezembro de 2012.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Decreto Nº. 532/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.**  
DECRETO Nº. 532/12  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011, de 08 de dezembro de 2011,

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.1007		Modernização Tributária e Construção Nova Prefeitura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	672,00
		TOTAL	672,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.1007		Modernização Tributária e Construção Nova Prefeitura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	672,00
		TOTAL	672,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
14 de dezembro de 2012.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Decreto Nº. 535/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.**  
DECRETO Nº. 535/12  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 238.278,69 (duzentos e trinta e oito mil e duzentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	

012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Aplicações Diretas	154.524,07
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Aplicações Diretas	83.754,62
		TOTAL	238.278,69

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.18 – Transf. do Fundeb (aplic. profissional), no valor de R\$ 238.278,69 ( duzentos e trinta e oito mil e duzentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
18 de dezembro de 2012.  
CARLOS DIETER WERNER  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Decreto Nº. 536/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.**  
DECRETO Nº. 536/12  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011, de 08 de dezembro de 2011,

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 239.771,75 (duzentos e trinta e nove mil e setecentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	13.354,92
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	



03.001		Divisão de Administração	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Div. de Pessoal, Adm. e Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	42.112,10
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
		Manutenção da De Desenv. Municipal e Planejamento	
004.122.0009.2008			
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	13.901,60
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	60.304,61
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
015.452.0039.2014			
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	92.683,49
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
008.244.0064.2011			
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	17.415,03
		TOTAL	239.771,75

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da Reserva de Contingência, conforme Lei 2.050/2011, Art. 3º, §2º da Lei Orçamentária Anual 2012.

Código	DR	Classificação	Valor R\$
99.000		Reserva de Contingência	
99.999		Reserva de Contingência	
999.999.9999.9999		Reserva de Contingência	
9.9.99.99.99.99.99	0.1.00.00	Reserva de Contingência	239.771,75
		TOTAL	239.771,75

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
18 de dezembro de 2012.

CARLOS DIETER WERNER  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **Decreto Nº. 537/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.**

DECRETO Nº. 537/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011, de 08 de dezembro de 2011,

#### **D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 121.736,24 (cento e vinte e um mil setecentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002			
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.792,18
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração	
		Manutenção Ativ. Div. de Pessoal, Adm. e Compras	
004.122.0009.2003			
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	12.174,05
03.000		Secretaria Municipal de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
03.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
		Manutenção da Divisão de Agricultura	
004.122.0009.2008			
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	3.892,74
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	



010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	23.717,15
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	34.806,18
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Serviços Públicos	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	36.591,24
09.000		Secretaria Municipal de Assistência Social, trabalho e Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manutenção do Departamento de Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	4.762,70
		TOTAL	121.736,24

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da Reserva de Contingência, conforme Lei 2.050/2011, Art. 3º, §2º da Lei Orçamentária Anual 2012.

Código	DR	Classificação	Valor R\$
99.000		Reserva de Contingência	
99.999		Reserva de Contingência	
999.999.9999.9999		Reserva de Contingência	
9.9.99.99.99.99.99	0.1.00.00	Reserva de Contingência	121.736,24
		TOTAL	121.736,24

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de dezembro de 2012.  
CARLOS DIETER WERNER  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Decreto Nº. 538/12 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 538/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 16.825,95 (dezesesseis mil e oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.65	Aplicações Diretas	16.825,95
		TOTAL	16.825,95

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.65 – MAC Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar no valor de R\$ 16.825,95 (dezesesseis mil e oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
18 de dezembro de 2012.  
CARLOS DIETER WERNER  
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Programa de Gestão Tributária



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 102/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 102/2012

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de peças e prestação de serviços para manutenção do veículo VW/Kombi escolar, Placa MJC 5260, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 14/01/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 17:30 horas do dia 14/01/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 20 de Dezembro de 2012  
CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EGHARDT  
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES  
Pregoeiro

#### Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Dezembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA  
CNPJ: 06.099.082/0001-50  
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Numero da Licitação: 158/2012 Numero do Processo: 158/2012  
Numero do Contrato/Aditivo: 602/2012  
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 21/01/2013 REFERENTE A PAVIMENTAÇÃO ASFÁSTICA- CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE TIPO RECAPEAMENTO DA RUA GAL. ILYDIO RÔMULO COLÔNIA, PAVIMENTAÇÃO, ASFÁLTICA CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO PAVIMENTAÇÃO DA RUA OLIVEIRA PIRES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 762974/2011 FIRMADO ENTRE A MINISTERIO DAS CIDADES/ CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL.

Data da Assinatura: 21/12/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 28/12/2012

Vigência: 21/12/2012 A 21/01/2012

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS/ Nr:1

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 2474/2012

PORTARIA Nº 2.474, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor ADEMIR MONTEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 418.610.949-49, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### Portaria Nº 2475/2012

PORTARIA Nº 2.475, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ALEKSANDRA DA SILVA ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 005.744.179-07, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2476/2012**

PORTARIA Nº 2.476, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor ANTONIO RODRIGUES ALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 028.521.058-02, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2477/2012**

PORTARIA Nº 2.477, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora CÂNDIDA LUCIANA BECKER RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 707.519.609-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2478/2012**

PORTARIA Nº 2.478, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora CAROLINA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 081.789.629-50, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2479/2012**

PORTARIA Nº 2.479, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora CLARICE DE LARA REINALDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 400.744.559-15, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2480/2012**

PORTARIA Nº 2.480, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora CLAUDIA DA SILVA ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 777.376.289-91, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2481/2012**

PORTARIA Nº 2.481, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora CRISTIANE APARECIDA PRATES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.688.249-97, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR

DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2482/2012**

PORTARIA Nº 2.482, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora CRISTIANE PEROZA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 020.104.939-23, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2483/2012**

PORTARIA Nº 2.483, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora DAIANE CORREIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 086.165.429-30, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2484/2012**

PORTARIA Nº 2.484, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor DAGMAR WEBER, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o nº 501.584.579-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2485/2012**

PORTARIA Nº 2.485, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora DENILCE GERLACH LOPES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 947.337.759-20, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2486/2012**

PORTARIA Nº 2.486, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora DIANA TAMARA BERNARDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 083.284.039-43, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2487/2012**

PORTARIA Nº 2.487, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor DINARTE TEIXEIRA NETO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 674.453.069-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2488/2012**

PORTARIA Nº 2.488, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ELMA NELI DOS SANTOS FURTADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 443.848.909-15, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2489/2012**

PORTARIA Nº 2.489, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor ELOIR HAUPT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 810.096.239-15, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2490/2012**

PORTARIA Nº 2.490, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora FRANCIELI DA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 036.715.459-50, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2491/2012**

PORTARIA Nº 2.491, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora FRANCINE DE SOUZA CORREIA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 005.184.299-89, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2492/2012**

PORTARIA Nº 2.492, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando



desta forma aos proventos da aposentadoria;  
E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 1.852, de 19 de janeiro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 31 de dezembro de 2012, o servidor FRANCISCO ALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 422.184.389-68, nomeado no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 27 de dezembro de 2011 e data da concessão em 31 de dezembro de 2011, Benefício nº 1505794509.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento.

**Portaria Nº 2493/2012**

PORTARIA Nº 2.493, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora INEZ RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 031.607.079-38, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2494/2012**

PORTARIA Nº 2.494, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor JOÃO MARIA DA ROSA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 249.993.189-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2495/2012**

PORTARIA Nº 2.495, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor JUNIOR HENRIQUE DECUI DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 053.679.269-08, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2496/2012**

PORTARIA Nº 2.496, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora JUSSARA BRIDI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.779.249-66, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DA COORDENAÇÃO ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2497/2012**

PORTARIA Nº 2.497, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor LEONIR RICARDO FRANÇA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.900.579-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2498/2012**

PORTARIA Nº 2.498, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora LUCELIA FEDRIGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 041.109.019-44, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2499/2012**

PORTARIA Nº 2.499, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor LUIZ CARLOS ARALDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 484.431.749-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2500/2012**

PORTARIA Nº 2.500, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor LUIZ FERNANDO RALDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 007.140.999-88, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2501/2012**

PORTARIA Nº 2.501, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora LURIELLY ANGELICA PINHEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 080.808.339-23, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2502/2012**

PORTARIA Nº 2.502, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora MARCIANE APARECIDA HUNING, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 020.312.979-29, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2503/2012**

PORTARIA Nº 2.503, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Idade

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;  
E considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo nº 5.284, de 08 de novembro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 31 de dezembro de 2012, a servidora MARIA LUCY CAREGNATO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 384.892.089-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Idade, com data de início fixada em 18 de outubro 2012, benefício nº 1545874767.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento.

**Portaria Nº 2504/2012**

PORTARIA Nº 2.504, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora MARIA RITA MOREIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 753.934.769-49, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2505/2012**

PORTARIA Nº 2.505, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor NATAL ZANELA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.592.139-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2506/2012**

PORTARIA Nº 2.506, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor NELSON ALBINO LOPES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 072.671.009-10, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2507/2012**

PORTARIA Nº 2.507, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor OSVALDO THIBES DE MEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.339.319-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2508/2012**

PORTARIA Nº 2.508, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor PEDRO TADEU DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 777.855.419-49, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2509/2012**

PORTARIA Nº 2.509, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor RONALDO ADAM, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 560.618.039-15, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2510/2012**

PORTARIA Nº 2.510, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora SUÉLLEN PAULA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 070.647.559-39, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2511/2012**

PORTARIA Nº 2.511, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora TACIANA MARILÉIA RIBEIRO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 019.527.769-45, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2512/2012**

PORTARIA Nº 2.512, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora TEREZINHA MATOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 715.516.549-20, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2513/2012**

PORTARIA Nº 2.513 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor WIGAND LEONHARDT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 049.494.989-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2514/2012**

PORTARIA Nº 2.514, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora CLAUDIANE APARECIDA MATTEUCI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 063.570.659-86, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2515/2012**

PORTARIA Nº 2.515 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 027.546.959-07, nomeado no cargo de provimento em comissão de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2516/2012**

PORTARIA Nº 2.516 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora CLAUDETE GHELLER MATHIAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 501.829.609-78, nomeada no cargo de provimento em comissão de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2517/2012**

PORTARIA Nº 2.517 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor MARCO ANTONIO DIAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 767.926.849-53, nomeado no cargo de provimento em comissão de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Infra- Estrutura Urbana, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2518/2012**

PORTARIA Nº 2.518 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor OLIDES BERTAIOLLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 513.972.779-04, nomeado no cargo de provimento em comissão de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Finanças, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 2519/2012**

PORTARIA Nº 2.519 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor PAULO ROBERTO PIRES FERREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 505.015.420-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de Agente Político de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2520/2012**

PORTARIA Nº 2.520 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor PEDRO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.542.469-53, nomeado no cargo de provimento em comissão de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2521/2012**

PORTARIA Nº 2.521 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ROSANE WEHRMEISTER LEMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 649.723.139-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotada na Secretaria de Ação Social, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2522/2012**

PORTARIA Nº 2.522 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora NILCE PINZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 596.472.809-04, nomeada no cargo de provimento em comissão de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotada na Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2523/2012**

PORTARIA Nº 2.523, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora MARCIA REGINA CARDOSO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 552.341.439-53, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2524/2012**

PORTARIA Nº 2.524, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora MARIA DE LOURDES TIBES PAULETTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 521.831.739-04,

nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2525/2012**

PORTARIA Nº 2.525, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor MOISES AMADEU PATRICIO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 387.161.359-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de CONTROLADOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2526/2012**

PORTARIA Nº 2.526, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor ADEMIR PEDRO PERIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 195.777.299-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de PRESIDENTE DA SANEFRAI, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo-SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2527/2012**

PORTARIA Nº 2.527, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor ANTÔNIO GONÇALVES DE MORAIS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 345.586.329-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2528/2012**

PORTARIA Nº 2.528, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora CLAUDIA INES MASIERO CARDOSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 762.963.779-91, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2529/2012**

PORTARIA Nº 2.529, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora GISLAINA FABICHAK RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 066.508.969-42, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2530/2012**

PORTARIA Nº 2.530, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor ROBERTO DE CARVALHO CORREA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 005.481.409-01, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SANEAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2531/2012**

PORTARIA Nº 2.531, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor MOACIR GABRIEL DA CRUZ, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 387.172.719-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SUPERINTENDÊNCIA, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer- FME, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2532/2012**

PORTARIA Nº 2.532, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o servidor ADALBERTO JOSÉ BILIBIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 485.109.989-49, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer- FME, com

carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2533/2012**

PORTARIA Nº 2.533, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora MONIQUE ANDRADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 085.003.189-37, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2534/2012**

PORTARIA Nº 2.534, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Dispõe sobre a exoneração de Servidor Público Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Complementar 109/2012, violação do art. 115, incs. I, III, VIII, XI e XVII, e penalização prevista no art. 131, incs. VII e XIII;

E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 3.350 de 24 de abril de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora SONIA TEREZA GADLER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 700.155.549-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, e no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 horas semanais, em 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento.

**Portaria Nº 2535/2012**

PORTARIA Nº 2.535, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Revoga a Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Função Gratificada Nível 3, do servidor FABIANO MARTINELLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 004.853.709-80, ocupante do cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2536/2012**

PORTARIA Nº 2.536 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Designa Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;  
Considerando o art. 8º, Lei Complementar 072, de 31 de julho de 2006;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora CENELÂNDIA VALIM LOPES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 579.209.239-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, para prestar serviços junto ao Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir de 01 de dezembro de 2012 à 30 de novembro de 2015; optando pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Editais CM Nº 019 - Dorvalina Fase II**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 019/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

**I - LOCAL**

RUA DORVALINA DOS SANTOS ANDRADE - FASE II (Bairro Libe-rata)

**II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: terraplanagem, regularização e compactação;
- b) base de brita;
- c) pavimentação com concreto usinado a quente;
- d) meio fio de concreto simples;
- e) serviços gerais: limpeza da obra e placas de sinalização.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3894/2010.

**III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA**

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

**IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 3894/2010).

**V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO**

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 3894/2010. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

**VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA**

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada



através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:  
$$CM = ((CT/PO : QMTAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 3894/2010.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

#### VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subseqüentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

#### VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3894/2010.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte,

cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

#### **Edital CM Nº 020 - Av. Caçador**

##### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 020/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### I - LOCAL

AV. CAÇADOR (Bairro Centro)

#### II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: reperfilamento sobre paralelepípedo e compactação;
- b) pavimentação com concreto usinado a quente;
- c) serviços gerais: limpeza da obra, pinturas e placas de sinalização.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 2402/2011.

#### III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

#### IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA



A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 2402/2011).

#### V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 2402/2011. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

#### VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QMTAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:  
$$CM = ((CT/PO : QMTAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 2402/2011.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

#### VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subseqüentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

#### VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 2402/2011.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;  
II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

**Edital CM Nº 021 - Rua Arcidália Varella**  
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 021/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem

interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### I - LOCAL

RUA ARCIDÁLIA VARELLA (Bairro Liberata)

#### II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: terraplanagem, regularização e compactação;
- b) base de brita;
- c) pavimentação com concreto usinado a quente;
- d) meio fio de concreto;
- e) serviços gerais: limpeza da obra e placas de sinalização.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3753/2012.

#### III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

#### IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 3753/2012).

#### V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 3753/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

#### VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente

a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:  
$$CM = ((CT/PO : QTMAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 3753/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

#### VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subsequentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

#### VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3753/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá

reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

#### Edital CM Nº 022 - Tv José Calais

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 022/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### I - LOCAL

TRAVESSA JOSÉ CALAIS (Bairro Centro)

#### II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: terraplanagem, regularização e compactação;
- b) base de brita;
- c) pavimentação com concreto usinado a quente;
- d) meio fio de concreto;
- e) serviços gerais: limpeza da obra e placas de sinalização.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3318/2012.

#### III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou

possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

#### IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 3318/2012).

#### V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 3318/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

#### VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:  
$$CM = ((CT/PO : QTAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 3318/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

#### VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

- a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subseqüentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

#### VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3318/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

#### Edital CM Nº 023 - Rua Costa Rica

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 023/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### I - LOCAL

RUA COSTA RICA (Bairro Jardim América)

#### II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: terraplanagem, regularização e compactação;
- b) base de brita;
- c) pavimentação com concreto usinado a quente;
- d) meio fio de concreto;
- e) serviços gerais: limpeza da obra e placas de sinalização.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3319/2012.

#### III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

#### IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 3319/2012).

#### V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 3319/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis,



parte integrante deste Edital.

## VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:

$$CM = ((CT/PO : QMTAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 3319/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

## VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subseqüentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

## VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

## IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3319/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura

Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;  
II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

## X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

## Edital CM Nº 024 - Rua Pedro de Paula Rocha

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 024/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

### I - LOCAL

RUA PEDRO DE PAULA ROCHA (Bairro São Miguel)

### II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

a) serviços iniciais: locação e pavimentação com pedra irregular de basalto;  
b) meio fio de concreto simples;  
e) base de brita;  
f) serviços gerais: limpeza permanente da obra, placas de sinalização e de identificação de ruas.



A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3322/2012.

### III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

### IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 3322/2012).

### V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 3322/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

### VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:

$$CM = ((CT/PO : QTMAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 3322/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

### VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subsequentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

### VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

### IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3322/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;

II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

**Editais CM Nº 025 - Rua Guido Brandt**  
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 025/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

**I - LOCAL**

RUA GUIDO BRANDT (Bairro São Miguel)

**II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: locação e pavimentação com pedra irregular de basalto;
- b) meio fio de concreto simples;
- e) base de brita;
- f) serviços gerais: limpeza permanente da obra, placas de sinalização e de identificação de ruas.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3321/2012.

**III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA**

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

**IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 3321/2012).

**V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO**

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por

Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 3321/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

**VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA**

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMA - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMA - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:  
$$CM = ((CT/PO : QTMA) \times QMA)$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMA de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 3321/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

**VII - FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subsequentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

**VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO**

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

**IX - DISPOSIÇÕES GERAIS**

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3321/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

#### **Editai CM Nº 026 - Rua 1 X**

##### **EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 026/2012**

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### I - LOCAL

RUA I (Localidade X de Novembro)

#### II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: terraplanagem, regularização e compactação;
- b) base de brita;

- c) pavimentação com concreto usinado a quente;
- d) meio fio de concreto;
- e) serviços gerais: limpeza da obra e placas de sinalização.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3754/2012.

#### III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência em especial (Lurdes Abreu e Mitra Diocesana de Caçador).

#### IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 3754/2012).

#### V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 3754/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

#### VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:  
$$CM = ((CT/PO : QTMAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 3754/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

**VII - FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subseqüentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

**VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO**

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

**IX - DISPOSIÇÕES GERAIS**

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3754/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos

elencados na LC nº 096/2008.

**X - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Edital CM Nº 027 - Rua 2 X**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 027/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

**I - LOCAL**

RUA II (Localidade X de Novembro)

**II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: terraplanagem, regularização e compactação;
- b) base de brita;
- c) pavimentação com concreto usinado a quente;
- d) meio fio de concreto;
- e) serviços gerais: limpeza da obra e placas de sinalização.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 3755/2012.

**III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA**

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência em especial (Serozinho Luiz Lázzari, Sabina Terezinha Lázzari, Eroni Baroncello, João Ferreira dos Santos, Elio Amaro Baron e Mitra Diocesana de Caçador).

**IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo



ao Processo Administrativo nº 3755/2012).

#### V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas inseridas no Processo Administrativo nº 3755/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

#### VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:

$$CM = ((CT/PO : QTMAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 3755/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

#### VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subseqüentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

#### VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais

condições previstas no presente Edital.

#### IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 3755/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;

II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

#### Edital CM Nº 028 - Dorvalina Fase III

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 028/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### I - LOCAL

RUA DORVALINA DOS SANTOS ANDRADE - FASE III (Bairro



Liberata)

## II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: terraplanagem, regularização e compactação;
- b) base de brita;
- c) pavimentação com concreto usinado a quente;
- d) meio fio de concreto simples;
- e) serviços gerais: limpeza da obra e placas de sinalização.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 1008/2012.

## III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

## IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 1008/2012).

## V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 1008/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

## VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área

Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:  
$$CM = ((CT/PO : QMTAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 1008/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

## VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subsequentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

## VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

## IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 1008/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;  
II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

#### **Editais CM Nº 029 - Rua Fuji I**

##### **EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 029/2012**

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### I - LOCAL

RUA FUJI - Fase I (Bairro Macieira)

#### II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: terraplanagem, regularização e compactação;
- b) base de brita;
- c) pavimentação com concreto usinado a quente;
- d) meio fio de concreto;
- e) serviços gerais: limpeza da obra e placas de sinalização.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 1007/2012.

#### III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

#### IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante

desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 1007/2012).

#### V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 1007/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

#### VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:

$$CM = ((CT/PO : QTMAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 1007/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

#### VII - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subsequentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação

da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM's, se pessoa física e, 40 UFM's, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

#### VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 1007/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 27 de dezembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Decreto N.º 202/2012.

DECRETO N.º 202, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.411,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.587 de 01/12/2011 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.411,00 (dez mil e quatrocentos e onze reais) no Orçamento vigente:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL	10.411,00
013112.001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal	10.411,20
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.411,20

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.411,00 (dez mil e quatrocentos e onze reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

01.01 - CAMARA MUNICIPAL	10.411,20
013112.001 - Func. e Manut. da Câmara Municipal	10.411,20
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	299,20
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.112,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/12/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

#### Errata N°01 ao PR98/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

ERRATA N° 01  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 98/2012

O Município de Garopaba, com sede administrativa na Praça Governador Ivo Silveira, torna público para conhecimento dos interessados que RETIFICOU o edital de pregão presencial acima identificado que tem por objeto a Registro de preço para aquisição de equipamentos e instrumentos para uso da Secretaria de Saúde deste Município, conforme segue:

No anexo I que trata da especificação dos Itens do Fundo Municipal de Saúde, onde se lê:

60	999904329	TESOURAS CIRÚRGICA DE PONTA AGUDA CURVA DE 15 CM - Tesoura cirúrgica reta ponta fina 15cm garantia de 5 anos - confeccionadas em aço inoxidável conforme NBR 7153-1 com acabamento e polimentos perfeitos, autoclavável, com marca a laser gravada.	UN	18	R\$ 29,15	R\$ 524,70
----	-----------	---	----	----	-----------	------------

Leia-se:

60	999904329	TESOURAS CIRÚRGICA DE PONTA AGUDA CURVA DE 15 CM - Tesoura cirúrgica curva ponta fina 15cm garantia de 5 anos - confeccionadas em aço inoxidável conforme NBR 7153-1 com acabamento e polimentos perfeitos, autoclavável, com marca a laser gravada.	UN	18	R\$ 29,15	R\$ 524,70
----	-----------	--	----	----	-----------	------------

Em função das alterações promovidas alterarem de forma substancial a formulação das propostas de preço ficam alteradas as datas para realização da sessão, conforme segue:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:
  - \* das 13h00min do dia 28/12/2012, às 13h55min do dia 11/01/2013;
- Local recebimento dos envelopes:
  - \* Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Garopaba
- Limite para impugnação ao edital:
  - \* 18h00min do dia 09/01/2013
- Início da Sessão Pública do pregão:
  - \* 14h00min do dia 11/01/2013

Garopaba, 26 de dezembro de 2012.  
 RAFAEL DE SOUZA  
 Pregoeiro

## Governador Celso Ramos

### PREFEITURA

#### Extrato do Termo Aditivo Nº 002/12 ao Contrato Nº 017/2011

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 002/2012 AO CONTRATO Nº. 017/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: OUTSOURCING CENTER COM. DE COP. E IMPRESSÕES LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para locação de impressoras multifuncional com impressão a laser conforme edital e anexo. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 31 de janeiro de 2013, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 26 de dezembro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

#### Extrato do Termo Aditivo Nº 004/2012 ao Contrato Nº 035/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS. EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 004/2012 AO CONTRATO Nº 035/2011. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS. CONTRATADO: OUTSOURCING CENTER COM. DE COP. E IMPRESSÕES LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para locação de impressoras multifuncional com impressão a laser conforme edital e anexo. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 31 de janeiro de 2013, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 26 de dezembro de 2012.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES

Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### Termo Aditivo Nº 083/2012

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 001/2012

TERMO ADITIVO Nº 083/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 001/2012 de 17 de janeiro de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 001/2012, firmado com a empresa Gemelli, Gemelli & Cia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.556.616/0001-31 neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Mauro Valmir José Gemelli, prorrogando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no



preâmbulo, até o dia 18 de janeiro de 2013.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI	VALMIR JOSÉ GEMELLI
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 560.168.249-68

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87	CPF: 076.591.479-43

#### Termo Aditivo Nº 084/2012

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 002/2012

TERMO ADITIVO Nº 084/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 002/2012 de 03 de fevereiro de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 002/2012, firmado com a empresa Locomaq Comércio e Locação de Maquinas e Equipamentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.527.352/0001-53 neste ato representada por seu procurador, Senhor Álvaro José Gonçalves, prorrogando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 03 de fevereiro de 2013.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

Nelson Guindani	Alvaro José Gonçalves
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 945.102.379-87

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87	CPF: 076.591.479-43

#### Termo Aditivo Nº 085/2012

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 003/2012

TERMO ADITIVO Nº 085/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 004/2012 de 07 de fevereiro de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste pessoa jurídica de direito público, estabelecido na

Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0003-08, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 004/2012, firmado com as empresas:

Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda. 02.477.571/0001-47  
Otriala Comércio Atacadista. Produtos. Medico Hospitalares Ltda. 02.631.147/0001-05  
Odontomedi- Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda. 06.194.440/0001-03  
Phrodent Comércio e Rep. de Produtos Hospitalares. e Dentários Ltda. 93.327.161/0001-75  
Silmes Comércio de Prod. Odontológicos Ltda. ME 04.989.294/0001-87

prorrogando unilateralmente o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 07 de fevereiro de 2013.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 687.857.399-87	CPF: 076.591.479-43

#### Termo Aditivo Nº 086/2012

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 009/2012

TERMO ADITIVO Nº 086/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 005/2012 de 29 de março de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 005/2012, firmado com a empresa Bucco & Bucco Ltda. inscrita no CNPJ sob o nº. 04.731.470/0001-86 neste ato representada por administrador, Senhor Orlando Bucco, prorrogando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 29 de março de 2013.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI	ORLANDO BUCCO
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF: 501.589.459-72	CPF: 509.252.299-20



## Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 076.591.479-43

**Termo Aditivo Nº 087/2012**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2012  
PREGÃO PRESENCIAL No 007/2012

**TERMO ADITIVO Nº 087/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012**

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 006/2012 de 29 de março de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0003-08, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 006/2012, firmado com a empresa Oncoline Comércio de Medicamentos Ltda., prorrogando unilateralmente o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 29 de março de 2013.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal  
CPF: 501.589.459-72

## Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 076.591.479-43

**Termo Aditivo Nº 088/2012**

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2012  
PREGÃO PRESENCIAL No 011/2012

**TERMO ADITIVO Nº 088/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012**

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 07/2012 de 05 de abril de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 007/2012, firmado com a empresa Concretos Cruzeiro Indústria e Comércio Ltda. inscrita no CNPJ sob o nº. 75.493.908/0001-83 neste ato representada por administrador, Senhor Fernando Regensburger, prorrogando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 05 de abril de 2013.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal  
CPF: 501.589.459-72

FERNANDO REGENSBURGER  
Sócio Administrador  
CPF: 196.410.609-53

## Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 076.591.479-43

**Termo Aditivo Nº 089/2012**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste.  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2012  
PREGÃO PRESENCIAL No 010/2012

**TERMO ADITIVO Nº 089/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012**

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 008/2012 de 13 de abril de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, através do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0003-08, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 008/2012, firmado com as empresas:  
Angelo Marcelo Schulka - ME 03.219.641/0001-20  
Albgraf Formulário Contínuos Ltda. 05.665.084/0001-04  
Empresa Gráfica Cruzeiro Ltda. EPP 84.583.954/0001-64  
Gráfica e Editora JGraf Ltda. 07.572.693/0001-36  
Gráfica Guaramirim Ltda. 78.218.187/0001-91  
Nova Print Gráfica e Editora Ltda. 10.755.238/0001-80  
Polimpresos Serviços Gráficos Ltda. - ME 14.292.313/0001-75  
prorrogando unilateralmente o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 13 de ABRIL de 2013.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal  
CPF: 501.589.459-72

## Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 076.591.479-43

**Termo Aditivo Nº 090/2012**

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2012  
PREGÃO PRESENCIAL No 012/2012

**TERMO ADITIVO Nº 090/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012**

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 09/2012 de 08 de maio de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente

Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 009/2012, firmado com as empresas Lechnertur Turismo Ltda. ME. inscrita no CNPJ sob o nº. 86.829.421/0001-45 neste ato representada por administrador, Senhor Paulo Alberto Lechner, Transportes Coletivos Zarpelon Ltda. ME. inscrita no CNPJ sob o nº. 09.439.166/0001-83 neste ato representada por administrador, Senhor Irai Zarpelon prorrogando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 08 de maio de 2013.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

PAULO ALBERTO LECHNER

Sócio Administrador

CPF: 148.361.659-20

IRAI ZARPELON

Sócio Administrador

CPF: 949.434.519-34

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

**Termo Aditivo Nº 091/2012**

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 016/2012

TERMO ADITIVO Nº 091/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 010/2012 de 11 de junho de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 010/2012, firmado com as empresas Pedreira Joaçaba Ltda.. inscrita no CNPJ sob o nº. 84.585.306/0001-47 neste ato representada por administrador, Senhor Sigmundo Regensburger, Pedreira Caldart Ltda,. inscrita no CNPJ sob o nº. 79.386.850/0001-20 neste ato representada por administrador, Senhor Alírio Antonio Caldart prorrogando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 11 de junho de 2013.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

SIGMUNDO REGENSBURGER

Sócio Administrador

CPF: 139.433.329-34

ALÍRIO ANTONIO CALDART

Sócio Administrador

CPF: 238.832.860-87

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

**Termo Aditivo Nº 092/2012**

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 021/2012

TERMO ADITIVO Nº 092/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 012/2012 de 23 de julho de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 0012/2012, firmado com a empresa Mercado e Confeccões S.S. Durigon Ltda. inscrita no CNPJ sob o nº. 75.306.829/0001-16 neste ato representada por administrador, Senhor Sérgio Antonio Durigon, prorrogando o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 23 de julho de 2013.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

SÉRGIO ANTONIO DURIGON

Sócio Administrador

CPF: 250.325.429-20

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

**Termo Aditivo Nº 093/2012**

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 022/2012

TERMO ADITIVO Nº 093/2012 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 013/2012 de 23 de julho de 2012, Pelo presente Termo, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, resolve lavrar o presente Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preço nº 006/2012, firmado com a empresa Compasa do Brasil, Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda inscrita no CNPJ sob o nº 01.382.022/0001-26., prorrogando unilateralmente o prazo de vigência da Ata de

Registro de Preços mencionada no preâmbulo, até o dia 23 de julho de 2013.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos da Ata de Registro de Preços ora aditada, que não conflitem com o presente.

Herval d'Oeste, 21 de dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 687.857.399-87

CPF: 076.591.479-43

**Ibiam**

**PREFEITURA**

#### Lei 513/2012

LEI N.º 513, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DE SANTA CATARINA - AGESAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina - AGESAN, em consonância com as Leis Federais n. 11.445/07, n. 12.305/10 e com o art. 241 da Constituição Federal de 1988, com vistas a delegar as questões afetas a regulação dos serviços públicos de saneamento básico do Município.

Art. 2º. Deverá ser delegadas mediante convênio com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina - AGESAN, as seguintes atribuições relativas aos serviços públicos de saneamento básico:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários.

IV - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

V - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

Art. 3º. Os recursos necessários à execução de regulação e fiscalização, delegados à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, relativo às atribuições de que trata o art. 2º supra, proverão da cobrança da Taxa de Fiscalização a ser estabelecida no convênio, sendo de responsabilidade das entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico o seu pagamento;

Art. 4º. O Município exigirá a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água potável e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários, nos termos do inciso II, do art. 14, da Lei Estadual n.º 13.517/05.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,

12 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos 12 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Administração e da Fazenda

#### Lei 514/2012

LEI N.º 514, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

"DENOMINA CRECHE MUNICIPAL QUE ESPECIFICA."

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada "CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ ATÍLIO GRASSI" a creche municipal localizada na Rua Vilson Kleinubing, na sede deste Município.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,

12 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos 12 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



**TA 01/2012 ao Contrato Nº 55/12**

TERMO ADITIVO Nº 001/2012

CONTRATO Nº. 055/2012

Processo Licitatório nº 030/2012 - Tomada de Preço nº 005/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 055/2012, que celebram, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC, sito a Avenida 20 de Julho, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 11.250.761/0001-18, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. Nelson Mario Grassi, brasileiro, Casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiã - SC, inscrito no CPF/MF sob nº 032.655.959-00 e CI 25/R.229.246, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa CONSTRUTORA VIDEIRENSE LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 11.585.449/0001-85, com sede na Rua XV de Novembro, 1003, sala 01, Centro, Videira/SC, CEP: 89.560-000 neste ato representado por seu Sócio Adm. o Sr. Irineu Jacinto de Oliveira, CPF: 384.826.819-15, CI 1.107.136-SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratado, pactuam o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do contrato 055/2012, com amparo na Cláusula Segunda do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 055/2012, cuja vigência expira em 27 de Dezembro de 2012, passando a partir desta data a ter sua vigência ampliada para 30/03/2013, podendo a critério da Administração rescindir este termo aditivo em data inferior a anteriormente estipulada.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 27 de Dezembro de 2012.

Nelson Mario Grassi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONSTRUTORA VIDEIRENSE LTDA

CNPJ: 11.585.449/0001-85

Sócio Adm: Irineu Jacinto de Oliveira

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ALCINDO PEROSA

CPF 37.904.409-49

SARA RINALDI VIECELLI

CPF: 058.762.079-00

VAGNER FELIPE STIEHL - OAB/SC 16.340

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

**Decreto Nº 2426/2012**

DECRETO Nº 2426, 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IBIAM.

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.600,00 (Trinta e seis mil e seiscentos reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade: 0101 CÂMARA MUNICIPAL

Função: 01 LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0101 PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 2001 MANUT.DAS ATIV.LEGISLATIVAS

Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 36.600,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 36.600,00 (Trinta e seis mil e seiscentos reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 01 PODER LEGISLATIVO

Unidade: 0101 CÂMARA MUNICIPAL

Função: 01 LEGISLATIVA

Sub-Função: 031 AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0101 PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 2001 MANUT.DAS ATIV.LEGISLATIVAS

Modalidade de Aplicação: 33500000 TRANSF.A INST. PRIV.S/FINS LUCRAT.

Valor: R\$ 6.600,00

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,

EM 30 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

**Decreto Nº 2440/2012**

DECRETO Nº 2440, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 5.018,17 (Cinco mil e dezoito reais e dezesseis centavos) , no orçamento de 2012 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0205 SEC. MUN. DE INFRAEST.,OBRAS E TRANSP.

Função: 26 TRANSPORTE

Sub-Função: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade: 2050 MANUT.SEC.INFRAESTR. TRANSP. E OBRAS

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0344 SUPERÁVIT RECURSOS FEP

Valor: R\$ 5.018,17

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,  
20 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

### **Decreto Nº 2441/2012**

DECRETO Nº 2441, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO PROVENIENTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação do FEP no valor de R\$ 7.823,68 (Sete mil, oitocentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos), no orçamento de 2012 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0205 SEC. MUN. DE INFRAEST., OBRAS E TRANSP.

Função: 26 TRANSPORTE

Sub-Função: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade: 2050 MANUT.SEC.INFRAESTR. TRANSP. E OBRAS

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0144 FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO

Valor: R\$ 7.823,68

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado excesso de arrecadação do FEP.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **Decreto Nº 2442/2012**

DECRETO Nº 2442, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO PROVENIENTE DE ATENÇÃO BÁSICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação da Atenção Básica no valor de R\$ 4.270,00 (Quatro mil duzentos e setenta reais), no orçamento de 2012 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 03 FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 2018 MANUT.PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VAR.

Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0164 ATENÇÃO BÁSICA

Detalhamento: 0010 - Progr. De Saúde da Família

Valor: R\$ 4.270,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado excesso de arrecadação da Atenção Básica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **TA 01/2012 ao Contrato Nº 04/12**

TERMO ADITIVO Nº 001/2012

CONTRATO Nº. 004/2012

Processo 057/2011 - Convite 011/2011

Termo aditivo ao contrato público administrativo 004/2012, que celebram, o Município de Ibiã/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 01.612.745/0001/74, com sede na Rua Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20 em Ibiã - SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Nelson Mario Grassi, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 032.655.959-00, portador do RG nº 229.246, residente e domiciliado na Linha São Sebastião, em Ibiã - SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, CNPJ: 00.462.389/0001-97, estabelecida na Rua Anita Garibaldi, 365, na cidade de Concórdia/SC, representada por seu Sócio Gerente o Sr. Paulo Roberto Sommer da Silva, CPF: 304.969.779-20, CI: 631.444-9, residente na cidade de Concórdia/SC, de ora em diante denominada de Contratado, pactuam o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do contrato 004/2012, com amparo no Art. 57, II da Lei



8.666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira:** Fica prorrogada a vigência do contrato 004/2012, cuja vigência expira em 31 de Dezembro de 2012, passando a partir desta data a ter sua vigência ampliada para até 30/03/2013. A presente prorrogação de vigência faz-se necessária para que haja tempo hábil de realização de novo processo licitatório para o próximo exercício financeiro, podendo a critério da Administração rescindir este termo aditivo em data inferior a anteriormente estipulada. Este aditivo torna-se nulo a partir da homologação do novo processo licitatório.

**Cláusula Segunda:** As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 27 de Dezembro de 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Contratante

CPL ASSES. E DESENVOLVIMENTO LTDA

CNPJ: 00.462.389/0001-97

Sócio Gerente: Paulo R. Sommer da Silva

Contratado

TESTEMUNHAS:

ALCINDO PEROSA

CPF 37.904.409-49

SARA RINALDI VIECELLI

CPF: 058.762.079-00

VAGNER FELIPE STIEHL - OAB/SC 16.340

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

### TA 03/2012 ao Contrato Nº 060/12

TERMO ADITIVO Nº 003/2012

CONTRATO Nº. 060/2012

PROCESSO LICITATORIO 032/2012

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 060/2012, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito

público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Nelson Mario Grassi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 25/R.229.246 e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.655.959-00, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 82.743.832/0001-62, com sede na Rua Blumenau, 20D - Bairro Lider, na cidade de Chapecó/SC, CEP: 89.805-430 neste ato representado por seu Gerente Comercial o Sr. Moacir Tiecher, CPF: 295.098.829-68, CI 12/R-564.131, residente na cidade de Chapecó/SC, de ora em diante denominada de Contratado, pactuam o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do contrato 060/2012, com amparo na Cláusula Segunda do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

**Cláusula Primeira:** Fica prorrogada a vigência do contrato 060/2012, cuja vigência expira em 31/12/2012 passando a partir desta data a ter sua vigência ampliada para 30/03/2013.

**Cláusula Segunda:** As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 13 de Dezembro de 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PLANATERRA TERRAP. E PAVIM. LTDA

CNPJ: 82.743.832/0001-62

Sócio Adm.: Moacir Tiecher

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ALCINDO PEROSA

CPF 37.904.409-49

SARA RINALDI VIECELI

CPF: 058.762.079-00

VAGNER FELIPE STIEHL - OAB/SC 16.340

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica



## Programa de Gestão Tributária



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto Nº 071.2012

DECRETO PMI Nº 071, de 28 de maio de 2012.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe o Art. 4º, § 2º, alíneas "a" e "d" e nos Artigos 30 e 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo - Categoria Especial, tipo escolar e a título de serviços de turismo ao Senhor MARCELO AUGUSTO GAUDIO, inscrito no CPF sob o nº 131.846.248-70 e RG nº 22288899, nos termos do Processo Administrativo nº 5419/2012.  
§ 1º A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente e mediante Termo de Autorização da Secretaria de Infraestrutura, o qual deverá preceder análise de todas exigências legais sob pena de nulidade do presente ato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 28 de maio de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI Nº 150.2012

DECRETO PMI Nº 150, de 17 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE-  
SEDUCE

Construção, Reforma, Ampliação de Unid. Escolares - Infantil

12.365.0009-1.037

4.4.90.00.00.00.00.0112 (0024) Aplicações Diretas 15.000,00

Total 15.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso

de Arrecadação de Recursos de recursos próprios apurados no exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de dezembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI Nº 073.2012

DECRETO PMI Nº 073, de 04 de junho de 2012.

Constitui Comissão Especial para Acompanhamento das "Divisas de Itapirubá".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial para Acompanhamento das "Divisas de Itapirubá".

Art. 2º Compete à Comissão Especial de que trata o artigo 1º deste Decreto:

I - acompanhar o assunto na esfera judicial;

II - colher documentos e provas inerentes a questão da divisa;

III - solicitar aos órgãos municipais as informações necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 3º A Comissão Especial para Acompanhamento das "Divisas de Itapirubá" será constituída pelos representantes:

I - Representantes da Comunidade:

a) José Romário de Oliveira;

b) Luís Otávio Lopes Cabral;

c) Margarida Machado de Campos;

d) Vilmar Martins;

e) Vitor Mota;

f) Celestino Soares dos Passos;

g) Edevardes Rozedo de Oliveira.

II - Representante da Câmara de Vereadores:

a) Zeli Pires.

III - Representante da Procuradoria Geral:

a) Diego Silveira

IV - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Ambiental:

a) Eduardo dos Passos Nunes.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a dar suporte administrativo e logístico à Comissão Especial.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Decreto PMI Nº 074.2012**

DECRETO PMI Nº 074, de 05 de junho de 2012.  
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, e nos termos da Lei nº 4.085, de 05 de junho de 2012,  
DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para novo item orçamentário:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA  
Manutenção do C.R.A.S.  
08.244.0013-2.067  
3.1.90.00.00.00.00.0160 (0021) Aplicações Diretas 40.000,00  
Total 40.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA  
Manutenção do C.R.A.S.  
08.244.0013-2.067  
3.3.90.00.00.00.00.0160 (0002) Aplicações Diretas 40.000,00  
Total 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de junho de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Decreto PMI Nº 075.2012**

DECRETO PMI Nº 075, de 05 de junho de 2012.  
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011,  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.700,44 (oitenta mil e setecentos reais e quarenta e quatro centavos) para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA  
Pavimentação de Vias Públicas  
15.451.0007-1.010  
4.4.90.00.00.00.00.0171 (0079) Aplicações Diretas 80.700,44  
Total 80.700,44

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Convênio nº 6551/2012-0, Processo nº SDR19 23862012, de 02/05/2012, do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Laguna.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de junho de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Decreto PMI Nº 076.2012**

DECRETO PMI Nº 076, de 14 de junho de 2012.  
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Habitação de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011,  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA  
Viver Bem  
16.482.0020-2.043  
3.3.90.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 12.000,00  
Total 12.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA  
Viver Bem  
16.482.0020-2.043  
4.4.90.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 12.000,00  
Total 12.000,00

Art.3º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de junho de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI Nº 077.2012**

DECRETO PMI Nº 077, de 15, de junho de 2012.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 21 de junho de 2012, quinta-feira, por ocasião das comemorações do 54º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, bem como a programação, da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e da Secretaria de Infraestrutura, ficam a cargo dos respectivos secretários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Imbituba, 15 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI Nº 078.2012**

DECRETO PMI Nº 078, de 26, de junho de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) para novo item orçamentário, como segue:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Manutenção da Atenção Básica

10.301.0014-2.121

4.4.90.00.00.00.00.0206 (0064) Aplicações Diretas 25.500,00

Total 25.500,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Convênio nº 6552/2012-8, do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Laguna.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Decreto PMI Nº 079.2012**

DECRETO PMI Nº 079, de 18, de junho de 2012.

Dispõe sobre o Cronograma de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro 2014
1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro 2014
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Junho 2013
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Junho 2013
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro 2013
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro 2013
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro 2013
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro 2013
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Junho 2013
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Junho 2013
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Junho 2013
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Junho 2013
6 – Implementação de Sistema de Custos	



6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro 2014
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro 2014
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro 2014
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro 2013
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro 2013
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro 2014
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 092.2012**

DECRETO PMI Nº 092 de 01 de agosto de 2012.

Dispõe sobre a delegação de competência e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Art. 94 da Lei Orgânica do Município de Imbituba e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Além do Chefe do Poder Executivo, fica delegada a competência da assinatura de cheques e da autorização de transação via gerenciador financeiro, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, conforme discriminação nos incisos deste artigo:

I - Assina/autoriza o Prefeito e o Secretário Municipal da Fazenda;

II - Assina/autoriza o Prefeito e a Representante Legal do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

III - Assina/autoriza a Representante Legal do Fundo Municipal

dos Direitos da Criança e Adolescente e o Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 098.2012**

DECRETO PMI Nº 098, de 31 de agosto de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 51.864,00 (cinquenta e um mil e oitocentos e sessenta e quatro reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE-  
SEDUCE

Saúde no Prato - Aluno Saudável - Infantil

12.365.0009-2.102

3.3.90.00.00.00.00.00.0175 (0051) Aplicações Diretas 33.792,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0176 (0052) Aplicações Diretas 12.336,00

Saúde no Prato - Aluno Saudável - Fundamental/Infantil

12.365.0009-2.102

3.3.90.00.00.00.00.00.0210 (0146) Aplicações Diretas 5.736,00

Total 51.864,00

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso de Arrecadação de Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Mais Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 110.2012**

DECRETO PMI Nº 110, de 26 de setembro de 2012.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial escolar) e dá outras providências.



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o parecer exarado pelo Procurador Dr. Marlon Tes-toni Batisti, as fls.37, do Processo Administrativo nº 3393/2012,  
DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial escolar) a JATUR JORGE TURISMO LTDA ME, inscrito no CNPJ sob o nº 00.575.261/0001-30, nos termos do Processo Administrativo nº 1338/2012.

§ 1º A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo(categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Decreto PMI Nº 115.2012**

DECRETO PMI Nº 115, de 24 de outubro de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), para reforço do item orçamen-tário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA  
- SEAGP

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

3.3.90.00.00.00.00.00.0172 (0166) Aplicações Diretas 32.000,00

Total 32.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos Próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Decreto PMI Nº 116.2012**

DECRETO PMI Nº 116, de 24 de outubro de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 17.208,00 (dezesete mil e duzentos e oito reais), para reforço do item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE-  
SEDUCE

Saúde no Prato Aluno Saudável - Fundamental/Infantil

12.306.0009-2.103

3.3.90.00.00.00.00.00.0210 (0146) Aplicações Diretas 17.208,00

Total 17.208,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos vinculados do PNAE (Programa mais educação) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Decreto PMI Nº 126.2012**

DECRETO PMI Nº 126, de 21 de novembro de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011,  
DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 224.000,00 (du-zentos e vinte e quatro mil reais), para reforço dos itens orçamen-tários, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLI-  
CA -SEAGP

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

3.3.90.00.00.00.00.00.0172 (0166) Aplicações Diretas 60.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

Pavimentação de Vias Públicas

15.451.0007-1.010

4.4.90.00.00.00.00.00.0172 (0177) Aplicações Diretas 114.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA - FMS

Assist. Ambul. e Hospitalar

10.302.0014-2.061

3.3.90.00.00.00.00.00.0228 (0066) Aplicações Diretas 50.000,00

Total 224.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos Próprios apurados no exercício de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 127.2012**

DECRETO PMI Nº 127, de 21 de novembro de 2012.

Altera representação de membro da área governamental no Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente - CMDCA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Artigo 6º, da Lei nº 4.002, de 14 de dezembro de 2011,

Considerando a solicitação da Secretária de Saúde;

DECRETA:

Art. 1º Em substituição aos representantes da Secretaria Municipal de Saúde no Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente - CMDCA ficam nomeados os seguintes membros:

I - Titular: Ane Carine Ribas, substituindo Ricardo Fretta Flores;

II - Suplente: Mariane Luize de Oliveira, substituindo Karen Tavares de Souza.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 132.2012**

DECRETO PMI Nº 132, de 28 de novembro de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.191,30 (quarenta mil e cento e noventa e um reais e trinta centavos) para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Manutenção do Programa Vigilância Sanitária

10.304.0014-2.057

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 (0002) Aplicações Diretas 565,00  
Manutenção da Atenção Básica

10.301.0014-2.121

3.3.90.00.00.00.00.00.0229 (0044) Aplicações Diretas 35.000,00  
Assist. Ambul. e Hospitalar

10.302.0014-2.061

3.3.90.00.00.00.00.00.0193 (0013) Aplicações Diretas 4.626,30

Total 40.191,30

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Manutenção do Programa Vigilância Sanitária

10.304.0014-2.057

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (0006) Aplicações Diretas 565,00

Manutenção da Atenção Básica

10.301.0014-2.121

4.4.90.00.00.00.00.00.0229 (0045) Aplicações Diretas 35.000,00

Assist. Ambul. e Hospitalar

10.302.0014-2.061

4.4.90.00.00.00.00.00.0193 (0046) Aplicações Diretas 4.626,30

Total 40.191,30

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 133.2012**

DECRETO PMI Nº 133, de 28 de novembro de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE-  
SEDUCE

Construção, Reforma, Ampliação de Unid. Escolares - Infantil

12.365.0009-1.037

4.4.90.00.00.00.00.00.0112 (0024) Aplicações Diretas 143.000,00

Total 143.000,00

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso de Arrecadação de Recursos de recursos próprios apurados no exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 151.2012**

DECRETO PMI Nº 151, de 21 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe o Art. 30 da Lei nº 1.649, de 29 de fevereiro de 1996 e o Art. 10 da Lei Complementar nº 3.647, de 17 de março de 2010;

Considerando o parecer exarado pelo Assessor Jurídico Dr. Carlos José Barbosa Filho, as fls.39-40, no Processo nº 14478/2012, DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 04, localizado na Rua: Ernani Cotrin, Bairro Centro, do Senhor ANTONIO PAULO BRASIL, CPF nº 215.995.569-87, para o Senhor CARLOS AUGUSTO GROTH, CPF nº 172.938.390-49, nos termos do Processo Administrativo nº 14478/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 21 de dezembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 152.2012**

DECRETO PMI Nº 152, de 21 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.144, de 21 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.003.000,00 (hum milhão e três mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0007) Aplicações Diretas 150.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Manutenção da Secretaria da Fazenda

04.123.0004-2.004

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0012) Aplicações Diretas 160.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Manutenção do Departamento de Esportes

27.122.0010-2.088

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0061) Aplicações Diretas 30.000,00  
Manutenção do Departamento de Cultura

13.122.0011-2.097

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0074) Aplicações Diretas 10.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Manutenção da SEINFRA

04.122.0007-2.017

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0088) Aplicações Diretas 250.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

Manutenção da Secretaria de Agricultura e Pesca

20.122.0006-2.021

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0100) Aplicações Diretas 40.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. TURÍSTICO E ECONÔMICO

Manutenção da SEDTUR

23.122.0008-2.026

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0117) Aplicações Diretas 25.000,00  
Calendário Anual de Eventos

23.695.0008-2.024

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0114) Aplicações Diretas 50.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. URBANO E AMBIENTAL

Manutenção da SEDURB

15.122.0007-2.031

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0124) Aplicações Diretas 100.000,00  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Manutenção da Procuradoria Geral

02.062.0005-2.039

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0129) Aplicações Diretas 80.000,00  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR/SUL

Manutenção da SDR/SUL

04.122.0007-2.042

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0141) Aplicações Diretas 20.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Manutenção da Atenção Básica

10.301.0014.2.121

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 (0024) Aplicações Diretas 88.000,00  
Total 1.003.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Gabinete do Prefeito

Manutenção do Gabinete do Prefeito

04.122.0002-2.002

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 90.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Projeto Imbituba Digital

04.122.0003-1.002

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0004) Aplicações Diretas 19.000,00  
Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0011) Aplicações Diretas 70.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Manutenção da SEINFRA

04.122.0007-2.017

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0089) Aplicações Diretas 150.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0090) Aplicações Diretas 17.000,00

Manutenção da Defesa Civil

06.182.0007-2.125

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0093) Aplicações Diretas 28.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0094) Aplicações Diretas 20.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. TURÍSTICO E ECONÔMICO

Calendário Anual de Eventos

23.695.0008-2.024

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (0113) Transf. Inst. Priv s/ fins lucrativos 50.000,00

Construção do Santuário de Santa Paulina

23.695.0008-1.017  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0108) Aplicações Diretas 100.000,00  
Condomínio Industrial  
22.661.0008-1.018  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0110) Aplicações Diretas 91.000,00  
Construção de Pórticos  
23.695.0008-1.019  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0111) Aplicações Diretas 10.000,00  
Promoção e Divulgação de Imbituba  
23.695.0008-2.027  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0120) Aplicações Diretas 17.000,00  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. URBANO E AMBIENTAL  
Fiscalização Urbana e Ambiental  
15.451.0007-2.029  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0122) Aplicações Diretas 45.000,00  
Lazer, Direito de Todos  
27.813.0007-2.033  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0127) Aplicações Diretas 20.000,00  
CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO - CGP  
Manutenção da Controladoria Geral e Planejamento  
04.124.0003-2.040  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0132) Aplicações Diretas 43.000,00  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE - SDR/  
NORTE  
Manutenção das Estradas  
15.451.0007-2.107  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0138) Aplicações Diretas 50.000,00  
Manutenção da SDR/Norte  
04.122.0007-2.041  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0136) Aplicações Diretas 30.000,00  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL - SDR/SUL  
Manutenção da SDR/SUL  
04.122.0007-2.042  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0142) Aplicações Diretas 23.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA  
Água Limpa para Todos  
17.512.0007-1.020  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 10.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0003) Aplicações Diretas 40.000,00  
Manutenção Fundo de Saneamento  
17.512.0007-2.050  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0005) Aplicações Diretas 20.000,00  
FUNDO MUNICIPAL DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE  
Manutenção do FMDCA  
08.243.0015-2.052  
3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0001) Aplicações Diretas 60.000,00  
Total 1.003.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa  
Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Decreto PMI Nº 153.2012**

DECRETO PMI Nº 153, de 21 de dezembro de 2012.  
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a  
Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba, e dá outras provi-  
dências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições

legais e nos termos da Lei nº 4.001, de 07 de dezembro de 2011,  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$  
40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço da seguinte dotação  
orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara  
01.031.0001-2.001  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 40.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior  
será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da  
seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara  
01.031.0001-2.001  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0003) Aplicações Diretas 40.000,00  
Total 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de dezembro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa  
Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria Nº 073.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 073 , de 06 de junho de 2012.  
Dispõe sobre a instauração de sindicância, designação dos sindi-  
cantes e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribui-  
ções legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformida-  
de com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que  
institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município,  
das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações  
públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo nº  
5753/2012;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 29, da Lei Comple-  
mentar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, Sindicância destinada a  
apurar os fatos relacionados as faltas injustificadas dos servidores  
apontados nos Processos nº 3408/2012 e 4535/2012.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 3.086, de 18 de abril de  
2007, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindi-  
cância:

I - Maurício Mazzoca Pires, matrícula nº 396, Agente Administrati-  
vo, lotado na Secretaria de Infraestrutura, que a presidirá;  
II - Michel Martins, matrícula nº 4469, Agente Administrativo, lota-  
do na Secretaria de Administração e Gestão Pública; e  
III - Luiz Octávio Ribeiro de Castro Rocha, matrícula nº 4451,  
Agente Administrativo , lotado na Procuradoria Geral.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias,  
prorrogáveis na forma da LEI.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.



Imbituba, 06 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria Nº 115.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 115, de 08 de agosto de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor V e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RICARDO FRETTE FLORES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 072.333.729-26, do cargo/função de Assessor V, nomeado através da Portaria PMI/SEAGP N.º 067, de 14 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 12 de março de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria Nº 128.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 128, de 06 de setembro de 2012.

Dispõe sobre a designação da Secretária da Junta de Serviço Militar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal e Presidente da Junta Militar da cidade de Imbituba - SC, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com amparo no §5º do Art. 29 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966(Regulamento da Lei do Serviço Militar)

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora KARENINA SOARES BARRIOS para a função de Secretária da Junta de Serviços Militar.

Imbituba, 06 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Presidente da 088ªJSM - Imbituba - SC

#### **Portaria PMI Nº 075.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 075 , de 11 de junho de 2012.

Dispõe sobre exoneração de Assessor III e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, AMILTON DE MELO PIRES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 520.893.719-00, do cargo/função de Assessor III, nomeado através da Portaria DGP/SEAGP N.º 069, de 1º de abril de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de junho de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 076.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 076, de 11 de junho de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de Chefe do Departamento de Serviços Públicos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VAGNER SOUZA DE CAMPOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 031.525.879-96, do cargo/função de Chefe do Departamento de Serviços Públicos, nomeado através Portaria DGP/SEAGP N.º 128, de 22 de abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública



**Portaria PMI Nº 078.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 078, de 11 de junho de 2012.

Dispõe sobre exoneração de Assessora III e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 95 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, SELMA MARTINS DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 455.230.459-34, do cargo de Assessora III, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP nº 106, de 1º de abril de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 15 de junho de 2012.

Imbituba, 11 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 079.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 079, de 11 de junho de 2012.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de bem público e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 22 e o art. 26 §5º, da Lei Orgânica do Município;

Considerando as informações no Processo nº 14846/2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, constituído pela área situada a Rua Almir de Carvalho, próximo ao playground, em frente a Clínica São Lucas, a Sra. Josiane Lara, proprietária do trailer Super-Dog, inscrita no CPF sob o nº 077.071.809-41, com a finalidade de explorar a área para venda de lanches.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata esta Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada por prazo de até 90 (noventa) dias, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único. A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta

Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Concessão de Uso pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 080.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 080, de 11 de junho de 2012.

Dispõe sobre nomeação de Assessora III e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Paula da Rocha Vieira, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 069.950.939-41 e RG nº 5.547.659, para exercer o cargo/função de Assessora III, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de março de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de junho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 083.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 083, de 02 de julho de 2012.

Dispõe sobre exoneração de Chefe do Departamento Turístico, e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.444, de 29 de janeiro de 2009,

considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, MARICÉLIA DA LUZ DE BRUM, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 344.737.939-15, do cargo/função de Chefe do Departamento Turístico, nomeada através da Portaria PMI N.º 111, de 1º de abril de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de julho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 084.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 084, de 02 de julho de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de Diretora e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar YASMINE SILVEIRA PACHECO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 066.428.049-88 e RG n.º 5.233.190-9, do cargo/função de Diretora de Turismo, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP N.º 125, de 15 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de julho de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de julho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 085.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 085, de 02 de julho de 2012.

Dispõe sobre exoneração de Assessora V e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar FERNANDA DA COSTA PEREIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 064.456.009-64, do cargo/função de Assessora V, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP N.º 129, de 18 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de junho de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de julho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 086.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 086, de 02 de julho de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de Assessor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base da Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011 e a Lei Complementar n.º 3.445, de 29 de janeiro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o Sr. HENRIQUE LAGE MAXIMIANO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 212.102.337-20 e RG n.º 02261611-4, das funções de Assessor III, nomeado através da Portaria PMI/SEAGP N.º 090, de 27 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de julho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 087.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 087, de 02 de julho de 2012.

Dispõe sobre nomeação de Chefe de Departamento e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base da Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FLORIZA VIEIRA DA ROSA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 377.327.909-44, para exercer o cargo/função de Chefe de Departamento, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de abril de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de julho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 095.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 095, de 13 de julho de 2012.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor I e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VAGNER SOUZA DE CAMPOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 031.525.879-96, para exercer o cargo/função de Assessor I, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de maio de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 13 de julho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 110.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 110, de 30 de julho de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, LEDA SUZANA DA SILVA GONÇALVES PAMATO DE SOUZA, brasileira, servidora pública municipal, inscrita no RG n.º 1/R 1.966.030/SSP/SC, CPF n.º 578.516.039-00, do cargo/função de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nomeada através da Portaria PMI nº 043, de 01 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de julho de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de julho de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 111.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 111, de 01 de agosto de 2012.

Dispõe sobre a nomeação de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, VALMIRA SEBOLD BRANCO, brasileira, inscrita no CPF n.º 691.542.019-34, para exercer o cargo/função de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 112.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 112, de 01 agosto de 2012.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora IV e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LOYDE DA SILVA BATISTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 054.820.639-25, do cargo/função de Assessora IV, nomeada através da Portaria DGP/SEAGP N.º 124, de 02 de junho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de julho de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 113.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 113, de 06 de agosto de 2012.

Dispõe sobre exoneração de Assessora IV e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar SAMANTA TRIETRO DANIEL, inscrita no CPF n.º 075.187.259-83, do cargo/função de Assessora IV, nomeada através Portaria PMI/SEAGP Nº 190, de 28 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de agosto de 2012.

Imbituba, 06 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 114.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 114, de 06 de agosto de 2012.

Dispõe sobre exoneração de Diretor e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar ANDREZA PIRES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 044.903.159-45 e no RG n.º 4012082, do cargo/função de Diretora de Programas de Saúde, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP N.º 097, de 30 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 02 de agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 124.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 124, de 27 de agosto de 2012.

Dispõe sobre exoneração de Chefe do Departamento de Programas de Saúde - DEPROS, e, dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, VERÔNICA VALENTIM DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 035.581.469-21, do cargo/função de Chefe do Departamento de Programas de Saúde - DEPROS, nomeada através da Portaria DGP/SEAGP N.º 309, de 25 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 27 de agosto de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 127.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 127, de 06 de setembro de 2012.

Dispõe sobre a exoneração da Secretária da Junta de Serviço Militar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal e Presidente da Junta Militar da cidade de Imbituba - SC, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

EXONERAR, a partir de 06 de setembro de 2012, o servidor SOLANGE CASAGRANDE DA ROSA das funções de Secretária da Junta de Serviços Militar.

Imbituba, 06 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Presidente da 088ªJSM - Imbituba - SC

**Portaria PMI Nº 129.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 129, de 18 de setembro de 2012.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de bem público e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o art. 15, XIV e XXIII; o art. 22 e o art. 26 §5º, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, constituído pelo Pavilhão Municipal de Eventos, a Associação Recreativa Pilotos de Imbituba - API, inscrita no CNPJ sob o nº 07.609.808/0001-10, a partir dos dias 25/09/2012 a 05/10/2012, para os preparativos da 4ª Etapa da COPA GRILLO DE MOTOCROSS, que acontecerá entre os dias 29 e 30 de setembro de 2012.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área



pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata esta Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada por prazo de até 90 (noventa) dias, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único. A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§ 1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§ 2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Concessão de Uso pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 130.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 130, de 18 de setembro de 2012.

Dispõe sobre nomeação de Diretora Programas de Saúde - DE-PROS e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VERÔNICA VALENTIM DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 035.581.469-21, para exercer o cargo/função de Diretora de Programas de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 130, de 18 de setembro de 2012.

Dispõe sobre nomeação de Diretora Programas de Saúde - DE-PROS e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VERÔNICA VALENTIM DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 035.581.469-21, para exercer o cargo/função de Diretora de Programas de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 131.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 131, de 18 de setembro de 2012.

Dispõe sobre nomeação de Chefe de Departamento de Programas de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDERSON TEODORO DO NASCIMENTO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 052.651.929-05, para exercer o cargo/função de Chefe de Departamento de Programas de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal



Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 132.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 132, de 18 de setembro de 2012.  
Dispõe sobre exoneração de Assessora III e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Paula da Rocha Vieira, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 069.950.939-41 e RG n.º 5.547.659, do cargo/função de Assessora III, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP N.º 080, de 11 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de setembro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de setembro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 138.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 138, de 09 de outubro de 2012.  
Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 10917/2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 096, de 23 de julho de 2012, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de outubro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 142.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 142, 11 de outubro de 2012.  
Dispõe sobre exoneração de Assessor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, Lenio Luis Brasil de Jesus, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 041.497.129-99 e RG n.º 4.052.068 - SSP / SC, do cargo/função de Assessor V, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAGP N.º 44, de 24 de maio de 2010.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de setembro de 2012.

Imbituba, 11 de outubro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 150.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 150, de 06 de novembro de 2012.  
Dispõe sobre nomeação de Diretor Interino de Controle Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, CRISTIANO ABÍLIO JOÃO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 888.355.969-04, para exercer interinamente o cargo/função de Diretor de Controle Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de novembro de 2012.  
ELÍSIO SGROTT  
Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 151.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 151, de 06 de novembro de 2012.

Dispõe sobre exoneração de Diretor e Chefe de Departamento e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar os cargos comissionados abaixo descritos:

I - VALDETE DE SOUZA PIRES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 216.128.469-04, do cargo/função de Diretora de Gestão Pública, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP N.º 102, de 24 de julho de 2012;

II - RODRIGO DE FARIAS ROSA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 033.843.869-65 e RG n.º 5.027.225-0, do cargo/função de Chefe de Departamento de Compras, nomeado através da Portaria PMI/SEAGP N.º 103, de 24 de julho de 2012;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de outubro de 2012.

Imbituba, 06 de novembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 152.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 152, de 06 de novembro de 2012.

Altera representação de membros da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis, do Patrimônio Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal N.º 2.483/2003, de 29 de dezembro de 2003,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a representação dos membros representantes das Secretarias mencionadas abaixo, da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis, do Patrimônio Público Municipal:

I - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca:

Titular - José Carlos de Souza substituindo Gerton Moraes Martins  
Suplente - Diego Huorlin Leopoldo substituindo Suelen de Oliveira Pires dos Reis

II - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

Titular - Adriana de Souza Miguel substituindo Mônica Brasiense Soares;

III- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte:

Suplente - Denisia Pacheco Américo Tomaz substituindo João Batista Espíndola

IV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação:

Suplente - Floriza Vieira da Rosa substituindo Eliete Matias

Medeiros

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 155.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 155, de 13 de novembro de 2012.

Dispõe sobre Exoneração de Diretores, Chefes de Departamentos, Assessores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar os Cargos Comissionados abaixo relacionados:

Nome	Cargo/Função	Admissão	Demissão
VALMIR RAMOS	Chefe de Departamento	02/02/2009	14/11/2012
TEREZA MONTEIRO ESPINDOLA	Assessora IV	02/02/2009	14/11/2012
IARA PITTIGLIANI CARVALHO MENDES	Assessora III	13/03/2009	14/11/2012
ADELIR DE OLIVEIRA ALVES	Chefe de Departamento	16/03/2009	14/11/2012
ALOISIO ALVARO LAZARIM	Assessor V	17/04/2009	14/11/2012
MONICA DE FARIAS PIRES MARTINS	Assessora II	01/04/2009	14/11/2012
NATERCIA LEONORA DA ROSA OLIVEIRA	Assessora I	27/04/2009	14/11/2012
MARIO DE SOUZA BATISTA JUNIOR	Chefe de Departamento	08/05/2009	14/11/2012
FABIO SOUZA CARVALHO	Assessor III	08/06/2009	14/11/2012
JOAO ROBERTO SANTOS	Chefe de Departamento	01/07/2009	14/11/2012
AMILSON GUIMARÃES PACHECO	Assessor IV	28/07/2009	14/11/2012
JUAREZ TEIXEIRA DE MELO	Assessor V	10/08/2009	14/11/2012
ROSILDA BERNARDINO SOARES	Assessora V	03/08/2009	14/11/2012
ELAINE APARECIDA DE ALMEIDA	Assessora V	02/09/2009	14/11/2012
JOSE MARIO DA SILVA	Assessor III	01/10/2009	14/11/2012
ROSILDA PIRES DA SILVA	Assessora V	04/01/2010	14/11/2012

RUBIA REGINA ADRIANO	Chefe de Departamento	18/02/2010	14/11/2012
VALMECI MANOEL FLORES	Chefe de Departamento	02/08/2010	14/11/2012
GERTON MORAES MARTINS	Chefe de Departamento	02/09/2010	14/11/2012
CLEITON DA SILVA	Assessor III	13/09/2010	14/11/2012
JORGE LUIZ DEBRASSI	Chefe de Departamento	10/11/2010	14/11/2012
RODRIGO DIAS CORREA	Assessor V	01/12/2010	14/11/2012
EDEVALDO LUIZ DIAS JUNIOR	Assessor V	18/01/2011	14/11/2012
VILMARA OLIVEIRA DIAS	Chefe de Departamento	18/01/2011	14/11/2012
OSMARINO ALVES QUERINO	Assessora IV	01/02/2011	14/11/2012
LEIA REGINA RIBEIRO SOARES	Assessora III	22/03/2011	14/11/2012
ARIOSVALDO DO NASCIMENTO	Chefe de Departamento	01/04/2011	14/11/2012
LOURIVAL HORÁCIO	Assessor IV	11/04/2011	14/11/2012
VAMILSON MATIAS DANIEL	Assessor IV	11/04/2011	14/11/2012
SUELEN DE OLIVEIRA PIRES DOS REIS	Assessora V	04/05/2011	14/11/2012
RINA ROSTIROLA CHUKSTER	Assessora Jurídica	02/05/2011	14/11/2012
THIAGO MIGUEL	Assessor IV	03/05/2011	14/11/2012
LIANA APARECIDA MACHADO CANDIDO	Assessora III	02/07/2011	14/11/2012
JOEL QUERINO	Assessor IV	31/10/2011	14/11/2012
CRISTINA ELIZABETE MAFIOLETE	Assessor V	02/12/2011	14/11/2012
LUIZ GONZAGA NUNES	Assessor III	13/12/2011	14/11/2012
LUCIA SOARES HENRIQUE BORGES	Assessora V	23/01/2012	14/11/2012
MARIANA MELO DA SILVA	Assessora IV	09/02/2012	14/11/2012
LUCIANA FREITAS DA ROSA	Assessora I	02/03/2012	14/11/2012
ROSANA DE SOUZA RODRIGUES	Assessora IV	13/03/2012	14/11/2012
THIAGO BERNARDINO MIGUEL	Chefe de Departamento	01/03/2012	14/11/2012
MICHELLI DE SA DUARTE	Assessora V	01/02/2012	14/11/2012
WILSON SOUZA DE MEDEIROS JUNIOR	Chefe de Departamento	02/04/2012	14/11/2012
HUDSON PIRES TEIXEIRA	Assessor II	02/04/2012	14/11/2012
JULIE HELEN DE SOUZA	Assessora IV	09/04/2012	14/11/2012
MARILENE DE MORAIS DUARTE	Assessora II	16/04/2012	14/11/2012
TANIA MARCIA LUIZ	Assessora V	24/04/2012	14/11/2012
MARLON TESTONI BATISTI	Assessor Jurídico	01/04/2012	14/11/2012

CARLA PATRICIA ZIMMER INDALÊNCIO	Assessora III	10/05/2012	14/11/2012
RENATA DEMETRIO	Assessora V	14/04/2012	14/11/2012
ADEMAR TEIXEIRA	Chefe de Departamento	11/05/2012	14/11/2012
VAGNER SOUZA DE CAMPOS	Assessor I	03/05/2012	14/11/2012
SABRINA BERNARDES DE SOUSA	Assessora II	02/05/2012	14/11/2012
CELSO MELLO PIRES	Assessor III	02/06/2012	14/11/2012
JOSIANE LUCINDA PIRES GONÇALVES	Assessora V	07/05/2012	14/11/2012
CAUE AVILA FLORES	Assessor IV	04/06/2012	14/11/2012
LEIA PIRES LAURENTINO	Assessora III	16/06/2012	14/11/2012
ANA PAULA SILVA	Chefe de Departamento	02/07/2012	14/11/2012
DÉBORA MELO ABREU	Assessora V	13/07/2012	14/11/2012
DIEGO GABRIEL DE SOUZA	Assessor IV	01/08/2012	14/11/2012
DEBORA COSTA RIBEIRO	Assessora V	02/08/2012	14/11/2012
MARCELLA MARCELINO DE CAMPOS RODRIGUES	Assessora IV	01/08/2012	14/11/2012
HELLEN OLIVEIRA ALVES	Assessora IV	01/08/2012	14/11/2012
FLAVIANA PIRES DA ROSA	Assessora III	15/08/2012	14/11/2012
ODAIR TACITO HIGINO	Assessora V	03/09/2012	14/11/2012

Imbituba , 13 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria PMI Nº 156.2012

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 156, de 19 de novembro de 2012.

Dispõe sobre exoneração de Diretor de Defesa e Proteção do Consumidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2011, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANDERSON TEODORO DO NASCIMENTO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 052.651.929-05, do cargo/função de Diretor de Defesa e Proteção do Consumidor, nomeado através da Portaria PMI/SEAGP N.º 134, de 18 de setembro de 2012.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de novembro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de novembro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 157.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 157, de 19 de novembro de 2012.  
Dispõe sobre a Exoneração de Assessora e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.892, de 03 de maio de 2012, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar ANNY CAROLINE SIQUEIRA DE CARVALHO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 076.919.484-25, RG nº 2841938, do cargo/função de Assessora V, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP N.º 064, de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 09 de novembro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de novembro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 158.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 158, de 19 de dezembro de 2012.  
Dispõe sobre prorrogação de prazo da Comissão de Sindicância e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; e

Considerando a solicitação do Presidente, objeto do Processo Administrativo nº 14119/2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEAGP nº 141, de 11 de outubro de 2012, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de dezembro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **Portaria PMI Nº 159.2012**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 159, de 19 de dezembro de 2012.  
Nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação - COMED e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 3.889, de 03 de maio de 2011,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação - COMED, para um período de 2 (dois) anos, os seguintes membros:

I - Instituições de Ensino da Iniciativa Privada, de Cooperativas de Ensino, e de Ensino Superior com sede ou extensão em Imbituba:  
a) titular: Ronaldo Augusto Pires, que presidirá; e  
b) suplente: Adilsander Sampaio.

II - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:  
a) titular: Maristela da Rosa Guimarães, vice-presidente; e  
b) suplente: Romeu Pires Filho.

III - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ou órgão equivalente:  
a) titular: Adriana de Souza Miguel; e  
b) suplente: Tânia Bittencourt Mota Alves, secretária.

IV - Sindicato de Funcionários do Serviço Público Municipal:  
a) titular: Jailson Maria; e  
b) suplente: Luiz Paulo dos Passos.

V - Sindicato de Trabalhadores em Educação da rede Estadual:  
a) titular: Manoel Vieira; e  
b) suplente: Marli Mendonça.

VI - Estabelecimentos de ensino da rede Pública Estadual:  
a) titular: Rosane Moreira Alves; e  
b) suplente: Jarlene Feliciano Bittencourt Fernandes.

VII - Associação de Pais e Professores ou Conselhos Deliberativos Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino:  
a) titular: Fabiane Correa do Nascimento; e  
b) suplente: Ana Regina Custódio.

VIII - Associação de Pais e Professores ou Conselhos Deliberativos Escolares da Rede Estadual de Ensino:  
a) titular: Adão de Alcântara Freitas, e  
b) suplente: Geraldo Luiz da Silva.

IX - Conselho Tutelar:  
a) titular: Claudia L. Medeiros Costa; e  
b) suplente: Jander Pereira Carvalho.

X - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação- SEDESTH:  
a) titular: Sinara Ramos de Farias Pires; e  
b) suplente: Fabiane de Jesus Souza.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.



Imbituba, 19 de dezembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Ato da Presidência Nº 51/12**

Ato da Presidência nº 51/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o art. 35, incisos II e XI, do Regimento Interno, comunica que fica declarado ponto facultativo os dias 24 e 31 de dezembro de 2012 na Câmara de Vereadores de Imbituba, em virtude das festividades de final de ano decorrentes dos feriados nacionais dos dias 25 de dezembro (Natal) e 01 de janeiro (Confraternização Universal).

Gabinete da Presidência, 21 de dezembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

### **Ato da Presidência Nº 52/12**

Ato da Presidência nº 52/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 3ª Sessão Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 27 de dezembro de 2012 (quinta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
087	PLC nº 266/2012	01/11/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Altera a Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
104	PLC nº 266/2012	18/12/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Dispõe sobre alteração da tabela do artigo 1º da Lei Complementar nº 3.282/2007 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
092	PLC nº 269/2012	20/12/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 3.135, de 25 de julho de 2007 e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
107	PLC nº 270/2012	20/12/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Dispõe sobre a de Contribuição de Melhoria no Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
108	PLC nº 271/2012	20/12/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Dispõe sobre a isenção de Contribuição de Melhoria no Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).





Gabinete da Presidência, 21 de dezembro de 2012.  
 ELÍSIO SGROTT JAISON CARDOSO DE SOUZA  
 Presidente Vice-Presidente

LUÍS ANTÔNIO DUTRA ZELI PIRES  
 Primeiro-Secretário Segundo-Secretário

## Iomerê

### PREFEITURA

#### Edital de Convocação

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o Sr. MARCOS CATANIA, para o cargo de Médico Clínico Geral e que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº 01/2012

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho ( se tiver);
  - b)PIS/PASEP (se tiver);
  - c)1(uma)foto 3x4;
  - d)Comprovante de Residência
  - e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
  - f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Titulo de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
  - g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
  - h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
  - i)Cópia da Carteira de Nacional de Habilitação;
  - j)Conta Bancária;
  - k)Exame de Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
  - l)Parcial de Urina
  - m) RX do Tórax P.A e Perfil;
  - n) RX coluna lombar e cervical, P.A e perfil;
  - o) ECG - Eletrocardiograma com laudo
  - p) Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública e que não há nenhum impedimento para assumir o cargo;
- Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.
- O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 27 de dezembro de 2012

ANTONINHO BALDISSERA  
 Prefeito Municipal

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### Processo de Licitação Nº 87/2012, Dispensa de Licitação Nº 28/2012

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 87/2012

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Locação de imóvel na Rua Assis Brasil, nº 122, destinado ao funcionamento de estabelecimento, para venda de produtos coloniais da Agricultura Familiar, com área de aproximadamente de 36 m², piso parte inferior, sendo este imóvel de propriedade da LOCADORA, conforme escritura de matrícula nº 5622, para o exercício de 2013. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 26/12/2012

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 2342/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei 1599/2011 de 22.12.2011, conforme artigo 13.

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).

#### 02 - PODER EXECUTIVO

##### 02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

##### 2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social

3.3.50.00.00.00.00.0100 (114) Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Luc.  
 R\$ 7.300,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 (116) Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

##### 2.024- Manutenção do Desporto Comunitário

4.4.90.00.00.00.00.0100 (128) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

##### 2.019- Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00.0100 (110) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

T O T A L R\$ 14.500,00



Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

**02 - PODER EXECUTIVO**

**02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

**2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social**

3.3.90.00.00.00.00.0100 (115) Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

**2.024- Manutenção do Desporto Comunitário**

3.1.90.00.00.00.00.0100 (126) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

**2.019- Manutenção do Conselho Tutelar**

3.1.90.00.00.00.00.0100 (109) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

**T O T A L R\$ 14.500,00**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 27 de dezembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 2343/2012.**

Decreto nº 2343/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei 1599/2011 de 22.12.2011, conforme artigo 13.

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

**02 - PODER EXECUTIVO**

**02.12 - FUNREBOM**

**2.026- Manutenção do Funrebom**

4.4.90.00.00.00.00.0100 (136) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

**T O T A L R\$ 22.000,00**

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuído.

**02 - PODER EXECUTIVO**

**02.12 - FUNREBOM**

**2.026- Manutenção do Funrebom**

3.3.90.00.00.00.00.0100 (135) Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

**T O T A L R\$ 22.000,00**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 27 de dezembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

**Extrato de Homologação**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 72/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Pavimaquinas Comercio de Peças e Serviços Ltda.

Irineópolis, 27 de dezembro de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 149/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 149/2012

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços na Revitalização da Praça nº 103/2012 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Rocha Empreendimentos Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57 inciso II e pelo artigo 65, inciso I, alínea b, c/c § 1º da Lei n.º 8.666/93, consolidada, Cláusula Décima Oitava do Contrato n.º 103/2012 e ofício nº 1028/2012, do Sr. Wanderlei Lezan - Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de vigência por mais 90 (noventa) dias e alterado o valor, em um acréscimo de 24,38%, conforme Planilha Orçamentária e Justificativa Técnica do Sr. Jose Alfredo Pinto - Engenheiro da Prefeitura Municipal, isto se faz necessário e fundamental: para maior segurança e um espaço maior de utilização da obra, com a construção de muro de arrimo nos fundos, reforço de muro de arrimo e aumento dos serviços do muro de divisa e bem como, aumento da área de pavimentações. CLÁUSULA SEGUNDA - Pelos serviços prestados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 27.203,61 (Vinte sete mil duzentos e três reais e sessenta um centavos). CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 21 de dezembro de 2012.

Município de Irineópolis

WANDERLEI LEZAN

Contratante

Rocha Empreendimentos Ltda

ARISTEU TIBES DA ROCHA

Contratada

**Extrato de Contrato 150/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 150/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Pavimáquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda.

Objeto: Aquisição de Retroescavadeira para o Município de Irineópolis/SC, de acordo com Memorial Descritivo, através de contrato de Repasse 0389360-70/2012/MAPA/CAIXA, Valor: R\$ 234.500,00 (Duzentos e trinta quatro mil e quinhentos reais).

Vigência - 27/12/2012 a 31/12/2013

Base Legal - Processo Licitatório 72/2012 - Pregão Presencial nº. 40/2012

Lei 8.666/93 consolidada e Lei 10.520/02

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 27/2012 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO ADITIVO Nº 27/2012

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços na Reforma da Unidade de Saúde nº 19/2012, que entre si celebraram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Rocha Empreendimentos Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, c/c § 1º da Lei n.º 8.666/93, consolidada, Cláusula Décima Oitava do Contrato n.º 103/2012 e ofício nº 1027/2012, do Sr. Wanderlei Lezan - Prefeito Municipal, fica de comum acordo alterado o valor, em um acréscimo de 35,24%, conforme Planilha Orçamentária e Justificativa Técnica do Sr. Jose Alfredo Pinto - Engenheiro da Prefeitura Municipal, por haver necessidade de ampliação da área construída, substituição de telhado e suas implicações e também substituição de pisos, emboço, reboco e pintura.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelos serviços prestados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 82.467,82 (Oitenta dois mil quatrocentos sessenta sete reais e oitenta dois centavos).

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 21 de dezembro de 2012.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis .

NILDO JULIANO KRUGER

Contratante

Rocha Empreendimentos Ltda

ARISTEU TIBES DA ROCHA

Contratada

**Itapoá****CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 100/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 100/2012

Data: 21 de dezembro de 2012.

EXONERA CHEFE DO SETOR CONTÁBIL-FINANCEIRO

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 31 de dezembro do corrente ano, a Srta. Maria Inês Vargem, do cargo de Chefe do Setor Contábil-Financeiro da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Câmara Municipal de Itapoá, em 21 de dezembro de 2012.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

**Decreto Legislativo Nº 101/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 101/2012

Data: 21 de dezembro de 2012.

EXONERA CHEFE DA SEÇÃO ARQUIVO E CONTROLE DOCUMENTAL.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 31 de dezembro do corrente ano, a Srta. Geisiane Caldeira, do cargo de Chefe da Seção Arquivo e Controle Documental. da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Câmara Municipal de Itapoá, em 21 de dezembro de 2012.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

**Decreto Legislativo Nº 93/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 93/2012

Data: 21 de dezembro de 2012.

EXONERA DIRETOR ADMINISTRATIVO

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro do corrente ano, o Sr. Elvis Aron Pinheiro, do cargo de Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Câmara Municipal de Itapoá, em 21 de dezembro de 2012.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

**Decreto Legislativo Nº 94/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 94/2012

Data: 21 de dezembro de 2012.

EXONERA SECRETÁRIO GERAL

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro do corrente ano, o Sr. Luis Carlos Zagonel, do cargo de Secretário Geral da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Câmara Municipal de Itapoá, em 21 de dezembro de 2012.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

**Decreto Legislativo Nº 95/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 95/2012

Data: 21 de dezembro de 2012.

EXONERA ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 31 de dezembro do corrente ano, o Sr. Gilmar da Silva, do cargo de Assessor da Presidência da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Câmara Municipal de Itapoá, em 21 de dezembro de 2012.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

**Decreto Legislativo N° 96/2012**

DECRETO LEGISLATIVO N° 96/2012

Data: 21 de dezembro de 2012.

EXONERA PROCURADORA JURÍDICA

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 31 de dezembro do corrente ano, a Srta. Marta Regina Bedin, do cargo de Procuradora Jurídica da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Câmara Municipal de Itapoá, em 21 de dezembro de 2012.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

**Decreto Legislativo N° 97/2012**

DECRETO LEGISLATIVO N° 97/2012

Data: 21 de dezembro de 2012.

EXONERA DIRETORA LEGISLATIVO

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 31 de dezembro do corrente ano, a Srta. Patrícia Carneiro Braz, do cargo de Diretora Legislativo da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Câmara Municipal de Itapoá, em 21 de dezembro de 2012.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

**Decreto Legislativo N° 98/2012**

DECRETO LEGISLATIVO N° 98/2012

Data: 21 de dezembro de 2012.

EXONERA CHEFE DO SETOR INFORMÁTICA

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado a partir do dia 31 de dezembro do corrente ano, o Sr. Francisco Xavier Soares Filho, do cargo de Chefe do Setor de Informática da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Câmara Municipal de Itapoá, em 21 de dezembro de 2012.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

**Decreto Legislativo N° 99/2012**

DECRETO LEGISLATIVO N° 99/2012

Data: 21 de dezembro de 2012.

EXONERA CHEFE DO SETOR LEGISLATIVO

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a partir do dia 31 de dezembro do corrente ano, a Srta. Leonice Marli Riskowski, do cargo de Chefe do Setor Legislativo da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Câmara Municipal de Itapoá, em 21 de dezembro de 2012.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

**Portaria N.º 5.713**

PORTARIA N° 5.713 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) RAFAELA DARTORA DOS SANTOS, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar n° 080 de 12 de março de 2004 de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 17 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012

RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.714**

PORTARIA N° 5.714 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) SONIA MAIA MORAES ZENATTI, Professor ACT-LP, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar n° 080 de 12 de março de 2004 de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 17 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.



Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.715**

PORTARIA Nº 5.715 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ELIANI FATIMA BALESTRIN DAROLD, Professor ACT-LP, com carga horária de 40 (quarenta) semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo edital 007/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.716**

PORTARIA Nº 5.716 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LEILA MIRIAN GOMES, Professor ACT-LP, com carga horária de 40 (quarenta) semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo edital 007/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.717**

PORTARIA Nº 5.717 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) SANDRA ANDREIA STEFANES, Telefonista/Recepcionista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de

dezembro de 2007 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de dezembro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.718**

PORTARIA Nº 5.718 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

"REINTEGRA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 28 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º REINTEGRAR a Servidora LURDES FOPPA PANTTI conforme decisão proferida através do processo n.º 629640 do STF - Supremo Tribunal Federal de 10 de dezembro de 2012, o qual decidiu pela possibilidade de cumular cargo de professor com carga horária de 40 horas semanais com aposentadoria referente a cargo com a mesma carga horária.

2º REINTEGRANDO a servidora a carga horária de 40 horas semanais conforme portaria de nomeação 1.939/2003 Concurso Público 001/2002, e decisão supra citada, anexa a sua ficha funcional.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.719**

PORTARIA Nº 5.719 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

1º INSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL para acompanhar a elaboração e andamento de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Educação para Contratações Temporárias para o ano letivo de 2013.

2º DESIGNAR os servidores: JANDIRA SALETE ALVES COSTENARO, ROSANA SCHAUFFLER HEBERLE e ELIANE FERRONATO FILIPIACKI, para comporem a Comissão a fim de dar cumprimento ao disposto no artigo anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE



**Portaria N.º 5.720**

PORTARIA Nº 5.720 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) ELISABETE MARQUART DORL, Médica, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 24 de dezembro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.721**

PORTARIA Nº 5.721 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012  
"COLOCA A DISPOSIÇÃO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve

Art. 1º - COLOCAR A DISPOSIÇÃO do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o(a) Servidor(a) Sr.(a) RAFAEL JOÃO BERNARDI, Motorista, para prestar serviços junto aquele órgão.

Art. 2º - Conforme memorando da Secretaria Municipal de Saúde até 31 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 24 de outubro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.722**

PORTARIA Nº 5.722 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) PAULO ANTONIO PADOVA, Técnico em Laboratório, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 26 de dezembro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.723**

PORTARIA Nº 5.723 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012  
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI  
RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. MARISTELA BRANCO DE MIRANDA, Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 17 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.724**

PORTARIA Nº 5.724 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSAR o(a) Senhor(a) SOLANGE FATIMA PEREZ MENDES DE CAMARGO do cargo de Auxiliar de Serviços Internos ACT, em função do contrato já estar com o prazo expirado e a mesma ter tido alta do auxílio doença, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste seletivo n.º 007/2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.725**

PORTARIA Nº 5.725 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) LEONARDO MICHEL KUZNIER BOEIRA, do cargo de Auxiliar de Gabinete, nível CC-5, com lotação no Gabinete do Prefeito, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.726**

PORTARIA Nº 5.726 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, do cargo de Coordenador de Controle Interno, nível CC-1, com lotação no Gabinete do Prefeito, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.727**

PORTARIA Nº 5.727 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) FRANCIELE FATTORI, do cargo de Diretor do PROCON, nível CC-3, com lotação no Gabinete do Prefeito, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.728**

PORTARIA Nº 5.728 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) JOSE OTÁVIO DALMEDICO, do cargo de Secretário Municipal de Gestão Administrativa, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.729**

PORTARIA Nº 5.729 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) IVONE ZANATTA, do cargo de Secretário Municipal de Ação Social, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Ação Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.730**

PORTARIA Nº 5.730 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) JANDIRA SALETE ALVES COSTENARO, do cargo de Secretário Municipal de Educação, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.731**

PORTARIA Nº 5.731 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) ELISABETE MARQUART DORL, do cargo de Secretário Municipal de Saúde, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.732**

PORTARIA Nº 5.732 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) JOSÉ ANTONIO MARTINS, do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.733**

PORTARIA Nº 5.733 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) ILTON ANTONIO SCHMITZ, do cargo de Gerente de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, nível CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.734**

PORTARIA Nº 5.734 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR o(a) Senhor(a) ROBERTO MINATI, do cargo de Secretário Municipal de Gestão Financeira, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.735**

PORTARIA Nº 5.735 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) ALANA DALLACOSTA FANTIN, Psicóloga, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias) e 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 26 de dezembro de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Portaria N.º 5.736**

PORTARIA Nº 5.736 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012  
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. RICARDO FELIPE MASSIGNANI para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 993/2012/PMJ de 19 de novembro de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 87/2012/PMJ - CV 12/2012/PMJ, para contratação de serviços com fornecimento de materiais necessários a construção de rede adutora, rede de distribuição e instalação de rede elétrica com padrão trifásico 380 V, visando o recalque de água de poço tubular artesiano na Comunidade de Santo Antonio do Caraguatá, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de novembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE

**Extrato PP 28/2012/FMS - PL 50/2012/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2012/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2012/FMS

Objeto: Contratação de serviços radiofônicos, com abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de quadros informativos de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2013. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 15/01/2013, a partir das 17 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 17 horas

do dia 15/01/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 21 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

ELISABETE MARQUART DORL  
Gestora Fundo Municipal de Saúde

### Extrato PP 54/2012/PMJ - PL 99/2012/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2012/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2012/PMJ

Objeto: Contratação de serviços radiofônicos, em emissoras de frequência AM ou FM, com cobertura e abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de campanhas de utilidade pública emanadas das Secretarias de Gestão Administrativa e Financeira, bem como, dos eventos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, em conformidade com as especificações do objeto, durante o exercício financeiro de 2013. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 16h, do dia 15/01/2013. Processamento do Pregão: às 16h do dia 15/01/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 21 de dezembro de 2012.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

### Edital de Teste Seletivo Secretaria de Educação Joaçaba

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2012

O Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de novembro, 378, neste ato representado pelo seu Prefeito. Sr. Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal 1939/93 e do Processo Licitatório n. 93/2012 e Edital de Pregão Presencial n. 49/2012, resolve tornar pública a abertura das inscrições ao Processo Seletivo de provas e títulos para contratação de Professores na Rede Pública de ensino, em caráter temporário, do período escolar, podendo ser prorrogado por igual período, conforme a necessidade e conveniência do interesse público, objetivando substituições que venham a ocorrer durante o exercício de 2013, reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

#### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes, sediada na Rua Coripeu de Azevedo, 65, Vila Santo Antônio, Maringá-PR, com CNPJ sob o n. 13.309336.0001/82.

1.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este processo.

1.3. Os candidatos habilitados e classificados neste processo Seletivo, serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuinte obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Leis Complementares Municipais n.º 97/2005 e 80/2004.

#### II - DOS EMPREGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA, DO VENCIMENTO MENSAL E LOTAÇÕES:

EMPREGO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVI- MENTO	TAXA DE INSCRI- ÇÃO	TIPO DE PROVA
Profesor de Educação Infantil	1.451,00	40hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase, ou ainda, Magistério completo.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professo de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	1.451,00	40hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase, ou ainda, Magistério completo.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professor de Informática	1.451,00	40hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase e 300 horas de curso na área.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Ciências	1.451,00	10,20, 30 ou 40 hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Educação Física	1.451,00	10,20, 30 ou 40 hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	30,00	Prova objetiva e de títulos



Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Geografia	1.451,00	10,20, 30 ou 40 hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – História	1.451,00	10,20, 30 ou 40 hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Língua Portuguesa	1.451,00	10,20, 30 ou 40 hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Língua Estrangeira INGLÊS	1.451,00	10,20, 30 ou 40 hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano – Matemática	1.451,00	10,20, 30 ou 40 hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano - Artes	1.451,00	10,20, 30 ou 40 hrs	01	Curso Superior específico, ou cursando a partir da 5ª fase.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Professor de Dança	1.451,00	10,20,30 ou 40hrs	01	Curso Superior em Educação Física e, no mínimo, 100 horas de curso de dança.	30,00	Prova objetiva e de títulos
Auxiliar de Serviços Internos	684,54	40 hrs	01	Ensino Fundamental completo ou cursando	30,00	Prova objetiva

2.1. A coordenação, organização e aplicação do Processo Seletivo ficarão sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes, com a supervisão da Comissão Especial do Processo Seletivo.

2.2. O conteúdo programático consta no anexo I deste Edital.

2.3. As atribuições dos empregos constam do Anexo II deste

Edital.

### III - DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br) no período de 02 DE JANEIRO A 12 DE JANEIRO DE 2013.

3.1.2. Segue quadro com data e horário de aplicação das provas:

Provas objetivas:

Empregos	Data	Horários
		Abertura dos portões: 09:00 Fechamento dos portões: 09:45 Início da aplicação das provas: 10:00 Termino da aplicação das provas: 13:00
Todos os empregos	20/01/2013	

Provas de títulos:

Empregos	Data	Horários
		Até 30 minutos após a aplicação das provas objetivas
Todos os empregos	20/01/2013	

3.1.3. Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido.

3.1.4. A organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes não se responsabilizará por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.2. Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1. Acessar o site [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br) durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Processo Seletivo da Prefeitura do Município de Joaçaba - SC;

3.2.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo emprego para o qual pretende concorrer;

3.2.4. Imprimir o boleto bancário;

3.2.5. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto, autenticando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até um dia útil após a data de encerramento das inscrições.

3.2.6. Para o pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição. Prestar atenção para o horário bancário.

3.2.7. OS CANDIDATOS QUE NÃO TIVEREM ACESSO À INTERNET PODERÃO USAR UM COMPUTADOR QUE SERÁ DISPONIBILIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, SITO A AV. XV DE NOVEMBRO, 378 – CENTRO – JOAÇABA/ SC, NOS SEGUINTE HORÁRIOS: DAS 13H00 AS 17:00 DURANTE O PERÍODO ESTABELECIDO NO ITEM 3.1 DESTE EDITAL.



3.3. O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição.

3.4. O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e que o fato seja constatado posteriormente.

3.5. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.6. É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo que será feita em mural na Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC, no site do Município <http://www.joacaba.sc.gov.br> e no site [www.noroeste-concursos.com.br](http://www.noroeste-concursos.com.br) ..

#### IV - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

4.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89, é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.1.1. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo Seletivo.

4.1.1.1. Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o emprego ou função.

4.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.

4.1.5. O candidato deverá encaminhar via SEDEX para a organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES, no endereço: Rua Coripeu de Azevedo Marques, 65 - Jd. Santo Antônio - CEP: 87030-250- Maringá - PR, até o último dia de inscrição, na via original ou cópia reprográfica autenticada:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

c) A não solicitação de prova especial eximirá a organizadora de qualquer providência.

4.1.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico.

4.1.7. Aos deficientes visuais (cegos), serão oferecidas provas no sistema Braille e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.1.8. O candidato que não atender ao solicitado no subitem 4.1.5 deste edital, não será considerado portador de necessidades especiais, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

4.1.9. Ao ser convocado para investidura na emprego público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.1.10. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do emprego, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável à espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

4.1.11. Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

4.1.12. Após o ingresso do candidato portador de necessidades especiais, a mesma não poderá ser argüida para justificar a concessão de readaptação do emprego, e de aposentadoria por invalidez.

#### V - DAS ETAPAS DO PROCESSO

5.1. O Processo Seletivo será constituído das seguintes etapas:

5.1.1. 1ª ETAPA – PROVA ESCRITA OBJETIVA – para todos os empregos, de caráter seletivo, eliminatório e classificatório.

5.1.2. 2ª ETAPA – PROVAS DE TÍTULOS, de caráter classificatório, para todos os empregos de Professor.

#### VI - DAS PROVAS

##### 6.1. DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

6.1.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

6.1.2. As questões da Prova Objetiva de serão de múltipla escolha sendo apenas uma alternativa correta.

6.1.3. Os conteúdos das provas constam do Anexo I deste Edital.

##### 6.2. DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

6.2.1. A nota da prova objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

6.2.2. À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

6.2.3. À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva.

b) REPROVADO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Processo Seletivo.

c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Processo Seletivo.

6.2.4. A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo emprego daquela questão, presentes à prova.

### 6.3. QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

PROVA OBJETIVA			
EMPREGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
PROFESSORES	Língua Portuguesa	10	3
	Matemática	05	2
	Conhecimentos Gerais	05	2
	Conhecimentos Específicos	10	5

EMPREGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS	Língua Portuguesa	20	5
	Matemática	20	5

### VI - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 3.1.2 deste Edital na cidade de Joaçaba - SC, na Av. Santa Terezinha, 197, no CERT, Centro Educacional Roberto Trompowsky, com duração máxima de 3:00h (três horas), incluso o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

6.1.1. As datas das provas objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

6.1.2. A confirmação da data e as informações definitivas sobre horário e local para a realização das provas serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação, no site oficial do Município <http://www.joacaba.sc.gov.br> e no site [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br).

6.2. Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – Horário de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

6.3. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a organizadora do Processo Seletivo e a Prefeitura Municipal de Joaçaba poderão alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, conforme subitem 6.1.1 deste edital, cabendo aos

candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através dos sites <http://www.joacaba.sc.gov.br> e [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br) ..

6.4. COMPORTAMENTO - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Processo Seletivo e aos Fiscais, o direito de excluir da prova e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

6.5. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança, além do fato de que o horário despendido com amamentação NÃO será acrescido do tempo total para realização das provas.

6.6. Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer no mínimo 1 (uma) hora antes do horário marcado para o início das provas, após os portões serem fechados não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

6.7. A Correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinadas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou, ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

6.8. No início das provas o candidato receberá seu Cartão de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

6.9 O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado, fazer alguma reclamação ou sugestão deverá procurar a sala de coordenação no local em que estiver prestando a prova.

6.10. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

6.11. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, os quais serão afixados nos quadros de aviso da Prefeitura, no site oficial do Município <http://www.joacaba.sc.gov.br> e [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br) , devendo ainda manter-se atualizado.

6.12. O local e horário de realização das provas serão divulgados oportunamente nos endereços eletrônicos <http://www.joacaba.sc.gov.br> e no site [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br) ..

6.13. Só será permitida a realização da prova em data, local e horário estabelecidos.

6.14. Somente será admitido na sala de prova o candidato que apresentar um dos documentos discriminados no item 6.15 deste capítulo, desde que permita, com clareza, a sua identificação.

6.15. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e de UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

6.16. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

6.17. Não será admitido na sala de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

6.18. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

6.19. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

6.20. Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, "WALK-MAN" ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos "celulares" deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

6.21. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal Volante, designado pela Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Processo Seletivo.

6.22. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1 (uma) hora do horário previsto para o início das mesmas e constante do presente edital, devendo entregar ao Fiscal de Sala o respectivo Cartão de Respostas.

6.23. O Cartão de Respostas, cujo preenchimento é de inteira responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue no final ao fiscal de sala, juntamente com o Caderno de Questões.

6.24. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

6.25. Exemplares dos cadernos de questões estarão disponíveis no departamento de recursos humanos da Prefeitura para consulta aos interessados, durante o período de recursos.

## VII - DOS RECURSOS

7.1 Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do processo Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente às data do (a):

- a) Indeferimento do pedido de isenção;
- b) As inscrições indeferidas;
- c) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
- d) Resultados das Provas, desde que se refira a erros de cálculo das notas.

7.2. O recurso deverá ser encaminhado via SEDEX para a organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES, no endereço: Rua Coripeu de Azevedo Marques, nº 65 - Jd. Santo Antônio - CEP: 87.030-250 - Maringá - PR, com as seguintes especificações:

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Emprego para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

7.3 Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração, conforme modelo no Anexo IV deste edital.

7.4 Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou via eletrônica, devendo ser digitado ou datilografado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

7.5 Os recursos inconsistentes serão indeferidos e os encaminhados fora dos prazos serão desconhecidos.

7.6 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

7.7 As respostas aos recursos interpostos serão afixadas no site da Prefeitura <http://www.joacaba.sc.gov.br> e no site [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br) ..

## VIII – DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

8.1. Será aplicada prova de títulos aos candidatos os empregos de PROFESSOR deste processo seletivo.

8.2. Serão considerados os títulos obtidos na área específica do emprego na seguinte conformidade:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
DOUTORADO	10 (DEZ) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
MESTRADO	5 (CINCO) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
ESPECIALIZAÇÃO	3 (TRÊS) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO

8.3. Somente serão aceitos títulos de especialização 'lato sensu' com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas.

8.4. Serão pontuados como títulos, Certificados em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

8.5. A somatória total dos títulos não poderá ultrapassar 20 (vinte) pontos.

8.6. Sobre a nota obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva serão somados os pontos referentes aos títulos para a

classificação final.

8.7. Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

8.8. Os candidatos inscritos deverão protocolar até 30 minutos após a realização das provas objetivas, CÓPIA REPROGRAFADA AUTENTICADA EM CARTÓRIO de eventuais títulos que possuam. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, fora do dia determinado e estes deverão ser entregues em envelope identificado com nome, emprego e identificação, conforme modelo:

TÍTULOS	PROCESSO SELETIVO Nº 01/2012 Prefeitura Municipal de JOAÇABA-SC. Emprego: Nome do Candidato: RG nº :
---------	--

8.9 Não serão aceitos protocolos de documentos referentes a títulos.

8.10. Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório.

8.11. Não haverá segunda chamada para entrega de títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentou no dia e formas determinado.

#### IX - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final que será obtida soma dos resultados das provas objetivas e de títulos.

9.2. Os candidatos classificados serão enumerados em duas listas, sendo uma geral (todos os candidatos aprovados) e outra especial. (portadores de deficiência).

9.3. Não ocorrendo inscrição neste Processo Seletivo aprovação de candidatos portadores de deficiência, será elaborada somente a Lista de Classificação Final Geral.

9.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- a - Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada.
- b - Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento.
- c- Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos
- d - Maior nota na prova de Língua Portuguesa

9.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

#### XI - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO EMPREGO

10.1. São requisitos básicos para investidura no emprego público:

10.1.1. Aprovação neste Processo Seletivo ;

10.1.2. Nacionalidade brasileira;

10.1.3. O gozo dos direitos políticos;

10.1.4. A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

10.1.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;

10.1.6. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

10.1.7. Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

10.1.8. Apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;

10.1.9. O candidato que, no decorrer do processo desistir da ocupação da vaga, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo, salvo os casos que o candidato aprovado solicitar para que fique na última colocação.

#### XI - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

11.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

11.2. A convocação para contratação será feita pelos meios oficiais da Prefeitura Municipal de Joaçaba – SC.

#### XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

CPF;  
 Título de Eleitor;  
 Carteira de Identidade RG;  
 Carteira de Trabalho CTPS  
 Certificado de Escolaridade ou Diploma;  
 Histórico Escolar;  
 Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria);  
 Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se Motorista);  
 Certificado Militar (se homem);  
 Declaração de Não Acumulação de Emprego (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);  
 1 Foto 3X4  
 Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;  
 Certidão Negativa de antecedentes criminais da esfera federal, estadual e da Comarca onde reside.  
 Declaração de Bens.

12.2. Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

12.3. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

12.4. A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os



atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

12.5. A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Processo Seletivo.

12.6. Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela organizadora realizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco anos).

12.7. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

12.8. A validade do presente Processo Seletivo será até 31.12.2013.

12.9. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

12.10. Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1591 a 1595 do Novo Código Civil.

12.11. Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura Municipal, através da Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Processo Seletivo.

12.12. A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por emprego, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

12.13. Os vencimentos constantes do presente Edital são referentes ao da data do presente Edital.

12.14. Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Processo Seletivo.

12.15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no site oficial do município <http://www.joacaba.sc.gov.br> e no site [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br) ..

12.16. A Prefeitura Municipal de Joaçaba – SC e a organizadora se eximem das despesas com viagens e estadas dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Processo Seletivo.

12.17. As informações sobre o presente Processo Seletivo, até a publicação da classificação final, serão prestadas pela organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES por meio do Telefone 0xx(44) 3265-6743 de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, no site oficial do município <http://www.joacaba.sc.gov.br>, e da organizadora [www.noroesteconcursos.com.br](http://www.noroesteconcursos.com.br).

Joaçaba, 02 de Janeiro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### LÍNGUA PORTUGUESA:

**PROFESSORES:** Textos: Interpretação de textos. Ortografia: Uso das letras. Uso dos acentos gráficos. Pontuação: Uso dos sinais de pontuação. Fonética e fonologia: Letras e fonemas. Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Separação de sílabas. Classificação dos vocábulos pelo número de sílabas. Classificação dos vocábulos pela posição da sílaba tônica. Morfossintaxe: Classes de palavras. Flexão do nome e do verbo. Emprego de pronomes, preposições e conjunções. Relações entre as palavras. Concordância verbal e nominal. Frase (definição, ordem direta e inversa). Oração e período. Termos da oração (sujeito e predicado, predicado verbal, nominal e verbo-nominal, verbos transitivos, intransitivos, de ligação e seus complementos, adjunto adnominal e adverbial). Classificação de orações (coordenadas e subordinadas). Vozes do verbo (ativa, passiva e reflexiva). Colocação dos pronomes oblíquos. Uso da crase. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Sinônimos e antônimos. Linguagem figurada. Identificação e interpretação de figuras de linguagem.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS:** Textos: Interpretação de textos. Significado das palavras. Sinônimos e antônimos. Homônimos e parônimos. Fonética e fonologia: Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Letras e fonemas. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Separação de sílabas. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Acentuação gráfica: princípios básicos (regras), classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica. Classe de palavras (classes gramaticais). Tipos de sujeito e predicado. Tipos de verbos.

#### MATEMÁTICA:

**PROFESSORES:** Conjunto: Teoria dos conjuntos, símbolos lógicos, pertinência, representação, igualdade, desigualdade e inclusão. Subconjuntos: Reunião, intersecção, conjunto vazio, diferença, complementar. Conjuntos Numéricos: Conjunto (N) dos números naturais; Conjunto (Z) dos números inteiros; Conjunto (Q) dos números racionais; Conjunto (I) dos números irracionais; Conjunto (R) dos números reais, intervalos reais. Funções: Produto Cartesiano, relação binária, diagrama de flechas, gráfico cartesiano, domínio, contradomínio e imagem de uma função, domínio de uma função real/função inversa e função composta. Função Polinomial do 1º Grau: Função crescente e decrescente, raiz ou zero de uma função do 1º Grau; estudo dos sinais da função do 1º Grau, gráfico. Inequações, sistemas de inequações, inequação-produto, inequação quociente. Função Polinomial do 2º Grau: Gráfico, raízes ou zeros da função quadrática; vértice da parábola; conjunto, imagem, estudo dos sinais. Função logarítmica; logaritmo; propriedades operatórias; mudança de base; equações logarítmicas; inequações logarítmicas. Trigonometria; trigonometria no triângulo retângulo e no círculo; funções trigonométricas; relações trigonométricas. Progressões: seqüência ou sucessão; progressão aritmética; progressão geométrica.

**AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS:** Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Expressões algébricas - Fatoração. Regra de três. Raiz quadrada. Juro simples. Razão e proporção. Produtos notáveis. Teoria dos conjuntos e unidades. Sistema métrico decimal. Potenciação e radiciação. Porcentagem. Geometria. Grandezas proporcionais. Equações e sistema de equações. Problemas.

#### CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:

Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política,



economia, sociedade, geografia, educação, história, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, estadual, nacional e internacional.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:** Reflexões sobre novos olhares de alfabetização, letramento, As relações entre ensino e aprendizagem na sala de aula, A Metodologia nas áreas do conhecimento, A importância do jogo na educação, Análise e interpretação de textos, A leitura, A Literatura Infantil, O comportamento infantil, A criança e as normas escolares. Critérios para seleção dos conteúdos de ensino. - Planejamento de atividades de ensino. Critérios para análise e seleção de livros didáticos e outros recursos. Metodologia do Ensino e Conteúdos Básicos de: Estudos Sociais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Artística, Educação Física/Recreação e Alfabetização. Tecnologias Audiovisuais e informática voltada à Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO:** Reflexões sobre novos olhares de alfabetização, letramento, As relações entre ensino e aprendizagem na sala de aula, A Metodologia nas áreas do conhecimento, A importância do jogo na educação, Análise e interpretação de textos, A leitura, A Literatura Infantil - 1ª ao 5ª ano, O comportamento infantil - 7 a 10 anos, A criança e as normas escolares. Critérios para seleção dos conteúdos de ensino. - Planejamento de atividades de ensino. Critérios para análise e seleção de livros didáticos e outros recursos. Metodologia do Ensino e Conteúdos Básicos de: Estudos Sociais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Artística, Educação Física/Recreação e Alfabetização. Tecnologias Audiovisuais e informática voltada à Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE INFORMÁTICA:** Conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização do Sistema Operacional Windows XP. Configurações Básicas do Windows XP. Aplicativos Básicos (bloco de notas, calculadora, Paint, WordPad). Instalação, configuração e utilização: Processador de Textos Microsoft Word (a partir da versão 2000) e Planilha Eletrônica Excel (a partir da versão 2000). Recursos Básicos e utilização do Adobe Reader (Adobe Reader 7.0). Configuração de Impressoras. Noções básicas de Internet (Internet Explorer a partir da versão 6.0) Noções básicas de Correio Eletrônico – Outlook. Parâmetros Curriculares Nacionais. Lei de Diretrizes e Bases.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS: BIOLOGIA.** Meio Ambiente: estudo do ar; da água; do solo. Seres Vivos: vírus; estudo dos reinos Monera, dos Fungos, Protozoários; estudos dos vegetais, classificação, organologia, fisiologia; estudos dos animais, características gerais e classificação. Corpo Humano: noções do corpo humano, anatomia, fisiologia. Noções Básicas de Saúde: viroses, bacterioses, protozoonoses, verminoses e sua profilaxia. **QUÍMICA.** Matéria: conceitos fundamentais; propriedades gerais e específicas; transformações (fenômenos físicos e químicos); estados físicos e suas mudanças. Substâncias Puras e Misturas: conceito; classificação; fracionamento. Estudo do Átomo: teoria atômico-molecular; estrutura atômica; número atômico e massa atômica; semelhanças atômicas; distribuição eletrônicas por camadas ou níveis. Elementos Químicos: nomenclatura e símbolos; classificação periódica; substâncias químicas; fórmulas químicas; noções de eletronegatividade e eletropositividade; ligações químicas. Noções Químicas (Noções): ácidos; bases; sais e óxidos. Reações Químicas: conceitos; tipos (análise, síntese, simples troca e dupla troca); equilíbrio das equações químicas e leis ponderais: lei Lavoisier e Proust. **FÍSICA.** Cinemática: definição e cálculo de velocidade; MU e MUV; queda livre. Estática: definição da força; unidades e sistemas de forças; equilíbrio de um corpo; máquinas simples. Dinâmica: leis

da dinâmica (1a, 2a e 3a Lei de Newton e Gravitação Universal, atrito); energia cinética e potencial; trabalho; potência. Hidrostática: mecânica dos fluidos; densidade absoluta/massa específica; pressão e empuxo. Termologia: calor e temperatura; propagação de calor; escalas termométricas; calorimetria; dilatação. Ondulatória: onda (conceito e classificação). Ótica: fundamentos básicos, espelhos planos e curvos; lentes; o olho humano e suas anomalias. Acústica: fundamentos, fontes sonoras, propagação do som, qualidades fisiológicas e propriedades das ondas sonoras. Eletricidade: eletrostática (formas de eletrização, condutor e isolantes; eletrodinâmica (corrente elétrica, intensidade de corrente elétrica, instrumentos de medida elétrica); magnetismo. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** Contextualização sócio - política da Educação Física. Esporte na escola (teoria e prática conscientizadora), A cultura popular, o lazer e a Educação Física escolar na escola de Ensino Fundamental, O jogo: Características sócio - afetivas, motoras e cognitivas, Jogo cooperativo, O Ensino da Educação Física no Ensino Fundamental: Procedimentos metodológicos, Seleção de conteúdos, Parâmetros Curriculares Nacionais. **VOLEIBOL:** - Regras, sistema Operacional, Sistemas Ofensivos, Regulamento, Competição, Histórico. **BASQUETEBOL:** - Regras e Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos, Histórico. **HANDEBOL:** - Regras, Competições, Sistemas de ataque e defesa, Histórico. **ATLETISMO:** - Regras, Provas: corridas, saltos, arremessos, Competições: Jogos Regionais - Abertos - Olimpíadas, Materiais. **NATAÇÃO:** - Regras, Estilos, Largadas, Viradas, Índices Técnicos, revezamento, Jogos Regionais - Abertos - Competições - Olimpíadas. **FUTEBOL DE SALÃO:** - Regas, Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. **FUTEBOL:** - Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA: GEOGRAFIA GERAL E REGIONAL - O Espaço Natural em Transformação, Localização e fusos horários no espaço geográfico, O interior da Terra e a crosta terrestre, Dinâmica climática, formações vegetais e paisagens naturais, Hidrosfera - Importância das águas no espaço geográfico; Representação do espaço, Noções cartográficas, Noções de sensoriamento remoto, A organização do Espaço Mundial, O espaço geográfico, Os elementos do espaço geográfico (sócio-econômico-naturais); A população Mundial, Estrutura, crescimento e distribuição populacional, A explosão demográfica X problemas de alimentação, Dinâmica e conflitos; Atividades industriais, Elementos básicos para industrialização, Tipos de indústrias, Processos de industrialização e urbanização, Atividades agropecuárias e sua evolução, Os modos e sistemas de produção (jardinagem, coletivista, comercial, subsistência, "plantation", intensivo e extensivo), A questão agrária; O espaço de Circulação, Fluxos comerciais de transportes e comunicações, O sistema financeiro internacional, O processo de globalização e suas implicações, Blocos econômicos; GEOGRAFIA DO BRASIL - A organização do Espaço Brasileiro, Posição geográfica do Brasil, A divisão regional (divisão do IBGE e geoconômica), O espaço colonial e o espaço atual, O Brasil no contexto mundial, Recursos Naturais, Apropriação da natureza (noções de relevo, clima, hidrografia, vegetação e solos), A questão ambiental brasileira; Composição e a ocupação populacional, O crescimento, a dinâmica e a distribuição populacional, Dinâmica dos conflitos populacionais; A atividade industrial brasileira e sua evolução, Estrutura e distribuição industrial, Fontes energéticas e os recursos minerais, O processo de urbanização e suas consequências, Formas de organização do capital (estatal, privado nacional e transnacional), As atividades agrárias, Sistema de uso da terra e tipos de cultura, Modos de produção, Questões agrárias (estrutura agrária, reforma agrária e as relações de trabalho), Agricultura alternativa; Os fluxos nacionais e internacionais, A importância dos meios de comunicação, Os transportes e o comércio na organização do espaço. Parâmetros Curriculares Nacionais.**

**PROFESSOR DE HISTÓRIA:** Fundamentos teóricos do pensamento histórico - História Positivista, Marxista, Nova História e as correntes atuais do pensamento historiográfico. **TRABALHO E SOCIEDADE** - Organização temporal e espacial das relações sociais de produção, destacando o trabalho na Modernidade. O trabalho no capitalismo, terceirização, o trabalho informal, diferentes tipos de exploração, alienação e os movimentos de resistência. **CULTURA** - Representações culturais, mudanças culturais relacionadas aos meios de comunicação e aos movimentos sociais. Lei 10639/2003 e Lei 11645/2008. **IDÉIAS E PRÁTICAS REVOLUCIONÁRIAS** - Tecnológicas: industrial e dos meios de comunicação. Sociais: movimentos feministas e de jovens; ascensão do proletariado; as lutas étnicas. Políticas e ideológicas: grupos e correntes de contestação. **PODER E VIOLÊNCIA** - Regimes autoritários do mundo contemporâneo e poder dos grupos organizados. Movimentos de resistências e reivindicatórios. **GLOBALIZAÇÃO** - Meios de comunicação e transporte. A invenção da imprensa e divulgação de ideias. Novas formas de integração e desintegração econômica e distribuição de poder. A modernização do Brasil. **NAÇÃO E NACIONALIDADE** - O princípio das nacionalidades e a formação do Estado Nacional Brasileiro. Culturas e identidades. **CIDADANIA** - O Estado e a participação política do cidadão. Cidadania e liberdade: escravidão na Antiguidade e nos tempos modernos, servidão, movimentos em prol da igualdade étnica. Cidadania e manifestações culturais. Movimentos de preservação da memória nacional e dos grupos sociais. A construção de noções de temporalidade na história ensinada. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:** **FONÉTICA:** Letra e Fone-  
ma; Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos; Sílabas; Acentuação Gráfica; novo acordo ortográfico; **MORFOLOGIA:** Estrutura e processos da formação de palavras; Classes de palavras: Substantivos: classificação, flexão e grau; Adjetivo: classificação, flexão e grau; Pronomes: classificação, flexão e grau; Verbos: classificação, conjugação, vozes; **ANÁLISE SINTÁTICA:** Frase, oração e período; Termos da oração; Tipos de período; Orações coordenadas, subordinadas e reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; **PRÁTICA DE LEITURA, PRODUÇÃO DE TEXTOS E CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS;** **LITERATURA:** História literária; Teoria da literatura; A literatura infantil e juvenil na escola; O ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE INGLÊS:** Interpretação: Identificação do tema central e das diferentes ideias contidas nos textos. Estabelecimento de relações entre as diferentes partes nos textos. Identificação de enunciados que expressam lugar, tempo, modo, finalidade, causa condição, consequência e comparação. Estudo do vocabulário: significado de palavras e expressões num contexto. Semelhanças e diferenças de significados de palavras e expressões (falsos cognatos). Aspectos gramaticais/aplicação prática: flexão do nome, do pronome e do artigo. Substantivos (contáveis e não contáveis em inglês). Flexão do verbo. Significado através da utilização do tempo verbal e verbos auxiliares. Regência e concordância nominal/verbal. Preposições de tempo/lugar. Substantivos, adjetivos e verbos seguidos de preposição. Orações com relação de causa, consequência, tempo, modo, condição, concessão, comparação. Orações relativas. Pronomes interrogativos. Frases interrogativas. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA:** Sistema de numeração decimal; Operações com números naturais; Divisibilidade; Números racionais absolutos; Noções de reta, semi-reta e segmento de reta; Circunferência - superfície esférica, esfera; Números inteiros e racionais; Cálculo literal; Medidas de ângulo; Verificação experimental e demonstração do Teorema da soma das medidas dos ângulos internos de um triângulo; Equações e inequações do 1º grau; Proporcionalidade; Razões e proporções; Áreas e perímetros - Teorema de Pitágoras, verificação experimental; Números Irracionais;

Fatoração e expressões algébricas; Equações do 2º grau; Noções de estatística; Teorema fundamental da proporcionalidade; Teorema de Tales; Demonstração do Teorema de Pitágoras; Progressão aritmética; Trigonometria da 1ª volta e funções circulares; Análise combinatória; Geometria espacial e analítica; Sistemas lineares; Matemática Financeira; Números Complexos; Função Logarítmica; Função Exponencial; Probabilidade; Função do 1º e 2º Grau; Progressão Geométrica. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE ARTES:** A especificidade do conhecimento artístico e estético; A produção artística da humanidade em diversas épocas, diferentes povos, países, culturas; identidade e diversidade cultural; A contextualização conceitual, social, política, histórica, filosófica e cultural da produção artístico-estética da humanidade. **ARTE - LINGUAGEM:** O homem - ser simbólico; arte: sistema semiótico de representação; os signos não verbais; as linguagens da arte: visual, audiovisual, música, teatro e dança; construção/produção de significados nas linguagens artísticas; leitura e interpretação significativas de mundo; a fruição estética e o acesso aos bens culturais; percepção e análise; elementos e recursos das linguagens artísticas; **ARTE E EDUCAÇÃO:** O papel da arte na educação; o professor como mediador entre a arte e o aprendiz; o ensino e a aprendizagem em arte; fundamentação teórico - metodológica; o fazer artístico, a apreciação estética e o conhecimento histórico da produção artística da humanidade, na sala de aula. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE DANÇA:** Contextualização sócio - política da Educação Física. Esporte na escola (teoria e prática conscientizadora), A cultura popular, o lazer e a Educação Física escolar na escola de Ensino Fundamental, O jogo: Características sócio - afetivas, motoras e cognitivas, Jogo cooperativo, O Ensino da Educação Física no Ensino Fundamental: Procedimentos metodológicos, Seleção de conteúdos, Parâmetros Curriculares Nacionais. **VOLEIBOL:** - Regras, sistema Operacional, Sistemas Ofensivos, Regulamento, Competição, Histórico. **BASQUETEBOL:** - Regras e Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos, Histórico. **HANDEBOL:** - Regras, Competições, Sistemas de ataque e defesa, Histórico. **ATLETISMO:** - Regras, Provas: corridas, saltos, arremessos, Competições: Jogos Regionais - Abertos - Olimpíadas, Materiais. **NATAÇÃO:** - Regras, Estilos, Largadas, Viradas, Índices Técnicos, revezamento, Jogos Regionais - Abertos - Competições - Olimpíadas. **FUTEBOL DE SALÃO:** - Regas, Regulamentos, Competições, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos. **FUTEBOL:** - Regras, Competições, Regulamentos, Sistemas Ofensivos, Sistemas Defensivos.



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**

**PLASS****Balancete Mês de Novembro/12 - PLASS****Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2012

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	200.472,52	Despesa Orçamentária	138.499,20
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	97.299,15	Despesas exceto Intra-orçamentárias	135.849,49
RECEITA PATRIMONIAL	59.702,62	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.893,26
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAME	43.470,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	132.956,23
		Despesas Intra-orçamentárias	2.649,71
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.649,71
Receita Extra - Orçamentária	159.941,02	Despesa Extra - Orçamentária	174.490,59
DEPOSITOS	20.872,88	DEPOSITOS	21.052,82
CONSIGNACOES	20.872,88	CONSIGNACOES	21.052,82
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.354,83	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.588,60
OUTROS CONSIGNATARIOS	19.518,05	OUTROS CONSIGNATARIOS	19.464,22
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	139.068,14	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	153.437,77
OBRIGACOES A PAGAR	139.068,14	OBRIGACOES A PAGAR	153.437,77
FORNECEDORES	129.493,83	FORNECEDORES	143.839,96
PESSOAL A PAGAR	5.542,97	PESSOAL A PAGAR	5.542,97
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.977,90	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.977,90
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.053,44	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.076,94
Saldos anteriores	11.119.245,89	Saldos atuais	11.166.669,64
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.118.919,19	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.166.342,94
BANCO C/ MOVIMENTO	326,70	BANCO C/ MOVIMENTO	326,70
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	11.479.659,43	Total	11.479.659,43

Joacaba, 18/12/2012

JULIANA DARTORA BESBATI  
Presidente

JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO  
CONTADOR CRC 028953/O-4

**SIMAE****Inexigibilidade de Licitação 003/2012 - SIMAE**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

JHL 0003/2012

PROCESSO 0094/2012

PROTOCOLO 3582/2012

O SIMAE de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, através de sua Diretora Presidente Elisabe Maria Zanela Sartori, torna público a Inexigibilidade de Licitação para Telefonia Fixa para o exercício de 2013.

Justificativa: Inviabilidade de competição.

Fundamento Legal: Caput do Artigo 25, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Joaçaba/SC, 27 de dezembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

**Inexigibilidade de Licitação 004/2012 - SIMAE**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

JHL 0004/2012

PROCESSO 0095/2012

PROTOCOLO 3583/2012

O SIMAE de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, através de sua Diretora Presidente Elisabe Maria Zanela Sartori, torna público a Inexigibilidade de Licitação para Fornecimento de Energia Elétrica para o exercício de 2013.

Justificativa: Inviabilidade de competição.

Fundamento Legal: Caput do Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Joaçaba/SC, 27 de dezembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

**Pregão Presencial 0067/2012 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0093/2012

TÍTULO: Registro de Preços

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0067/2012

PROTOCOLO JHL 3390/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0067/2012 - Licitação 0093/2012, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ASFALTO QUENTE E FRIO, GRANILHA (PO DE PEDRA) DE FORMA PARCELADA.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 17/01/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 17/01/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 28/12/2012 a 17/01/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 28 de dezembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0168/2012 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0168/2012

PREGÃO PRESENCIAL nº 0066/2012

PROCESSO LICITATORIO JHL 0092/2012

PROTOCOLO Nº 3389/2012

Data: 21/12/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA VRP DA EAT-006 E RAP-006 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Contratado: ANGOLINI & ANGOLINI LTDA

Valor: R\$ 6.419,00 (seis mil quatrocentos e dezanove reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.1051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

Prazo de vigência: 21/12/2012 a 20/03/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

**Resumo do Contrato JHL 0169/2012 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0169/2012

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0098/2011

PREGÃO PRESENCIAL nº 0046/2011

PROCESSO LICITATORIO JHL 0065/2011

PROTOCOLO Nº 3051/2011

Data: 27/12/2012

OBJETO: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GINÁSTICA LABORAL, CUJAS AULAS SÃO MINISTRADAS AOS SERVIDORES DO SIMAE, NA RUA TIRADENTES, Nº 123, CENTRO, EM JOAÇABA

CONTRATADO: T & A ACADEMIA DINÂMICA LTDA - ME

Valor: R\$ 1.038,36 (Hum mil , trinta e oito reais e trinta e seis centavos) mensais.

PROGRAMA: 14.01.2.060 e 2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.99

Prazo de vigência: 01/01/2013 a 31/12/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

**PEGASO**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Lages****PREFEITURA****Anulação PP 18-2012 SEMASA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Sector de Licitação

ANULAÇÃO

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2012SEMASA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA HUMANA PARA O POSTO DE VIGIA DA SEMASA.

O Município de Lages, fundamentado na exposição de motivos, relatados pelo Pregoeiro, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos nº §1º, do Art. 49 da Lei 8666/93 e diplomas complementares, torna notório aos interessados, a "ANULAÇÃO" do processo licitatório, em comento.

Atenciosamente,

JONAS ALBERTO FERREIRA

Secretario Semasa

Lages, 26 de dezembro de 2012

**Pe 51-2012 SEMASA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Sector de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PE 51-2012 SEMASA

Objeto: Aquisição de Produtos Químicos

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 14/01/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 1.158.056,60

A retirada do edital obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo Site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de dezembro de 2012.

JONAS ALBERTO FERREIRA

Secretário da SEMASA

**PP 15-2012 SEMASA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Sector de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 15-2012 SEMASA

Objeto: Aquisição de Materiais p/ Substituição e Manutenção de Rede de Água

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 17/01/2013 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 60.365,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de dezembro de 2012.

JONAS ALBERTO FERREIRA

Secretário de SEMASA

**Leoberto Leal****PREFEITURA****Decreto N.º 135/2012**

DECRETO Nº 135, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

"ANULA O CONCURSO PÚBLICO que menciona e dá outras providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e considerando a RECOMENDAÇÃO DA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITUPORANGA, por meio do Ofício n. 0171/2012/02PJ/ITU (SIG/MP 06.2012.00007657-0), apontando irregularidades na execução do concurso,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o CONCURSO PÚBLICO, realizado segundo o disposto no Edital nº 001/2012, em atenção ao que RECOMENDA a 2ª Promotoria Pública da Comarca de Ituporanga, cujo Ofício nº 0171/2012/02PJ/ITU (SIG/MP 06.2012.00007657), o qual integra, inseparavelmente, o presente Decreto.

Art. 2º De igual forma, fica anulado o empenho nº 929, de 28 de março de 2012, referente à despesa de execução do CONCURSO PÚBLICO.

Art. 3º Seja encaminhada ao Ministério Público cópia deste Decreto e à empresa executora do concurso também os seus anexos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 26 de dezembro de 2012

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**Decreto N.º 136/2012**

DECRETO Nº 136 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro 2014
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro 2014



2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Junho 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Junho 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro 2014
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro 2014
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro 2014
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Junho 2013
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Junho 2013
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Junho 2013
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Junho 2013
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro 2014
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro 2014
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.	Janeiro 2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto n.º 035, de 02 de abril de 2012.

Leoberto Leal, 27 de dezembro de 2012.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

## Decreto N.º 137/2012

DECRETO Nº 137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

"Aprova o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar Municipal - CAE do Município de Leoberto Leal, e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica Art. 66, inciso VII,

### DECRETA:

Art. 1º - Fica Aprovado o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar Municipal - CAE, conforme Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de dezembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### ANEXO I - DECRETO N.º 137/2012

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM A LEI Nº 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE Nº 038/2009

### CAPÍTULO I Das atividades do Conselho

Art1º O Conselho de Alimentação Escolar - CAE como órgão deliberativo e de assessoramento, fiscalizador para atuar em parceria com o Governo Municipal na execução do Programa de Alimentação Escolar junto aos estabelecimentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental mantido pelo Município motivando a participação de órgãos públicos e da sociedade civil, tem por finalidade:

I - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto nos art. 2º e 3º da Resolução/CD/FNDE 038/2009;

II - Zelar pela qualidade dos gêneros alimentícios, desde a sua aquisição até a distribuição às entidades educativas, observando as boas práticas higiênico-sanitárias, bem como a aceitação dos cardápios oferecidos;

III - Receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do programa, bem como, analisar a prestação de contas do PNAE, enviada pela Entidade Executora e remeter ao FNDE;

IV - Fiscalizar o armazenamento e conservação dos gêneros alimentícios nos depósitos das unidades educativas, assim como a limpeza desses locais;

V - Comunicar à Entidade executora a ocorrências de irregularidade com os gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deteriorização, desvios e furtos, para que sejam tomadas as devidas providências;

VI - Apreçar e votar, anualmente, o plano do PNAE, a ser apresentado pela Entidade Executora;

VII - Apresentar relatório de atividade ao FNDE, quando solicitado;

VIII - Incentivar a realização de campanhas educativas de esclarecimentos sobre a alimentação, higiene e saneamento básico na Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal;

IX - Levantar dados nas escolas e na comunidade com a finalidade de avaliar o Programa no Município;

X - Realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais. Levando-se em conta à elaboração dos cardápios para a Alimentação Escolar;

XI - Articular com os órgãos governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros da administração pública, ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência para a melhoria da alimentação escolas nas escolas municipais.

### CAPÍTULO II Da Composição do Conselho

Art. 2º O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - Um representante do Poder Executivo, indicado pelo chefe desse Poder;

II - Dois representantes das organizações civis;

III - Dois representantes dos professores, indicados pela assembleia da categoria;

IV - Dois representantes de pais de alunos, indicados pela Associação de Pais e Professores e/ou Conselhos Escolares.

§ 1º cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria.

§ 2º A nomeação dos membros será feita por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 3º No caso da ocorrência de vacância, o novo membro designado deverá completar o mandato substituído.

Art. 3º Os membros e o Presidente do CAE terão mandato de 04 anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

Art. 4º O exercício do mandato de conselheiro do CAE será gratuito e constituirá de serviço público relevante.

Art. 5º O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos em reunião especialmente convocada para tal fim, com quorum de metade (50%) mais um dos membros.

Parágrafo Único. O Presidente será destituído pelo voto de (50%) mais (um) dos conselheiros do CAE presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim.

#### CAPÍTULO III Das Atribuições do Presidente

Art. 6º São atribuições do Presidente:

I - Coordenar as atividades do Conselho;

II - Convocar as reuniões do conselho, dando ciência aos seus membros;

III - Organizar a ordem do dia das reuniões;

IV - Abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;

V - Determinar a verificação da presença;

VI - Determinar leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;

VII - Assinar atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;

VIII - Conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;

IX - Colocar as matérias em discussão e votação;

X - Anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;

XI - Proclamar as decisões tomadas em cada reunião;

XII - Decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho quando omissos o Regimento;

XIII - Propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XIV - mandar anotar os precedentes regimentais para solução de casos análogos;

XV - Designar para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;

XVI - Assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XVII - Determinar destino do expediente lido nas sessões;

XVIII - Agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais este deve estabelecer relações;

XIX - Representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros, para que façam essa representação;

XX - Tomar conhecimento das justificativas de ausência dos membros do Conselho;

XXI - Promover a execução dos serviços administrativos do

Conselho;

XXII - Propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno, julgadas necessárias.

#### CAPÍTULO IV Dos Membros do Conselho

Art. 7º Compete aos membros do Conselho:

I - Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;

II - Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;

III - Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

IV - Comparecer às reuniões na hora prefixada;

V - Desempenhar as funções para as quais for designado;

VI - Relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo presidente;

VII - Obedecer às normas regimentais;

VIII - Assinar as atas das reuniões do Conselho;

IX - Apresentar retificações ou impugnações às atas;

X - Justificar seu voto, quando for o caso;

XI - Apresentar à apreciação do conselho quaisquer assuntos relacionados com as suas atribuições.

Art. 8º Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou a 4 (quatro) alternadas;

§ 1º O prazo para requerer justificativa de ausência é de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato, quando nem o titular nem o suplente estiverem presentes à reunião.

§ 2º Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficializará ao Executivo para que proceda ao preenchimento da vaga.

§ 3º Na ausência do titular, o suplente assume de direito e de fato;

#### CAPÍTULO V Dos Serviços Administrativos do Conselho

Art. 9º Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos por um Secretário Executivo que será eleito pela Plenária, competindo-lhe, as seguintes atividades:

I - Secretariar as reuniões do Conselho;

II - Lavrar atas, fazer sua leitura e a do expediente;

III - Recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;

IV - Registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;

V - Anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;

VI - Distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;

VII - Resumir as ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho;

VIII - Elaborar a Ata, em seguida, sem rasuras ou emendas;

IX - Redigir as Atas em livro próprio, com as páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho e numeradas tipograficamente;

X - Colher assinatura do Presidente do Conselho e dos membros presentes à reunião.

#### CAPÍTULO VI Das Reuniões

Art. 10 As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar serão realizadas normalmente na sede do órgão de educação do Município, podendo, por decisão de seu Presidente ou do plenário, realizar-se em outro local.

Art. 11 As reuniões serão:

I - Ordinárias, realizadas bimestralmente, através de convites enviados antecipadamente;

II - Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente ou mediante solicitações de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

Art. 12 As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença

de pelo menos metade de seus membros.

§ 1º Se, à hora do início da reunião, não houver quorum suficiente, será aguardada, durante quinze minutos, a composição do número legal.

§ 2 Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior sem que haja quorum, o Presidente do Conselho manterá a reunião com qualquer quorum.

Art. 13 A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões com direito a voz, mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

Art. 14 Serão realizadas visitas às Unidades Educativas, com frequência mensal, sempre na primeira quarta-feira do mês.

#### CAPÍTULO VII Da Ordem dos Trabalhos.

Art. 15 A ordem dos trabalhos será a seguinte:

I - Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - Expediente;

III - Comunicações do Presidente e dos membros.

Art. 16 A dinâmica da reunião dar-se-á por momentos explícitos de:

A) Encaminhamento;

B) Discussões;

C) Votações.

#### CAPÍTULO VIII Das Discussões

Art. 17 As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas. Parágrafo Único. Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vistas.

#### CAPÍTULO IX Das Votações

Art. 18 Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do conselho declarará quantos votam favoravelmente ou em contrário. Parágrafo Único. Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente do conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Art. 19 Ao plenário cabe decidir se a votação deve ser global ou destacada.

Art. 20 Não poderá haver voto de delegação.

#### CAPÍTULO X Das Decisões

Art. 21 As decisões do Conselho de Alimentação Escolar serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente apenas o voto de desempate.

Art. 22 As decisões do Conselho serão transformadas em resoluções quando necessário.

#### CAPÍTULO XI Disposições Finais

Art. 23 As decisões do Conselho que criam despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros disponíveis.

Art. 24 Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regimento serão resolvidos pela diretoria do Conselho.

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato de Declaração de Licitação Deserta

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e serviços para instalação da iluminação em rede existente, foi DECLARADA DESERTA, no dia 27 de dezembro de 2012 às 08:30 horas. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 27 de dezembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Aviso de Dispensa PML.015.2012 - Sistema Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 0103/2012

Dispensa nº 0015/2012

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação, a preço de mercado, com a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA ME, para a manutenção do Sistema de Controle Interno da Prefeitura de Luzerna, pelo valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) mensais pela prestação de serviços técnicos especializados de adequação, treinamento operacional, manutenção e atualização do Sistema.

Valor homologado: R\$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso II.

Luzerna (SC), 27 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

#### Aviso Dispensa PML.014.2012 - Medicina Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 0102/2012

Dispensa nº 0014/2012

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação, a preço de mercado, com a empresa CLÍNICA VIECELLI S/S LTDA, para a prestação de serviços de medicina do trabalho consubstanciado em elaboração de Programa de

Controle Médico de Saúde Ocupacional e Atestado de Saúde Ocupacional (Admissional, Periódico, Demissional, Mudança de Função e Retorno ao Trabalho) a servidores do Município de Luzerna, durante o ano de 2013.

Valor homologado: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso II.

Luzerna (SC), 27 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

### **Extrato Dispensa Licitação PML.013.2012 - Segurança Trabalho**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório 0101/2012

Dispensa nº 0013/2012

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação, a preço de mercado, com a empresa BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ME, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO, CONSUBSTANCIADO EM ELABORAÇÃO DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO E PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO A SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, DURANTE O ANO DE 2013.

Valor homologado: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso II.

Luzerna (SC), 27 de dezembro de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

## **Macieira**

### **PREFEITURA**

#### **da Nome As Ruas**

LEI Nº627, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

Dá nome as Ruas: Raul Cerry e Severino Constantini.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica denominada Rua Severino Constantini, a rua situada entre a Rua Dona Maria Mendes e a Rua Raul Cerry, localizada no centro desta cidade, em frente ao CRAS.

Art. 2º - Fica denominada Rua Raul Cerry, a rua situada entre a Rua Severino Constantini e a Rua Ercolin Tasca, localizada no centro desta cidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de dezembro de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

#### **Instituir e Arrecadar Taxa Florestal Municipal**

LEI Nº 630, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

PARA INSTITUIR E ARRECADAR TAXA FLORESTAL MUNICIPAL, BEM COMO APLICAR SUA RENDA, SEM PREJUÍZO DA OBRIGATORIEDADE DE PRESTAR CONTAS E PUBLICAR BALANCETES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NOS MOLDES PREVISTOS POR ESTA LEI.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do Município de Macieira, a TAXA FLORESTAL MUNICIPAL, em razão do exercício de poder de polícia que se manifesta através da fiscalização do plantio, tratos culturais, da exploração, extração e saída de matéria-prima florestal na forma de toras, toretes, lenha, congêneres e derivados do reflorestamento, no território do Município de Macieira.

Parágrafo Único:- Fica criada na estrutura orçamentária municipal a rubrica de receita "Taxa Florestal".

Art. 2º - Sujeitam-se ao controle e à fiscalização, dentre outras, as atividades de plantio, tratos culturais, extração, industrialização e consumo de produtos e subprodutos de origem florestal.

Art. 3º - O valor da taxa florestal municipal será fixada nos termos desta lei.

Parágrafo Primeiro - O lançamento da Taxa Florestal Municipal será realizado anualmente nos meses de janeiro e fevereiro, devendo ser comunicado por escrito aos Contribuintes, oportunizando-lhes o direito a peticionar o parcelamento do pagamento.

Parágrafo Segundo:- O produto financeiro resultante da arrecadação da Taxa Florestal deverá ser contabilizado obrigatoriamente como recursos livres, e aplicado preferencialmente na recuperação da malha viária municipal.

Art. 4º - São contribuintes da Taxa Florestal Municipal os proprietários rurais, os possuidores a qualquer título de terras, e as empresas cuja finalidade principal ou subsidiária seja a produção ou a extração de produto ou subproduto de origem florestal.

Art. 5º - Os contribuintes, inscritos na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico deverão recolher a TAXA FLORESTAL MUNICIPAL, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao mês de lançamento do tributo, cujo pagamento será feito através do Documento de Arrecadação Municipal nas Agências Bancárias conveniadas com o Município.

Parágrafo Único - Os Contribuintes poderão no mesmo prazo, requerer parcelamento do valor do tributo em até 3 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Art. 6º - Aos contribuintes que não efetuarem o recolhimento no prazo e forma estipulados no artigo 5º e seu parágrafo único, será aplicada multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contado a partir da data do fato gerador, sendo considerado qualquer fração, um mês, bem como a atualização monetária à base do IPCA.

Art. 7º - O não cumprimento das disposições desta Lei, além das penalidades previstas nas legislações Federal e Estadual, implicará na aplicação pela fiscalização municipal:

I - Notificação de infração quando o infrator for primário, acompanhada de informações técnicas necessárias e orientação.



II - Multa de 10 (dez) Unidades Fiscais Municipais (UFM), até ao máximo de 1700 (uma mil e setecentas) Unidades Fiscais Municipais (UFM), para reincidentes, de acordo com a gravidade do ato a critério da fiscalização municipal.

Art. 8º - O contribuinte deverá fornecer à Prefeitura para o cadastro municipal visando subsidiar o lançamento da taxa, no mínimo, os seguintes elementos:

- I - Espécie de madeira e área reflorestada ou florestada;
- II - Quantidade de madeira existente, extraída ou a ser extraída na propriedade;
- III - Valor não inferior ao preço praticado no mercado;
- IV - Finalidade do plantio.
- V - Escritura, documento de posse ou contrato, relativo à propriedade onde procede a exploração ou retirada da matéria prima florestal "in natura";
- VI - Contrato de parceria no empreendimento, se houver;
- VII - Declaração firmada se é participe ou não de programas governamentais.

Parágrafo único - Os elementos e dados dos contribuintes serão devidamente registrados em cadastro próprio junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, especificados à medida do possível.

Art. 9º - A base de cálculo da taxa florestal municipal, será através de Decreto Municipal para o ano em exercício, observando-se os valores do custeio para recuperação da malha viária prejudicada, tanto pelo uso, manutenção e extração dos reflorestamentos.

Parágrafo Único: A disponibilidade do trabalho/serviço público para a recuperação da malha viária ou noutro serviço de necessidade urgente, será atendida na medida do possível, sem desvirtuar eventual trabalho de interesse coletivo público, situação esta que permite ao Município prorrogar a implementação da aplicação do recurso arrecadado através da taxa.

Art. 10 - O local, forma e prazo de pagamento deste tributo serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo Municipal, em sintonia com os demais tributos pelo órgão competente, em um prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da sanção da presente Lei, sem prejuízo da cobrança do período anual a partir da vigência desta lei.

Art. 11 - Ficam isentos do lançamento e da obrigação tributária, os produtores rurais enquadrados na forma do Artigo 4º, Inciso II, letra "a", da Lei Federal nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 c/c o artigo 4º, incisos I e III do Estatuto da Terra (4.504/64) que atendam também cumulativamente no mínimo:

- a) explorem parcela da terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário e parceiro;
- b) residam na propriedade;
- c) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor (Instrução Especial/INCRA nº 20, de 1980);
- d) obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento.

Art. 12 - Ficam isentas do pagamento da Taxa Florestal as empresas estabelecidas em Macieira e que industrializem matéria-prima reflorestada de sua propriedade ou de empresas comprovadamente coligadas, desde que tal industrialização ocorra nas unidades da empresa situada no município de Macieira SC.

Art. 14 - Ficam isentas do pagamento da Taxa Florestal as pessoas físicas e jurídicas que mantenham RPPNs (Reservas Particulares Permanentes Naturais) na mesma proporção em que gerem ICMS ecológico ao Município, até o limite deste.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Macieira SC.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

## Loa

LEI Nº 622, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Macieira para o Exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

## LEI

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Macieira SC, para exercício de 2013, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 10.327.367,00 (Dez milhões, trezentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e sete centavos).

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 8.581.366,00 (Oito milhões, quinhentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e seis reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 6.186.756,00 (Seis milhões, cento e oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e seis reais), e Despesa Financeira de R\$ 2.394.610,00 (Dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e dez reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	10.352.560,00
1.1- Receita Tributária	345.000,00
1.2- Receitas de Contribuições	30.000,00
1.3- Receita Patrimonial	69.800,00
1.4- Receita Agropecuária	10.000,00
1.5- Receita Industrial	
1.6- Receita de Serviços	20.000,00
17-Transferências Correntes	9.798.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	1.771.200,00
1.9- Outras Receitas Correntes	79.760,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	6,00
2.1- Operações de Crédito	
2.2- Alienação de Bens	
2.3- Amortização de Empréstimos	
2.4- Transferências de Capital	6,00
2.5- Outras Rec. De Capital	
TOTAL	8.581.366,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte



classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	5.820.050,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.389.500,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	65.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	2.365.550,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	342.506,00
4.4- Investimentos	107.506,00
4.5- Inversões Financeiras	5.000,00
4.6- Amortização da Dívida	230.000,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00
9.9- Reserva de Contingência	24.200,00
- TRANSF. FINANCEIRAS A FUN-	
DOS MUNICIPAIS	2.394.610,00
- Fundo Municipal da Saúde	1.796.610,00
-Fundo M. Assistência Social	42.000,00
- Fundo M. da Criança e adolescente	6.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	550.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	8.581.366,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2013 estimam a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

## I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	441.000,00
1.1- Receita Tributária	
1.2- Receitas de Contribuições	
1.3- Receita Patrimonial	9.000,00
1.4- Receita Agropecuária	
1.5- Receita Industrial	
1.6- Receita de Serviços	
17-Transferências Correntes	432.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	
1.9- Outras Receitas Correntes	
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1,00
2.1- Operações de Crédito	
2.2- Alienação de Bens	
2.3- Amortização de Empréstimos	
2.4- Transferências de Capital	1,00
2.5- Outras Rec. De Capital	
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFE-	
TURA	1.796.610,00
- Transferências financeiras da	
Prefeitura	1.796.610,00
TOTAL	2.237.611,00
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	2.199.610,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.623.610,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	
3.3- Outras Despesas Correntes	576.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	38.001,00
4.4- Investimentos	38.001,00
4.5- Inversões Financeiras	
4.6- Amortização da Dívida	
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
9.9- Reserva de Contingência	
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.237.611,00

## II – FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	118.000,00
1.1- Receita Tributária	
1.2- Receitas de Contribuições	
1.3- Receita Patrimonial	
1.4- Receita Agropecuária	
1.5- Receita Industrial	
1.6- Receita de Serviços	
17-Transferências Correntes	117.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	
2.1- Operações de Crédito	
2.2- Alienação de Bens	
2.3- Amortização de Empréstimos	
2.4- Transferências de Capital	
2.5- Outras Rec. De Capital	
7 – RECEITAS CORRENTES INTRA-	
ORÇAMENTARIAS	
7.2- Receita de Contribuições	
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEI-	
TURA	42.000,00
- Transferências financeiras da	
Prefeitura	42.000,00
TOTAL	160.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	149.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	
3.2- Juros e Encargos da Dívida	
3.3- Outras Despesas Correntes	149.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	11.000,00
4.4- Investimentos	11.000,00
4.5- Inversões Financeiras	
4.6- Amortização da Dívida	
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
9.9- Reserva de Contingência	
TOTAL GERAL DA DESPESA	160.000,00

## III – FUNDO M. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.000,00
1.1- Receita Tributária	
1.2- Receitas de Contribuições	
1.3- Receita Patrimonial	
1.4- Receita Agropecuária	
1.5- Receita Industrial	
1.6- Receita de Serviços	
17-Transferências Correntes	
(-) Dedução de Receitas Correntes	
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	
2.1- Operações de Crédito	
2.2- Alienação de Bens	
2.3- Amortização de Empréstimos	
2.4- Transferências de Capital	
2.5- Outras Rec. De Capital	
7 – RECEITAS CORRENTES INTRA-	
ORÇAMENTARIAS	
7.2- Receita de Contribuições	

- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	6.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	6.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.000,00</b>

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
<b>3- DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.500,00</b>
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	
3.2- Juros e Encargos da Dívida	
3.3- Outras Despesas Correntes	6.500,00
<b>4 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>500,00</b>
4.4- Investimentos	500,00
4.5- Inversões Financeiras	
4.6- Amortização da Dívida	
<b>9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	
9.9- Reserva de Contingência	
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>7.000,00</b>

#### IV – FUNDO M. DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
<b>1 – RECEITAS CORRENTES</b>	<b>934.000,00</b>
1.1- Receita Tributária	
1.2- Receitas de Contribuições	134.000,00
1.3- Receita Patrimonial	800.000,00
1.4- Receita Agropecuária	
1.5- Receita Industrial	
1.6- Receita de Serviços	
17-Transferências Correntes	
(-) Dedução de Receitas Correntes	
1.9- Outras Receitas Correntes	
<b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>	
2.1- Operações de Crédito	
2.2- Alienação de Bens	
2.3- Amortização de Empréstimos	
2.4- Transferências de Capital	
2.5- Outras Rec. De Capital	
<b>7 - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	
7.2 – Receitas de Contribuições	252.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.186.000,00</b>

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
<b>3- DESPESAS CORRENTES</b>	<b>140.000,00</b>
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	80.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	
3.3- Outras Despesas Correntes	60.000,00
<b>4 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.000,00</b>
4.4- Investimentos	5.000,00
4.5- Inversões Financeiras	
4.6- Amortização da Dívida	
<b>9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>1.041.000,00</b>
9.9- Reserva de Contingência	1.041.000,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>1.186.000,00</b>

#### V – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
<b>1 – RECEITAS CORRENTES</b>	
1.1- Receita Tributária	
1.2- Receitas de Contribuições	
1.3- Receita Patrimonial	
1.4- Receita Agropecuária	
1.5- Receita Industrial	

1.6- Receita de Serviços	
17-Transferências Correntes	
(-) Dedução de Receitas Correntes	
1.9- Outras Receitas Correntes	
<b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>	
2.1- Operações de Crédito	
2.2- Alienação de Bens	
2.3- Amortização de Empréstimos	
2.4- Transferências de Capital	
2.5- Outras Rec. De Capital	
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	
- Transferências financeiras da Prefeitura	550.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>550.000,00</b>

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
<b>3- DESPESAS CORRENTES</b>	<b>535.000,00</b>
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	423.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	
3.3- Outras Despesas Correntes	112.000,00
<b>4 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>15.000,00</b>
4.4- Investimentos	15.000,00
4.5- Inversões Financeiras	
4.6- Amortização da Dívida	
<b>9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	
9.9- Reserva de Contingência	
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>550.000,00</b>

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries conforme demonstração abaixo:

#### UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

<b>I – Passivo Contingente</b>	<b>24.200,00</b>
<b>II – Intempéries</b>	<b>24.200,00</b>
<b>III – Outros Riscos e Eventos Fiscais</b>	
Imprevistos	0,00
<b>IV – Obtenção de Resultado Primário</b>	<b>0,00</b>
<b>V – Reforço de dotações Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24.200,00</b>

#### UNIDADE GESTORA: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

<b>I – Passivo Contingente</b>	<b>1.041.000,00</b>
<b>II – Intempéries</b>	<b>0,00</b>
<b>III – Outros Riscos e Eventos Fiscais</b>	
Imprevistos	0,00
<b>IV – Obtenção de Resultado Primário</b>	<b>0,00</b>
<b>V – Reforço de dotações Orçamentárias</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.041.000,00</b>

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por lei específica, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá suplementar receitas oriundas de convenio, desde que contem com prévia autorização da

câmara.

Art. 6º - As despesas por conta de dotação vinculada a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º - Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, desde que, conste com autorização legislativa.

Art. 8º - Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, desde que, conste com autorização legislativa.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2013 a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Macieira - SC, 11 de dezembro de 2012.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Lei N.º 1568/2012

LEI n.º 1568/2012

AUTORIZA O MUNICIPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firma convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Meleiro, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Francisco Canela, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 72.277.102/0001-10, no valor de até R\$ 7.904,00 (Sete mil, Novecentos e quatro reais) que tem como objetivo repassar os recursos financeiros que o Município recebe do Fundo Nacional de Assistência Social, durante o exercício de 2013, destinados para manutenção da APAE.

§ 1.º Os recursos serão repassados de forma parcelada, sendo nos mesmos valores que o Município recebe do Fundo Nacional de Assistência Social.

§ 2.º A APAE fica obrigado a prestar contas dos recursos recebidos, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o repasse.

§ 3.º O Município não poderá repassar o valor da parcela seguinte sem haver a prestação de contas da parcela anterior.

Art. 2.º As transferências de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas

do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de Janeiro de 2013.

Art. 4.º Fica revogada a Lei n.º 1.536/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro, 27 de dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### Lei N.º 1569/2012

LEI n.º 1569/2012

AUTORIZA O MUNICIPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Meleiro, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Francisco Canela, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 72.277.102/0001-10, no valor de até R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais) durante o exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes e será utilizada para custear despesas de combustível utilizado no transporte, alimentação e profissional técnicos para os alunos excepcionais que frequentam a APAE, bem como demais despesas necessárias para a manutenção da mesma.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º, da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a colocar a disposição da APAE de Meleiro 03 (três) servidores públicos municipais, pertencentes ao quadro efetivo de pessoal da Prefeitura de Meleiro, sendo 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais e 02 (dois) Professores.

Parágrafo único. Os servidores de que trata o artigo 2.º desta Lei, ficarão as disposições da APAE de Meleiro, por tempo indeterminado e terão seus vencimentos pagos pela Prefeitura de Meleiro.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.526/2011, de 26 de dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Lei N.º 1570/2012**

LEI n.º 1570/2012

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN DE ARARANGUÁ.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Irmã Carmen de Araranguá/SC, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Júlio de Souza n.º 361, na cidade de Araranguá/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 00.900.930/0001-00, no valor total de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), para internação de crianças do Município de Meleiro durante o exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de Janeiro de 2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.528/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Lei N.º 1571/2012**

LEI n.º 1571/2012

**AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A INSTITUIÇÃO PRIVADA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuição social à Sociedade Esportiva e Recreativa Meleiro Esporte Clube, inscrita no CNPJ sob n.º 11.800.101/0001-63, no valor total de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), visando sua manutenção e funcionamento durante o exercício de 2013.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de Janeiro de

2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.527/2011, de 26 de dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Lei N.º 1572/2012**

LEI n.º 1572/2012

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CASA DE REPOUSO SANTO EXPEDITO DE MELEIRO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com à Casa de Repouso Santo Expedito de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 05.542.990/0001-03, no valor total de R\$ 7.200,00 (Sete mil, duzentos reais), para custear despesas de manutenção e funcionamento durante o exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir 1.º de janeiro de 2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.525/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Lei N.º 1573/2012**

LEI n.º 1573/2012

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU DE MELEIRO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com à Associação Comunitária São Judas Tadeu de Meleiro, inscrita no CNPJ sob n.º 02.160.922/0001-91, no valor total de R\$ 174.400,00 (Cento e setenta e quatro mil e quatrocentos reais), para custear despesas na manutenção do Pronto Socorro do Hospital durante o exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as



partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Meleiro.

Art. 3.º A entidade beneficiada se sujeita à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de Janeiro de 2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei nº. 1.535/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **Lei N.º 1575/2012**

LEI n.º 1575/2012

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A AFASME DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a AFASME - Associação Feminina de Assistência Social de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 80.991.854/0001-16, no valor total de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), para custear despesas de manutenção e funcionamento durante o exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de Janeiro de 2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei nº. 1.532/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **Lei N.º 1576/2012**

LEI n.º 1576/2012

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBE DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Turvo, Ermo, Meleiro, Morro Grande e Timbé do Sul, inscrita no CNPJ sob nº. 11.367.626/0001-57, no valor total de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), para custear despesas na manutenção e funcionamento durante o exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do orçamento vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada se sujeita à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de Janeiro de 2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei nº. 1.533/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **Lei N.º 1577/2012**

LEI n.º 1577/2012

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A IRMÃ SACRAMENTINA DE BERGAMO DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com as Irmãs Sacramentinas de Bergamo (Organização João XXIII) de Meleiro, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Sete de Setembro, s/n, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob nº. 16.518.821/0001-54, no valor total de R\$ 26.400,00 (Vinte e seis mil, quatrocentos reais), para custear despesas de manutenção durante o exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir 1.º de Janeiro de 2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei nº. 1.531/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



**Lei N.º 1578/2012**

LEI n.º 1578/2012

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE MELEIRO E REGIÃO COLMÉIA BRANCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação dos Produtores de Leite de Meleiro e Região Colméia Branca de Meleiro/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.638.181/0001-37, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), para custear despesas de manutenção e funcionamento durante exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de Janeiro de 2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei n.º 1.524/2011, de 26 de dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Lei N.º 1579/2012**

LEI n.º 1579/2012

AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A - EPAGRI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A - Epagri, inscrita no CNPJ sob n.º 83.052.191/0019-91, e Inscrição Estadual n.º 252.477.014, com sede na Rodovia BR 101 km 412, s/n, cidade Alta, em Araranguá/SC, no valor de até R\$ 29.400,00 (Vinte e nove mil e quatrocentos reais), durante o exercício de 2013, visando sua manutenção e funcionamento.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2º A transferência de que trata o artigo 1.º da presente lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as

normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Lei N.º 1581/2012**

LEI n.º 1581/2012

AUTORIZA A FILIAÇÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DO EXTREMO SUL CATARINENSE - AMESC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a filiar o Município de Meleiro à Associação Municipal do Extremo Sul Catarinense - AMESC, com sede na Praça da Matriz, 37, centro, Araranguá Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 83.831.210/0001-82, assumindo os direitos e obrigações estatutárias e a praticar os atos necessários porá a efetiva filiação.

Art. 2º O Município contribuirá mensalmente de até o valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), que será pago em guia própria fornecida pela AMESC ou débito em conta autorizado pelo prefeito municipal.

Art. 3º A transferência de que trata o artigo 2º da presente lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.41.01.00.00.00 - Contribuições do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Lei N.º 1574/2012**

LEI N.º 1574/2012

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MELEIRO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO JUDAS TADEU DE MELEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Comunitária São Judas Tadeu de Meleiro, com sede na Rua São Judas Tadeu, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 02.160.922/0001-91, no valor de até R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), durante exercício de 2013.

Parágrafo único. O valor referido acima será repassado em parcelas mensais de acordo com termo de convênio firmado entre as partes.

Art. 2.º As transferências de que trata o artigo 1.º da presente Lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas

do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3.º A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor a partir 1.º de Janeiro de 2013.

Art. 5.º Fica revogada a Lei nº. 1.534/2011, de 26 de dezembro de 2011 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **Lei Nº. 1580/2012**

LEI Nº. 1580/2012

AUTORIZA A FILIAÇÃO DO MUNICÍPIO À FEDERAÇÃO CATARI-NENSE MUNICÍPIOS - FECAM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a filiar o Município de Meleiro à Federação Catarinense de Municípios - FECAM, com sede na Rua Tenente Silveira, 32, centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 75.303.982/0001-90, assumindo os direitos e obrigações estatutárias e a praticar os atos necessários porá a efetiva filiação.

Art. 2º O Município contribuirá mensalmente no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), que será pago em guia própria fornecida pela FECAM ou débito em conta autorizado pelo prefeito municipal.

Art. 3º A transferência de que trata o artigo 2º da presente lei, correrá por conta da Dotação Orçamentária 3.3.50.41.01.00.00 - Contribuições do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas na sua totalidade as Leis nº. 1.054/2004 e 1.383/2009 e as demais disposições em contrário.

Meleiro/SC, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **Portaria N.º 442/2012**

PORTARIA n.º 442/2012

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 87 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

### **R E T O R N A R**

Art. 1.º Da licença por motivo de doença da família, a servidora IZABEL MATIAS CARMINATI - matrícula nº 67, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil Efetiva, com carga

horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 319/2012.

Meleiro, 27 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

### **Aditivo N.º 006/2012 - Contrato N.º. 028/2009**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 006/2012 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA)

Contrato n.º. 028/2009

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA

Vigência: Início: 02/01/2013 Término: 31/03/2013

Data da assinatura: 13 de dezembro de 2012

**Monte Carlo**

### **PREFEITURA**

### **Extrato de Contrato Administrativo de Locação de Softwares N.º 53/2012.**

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES Nº 53/2012.

#### **CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 456 km 15, s/nº - Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves.

#### **CONTRATADO**

BETHA SISTEMAS LTDA, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, 134 1º andar Centro, na cidade de Criciúma estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. GUILHERME KAASTRUP BALSINI.

Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas, BEM COMO PELO PRAZO E VALORES UNITÁRIOS ABAIXO IGUALMENTE DESCRITOS:

BETHA SISTEMAS LTDA						
Item	Especificação	Un.	Med.	Qtde	Preço Uni- tário	Preço Total
1	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA	MES		12	1400,00	16800,00
2	LOCAÇÃO SIS-TEMA PLANEJA-MENTO	MES		12	300,00	3600,00

3	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE TESOUREARIA	MES	12	180,00	2160,00
4	LOCAÇÃO SISTEMA DE CONTROLE DE INDICADORES DE GESTÃO	MES	12	160,00	1920,00
5	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE LICITAÇÕES E COMPRAS	MES	12	380,00	4560,00
6	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE PATRIMÔNIO PÚBLICO	MES	12	210,00	2520,00
7	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE DE FROTAS	MES	12	210,00	2520,00
8	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO	MES	12	690,00	8280,00
9	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS	MES	12	400,00	4800,00
10	LOCAÇÃO DE SISTEMA TRIBUTÁRIO IPTU.	MES	12	700,00	8400,00
11	LOCAÇÃO DE SISTEMA VIA WEB DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	MES	12	300,00	3600,00
12	LOCAÇÃO DE SISTEMA VIA INTERNET ESCRITURAÇÃO ELETRÔNICA ISS	MES	12	650,00	7800,00
13	LOCAÇÃO SISTEMA VIA INTERNET CONTROLE DE NOTAS FISCAIS	MES	12	1200,00	14400,00
14	LOCAÇÃO DE SISTEMA PORTAL TRANSPARÊNCIA	MES	12	180,00	2160,00
15	LOCAÇÃO SISTEMA GESTÃO DE FATURAMENTO AGUA/ESGOTO	MES	12	320,00	3840,00
16	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CONTABILIDADE FUNDO SAÚDE	MES	12	400,00	4800,00
17	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE COMPRAS FUNDO SAÚDE	MES	12	160,00	1920,00
18	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE TESOUREARIA PARA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	MES	12	80,00	960,00

19	LOCAÇÃO SISTEMA CONTABILIDADE FUNDO	MES	12	180,00	2160,00
20	REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS				
20	Serviços Implantação sistemas, conversão dados e treinamento: Atendimento ao Cidadão via internet ;	SER	1,00	9850,00	9850,00
	Escrituração Eletrônica do ISS via internet ; Controle de Notas				
	Fiscais Eletrônicas via internet ; Sistema de Gestão de				
	Faturamento de Água/Esgoto.				
21	Serviços de implantação do gerenciador de bancos de dados para os sistemas: Atendimento ao Cidadão via internet ;	SER	1,00	4000,00	4000,00
	Escrituração Eletrônica do ISS via internet ; Controle de Notas				
	Fiscais Eletrônicas via internet ; Sistema de Gestão de				
	Faturamento de Água/Esgoto.				
22	HORA TÉCNICA DE ASSISTENCIA DE SISTEMA INFORMÁTICA	HS	100,00	60,00	6000,00
23	DESLOCAMENTO DE TÉCNICO P/ ASSESSORIA DE INFORMÁTICA	KM	5000,00	0,60	3000,00
24	DESPESA DE HOSPEDAGEM E ALIM. TÉCNICO P/ ASSESSORIA INFORMÁTICA	DIA	15,00	110,00	1650,00
				total	R\$ 121.700,00

As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2013:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ./ATIV.	
01	02.00	02.01	2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito
01	04.00	04.04	2.006	Manutenção da Secretaria da Fazenda

01	06.00	06.03	2.026	Implantação e Manutenção Sistemas de água
04	01.00	01.01	2.037	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
09	15.00	15.01	2.034	Manutenção do Funrebom

As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Fraiburgo-SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Monte Carlo-SC, 26 de dezembro de 2012.  
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES  
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA  
GUILHERME KAASTRUP BALSINI  
CONTRATADA

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 72/2012

##### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2012

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze., presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. VALDERI DA SILVA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: LAVAÇÃO E BORRACHARIA PONTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na ROD. SC 456, KM 14, nº 800, na cidade de Monte Carlo, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 09.320.542/0001-12, neste ato representada pelo Sr. VALCEMIR ANTONIO CORDEIRO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO, ENGRAXE, CONserto e MONTAGENS DE PNEUS, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA PARA FROTA DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DE SEUS FUNDOS, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO.

Pela prestação dos serviços o FORNECEDOR receberá as importâncias unitárias em reais pelas quantidades de serviços solicitadas e efetivamente prestadas, conforme planilha que segue:

LOTE: 02					
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
28	LAVAÇÃO E BORRACHARIA PONTES				
	SERVIÇO DE CONserto PNEU DE VEICULO AUTOMOTIVO	SER	240	7,49	1798,13
	EM GERAL				
29	SERVIÇO DE CONserto PNEU DE VEICULO AUT TIPO	SER	100	8,49	849,12
	PERUA (VAN)				
30	SERVIÇO DE CONserto PNEU DE VEICULO AUT TIPO	SER	200	13,49	2697,22
	MICRO ONIBUS				
31	SERVIÇO DE CONserto PNEU DE VEICULO AUT. TIPO	SER	200	14,98	2996,92
	ONIBUS				
32	SERVIÇO DE CONserto PNEU DE VEICULO AUT TIPO	SER	200	14,98	2996,92
	CAMINHÃO CAÇAMBA				
33	SERVIÇO DE CONserto DE PNEU TRAZEIRO DE TRATOR	SER	20	46,45	929,04
34	SERVIÇO DE CONserto PNEU MOTO	SER	50	7,99	399,59
35	SERVIÇO DE CONserto PNEU MAQUINA PESADA	SER	100	47,95	4795,06

36	SERVIÇO DE CONSERTO PNEU MINI CARREGADEIRA BOB CAT	SER	30	12,49	374,61
37	TIP TOP PEQUENO	SER	100	13,99	1398,56
38	TIP TOP MÉDIO	SER	100	27,47	2747,17
39	TIP TOP GRANDE	SER	100	46,45	4645,21
40	MONTAGEM DE PNEU CAMINHÃO E ÔNIBUS	SER	100	12,99	1298,66
41	MONTAGEM DE PNEU TRATOR E MÁQUINA PESADA.	SER	10	43,46	434,55
42	MONTAGEM PNEUS VANS, AUTOMÓVEIS, CAMINHONETE E MOTO	SER	100	7,49	749,23
43	SERVIÇO MONTAGEM PNEUS MINI CARREGADEIRA BOB CAT	SER	30	9,99	299,69
44	RACK PEQUENO	SER	100	13,49	1348,61
45	RACK MÉDIO	SER	100	28,97	2897,01
46	RACK GRANDE	SER	100	46,95	4695,16
49	SERVICO DE SOCORRO	SER	200	2,25	449,54
				TOTAL	38800,00

## LOTE: 03

	LAVAÇÃO E BORRACHARIA PONTES				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cota-daMa	Preço Unitário	Preço Total
47	BALANCEAMENTOS PARA AUTOMÓVEIS, VANS E AUTOMÓVEIS	SER	200	10,95	2190,00
				TOTAL	2190,00

## LOTE: 04

	LAVAÇÃO E BORRACHARIA PONTES				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cota-daMa	Preço Unitário	Preço Total
48	GEOMETRIA PARA AUTOMÓVEIS, VANS E CAMIONETES	SER	200	60,00	12000,00
				TOTAL	12000,00

As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012 E 2013, no caso do ultimo exercício, será anexado ao presente processo, CERTIDÃO CONTÁBIL, quando as dotações do referido ano estiverem aprovadas, conforme segue:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ./ATIV.	
01	02.00	02.01	2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito
01	05.00	05.03	2.027	Manutenção da Secretaria da Agricultura
01	05.00	06.03	2.025	Implantação e Manutenção Sistemas de Esgoto
01	06.00	06.04	2.007	Segurança Pública
01	07.00	07.01	2.014	Manutenção do Ensino Fundamental
01	07.00	07.01	2.015	Manutenção do Transporte Escolar
01	07.00	07.01	2.019	Apoio ao Ensino Superior
01	07.00	07.04	2.039	Manutenção da Secretaria de Educação e Desporto
01	09.00	09.01	2.024	Manutenção do dpto de Serviços Públicos
01	09.00	09.02	2.023	Manutenção do Depto de Obras Públicas
01	10.00	10.03	2.036	Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social
01	12.00	12.01	2.010	Manutenção dos Programas do FNAS
01	12.00	12.01	2.011	Manutenção do FNAS
01	13.00	13.01	2.035	Manutenção do Conselho Tutelar



04	01.00	01.01	2.030	Atenção Básica a Saúde
04	01.00	01.01	2.031	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
04	01.00	01.01	2.032	Manutenção da Vigilância Sanitária
04	01.00	01.01	2.033	Manutenção da Vigilância Epidemiológica
04	01.00	01.01	2.037	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
09	15.00	15.01	2.034	Manutenção do Funreborn

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 47/2012, Pregão Presencial nº 29/2012 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2012.  
Município de Monte Carlo  
Antoninho T. Gonçalves  
Órgão Gerenciador

LAVAÇÃO E BORRACHARIA PONTES LTDA ME  
VALCEMIR ANTONIO CORDEIRO  
Fornecedor

#### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 73/2012

##### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2012

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze., presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE MONTE CARLO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04 e 04.923.189/0001-45 respectivamente, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES e Sr. VALDERI DA SILVA respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SIMONE APARECIDA MOTA BECKER ME pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Irmãos Picoli, nº 400, na cidade de Tangará-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.162.900/0001-87, neste ato representada pela Sra. SIMONE APARECIDA MOTA BECKER, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de

2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS DE VALOR DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO, ENGRAXE, CONserto E MONTAGENS DE PNEUS, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA PARA FROTA DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO E DE SEUS FUNDOS, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO.

Pela prestação dos serviços o FORNECEDOR receberá as importâncias unitárias em reais pelas quantidades de serviços solicitadas e efetivamente prestadas, conforme planilha que segue:

LOTE: 01					
	SIMONE APARECIDA BECKER				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE LAVAÇÃO AUTOMÓVEL	SER	600	17,14	10285,95
2	SERVIÇO DE LAVAÇÃO KOMBIS	SER	100	26,49	2649,09
3	SERVIÇO DE LAVAÇÃO BESTAS	SER	200	28,67	5733,78
4	SERVIÇO DE LAVAÇÃO AMBULANCIA	SER	200	35,52	7104,12
5	SERVIÇO DE LAVAÇÃO MICRO ONIBUS	SER	300	44,56	13367,91
6	SERVIÇO DE LAVAÇÃO ONIBUS	SER	500	78,84	39418,50
7	SERVIÇO DE LAVAÇÃO CAMINHÃO CAÇAMBA	SER	300	80,07	24021,27
8	SERVIÇO DE LAVAÇÃO TRATOR	SER	50	34,28	1713,87
9	SERVIÇO DE LAVAÇÃO MAQUINA RETRO ESCAVADEIRA	SER	60	81,95	4916,99
10	SERVIÇO DE LAVAÇÃO MOTO	SER	60	7,48	448,68
11	SERVIÇO DE LAVAÇÃO MAQUINA PESADA	SER	40	88,18	3527,38

12	SERVIÇO DE LAVAGEM MASTER	SER	60	39,73	2383,62
13	SERVIÇO DE LAVAGEM MINI CARREGADEIRA BOB CAT	SER	30	33,65	1009,53
14	SERVIÇO DE LAVAGEM DE APARÊNCIA AUTOMÓVEIS, VANS E CAMINHONETE	SER	300	16,52	4955,13
15	SERVIÇO DE LAVAGEM DE APARÊNCIA CAMINHÕES E ONIBUS	SER	300	43,47	13039,80
16	SERVIÇO DE LAVAGEM DE APARÊNCIA MAQUINAS PESADAS	SER	100	56,09	5608,52
17	SERVIÇO DE ENGRAXADA KOMBI	SER	100	6,86	686,11
18	SERVIÇO DE ENGRAXADA BESTA	SER	200	6,86	1372,22
19	SERVIÇO DE ENGRAXADA AMBULANCIA	SER	500	8,10	4052,15
20	SERVIÇO DE ENGRAXADA MICRO ONIBUS	SER	300	13,40	4021,32
21	SERVIÇO DE ENGRAXADA ONIBUS	SER	300	15,27	4582,17
22	SERVIÇO DE ENGRAXADA CAMINHÃO CAÇAMBA	SER	300	15,89	4767,24
23	SERVIÇO DE ENGRAXADA TRATOR	SER	100	10,60	1060,01

24	SERVIÇO DE ENGRAXADA RETRO ESCAVADEIRA	SER	200	26,80	5359,88
25	SERVIÇO DE ENGRAXADA MAQUINA PESADA	SER	40	26,80	1071,98
26	SERVIÇO DE ENGRAXADA MASTER	SER	60	7,17	430,18
27	SERVIÇO DE ENGRAXADA MINI CARREGADEIRA BOB CAT	SER	30	13,09	392,60
				TOTAL	167980

As despesas decorrentes da entrega dos SERVIÇOS, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do Município e seus fundos participantes, do orçamento do exercício de 2012 E 2013, no caso do ultimo exercício, será anexado ao presente processo, CERTIDÃO CONTÁBIL, quando as dotações do referido ano estiverem aprovadas, conforme segue:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ./ATIV.	
01	02.00	02.01	2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito
01	05.00	05.03	2.027	Manutenção da Secretaria da Agricultura
01	05.00	06.03	2.025	Implantação e Manutenção Sistemas de Esgoto
01	06.00	06.04	2.007	Segurança Pública
01	07.00	07.01	2.014	Manutenção do Ensino Fundamental
01	07.00	07.01	2.015	Manutenção do Transporte Escolar
01	07.00	07.01	2.019	Apoio ao Ensino Superior
01	07.00	07.04	2.039	Manutenção da Secretaria de Educação e Desporto
01	09.00	09.01	2.024	Manutenção do dpto de Serviços Públicos
01	09.00	09.02	2.023	Manutenção do Depto de Obras Públicas
01	10.00	10.03	2.036	Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social

01	12.00	12.01	2.010	Manutenção dos Programas do FNAS
01	12.00	12.01	2.011	Manutenção do FNAS
01	13.00	13.01	2.035	Manutenção do Conselho Tutelar
04	01.00	01.01	2.030	Atenção Básica a Saúde
04	01.00	01.01	2.031	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
04	01.00	01.01	2.032	Manutenção da Vigilância Sanitária
04	01.00	01.01	2.033	Manutenção da Vigilância Epidemiológica
04	01.00	01.01	2.037	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
09	15.00	15.01	2.034	Manutenção do Funrebom

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 47/2012, Pregão Presencial nº 29/2012 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2012.  
Município de Monte Carlo  
ANTONINHO T. GONÇALVES  
Órgão Gerenciador

SIMONE APARECIDA MOTA BECKER ME  
SIMONE A. MOTA BECKER  
Fornecedor

#### **Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 74/2012** EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2012

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNREBOM E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. VALDERI DA SILVA e ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ADELIR VALDUGA E CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rod. SC 456, Km 23,

nº 15, na cidade de Monte Carlo-SC inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.200.394/0001-57, neste ato representada pelo Sr. ADELIR VALDUGA, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis, óleos lubrificantes, fluidos de freio, fluidos para radiadores e graxas, para veículos, maquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária em R\$ pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

	ADELIR VALDUGA & CIA LTDA				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
3	ALCOOL COMUM FILTRADO	LT	5000	2,52	12600,00

As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013, as quais serão informadas pelo contador do município assim que forem aprovadas e estiverem definidas:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ./ATIV.	
01	02.00	02.01	2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito
01	05.00	05.03	2.027	Manutenção da Secretaria da Agricultura
01	05.00	06.03	2.025	Implantação e Manutenção Sistemas de Esgoto
01	06.00	06.04	2.007	Segurança Pública
01	07.00	07.01	2.014	Manutenção do Ensino Fundamental
01	07.00	07.01	2.015	Manutenção do Transporte Escolar
01	07.00	07.01	2.019	Apoio ao Ensino Superior
01	07.00	07.04	2.039	Manutenção da Secretaria de Educação e Desporto
01	09.00	09.01	2.024	Manutenção do dpto de Serviços Públicos
01	09.00	09.02	2.023	Manutenção do Depto de Obras Públicas

01	10.00	10.03	2.036	Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social
01	12.00	12.01	2.010	Manutenção dos Programas do FNAS
01	12.00	12.01	2.011	Manutenção do FNAS
01	13.00	13.01	2.035	Manutenção do Conselho Tutelar
04	01.00	01.01	2.030	Atenção Básica a Saúde
04	01.00	01.01	2.031	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
04	01.00	01.01	2.032	Manutenção da Vigilância Sanitária
04	01.00	01.01	2.033	Manutenção da Vigilância Epidemiológica
04	01.00	01.01	2.037	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
09	15.00	15.01	2.034	Manutenção do Funrebom

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 46/2012, Pregão Presencial nº 28/2012 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01/01/2013 até a data de 31 de dezembro de 2013.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 20 de dezembro de 2012.

Município de Monte Carlo

Antoninho T. Gonçalves

Órgão Gerenciador

ADELIR VALDUA & CIA LTDA

Adelir Valduga

Fornecedor

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 75/2012

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2012

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNREBOM E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo

, Sr. VALDERI DA SILVA e ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: COMERCIAL INCERTI LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Pernanbuco, nº 1416, Bairro José Bonifácio, na cidade de Erechim-RS inscrita no C.N.P.J. sob o nº 93.437.770/0001-87, neste ato representada pelo Sr. JONAS LORA INCERTI, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis, óleos lubrificantes, fluidos de freio, fluidos para radiadores e graxas, para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária em R\$ pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

	COMERCIAL INCERTI LTDA				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
4	Óleo lubrificante SAE 15W40 API CI que atenda	BALD	150	148,00	22200,00
	especificações ACEA E3-96,E5-02,07MB 228 VOLVO VDS				
	-3 Cummins CE20078 Caterpillar ECF BD 20Litros				
6	Óleo sistema hidráulico W8 THF 11 ,Balde 20 LTS	BALD	15	148,00	2220,00
9	OLEO P/ CAIXA E DIFERENCIAL API SAE W90 GL5, BALDE C/ 20 LT	BALD	15	135,00	2025,00
15	ADITIVO PARA RADIADOR ANTI-CONGELANTE C/ 01 LT	LT	40	9,50	380,00

16	Graxa aba-se de lítio MP 2 que atenda as especificações NGLI	BALD	20	168,00	3360,00
	1,2,3 Balde C/20 KG				
19	Óleo transmissão SAE 20W - 30 API GL4 (carregadeira 12C)	BAL	10	172,00	1720,00
	original e homologado pela marca da máquina balde com 20				
	lts				
26	Óleo transmissão SAE 10W30 API GL - 4 (retro LB 90)	BALD	10	163,00	1630,00
	original e homologado pela marca da máquina balde 20 lts				

As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013, as quais serão informadas pelo contador do município assim que forem aprovadas e estiverem definidas:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ./ATIV.	
01	02.00	02.01	2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito
01	05.00	05.03	2.027	Manutenção da Secretaria da Agricultura
01	05.00	06.03	2.025	Implantação e Manutenção Sistemas de Esgoto
01	06.00	06.04	2.007	Segurança Pública
01	07.00	07.01	2.014	Manutenção do Ensino Fundamental
01	07.00	07.01	2.015	Manutenção do Transporte Escolar
01	07.00	07.01	2.019	Apoio ao Ensino Superior
01	07.00	07.04	2.039	Manutenção da Secretaria de Educação e Desporto

01	09.00	09.01	2.024	Manutenção do dpto de Serviços Públicos
01	09.00	09.02	2.023	Manutenção do Depto de Obras Públicas
01	10.00	10.03	2.036	Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social
01	12.00	12.01	2.010	Manutenção dos Programas do FNAS
01	12.00	12.01	2.011	Manutenção do FNAS
01	13.00	13.01	2.035	Manutenção do Conselho Tutelar
04	01.00	01.01	2.030	Atenção Básica a Saúde
04	01.00	01.01	2.031	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
04	01.00	01.01	2.032	Manutenção da Vigilância Sanitária
04	01.00	01.01	2.033	Manutenção da Vigilância Epidemiológica
04	01.00	01.01	2.037	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
09	15.00	15.01	2.034	Manutenção do Funrebo

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 46/2012, Pregão Presencial nº 28/2012 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01/01/2013 até a data de 31 de dezembro de 2013.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 20 de dezembro de 2012.  
Município de Monte Carlo  
ANTONINHO T. GONÇALVES  
Órgão Gerenciador

COMERCIAL INCERTI LTDA  
JONAS LORA INCERTI  
Fornecedor



# **Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 76/2012** **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2012**

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNREBOM E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. VALDERI DA SILVA e ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Ezilda Schmidt Coelho, nº 01, na cidade de São José-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 80.954.555/0001-01, neste ato representada pelo Sr. MAURICIO ANSELMO COELHO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis, óleos lubrificantes, fluidos de freio, fluidos para radiadores e graxas, para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária em R\$ pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Co-tada	Preço Unitário	Preço Total
5	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIF Óleo lubrificante Semi -sintético SAE 5W40 API SM que atenda as especificações ACEA A3 /B1-/04* Ford WSS-M2	LT	200	12,70	2540,00
7	C919B*GMEMS-930 9574*ILSAC GF3 01 litro ÓLEO HIDRÁULICO 68 AW BALDE C/ 20LTS	BALD	50	113,00	5650,00
8	Óleo transmissão hidráulica ATF tipo (A) que atenda as especificações GMATF tipo A, sufixo A*Allison C3 balde 20 litros	BALD	15	128,00	1920,00
10	Óleo lubrificante 20W50 API-SF/CC GASL. P/ motor a gasolina	LT	60	6,70	402,00
	1 lt				

12	Óleo de freio p/ automóveis c/ 200 ml c/ certificado ISO 9001	FRAS	50	4,10	205,00
	E 14001 do Fabricante.				
13	OLEO DE FREIO DOT- 03 COM 500 ML	FRAS	40	4,75	190,00
14	Óleo de freio a base de óleo mineral ISSO 7308 NH 610 ANP	LT	10	48,65	486,50
	314 01 Litro				
17	ÓLEO MULT. F. TRANSMISSÃO HIDRÁULICA TIPO ATF,	BALD	10	125,00	1250,00
	BALDE C/ 20 LTS				
23	Óleo Hidráulico 68 ISO VG 68 balde 20 lts	BALD	20	97,00	1940,00
24	Óleo transmissão SAE 15W40 API CI4 (motoniveladora RG140B) original e homologado pela marca da máquina balde 20 lts.	BALD	10	148,00	1480,00

As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013, as quais serão informadas pelo contador do município assim que forem aprovadas e estiverem definidas:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ./ATIV.	
01	02.00	02.01	2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito
01	05.00	05.03	2.027	Manutenção da Secretaria da Agricultura
01	05.00	06.03	2.025	Implantação e Manutenção Sistemas de Esgoto
01	06.00	06.04	2.007	Segurança Pública
01	07.00	07.01	2.014	Manutenção do Ensino Fundamental
01	07.00	07.01	2.015	Manutenção do Transporte Escolar
01	07.00	07.01	2.019	Apoio ao Ensino Superior
01	07.00	07.04	2.039	Manutenção da Secretaria de Educação e Desporto

01	09.00	09.01	2.024	Manutenção do dpto de Serviços Públicos
01	09.00	09.02	2.023	Manutenção do Depto de Obras Públicas
01	10.00	10.03	2.036	Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social
01	12.00	12.01	2.010	Manutenção dos Programas do FNAS
01	12.00	12.01	2.011	Manutenção do FNAS
01	13.00	13.01	2.035	Manutenção do Conselho Tutelar
04	01.00	01.01	2.030	Atenção Básica a Saúde
04	01.00	01.01	2.031	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
04	01.00	01.01	2.032	Manutenção da Vigilância Sanitária
04	01.00	01.01	2.033	Manutenção da Vigilância Epidemiológica
04	01.00	01.01	2.037	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
09	15.00	15.01	2.034	Manutenção do Funrebom

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 46/2012, Pregão Presencial nº 28/2012 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01/01/2013 até a data de 31 de dezembro de 2013.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2012.  
Município de Monte Carlo  
Antoninho T. Gonçalves  
Órgão Gerenciador

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA  
Maurício Anselmo Coelho  
Fornecedor

## Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 77/2012

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2012

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNREBOM E FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45 e 95.996.104/0001-04 respectivamente, representado neste ato pelo gestor do fundo, Sr. VALDERI DA SILVA e ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES respectivamente, abaixo-assinados, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: MOTORTECH IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Laudir José Junckes, nº 40, Galpão 02, na cidade de Palhoça-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.426.684/0001-37, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Ranzoni, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis, óleos lubrificantes, fluidos de freio, fluidos para radiadores e graxas, para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo.

Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária em R\$ pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

	MOTOR-TECH IMPORTAÇÃO E CO				
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
11	Óleo de freio p/ Veículo Master DOT-4, c/ 01 lt c/ certificado	FRAS	15	11,44	171,60
	ISO 9001 E 14001 do Fabricante.				
18	ÓLEO 2 TEMPOS PARA MOTORES DE ROÇADEIRA A	FRAS	25	9,00	225,00
	GASOLINA 500 ML				

As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013, as quais serão informadas pelo contador do município assim que forem aprovadas e estiverem definidas:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UNIDADE	PROJ./ATIV.	
01	02.00	02.01	2.004	Manutenção do Gabinete do Prefeito
01	05.00	05.03	2.027	Manutenção da Secretaria da Agricultura
01	05.00	06.03	2.025	Implantação e Manutenção Sistemas de Esgoto
01	06.00	06.04	2.007	Segurança Pública
01	07.00	07.01	2.014	Manutenção do Ensino Fundamental
01	07.00	07.01	2.015	Manutenção do Transporte Escolar
01	07.00	07.01	2.019	Apoio ao Ensino Superior
01	07.00	07.04	2.039	Manutenção da Secretaria de Educação e Desporto
01	09.00	09.01	2.024	Manutenção do dpto de Serviços Públicos
01	09.00	09.02	2.023	Manutenção do Depto de Obras Públicas
01	10.00	10.03	2.036	Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social
01	12.00	12.01	2.010	Manutenção dos Programas do FNAS
01	12.00	12.01	2.011	Manutenção do FNAS
01	13.00	13.01	2.035	Manutenção do Conselho Tutelar
04	01.00	01.01	2.030	Atenção Básica a Saúde
04	01.00	01.01	2.031	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
04	01.00	01.01	2.032	Manutenção da Vigilância Sanitária
04	01.00	01.01	2.033	Manutenção da Vigilância Epidemiológica
04	01.00	01.01	2.037	Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
09	15.00	15.01	2.034	Manutenção do Funrebom

O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo

Licitatório nº 46/2012, Pregão Presencial nº 28/2012 – Registro de Preços.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01/01/2013 até a data de 31 de dezembro de 2013.

É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 26 de dezembro de 2012.

Município de Monte Carlo  
ANTONINHO T. GONÇALVES  
Órgão Gerenciador

MOTORTECH IMP E COM. DE LUBRIFICANTE LTDA  
EDUARDO RANZONI  
Fornecedor

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 187/2012 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2012 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO DE OBRAS E TRANSPORTE DE MATERIAIS PARA REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 14/01/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 14/01/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 27 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

#### Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 199/2012 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2012 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA SEREM DISTRIBUIDOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC. Data da entrega dos envelopes: até às 13:40 hs do dia 11/01/2013. Abertura envelopes: às 13:50 hs do dia 11/01/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 27 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 201/2012 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES-PREGÃO PRESENCIAL Nº 201/2012 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A Prefeitura Municipal de Navegantes, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DURANTE O ANO DE 2013. Data da entrega dos envelopes: até às 13:40 hs do dia 14/01/2013. Abertura envelopes: às 13:50 hs do dia 14/01/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 27 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

**Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 204/2012 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 204/2012 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO E ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES DURANTE O ANO DE 2013. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 11/01/2013. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 11/01/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 26 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

**Aviso de Suspensão de Licitação Pregão Presencial Nº 199/2012 PMN**

Aviso de SUSPENSÃO de Licitação - Pregão PRESENCIAL Nº. 199/2012

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 199/2012

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA SEREM DISTRIBUIDOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES-SC. haja vista, inconsistências na descrição de itens.

A Pregoeira Oficial do Município torna público que esta municipalidade SUSPENDEU temporariamente a Licitação Pública, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 199/2012, inicialmente agenda-da para o dia 28 de dezembro de 2012. A nova data do certame será publicada oportunamente no Diário Oficial do Município de Navegantes e Jornal de Circulação Regional, além do site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 26 de dezembro de 2012.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 253/2012 FMS**

Contrato Nº.: 253/2012

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES

Contratada : MIL NEGOCIOS LTDA

Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2011

Recursos : Dotação:2.094.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2012, CUJO OBJETO É A ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E REAJUSTE PELO ÍNDICE PACTUADO NO CONTRATO ORIGINAL.

NAVEGANTES, 26 de Dezembro de 2012

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 278/2012**

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato nº. 278/2012.

Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada.: Darci Ogliari

Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013.

Licitação : Dispensa nº 174/2012.

Valor: : R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

Dotação.:2.054.3.3.390.36.00.00.00.00.00.0.1.0001.0

Objeto : O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel em alvenaria localizado na Av. Pref. José Juvenal Mafra nº 3.820, bairro Meia Praia, Município Navegantes/SC, com área construída de aproximadamente 244 m².

Navegantes, 11 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 297/2012**

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato nº. 297/2012.

Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada.: Marilidia Cogo

Vigência.:Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013.

Licitação : Dispensa nº 09/2012.

Objeto : O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover alteração do prazo pactuado no contrato original, que vigorará de 01 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013

Navegantes, 26 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 298/2012**

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato nº. 298/2012.

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada : Didino Vitor Sagás

Vigência:Início:01/01/2013 Término: 31/12/2013.

Licitação: Dispensa nº 45/2009.

Valor: R\$ 15.039,60 (quinze mil e trinta e nove reais e sessenta centavos)).

Dotação.:2.054.3.3.390.36.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Objeto : O presente contrato de locação tem por objeto, promover alteração da vigência e do valor pactuado no contrato original de nº 08/2009.

Navegantes, 13 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito



**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 304/2012**

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato nº. 304/2012.

Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada...: SG Portal Imóveis Ltda

Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013.

Licitação : Dispensa 55/2011.

Objeto : O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a alteração da vigência no contrato original, que vigorará de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Navegantes, 26 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 305/2012**

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato nº. 305/2012.

Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada...: Equilíbrios Ind. Com. de Confec. Ltda.

Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013.

Licitação : Dispensa 57/2010.

Objeto : O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a alteração da vigência no contrato original que vigorará de 01 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Navegantes, 26 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 308/2012**

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato nº. 308/2012.

Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada...: Valentim Macarini

Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013.

Licitação : Pregão nº 88/2011.

Objeto : O presente contrato de locação tem por objeto, promover alteração da vigência pactuada no contrato original de nº 170/2011.

Navegantes, 14 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 322/2012**

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato nº. 322/2012.

Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada : Empreendimentos Dal Ri Ltda ME

Vigência: Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013.

Licitação: Dispensa nº 59/2009.

Objeto : O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover alteração da vigência pactuada no contrato original de nº 59/2009.

Navegantes, 18 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 338/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 338/2012

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES

Contratada : CITOLAB - JULIA ARAUJO TORRES ME

Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 26/2010

Recursos : Dotação: 2.107.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 306/2010 DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REMUNERADOS PELA TABELA DESCRITIVA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE - SIA/SUS, DEFINIDO PELO MINISTERIO DA SAUDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA JULIA ARAUJO TORRES ME - CITOLAB.

NAVEGANTES, 26 de Dezembro de 2012.

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 339/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 339/2012.

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.

Contratada : CENTRO DE DIAG. BOM JESUS LTDA - VERA B.TONETTO ME.

Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013.

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 26/2010.

Recursos : Dotação: 2.107.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 303/2010 DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REMUNERADOS PELA TABELA DESCRITIVA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE - SIA/SUS, DEFINIDO PELO MINISTERIO DA SAUDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES E A EMPRESA VERA BEATRIZ TONETTO ME.

NAVEGANTES, 26 de Dezembro de 2012

**Extrato Termo Aditivo Contrato Nº 340/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 340/2012

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES

Contratada : LAB. DE ANALISES CLINICAS NAVEGANTES

Vigência : Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 26/2010

Recursos : Dotação: 2.107.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 339/2010, CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REMUNERADOS PELA TABELA DESCRITIVA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE - SIA/SUS, DEFINIDO PELO MINISTERIO DA SAUDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS NAVEGANTES.

NAVEGANTES, 26 de Dezembro de 2012.



**Edital****ERRATA DO EDITAL Nº 010/2012/SMEN DE 1ª CHAMADA CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

O PREFEITO MUNIIPAL DE NAVEGANTES,, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado do Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2012 CONVOCA os concursados, por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, e por carta registrada encaminhada por endereço fornecido pelo candidato no ato da inscrição do referido Concurso para apresentação na data , hora e local de acordo com que segue abaixo:

**CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 010/2012**

EDITAL DE 1ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL , MONITORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a primeira chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público nº 001/2011 para o provimento dos cargos de, Professor(a) de Educação Infantil, Professor(a) das Series Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Ciências, Artes, Ensino Religioso, Geografia e Monitores de Educação Infantil .

**1. Da Chamada**

Serão chamados para o provimento a partir de 22 de janeiro de 2013 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso Público nº 001/2012, conforme segue:

**1.2**

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	18	20	MATUTINO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	12	20	VESPERTINO
SÉRIES FINAIS - ARTES	01	10	MATUTINO
SÉRIES FINAIS - ARTES	01	20	MAT/VESP
SÉRIES FINAIS – ENSINO RELIGIOSO	03	20	MAT/VEP
SÉRIES FINAIS – ENSINO RELIGIOSO	02	10	MAT/VESP
SÉRIES FINAIS – ENSINO RELIGIOSO	02	10	MATUTINO
SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS	02	10	MATUTINO
SÉRIES FINAIS – CIÊNCIAS	01	20	MATUTINO
SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS	03	10	VESPERTINO
SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS	01	20	VESPERTINO
SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS	01	20	MAT/VESP

SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	01	10	MATUTINO
SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	01	20	MATUTINO
SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	05	10	VESPERTINO
SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	01	20	MAT/VESP
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	07	30	MATUTINO
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	58	30	VESPERTINO

1.3 A chamada acontecerá no mês de JANEIRO do ano de 2013 no Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Avenida João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/01/2013	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - ARTES	23/01/2013	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ENSINO RELIGIOSO	23/01/2013	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – CIÊNCIAS	23/01/2013	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	23/01/2013	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	24/01/2013	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

**2 . Das Exigências para a Nomeação e Posse**

2.1 Os candidatos aprovados serão nomeados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2 Para fins de nomeação serão exigidos no ato da chamada dos candidatos os seguintes documentos:

- Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;
- 1 Foto 3X4
- 2 Cópias do documento de identidade;
- 2 Cópias do CPF;
- Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp)) ;
- 2 Cópias do Comprovante de Residência;
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);
- Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;
- Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelo médico do trabalho oficial do município; Dr. Deoclécio Marioto, agendar NAVEGANTESPREV sito a Av. Conselheiro João Gaya nº295 salas 02, 03,

04 e 05..

l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;

m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório ;

n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

o. Comprovante de residência;

p. Certidão de Nascimento dos dependentes;

q. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

r. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

s. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezessete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

t. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;

u. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

v. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação ( se o cargo exigir);

w. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

x. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público;

y. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)), da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br))

OBS: Os itens J, L, N foram anexados os Formulários para preenchimento , assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data da chamada supra citada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação e classificação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Civis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A nomeação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

2.6.A apresentação deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de notificação, e dependerá de prévia inspeção médica oficial conforme a legislação vigente, conforme indica a alínea h do item 2.2.

### 3. Dos candidatos a serem chamados

#### 3.1. Cargo: Professor de Educação Infantil

Classif.	Candidato	Data de Nascimento	Nota
1	MARINEZ DE SOUZA	29/06/1985	73,96
2	CAROLINE DA SILVA FIGUEIREDO COUTO	10/10/1983	71,94
3	LEDAIR REGINA DOS SANTOS MATHIOLA	08/05/1970	68,62
4	VITÓRIA LAURA NUNUES MALLET MARTINS	03/10/1983	68,62

5	CLEUSA CRISTINA DA CRUZ BERKENBROCK	02/10/1975	67,28
6	LIGIA GORGES	21/11/1980	67,28
7	JULIANA APARECIDA DA SILVA	28/09/1986	67,28
8	JOICE MARIA GIESELER	08/02/2012	66,62
9	ALINE GARCIA LAZZARIS	25/10/1981	65,96
10	PRISCILA CRISTINA REGIS	22/02/1984	65,96
11	ADRIANE MREIRA DA CONCEIÇÃO SANTANA	21/05/1978	64,62
12	PATRICIA LUCINDO KAFKA	17/10/1987	64,62
13	IRLEI BRANDIL TISCOSKI DA SILVA	22/08/1971	63,94
14	ROSANGELA APARECIDA ROTRERS	24/01/1966	62,62
15	KALINKA METTE FEYTH	16/03/1987	62,62
16	ALINE PAULA PEREIRA	17/01/1985	60,64
17	LUCIMAR VEQUI ANDREANI	31/01/1974	59,96
18	CRISTIANE DA ROSA LAGUNA	04/05/1987	59,96
19	JULIANA APARECIDA MICHALACK	05/10/1984	59,94
20	CARLA GOMES DE OLIVEIRA	20/07/1985	58,62
21	ESTER CORDEIRO	01/07/1965	57,30
22	ANGELITA BATISTA	03/01/1975	57,28
23	MARIANA BERNARDETE ARAGÃO	23/12/1988	57,28
24	CREUSA EDIT VERISSIMO	10/04/1966	56,62
25	LEONILDA DE SOUZA	11/12/1974	55,96
26	ANDREA APARECIDA GRITTENS	13/04/1978	55,96
27	MICHELE ALINE DE MOURA REISER	11/11/1979	55,96
28	ANTONIA ISMENIA FREIRE PINHEIRO	30/05/1981	55,96
29	ALINE ELZA ALBINO	11/11/1988	55,96
30	MARIA IZABEL EMÍLIO REBELLO	27/04/1966	54,64

#### 3.2.Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina – ARTES

Classif.	Candidato	Data de Nascimento	Nota
1	ALBERTINA MAZZI FLORES	02/03/1959	61,96
2	ROSANE DE ALMEIDA	09/01/1977	51,28

### 3.3 Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina – Ensino Religioso 10H

Classif.	Candidato	Data de Nascimento	Nota
1	JAIME LAMOGIA JUNIOR	22/02/1969	75,94
2	ANTONIO CARLOS LUIZ ARAGÃO	01/08/1971	71,28
3	ROSANGELA DA SILVA DO NASCIMENTO	20/02/1967	60,64
4	LEANDRO ZEFE-RINO	22/11/1984	50,64

### 3.4. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina - Ensino Religioso – 20H

Classif.	Candidato	Data de Nascimento	Nota
1	HERNANDE RUSSI	13/08/1965	59,96

### 3.5. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina –Ciências

Classif.	Candidato	Data de Nascimento	Nota
1	MAGDA MARÇAL BAGATINI MEDEIROS	11/01/1976	72,58
2	LUCIANA ASSMP-ÇÃO DE CARVALHO DOS SANTOS	19/05/1987	67,26
3	LETICIA TERAGI	27/05/1985	66,60
4	EDMARA GUIMARÃES BARBOZA	20/11/1986	63,94
5	JAISON JOSÉ POLICARPO	13/08/1980	57,28
6	JOYCE KARINA BALERA	20/11/1982	55,94
7	VARINA MARISTANY ANDRADE	16/11/1964	54,62
8	RAFAELA FERNANDA MENDES	25/11/1982	53,30

### 3.6. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina –Geografia

Classif.	Candidato	Data de Nascimento	Nota
1	VANIA DE SOUZA GONÇALVES	21/02/1978	59,28
2	ELI9ANE LÚCIA HORST PRETTO	25/01/1977	53,28
3	ORLANDO NAVARRO	14/09/1966	50,62

### 3.3. Cargo: Monitor de Educação Infantil

Classif.	Candidato	Data de Nascimento	Nota
1	DALVA LÚCIA SOCORRO DO NASCIMENTO	03/10/1992	86,60
2	DARLENE CARDOSO ALVES	18/03/1962	85,26
3	CAMILA SABEL	30/01/1992	85,26

4	SIRLENE DE SOUZA MARANGONI	16/07/1974	81,26
5	MIRIANE DEJANIRA INOCENCIO	19/09/1987	79,94
6	ELIZABETE XAVIER FRANCO	04/11/1974	79,92
7	LUCILENE BATISTA DE MELO	14/09/1983	78,62
8	ELIZETE GOIS CARDOSO	25/05/1986	78,60
9	MARIA DE LOURDES NICOLETI	19/05/1966	77,28
10	ELISANGELA BATISTA	05/04/1977	77,28
11	SAMARA MAELI DA SILVA	22/06/1993	77,28
12	MARIA CRISTINA DA SILVA	13/09/1974	77,26
13	VANESSA JURACI SILVA	19/08/1984	75,96
14	LOURDES MARILTA NEIDERT SEMPTICWSKI	16/01/1958	75,94
15	ELESSANDRA FERNANDES NEVES	26/08/1969	75,94
16	JULIANA RAMOS	13/02/1986	75,94
17	MIRIA ALVES BARROS	10/07/1988	75,94
18	DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUCH	01/10/1984	74,62
19	ELISANDRA ROSA ALBUQUERQUE	21/09/1985	74,62
20	LIDIANE APARECIDA DA SILVA	10/09/1986	74,62
21	BARBARA CRISTINA PEREIRA	15/08/1990	74,62
22	ANA CRISTINA AMÉRICO	24/06/1994	74,62
23	ANA LÚCIA FREIBERGER	08/06/1989	73,28
24	SIMONE PEREIRA QUEIROZ	12/10/1991	73,26
25	JOSIANE FRANCIELE FRANCEZ	23/06/1993	73,26
26	CLEUZA SCARSI ANTUNES KARAKAWA	18/05/1965	71,94
27	ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA SIQUEIRA	06/09/1977	71,94
28	EVELYN GOMES VIANA DE MACEDO SILVA	06/03/1984	71,94
29	CARINA ALVES LOURENÇO	31/03/1988	71,94
30	ZELITA CUSTÓDIO DA SILVA	22/12/1962	70,62
31	SOLANGE AMÉLIA SILVA DE SOUZA	28/11/1964	70,60
32	PRISCILA RISDEN BALECHE	18/09/1976	69,30
33	SANDRA APARECIDA MARQUES	10/01/1980	69,30

34	ANA CRISTINA MARCHESAN DA SILVA	09/05/1986	69,30
35	CLAUDETE LOPES DE ANDRADE GOUVEA	02/12/1968	69,28
36	ELIANE RUPOLO	09/12/1977	69,28
37	TANIA LILIANE PEREIRA	31/01/1982	69,28
38	NATALIA FERREIRA DA COSTA	26/12/1984	69,28
39	BIANCA DE MACEDO ALBINO	14/03/1989	69,28
40	SAMARA NASATO	29/07/1977	67,96
41	LUCIANA MENDES FURTADO	27/02/1990	67,96
42	JOSIANE FELICIO	08/11/1978	67,94
43	BRUNA ZIMERMANN	11/02/1994	67,94
44	SABRINA LOPES CORREA	08/06/1981	66,64
45	NEIDE LOPES CARDOSO	09/08/1977	66,62
46	FERNANDA DA ROSA LAGUNA	25/05/1990	66,62
47	ANDREA PEREIRA GUIMARÃES	18/02/1986	66,60
48	ROSANGELA RAMOS CORREA	25/10/1963	65,30
49	THAIS HELENA COUTO	02/01/1982	65,30
50	SANDRA MARQUES DE OLIVEIRA	02/08/1969	65,28
51	MARISA APARECIDA ALVES	09/08/1973	65,28
52	ANA CLAUDIA FREITAS	10/03/1979	65,28
53	ANDREIA DOS SANTOS	24/05/1980	65,28
54	ANGELA MARIA CIPRIANO GIMENES	02/03/1990	65,28
55	ELISANGELA BERNARDINA DA COSTA	16/07/1980	63,96
56	VANESSA DAIANE FIDELIS NEVES	09/06/1983	63,69
57	CAMILA RUBIA RUDOLFO	03/02/1986	63,96
58	CIBELE JANAINA DE SOUZA	13/08/1989	63,69
59	FRANCIELLE GONÇALVES	19/08/1990	63,69
60	DAIANE RIOS	02/08/1992	63,69
61	PALOMA PEREIRA	05/11/1992	63,69
62	FRANCIELI BAUER	26/12/1992	63,69
63	JANISLEY MARIA DA CUNHA	09/08/1993	63,69
64	JAISSON AUGUSTO DOS SANTOS	21/10/1986	63,94
65	ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS	08/07/1991	62,64

#### 4. Das Disposições Finais

4.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, e por carta registrada encaminhada por endereço fornecido pelo candidato.

4.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 28 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.762, de 20 de Dezembro de 2012.

LEI N. 3.762, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

PARQUE TECNOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Institui e da outras providencias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Parque Tecnológico do Município de Palhoça, com a finalidade de promover o fomento e o desenvolvimento econômico e social, por meio de incentivos e benefícios fiscais para as empresas de base tecnológica conforme disposições desta LEI.

Parágrafo único. Entende-se como empresa de Base tecnológica aquela que envolve a geração adaptação, ou aplicação intensiva de conhecimentos científicos e técnicos avançados e inovadores em seus processos produtos e serviços.

Art. 2º O contribuinte que realizar investimentos ou criar postos de trabalho no Parque Tecnológico do Município de Palhoça, na forma definida pelo artigo 3º desta Lei, poderá beneficiar-se dos seguintes incentivos fiscais:

I - Isenção até 80% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IP-TU, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao parque criado por esta lei;

II - Redução até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao programa de benefícios criado por esta lei;

III - Alíquota de 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços de construção civil relativos ao imóvel objeto do investimento;

IV - Alíquota de 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços prestados pelo contribuinte incluído no Parque Tecnológico.

Art. 3º A localização do Parque Tecnológico objeto desta Lei, em decorrência da audiência pública ocorrida no Jardim Eldorado, neste Município, no dia 29/11/2007, fica definida para os bairros Jardim Eldorado, Jardim das Palmeiras, Jardim Aquários, Jardim Coqueiros, Brejarú e Cidade Universitária Pedra Branca e Região



Baixada do Massiambú, e demais regiões que preencham os requisitos para configurar Parque Tecnológico.

Art. 4º Para efeito desta Lei ter-se-á o entendimento dos seguintes termos:

I - inovação: é o resultado da introdução de novidades ou aperfeiçoamentos no ambiente produtivo ou social, na forma de novos processos, bens e serviços;

II - tecnologia: é o conjunto ordenado de conhecimentos empregados na produção e comercialização de bens e serviços e integra não só os conhecimentos científicos - provenientes das ciências naturais, sociais e humanas - mas igualmente os conhecimentos empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas e tradição (oral ou escrita);

III - Ciência: é o conjunto organizado dos conhecimentos relativos ao universo, envolvendo seus fenômenos naturais, ambientais e comportamentais;

IV - processo de inovação tecnológica: é o conjunto de atividades práticas para transformar uma idéia, invenção ou oportunidade em uma solução inovadora na forma de um processo, produto, serviço ou sistema com características diferenciadas;

V - Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTI): é uma pessoa jurídica, pública ou privada, que tem como missão o ensino superior e/ou profissionalizante, a pesquisa e o desenvolvimento e/ou outra atividade de cunho científico, tecnológico ou de inovação;

VI - célula de competência em ciência, tecnologia e inovação: é um grupo de pes-quisadores especialistas em uma determinada temática científica, tecnológica ou de inovação, os quais atuam em conjunto no âmbito de uma ICTI;

VII - incubadora de empresas: é um ambiente que estimula e apóia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura básica com-partilhada, de formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de ne-gócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade, dotada de uma entidade gestora pública ou privada;

VIII - centro de inovação: é um ambiente integrado que concentra e oferece um conjunto de mecanismos e serviços de suporte ao processo de inovação tecnológica das empresas de um Arranjo Promotor de Inovação (API), constituindo-se também centro de interação empre-sarial-acadêmica para o desenvolvimento do segmento econômico;

IX - Parque Tecnológico/Inovação: é um ambiente que congrega organizações empresariais, científicas e tecnológicas estruturadas de maneira planejada, concentrada e coope-rativa para promover a cultura e a prática da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras e sua interação com ICTIs, dotado de uma entidade gestora pública ou privada;

X - Arranjo Promotor de Inovação Cluster (API): é uma ação programada e coo-perada envolvendo ICTIs, empresas e outras organizações, em determinado setor econômico especializado, visando ampliar sua capacidade de inovação, seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, dotada de uma entidade gestora pública ou privada, que atua como facilitado-ra das atividades co-operativas;

XI - empreendedorismo inovador: é a iniciativa e a capacidade de

promover a cri-ção e o desenvolvimento de empreendimentos inovadores;

XII - empresa de base tecnológica ou empresa inovadora: é a pessoa jurídica que tem a base de seus negócios dominada por suas inovações de produtos, processos ou serviços, resultados da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos;

XIII - economia verde: é uma atividade econômica que, por meio da inovação, promove a redução dos riscos ambientais e da escassez ecológica, resultando na melhora do bem-estar humano e da igualdade social; e

Art. 5º Esta Lei estabelece as normas de incentivo às atividades tecnológicas e de inovação realizadas pelas organizações e cidadãos estabelecidos ou domiciliados no município de Palhoça, visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e a melhoria dos serviços públicos municipais.

Parágrafo Único: Além das atividades estabelecidas no caput do presente artigo, esta Lei estabelecerá as normas de incentivo às atividades relacionadas ao setor aeronáutico e defesa, nas modalidades de prestação de serviço, fabricação e produção, entre outras, ressalvado o disposto na legislação federal e estadual.

Art. 6º Para a realização dos objetivos desta Lei são constituídos:

I - o Conselho Municipal de Inovação (CMI);

II - o Fundo Municipal da Inovação (FMI);

III - o Programa de Incentivo à Inovação (PII);

IV - a Rede de Promoção da Inovação (RPI);

V - o Plano de Sustentabilidade do Executivo Municipal; e

VI - o Plano de Inovação do Executivo Municipal.

Art. 7º Fica criado o Conselho Municipal de Inovação, como órgão de participa-ção direta da comunidade na administração municipal, responsável por:

I - formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

II - promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informa-ções e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já exis-tentes;

III - promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas de que trata esta LEI;

IV - contribuir na política de inovação a ser implementada pela administração pú-blica municipal, visando à qualificação dos serviços públicos municipais;

V - sugerir políticas de captação e alocação de recursos para as finalidades da pre-sente Lei Complementar;

VI - fiscalizar e avaliar o correto uso dos recursos do Fundo Municipal de Inova-ção, conforme estabelecido no art. 9º desta LEI;

VII - deliberar sobre o reconhecimento e inclusão dos Arranjos Promotores de I-novação no Sistema Municipal de Inovação e nas políticas, programas e mecanismos municipais criados para realizar os objetivos desta LEI;

VIII - acompanhar através de análise de relatório de atividades e do balanço geral a execução do Plano Municipal de Inovação e do



Plano Municipal de Sustentabilidade das unidades organizacionais do Poder Executivo Municipal;

IX - aprovar seu Regimento Interno;

X - colaborar na articulação das ações entre vários organismos públicos e privados envolvidos na formulação da política de inovação com outros municípios, estados, União;

XI - propor ao Executivo Municipal o aperfeiçoamento profissional e a introdução de métodos de trabalho e técnicas operacionais, visando à qualificação da esfera pública municipal na prestação de serviços públicos com aplicação de inovação;

XII - incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a economia verde;

XIV - promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações, através de políticas para o emprego e controle das condições de trabalho e de políticas de transição para a economia verde;

XV - deliberar sobre a criação de grupos de trabalho e/ou a instituição de projetos, visando concretizar os objetivos nesta Lei; e

XVI - fiscalizar o funcionamento do Fundo Municipal de Inovação e do Programa Municipal de Incentivo à Inovação, nos termos estabelecidos nesta LEI.

§ 1º A direção do Conselho Municipal de Inovação será exercida pelo Presidente, dois Vice-Presidentes, dois Secretários e Secretaria Executiva.

§ 2º O Secretário da Indústria, Comércio e Serviços será o Presidente nato do Conselho Municipal de Inovação.

§ 3º O Conselho Municipal de Inovação reunir-se-á ordinariamente semestralmente ou extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente ou por um terço de seus membros e deliberará por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 4º Na primeira reunião ordinária de cada início de mandato do Poder Executivo Municipal, os membros do Conselho Municipal de Inovação elegerão seus 1º e 2º Vice-Presidentes e 1º e 2º Secretários.

§ 5º O exercício de qualquer cargo de direção ou membro do Conselho Municipal de Inovação não será remunerado e será considerado relevante serviço público.

Art. 8º O Conselho Municipal de Inovação será constituído por:

I - Secretário da Indústria, Comércio e Serviços (Presidente Nato);

II - 01 (um) representante Business ICMS;

III - 01 (um) representante da área de ensino e pesquisa;

IV - 01 (um) representante da área de parques e incubadoras;

V - 01 (um) representante da ACIP;

VI - 01 (um) representante do SENAI;

Art. 9º Fica criado o Fundo Municipal de Inovação (FMI), com objetivo de pro-mover atividades inovadoras para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Palhoça, sob a forma de

programas e projetos.

Art. 10. Fica instituído o incentivo fiscal através do Programa de Incentivo à Inovação (PII), a ser concedido à pessoa física ou jurídica, estabelecida no Município, de acordo com as disposições desta LEI.

Art. 11. O Fundo Municipal de Inovação (FMI) estará vinculado diretamente à Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços.

Art. 12. O Fundo Municipal de Inovação (FMI) é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, com escrituração contábil própria, de conformidade com a legislação pertinente, que efetiva o apoio financeiro, reembolsável ou não, a programas e projetos inovadores de interesse da municipalidade, assim caracterizados em conformidade à sua regulamentação.

§ 1º O apoio será para planos, estudos, projetos, programas, serviços tecnológicos e de engenharia, capacitações, eventos e outras atividades de cunho inovador que resulte em soluções de interesse para o desenvolvimento de Palhoça;

§ 2º Poderão ser proponentes pessoas físicas ou jurídicas, instituições e órgãos governamentais.

§ 3º Os recursos do Fundo Municipal de Inovação (FMI) poderão atender fluxo contínuo e a edital de chamada pública de projetos, podendo também orientar-se segundo regimento de eventual financiador/patrocinador que aportou recursos.

Art. 13. Constituem receitas do Fundo Municipal de Inovação (FMI):

I - as transferências financeiras eventualmente realizadas pelo Governo Federal e pelo Governo do estado de Santa Catarina, diretamente para o Fundo;

II - dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Prefeitura Municipal de Palhoça, quanto possível;

III - os recursos financeiros resultantes de consórcios, convênios e contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado nacional ou estrangeiro;

IV - devolução de recursos e multas decorrentes de projetos beneficiados por esta Lei, não iniciados, interrompidos, ou saldo de projetos concluídos;

V - os rendimentos provenientes de aplicações financeiras;

VI - doações, legados, contribuições em espécie, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas e jurídicas;

VII - os recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados inservíveis;

VIII - receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo; e

IX - outros recursos financeiros lícitos, de qualquer natureza, que lhe forem transferidos.

§ 1º A aplicação dos recursos financeiros dependerá da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação, sendo admitida somente nas hipóteses em que não venha a interferir ou a prejudicar as atividades do Fundo.

§ 2º Os saldos financeiros do Fundo, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos

para o exercício seguinte.

§ 3º A percepção de recursos adicionais, previstos nos incisos de III a IX deste artigo, não substitui, complementa ou altera o valor mínimo destinado ao Fundo no orçamento municipal.

Art. 14. Os recursos do Fundo Municipal de Inovação (FMI) oriundos de dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Prefeitura Municipal de Palhoça serão destinados para financiamento do desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados aos objetivos desta LEI.

Art. 15. Os recursos do Fundo poderão ser aplicados através de convênios, termos de cooperação, termos de parceria, contratos de gestão, acordos de cooperação, contratos de sub-venção, termo de outorga de auxílio financeiro, e outros instrumentos legais de contratação que vierem a ser celebrados pelo Município de Palhoça, com:

I - órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, da União, Estado e municípios ;

II - entidades privadas, atuantes como ICTI;

III - redes de entidades e empresas de direito público ou privado, participantes dos Arranjos Promotores de Inovação (APIs) credenciados, que desenvolvem projetos inovadores, sempre que os objetivos pretendidos estejam associados aos do Fundo, para a execução de projetos, atividades, serviços, aquisição de bens ou realização de eventos de interesse público do Município;

IV - pesquisadores com interveniência de sua ICTI ou empresa, ou autônomos; e

§ 1º Os convênios, termos de cooperação ou acordos de cooperação, poderão prever a destinação de até dez por cento do valor total dos recursos financeiros concedidos à execução do projeto, para cobertura de despesas operacionais e administrativas, desde devidamente comprovadas as referidas despesas.

§ 2º Os planos de trabalho poderão ser alterados mediante proposta, devidamente justificada e formalizada por meio de aditamento.

§ 3º Será permitida, em caso de projeto cujo arranjo institucional envolva em sua execução mais de uma instituição, a transferência de recursos da conta bancária individualizada do convênio, termo de cooperação, termo de parceria, contrato de gestão ou do acordo de cooperação, para contas bancárias específicas do convênio, sob gestão de outros partícipes, que serão responsáveis diretos pela gestão financeira desses recursos, visando a execução do projeto, cabendo ao conveniente ou acordante destinatário desses recursos apresentar a prestação de contas consolidada à concedente.

§ 4º Será permitida a utilização de ressarcimento de despesas referentes a vencimentos e obrigações patronais, desde que haja comprovação dos gastos efetuados.

§ 5º Caso ocorra atraso na liberação de recursos durante a vigência do instrumento, os gastos previstos no plano de trabalho, relativos às parcelas em atraso, eventualmente antecipadas pelo conveniado, poderão ser ressarcidos, desde que necessários à continuidade do projeto.

§ 6º A concedente analisará a prestação de contas do convênio ou equivalente.

§ 7º Poderá a concedente prorrogar a vigência do convênio, termo de cooperação ou acordo de cooperação, na mesma medida de

eventual atraso na liberação dos recursos.

Art. 16. É vedada a inclusão nos instrumentos a serem celebrados, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I - pagar a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta concedente, por serviços, salvo nas hipóteses expressamente previstas em leis específicas;

II - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento;

IV - transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

V - o pagamento, inclusive com os recursos de contrapartida, de gratificação, consultoria, assessoria, assistência técnica ou qualquer outra espécie de remuneração e respectivas obrigações patronais a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal da concedente;

VI - a transferência de recursos para igrejas, cultos religiosos, instituições de caridade ou sindicatos de categoria econômica ou profissional;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo de caráter educativo, informativo ou de orientação social, na qual não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho.

Parágrafo único. O Fundo financiará até cem por cento do valor pleiteado de cada projeto aprovado.

Art. 17. O projeto contemplado pelo Fundo deverá compreender contrapartida social, na forma de amplo acesso físico e econômico ao produto e/ou serviço resultante.

Parágrafo único. A contrapartida poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e/ou não financeiros.

Art. 18. O Poder Executivo Municipal através do Presidente do Conselho Municipal de Inovação, enviará à Câmara Municipal relatório anual sobre a gestão do Fundo.

Art. 19. Serão aplicadas ao Fundo as normas legais de controle, prestação e tomada de contas estabelecidas pelos órgãos de controle interno da Prefeitura Municipal de Palhoça, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 20. Através de certames públicos poderão ser contemplados projetos inovadores, que tenham como objetivo resultado de impacto para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município.

Art. 21. As propostas selecionadas poderão ser implementadas por meio de encomendas parciais ou ordens de serviço, especificando as razões da escolha, em especial a criticidade e/ou a especificidade do tema, a singularidade da instituição ou a existência de competência restrita, podendo ter, entre outras características, a vinculação a prioridade de programas de governo e/ou programas estratégicos da área de ciência, tecnologia e inovação ou a urgência no seu desenvolvimento e/ou implementação.

Art. 22. São condições para celebração de convênio, termo de cooperação, acordo de cooperação ou subvenção o atendimento às disposições legais, aplicáveis aos referidos instrumentos.

Art. 23. É vedada a celebração de convênios, termos de parceria ou acordos de cooperação ou outros instrumentos contratuais:

I - com entidades que tenham como dirigentes, proprietários ou controladores:

a) membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas do Estado, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

b) servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; e

c) com entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não comprovem dispor de condições técnicas para executar o objeto do convênio, acordo de cooperação, termo de parceria ou instrumento contratual aplicável.

Parágrafo único. Para fins de contratação e execução do objeto conveniado, é possível o consórcio de instituições de pesquisa e desenvolvimento e empresas, de direito público ou privado, sendo o repasse de recursos a todos os partícipes executores, realizado conforme previsto no plano de trabalho.

Art. 24. A Prefeitura Municipal de Palhoça, em matéria de seu interesse, poderá contratar, na forma da Lei 8.666 de 1993 e suas alterações, empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento que envolvam risco tecnológico para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador.

§ 1º Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, prorrogar seu prazo de duração ou elaborar relatório final dando-o por encerrado.

§ 2º O pagamento decorrente da contratação prevista no caput deste artigo, quando for o caso, será efetuado proporcionalmente ao resultado obtido nas atividades de pesquisa e desenvolvimento pactuadas.

§ 3º O instrumento de contrato deverá prever etapas de execução que permitam verificação de cumprimento das parcelas de execução.

Art. 25. Visando a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações promovidas pelo Município serão observadas as disposições da Lei nº 8.666 de 1993, com redação que lhes foi dada pela Lei Federal nº 12.349 de 2010 (Lei da Inovação).

Art. 26. Na aplicação do disposto nesta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I - priorizar ações que visem dotar o sistema produtivo municipal de recursos humanos adicionais e capacitação tecnológica específica, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Inovação; e

II - atender a programas e projetos de estímulo à inovação na defesa às questões socioambientais do município.

Art. 27. O Município de Palhoça, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão:

I - participar do capital social de sociedade ou associar-se à entidade dotada de personalidade jurídica própria caracterizada como jardim botânico e iniciativas similares, ou criada para geri-los;

II - participar na qualidade de cotista de fundos mútuos de investimento com re-gistro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas cuja atividade principal seja a inovação tecnológica, conforme regulamentação e nos termos da legislação vigente, observados os limites legais de utilização de recursos públicos;

III - participar do capital social de sociedade de propósito específico, visando o desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para a obtenção de produto ou processo inovador de interesse econômico ou social; e

IV - participar de sociedade cuja finalidade seja aportar capital em empresas que nestas explorem criação desenvolvida no âmbito de Instituição de Ciência Tecnológica e Inovação ou cuja finalidade seja aportar capital.

Parágrafo único. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação, na forma da Lei Federal nº 10.973 de 2004, salvo pactuado de forma distinta pelas partes, em instrumento jurídico próprio.

Art. 28. As autarquias e as fundações municipais definidas como Instituição de Ciência Tecnológica e Inovação deverão promover o ajuste de seus estatutos aos fins previstos na Lei Federal nº 10.973 de 2004 e nesta LEI.

Art. 29. O Poder Executivo regulamentará esta Lei naquilo que for necessário.

Parágrafo único. Competirá ao Secretário de Indústria e Comércio estabelecer portarias e instruções complementares sobre a matéria regulada nesta Lei, bem como resolver os casos omissos.

Art. 30 Revoga-se a Lei nº 2.776, de 31 de janeiro de 2008.

Art. 31 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 20 de dezembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3.768, de 21 de Dezembro de 2012.**

LEI Nº 3.768, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 1022, de 25 de maio de 2000, que denomina servidão Maria José de Melo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 1.022, de 25 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada de SERVIDÃO MARIA JOSÉ DE MELO, Via Pública, situada na localidade do ARIRIÚ, Município de Palhoça." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 21 de dezembro de 2012.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.769, de 21 de Dezembro de 2012.**

LEI Nº. 3.769, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO ATLETA PRATICANTE DE JIU-JITSU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Atleta praticante de Jiu-Jítsu, a ser co-memorado no dia 23 de abril de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 21 de dezembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.770, de 21 de Dezembro de 2012.**

LEI Nº. 3.770, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DOS POLICIAIS MILITARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a primeira semana do mês de julho de cada ano, como Se-mana Municipal dos Policiais Militares.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 21 de dezembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.771, de 21 de Dezembro de 2012.**

LEI Nº. 3.771, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DOS POLICIAIS CIVIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores a-provou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a primeira semana do mês de julho de cada ano, como Se-mana Municipal dos Policiais Civis.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 21 de dezembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

**Termo Aditivo N.º070/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE PRORROGAÇÃO N.º070/2012, SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 011/2012 - Dispensa de Licitação n.º 018/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BANRISUL SERVIÇOS LTDA. OBJETO: fica prorrogado o contrato de prestação de serviços ate o dia 30/04/2013.

DATA: 26/12/2012.

**Convênio Nº 030, de 20 de Dezembro de 2012.**

CONVÊNIO Nº 030, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação Vida Nueva.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, ins-crito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, neste ato representado por sua gestora, Sr. MAURICIO ROQUE DA SILVA, e, de outro lado a ASSO-CIAÇÃO VIDA NUEVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 07.636.629/0001-71, com sede a Servidão Mariano José de Fraga Júnior, nº 233, Enseada de Brito, neste município, representado neste ato pelo seu Presidente ROGERIO RUBICK portador da cédula de identidade n.º 1.575.500 e CPF n.º 455.397.749-49, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 3.759, de 20, de dezembro de 2012 e Decreto Legislativo nº 245/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste Convênio, a execução do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na Modalidade de Abrigo Institucional para Pessoas em Situação de Rua. Este convênio trata-se do repasse de recurso Estadual visando à melhoria da Gestão e da prestação dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, devendo 100% (cem por cento) do valor, ser utilizado para materiais de custeio, conforme o Plano de Trabalho (Anexo I).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Tem fundamento legal, no que couber, na Lei Federal n.º 8666 de 21/06/93, Lei n.º 8742, de 07/12/93, Lei Orgânica de Assistência Social e Lei Municipal n.º 966/99 e na Resolução do CMAS nº. 10 de 06 de Setembro de 2011 (Anexo II).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO**

Para execução do presente Convênio o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, repassará a importância de R\$ 52.272,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais), a ser efetivado em 01 (uma) única parcela, tendo como objetivo exclusivo de Execução de Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à Conta do Orçamento:

PROJETO ATIVIDADE 20 - Fundo Municipal de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50. 00.00.00.00.00.0.1.0067.0 - com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

VALOR TOTAL R\$ 52.272,00

§ 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.



§ 2º - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FMAS à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FMAS

O MUNICÍPIO/FMAS obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal de Assistência Social informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FMAS os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos

de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FMAS de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/FMAS, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FMAS, com sede no endereço acima descrito, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebimento destes;

VIII - Manter conta corrente específica junto ao Banco do Estado de Santa Catarina - BESC/SA, sob o título Entidade/Municipal/FMAS/ Proteção Especial Alta Complexidade;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FMAS, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FMAS, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos da MUNICÍPIO/FMAS CMAS, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;



**CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL**

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS**

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias , contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) ofício do responsável pela Prestação de Contas,
- b) cópia do Plano de Aplicação do Projeto;
- c) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
- d) Balancete de Prestação de Contas dos Recursos Antecipados - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado, pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
- e) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;
- f) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do re-passe até a compensação dos cheques);
- g) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;
- h) Comprovações das despesas efetuadas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamentos, relatório de resumo de viagem, ordem de tráfico, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargo social e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras.
- i) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais.
- j) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação

da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

**CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS**

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMAS,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMAS,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade .

**CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO**

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FMAS, independente de procedimentos judiciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, o pre-sente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 20 de dezembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeitura Municipal

MAURICIO ROQUE DA SILVA

Secretaria Municipal de Assistência Social

ROGERIO RUBICK

Associação Vida Nueva

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Assinatura:

Assinatura

Carteira de Identidade:

Carteira Identidade

CPF:

CPF:

#### Convênio Nº 031, de 20 de Dezembro de 2012.

CONVÊNIO Nº 031, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Ação Social Paroquial de Palhoça.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ. nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, através da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, neste ato representada por sua gestora, Sra. MAURICIO ROQUE DA SILVA, e, de outro lado a AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 85.319.333/0001-30, com sede a Av. Barão do Rio Branco, nº203 - Centro, neste município, representado neste ato pelo seu Presidente PE FRANCISCO ROHLING portador da cédula de identidade nº. 911.928.-0 SSP/SC e CPF nº. 445.406.049-53, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº 3.760, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto Legislativo nº 248/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, a execução do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na Modalidade de Abrigo Institucional para Pessoas Idosas. Este convênio trata-se do repasse de recurso Estadual visando à melhoria da Gestão e da prestação dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, conforme o Plano de Trabalho (Anexo I).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamento legal, no que couber, na Lei Federal n.º 8666 de 21/06/93, Lei n.º 8742, de 07/12/93, Lei Orgânica de Assistência Social e Lei Municipal n.º 966/99 e na Resolução do CMAS nº. 10 de 06 de Setembro de 2011(Anexo II).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, repassará a importância de R\$ 52.272,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais), sendo o valor disponível em uma (01) única parcela, tendo como objetivo exclusivo à Execução de Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na Modalidade de Abrigo Institucional para Pessoas Idosas, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à Conta do Orçamento:

PROJETO ATIVIDADE 20 - Fundo Municipal de Assistência Social

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.50. 00.00.00.00.00.0.1.0067.0 - com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

VALOR TOTAL R\$ 52.272,00

§ 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao pre-sente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 2º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FMAS à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FMAS**

O MUNICÍPIO/FMAS obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal de Assistência Social informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FMAS os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FMAS de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo Cumprimento dos Prazos estabelecidos quanto à Utilização dos Recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/FMAS, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FMAS, com sede no endereço acima descrito, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebimento destes;

VIII - Manter conta corrente específica junto ao Banco do Estado de Santa Catarina - BESC/SA, sob o título Entidade/Municipal/FMAS/ Proteção Especial Alta Complexidade;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

X - Devolver ao MUNICÍPIO/FMAS, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XI - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FMAS, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FMAS todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIII - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XIV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigente;

È vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

**CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL**

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XIV da Cláusula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS**

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 dias (30 dias), contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

a) ofício do responsável pela Prestação de Contas,

b) cópia do Plano de Aplicação do Projeto;

c) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

d) Balancete de Prestação de Contas dos Recursos Antecipados - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado, pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

e) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

f) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

g) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

h) Comprovantes das despesas efetuadas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamentos, relatório de resumo de viagem, ordem de tráfico, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargo social e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras.

i) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais.

j) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pe-lo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula:

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento da terceira parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da segunda parcela. Após o recebimento da terceira parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (3) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Resolução do CMAS,

III - Anexo III - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,

b) Estatuto Social da Entidade,

c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMAS,

d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,

e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade.

#### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FMAS, independente de procedimentos judiciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo:

Palhoça, 20 de dezembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeitura Municipal

MAURICIO ROQUE DA SILVA  
Secretaria Municipal de Assistência Social

PADRE FRANCISCO ROHLING  
Ação Social Paroquial de Palhoça

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CPF:

Nome:

Assinatura

Carteira Identidade

CPF:



**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 245/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 245/2012.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO VIDA NUEVA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Associação Vida Nueva, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 251/2012

**Decreto Legislativo Nº 246/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 246/2012.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria Municipal de Saúde, e a Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 250/2012

**Decreto Legislativo Nº 247/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 247/2012.

APROVA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO REAL DE USO Nº 002/2010, QUE ENTRE SI FAZEM CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O INSTITUTO ATLETAS DA NATUREZA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Primeiro Termo Aditivo ao contrato de concessão real de uso nº 002/2010, que entre si fazem celebram o Município de Palhoça e o Instituto Atletas da Natureza, cuja alteração do objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 247/2012

**Decreto Legislativo Nº 248/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 248/2012.

APROVA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DE PALHOÇA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social e a Ação Social Paroquial de Palhoça, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 252/2012

**Decreto Legislativo Nº 249/2012**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 249/2012.

APROVA TERMO DE CONCESSÃO REAL DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL CERÂMICA SILVEIRA FUTEBOL CLUBE.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Concessão Real de Uso que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação Esportiva Recreativa e Cultural Cerâmica Silveira Futebol Clube, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.



Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2012.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 253/2012

### **Projeto de Lei Nº 1.087/2012**

PROJETO DE LEI Nº 1.087/2012.

UTILIDADE PÚBLICA. Grupo da Terceira Idade Nova Esperança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo da Terceira Idade Nova Esperança, inscrita no CNPJ sob nº 14.803.375/0001-02, com sede e foro nesta cidade e município de Palhoça, sito na rua Manoel Cândido Vicente, nº 137, bairro Jaqueira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 1.124/2012**

PROJETO DE LEI Nº 1.124/2012.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, e da Lei Orgânica do Município, esta Lei Fixa as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2013, nela compreendendo:

I - As prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual;

II - A estrutura dos orçamentos fiscais;

III - As diretrizes para a elaboração, alteração e execução dos orçamentos fiscais do município;

IV - As disposições sobre a dívida pública municipal;

V - As disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - As disposições sobre as alterações na legislação tributária municipal;

VII - As disposições gerais.

### **I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013, são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2010 a 2013, aprovado pela Lei nº. 3.046 de 01 de julho de 2009 e alterações posteriores, outras prioridades apresentadas pelas reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o Exercício de 2013, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas definidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo no entanto, em limites à programação das despesas.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no parágrafo 2º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

§ 3º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do Exercício de 2013 o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 3º A Proposta Orçamentária do Município de Palhoça, relativa ao exercício de 2013, deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, justiça social e o da transparência social:

I - o princípio de justiça social, implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária, contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos municípios mais necessitados.

II - o princípio da transparência social, requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

### **II - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º A Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2013, abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo, Fundos, Fundações, Autarquias e será elaborada levando-se em conta a estrutura organizacional do Município, atual e suas possíveis alterações.

Art. 5º A Proposta Orçamentária para o exercício de 2013, evidenciará as Receitas por rubricas e as respectivas Despesas, por modalidade de aplicação, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operação especial de cada unidade gestora na forma dos anexos parte integrante desta LEI.

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas; Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

II - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, Funções e Sub-Funções de Governo;

III - Programa de Trabalho de Governo; Programa de Trabalho de Governo; (Consolidação)

IV - Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-funções, conforme o vínculo dos Recursos; Demonstrativo da Despesa Por Órgãos e Funções;

V - Demonstrativo da Evolução da Receita; Demonstrativo da Evolução da Despesa;

VI - Discriminação das Receitas;

VII - Discriminação das Despesas;

VIII - Proposta da Receita;

IX - Proposta da Despesa;

X - Relatório dos Projetos/ Atividades

XI - Demonstrativo da Despesa por Órgão Conforme Vinculo e Recursos

XII - Demonstrativo da Despesa por Órgão Unidade e Categorias Econômicas

XIII - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional-programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

XIV - Demonstrativo da Evolução da Receita, por fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Parágrafo Único. As Propostas dos Orçamentos, da Prefeitura, dos Fundos, das Fundações, das Autarquias, integrantes do Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Parágrafo Único. Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, detalhando-os em modalidades de aplicação direta, com seus respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação governamental.

Art. 7º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei do Orçamento conterá:

I - O Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2010 e 2011, Fixada para 2012 e Projetada para

2013, 2014 e 2015;

II - O Quadro Demonstrativo das Estimativas de Renúncia de Receita para o exercício de 2013;

III - O Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa por Função de Governo nos exercícios de 2010 e 2011, Fixada para 2012 e Projetada para 2013; 2014 e 2015

IV - O Quadro Demonstrativo da Despesa e sua evolução nos exercícios de 2010 e 2011, Fixada para 2012 e Projetada para o exercício de 2013;

V - O Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas no exercício

VI - O Quadro Demonstrativo dos Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

VII - O Quadro Demonstrativo dos Recursos destinados à Saúde

VIII - O Quadro Demonstrativo da Composição do Ativo e do Passivo

IX - O Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação 2010, 2011 e 2012, e projeção 2013.

X - O Demonstrativo das Medidas de Compensação de Renúncia de Receita e/ou Aumento de Despesas não Obrigatórias de Caráter Continuado.

XI - Quadro Demonstrativo das Despesas Previstas na Lei de Diretrizes Orçamentária

Art. 8º Além da observância das prioridades dispostas nesta Lei, definidas como metas de despesas e receitas constantes dos anexos parte integrante desta Lei, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2013, poderá contemplar novos programas, projetos, atividades e operações especiais referentes a despesas obrigatórias de duração continuada, se:

I - Tiverem sido adequadamente atendidos todos os projetos, atividades e operações especiais que estejam em andamento;

II - Tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio da administração pública municipal;

III - Tiverem sido adequadamente apropriadas suas fontes de recursos.

Parágrafo Único. As prioridades citadas no "caput" deste artigo e as definidas no Anexo I desta Lei, poderão ser alteradas em função de mudanças e prioridades da Administração Pública Municipal.

III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 9º Os estudos para definição da Previsão da Receita para o exercício de 2013, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico e vegetativo, sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 10. Se a receita estimada para o exercício de 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o

comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para dentre outras, as seguintes despesas abaixo:

I - Redução das contratações temporárias;

II - Redução dos cargos comissionados;

III - Racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos, horas extras;

IV - Redução dos gastos com obras e manutenção das entidades da Administração Direta e Indireta;

V - Contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio e de capital.

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes dos Anexos desta Lei.

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do provável superávit financeiro do exercício de 2013, orçamento corrente, ou de créditos adicionais, abertos por excesso de arrecadação, exceto os itens de recursos vinculados ou de convênios.

Art. 13. O Orçamento para o exercício de 2013, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida Prevista, destinados a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais previstos nos Anexos desta Lei, dentre outros imprevistos e imprevisíveis, além da necessidade da obtenção de resultado primário positivo, se for o caso.

§ 1º Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevistos e imprevisíveis, entre outros, os processos e ações de servidores municipais em trâmite, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados aos riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 15 de dezembro de 2013, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com insuficiência de saldo.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual,

Parágrafo único. Para os investimentos que ultrapassarem o prazo citado no caput, deverá ser encaminhado Projeto de Lei a Câmara Municipal de Vereadores para adequação do PPA e da LDO.

Art. 15. O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, inclusive do Poder Legislativo, a Programação Financeira das Receitas e Despesas, o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para as Unidades Gestoras, observando, em relação às despesas constantes deste cronograma, a necessidade de limitação de empenhos e movimentação financeira, para obtenção das metas de resultado e o equilíbrio das contas.

Parágrafo Único. Se na programação das despesas, estas,

ultrapassarem os limites da arrecadação de receitas, o Executivo, e o Legislativo fará a limitação de empenhos e a movimentação financeira, na proporção necessária, para cada Entidade que compõe o Orçamento Municipal, respeitando as exclusões dispostas na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Art. 16. Os projetos, atividades e operações especiais com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros recursos vinculados, somente serão executados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão.

Art. 17. As renúncias de receitas, estimadas para o exercício financeiro de 2013, são as constantes dos Anexos desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo na previsão da receita.

Art. 18. Para efeito do disposto no parágrafo 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00, serão consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I, do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 ou suas alterações, devidamente atualizadas.

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído e/ou iniciado, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20. Despesas de competência de outros Entes da Federação, só serão assumidas pela Administração Municipal, quando firmadas por convênios, acordos ou ajustes e previstas na Lei Orçamentária.

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2012, a preços correntes, acrescidas do índice inflacionário previsto e da expectativa de crescimento vegetativo.

Art. 22. A Lei Orçamentária para o exercício de 2013, contemplará autorizações do Legislativo ao Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares.

Art. 23. Os recursos de convênios ou vinculados não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais especiais, suplementares ou especiais, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 24. Para apuração do excesso de arrecadação, consideram-se apenas os recursos próprios oriundos de itens de receitas próprias, separando-se portanto os de natureza vinculada ou decorrentes de convênios identificado por fonte de recursos vinculados.

Parágrafo Único. Para efeito deste artigo consideram-se recursos próprios, os provenientes das receitas tributárias, taxas, as contribuições, as patrimoniais, as transferências constitucionais, as oriundas de outras receitas correntes e as receitas dos recursos diretamente arrecadados.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos programas/projetos, atividades e operações especiais no Orçamento Fiscal e na LDO e no Plano Plurianual, na forma de créditos adicionais especiais, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

§ 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 2013, conterá autorização para o Executivo Municipal remanejar, programa, projeto, atividade e operação especial, dotações das suas respectivas

modalidades de despesas com aplicação direta.

§ 2º A Lei Orçamentária para o exercício de 2013, conterá autorização para que o Executivo Municipal crie novas modalidades de despesas quanto a sua natureza, , fontes de recursos e seus respectivos valores), afim de ajustar às necessidades dos /programa/projeto/atividade da Administração Municipal.

§ 3º Os saldos das dotações provenientes de créditos adicionais especiais, abertos nos quatro últimos meses do exercício de 2012, poderão ser reabertos por Decreto do Executivo Municipal, para o próximo exercício.

Art. 26. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades, dependerá de Lei autorizativa específica e beneficiará somente aquelas de caráter assistencial, educacional, cultural, esporte amador, saúde e de cooperação técnica.

Art. 27. Para habilitar-se ao recebimento de recursos públicos, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar, dentre outros documentos, declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2013, por autoridades locais, e comprovante de regularidade de sua diretoria.

Art. 28. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 29. A celebração de convênios para a concessão de subvenção social e auxílio, para despesa de capital, é restrita a entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades nas áreas social e educacional, esportiva, cultural, ressaltando-se os convênios e contratos firmados com cooperativas ou associações comunitárias ou de produção, para repasse de recurso Federal, Estadual ou Municipal, observadas as exigências da legislação em vigor, e condicionada:

I - Ao reconhecimento como de utilidade pública, através de Lei Municipal;

II - A comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente;

III - A aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado da prestação de contas dos recursos de que trata este artigo, recebidos em 2012;

IV - Ao atendimento ao disposto nos artigos 61 e 204, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 204 da Constituição Federal.

#### IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30. Obedecidos os limites estabelecidos nas legislações vigentes, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2013, destinadas a financiar despesas previstas no Orçamento.

Art. 31. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 32. A verificação dos limites da dívida pública poderá ser feita ao final de cada semestre.

Parágrafo Único. O montante da dívida pública no exercício de 2013, não excederá os limites estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta LEI.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL E

#### ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33. O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 34. A despesa total com pessoal dos Poderes, Executivo e Legislativo, para o exercício de 2013, não excederá os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 35. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

Art. 36. Os contratos de terceirização de serviços realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão apropriados como "outras despesas com pessoal, decorrentes de contratos de terceirização".

Parágrafo Único. Para efeito no disposto deste artigo, entende-se como terceirização de serviços a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades e funções, constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal e que não envolvam a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal em pelo menos até 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas do exercício:

I - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II - Eliminação das despesas com pessoal temporário (ACTS);

III - Eliminação de despesas com horas extras;

IV - Demissão de servidores não estáveis;

V - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

VI - Demissão de servidores estáveis.

Art. 38. A verificação dos limites das despesas com pessoal poderá ser feita na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do



disposto no artigo 14, parágrafo 3º da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

§ 1º Nenhum outro benefício fiscal será concedido aos contribuintes em atraso com suas obrigações tributárias.

§ 2º Os beneficiados com o cancelamento dos créditos tributários constaram de um demonstrativo junto aos balancetes e balanço por ordem nominativa e quantitativa.

Art. 41. Os benefícios fiscais dependentes de concessão por parte do Poder Executivo, que não forem devidamente quantificados na Proposta Orçamentária poderão ser concedidos no exercício de 2013.

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não aprovar a Proposta Orçamentária, para o exercício de 2013.

§ 1º Se o Projeto de Lei do Orçamento Anual não for devolvido ao Executivo até 31 de dezembro do ano corrente de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-lo na forma original, até a devida sanção da respectiva LEI.

§ 2º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais especiais e suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2012, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos e eventos fiscais previstos no anexo desta LEI.

Art. 44. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 45. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os Governos, Federal e Estadual, através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta e a iniciativa privada, para cessão de servidores, realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 47. Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Municipal, publicando-se no Diário Oficial, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 48. As despesas oriundas de Processos Licitatórios e/ou Contratos, só poderão ser reconhecidas se as dotações consignadas para este fim, estiverem devidamente bloqueadas no Sistema Orçamentário.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### Projeto de Lei Nº 1.129/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.129/2012.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterada a Área do mapa que compõe o Anexo I do artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante na presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA	LOCAL	CROQUI	ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
Sector 02	Jardim Eldorado	01	AMS - 2 - Área Mista de Serviço

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### Projeto de Lei Nº 1.131/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.131/2012.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Área do mapa que compõe o Anexo I do artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante na presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA	LOCAL	CROQUI	ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
Sector 03	Airiú da Formiga	01	AMS - 2 - Área Mista de Serviço AMC - 4 - Área Mista Central AMC - 7 - Área Mista Central AMC - 8 - Área Mista Central

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

**Projeto de Lei Nº 1.146/2012**

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 1146/2012.

PARQUE TECNOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA. Institui e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Parque Tecnológico do Município de Palhoça, com a finalidade de promover o fomento e o desenvolvimento econômico e social, por meio de incentivos e benefícios fiscais para as empresas de base tecnológica conforme disposições desta LEI.

Parágrafo único. Entende-se como empresa de Base tecnológica aquela que envolve a geração adaptação, ou aplicação intensiva de conhecimentos científicos e técnicos avançados e inovadores em seus processos produtos e serviços.

Art. 2º O contribuinte que realizar investimentos ou criar postos de trabalho no Parque Tecnológico do Município de Palhoça, na forma definida pelo artigo 3º desta Lei, poderá beneficiar-se dos seguintes incentivos fiscais:

I - Isenção até 80% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao parque criado por esta lei;

II - Redução até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao programa de benefícios criado por esta lei;

III - Alíquota de 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços de construção civil relativos ao imóvel objeto do investimento;

IV - Alíquota de 2% (dois por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços prestados pelo contribuinte incluído no Parque Tecnológico.

Art. 3º A localização do Parque Tecnológico objeto desta Lei, em decorrência da audiência pública ocorrida no Jardim Eldorado, neste Município, no dia 29/11/2007, fica definida para os bairros Jardim Eldorado, Jardim das Palmeiras, Jardim Aquárius, Jardim Coqueiros, Brejarú e Cidade Universitária Pedra Branca e Região Baixada do Massiambú, e demais regiões que preencham os requisitos para configurar Parque Tecnológico.

Art. 4º Para efeito desta Lei ter-se-á o entendimento dos seguintes termos:

I - inovação: é o resultado da introdução de novidades ou aperfeiçoamentos no ambiente produtivo ou social, na forma de novos processos, bens e serviços;

II - tecnologia: é o conjunto ordenado de conhecimentos empregados na produção e comercialização de bens e serviços e integra não só os conhecimentos científicos - provenientes das ciências naturais, sociais e humanas - mas igualmente os conhecimentos empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas e tradição (oral ou escrita);

III - Ciência: é o conjunto organizado dos conhecimentos relativos ao universo, envolvendo seus fenômenos naturais, ambientais e comportamentais;

IV - processo de inovação tecnológica: é o conjunto de atividades práticas para transformar uma idéia, invenção ou oportunidade em uma solução inovadora na forma de um processo, produto, serviço ou sistema com características diferenciadas;

V - Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTI): é uma pessoa jurídica, pública ou privada, que tem como missão o ensino superior e/ou profissionalizante, a pesquisa e o desenvolvimento e/ou outra atividade de cunho científico, tecnológico ou de inovação;

VI - célula de competência em ciência, tecnologia e inovação: é um grupo de pesquisadores especialistas em uma determinada temática científica, tecnológica ou de inovação, os quais atuam em conjunto no âmbito de uma ICTI;

VII - incubadora de empresas: é um ambiente que estimula e apóia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura básica compartilhada, de formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de negócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade, dotada de uma entidade gestora pública ou privada;

VIII - centro de inovação: é um ambiente integrado que concentra e oferece um conjunto de mecanismos e serviços de suporte ao processo de inovação tecnológica das empresas de um Arranjo Promotor de Inovação (API), constituindo-se também centro de interação empresarial-acadêmica para o desenvolvimento do segmento econômico;

IX - Parque Tecnológico/Inovação: é um ambiente que congrega organizações empresariais, científicas e tecnológicas estruturadas de maneira planejada, concentrada e cooperativa para promover a cultura e a prática da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras e sua interação com ICTIs, dotado de uma entidade gestora pública ou privada;

X - Arranjo Promotor de Inovação Cluster (API): é uma ação programada e cooperada envolvendo ICTIs, empresas e outras organizações, em determinado setor econômico especializado, visando ampliar sua capacidade de inovação, seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, dotada de uma entidade gestora pública ou privada, que atua como facilitadora das atividades cooperativas;

XI - empreendedorismo inovador: é a iniciativa e a capacidade de promover a criação e o desenvolvimento de empreendimentos inovadores;

XII - empresa de base tecnológica ou empresa inovadora: é a pessoa jurídica que tem a base de seus negócios dominada por suas inovações de produtos, processos ou serviços, resultados da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos;

XIII - economia verde: é uma atividade econômica que, por meio da inovação, promove a redução dos riscos ambientais e da escassez ecológica, resultando na melhora do bem-estar humano e da igualdade social; e

Art. 5º Esta Lei estabelece as normas de incentivo às atividades tecnológicas e de inovação realizadas pelas organizações e cidadãos estabelecidos ou domiciliados no município de Palhoça, visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e a melhoria dos serviços públicos municipais.

Parágrafo Único: Além das atividades estabelecidas no caput do presente artigo, esta Lei estabelecerá as normas de incentivo às

atividades relacionadas ao setor aeronáutico e defesa, nas modalidades de prestação de serviço, fabricação e produção, entre outras, ressalvado o disposto na legislação federal e estadual.

Art. 6º Para a realização dos objetivos desta Lei são constituídos:

I - o Conselho Municipal de Inovação (CMI);

II - o Fundo Municipal da Inovação (FMI);

III - o Programa de Incentivo à Inovação (PII);

IV - a Rede de Promoção da Inovação (RPI);

V - o Plano de Sustentabilidade do Executivo Municipal; e

VI - o Plano de Inovação do Executivo Municipal.

Art. 7º Fica criado o Conselho Municipal de Inovação, como órgão de participação direta da comunidade na administração municipal, responsável por:

I - formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

II - promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes;

III - promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas de que trata esta LEI;

IV - contribuir na política de inovação a ser implementada pela administração pública municipal, visando à qualificação dos serviços públicos municipais;

V - sugerir políticas de captação e alocação de recursos para as finalidades da presente Lei Complementar;

VI - fiscalizar e avaliar o correto uso dos recursos do Fundo Municipal de Inovação, conforme estabelecido no art. 9º desta LEI;

VII - deliberar sobre o reconhecimento e inclusão dos Arranjos Promotores de Inovação no Sistema Municipal de Inovação e nas políticas, programas e mecanismos municipais criados para realizar os objetivos desta LEI;

VIII - acompanhar através de análise de relatório de atividades e do balanço geral a execução do Plano Municipal de Inovação e do Plano Municipal de Sustentabilidade das unidades organizacionais do Poder Executivo Municipal;

IX - aprovar seu Regimento Interno;

X - colaborar na articulação das ações entre vários organismos públicos e privados envolvidos na formulação da política de inovação com outros municípios, estados, União;

XI - propor ao Executivo Municipal o aperfeiçoamento profissional e a introdução de métodos de trabalho e técnicas operacionais, visando à qualificação da esfera pública municipal na prestação de serviços públicos com aplicação de inovação;

XII - incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a economia verde;

XIII - promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações, através de políticas para o

emprego e controle das condições de trabalho e de políticas de transição para a economia verde;

XIV - deliberar sobre a criação de grupos de trabalho e/ou a instituição de projetos, visando concretizar os objetivos nesta Lei; e

XV - fiscalizar o funcionamento do Fundo Municipal de Inovação e do Programa Municipal de Incentivo a Inovação, nos termos estabelecidos nesta LEI.

§ 1º A direção do Conselho Municipal de Inovação será exercida pelo Presidente, dois Vice-Presidentes, dois Secretários e Secretaria Executiva.

§ 2º O Secretário da Indústria, Comércio e Serviços será o Presidente nato do Conselho Municipal de Inovação.

§ 3º O Conselho Municipal de Inovação reunir-se-á ordinariamente semestralmente ou extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente ou por um terço de seus membros e deliberará por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 4º Na primeira reunião ordinária de cada início de mandato do Poder Executivo Municipal, os membros do Conselho Municipal de Inovação elegerão seus 1º e 2º Vice-Presidentes e 1º e 2º Secretários.

§ 5º O exercício de qualquer cargo de direção ou membro do Conselho Municipal de Inovação não será remunerado e será considerado relevante serviço público.

Art. 8º O Conselho Municipal de Inovação será constituído por:

I - Secretário da Indústria, Comércio e Serviços (Presidente Nato);

II - 01 (um) representante Business ICMS;

III - 01 (um) representante da área de ensino e pesquisa;

IV - 01 (um) representante da área de parques e incubadoras;

V - 01 (um) representante da ACIP;

VI - 01 (um) representante do SENAI;

Art. 9º Fica criado o Fundo Municipal de Inovação (FMI), com objetivo de promover atividades inovadoras para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Palhoça, sob a forma de programas e projetos.

Art. 10. Fica instituído o incentivo fiscal através do Programa de Incentivo à Inovação (PII), a ser concedido à pessoa física ou jurídica, estabelecida no Município, de acordo com as disposições desta LEI.

Art. 11. O Fundo Municipal de Inovação (FMI) estará vinculado diretamente à Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços.

Art. 12. O Fundo Municipal de Inovação (FMI) é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, com escrituração contábil própria, de conformidade com a legislação pertinente, que efetiva o apoio financeiro, reembolsável ou não, a programas e projetos inovadores de interesse da municipalidade, assim caracterizados em conformidade à sua regulamentação.

§ 1º O apoio será para planos, estudos, projetos, programas, serviços tecnológicos e de engenharia, capacitações, eventos e outras atividades de cunho inovador que resulte em soluções de interesse para o desenvolvimento de Palhoça;

§ 2º Poderão ser proponentes pessoas físicas ou jurídicas, instituições e órgãos governamentais.

§ 3º Os recursos do Fundo Municipal de Inovação (FMI) poderão atender fluxo contínuo e a edital de chamada pública de projetos, podendo também orientar-se segundo regramento de eventual financiador/patrocinador que aportou recursos.

Art. 13. Constituem receitas do Fundo Municipal de Inovação (FMI):

I - as transferências financeiras eventualmente realizadas pelo Governo Federal e pelo Governo do estado de Santa Catarina, diretamente para o Fundo;

II - dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Prefeitura Municipal de Palhoça, quanto possível;

III - os recursos financeiros resultantes de consórcios, convênios e contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado nacional ou estrangeiro;

IV - devolução de recursos e multas decorrentes de projetos beneficiados por esta Lei, não iniciados, interrompidos, ou saldo de projetos concluídos;

V - os rendimentos provenientes de aplicações financeiras;

VI - doações, legados, contribuições em espécie, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas e jurídicas;

VII - os recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados inservíveis;

VIII - receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo; e

IX - outros recursos financeiros lícitos, de qualquer natureza, que lhe forem transferidos.

§ 1º A aplicação dos recursos financeiros dependerá da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação, sendo admitida somente nas hipóteses em que não venha a interferir ou a prejudicar as atividades do Fundo.

§ 2º Os saldos financeiros do Fundo, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

§ 3º A percepção de recursos adicionais, previstos nos incisos de III a IX deste artigo, não substitui, complementa ou altera o valor mínimo destinado ao Fundo no orçamento municipal.

Art. 14. Os recursos do Fundo Municipal de Inovação (FMI) oriundos de dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Prefeitura Municipal de Palhoça serão destinados para financiamento do desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados aos objetivos desta Lei.

Art. 15. Os recursos do Fundo poderão ser aplicados através de convênios, termos de cooperação, termos de parceria, contratos de gestão, acordos de cooperação, contratos de subvenção, termo de outorga de auxílio financeiro, e outros instrumentos legais de contratação que vierem a ser celebrados pelo Município de Palhoça, com:

I - órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, da União, Estado e municípios ;

II - entidades privadas, atuantes como ICTI;

III - redes de entidades e empresas de direito público ou privado, participantes dos Arranjos Promotores de Inovação (APIs) credenciados, que desenvolvem projetos inovadores, sempre que os objetivos pretendidos estejam associados aos do Fundo, para a execução de projetos, atividades, serviços, aquisição de bens ou realização de eventos de interesse público do Município;

IV - pesquisadores com interveniência de sua ICTI ou empresa, ou autônomos; e

§ 1º Os convênios, termos de cooperação ou acordos de cooperação, poderão prever a destinação de até dez por cento do valor total dos recursos financeiros concedidos à execução do projeto, para cobertura de despesas operacionais e administrativas, desde devidamente comprovadas as referidas despesas.

§ 2º Os planos de trabalho poderão ser alterados mediante proposta, devidamente justificada e formalizada por meio de aditamento.

§ 3º Será permitida, em caso de projeto cujo arranjo institucional envolva em sua execução mais de uma instituição, a transferência de recursos da conta bancária individualizada do convênio, termo de cooperação, termo de parceria, contrato de gestão ou do acordo de cooperação, para contas bancárias específicas do convênio, sob gestão de outros partícipes, que serão responsáveis diretos pela gestão financeira desses recursos, visando a execução do projeto, cabendo ao conveniente ou acordante destinatário desses recursos apresentar a prestação de contas consolidada à concedente.

§ 4º Será permitida a utilização de ressarcimento de despesas referentes a vencimentos e obrigações patronais, desde que haja comprovação dos gastos efetuados.

§ 5º Caso ocorra atraso na liberação de recursos durante a vigência do instrumento, os gastos previstos no plano de trabalho, relativos às parcelas em atraso, eventualmente antecipadas pelo conveniado, poderão ser ressarcidos, desde que necessários à continuidade do projeto.

§ 6º A concedente analisará a prestação de contas do convênio ou equivalente.

§ 7º Poderá a concedente prorrogar a vigência do convênio, termo de cooperação ou acordo de cooperação, na mesma medida de eventual atraso na liberação dos recursos.

Art. 16. É vedada a inclusão nos instrumentos a serem celebrados, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I - pagar a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta concedente, por serviços, salvo nas hipóteses expressamente previstas em leis específicas;

II - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento;

IV - transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

V - o pagamento, inclusive com os recursos de contrapartida, de gratificação, consultoria, assessoria, assistência técnica ou qualquer outra espécie de remuneração e respectivas obrigações



patronais a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal da concedente;

VI - a transferência de recursos para igrejas, cultos religiosos, instituições de caridade ou sindicatos de categoria econômica ou profissional;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo de caráter educativo, informativo ou de orientação social, na qual não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho.

Parágrafo único. O Fundo financiará até cem por cento do valor pleiteado de cada projeto aprovado.

Art. 17. O projeto contemplado pelo Fundo deverá compreender contrapartida social, na forma de amplo acesso físico e econômico ao produto e/ou serviço resultante.

Parágrafo único. A contrapartida poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e/ou não financeiros.

Art. 18. O Poder Executivo Municipal através do Presidente do Conselho Municipal de Inovação, enviará à Câmara Municipal relatório anual sobre a gestão do Fundo.

Art. 19. Serão aplicadas ao Fundo as normas legais de controle, prestação e tomada de contas estabelecidas pelos órgãos de controle interno da Prefeitura Municipal de Palhoça, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 20. Através de certames públicos poderão ser contemplados projetos inovadores, que tenham como objetivo resultado de impacto para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município.

Art. 21. As propostas selecionadas poderão ser implementadas por meio de encomendas parciais ou ordens de serviço, especificando as razões da escolha, em especial a criticidade e/ou a especificidade do tema, a singularidade da instituição ou a existência de competência restrita, podendo ter, entre outras características, a vinculação a prioridade de programas de governo e/ou programas estratégicos da área de ciência, tecnologia e inovação ou a urgência no seu desenvolvimento e/ou implementação.

Art. 22. São condições para celebração de convênio, termo de cooperação, acordo de cooperação ou subvenção o atendimento às disposições legais, aplicáveis aos referidos instrumentos.

Art. 23. É vedada a celebração de convênios, termos de parceria ou acordos de cooperação ou outros instrumentos contratuais:

I - com entidades que tenham como dirigentes, proprietários ou controladores:

a) membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas do Estado, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

b) servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; e

c) com entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não comprovem dispor de condições técnicas para executar o objeto do convênio, acordo de cooperação, termo de parceria ou instrumento contratual aplicável.

Parágrafo único. Para fins de contratação e execução do objeto conveniado, é possível o consórcio de instituições de pesquisa e desenvolvimento e empresas, de direito público ou privado, sendo o repasse de recursos a todos os partícipes executores, realizado conforme previsto no plano de trabalho.

Art. 24. A Prefeitura Municipal de Palhoça, em matéria de seu interesse, poderá contratar, na forma da Lei 8.666 de 1993 e suas alterações, empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento que envolvam risco tecnológico para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador.

§ 1º Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, prorrogar seu prazo de duração ou elaborar relatório final dando-o por encerrado.

§ 2º O pagamento decorrente da contratação prevista no caput deste artigo, quando for o caso, será efetuado proporcionalmente ao resultado obtido nas atividades de pesquisa e desenvolvimento pactuadas.

§ 3º O instrumento de contrato deverá prever etapas de execução que permitam verificação de cumprimento das parcelas de execução.

Art. 25. Visando a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações promovidas pelo Município serão observadas as disposições da Lei nº 8.666 de 1993, com redação que lhes foi dada pela Lei Federal nº 12.349 de 2010 (Lei da Inovação).

Art. 26. Na aplicação do disposto nesta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I - priorizar ações que visem dotar o sistema produtivo municipal de recursos humanos adicionais e capacitação tecnológica específica, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Inovação; e

II - atender a programas e projetos de estímulo à inovação na defesa às questões socioambientais do município.

Art. 27. O Município de Palhoça, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão:

I - participar do capital social de sociedade ou associar-se à entidade dotada de personalidade jurídica própria caracterizada como jardim botânico e iniciativas similares, ou criada para geri-los;

II - participar na qualidade de cotista de fundos mútuos de investimento com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas cuja atividade principal seja a inovação tecnológica, conforme regulamentação e nos termos da legislação vigente, observados os limites legais de utilização de recursos públicos;

III - participar do capital social de sociedade de propósito específico, visando o desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para a obtenção de produto ou processo inovador de interesse econômico ou social; e

IV - participar de sociedade cuja finalidade seja aportar capital sede capital em empresas que nestas explorem criação desenvolvida no âmbito de Instituição de Ciência Tecnológica e Inovação

ou cuja finalidade seja aportar capital.

Parágrafo único. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação, na forma da Lei Federal nº 10.973 de 2004, salvo pactuado de forma distinta pelas partes, em instrumento jurídico próprio.

Art. 28. As autarquias e as fundações municipais definidas como Instituição de Ciência Tecnológica e Inovação deverão promover o ajuste de seus estatutos aos fins previstos na Lei Federal nº 10.973 de 2004 e nesta LEI.

Art. 29. O Poder Executivo regulamentará esta Lei naquilo que for necessário.

Parágrafo único. Competirá ao Secretário de Indústria e Comércio estabelecer portarias e instruções complementares sobre a matéria regulada nesta Lei, bem como resolver os casos omissos.

Art. 30 Revoga-se a Lei nº 2.776, de 31 de janeiro de 2008.

Art. 31 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### Projeto de Lei Nº 1.170/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.170/2012.

CESSÃO DE USO. Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio de Cessão de Uso com a Universidade do Sul de Santa Catarina UNISUL, visando implantar a Policlínica Municipal de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cessão de Uso com a Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, de uma edificação de 1.200 m², localizada no Centro do Município de Palhoça, para a instalação da Policlínica Municipal de Palhoça, a ser firmado sem ônus de natureza financeira para ambas as partes.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### Projeto de Lei Nº 1.171/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.171/2012.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de

Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterada a Área do mapa que compõe o Anexo I do artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante na presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA	LOCAL	CROQUI	ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
Sector 05	Praia de Fora - Marivone	01	AMC - 3 - Área Mista Central 3

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### Projeto de Lei Nº 1.172/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.172/2012.

ZONEAMENTO. Altera o Anexo I da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterada a Área do mapa que compõe o Anexo I do artigo 3º da Lei nº 16, de 07 de abril de 1993, especificada no croqui anexo, parte integrante na presente Lei, conforme quadro de Alteração de Zoneamento abaixo:

ÁREA	LOCAL	CROQUI	ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
Sector 03	Centro - Rio Grande	01	AMC - 7 - Área Mista Comercial

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### Projeto de Lei Nº 1.179/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.179/2012.

CONVÊNIO. Subvenção Social. Associação Vida Nueva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Vida Nueva, inscrita no CNPJ nº 07.636.629/0001-71, com sede a Servidão Mariano José de Fraga Júnior, n. 233, Enseada de Brito, no valor de R\$ 52.272,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais), visando a execução do Serviço de Proteção Social de Alta complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo Institucional para pessoas em situação de Rua, sendo o repasse de recurso Estadual, devendo 100% do valor, ser utilizado para materiais de custeio, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Art. 2º A despesa com a execução desta Lei, corre por conta do Projeto - Atividade 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0067.0 - com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 1.180/2012**

PROJETO DE LEI Nº 1.180/2012.

CONVÊNIO. Ação Social Paroquial de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Ação Social Paroquial de Palhoça, inscrita no CNPJ nº 85.319.333/0001-30, com sede a Avenida Barão do Rio Branco, nº 203, Centro, neste Município, no valor de R\$ 52.272,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais), visando a execução do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo Institucional para pessoas idosas, sendo o repasse de recurso Estadual, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Art. 2º A despesa com a execução desta Lei, corre por conta do Projeto - Atividade 20 - Fundo Municipal de Assistência Social - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0067.0 - com recursos provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 1.181/2012**

PROJETO DE LEI Nº 1.181/2012.

UTILIDADE PÚBLICA. Augusta e Respeitável loja Simbólica Campeche nº 2.998.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Augusta e Respeitável loja Simbólica Campeche nº 2.998, inscrita no CNPJ 01.844.671/0001-00, com sede e foro na Rua Bernardino Vaz, nº 177, 1º andar sala 02, Estreito Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 1.184/2012**

PROJETO DE LEI Nº 1.184/2012.

CONCESSÃO REAL DE USO. Autoriza o Poder Executivo a ceder direito de uso de área a A.E.R.C - Associação Esportiva Recreativa e Cultural Cerâmica Silveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso a A.E.R.C - Associação Esportiva Recreativa e Cultural Cerâmica Silveira, associação de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.831.681/0001-90, com sede na Rua Paulo José de Souza, s/n, São Sebastião, Palhoça/SC, de um imóvel, matrícula nº 28.189, no cartório de registro imóveis, sendo 01 (um) terreno situado em Cova Funda, neste município, com área de 18.645,72 m² (dezoito mil, seiscentos e quarenta e cinco metros e setenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: frente ao oeste, em 04 lances, o primeiro medindo 89,00 metros, o segundo medindo 10,50 metros, o terceiro medindo 48,70 metros e o quarto medindo 12,30 metros, onde confronta com a rua Paulo José de Souza, com terras de Amaro Coelho e com terras de José Bernardino da Rosa, fundos ao leste em 02 lances, o primeiro medindo 56,00 metros e o segundo medindo 93,00 metros com terras do espólio de Alaor Tomaz da Silveira e com herdeiros de Paulo Manoel da Silva, de um lado ao norte, em um único lance, medindo 119,50 metros, onde confronta com herdeiros de Paulo Manoel da Silva e do outro ao sul em 04 lances, o primeiro com 21,50 metros, o segundo medindo 57,40 metros, o terceiro em linha quebrada, medindo 6,00 metros, o quarto medindo 51,00 metros com terras de José Saturnino da Silva, Aldo Jesuino dos Santos, Ilma Rocha e da Mitra Metropolitana, de propriedade do espólio de Alaor Tomaz da Silveira, com a finalidade de destinação do espaço para a sede social e campo de futebol da A.E.R.C - Associação Esportiva Recreativa e Cultural Cerâmica Silveira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2012  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### **Projeto de Lei Nº 1078/2012**

PROJETO DE LEI Nº 1.078/2012.

UTILIDADE PÚBLICA. ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE AMADOR. Reedita Lei nº 3.464, de 18 de abril de 2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 3.464, de 18 de abril de 2011, fica assim reeditada:

"Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Catarinense de Esporte Amador, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Ministério da Fazenda, sob o CNPJ nº 10.566.724/001-50, localizada na Rua Alferes Tiradentes, 98, Jardim Eucaliptos, Palhoça/SC - CEP: 88.131-620." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### Projeto de Lei Nº 1086/2012

PROJETO DE LEI Nº 1.086/2012.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS. Dispõe sobre a qualificação e institui o programa de incentivo às Organizações Sociais com outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

#### CAPÍTULO I

#### DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

##### Seção I Da Instituição do Incentivo

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais, com o objetivo de fomentar a descentralização de atividades e serviços de natureza social, desempenhados por órgãos ou entidades públicas municipais, para pessoas jurídicas de direito privado, de fins não-econômicos, no caso de associações civis ou não lucrativas, no caso de fundações privadas, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à assistência social, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, prestação de serviços públicos e urbanísticos, a proteção e preservação do meio ambiente, a cultura, ao turismo, ao esporte, à saúde e ao planejamento e gestão, observadas as seguintes diretrizes:

I - adoção de critérios que assegurem a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;

II - promoção de meios que favoreçam efetiva redução de formalidades burocráticas para o acesso aos serviços;

III - adoção de mecanismos que possibilitem a integração, entre os setores públicos do Município, a sociedade e o setor privado;

IV - manutenção de sistema de programação e acompanhamento de suas atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados;

V - promoção da melhoria da eficiência e qualidade dos serviços e atividades de interesse público, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo; e

VI - redução de custos, racionalização de despesas com bens e serviços coletivos e transparência na sua alocação e utilização;

§ 1º Para efeitos desta Lei, equiparam-se às fundações privadas aquelas instituídas por Lei Municipal, com gestão privada.

§ 2º Não serão objetos de descentralização as atividades típicas do Município, exercidas por intermédio do poder de polícia.

##### Subseção I Da Qualificação

Art. 2º O Poder Executivo Municipal poderá qualificar como Organizações Sociais, pessoas jurídicas de direito privado após atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º São requisitos para que as entidades privadas referidas no

artigo 1º desta Lei habilitem-se à qualificação como Organização Social:

I - Comprovar o registro de seu ato constitutivo ou alteração posterior, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) finalidade não-econômica, no caso de associações civis ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

d) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

e) proibição de distribuição de lucros, bonificações ou vantagens de qualquer espécie ou natureza, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade, inclusive nos casos de associações civis;

f) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

g) previsão de adoção de práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumento de programação, orçamento, acompanhamento e avaliação de suas atividades.

II - Dispor, a entidade, da seguinte estrutura básica:

a) Assembléia Geral, como órgão de deliberação superior, para as associações civis;

b) Conselho Curador, Deliberativo, Superior ou de Administração, ou equivalente, como órgão de deliberação superior para as fundações privadas;

c) Diretoria, ou instância equivalente, como órgão de gestão, incluindo sua composição e atribuição; e

d) Conselho Fiscal, ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil-financeira;

III - Apresentação de ata da última eleição do Conselho de Administração, ou equivalente, e sua Diretoria;

IV - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

V - Ter a entidade aprovação, quanto ao cumprimento integral dos requisitos do inciso anterior, bem como no tocante à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do órgão municipal responsável e compatível com o seu objeto social.

§ 2º Apenas serão qualificadas como Organização Social as entidades que, efetivamente desenvolvam atividades descritas no caput do art. 1º desta Lei.

§ 3º A qualificação da entidade como Organização Social dar-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.



§ 4º As entidades qualificadas como Organizações Sociais ficam equiparadas, para todos os efeitos tributários e enquanto perdurar a autorização à entidade reconhecidas de interesse social e utilidade pública.

## Seção II Do Contrato de Gestão

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por Contrato de Gestão o instrumento firmado entre o Poder Público Municipal e a entidade qualificada como Organização Social, como acordo colaborativo, de interesse mútuo, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º desta Lei, com ênfase no alcance de resultados.

§ 1º O Contrato de Gestão terá natureza jurídica de direito público e será firmado pelos seguintes partícipes:

I - Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - Titular da Secretaria Municipal da área correspondente à atividade fomentada, na qualidade de Órgão Supervisor;

III - Dirigente máximo da entidade qualificada como Organização Social, na qualidade de Executor;

§ 2º Caso seja considerado relevante, o Contrato de Gestão poderá contar com a interveniência de outros órgãos da Administração Pública Municipal.

§ 3º Poderá ficar dispensada a licitação para a celebração dos contratos de que trata o caput deste artigo, nos termos do art. 24, inciso XXIV da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998.

§ 4º O Executivo Municipal dará publicidade, quando da decisão de firmar cada contrato de gestão, indicando as atividades que deverão ser executadas, dentre as previstas no art. 1º desta LEI.  
§ 5º Quando houver mais de uma entidade qualificada para prestar o serviço, em razão da área de atuação, será realizado processo de seleção, na forma da regulamentação.

Art. 4º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público Municipal e da organização social e após formalizado, será publicado na íntegra no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Fica dispensada a aprovação do Poder Legislativo aos Contratos de Gestão, firmados com base na presente LEI.

Art. 5º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como os princípios da Lei Orgânica do Município de Palhoça, e as seguintes diretrizes:

I - Especificação do programa de trabalho proposto e a ser executado pela organização social, que deverá conter, sem prejuízo de outras informações:

- a) os objetivos;
- b) a justificativa;
- c) a relevância econômica, social e ambiental, quando cabível;
- d) os órgãos e entidades públicos e privados envolvidos na execução;
- e) os recursos financeiros a serem aplicados e as respectivas

fontes, bem como o cronograma de desembolso;

f) os indicadores de desempenho e as metas a serem alcançadas, bem como a forma de avaliação a ser adotada;

g) a equipe técnica envolvida, com síntese do currículo dos coordenadores; e

h) prazo de execução.

II - A estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções, com recursos oriundos do Contrato de Gestão;

III - Que os bens adquiridos pela Organização Social na execução do Contrato de Gestão, ou ao seu término, em caso de rescisão ou pela extinção da entidade, incorporar-se-ão ao patrimônio do Município.

## Seção III Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 6º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou Secretaria Municipal da área de atuação correspondente à atividade fomentada, sem prejuízo dos demais controles, interno e externo do Município.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao Poder Executivo Municipal, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º A prestação de contas da entidade, inerente ao Contrato de Gestão, correspondente ao exercício financeiro, deverá ser elaborada em conformidade com as disposições legais e constitucionais que tratam da matéria, bem como o disposto no Contrato de Gestão, devendo ser encaminhada, posteriormente, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na forma da legislação aplicável.

Art. 7º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por Comissão de Avaliação e Fiscalização, indicada pelo Chefe do Executivo Municipal, observando os responsáveis pela área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 1º A Comissão deve encaminhar à Secretaria Municipal responsável pela área de atuação, com cópia ao Chefe do Executivo Municipal, relatório conclusivo sobre a Avaliação e Fiscalização procedida, dando a referida publicação oficial e ciência ao Poder Legislativo.

§ 2º A Comissão de Avaliação e Fiscalização de que trata este artigo será regulamentada por ato específico do Poder Executivo, e terá como competência, entre outras:

I - Acompanhar o desempenho da Organização Social frente ao cumprimento das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, através de relatórios periódicos, conforme estabelecido em regulamento;

II - Fiscalizar os atos dos dirigentes da Organização Social no âmbito do Contrato de Gestão, verificando o cumprimento dos seus deveres legais, estatutários e regimentais;

III - analisar e aprovar a prestação de contas anual da Organização Social, no âmbito do Contrato de Gestão, expedindo o competente parecer;

IV - Encaminhar aos órgãos setoriais de controle interno os relatórios pertinentes à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro ou ao período da gestão;

V - Aprovar os regulamentos que serão adotados para a contratação de obras e serviços no âmbito do Contrato de Gestão, bem como para compras e contratação de pessoal com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 8º Os responsáveis pela fiscalização e avaliação da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 9º Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público e/ou à Procuradoria Geral do Município de Palhoça para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro deverá atender os requisitos da Lei Processual Civil, e quando for o caso, o pedido deverá incluir a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 2º Até o término da ação, o Poder Público Municipal permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade, no âmbito do Contrato de Gestão.

## CAPÍTULO II

### DO PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Art. 10. As entidades qualificadas como Organizações Sociais, são declaradas como de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

§ 1º A desqualificação importará na perda da qualidade de interesse social e conseqüentemente de utilidade pública.

Art. 11. Para a execução das atividades previstas no Contrato de Gestão, o Executivo Municipal, poderá destinar recursos orçamentários e bens públicos necessários ao seu cumprimento, observados os limites legais.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Contrato de Gestão;

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do Contrato de Gestão parcela de recursos para compensar afastamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social;

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, podendo ser dispensada a licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do Contrato de Gestão;

§ 4º O Contrato de Gestão poderá ser firmado por período superior ao exercício fiscal e prorrogado, havendo interesse do Município, não se aplicando ao caso as regras do art. 57, da Lei nº 8.666/93;

§ 5º Em se tratando de Contrato de Gestão a ser firmado para manutenção de atividade já desenvolvida pelo Poder Público Municipal, será garantida a aplicação de valores tomando-se a média histórica de atendimentos e valores aplicados;

§ 6º Os quantitativos de recursos previstos para a execução do Contrato de Gestão poderão ser revistos periodicamente, por prazo nunca inferior a 01 (um) ano, em se tratando de tetos físicos e financeiros. O Município poderá, por meio de lei específica, criar fundo atrelados ao Contrato de Gestão.

Art. 12. Os bens móveis públicos permitidos para o uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, desde que os novos bens integrem o patrimônio do Município.

Parágrafo único. A permuta a que se refere este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Executivo Municipal.

Art. 13. O Poder Executivo Municipal poderá ceder servidor público à entidade, com ônus para a origem.

§ 1º Não será incorporado aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido, qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do Contrato de Gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

Art. 14. As pessoas que forem admitidas como empregados pela organização social, serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

## CAPÍTULO III

### DA INTERVENÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO

#### Seção I Da Intervenção

Art. 15. O Poder Executivo Municipal na hipótese de comprovado risco quanto à sua regularidade ao fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão, poderá intervir nos serviços autorizados.

Art. 16. A intervenção far-se-á mediante ato específico do Chefe do Executivo Municipal, que conterá a designação do interventor, o prazo de intervenção, seus objetivos e limites.

Art. 17. Efetivada a intervenção, o Poder Executivo Municipal deverá, no prazo de trinta dias contados da publicação do ato respectivo, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinadas na medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.

Art. 18. Ficando constatado que a intervenção não atendeu aos pressupostos legais e regulamentares previsto nesta hipótese,

deve a gestão da Organização Social retomar, de imediato, os serviços autorizados.

## Seção II Da Desqualificação

Art. 19. O Poder Executivo Municipal poderá proceder à desqualificação da entidade como Organização Social, quando:

I - Ocorrer o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão;

II - Dispuser de forma irregular ou divergente da estabelecida no contrato de gestão, referente aos recursos, bens ou servidores públicos que lhe forem destinados;

III - Incurrir em irregularidade fiscal ou trabalhista;

IV - Descumprir a normas da presente Lei, alterações posteriores e normas que a regulamentam, em especial quanto a manutenção dos requisitos para qualificação;

V - Mediante requerimento do Ministério Público e do Poder Executivo Municipal, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, a ser conduzido por Comissão Especial, devidamente designada pelo Chefe do Executivo Municipal, sendo assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório.

§ 2º Os dirigentes da organização social, são responsáveis individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 3º A desqualificação importará na imediata rescisão do Contrato de Gestão, bem como na reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo das sanções contratuais, civis, criminais e administrativas cabíveis.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. A Organização Social fará publicar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamentos aprovados pela Comissão de Avaliação e Fiscalização, contendo os procedimentos que serão adotados, no âmbito do Contrato de Gestão, para:

I - Contratação de obras e serviços;

II - Compras e contratação de pessoal; e

III - Plano de cargos e salários.

Art. 21. Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover as modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento do disposto nesta LEI.

Art. 22. As extinções e a absorção de atividades e serviços por Organizações Sociais de que trata esta Lei observaram os seguintes preceitos:

I - Os servidores integrantes dos quadros permanentes do órgão e das entidades extintas terão garantidos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo ou emprego e integrarão quadro em extinção nos órgãos, sendo facultada aos órgãos e entidades supervisoras, ao seu critério, a cessão do servidor, com ônus para a origem, à Organização Social que vier a absorver as correspondentes atividades;

II - A desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;

III - Os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão;

IV - Encerrados os processos de inventário, os cargos efetivos vagos e os em comissão serão considerados extintos; e

V - A Organização Social que tiver absorvido as atribuições das unidades extintas poderá adotar símbolos designativos destes, seguidos da identificação "OS".

Art. 23. O Executivo Municipal consignará na Lei Orçamentária Anual os recursos públicos necessários ao desenvolvimento das ações previstas nos Contratos de Gestão firmados pelo Município com as Organizações Sociais.

Art. 24. O Chefe do Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua publicação.

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei à entidade atualmente qualificadas como Organização Social, que terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequar aos regimentos estabelecidos.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### Projeto de Lei Nº 790/2011

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 790/2011.

INSTITUI A CRIAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE BIKE CROSS, COM COMPETIÇÕES NAS PISTAS A SEREM CONSTRUÍDAS PELO PODER PÚBLICO NAS LOCALIDADES CITADAS NO ART 1º DESTA LEI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1. Fica criado o projeto para a construção de uma pista de Bike Cross nas localidades de Ponte do Imaruim, Caminho Novo, Passa Vinte, Pedra Branca, Centro Palhoça, Jardim Eldorado, Enseada do Brito, Guarda do Cubatão, Guarda do Embaú, Praia de Fora, Aririu, e Madri. Com o objetivo de disponibilizar a população Palhocense, a oportunidade de participarem das competições a nível municipal na modalidade de Bike Cross.

Art. 2. São objetivos específicos do projeto.

I - Promover o esporte através da modalidade Bike cross, com interferência na formação dos participantes (crianças, jovens, adultos e idosos), educando e informando o benefício da prática esportiva para a melhoria da qualidade devida;

II - Oportunizar a todos, a participação e o conhecimento da

modalidade bike cross.

III - Integrar os participantes com suas torcidas, em um campeonato a nível municipal.

IV - Possibilitar parcerias entre a secretaria Municipal de Esporte e Lazer- através da Diretoria Municipal de Esporte- para aplicabilidade e concretização das ações desenvolvidas no campeonato bike cross palhoça, por meios de patrocínios.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - através da Diretoria Municipal de Esportes - formara uma equipe com professores, para acompanhamento e execução do Campeonato bike cross Palhoça, durante o evento.

Art. 4. O início do campeonato bike cross Palhoça será definido através de ato da secretaria de Esporte, anualmente.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta dos recursos próprios.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

### **Resolução Nº 14/2012**

RESOLUÇÃO Nº 14/2012.

CÓDIGO DE ÉTICA. Altera Disposição.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que os vereadores aprovaram e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º O artigo 31 da Resolução nº 11, de 30 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31. O conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por três membros titulares e dois suplentes, eleitos para mandato de dois anos, permitida a recondução, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária e do rodízio dos partidos políticos ou blocos parlamentares não representados.”

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2012

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.

Resolução originada do Projeto de Resolução nº15/2012

## **Passo de Torres**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 315/2012**

DECRETO Nº.315 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade do Fundo Municipal de Saúde, abaixo discriminado, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Atividade: 2031 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (16) - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Atividade: 2031 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (12) - Transf a Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 40.000,00

Total R\$ 40.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 04 de novembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de novembro 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº 316/2012**

DECRETO Nº.316 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que



lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso I da Lei Nº 784/2011;

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 2.313,52 (dois mil trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o Exercício de 2012:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2031 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE 3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (13) - Aplicações Diretas R\$ 2.313,52  
Total R\$ 2.313,52

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta do provável excesso de arrecadação, proveniente de recursos do PAB - Recurso 64.

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 04 de dezembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de dezembro de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

### Decreto Nº 317/2012

DECRETO Nº 317 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Proj/Atividade: 2.003 - MANUT. DO GAB.DO PREFEITO, VICE PREF. E ASSESSORIAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (04) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Proj/Atividade: 2.003 - MANUT. DO GAB.DO PREFEITO, VICE PREF. E ASSESSORIAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (04) - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 04 de dezembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de dezembro 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

### Decreto Nº 318/2012

DECRETO Nº 318 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 8.561,79 (oito mil quinhentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj/Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

4.4.90.00.00.00.00.00.0122 (153) - Aplicações Diretas R\$ 8.561,79

Total R\$ 8.561,79

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj/Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO

3.1.90.00.00.00.00.00.0122 (152) - Aplicações Diretas R\$ 214,06

3.3.90.00.00.00.00.00.0122 (37) - Aplicações Diretas R\$ 8.347,73

Total R\$ 8.561,79

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 04 de dezembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de dezembro 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 319/2012**

DECRETO Nº. 319, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

“DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 24 de Dezembro de 2012, (Segunda - Feira) .

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo - Único - Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de dezembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de dezembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 320/2012**

DECRETO Nº. 320, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.

“DETERMINA EXPEDIENTE ESPECIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 598 de 23 de Maio de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Expediente Especial na Administração Pública Municipal, com horário das 07:00 hs às 13:00 hs no dia 31 de dezembro de 2012 (segunda-feira), com expediente interno.

Art 2º - As demais Secretarias farão ponto facultativo, e trabalharão em regime de plantão.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de dezembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de dezembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### **Decreto Nº 321/2012**

DECRETO Nº.321 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO EFETIVO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso I da Lei Nº 784/2011;

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 3.011,75 (três mil e onze reais e setenta e cinco centavos), no orçamento do Município para o Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Atividade: 2012 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR  
3.3.90.00.00.00.00.00.0060 (52) - Aplicações Diretas R\$ 3.011,75  
Total R\$ 3.011,75

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação, proveniente de recursos de Transferencia do FNDE -PNAE - Recurso 60.

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 06 de dezembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 06 de dezembro de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS  
Secretario de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 322/2012**

DECRETO Nº.322 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso I da Lei Nº 784/2011;

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, abaixo discriminado, no montante de R\$ 12.194,87 (doze mil cento e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o Exercício de 2012:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Atividade: 2031 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE  
3.3.90.00.00.00.00.00.0064 (13) - Aplicações diretas R\$ 12.194,87  
Total R\$ 12.194,87

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta do provável excesso de arrecadação, proveniente de recursos do PAB - Recurso 64.

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 14 de dezembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de dezembro de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 323/2012**

DECRETO Nº 323 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 57.457,69 (cinquenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Proj/Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO  
3.1.90.00.00.00.00.00.0122 (152) - Aplicações Diretas R\$ 57.457,69  
Total R\$ 57.457,69

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Proj/Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0122 (37) - Aplicações Diretas R\$ 52.457,69  
4.4.90.00.00.00.00.00.0122 (153) - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
Total R\$ 57.457,69

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do

presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Passo de Torres, 14 de dezembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de dezembro de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS

Secretario de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 324/2012**

DECRETO Nº. 324, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

"NOMEIA SIMONI LEAL JUSTO PARA EXERCER O CARGO DE ENFERMEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e Concurso Público 001/2011.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Simoni Leal Justo para exercer o cargo de Enfermeira, do Grupo I, Atividades de Nível Superior - ANS, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, aprovado no Concurso Público, Edital Nº 001/2011, e homologado em 06 de outubro de 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de dezembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 21 de dezembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### **Portaria Nº 105/2012**

PORTARIA Nº. 105, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012.

"CONCEDE AUMENTO DE CARGA HORÁRIA DE 20 PARA 40 HORAS, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Aumentar, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora Josiane Gomes da Costa, com aumento de salário na mesma proporção.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de dezembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 13 de dezembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

#### **Portaria Nº 106/2012**

PORTARIA Nº 106, 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JOSEANE TEIXEIRA MACIEL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença- maternidade apartir de 21/12/2012 por 180 (cento e oitenta) dias.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Gestação à servidora Publica Municipal, Joseane Teixeira Maciel, pelo período de 180 ( cento e oitenta ) dias, a contar do dia 21/12/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de dezembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de dezembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

#### **Contrato Nº 160/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

CONTRATO N.º 160/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 30/2012

O Município de Passo de Torres, CGC/MF n.º 95.782.793/0001-54, representada neste ato pela sua Prefeita Municipal, Janaina Silveira Scheffer, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TEAN WORK TREINAMENTOS LTDA - ME pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n.º 08.732.460/0001-16, situada na Rua Caetano Lummertz, 456 Comercial Executivo de Araranguá sala 211, Araranguá - SC, neste ato representada pela titular Helen Priscila Barros de Souza, doravante denominado CONTRATADA, conforme Licitação modalidade Carta Convite nº 15/2012 e de acordo com a Lei 8.666/93, e alterações introduzidas pela Lei 8.883/9494 resolvem de comum acordo aditar o contrato supra mencionado nos seguintes termos:

#### **CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO**

Fica acordado entre as partes contratantes, e de comum acordo a inclusão dos serviços de análise para aprovação de licenciamento ambiental das atividades definidas como de impacto local, nível de complexidade III, constante do anexo III da Resolução CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) 004/2008.

Mantidas as demais condições estipuladas no referido contrato.

#### **CLAUSULA SEGUNDA**

As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato em duas vias de igual teor e para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas.

Passo de Torres, 23 de novembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER  
PREFEITA MUNICIPAL  
CONTRATANTE

TEAN WORK TREINAMENTO LTDA  
CONTRATADA

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA

#### **Contrato Nº 161/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

CONTRATO Nº 161/2012

FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGOGICO

Pelo presente contrato de prestação de serviços que fazem entre si , de comum acordo, figurado de um lado a Prefeitura Municipal de Passo de Torres, CGC/MF nº 95.782.793/0001-54, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Srta. Janaina Silveira Scheffer, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 046.700.379-35, residente e domiciliada neste município, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a empresa Orleans Informática Ltda Me, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 02.315.593/0001-00, situada na Rua Barão do Rio Branco, 278, sala 01, Centro - Orleans/SC , denominada como CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação 63/2012, modalidade Carta Convite, mediante sujeição mutua as normas constantes da Lei 8.666/93 e as seguintes cláusulas:

#### **CLAUSULA PRIMEIRA**

O objeto do presente Contrato é AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO PARA USO DOS PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

#### **CLAUSULA SEGUNDA**

As despesas referentes a este contrato correrão por conta da seguinte dotação:

(37) 2.010.3.3.90.00.00.00.00.0122 - Manutenção do Ensino Básico.

#### **CLAUSULA TERCEIRA**

O Contratante pagará a importância de R\$ 72.880,40 (setenta e dois mil oitocentos e oitenta reais e quarenta centavos). Que serão pagos de acordo com nota fiscal.

#### **CLAUSULA QUARTA**

O presente contrato de prestação de serviços vigorará a partir da data da assinatura até 31/12/2012 ou até o consumo das quantidades especificadas no processo licitatório.

#### **CLAUSULA QUINTA**

Caso ocorra qualquer infração as cláusulas deste contrato, o infrator pagará a título de indenização o valor de 10% sobre o valor



do contrato.

#### CLAUSULA SEXTA

A CONTRATANTE está desobrigada de qualquer vínculo trabalhista que possam surgir em decorrência do presente contrato.

#### CLAUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato em duas vias de igual teor e para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas.

Passo de Torres, 06 de Novembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

ORLEANS INFORMATICA LTDA ME  
CONTRATADO

1a. TESTEMUNHA

Nome:

Cpf:

2a. TESTEMUNHA

Nome:

Cpf:

#### Contrato Nº 162/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

CONTRATO N.º 162/2012

FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Pelo presente contrato de prestação de serviços, que fazem entre si, de comum acordo, figurando de um lado a Prefeitura Municipal de Passo de Torres, CGC/MF n.º 95.782.793/0001-54, representada neste ato pela Prefeita Municipal Srta. Janaina Silveira Scheffer, brasileira, inscrita no CPF n.º 046.700.379-35, residente e domiciliada neste município, denominado como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Amilton Higino Teixeira Me, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ n.º 00.995.148/0001-03, Av. Municipal nº 586, BellaTorres - Passo de Torres- SC, doravante denominado CONTRATADO, em decorrência do Processo de Licitação nº 64/2012, Modalidade Pregão Presencial, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei 8.666/93 e as seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente Contrato é de AQUISIÇÃO DE AREIA (TIPO DUNA), PARA CONSTRUÇÃO DO GINASIO DE ESPORTE DEST MUNICIPIO, DEPOSITAR E ESPALHARA NO LOCAL DA OBRA.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As despesas referentes a este contrato correrão por conta da seguinte dotação:

(38) 2.010.4.4.90.00.00.00.00.0058 - Manutenção Do Ensino Básico.

#### CLAUSULA TERCEIRA

O Contratante pagará a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

#### CLAUSULA QUARTA

O presente contrato de prestação de serviços vigorará a partir da assinatura do contrato até 31/12/2012.

#### CLAUSULA QUINTA

Caso ocorra qualquer infração as cláusulas deste contrato, o

infrator pagará a título de indenização o valor de 10% sobre o valor do contrato.

#### CLAUSULA SEXTA

A CONTRATANTE está desobrigada de qualquer vínculo trabalhista que possam surgir em decorrência do presente contrato.

#### CLAUSULA SÉTIMA

As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato em duas vias de igual teor e para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas.

Passo de Torres, 06 de Dezembro de 2012.

PREFEITURA MUN. DE PASSO DE TORRES A

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

MILTON HIGINO TEIXEIRA ME

CONTRATADO

1a. TESTEMUNHA

2a. TESTEMUNHA

#### Contrato Nº 163/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

CONTRATO Nº 163/2012

FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Pelo presente contrato de prestação de serviços, que fazem entre si, de comum acordo, figurando de um lado a Prefeitura Municipal de Passo de Torres, CGC/MF n.º 95.782.793/0001-54, representada neste ato pela Prefeita Municipal em exercício Srta. Janaina Silveira Scheffer, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste município, denominada como CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa PEDRINHO CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ n.º 15.403.106/0001-03, situada na Rua do Siri, 1003, BellaTorres - Passo de Torres/SC, doravante denominado CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 65/2012, Modalidade Carta Convite, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei 8.666/93 e as seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente Contrato é AQUISIÇÃO DE DOIS PLAY- GROUNDs PARA AS CRIANÇAS DA ESCOLA VILA NOVA E MANOEL RODRIGUES DA SILVA, DESTE MUNICIPIO, EM MADEIRA DE EUCALIPTO TRATADO E SUBMETIDO AO PROCESSO DE AUTOCLAVE, MADEIRA TIPO REDONDA E TRABALHADA, IMPERMEABILIZADA CONTRA INFILTRAÇÃO DE UMIDADE, MONTADAS E FIXADAS NO LOCAL DIRETO NO SOLO EM CAIXAS DE AREIA FECHADAS NAS LATERAIS EM MADEIRA, COM AS MEDIDAS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME PROJETO.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As despesas referentes a este contrato correrão por conta da seguinte dotação:

(38) 2.010.4.4.90.00.00.00.00.0058 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

#### CLAUSULA TERCEIRA

O Contratante pagará a importância de R\$ 28.000,00(vinte e oito mil reais ). Que serão pagos de acordo com nota fiscal.

**CLAUSULA QUARTA**

O presente contrato de prestação de serviços vigorará a partir da data da assinatura até dia 31/12/2012 ou até o consumo das quantidades especificadas no processo licitatório.

**CLAUSULA QUINTA**

Caso ocorra qualquer infração as cláusulas deste contrato, o infrator pagará a título de indenização o valor de 10% sobre o valor do contrato.

**CLAUSULA SEXTA**

A CONTRATANTE está desobrigada de qualquer vínculo trabalhista que possam surgir em decorrência do presente contrato.

**CLAUSULA SÉTIMA**

As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato em duas vias de igual teor e para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas.

Passo de Torres, 07 de dezembro de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

PEDRINHO CONSTRUÇÕES LTDA ME

CONTRATADO

1a. TESTEMUNHA

Nome:

Cpf:

2a. TESTEMUNHA

Nome:

Cpf:

**Peritiba**

**PREFEITURA**

**Resumo de Edital 50/2012**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 22/2012.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 50/2012 - Pregão Presencial 22/2012, julgamento Menor Preço Por Item.

Objeto:

Aquisição de materiais de construção para melhoria e reforma do barracão I da Área Industrial.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 10 de Janeiro de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h do mesmo dia. Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 27 de Dezembro de 2012.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Prefeito Municipal

**Porto União**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 1.057/2012**

DECRETO Nº 1.057, de 26 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA,

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, do exercício de 2012, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
ATIVIDADE 0032 - Amortização e Encargos da Dívida  
MODALIDADE 4690 - 100 - Aplicações Diretas 108 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
ATIVIDADE 0032 - Amortização e Encargos da Dívida  
MODALIDADE 3290 - 100 - Aplicações Diretas 107 20.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 26 de dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Extrato de Contrato 082/2012 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 082/2012 FAS

Partes: Município de Porto União e Jackiw &amp; Jackiw Ltda.

Objeto: aquisição de material de higiene e limpeza, gêneros alimentícios e material de expediente para atendimento do programa Projovem, referente aos itens: 01, 06, 08, 09, 10, 15, 19, 27, 28, 29, 37, 48, 49, 56, 57 e 58, do edital.

Valor total: R\$ 3.919,88 ( Três mil e novecentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos).

Vigência: será até 26/03/2013.

Base legal: Pregão Presencial 025/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 26 de Dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

JACKIW &amp; JACKIW LTDA.

Contratada.

**Extrato de Contrato 083/2012 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 083/2012 FAS

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda - ME.

Objeto: aquisição de material de higiene e limpeza, gêneros alimentícios e material de expediente para atendimento do programa Projovem, referente aos itens: 03, 05, 07, 13, 14, 17, 23, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 52, 53, 54 e 59, do edital.

Valor total: R\$ 5.653,65 (Cinco mil e seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência: será até 26/03/2013.

Base legal: Pregão Presencial 025/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 26 de Dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

MERCADO KOSERA LTDA - ME.

Contratada.

**Extrato de Contrato 084/2012 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 084/2012 FAS

Partes: Município de Porto União e Cleide Bahniuk Schwaab - ME.

Objeto: aquisição de material de higiene e limpeza, gêneros alimentícios e material de expediente para atendimento do programa Projovem, referente aos itens: 24, 32, 55 e 60, do edital.

Valor total: R\$ 6.418,00 (Seis mil e quatrocentos e dezoito reais).

Vigência: será até 26/03/2013.

Base legal: Pregão Presencial 025/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 26 de Dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

CLEIDE BAHNIUK SCHWAAB - ME.

Contratada.

**Extrato de Contrato 085/2012 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 085/2012 FAS

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda.

Objeto: aquisição de material de higiene e limpeza, gêneros alimentícios e material de expediente para atendimento do programa Projovem, referente aos itens: 02, 04, 11, 12, 16, 18 e 22, do edital.

Valor total: R\$ 2.183,80 (Dois mil cento e oitenta e três reais e oitenta centavos).

Vigência: será até 26/03/2013.

Base legal: Pregão Presencial 025/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 26 de Dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

SUPERMERCADO DUKELLI LTDA.

Contratada.

**Extrato de Contrato 086/2012 FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 086/2012 FAS

Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski - ME.

Objeto: aquisição de material de higiene e limpeza, gêneros alimentícios e material de expediente para atendimento do programa Projovem, referente aos itens: 20, 21, 25, 26, 30, 35, 40, 46 e 47, do edital.

Valor total: R\$ 2.348,20 ( Dois mil e trezentos e quarenta oito reais e vinte centavos).

Vigência: será até 26/03/2013.

Base legal: Pregão Presencial 025/2012 FAS, Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 26 de Dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

LUIS KAMINSKI - ME.

Contratada.

**Extrato de Contrato 200/2012**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 200/2012

Partes: Município de Porto União e Décio Pacheco &amp; Cia Ltda.

Objeto: a execução da obra de: Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q, da Rua Arthur Caesar Jr. (trecho entre a Av. Santa Rosa e rua Prof. Weinand), com área de 1.009,90 m2 e trecho da Rua Francisco de Souza Bacelar (trechos entre a Rua Francisco de Paula Dias e Rua Gustavo Tenius de Medeiros) com área de 1.729,45 m2, perfazendo a área total de 2.739,35 m2, bairro Santa Rosa, incluindo material e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e orçamentos em anexo, de acordo com o contrato de repasse nº 0370406-15/2011/MCI-DADES/CAIXA.

Valor total R\$ 284.000,00(Duzentos e oitenta e quatro mil reais). Vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do presente Instrumento.

Base legal: Tomada de Preços 030/2012 e Lei 8.666/93

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

DÉCIO PACHECO & CIA LTDA.  
Contratada

### **Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 080/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 140/2012  
Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 080/2012

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 140/2012, conforme consta a seguir, retificação do edital, onde se lê 15 de janeiro de 2012, leia-se 15 de janeiro de 2013. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), site [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), email [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br).

Porto União SC, 28 de Dezembro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

### **Termo de Homologação da Tomada de Preços 030/2012**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 137/2012  
Tomada de Preços 030/2012  
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa  
Decio Pacheco & Cia Ltda.

Porto União SC, 18 de Dezembro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

### **Termo de Homologação do Pregão Presencial 025/2012 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 037/2012 - FAS  
Pregão Presencial 025/2012 - FAS  
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas:  
Jackiw e Jckiw Ltda;  
Mercado Kosera Ltda ME;  
Supermercado Dukelli Ltda;  
Cleide Bahniuk Schwaab - ME;  
Luis Kaminski ME.

Porto União SC, 26 de Dezembro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

## **São Bento do Sul**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 1359/12**

DECRETO Nº 1359, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$191.500,00 (cento e noventa e um e quinhentos) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(62) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 15.500,00

Atividade: 4.026 - Coordenação, Manut. Ampliação - Ensino Fund., jovens e adultos e Educação Especial

(302) 3.1.90.11.00.00.00.00.0018- Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 170.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras

(88) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo. R\$ 5.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Manutenção do Depto. Meio Ambiente e Planejamento Ambiental

(186) 3.1.91.13.00.00.00.00.0100 - Obrig. Patr. Inst. Prev Prop R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(63) 3.1.90.11.00.00.00.00.0019 - Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 15.500,00

Atividade: 4.026 - Coordenação, Manut. Ampliação - Ensino Fund., jovens e adultos e Educação Especial

(303) 3.1.90.11.00.00.00.00.0019- Venc. Vant. Fixas - PC. R\$ 170.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Manutenção da Secretaria de Obras

(91) 3.3.90.46.00.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação. R\$ 5.000,00



Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade: 02 - Meio Ambiente  
Atividade: 4.003 - Manutenção do Depto. Meio Ambiente e Planejamento Ambiental  
(195) 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1360/12**

DECRETO Nº 1360, 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo para abertura de Crédito Adicional Suplementar;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal nº 2.912/11 que autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente do Município:

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 53.150,00 (cinquenta e três mil, cento e cinquenta reais ) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, para reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 10.301.0015.2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica  
(20) 3.1.90.11.00.00.00.0002 - Venc. e Vant. Fixas - PC R\$ 50.000,00

Atividade: 10.302.0015.2.202 - Operação e Manutenção do SAMU  
(73) 3.1.90.11.00.00.00.000257 - Venc. e Vant. Fixas - PC R\$ 3.150,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados como fonte de recursos a anulação das seguintes dotações:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 10.301.0015.2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica  
(27) 3.3.90.30.00.00.00.0002 - Material de Consumo R\$ 15.000,00  
(35) 3.3.90.39.00.00.00.0002 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 35.000,00

Atividade: 2.202 Operação e Manutenção do SAMU  
(77) 3.3.90.30.00.00.00.000257 - Material de Consumo R\$ 1.000,00  
(78) 3.3.90.36.00.00.00.000257 - Outros Serv. De Terc. - PF R\$ 800,00  
(79) 3.3.90.39.00.00.00.000257 - Outros Serv. De Terc. - PJ R\$ 1.350,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 20 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1361/12**

DECRETO Nº 1361, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

ABERTO O CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3135 de 21 de dezembro de 2012  
DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 774.250,00 (setecentos e setenta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 10.302.0015.2.201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade  
(49) 3.3.90.39.00.00.00.0265 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 650.000,00

Atividade: 10.301.0015.2.101 - Estratégia da Saúde da Família  
(09) 3.1.90.11.00.00.00.0200 - Vencimentos e Vant. Fixas PC R\$ 19.150,00

(10) 3.1.90.11.00.00.00.0264 - Vencimentos e Vant. Fixas PC R\$ 100.000,00

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 - Instituto de Previdência IPRESBS

Atividade: 09.272.0019.2.062 - Manutenção e Funcionamento do IPRESBS

(2) 3.1.90.01.00.00.00.000200 - Aposent., Reserva Remun. Reforma R\$ 5.100,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais Suplementares abertos, serão utilizados como fonte de recursos o excesso de arrecadação da fonte 264.00 PMAQ no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fonte 265.61 Média e Alta Complexidade no valor de 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais) e das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 10.302.0015.2.201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade  
(50) 3.3.71.41.00.00.00.000200 - Contribuição à Consórcios R\$ 19.150,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 02 - Abastecimento de Água

Atividade: 17.512.0020.2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água  
(23) 3.1.90.11.00.00.00.000200 - Venc. Vant. Fixas - Pessoal Civil R\$ 5.100,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1362/12**

DECRETO Nº 1362, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

REAJUSTA A TARIFA DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE SÃO BENTO DO SUL.

O Prefeito Municipal, MAGNO BOLLMANN, no das atribuições

legais e:

Considerando os termos do Processo Administrativo n. 7090/2012;  
Considerando as disposições legais, especialmente o §2º do art.  
9º da Lei Federal n. 8.987/1995;

RESOLVE:

Art. 1º. A tarifa do serviço público municipal de transporte coletivo urbano de passageiros de São Bento do Sul fica revisada nos termos do Processo Administrativo n. 7090/2012 e fixada em R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) para compra antecipada e R\$ 3,00 (três reais) para pagamento da passagem embarcada.

Parágrafo único: É garantido o desconto de 20% sobre o valor da tarifa fixada no caput deste artigo aos alunos do ensino fundamental, médio, técnico e superior de São Bento do Sul-SC.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da publicação, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 27 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### Errata

ERRATA:

No art. 1º do Decreto nº 1356 de 20 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial de Municípios Edição nº 1146 de 27 de dezembro de 2012, na página 357 onde se lê "inscrito sob n. 12.144" leia-se "inscrito sob n. 12.114"

### Portaria Nº 14644/2012

PORTARIA Nº 14644, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 24 de dezembro de 2012, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARLI TERESINHA SCHROEDER TOME-LIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Educação Infantil, Nível II, Classe E, matrícula nº 1520, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 8084/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 14629/2012

PORTARIA Nº 14629, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor DARCILIO RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, na Fundação Cultural, licença prêmio.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 20/12/2012 a 18/01/2013.

Art. 3º A licença requerida é relativa ao triênio 2009/2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 14630/2012

PORTARIA Nº 14630, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANTONIO MARCOS DANIEL VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, na Secretaria Municipal de Administração, licença prêmio.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 16/12/2012 a 14/01/2013.

Art. 3º A licença requerida é relativa ao triênio 2009/2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 14631/2012

PORTARIA Nº 14631, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor NATALIO RODRIGUES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, licença prêmio.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 07/12/2012 a 05/01/2013.

Art. 3º A licença requerida é relativa ao triênio 2008/2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14632/2012**

PORTARIA Nº 14632, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 27/12/2012 a 25/01/2013.

Art. 3º A licença requerida é relativa ao triênio 2007/2010.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14633/2012**

PORTARIA Nº 14633, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora MARISOL HANNEMANN ITNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, licença prêmio em pecúnia.

Art. 2º A licença referida é relativa ao triênio 2009/2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14634/2012**

PORTARIA Nº 14634, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 7º, da Lei Municipal nº 2966/2012,

**RESOLVE:**

Reduzir a carga horária de trabalho de ELIANE ZELIA DOS SANTOS STRADIOTO, ocupante do cargo de Psicólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14635/2012**

PORTARIA Nº 14635, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 29 de outubro de 2012, Abono de Permanência à servidora MARIA ROSANE DA LUZ, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme consta no Processo nº 6942, de 24 de outubro de 2012.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2012.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14636/2012**

PORTARIA Nº 14636, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora LEONICE ROSÁ MAIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde, Auxílio Escolar, conforme a Lei Municipal nº 228/2001, artigo 68.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 01 de outubro de 2012, conforme Processo nº 6607, de 04 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14637/2012**

PORTARIA Nº 14637, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, III, "b", da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006, R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 21 de dezembro de 2012, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição ao segurado FRANCISCO SCHWETLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe D, matrícula nº 30030, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7205/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14638/2012**

PORTARIA Nº 14638, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 22 de dezembro de 2012, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado DANIEL DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, Grupo Ocupacional em Extinção I, Nível I, Classe F, matrícula nº 911, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7843/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14639/2012**

PORTARIA Nº 14639, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, III, "b", da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 22 de dezembro de 2012, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição à segurada LUZIA GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe G, matrícula nº 9510, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7425/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2012.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14640/2012**

PORTARIA Nº 14640, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

**RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal ZILA ADA TERRES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 14/12/2009 a 14/12/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14641/2012**

PORTARIA Nº 14641, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

**RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, da servidora pública municipal ANDREIA BINECK PYKOSZ, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 24/11/2009 a 24/11/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14642/2012**

PORTARIA Nº 14642, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora MERI CLAUDIA LIEBL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, licença prêmio.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 27/12/2012 a 25/01/2013.

Art. 3º A licença requerida é relativa ao triênio 2006/2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14643/2012**

PORTARIA Nº 14643, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TANIA APARECIDA DAMBROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretária de Escola, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, licença prêmio.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 27/12/2012 a 25/01/2013.

Art. 3º A licença requerida é relativa ao triênio 2006/2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14645/2012**

PORTARIA Nº 14645, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, I, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2013, aposentadoria por invalidez integral ao segurado ABEL GREIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe D, matrícula nº 24181, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6926/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14646/2012**

PORTARIA Nº 14646, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2013, aposentadoria por invalidez proporcional ao segurado ARTUR NEPPEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe D, matrícula nº 11831, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 6795/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14647/2012**

PORTARIA Nº 14647, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2013, aposentadoria por invalidez proporcional à segurada CLEONICE FRANCISCA SIEBRE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe A, matrícula nº 36366, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7036/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14648/2012**

PORTARIA Nº 14648, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2013, aposentadoria por invalidez proporcional ao segurado SERGIO ESTICA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Serviços de Pedreiro, Grupo Ocupacional II, Nível I, Classe C, matrícula nº 360 lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7032/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14649/2012**

PORTARIA Nº 14649, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2013, aposentadoria por invalidez proporcional à segurada MARIA LENIR PADILHA DA SILVA SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe A, matrícula nº 36708, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 5563/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14650/2012**

PORTARIA Nº 14650, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2013, aposentadoria por invalidez proporcional ao segurado ODE-NIR SEBASTIÃO CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, Grupo Ocupacional IV, Nível I, Classe E, matrícula nº 13500, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7028/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14651/2012**

PORTARIA Nº 14651, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2013, aposentadoria por invalidez proporcional à segurada LUCIA SOARES BUENO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe G, matrícula nº 8560, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7035/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14652/2012**

PORTARIA Nº 14652, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2013, aposentadoria por invalidez proporcional ao segurado MILTON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe B, matrícula nº 28890, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7025/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14653/2012**

PORTARIA Nº 14653, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,  
**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2013, aposentadoria por invalidez proporcional à segurada MARIA DE LOURDES FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional I, Nível I, Classe C, matrícula nº 18530, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7039/2012, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

São Bento do Sul, 21 de dezembro de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14654/2012**

PORTARIA Nº 14654, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012  
CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

**RESOLVE:**

Art. 1º Reconhecer a estabilidade funcional, em decorrência de aprovação em estágio probatório, do servidor público municipal AMARILDO EDMUNDO PICKOCZ, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 01/02/2007 a 01/02/2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 14655/2012**

PORTARIA Nº 14655, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012  
DECLARA VAGO CARGO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 31 de dezembro de 2012, o cargo de Administrador, ocupado pelo servidor LUIS ALBERTO MUHLBAUER, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 27 de dezembro de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Portarias**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 5196, de 10 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Adriana da Silva. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5197, de 10 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Celina Aparecida Dorigão Fritz. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5198, de 10 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Dirce Malachovki. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5199, de 10 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Esmael Terres. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5200, de 10 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Fabiana do Rocio Ruthes Schmidt. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5201, de 10 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Janaina Maciel. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5202, de 10 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Rosane Aparecida Ferreira. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5203, de 10 de dezembro de 2012. Concede

Alteração de Carga Horária Temporária. Rosemari Nalevaia. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5204, de 10 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Karina Ivana Keil. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5205, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Maria Evanir Tomelin Moser. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 5206, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Isolete Maria Weber Wedderhoff. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 5207, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Maria de Lourdes Nogueira. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5208, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Franquele Teresinha Bonfim Schroeder. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5209, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Leonir dos Passos Cielusinsky. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5210, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Aquelina de Fatima Roell. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5211, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Ivonete Lehnert Fagundes. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5212, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Lisandrea Bruske. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5213, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Iroaleti Bauer de Lima. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 5214, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Sonia Kachubowski de Lima. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 5215, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Sirlei Staschek Liebk. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5216, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Vera Lucia Lemos Weiss. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5217, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Luciane Raquel Rank. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5218, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção, por permuta. Oclair Carlos Silveira Sobrinho. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5219, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Bárbara Anita Fuckner. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 5220, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Karin Regina Batista Czieczek. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 5221, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Francielly de Oliveira Scherner. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5222, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Luara Karoline Arbegaus Rytchyski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5223, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Jisele da Silva Vieira. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5224, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Marcia Vieira Alves Schwirkowski. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5225, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Ana Claudia da Silva Murara. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 5226, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Rita Ines Alexi Schoeffel. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5227, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Maria Pereira de Souza. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5228, de 10 de dezembro de 2012. Concede

Remoção. Osciele Terezinha Neppel. Professor Educação Infantil. Portaria/SEMED nº 5229, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Catia Della Justina. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5230, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Simone Stiegler Neppel. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5231, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Eliane Bendlin Rossa Castanha. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5232, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Patricia Popadiuk Cordova. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5233, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Tatiane Marcelli Denez Lietz. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5234, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Iracema da Silva. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5235, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Lindacir da Veiga Utlik. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5236, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Thais Cristina Miranda. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5237, de 10 de dezembro de 2012. Concede Remoção. Marcia Sueli Weiller Pscheidt. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 5238, de 10 de dezembro de 2012. Concede Ampliação de Carga Horária. Amaury Carlos Schwarz. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5239, de 10 de dezembro de 2012. Concede Ampliação de Carga Horária. Lucineia Krohl Siqueira. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5240, de 10 de dezembro de 2012. Concede Ampliação de Carga Horária. Eliane do Rocio Grein Neumann. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5241, de 10 de dezembro de 2012. Concede Ampliação de Carga Horária. Clarice Foleto Soares. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5242, de 10 de dezembro de 2012. Concede Ampliação de Carga Horária. Grasielle Pscheidt. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5243, de 10 de dezembro de 2012. Concede Ampliação de Carga Horária. Janaina Schoeffel. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5244, de 10 de dezembro de 2012. Concede Redução de Carga Horária e Remoção. Máise Maria Schreiner Pokriwieski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5245, de 10 de dezembro de 2012. Concede Redução de Carga Horária. Sirlei Franz Neppel. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5246, de 10 de dezembro de 2012. Concede Redução de Carga Horária. Marlise Iraci Pscheidt Kohlbeck. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 5247, de 10 de dezembro de 2012. Concede Redução de Carga Horária. Viviane Henning. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 5248, de 14 de dezembro de 2012. Concede Licença Maternidade. Ana Alsir Minetto Denk. Secretária de Escola.

Portaria/SEMED nº 5249, de 14 de dezembro de 2012. Concede Auxílio Doença - INSS. Ana Paula Dranka. Professor Anos Iniciais - ACT.

Portaria/SEMED nº 5250, de 14 de dezembro de 2012. Concede Auxílio Doença - INSS. Antonio Rogerio Martins. Professor Anos Finais - ACT.

Portaria/SEMED nº 5251, de 14 de dezembro de 2012. Concede Auxílio Doença - INSS. Aurea Terezinha Terres Bueno de Oliveira. Atendente Educativo - ACT.

Portaria/SEMED nº 5252, de 14 de dezembro de 2012. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Daniele Bruske Baptista. Professor Atendente Educativo - ACT.

Portaria/SEMED nº 5253, de 14 de dezembro de 2012. Concede Auxílio Doença - INSS. Janaina Lachowicz Wolter. Professor Anos Finais - ACT.

Portaria/SEMED nº 5254, de 14 de dezembro de 2012. Concede



Licença Maternidade. Josiane Alves Gomes dos Santos. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5255, de 14 de dezembro de 2012. Concede Auxílio Doença - INSS. Scheila Batista Fragoso Meros. Professor Educação Infantil - ACT.

Portaria/SEMED nº 5256, de 14 de dezembro de 2012. Concede Auxílio Doença - INSS. Solange Hermes Menegazzo. Professor Educação Infantil - ACT.

Portaria/SEMED nº 5257, de 14 de dezembro de 2012. Concede Licença Maternidade. Sonia Aparecida Schmidt. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5258, de 14 de dezembro de 2012. Concede Auxílio Doença - INSS. Tabatha Andressa Denk Frick. Especialista em Assuntos Educacionais - ACT.

Portaria/SEMED nº 5259, de 14 de dezembro de 2012. Concede Licença Maternidade. Tatiane Carneiro Knop. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5260, de 14 de dezembro de 2012. Concede Licença Maternidade. Vilmara Ferreira Jaleski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 5261, de 14 de dezembro de 2012. Concede Auxílio Doença - INSS. Viviane de Souza. Professor Educação Infantil - ACT.

Portaria/SEMED nº 5262, de 14 de dezembro de 2012. Revoga Portaria/SEMED nº 5105/2012.

Portaria/SEMED nº 5263, de 14 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Adriano Luiz Moreira. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5264, de 14 de dezembro de 2012. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Iracema Schlogl. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 5265, de 14 de dezembro de 2012. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Vera Luci Engel Ribeiro. Auxiliar de Serviços.

SALETE BAYERL SPITZNER  
Secretária Municipal de Educação

### **Extrato Inexigibilidade Nº 70/2012**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2012

OBJETO: Prestação de serviços de atenção à pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos de acolhimento em Comunidades Terapêuticas, conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 29, publicada em 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul, de acordo com a Chamada Pública nº 69/2012.

CONTRATADO: Comunidade Terapêutica Casa Vida Ltda.  
VALOR: R\$ 52.800,00

SÃO BENTO DO SUL, 20 de dezembro de 2012.  
MARCUS MALUF  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### **Extrato Inexigibilidade Nº 71/2012**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2012

OBJETO: Prestação de serviços de atenção à pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos de acolhimento em Comunidades Terapêuticas, conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 29, publicada em 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul, de acordo com a Chamada Pública nº 69/2012.

CONTRATADO: Associação Centro Especializado em Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos - ACEPRED.  
VALOR: R\$ 52.800,00

SÃO BENTO DO SUL, 20 de dezembro de 2012.  
MARCUS MALUF  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### **Extrato Inexigibilidade Nº 72/2012**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2012

OBJETO: Prestação de serviços de atenção à pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos de acolhimento em Comunidades Terapêuticas, conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 29, publicada em 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul, de acordo com a Chamada Pública nº 69/2012.

CONTRATADO: Centro de Recuperação Nova Esperança Cerene.  
VALOR: R\$ 52.800,00

SÃO BENTO DO SUL, 20 de dezembro de 2012.  
MARCUS MALUF  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### **Justificativa Inexigibilidade Nº 70/2012**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 a Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de atenção à pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos de acolhimento em Comunidades Terapêuticas, conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 29, publicada em 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul, de acordo com a Chamada Pública nº 69/2012.

II - Contratado: COMUNIDADE TERAPÊUTICA CASA VIDA LTDA.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a Inexigibilidade de Licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do Art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Serão contratados todos os prestadores dos referidos serviços no Município e/ou região que atenderam às condições do Edital de Chamada Pública nº 69/2012, instalando-se assim a inviabilidade de competição entre os concorrentes, previstas no Caput do Artigo 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Comunidade Terapêutica Casa Vida Ltda foi credenciada através do Chamamento Público conforme Resolução RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, juntamente com as demais empresas prestadoras dos serviços no Município e/ou região, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: os preços contratados são definidos na Ficha de Programação Orçamentária (FPO), e comporta o valor total programado para o ano de 2013 em até R\$ 52.800,00 conforme produção dos serviços.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MARCUS MALUF  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**Justificativa Inexigibilidade Nº 71/2012**  
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 a Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de atenção à pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos de acolhimento em Comunidades Terapêuticas, conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 29, publicada em 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul, de acordo com a Chamada Pública nº 69/2012.

II - Contratado: ASSOCIAÇÃO CENTRO ESPECIALIZADO EM PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS - ACEPRED.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a Inexigibilidade de Licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do Art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Serão contratados todos os prestadores dos referidos serviços no Município e/ou região que atenderam às condições do Edital de Chamada Pública nº 69/2012, instalando-se assim a inviabilidade de competição entre os concorrentes, previstas no Caput do Artigo 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Associação Centro Especializado em Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos - ACEPRED foi credenciada através do Chamamento Público conforme Resolução RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, juntamente com as demais empresas prestadoras dos serviços no Município e/ou região, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: os preços contratados são definidos na Ficha de Programação Orçamentária (FPO), e comporta o valor total programado para o ano de 2013 em até R\$ 52.800,00 conforme produção dos serviços.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MARCUS MALUF  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**Justificativa Inexigibilidade Nº 72/2012**  
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 a Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de atenção à pessoas com problemas decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, mediante leitos de acolhimento em Comunidades Terapêuticas, conforme regulamento técnico da Resolução Diretora Colegiada de nº 29, publicada em 30 de junho de 2011, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul, de acordo com a Chamada Pública nº 69/2012.

II - Contratado: CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA CERENE.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a Inexigibilidade de Licitação para o fornecimento dos referidos serviços se funda no caput do Art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

Serão contratados todos os prestadores dos referidos serviços no Município e/ou região que atenderam às condições do Edital de Chamada Pública nº 69/2012, instalando-se assim a inviabilidade de competição entre os concorrentes, previstas no Caput do Artigo

25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Centro de Recuperação Nova Esperança Cerene foi credenciada através do Chamamento Público conforme Resolução RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, juntamente com as demais empresas prestadoras dos serviços no Município e/ou região, e desta forma fica evidenciada a inviabilidade de competição.

V - Justificativa do Preço: os preços contratados são definidos na Ficha de Programação Orçamentária (FPO), e comporta o valor total programado para o ano de 2013 em até R\$ 52.800,00 conforme produção dos serviços.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MARCUS MALUF  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**Extrato do Convênio Nº 030/2012**  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 030/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO - ACE, mantenedora da FACULDADE GUILHERME GUIMBALA - FGG.

DO OBJETO: Visa o desenvolvimento de ações conjuntas para a operacionalização de programas de estágio de estudantes, regularmente matriculados e com frequência efetiva nos Cursos da INSTITUIÇÃO DE ENSINO (Superior) em Unidades/Órgãos da Administração Pública Municipal do Município de São Bento do Sul, para desenvolvimento de atividades de estágio curricular obrigatório, na forma das diretrizes curriculares do MEC, proporcionando-lhes aprendizagem social, profissional e cultural, sem pagamento de bolsa-auxílio ou outra forma de contraprestação financeira por parte do MUNICÍPIO.

DA VIGÊNCIA: 01 (um) ano, a contar desta data.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2012.  
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.  
PETRÔNIO GUIMBALA, pela ACE/FGG.

**Extrato do Termo de Autorização de Uso Nº 031/2012**  
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 031/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a WBT INTERNET LTDA EPP.

DO OBJETO: A presente autorização de uso destina-se a concessão de espaço no imóvel, de propriedade do Município, localizado na Rua Estevão Busche, s/nº, Bairro 25 de Julho, no Município de São Bento do Sul - SC, exclusiva e unicamente para repetição de sinal de internet, para colocação de antenas de telecomunicações bem como uso da estrutura para eventuais ajustes e reparos.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) anos, a contar desta data.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2012.  
ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.  
BENEDITO SANTANA TORQUATO, como OUTORGADO.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4.554, de 26 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 4.554, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Altera o Decreto nº 3.878 de 08 de junho de 2009, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,

#### DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º, do Decreto nº 3.878 de 08 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel, objeto da presente desapropriação, será utilizado para fins de interligação da Rua Joalcides Angheben e lotes urbanos de interesse social.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 4.555, de 26 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 4.555, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Aprova o desmembramento de chácara e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 55, inciso XXII da Lei Orgânica Municipal, e com base no art. 1º da Lei Estadual nº 6.063, de 24 de maio de 1982, art. 12, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e Lei Municipal nº 1.157 de 06 de outubro de 1998,

CONSIDERANDO o Decreto nº 3.878, de 08 de junho de 2009, alterado pelo Decreto nº 4.554, de 26 de dezembro de 2012, que determinou a desapropriação amigável de parte da chácara nº 40, com área de 1.703,30 m2, sem benfeitorias, com Matrícula nº 14.843, do Cartório de Registro de Imóveis local, com a finalidade de interligação da Rua Joalcides Angheben e lotes urbanos de interesse social;

CONSIDERANDO a intenção da Municipalidade de destinar 230,20 m2 ao prolongamento da via de circulação Joalcides Angheben, e desmembrar a área remanescente em quatro lotes urbanos de interesse social, haja vista que referida área é situada em Zona de Especial Interesse Social, pelo fato de estar consolidado em seus arredores o Loteamento Popular São Francisco, Loteamento Popular Paludo e Loteamento Popular Cella;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de desmembramento de parte da chácara nº 40, com área de 1.703,30 m2, sem benfeitorias, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste - SC, situada no perímetro urbano, com Matrícula nº 14.843, do Cartório de Registro de Imóveis local, com as características abaixo descritas:

I - Lote urbano nº 18, Quadra 15, Série “G”, com área de 287,66 m2, com as seguintes confrontações:

a) ao NORTE, com parte da mesma chácara nº 40, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, na extensão de 17,96m;

b) ao SUL, com a Via de Circulação Pública, denominada Servidão de Passagem, na extensão de 12,10m, e em outra situação com o Lote Urbano nº 19, da Quadra nº 15, Série “G”, na extensão de 5,46 metros, ambos de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, totalizando a extensão de 17,56m;

c) ao LESTE, com parte da mesma chácara nº 40, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, na extensão de 18,52m;

e

d) ao OESTE, com o lote urbano nº 21, da Quadra nº 15, série “G”, na extensão de 15,07m, e em outra ocasião com a Via de Circulação Pública denominada Servidão de Passagem, na extensão de 3,05 metros, ambos de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, totalizando a extensão de 18,12m;

II - Lote urbano nº 19, Quadra nº 15, Série “G”, com área de 260,28 m2, com as seguintes confrontações:

a) ao NORTE: com a Via de Circulação Pública, denominada Servidão de Passagem, na extensão de 12,00m, e em outra situação com o Lote Urbano nº 18, da Quadra nº 15, Série “G”, na extensão de 5,46 metros, ambos de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, totalizando a extensão de 17,46m;

b) ao SUL: com parte da chácara nº 40, de propriedade de João Maria Ribeiro da Silva, na extensão de 17,21m;

c) ao LESTE: com parte da mesma chácara nº 40, na extensão de 16,92m;

d) ao OESTE: com o lote urbano nº 20, da Quadra nº 15, série “G”, na extensão de 14,24m, e em outra ocasião com a Via de Circulação Pública denominada Servidão de Passagem, na extensão de 3,04 metros, ambos de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, totalizando a extensão de 17,28m;

III - Lote urbano nº 20, Quadra 15, Série “G”, com área de 294,59 m2, com as seguintes confrontações:

a) ao NORTE: com a Via de Circulação Pública, denominada Servidão de Passagem, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, na extensão de 19,18m;

b) ao SUL: com parte da mesma chácara nº 40, de propriedade de João Maria Ribeiro da Silva, na extensão de 21,33m;

c) ao LESTE: com o Lote Urbano nº 19, da Quadra nº 15, Série “G”, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, na extensão de 14,24m;

d) ao OESTE: com a Rua Joalcides Angheben, na extensão de 14,80m;

IV - Lote urbano nº 21, Quadra 15, Série G, com área de 244,41 m2, com as seguintes confrontações:

a) ao NORTE: com parte da mesma chácara nº 40, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, na extensão de 15,83m;

b) ao SUL: com a Via de Circulação Pública, denominada Servidão de Passagem, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, na extensão de 17,79m;

c) ao LESTE: com o lote urbano nº 18, da Quadra nº 15, Série “G”, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, na extensão de 15,07m;

d) ao OESTE: com a Rua Joalcides Angheben, na extensão de 14,89m;

V - Via de circulação pública, denominada Servidão de Passagem, com área de 182,48 m2, com as seguintes confrontações:

a) ao NORTE: com o Lote Urbano nº 21, da Quadra nº 15, Série “G”, na extensão de 17,79m e com o Lote Urbano nº 18, da Quadra nº 15, Série “G”, na extensão de 12,10m, ambos de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, totalizando a extensão de 29,89m;

b) ao SUL: com o Lote Urbano nº 20, da Quadra nº 15, Série “G”, na extensão de 19,18m e com o Lote Urbano nº 19, da Quadra nº 15, Série “G”, na extensão de 12,00m, ambos de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, totalizando a extensão de 31,18m;



c) ao LESTE: com o Lote Urbano nº 18, da Quadra nº 15, Série "G", na extensão de 3,05m e com o Lote Urbano nº 19, da Quadra nº 15, Série "G", na extensão de 3,04m, ambos de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, totalizando a extensão de 6,09m;

d) ao OESTE: com a rua Joalcides Angheben, na extensão de 6,00m;

VI - Área remanescente, com área total de 203,68 m2, com as seguintes confrontações:

a) ao NORTE: com parte da chácara nº 40, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, na extensão de 36,914m;

b) ao SUL: com o Lote Urbano nº 21, na extensão de 15,83m e com o Lote Urbano nº 18, na extensão de 17,96m, ambos da Quadra nº 15, Série "G", de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, e, em outra situação com parte da chácara nº 40, de João Maria Ribeiro da Silva, na extensão de 3,50 metros;

c) ao LESTE: com parte da chácara nº 40, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, na extensão de 37,99m;

d) ao OESTE: com a rua Joalcides Angheben, na extensão de 2,50m e em outras duas situações com os lotes urbanos nºs 18 e 19, medindo 18,52 metros e 16,92 metros, respectivamente, ambos da Quadra nº 15, Série "G" e de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste.

§ 1º A área prevista no inciso VI é destinada ao prolongamento da via de circulação Joalcides Angheben, com a finalidade de interligação da mesma Via e dos lotes urbanos de interesse social, descritos nos incisos de I a IV, do caput deste artigo.

§ 2º Os lotes urbanos descritos nos incisos de I a IV tem a finalidade de interesse social, eis que situados em Zona de Especial Interesse Social.

Art. 2º Fazem parte deste decreto: matrícula dos imóveis e memorial descritivo.

Art. 3º O desmembramento ora aprovado deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC, em consonância com disposto na legislação em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 4.556, de 26 de Dezembro de 2012.**

DECRETO Nº 4.556, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

01.00 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000

Aplicação Direta R\$ 8.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no inciso III, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de:

01.00 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000

Aplicação Direta R\$ 8.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de dezembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 4.557, de 26 de Dezembro de 2012.**

DECRETO Nº 4.557, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e inciso II, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.1.026.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0092

203 Aplicação Direta R\$ 261.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerão a utilização do provável excesso de arrecadação em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e inciso II, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de dezembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 4.558, de 26 de Dezembro de 2012.**

DECRETO Nº 4.558, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e inciso I, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - excesso de arrecadação, no orçamento vigente, adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 23.276,76 (vinte



e três mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU  
09.01.15.451.4511.1.026.4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0089  
213 Aplicação Direta R\$ 23.276,76

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerão da utilização do superávit financeiro do exercício anterior em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 1.987, de 15 de dezembro de 2011 e inciso I, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 26 de dezembro de 2012.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº 027/2012, de 19 de Dezembro de 2012 - FMS.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2012, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2012.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: IRMÃOS PARIS LTDA ME, CNPJ nº 05.985.085/0001-28.

Objeto: prorrogar a vigência do Contrato nº 013/2012, de 27/03/2012, até 28 de fevereiro de 2013, em razão da necessidade de continuidade da prestação dos serviços contratados para o próximo exercício.

Valor: R\$ 212,50 (duzentos e doze reais e cinquenta centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais), até 28/02/2013.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Data de Assinatura: 19/12/2012.

Vigência: de 31/12/2012 a 28/02/2013.

Signatários: Tomé Francisco Etges (Prefeito Municipal) - pela contratante e Leandro Fontana - pela contratada.



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 21/12/2012****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 21/12/2012 até 21/12/2012

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		41.976,13
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	41.976,13
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	41.976,13
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	25.185,68
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	16.790,45

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 26/12/2012

---

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC 025778/O-9

---

NORIVAL JOÃO CENCI  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 26/12/2012****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

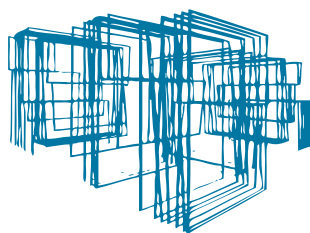
Período de: 26/12/2012 até 26/12/2012

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>269.743,64</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	263.172,74
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	202.624,82
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	202.624,82
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	121.574,89
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	50.656,21
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	30.393,72
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	13.138,54
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	13.138,54
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	47.409,38
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	47.409,38
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	47.095,86
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	47.095,86
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	28.257,52
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	18.838,34
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-40.524,96
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-40.524,96
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-40.524,96

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 27/12/2012

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



## Programa de Gestão de Obras


[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)
**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Decreto N.º 176/2012

DECRETO n.º 176/2012

Prorroga o Concurso Público, para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, correspondente ao Edital 001/2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 10, 14 e 15, da Lei Complementar nº. 05/1997.

DECRETA:

Art. 1.º Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 37,III, da Constituição da República, o Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, correspondente ao Edital 001/2010, homologado em 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de dezembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

### Portaria N.º 421/2012

PORTARIA n.º 421/2012

Concede férias ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor ARISTEU JORGE NASCIMENTO, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, férias por 30 dias que gozará a partir de 26/12/2012 a 24/01/2013, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de dezembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

### Resultado do Processo Seletivo 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Fone/ Fax: (048)3277-0122

São Pedro de Alcântara - SC

### RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO 001/2012

O Prefeito de São Pedro de Alcântara torna público a Lista de Classificação e as respectivas notas dos candidatos inscritos no

Processo Seletivo nº 01/2012.

#### 01 - TRABALHADOR BRAÇAL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPP	NF	CLASSIFICAÇÃO
17	TEREZINHA KUHN HAMMES	7,90	7,90	1
180	ALDECIO FORSTER	7,50	7,50	2
16	ALDO ERHARDT	7,10	7,10	3
10	ANTONIO CARLOS ELIAS	5,80	5,80	4

#### 02 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
59	EDNA REGINA STAHELIN	8,80	8,80	1
100	MARLI STEFENS GORGES	8,00	8,00	2
107	TEREZINHA RODRIGUES MULLER	8,00	8,00	3
109	MASELIA DA SILVA FREIBERGER	6,80	6,80	4
99	SANDRA WEBER	6,00	6,00	5

#### 04 - MOTORISTA II - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPP	NF	CLASSIFICAÇÃO
12	VALÉRIO LUIZ PAULI	10,00	10,00	1
195	JOSÉ LINO NAU	10,00	10,00	2
206	LUCIANO LOURIVAL OLIVEIRA SOUZA	10,00	10,00	3
133	VAGNER EDESON MACAGNAN	10,00	10,00	4
194	ANDRÉA CHRISTINA NUNES DE SOUZA BESEN	10,00	10,00	5
76	MARCOS AURELIO DE LIMA GIESEL	10,00	10,00	6
30	JOSIAS DE OLIVEIRA MACHADO	10,00	10,00	7
132	WILSON DA SILVA JUNIOR	9,00	9,00	8



24	EMERSON VAGNER DE SOUZA	8,50	8,50	9
228	TIAGO DE MELO	8,50	8,50	10
15	LEONARDO MOTA BELARMINO	8,50	8,50	11
67	EDSON RIOS	8,00	8,00	12
239	DEYVID AUGUSTO ALVES	8,00	8,00	13
196	ANGELO ALVES DA SILVA	7,50	7,00	14
213	ANDERSON DA SILVA LAURINDO	7,00	7,00	15
173	ALEX DE SOUZA CUNHA	6,00	6,00	16
117	MAURICIO PFLEGER	5,50	5,50	17
115	AURELIO VERLICH	5,50	5,50	18
104	EXPEDITO GUESSER	5,00	5,00	19
179	WILSON ERNESTO ROSA	5,00	5,00	20
131	EDSON UBI- R A J A R A FALTOU PRADO			
58	FELIPE BARBOSA FIALHO FALTOU			
35	JOCEMAR ROIEK LA FALTOU ZIER			
160	PATRICK DUARTE SILVA FALTOU			
226	REGINALDO FARIA MACHADO FALTOU			
90	RENATO BENJAMIN DE OLIVEIRA FALTOU			
198	ROGERIO FERREIRA FALTOU			
161	VANDIR CORRÊA FALTOU			
69	WELLINTON SANTOS FALTOU			
06 - OPERADOR DE MAQUINA II - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPP	NF	CLASSIFICAÇÃO
219	DOMINGOS MAXIMO PEREIRA	3,00	3,00	-
235	DIEGO STANGE	1,00	1,00	-
09 - AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF - CR				

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
73	AMÉLIA GUETTEN LOHN	8,80	8,80	1
220	FERNANDA FRANCENER	8,00	8,00	2
113	REINALDO JOSÉ DE BORBA	6,80	6,80	3
102	ALEXANDRA RAIMUNDO CARDOSO	5,20	5,20	4
10 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
6	MARIA DA GRAÇA RAICHE	8,40	8,40	1
5	EDITE HACK	8,00	8,00	2
11	ANA CAROLINE DA SILVA HAMES	7,60	7,60	3
151	MARINEI DE BORGES SCHEFFMACHER	7,20	7,20	4
9	SCHARLINE SUZANA GONÇALVES	6,40	6,40	5
11 - TELEFONISTA - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
143	TATIANE RODRIGUES	8,40	8,40	1
7	MAIARA REGINA BENTO	8,00	8,00	2
157	ANGELA RODRIGUES	6,80	6,80	3
12 - AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
48	CRISTIANI LUZIA BADALOTTI	8,80	8,80	1
13 - FISCAL DE TRIBUTOS - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
82	LEONARDO CELSO BUSS	9,60	9,60	1
23	MARLLON VIEIRA DE OLIVEIRA	9,60	9,60	2
169	LEANDRO KIRCHNER	8,40	8,40	3
243	LEONARDO SILVA DE OLIVEIRA	8,00	8,00	4

245	VIVIANE CONCEIÇÃO PARADEDA	8,00	8,00	5
240	MONIQUE DE MEDEIROS FIDELIS	8,00	8,00	6
137	MICHAEL GUILHERME PEREIRA DOS SANTOS	8,00	8,00	7
168	ALINE HILLESHEIM	7,60	7,60	8
77	BRUNO DANIEL ANDRADE	7,20	7,20	9
165	DILNEI SILVEIRA D'AVILA	6,80	6,80	10
106	ROBERTA PETRY	6,40	6,40	11
34	SILVIA SEVERINA JOHANN	6,40	6,40	12
50	CRISTIANO EXPEDITO BADALOTTI	6,40	6,40	13
182	SIMONE SIRLENE VERLICH	6,00	6,00	14
251	OTONIEL MESQUITA DA SILVA	5,20	5,20	15
53	LUANA BITTENCOURT	5,20	5,20	16
170	HUMBERTO KIRCHNER	5,20	5,20	17
192	ANDRÉ PERAÇA REIS	-	-	FALTOU
37	FILIFE BERNARDES	-	-	FALTOU
78	JAKELINNE ALVES MACHADO	-	-	FALTOU
154	LILIANI RODE	-	-	FALTOU
184	RENATO ZIMMERMANN	-	-	FALTOU
14 - AGENTE ADMINISTRATIVO - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
162	VALDIR ANTONIO ALVES JUNIOR	7,60	7,60	1
1	MONIKA GEORGES PHILO	7,60	7,60	2
61	ANDRE CABRAL	7,20	7,20	3
227	ALEX MULLER	7,20	7,20	4
64	KARLA SILVEIRA SILVA CORDEIRO	6,80	6,80	5

242	SIBELI DE OLIVEIRA	6,80	6,80	6
42	GRAZIELA NASCIMENTO DA ROCHA	6,80	6,80	7
62	FELIPE KURTZ RUSCHEL	6,40	6,40	8
56	LUCIANE APARECIDA EGER	6,40	6,40	9
2	BRUNA SCARLETT ALVES	6,40	6,40	10
123	TAINARA PITZ	6,40	6,40	11
253	JEDIELSON INERZIO MARTINS	6,00	6,00	12
145	ROBERTA SILVA HOFFMANN	6,00	6,00	13
33	MAGDA PATRICIA DE SOUZA	5,60	5,60	14
22	PATRICIA SILVA CONSTANTE BOSQUETTI MATEUS	5,60	5,60	15
79	DANIELA DA SILVA	5,20	5,20	16
114	ANDREIA CRISTINE STAHELIN	4,80	4,80	17
81	ANDREIA ERHARDT	4,80	4,80	18
43	ALTANIR DA PENHA LIMA	4,40	4,40	19
255	CLEIMAR DUESSMANN	3,60	3,60	-
164	DAIANE SOUZA	3,60	3,60	-
70	FRANCINE FATIMA DOS SANTOS	-	-	FALTOU
248	NANCI REGINA MOREIRA	-	-	FALTOU
237	TARSYANE ZENILDA DA SILVA	-	-	FALTOU
16 - TECNICO EM EDIFICAÇÕES - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
204	NAZARENO JORGE DOS SANTOS	8,80	8,80	1
18 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM ESF - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO

97	FLÁVIO AUGUSTO VIEIRA CARDOSO	9,20	9,20	1
18	EMERSON DE OLIVEIRA	8,80	8,80	2
178	ARIANE HAMES	7,60	7,60	3
105	SIMONE DOS SANTOS VAZ	7,20	7,20	4
19 - TECNICO EM ENFERMAGEM - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
86	PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO	8,40	8,40	1
102	CHARLES DA CUNHA	8,00	8,00	2
171	THIAGO HINCKEL	7,60	7,60	3
148	CRISTIANY DECKER	7,60	7,60	4
112	PATRICIA APARECIDA DE BORBA	7,20	7,20	5
177	JOSIAUREA MARTINS	7,20	7,20	6
172	FELIPE TOLDO SPILLER	7,20	7,20	7
201	DIVANI APARECIDA MIGUEL	6,80	6,80	8
238	JOELMA MUNIRA PEREIRA	6,80	6,80	9
40	DANIELA WILBERT	6,40	6,40	10
187	PRISCILA BECKER	6,00	6,00	11
156	ASEULI SEIDLER	6,00	6,00	12
4	SIMONE COELHO	5,60	5,60	13
96	GRAZIELA DA SILVA	5,20	5,20	14
134	JOSEANE GUILHERME HOFFMANN	4,80	4,80	15
174	EVERTON NASCIMENTO DOS SANTOS	-	-	FALTOU
14	FERNANDO CLASEN	-	-	FALTOU
93	LOURDES SILVEIRA	-	-	FALTOU
202	RUTH JUDITE FERNANDES	-	-	FALTOU

20 - POFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
32	IVONETE MARIA VENTURA	7,04	2,00	9,04
224	KARINA SILVANO	7,04	2,00	9,04
29	RAQUEL PETRY LOHN	7,04	2,00	9,04
66	MAIARA DA SILVA VENTURA	6,72	2,00	8,72
83	BRUNA HOFFMANN VENTURA	6,72	2,00	8,72
130	ANA CAROLINA JUNCES	6,72	2,00	8,72
120	EDUARDA STÄHELIN	6,72	2,00	8,72
128	VIVIANE KUHN	6,72	2,00	8,72
247	ANA CAROLINE DA CUNHA	8,00	-	8,00
19	SEZIANE TURATTO	5,44	2,00	7,44
111	FABIANA HAMES	4,80	2,00	6,8
48	LUCIANA MATOS CORDEIRO	6,72	-	6,72
13	VERA LUCIA KUHN STÄHELIN	6,08	0,60	6,68
45	IVETE FÁTIMA JACOBOSKI BALOTTI	6,40	-	6,40
95	GISELE MATIAS JUNCES DA SILVA	6,40	-	6,40
230	SCHIELA DUTRA	6,40	-	6,40
110	MARILENE DA SILVA FREIBERGER	5,76	0,40	6,16
252	KARIN FLAVIA DA SILVA	5,76	-	5,76
25	SALETE MARIA VENTURA DUTRA	5,76	-	5,76
175	JESSICA MOREIRA LACERDA DA SILVA	5,44	-	5,44
116	ADRIANA VIEIRA	5,44	-	5,44
231	MARIANA FERREIRA	4,16	-	4,16

60	ANA MADALENA DA LUZ HACK	-	-	-
22 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
244	DIÉLI HOFFMANN	6,72	2,00	8,72
190	MARICÉLIA LOHN DA SILVA	6,40	2,00	8,4
256	CLÁRIA ELIANI KNISS	6,40	2,00	8,4
225	FRANCIELE VIEIRA	6,40	2,00	8,4
188	MARILENE PETRY	6,08	2,00	8,08
176	DANIELA DA ROCHA THEISIES	5,76	2,00	7,76
141	DANIELI ELIANE NAU	5,76	2,00	7,76
88	CRISTIANE DE OLIVEIRA GOMES	5,76	-	5,76
191	JULIANA HAMES GELSLEUSTER	-	-	-
23 - PROFESSOR II - ANOS/SÉRIES INICIAIS - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
119	FERNANDA BENTA NUNES GAMA	7,36	2,00	9,36
147	LIDIANE VENTURA	6,40	2,00	8,4
31	SÍLVIA MARIA MENDES BARNABÉ	6,40	2,00	8,4
121	FABIANA HOFFMANN PRATES	5,76	2,00	7,76
24 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO ESPECIAL - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
75	CRISTIANE HOFFMANN	6,40	2,00	8,4
215	SIMONE CRISTINA VOIGT DE FREITAS CRUZ	5,76	2,00	7,76
150	SIMONE HOFFMANN	5,76	1,78	7,54
80	NEUZA MARIA GENI DA SILVA	3,20	-	-
25 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - PORTUGUÊS - CR				

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
28	PAULO HENRIQUE LOHN	7,68	2,00	9,68
229	GRASIELY TEREZINHA HOFFMANN PRIM	6,72	2,00	8,72
233	NELIZE DE ROCCO PAIVA	5,44	2,00	7,44
3	KÁSSIA SOUZA CARDONE	4,80	2,00	6,8
28 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - GEOGRAFIA - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
234	CRISTINE BORKOWSKI	7,36	-	7,36
29 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - CIÊNCIAS - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
52	SCHIELA MAGALI SEGALIN NASCIMENTO	5,76	1,28	7,04
30 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - ENSINO RELIGIOSO - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
212	JOSÉ ISMAEL DA SILVA	6,40	2,00	8,4
246	ANA CRISTINA SIQUEIRA	5,76	2,00	7,76
31 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
8	LIDIANE CORDEIRO DA SILVA JUNCES	5,44	1,20	6,64
193	THIAGO RODRIGUES	5,44	0,48	5,92
32 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO ARTES - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
63	ADELAR BAZZANELLA	7,04	-	7,04
250	DEYSE OLIVEIRA	6,72	-	6,72
33 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO INFORMÁTICA EDUCATIVA - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	NPE	NPT	NF
118	ALEXANDRE GANDOLFI FRÓES	6,08	2,00	8,08



36 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO MUSICA - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	NPE	NPT	NF
39	NEY PLATT	5,76	-	5,76
38 - BIBLIOTECARIO - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NPT	NF
21	L A U R A DA ROSA B O U R S - CHEID	5,76	2,00	7,76
87	INEIDA PASTRO KROWCZVK	5,44	2,00	7,44
71	RITCHELLY DA SILVA	7,04	-	7,04
92	ROSALVIO JOSÉ SARTORTT	6,72	-	6,72
167	LILIEUDI NORMA AZEVEDO	6,72	-	6,72
51	CRISTIANA PEREIRA	6,40	-	6,4
74	GRASIETI FLORES ALVES	6,08	-	6,08
20	PATRICIA HOFFMANN	6,08	-	6,08
207	MARISSOL CRISTINA BERNARDO	6,08	-	6,08
181	PRISCILLA MARYA DA SILVA VELHO	6,08	-	6,08
126	CRICHYNA DA SILVA MADALENA	5,76	-	5,76
47	ANA PAULA SOUZA DOS SANTOS	5,76	-	5,76
209	DANIELLE BIANCHI RACHADEL LAURINDO	5,76	-	5,76
166	ELISIANE DA ROSA CASA-GRANDE	-	-	-
149	ELLEN RENATA INACIO	-	-	-
26	JADIEL VEIGSDING	-	-	-
249	MARCELO CAVAGLIERI	-	-	-
43 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO CIÊNCIAS - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	NPE	NPT	NF

155	MARCELA MENDES NOGUEIRA SILVA	6,72	-	6,72
45 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO FISICA - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	NPE	NPT	NF
84	T H U A N Y STAHELIN KUHN	7,04	-	7,04
91	FILIFE LOHN	5,44	-	5,44
189	A L L A N FRANCISCO DE SOUZA	5,12	0,24	5,36
216	LUIS FERNANDO DO NASCIMENTO	-	-	-
47 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO INFORMATICA EDUCATIVA - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	NPE	NPT	NF
65	V A G N E R RAFAEL DE SOUZA	6,72	-	6,72
52 - CONTADOR- CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
44	ELISA SCHMITZ	9,60	9,60	1
208	C A M I L A CRISTINE DA SILVA ALVES	9,20	9,20	2
205	PATRICIA DA SILVA	9,20	9,20	3
140	PAULA CRISTINA LEITE	9,20	9,20	4
46	BIANCA DOS SANTOS	8,40	8,40	5
27	LEONARDO GESSER	8,40	8,40	6
197	JOÃO EDILSON FELISBERTO	8,00	8,00	7
144	M A R I A N E LOHN	8,00	8,00	8
85	VIVIAN KÖRICH SCHMITT	7,60	7,60	9
135	ANA CRISTINE HOFFMANN	7,20	7,20	10
98	JOICE FREIBERGER	7,20	7,20	11
218	M A T H E U S LUIZ RODRIGUES	7,20	7,20	12

254	PAULA VILAIN MACHADO	6,80	6,80	13
72	TALITA RAMIRO GOUTART	6,80	6,80	14
185	GISELE ABREU BERNARDES	6,40	6,40	15
142	SANDRA TEREZINHA CORDEIRO	6,40	6,40	16
124	RENATA FELISBINO	5,60	5,60	17
89	WAGNER LEANDRO FELIPE	5,20	5,20	18
38	SIMONE DA SILVA	-	-	FALTOU
54 - MÉDICO VETERINÁRIO - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
153	MICHELLE APARECIDA SOARES DOS SANTOS	7,60	7,60	1
57	CLARISSA BARRETA	5,60	5,60	2
55 - ENFERMEIRO ESF - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
139	ANDRE DE SOUZA HILARIO	9,60	9,60	1
223	GRAZIELLE DE BARROS	8,80	8,80	2
236	THAISE HONORATO DE SOUZA	8,40	8,40	3
203	JULIAN BERTUCCI	8,40	8,40	4
210	ELEONORA SILVANA KIZNER DE SOUZA	8,00	8,00	5
138	NIVEA APARECIDA DA SILVA KLEINPAUL	8,00	8,00	6
222	ADENILDA KUHLE	7,20	7,20	7
101	MICHELE CRISTINE CLASEN	7,20	7,20	8
41	VANESSA SIMONES	6,80	6,80	9
200	RODRIGO THALLIS ALVES PUDELL	6,80	6,80	10
199	VINICIUS FAGUNDES DA SILVA	6,80	6,80	11

122	FABIANA CIADADE SOUZA FURTADO	6,40	6,40	12
55	SILVIA MARTIAS MARTARELO	6,40	6,40	13
221	MESSIAS MAX MALAGONI DA ROSA	-	-	FALTOU
56 - MÉDICO CLINICO GERAL ESF - 2 VAGAS CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
186	ELIMAR MAYARA DE ALMEIDA MENEGOTTO	10,00	10,00	1
57- MEDICO CLINICO GERAL 20 HORAS - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
127	MARIANGELA PALOZIN DINIZ	10,00	10,00	1
59 - MÉDICO PEDIATRA - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
94	CHRISTIANE MARRERO CATALÃO	-	-	FALTOU
60 - ODONTOLOGO - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
241	ROSANGELA MARIA DE MEDEIROS FIDELIS	8,40	8,40	1
125	BRUNA KAROLINE DE OLIVEIRA	8,00	8,00	2
183	JANDIR PINHO NECKEL	-	-	FALTOU
61 - ODONTOLOGO ESF - CR				
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NPE	NF	CLASSIFICAÇÃO
217	LINCON HIDEO NOMURA	9,60	9,60	1
68	GABRIELA DA ROSA ZIMMERMANN	9,20	9,20	2
258	KAROLINY DUARTE VELHO	9,20	9,20	3
211	BRUNO LUCAS BUZZI TORRES	9,20	9,20	4
257	VANESSA DA SILVEIRA	8,80	8,80	5

54	LUCAS LE- DOUX BOR- GES	8,80	8,80	6
158	E R L O N CHARLES KWIATRO- VKI FER- NANDES	8,80	8,80	7
146	PATRICIA TOLENTINO DA ROSA DE SOUZA	8,80	8,80	8
214	BRUNA PAU- LI SCHMITT	8,80	8,80	9
108	DANIELLE FLOR DA COSTA	8,80	8,80	10
136	CAROLINA MEURER	8,40	8,40	11
36	GABRIELLA MACHADO VIEIRA	8,00	8,00	12
129	KAROLINE ZIMERMANN HOFFMANN	8,00	8,00	13
159	LUIZ LEO- POLDO BAR- RETO DE SOUZA	7,60	7,60	14
163	CAMILA GUI- MARÃES DE OLIVEIRA	6,00	6,00	15
232	JOSE RAMON K E H R I G - ACOSTA	-	-	FALTOU
103	M A D A L E - NA LUCIA PINHEIRO DIAS	-	-	FALTOU

**OBSERVAÇÃO:**

NPP = NOTA DA PROVA PRÁTICA

NPE = NOTA DA PROVA ESCRITA

NPT = NOTA DA PROVA DE TÍTULOS

NF = NOTA FINAL

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal


**Schroeder**


---

**PREFEITURA**


---

**Decreto Nº 2.588/2012 de 27 de Dezembro de 2012**

DECRETO Nº 2.588/2012 de 27 de dezembro de 2012

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem

estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 4.524 de 12 de abril de 2012.

Considerando a Ata nº 71, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 71/2012 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

- Adelir Piva Bonetti;
- Alexandre Decker Carvalho;
- Ana Paula Schreiner;
- Barbara Laís Junkes;
- Carlos Roberto Eggert Junior;
- Daniele Luciano Gross;
- Danieli Lutes Pereira Kautzmann;
- Diba Fátima Vegini;
- Edna Maria da Rocha;
- Eduardo Luiz Busarello;
- Glaucia Regina Sevegnani;
- Gretchen Lilian Zoz;
- Jaci Patrocínio da Silva;
- Josiane Fischer;
- Juliana Holtz Thomaz;
- Kleberson Wendt;
- Loiva Schiavon Paulsen;
- Luciana Pereira dos Santos;
- Nilson Eing;
- Odair Steinert;
- Odair Vidal;
- Priscila Gravina Círio Ferrão;
- Raquel de Araujo Herweg;
- Salete Antonia Czechowski de Oliveira;
- Silvia dos Santos Batista;
- Solange Silveira de Oliveira;
- Suzana Pereira Lopes;
- Zoraide Rodrigues da Silva;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ

Diretora de Recursos Humanos

**Portaria Nº. 4.879/2012, de 27 de Dezembro de 2012.**

PORTARIA Nº. 4.879/2012, de 27 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a funcionária, Sra. Jaqueline Aparecida da Silva, adquirindo efeitos retroativos a partir de 25 de dezembro de 2012, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ

Diretora de Recursos Humanos

**Timbó**

**PREFEITURA**

**Aviso Pregão 144-2012 Serviços de Telefonia Móvel**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000144/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA CELULAR PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 11:00 horas do dia 30 de janeiro de 2013. ABERTURA: dia 30/01/2013 às 11:10 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

Timbo (SC), 27/12/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

**Extrato Primeiro Aditivo ao Contrato 2012.132**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/132

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora Ltda.

OBJETO: contratação de empresa para execução de cobertura metálica, pavimentação e construção de depósito destinados ao pátio coberto da escola Professor Nestor Margarida.

PRAZO: Prorrogado por mais 30 (trinta) dias.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato 2012-86**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/86

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó

CONTRATADO: PROJETAR ENGENHARIA LTDA ME.

OBJETO: Serviços de fiscalização e supervisão da obra do Binário Central.

PRAZO: Prorrogado por 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 27/08/12.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2012 \_116**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/116.

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Soberana Serviços e Construções Ltda

OBJETO: Prorrogação de 60 (sessenta) dias de prazo.

OBRA: Contratação de serviços a serem executados no Ginásio de Esportes da Escola Municipal Tiroleses.

Data da Assinatura: 19/12/2012.

ALINE BÜRGER

Secretária Municipal de Educação

**Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 2011-202**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/202

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó.

CONTRATADO: Polaris Serviços e Construções Ltda EPP.

OBJETO: Construção da 1ª Etapa de Centro de Convivência do Idoso.

Prazo prorrogado por 60 dias corridos

Data da Assinatura 25/05/2012

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó



# Turvo

## PREFEITURA

### Lei 2143/2012

Lei nº 2.143/12, de 19 de dezembro de 2012.

**CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBE DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a finalidade de repassar contribuição financeira a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Turvo, Ermo, Meleiro, Morro Grande e Timbé do Sul, CNPJ nº 11.367.626/0001-57, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), durante o exercício de 2013, visando o pagamento dos bombeiros comunitários profissionais e a manutenção de suas atividades.

Parágrafo Único. A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 19 de dezembro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Adm. e Finanças - designada.

### Lei 2144/2012

Lei nº 2.144/12, de 19 de dezembro de 2012

**FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO MUNICIPAL E DO VICE-PREFEITO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal de Turvo será fixado em R\$ 10.650,00 (dez mil, seiscentos e cinquenta reais).

Art. 2º. O subsídio mensal do Vice-Prefeito de Turvo será fixado em R\$ 5.325,00 (cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais).

Art. 3º. O Vice-Prefeito, nomeado Secretário Municipal, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou o de Secretário, vedado o pagamento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese de ser o mesmo ocupante de Cargo Efetivo no Município, quando é assegurado o pagamento de vantagens pessoais.

Art. 4º. No caso de afastamento do Prefeito ou do Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo de Prefeito Municipal, das atividades de Chefe do Poder Executivo por motivo de doença, caberá ao Município o pagamento de seu subsídio até o 15º (décimo-quinto) dia, no valor correspondente a 50% do seu subsídio, cabendo a Previdência Social, através do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o pagamento do seu subsídio a partir do 16º (décimo-sexto)

dia em diante, durante o período em que se verificar o afastamento do cargo.

Art. 5º. Os subsídios de que trata esta lei serão revistos anualmente, sempre na mesma data da revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, sem distinção de índices, observados os limites previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

Turvo(SC), 19 de dezembro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Adm. e Finanças - designada.

### Lei 2145/2012

Lei nº 2.145/12, de 19 de dezembro de 2012.

**DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO MENSAL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Turvo, fica fixado em R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Art. 2º. O substituto que, na forma legal, assumir interinamente o Cargo de Secretário Municipal, nas ausências do titular, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Secretário, previsto no art. 1º desta Lei, pagos proporcionalmente ao período de substituição.

Art. 3º. O subsídio dos Secretários Municipais de que trata esta Lei, serão revistos anualmente, sem distinção de índices, sempre na mesma data da revisão geral de remuneração dos servidores públicos do Município de Turvo.

Art. 4º. Fica assegurado aos Secretários Municipais o recebimento da 13ª remuneração, correspondente ao valor integral de um subsídio mensal.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.

Turvo(SC), 19 de dezembro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Adm. e Finanças - designada.

**Lei 2146/2012**

Lei nº 2.146/12, de 19 de dezembro de 2012

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominado de "Rua LÍBERO CARLESSI", a rua nº. 331, localizada no Bairro São Luiz (loteamento Carlessi).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 19 de dezembro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Adm. e Finanças - designada.

**Decreto 81/2012**

DECRETO Nº 081/12, de 18 de Dezembro de 2012.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.108/11 (Lei Orçamentária Anual), de 13/12/2011. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0035.2.011 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TRANSP. ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.0 (39) - Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 0058 do exercício de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 18 de Dezembro de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI

Secretária de Adm. e Finanças - designada.

# Vargeão

## PREFEITURA

**Extratos de Termos Aditivos**

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM. DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 69/2012 para mais um período.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e contrato nº 69/2012.

Vargeão, SC, 26 de dezembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA ESPINOSA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 92/2011 para mais um período.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e contrato nº 92/2011.

Vargeão, SC, 26 de dezembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CRI- COLETA, RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA-ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 004/2011 para mais um período.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e contrato nº 004/2011.

Vargeão, SC, 26 de dezembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PRÉ-FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 130/2012 por mais um período de 90 (noventa) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 130/2012.

Vargeão, SC, 26 de dezembro de 2012.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: POLETO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 116/2012 por mais um período de 90 (noventa) dias.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 116/2012.

Vargeão, SC, 26 de dezembro de 2012.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: ODIMAR MALAGUTTI & CIA LTDA EPP

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 203/2012 por mais um período de 30 (trinta) dias.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 203/2012.

Vargeão, SC, 26 de dezembro de 2012.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

### Decreto Nº 10.279/12

DECRETO Nº 10.279/12, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.  
Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.829/12, de 05 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 439.000,00 (quatrocentos e trinta e nove mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação  
02 - Departamento de Ensino Fundamental  
2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 439.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 439.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de dezembro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Homologação Pregão Presencial Nº 106/2012 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2012, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/12  
HOMOLOGAÇÃO: 12/12/12  
CONTRATADO: SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL ELÉTRICO PARA SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.738,00 (cinquenta mil setecentos e trinta e oito reais)

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.970,00 (doze mil novecentos e setenta reais)

CONTRATADO: PROLUX ILUMINAÇÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 115.155,50 (cento e quinze mil cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: LYSING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 172.822,50 (cento e setenta e dois mil oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: GERALUX ELETRO ENERGIA SOLAR LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.574,00 (seis mil quinhentos e setenta e quatro reais)

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal.

### Homologação Pregão Presencial Nº 118/2012 - PMV

O Município de Videira no mês 12/2012, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/12  
HOMOLOGAÇÃO: 04/12/12

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DIÁRIA DAS SERVIDORAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.238,50 (treze mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.739,00 (vinte e três mil setecentos e trinta e nove reais)

CONTRATADO: MOVEC CALÇADOS E SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.929,50 (oito mil novecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos)

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal.

**Homologação Pregão Presencial Nº 119 - PMV**

O Município de Videira no mês 12/2012, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/12

HOMOLOGAÇÃO: 07/12/12

CONTRATADO: MASTER AGROINDUSTRIAL LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINDES DE NATAL PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VIDEIRA, CONFORME LEI MUNICIPAL 2.814/12 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

VALOR DA DESPESA: R\$ 55.125,00 (cinquenta e cinco mil cento e vinte e cinco reais)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

**Homologação Pregão Presencial Nº 12/2012 - FME**

O Município de Videira no mês 12/2012, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/12

HOMOLOGAÇÃO: 03/12/12

CONTRATADO: LIGA ESPORTIVA VIDEIRENSE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE ARBITRAGEM DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS, JOGOS ESCOLARES E AMISTOSOS NO PERÍODO DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2012.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.750,00 (dezesesseis mil setecentos e cinquenta reais)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

**Homologação Pregão Presencial Nº 19/2012 - FMAS**

O Município de Videira no mês 12/2012, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/12

HOMOLOGAÇÃO: 03/12/12

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS E ESPORTIVOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA DO CRAS E DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. CONTRATADO: VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.474,00 (quatorze mil quatrocentos e setenta e quatro reais)

CONTRATADO: GRAFICA AMÉRICA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.010,13 (quatorze mil dez reais e treze centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

**Homologação Tomada de Preços Nº 01/2012 - FMAS**

O Município de Videira no mês 12/2012, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 01/12

HOMOLOGAÇÃO: 03/12/12

CONTRATADO: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA (CASA LAR) COM ÁREA DE 284,05M<sup>2</sup>, NA RUA ANTONIO RAIMUNDO LAZZARI LOTEAMENTO VINHEDO I, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETO BÁSICO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 296.595,95 (duzentos e noventa e seis mil quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos)

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal.

**Aditivo Nº 312-2012**

Aditivo nº: 312/2012.

Contrato/Ata nº: 87/2012.

Licitação: PR 32/2012-FMS.

Fornecedor: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 27/06/2013.

Data: 03.12.2012.

**Aditivo Nº 313-2012**

Aditivo nº: 313/2012.

Contrato/Ata nº: 89/2012.

Licitação: PR 32/2012-FMS.

Fornecedor: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 27/06/2013.

Data: 03.12.2012

**Aditivo Nº 314/2012**

Aditivo nº: 314/2012.

Contrato/Ata nº: 88/2012.

Licitação: PR 32/2012-FMS.

Fornecedor: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 27/06/2013.

Data: 04.12.2012.

**Aditivo Nº 315-2012**

Aditivo nº: 315/2012.

Contrato/Ata nº: 26/2012.

Licitação: PR 03/2012-FMS.

Fornecedor: MERCADO RZ LTDA - EPP.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 16 de fevereiro de 2013.

Data: 04.12.2012.

**Aditivo Nº 316-2012**

Aditivo nº: 316/2012.

Contrato/Ata nº: 27/2012.

Licitação: PR 03/2012-FMS.

Fornecedor: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.



Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 16 de fevereiro de 2013.

Data: 04.12.2012.

**Aditivo Nº 317-2012**

Aditivo nº: 317/2012.

Contrato/Ata nº: 28/2012.

Licitação: PR 03/2012-FMS.

Fornecedor: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 16 de fevereiro de 2013.

Data: 04.12.2012.

**Aditivo Nº 318-2012**

Aditivo nº: 318/2012.

Contrato/Ata nº: 99/2012.

Licitação: PR 35/2012-FMS.

Fornecedor: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 25 de julho de 2013.

Data: 04.12.2012.

**Aditivo Nº 319/2012**

Aditivo nº: 319/2012.

Contrato/Ata nº: 29/2012.

Licitação: PR 06/2012-FMS.

Fornecedor: ADRIANA APARECIDA RAIZ ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 05 de março de 2013.

Data: 05.12.2012.

**Aditivo Nº 320-2012**

Aditivo nº: 320/2012.

Contrato/Ata nº: 107/2012.

Licitação: PR 37/2012-FMS.

Fornecedor: DEDETIZADORA JOAÇABENSE LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 17 de agosto de 2013.

Data: 05.12.2012.

**Aditivo Nº 321-2012**

Aditivo nº: 321/2012.

Contrato/Ata nº: 30/2012.

Licitação: PR 07/2012-FMS.

Fornecedor: SUL IMAGEM PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 05 de março de 2013.

Data: 05.12.2012.

**Aditivo Nº 323-2012**

Aditivo nº: 323/2012.

Contrato/Ata nº: 441/2011.

Licitação: TP 21/2011.

Contratado: ADEMIR LUIZ BOGONI - FIRMA INDIVIDUAL - EPP

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência previsto na Cláusula 5ª, por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, com efeitos a partir de 12/12/2012 até 12/12/2013.

Data: 06.12.2012.

**Aditivo Nº 324-2012**

Aditivo nº: 324/2012.

Contrato/Ata nº: 32/2012.

Licitação: PR 10/2012-FMS.

Fornecedor: ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 14 de março de 2013.

Data: 06.12.2012.

**Aditivo Nº 325-2012**

Aditivo nº: 325/2012.

Contrato/Ata nº: 52/2012.

Licitação: PR 19/2012-FMS.

Fornecedor: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 23 de abril de 2013;

Data: 06.12.2012.

**Aditivo Nº 326-2012**

Aditivo nº: 326/2012.

Contrato/Ata nº: 187/2012.

Licitação: IL 02/2012-FMS.

Contratado: UNESUL TRANSPORTES LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 04 de junho de 2013.

Data: 07.12.2012.

**Aditivo Nº 327-2012**

Aditivo nº: 327/2012.

Contrato/Ata nº: 99/2012.

Licitação: PR 18/2012-FMS.

Fornecedor: REUNIDAS TURISMO S.A.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 13 de abril de 2013.

Data: 07.12.2012.

**Aditivo Nº 328-2012**

Aditivo nº: 328/2012.

Contrato/Ata nº: 408/2012.

Licitação: CC 07/2011.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: Anular o Termo de Aditamento nº 308/2012 oriundo da

Concorrência nº 07/2011, e com fulcro no art. 65, fulcro no art. 65, II, "d" da Lei n.º 8.666/93, recompor o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço dos serviços do sistema para Gestão Pública Municipal, em 7,522290%, através do IGP-M acumulado dos últimos 12 meses (novembro/2011 a outubro/2012), conforme autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal.

Data: 10.12.2012.

Valor: R\$ 3.087,34.

**Aditivo Nº 329-2012**

Aditivo nº: 329/2012.

Contrato/Ata nº: 58/2012.

Licitação: PR 11/2012-FMS.

Contratado: RESTAURANTE E LAVAÇÃO MUGNOL LTDA ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 21 de março de 2013.

Data: 10.12.2012.

**Aditivo Nº 330-2012**

Aditivo nº: 330/2012.

Contrato/Ata nº: 59/2012.

Licitação: PR 11/2012-FMS.

Contratado: POSTO DE LAVAGEM ADY LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 21 de março de 2013.

Data: 11.12.2012.

**Aditivo Nº 331-2012**

Aditivo nº: 331/2012.

Contrato/Ata nº: 253/2012.

Licitação: PR 36/2012-FMS.

Contratado: RESTAURANTE E LAVAÇÃO MUGNOL LTDA ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 14 de agosto de 2013.

Data: 11.12.2012.

**Aditivo Nº 332-2012**

Aditivo nº: 332/2012.

Contrato/Ata nº: 131/2012.

Licitação: PR 115/2012.

Fornecedor: COMÉRCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 12 de novembro de 2013.

Data: 12.12.2012.

**Aditivo Nº 333-2012**

Aditivo nº: 333/2012.

Contrato/Ata nº: 134/2012.

Licitação: PR 118/2012.

Fornecedor: PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 31 de março de 2013.

Data: 12.12.2012.

**Aditivo Nº 334-2012**

Aditivo nº: 334/2012.

Contrato/Ata nº: 135/2012.

Licitação: PR 118/2012.

Fornecedor: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 31 de março de 2013.

Data: 12.12.2012.

**Aditivo Nº 335-2012**

Aditivo nº: 335/2012.

Contrato/Ata nº: 136/2012.

Licitação: PR 118/2012.

Fornecedor: MOVEC CALÇADOS E SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 31 de março de 2013.

Data: 12.12.2012.

**Aditivo Nº 336-2012**

Aditivo nº: 336/2012.

Contrato/Ata nº: 46/2012.

Licitação: PR 40/2012.

Fornecedor: CONSTRUTORA FETZ LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 04 de abril de 2013.

Data: 12.12.2012.

**Aditivo Nº 345-2012**

Aditivo nº: 345/2012.

Contrato/Ata nº: 489/2007.

Licitação: CC 05/2007.

Contratado: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 4 (quatro) meses, com efeitos retroativos a partir de 02 de novembro de 2012 até 02 de março de 2013, conforme parecer jurídico e autorização do Sr. Prefeito Municipal.

Data: 14.12.2012.

**Aditivo Nº 381-2012**

Aditivo nº: 381/2012.

Contrato/Ata nº: 442/2010.

Licitação: CV 09/2010.

Contratado: BSA - BUREAU DE SERVIÇOS EM ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01/01/2013 até 31/12/2013.

Data: 21.12.2012.

**Aditivo Nº377-2012FMEV**

Aditivo nº: 377/2012

Contrato/Ata nº: CT 69/2012

Licitação: PR 04/2012/FME

Contratada: CHM TRANSPORTES ESCOLAR LTDA

Objeto: Alteração da razão social da empresa contratada IPTUR Transporte Escolar Ltda para CHM Transporte Escolar Ltda bem como de seu quadro societário e sócio administrador, sem alteração do objeto social e seu CNPJ, com efeitos a partir de sua alteração em 05/09/2012.

Data: 20/12/2012

**Aditivo Nº377-2012FMEV**

Aditivo nº: 377/2012

Contrato/Ata nº: CT 69/2012

Licitação: PR 04/2012/FME

Contratada: CHM TRANSPORTES ESCOLAR LTDA

Objeto: Alteração da razão social da empresa contratada IPTUR Transporte Escolar Ltda para CHM Transporte Escolar Ltda bem como de seu quadro societário e sócio administrador, sem alteração do objeto social e seu CNPJ, com efeitos a partir de sua alteração em 05/09/2012.

Data: 20/12/2012

**Aditivo Nº378-2012**

Aditivo nº: 378/2012

Contrato/Ata nº: CT 451/2011

Licitação: TP 18/2011

Contratada: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses com efeitos a partir de 21 de dezembro de 2012 até 21 de dezembro de 2013, conforme justificativa da Secretaria de Planejamento.

Data: 20/12/2012

**Aditivo Nº378-2012**

Aditivo nº: 378/2012

Contrato/Ata nº: CT 451/2011

Licitação: TP 18/2011

Contratada: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses com efeitos a partir de 21 de dezembro de 2012 até 21 de dezembro de 2013, conforme justificativa da Secretaria de Planejamento.

Data: 20/12/2012

**Aditivo Nº379-2012**

Aditivo nº: 379/2012

Contrato/Ata nº: CT 141/2012

Licitação: TP 11/2012

Contratada: KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo para entrega da obra, previsto na Cláusula 4ª, por mais 90 dias consecutivos a partir de 21/11/2012 até 19/02/2013. Adequar o material e mão de obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da

Secretaria de Planejamento, ocasionando custos adicionais de 15,46% do valor do contrato original.

Valor: R\$ 74.168,80

Data: 21/12/2012

**Aditivo Nº380-2012**

Aditivo nº: 380/2012

Contrato/Ata nº: CT 442/2011

Licitação: TP 33/2011

Contratada: CONSÓRCIO GEOVIDEIRA, composto pelas empresas GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA e ENGEMAP ENGENHARIA, MAPEAMENTO E AEROLEVANTAMENTO LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo para entrega e execução do projeto, previsto na Cláusula 3ª, por mais 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos a partir de 01/10/2012 até 29/05/2013 e prorrogação do prazo de vigência do contrato previsto na Cláusula 5ª, por mais 12 (doze) meses com efeitos a partir de 12/12/2012 até 12/12/2013, conforme justificativa da Secretaria de Planejamento.

Data: 21/12/2012

**Extrato do Termo Aditivo N. 0001/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0001/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIMAR DE FÁTIMA ALEXANDRE

CPF: 762.967.509-78

VIGÊNCIA: 03 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0111/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0111/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA DE PAULA MIRANDA

CPF: 061.538.569-93

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 16 de novembro de 2012

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0111/2012 2**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0111/2012 2

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA DE PAULA MIRANDA

CPF: 061.538.569-93

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0138/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0138/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI

CPF: 048.765.029-86

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0140/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0140/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NEILA DO CARMO LEMOS

CPF: 021.96.309-01

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0262/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0262/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SONIA RODRIGUES DA SILVA  
CPF: 006.864.399-37  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 21 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0267/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIA SALETE MORIGGI  
CPF: 558.287.799-15  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0272/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0272/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MAGDA APARECIDA DE MORAIS DOS SANTOS  
CPF: 944.551.209-04  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 13 de novembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0272/2012 2**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0272/2012  
2  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MAGDA APARECIDA DE MORAIS DOS SANTOS  
CPF: 944.551.209-04  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0288/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0288/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TEREZINHA LOURDES CERON  
CPF: 770.575.709-53  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 21 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0292/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0292/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LARESSA PAZIN  
CPF: 048.650.969-90  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 18 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0332/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0332/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SABRINA SURDI  
CPF: 085.341.229-46  
VIGÊNCIA: 20 de fevereiro de 2012 até 30 de junho de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0339/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0339/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DAMIANA BENEDETTI  
CPF: 081.000.759-21

OBJETO: alterar a justificativa de "em substituição à WALMIR ROSÁRIO GRANDO, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "em substituição à vacância do cargo ocupado pelo servidor WALMIR ROSÁRIO GRANDO, aposentado, conforme Decreto n. 10.228/2012".  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 18 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0341/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0341/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MICHELE CATARINA DE SOUZA  
CPF: 004.133.329-26  
VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0377/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0377/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LOIRI DE FÁTIMA DE OLIVEIRA SALGADO  
CPF: 020.675.149-46  
VIGÊNCIA: 01 de março de 2012 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0379/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0379/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LEONICE MARIA COITO  
CPF: 949.619.999-20  
VIGÊNCIA: 01 de março de 2012 até 18 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0402/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0402/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANA DEBORA PEREIRA  
CPF: 052.157.639-33  
VIGÊNCIA: 12 de março de 2012 até 20 de fevereiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0419/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0419/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MELANIA DE FÁTIMA SUBTIL DE OLIVEIRA  
CPF: 026.431.479-44  
VIGÊNCIA: 12 de março de 2012 até 19 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0430/2011**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0430/2011  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MADALENA DEMORI  
CPF: 296.709.779-91  
VIGÊNCIA: 01 de abril de 2012 até 01 de fevereiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL



**Extrato do Termo Aditivo N. 0450/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0450/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DALUZ NUNES DA ROSA  
CPF: 020.106.029-94  
VIGÊNCIA: 02 de abril de 2012 até 02 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0450/2012 2**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0450/2012 2  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DALUZ NUNES DA ROSA  
CPF: 020.106.029-94  
VIGÊNCIA: 02 de abril de 2012 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0469/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0469/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SUELLEN GRAFF  
CPF: 084.685.189-05  
VIGÊNCIA: 25 de abril de 2012 até 30 de junho de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0477/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0477/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NEUSER BÓLICO JOAQUIM  
CPF: 664.876.419-87  
VIGÊNCIA: 08 de maio de 2012 até 21 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0498/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0498/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DIVONETE THIBES ESTREME DUARTE  
CPF: 022.808.389-31  
VIGÊNCIA: 01 de junho de 2012 até 18 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0499/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0499/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BRUNA ZANELLA  
CPF: 065.285.489-35  
VIGÊNCIA: 01 de junho de 2012 até 21 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0512/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0512/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IVANI DO NASCIMENTO  
CPF: 433.578.490-20  
VIGÊNCIA: 01 de junho de 2012 até 08 de fevereiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0517/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0517/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANE GIRARDI MACEDO  
CPF: 028.077.150-95  
VIGÊNCIA: 12 de junho de 2012 até 31 de janeiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0535/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0535/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANA CLAUDIA DA MOTTA  
CPF: 007.370.919-08  
VIGÊNCIA: 20 de junho de 2012 até 18 de dezembro de 2012  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0537/2012**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0537/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FERNANDA RUBINI  
CPF: 080.371.229-48

OBJETO: alterar a justificativa de "em substituição à servidora MARIANE PEREIRA DOS SANTOS GENIS, em licença para atividade política, conforme portaria n. 1348/2012" para "em substituição à servidora MARIANE PEREIRA DOS SANTOS GENIS, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica".  
VIGÊNCIA: 02 de julho de 2012 até 28 de fevereiro de 2013  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0119/2012**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0119/2012  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0508/12  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GIOVANA MOTTA  
CPF: 008.937.029-51

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 14 de dezembro de 2012.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0120/2012**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0120/2012  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0481/12  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TEREZINHA CONCEIÇÃO DE MORAIS SILVA  
CPF: 707.532.379-20

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 21 de dezembro de 2012.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0121/2012**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0121/2012  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0021/12  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELIZANGELA APARECIDA LOPES DUARTE  
CPF: 038.574.499-42

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 06 de dezembro de 2012.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0122/2012**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0122/2012  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0359/12  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CARLA BURGHARDT DE LIMA  
CPF: 892.124.449-20

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 01 de dezembro de 2012.

**Aditivo Nº 309-2012**

Aditivo nº: 309/2012.  
Contrato/Ata nº: 25/2012.  
Licitação: PR 02/2012-FMS.  
Fornecedor: AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 16 de fevereiro de 2013.

Data: 03.12.2012.

**Aditivo Nº 310-2012**

Aditivo nº: 310/2012.  
Contrato/Ata nº: 09/2012.  
Licitação: PR 09/2012-FMAS.  
Fornecedor: AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 19 de janeiro de 2013.

Data: 03.12.2012.

**Aditivo Nº 311-2012**

Aditivo nº: 311/2012.  
Contrato/Ata nº: 80/2012.  
Licitação: PR 29/2012-FMS.  
Fornecedor: AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 28 de maio de 2013.

Data: 03.12.2012.

**Aditivo Nº 338-2012**

Aditivo nº: 338/2012.  
Contrato/Ata nº: 92/2012.  
Licitação: PR 79/2012.  
Fornecedor: POVOCOM INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 05 de julho de 2013.

Data: 14.12.2012.

**Aditivo Nº 339-2012**

Aditivo nº: 339/2012.  
Contrato/Ata nº: 91/2012.  
Licitação: PR 79/2012.  
Fornecedor: VIDENET INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 05 de julho de 2013.

Data: 14.12.2012

**Aditivo Nº 342-2012**

Aditivo nº: 342/2012.  
Contrato/Ata nº: 123/2012.  
Licitação: PR 104/2012.  
Fornecedor: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 15 de outubro de 2013.

Data: 14.12.2012.

**Aditivo Nº 343-2012**

Aditivo nº: 343/2012.  
Contrato/Ata nº: 124/2012.  
Licitação: PR 104/2012.  
Fornecedor: RCF VIEIRA LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 15 de outubro de 2013.

Data: 14.12.2012.

**Aditivo Nº 347-2012**

Aditivo nº: 347/2012.  
Contrato/Ata nº: 120/2012.  
Licitação: PR 104/2012.  
Fornecedor: GRÁFICA AMÉRICA LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 15 de outubro de 2013.

Data: 17.12.2012.

**Aditivo Nº 348-2012**

Aditivo nº: 348/2012.  
Contrato/Ata nº: 122/2012.  
Licitação: PR 104/2012.  
Fornecedor: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 15 de outubro de 2013.

Data: 17.12.2012.

**Aditivo Nº 349-2012**

Aditivo nº: 349/2012.  
Contrato/Ata nº: 121/2012.  
Licitação: PR 104/2012.  
Fornecedor: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 15 de outubro de 2013.

Data: 17.12.2012.

**Aditivo Nº 350-2012**

Aditivo nº: 350/2012.  
Contrato/Ata nº: 110/2012.  
Licitação: PR 99/2012.  
Fornecedor: BALESTIERI & CIA LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 02 de setembro de 2013.

Data: 17.12.2012.

**Aditivo Nº 352-2012**

Aditivo nº: 352/2012.

Contrato/Ata nº: 106/2012.

Licitação: PR 94/2012.

Fornecedor: DEDETIZADORA JOAÇABENSE LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 16 de agosto de 2013.

Data: 18.12.2012.

**Aditivo Nº 353-2012**

Aditivo nº: 353/2012.

Contrato/Ata nº: 125/2012.

Licitação: PR 105/2012.

Fornecedor: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 18 de outubro de 2013.

Data: 18.12.2012.

**Aditivo Nº 354-2012**

Aditivo nº: 354/2012.

Contrato/Ata nº: 126/2012.

Licitação: PR 105/2012.

Fornecedor: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 18 de outubro de 2013.

Data: 18.12.2012.

**Aditivo Nº 355-2012**

Aditivo nº: 355/2012.

Contrato/Ata nº: 126/2012.

Licitação: PR 105/2012.

Fornecedor: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 18 de outubro de 2013.

Data: 18.12.2012.

**Aditivo Nº 356-2012**

Aditivo nº: 356/2012.

Contrato/Ata nº: 39/2012.

Licitação: PR 33/2012.

Fornecedor: SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 28 de março de 2013.

Data: 18.12.2012.

**Aditivo Nº 357-2012**

Aditivo nº: 357/2012.

Contrato/Ata nº: 118/2012.

Licitação: PR 102/2012.

Fornecedor: WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 23 de setembro de 2013.

Data: 19.12.2012.

**Aditivo Nº 358-2012**

Aditivo nº: 358/2012.

Contrato/Ata nº: 11/2012.

Licitação: PR 04/2012.

Fornecedor: SAFRA DIESEL LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 22 de janeiro de 2013.

Data: 19.12.2012.

**Aditivo Nº 359-2012**

Aditivo nº: 359/2012.

Contrato/Ata nº: 63/2012.

Licitação: PR 58/2012.

Fornecedor: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 10 de maio de 2013.

Data: 19.12.2012.

**Aditivo Nº 360-2012**

Aditivo nº: 360/2012.

Contrato/Ata nº: 08/2012.

Licitação: PR 02/2012.

Fornecedor: AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 18 de janeiro de 2013.

Data: 19.12.2012.

**Aditivo Nº 361-2012**

Aditivo nº: 361/2012.

Contrato/Ata nº: 101/2012.

Licitação: PR 88/2012.

Fornecedor: BRITAGEM VANZ LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 31 de julho de 2013.

Data: 19.12.2012.

**Aditivo Nº 362-2012**

Aditivo nº: 362/2012.

Contrato/Ata nº: 119/2012.

Licitação: PR 103/2012.

Fornecedor: HIDRÁULICOS VIDEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 30 de setembro de 2013.

Data: 19.12.2012

**Aditivo Nº 363-2012**

Aditivo nº: 363/2012.

Contrato/Ata nº: 103/2012.

Licitação: PR 90/2012.

Fornecedor: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 31 de julho de 2013.

Data: 19.12.2012.

**Aditivo Nº 364-2012**

Aditivo nº: 364/2012.

Contrato/Ata nº: 100/2012.

Licitação: PR 86/2012.

Fornecedor: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA .

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 31 de julho de 2013.

Data: 19.12.2012.

**Aditivo Nº 365-2012**

Aditivo nº: 365/2012.

Contrato/Ata nº: 21/2012.

Licitação: PR 12/2012.

Fornecedor: JAYS TINTAS E TEXTURAS LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 13 de fevereiro de 2013.

Data: 19.12.2012.

**Aditivo Nº 366-2012**

Aditivo nº: 366/2012.

Contrato/Ata nº: 23/2012.

Licitação: PR 12/2012.

Fornecedor: FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 13 de fevereiro de 2013.

Data: 19.12.2012.

**Aditivo Nº 369-2012**

Aditivo nº: 369/2012.

Contrato/Ata nº: 140/2012.

Licitação: CP 01/2012.

Fornecedor: COPAVIDI - COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 06 de maio de 2013.

Data: 20.12.2012.

**Aditivo Nº 370-2012**

Aditivo nº: 370/2012.

Contrato/Ata nº: 108/2012.

Licitação: PR 97/2012.

Fornecedor: GEOBRAS ASFALTO E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 26 de agosto de 2013.

Data: 20.12.2012.

**Aditivo Nº 371-2012**

Aditivo nº: 371/2012.

Contrato/Ata nº: 64/2012.

Licitação: PR 58/2012.

Fornecedor: DELCIR BOESING ME.

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 10 de maio de 2013.

Data: 20.12.2012.

**Aditivo Nº 372-2012**

Aditivo nº: 372/2012.

Contrato/Ata nº: 129/2012.

Licitação: PR 113/2012.

Fornecedor: J.A SONORIZAÇÕES LTDA ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 06 de junho de 2013.

Data: 20.12.2012.

**Aditivo Nº 373-2012**

Aditivo nº: 373/2012.

Contrato/Ata nº: 130/2012.

Licitação: PR 113/2012.

Fornecedor: ALL TIME MUSIC HALL LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 06 de junho de 2013.

Data: 20.12.2012.

**Aditivo Nº 374-2012**

Aditivo nº: 374/2012.

Contrato/Ata nº: 94/2012.

Licitação: PR 79/2012.

Fornecedor: DURALINE TECNOLOGIA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 05 de julho de 2013.

Data: 20.12.2012.

**Aditivo Nº 375-2012**

Aditivo nº: 375/2012.

Contrato/Ata nº: 93/2012.

Licitação: PR 79/2012.

Fornecedor: BEE2B INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 05 de julho de 2013.

Data: 20.12.2012.

**Aditivo Nº 376-2012**

Aditivo nº: 376/2012.

Contrato/Ata nº: 95/2012.

Licitação: PR 79/2012.

Fornecedor: EKIPAR LICIT INFORMÁTICA LTDA ME .

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da ata com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 05 de julho de 2013.

Data: 20.12.2012.



**Aditivo Nº 382-2012**

Aditivo nº: 382/2012.

Contrato/Ata nº: 132/2012.

Licitação: PR 41/2012-FMS

Contratado: COMÉRCIO DE BATERIAS MULTI MARCAS LTDA ME

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 12 de novembro de 2013.

Data: 21.12.2012.

**Aditivo Nº322-2012Fms**

Aditivo nº: 322/2012

Contrato/Ata nº: ATA 90/2012

Licitação: PR 32/2012-FMS

Contratada: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata pelo prazo máximo permitido, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 27/06/2013 e alteração da razão social da empresa contratada Comercial Atacadista Ozsoim Ltda para Comercial Atacadista Sol Mio Ltda bem como de seu quadro societário e sócio administrador, sem alteração do objeto social e seu CNPJ.

Data: 05/12/2012

**Aditivo Nº337-2012Fms**

Aditivo nº: 337/2012

Contrato/Ata nº: ATA 77/2012

Licitação: PR 28/2012-FMS

Contratada: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata pelo prazo máximo permitido, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 28/05/2013, tendo em vista que ainda não foi retirado todo o quantitativo licitado.

Data: 14/12/2012

**Aditivo Nº340-2012Fms**

Aditivo nº: 340/2012

Contrato/Ata nº: ATA 78/2012

Licitação: PR 28/2012-FMS

Contratada: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata pelo prazo máximo permitido, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 27/06/2013 e alteração da razão social da empresa contratada Comercial Atacadista Ozsoim Ltda para Comercial Atacadista Sol Mio Ltda bem como de seu quadro societário e sócio administrador, sem alteração do objeto social e seu CNPJ.

Data: 14/12/2012

**Aditivo Nº341-2012Fms**

Aditivo nº: 341/2012

Contrato/Ata nº: ATA 79/2012

Licitação: PR 28/2012-FMS

Contratada: ONCOLINE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata pelo prazo máximo permitido, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 28/05/2013, tendo em vista que ainda não foi retirado todo o quantitativo licitado.

Data: 14/12/2012

**Aditivo Nº344-2012Fms**

Aditivo nº: 344/2012

Contrato/Ata nº: ATA 31/2012

Licitação: PR 08/2012-FMS

Contratada: SAFRA DIESEL LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata pelo prazo máximo permitido, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 05/03/2013, tendo em vista que ainda não foi retirado todo o quantitativo licitado.

Data: 14/12/2012

**Aditivo Nº346-2012Fms**

Aditivo nº: 344/2012

Contrato/Ata nº: ATA 105/2012

Licitação: PR 34/2012-FMS

Contratada: SLS HOSPITALAR SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da Ata pelo prazo máximo permitido, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013 até 06/08/2013, tendo em vista que ainda não foi retirado todo o quantitativo licitado.

Data: 14/12/2012

**Vitor Meireles****PREFEITURA****Lei N.º 0834**

LEI N. 0834, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alteração da legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

**CAPÍTULO II****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2013 estão discriminadas no Anexo I desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período 2010-2013.

Parágrafo único. As prioridades e metas da administração pública municipal terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro para 2013, respeitando as determinações constitucionais e legais sobre vinculações das receitas e das despesas orçamentárias.

Art. 3º Será observado na programação da lei orçamentária anual o atendimento das despesas com os projetos em andamento, bem como aqueles referentes às despesas de conservação do patrimônio público municipal.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**CAPÍTULO III****A ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta em produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Órgão Orçamentário, o maior nível de classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VIII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

X - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XI - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº340/2006 e 245/2007 e seus anexos e demais alterações.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades

ou operações especiais.

§ 3º A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

§ 4º A modalidade de aplicação identificada pelo código 71 - transferência a consórcios públicos, será programada a fim de atender as despesas com saúde realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMAVI e outros que por ventura o município venha a ingressar.

§ 5º As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações a nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

§ 6º A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I - Texto da Lei

II - Quadros Orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964.

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a qual pertence e a sua natureza financeira (F) ou Primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei 4.320; e

b) Despesas discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes nesta LEI.

Parágrafo único. O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações, admitido o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido nesta Lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento de Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

II - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

III - demonstrativo da origem e destinação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino;  
IV - demonstrativo da origem e destinação dos recursos destinados a ações públicas de saúde;  
V - quadro demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, em 2009, 2010 e 2011;  
VI - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais grupos da receita e da despesa.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os orçamentos para o exercício de 2013 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos.

Art. 10. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no orçamento da receita da unidade gestora, e estas, por suas vez, vinculadas as despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação representadas nas planilhas de despesas referidas no artigo 7º desta Lei (QDD).

§1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por sua manifestação formal, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balançetes apartados da unidade gestora central quando a gestão for delegada pelo Prefeito Municipal a Servidor.

Art. 11. Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2013 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 12. Se a receita estimada para 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III - dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo

da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 01 de maio de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo desta LEI.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os orçamentos para o exercício de 2013 destinarão recursos para a reserva de contingência, não superiores a 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento) das receitas correntes líquidas previstas para o mesmo exercício, e serão constituídos exclusivamente de recursos de destinação "00" - ordinários do orçamento fiscal.

Parágrafo Único. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contempladas no Plano Plurianual.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais da arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e artigo 50, I da LRF.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2013, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 21. A transferência de recursos do tesouro municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 22. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário - financeiro e declaração de ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida orçada para o Exercício.

Art. 23. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 24. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Parágrafo único. A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino.

Art. 25. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2013 a preços correntes.

Art. 26. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 27. Durante a execução orçamentária de 2013, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2013 e constantes desta LEI.

Art. 28. Os programas priorizados por esta Lei, extraídas do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - anexo I e contemplados na Lei Orçamentária para 2013, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único: Fica o Poder Legislativo responsável pela

convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 29. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30. A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização de Operações de Crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) das receitas corrente líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF.

Art. 31. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 32. Ultrapassado o limite de endividamento definido no artigo 30 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 13 desta LEI.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, redenominar cargos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder a revisão geral anual, conceder vantagens, admitir pessoal em caráter efetivo ou temporário, na forma da Lei, bem como nomear servidores para provimento de cargos em comissão, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2013 ou em créditos adicionais.

Art. 34. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36. Fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

Art. 37. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja



utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita a serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 39. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis judicialmente, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 40. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses de exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Prefeito Municipal.

Art. 44. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, com a devida homologação do Poder Legislativo, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2013.

Art. 45. Os vínculos de recursos da receita e despesas poderão

der readequados na elaboração da Lei Orçamentária Anual, para a compatibilização com as tabelas divulgadas pelos órgãos de normatização, controle e fiscalização, desde que mantido os valores previstos para cada ação.

Art. 46. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 20 de dezembro de 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

## Lei N.º 0835

LEI N. 0835, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

## DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Vitor Meireles para o exercício de 2013 estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais).

## DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de reais), e fixa a Despesa em R\$ 9.811.010,00 (nove milhões, oitocentos e onze mil, dez reais), e em R\$ 2.188.990,00 (dois milhões, cento e oitenta e oito mil, novecentos e noventa reais) as transferências Financeiras aos: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

§ 1º - Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, Transferências da União e do Estado e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 13.076.000,00
  - 1.1 Receita Tributária 515.000,00
  - 1.2 Receitas de Contribuições 120.000,00
  - 1.3 Receita Patrimonial 29.500,00
  - 1.4 Receita de Serviços 51.000,00
  - 1.7 Transferências Correntes 12.299.000,00
  - 1.9 Outras Receitas Correntes 61.500,00

## 2. RECEITAS DE CAPITAL 825.000,00

- 2.2 Alienação de bens 55.000,00
- 2.4 Transferências de Capital 770.000,00

## 9. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE (1.901.000,00)

- 9.7 Deduções da Receita Corrente (1.901.000,00)

TOTAL 12.000.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

02 - GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO R\$ 326.000,00  
 03 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS R\$ 1.531.600,00  
 04 - SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE R\$ 839.589,64  
 05 - SEC. DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES. R\$ 40.000,00  
 06 - SEC. DE EDUCAÇÃO R\$ 3.545.720,00  
 07 - SEC. DE OBRAS E SERVICOS R\$ 2.688.300,36  
 09 - FUNDO MUN. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA R\$ 40.000,00  
 10 - FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 609.800,00  
 11 - SEC. DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO R\$ 170.000,00  
 90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 20.000,00  
**TOTAL R\$ 9.811.010,00**

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

04 - ADMINISTRAÇÃO R\$ 1.332.600,00  
 06 - SEGURANÇA PÚBLICA R\$ 50.000,00  
 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 608.800,00  
 11 - TRABALHO R\$ 40.000,00  
 12 - EDUCAÇÃO R\$ 3.385.720,00  
 13 - CULTURA R\$ 260.000,00  
 15 - URBANISMO R\$ 405.750,00  
 16 - HABITAÇÃO R\$ 41.000,00  
 17 - SANEAMENTO R\$ 10.000,00  
 18 - GESTÃO AMBIENTAL R\$ 15.000,00  
 20 - AGRICULTURA R\$ 824.589,64  
 24 - COMUNICAÇÃO R\$ 35.000,00  
 26 - TRANSPORTE R\$ 2.272.550,36  
 27 - DESPORTO E LAZER R\$ 70.000,00  
 28 - ENCARGOS ESPECIAIS R\$ 440.000,00  
 99 - RESERVA CONTINGÊNCIA R\$ 20.000,00  
**TOTAL R\$ 9.811.010,00**

**III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES R\$ 8.412.699,36  
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 3.952.800,00  
 3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida R\$ 48.429,00  
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 4.357.470,36  
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 1.432.310,64  
 4.4.00.00 - Investimentos R\$ 1.140.739,64  
 4.6.00.00 - Amortização da Dívida R\$ 291.571,00  
 9.9.99.99 - Reserva de Contingência R\$ 20.000,00  
**TOTAL R\$ 9.811.010,00**

**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 3º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vitor Meireles, para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.678.990,00 (um milhão, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e noventa reais), e fixa a Despesa em R\$ 2.678.990,00 (dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e noventa reais).

§ 1º - A receita será realizada conforme discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

**I. RECEITAS CORRENTES R\$ 870.000,00**  
 1.3 Receitas Patrimoniais R\$ 10.000,00  
 1.7 Transferências Correntes R\$ 860.000,00  
**2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 130.000,00**  
 2.2 Alienação de bens R\$ 10.000,00  
 2.4 Transferências de Capital R\$ 120.000,00  
**TOTAL R\$ 1.000.000,00**

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vitor Meireles será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação

funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 - SAÚDE R\$ 2.678.990,00  
**TOTAL R\$ 2.678.990,00**  
**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**  
 DESPESAS CORRENTES R\$ 2.474.990,00  
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 1.187.500,00  
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 1.287.490,00  
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 204.000,00  
 4.4.00.00 - Investimentos R\$ 204.000,00  
**TOTAL R\$ 2.678.990,00**

**DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES**

Art. 4º - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitor Meireles, para o exercício de 2013 estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais).

§ 1º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Vitor Meireles será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 - LEGISLATIVA R\$ 510.000,00  
**TOTAL R\$ 510.000,00**

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES R\$ 495.000,00  
 3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 357.000,00  
 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 138.000,00  
 DESPESAS DE CAPITAL R\$ 15.000,00  
 4.4.00.00 - Investimentos R\$ 15.000,00  
**TOTAL R\$ 510.000,00**

Art. 5º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA**

**I - Intempéries R\$ 10.000,00**  
**II - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos R\$ 10.000,00**  
**TOTAL R\$ 20.000,00**

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor e/ou despesas decorrentes de decisões judiciais.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2013 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, até o limite que o Orçamento para 2013 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos

adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 6º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 7º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizados se ocorrer ou estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 10 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 11 - Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, desde que aprovado em lei específica.

Art. 12 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 13 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14- A presente Lei vigorará durante o exercício de 2013, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 21 de dezembro de 2012.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

### **Decreto N.º 062/2012**

DECRETO 062/2012

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0806, de 02/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação em cada fonte de recurso:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto de Saúde a Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.6402 - Atenção Básica - Cofinanciamento do Estado R\$ 952,47

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto de Saúde a Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.7012 - Gestão do SUS - PACS R\$ 11.828,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto de Saúde a Assistência Médica

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.6401 - Atenção Básica - Especificidades Regionais R\$ 2.852,43

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),  
20 de Dezembro de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## **Associações**

### **AMAUC**

#### **Ata N° 201.04.2012 - Assembleia Geral da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC**

ATA Nº 201.04.2012 - ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - AMAUC

Às nove horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, tendo como local o Restaurante Casa Nostra, situado na BR 153, Km 95, do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores, bem como os Prefeitos e Vice-Prefeitos eleitos para a gestão 2013/2016 e demais convidados, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 04, folha nº 5 - frente e verso, para a realização da Assembleia Geral Ordinária da AMAUC, conforme Edital de Convocação 4/2012 de 27 de novembro de 2012. Verificado o quorum e havendo número legal de Prefeitos presentes, o senhor Sérgio Luiz Schmitz - Prefeito do Município de Alto Bela Vista e Presidente da Amauc, saudou e agradeceu a presença de todos e declarou aberta a reunião. Passou a palavra para o Prefeito João Girardi, anfitrião da reunião, para as boas vindas aos presentes, e para o senhor Paulo Eduardo Pastore, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Concórdia, neste ato também representando a SDR de Seara. Ato contínuo solicitou ao Secretário Executivo da Associação, senhor Roberto Kurtz Pereira, para secretariar a reunião. Convidou as esposas dos Prefeitos e Vice-Prefeitos atuais e eleitos para a próxima



Gestão, para participarem de uma reunião em outro local do Restaurante, coordenada pela Assistente Social da Associação, senhora Neusa Pucci. 1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, realizada no dia 23 de agosto de 2012. 2. ORDEM DO DIA. 2.1 Apresentação da Equipe da Amauc e os trabalhos desenvolvidos em 2012. O Secretário Executivo coordenou a apresentação da equipe de trabalho da Associação. Apresentou os funcionários individualmente, bem como os profissionais que prestam serviços de forma terceirizada e explicou a função de cada um e dos respectivos setores. 2.2 - Apresentação dos índices de retorno do ICMS para o próximo ano e esclarecimentos sobre o comportamento do Movimento Econômico. O senhor Valdecir Afonso Munaretto, Assessor de Movimento Econômico, apresentou os índices de retorno do ICMS para o ano de 2012, de cada município da Associação. Aproveitou para fazer breve explicação sobre a forma de cálculo do índice de retorno. Alertou sobre a necessidade dos municípios catarinenses, especialmente os de pequeno e médio porte, que tem no movimento agropecuário a base da economia, para se unirem com o objetivo de alterar os critérios de rateio e cálculo do retorno do ICMS, pois da forma atual apenas nove municípios catarinenses são responsáveis por cinquenta por cento do crescimento do movimento econômico, todos localizados na região litorânea, em detrimento dos demais municípios. O Secretário Executivo também teceu esclarecimentos sobre o assunto e apresentou uma tabela com os índices de retorno do ICMS para os municípios da AMAUC, relativo aos anos de 1997 a 2013. Além disso, apresentou alguns mapas de Santa Catarina com a indicação dos municípios que possuem o maior crescimento populacional e do PIB, confirmando o que já havia sido apresentado, que o maior crescimento se encontra nos municípios litorâneos. Concluída a apresentação vários Prefeitos se manifestaram concordando com a necessidade de fazer um trabalho para mudar os atuais critérios de retorno no ICMS. 3. Apresentação do Balancete até 30-11-2012. O Secretário Executivo disponibilizou a todos os presentes cópia do Balancete encerrado em 30 de novembro e explicou que a prestação de contas relativa ao exercício de 2012, será apresentada na primeira reunião ordinária da Associação no próximo ano, conforme determina o Estatuto Social. 4. Assinatura do Contrato de Rateio para 2013. O Secretário Executivo esclareceu que o orçamento da Associação para o ano de 2013 foi aprovado na assembléia ordinária do dia 23 de agosto, sendo o contrato de rateio elaborado para assinatura na presente reunião. Para tanto, solicitou auxílio do senhor Vanderlei Roberto Picinini, Assessor Contábil, para apanhar a assinatura dos prefeitos. 5. Eleição Diretoria e Conselho Fiscal para 2013, entre os novos gestores. De acordo com o que determina o art. 16, II, letra "b" do Estatuto Social da Associação, a eleição da Diretoria da Associação para o próximo exercício em final de mandato é realizada entre os Prefeitos eleitos, assumindo automaticamente os cargos a partir do mês de janeiro. Para formação e apresentação de chapas o Presidente suspendeu a reunião por dez minutos. Reaberto os trabalhos o Presidente anunciou o recebimento de apenas uma chapa, que passou a denominar de chapa única, com a seguinte composição: DIRETORIA EXECUTIVA. Presidente: João Girardi- Prefeito de Concórdia, CPF nº 219.467.959-68; 1º Vice-presidente: Claudirlei Dorini - Prefeito de Piratuba, CPF nº 568.259.789-34 ; 2º Vice-presidente: Neusa Klein Maraschini, Prefeita de Peritiba, CPF nº 825.056.329-87. CONSELHO FISCAL. Titulares. Janete Paravise Bianchin - Prefeita de Arvoredo, CPF nº 798.515.849-91; Claudio Sartori - Prefeito de Presidente Castello Branco, CPF nº 196.385.159-53; Leide Mara Bender - Prefeita de Itá, CPF nº 674.496.629-49 e Emerson Reichert - Prefeito de Ipira, CPF nº 758.846.159-49. Suplentes. Mauri Ricardo de Lima - Prefeito de Irani - CPF nº 634.879.699-04; Pedro Ari Parizotto - Prefeito de Lindóia do Sul, CPF nº 295.216.619-68; Kleber Mércio Nora - Prefeito de Jaborá, CPF nº 612.781.069-87 e Aldair Antonio Rigo, Prefeito de Paial, CPF nº 486.325.979-49. REPRESENTANTES JUNTO A FECAM. Laci Grigolo - Prefeita de Seara, CPF nº 982.428.739-68; Jackson Patzlaff, Prefeito de Arbutã, CPF nº 844.823.549-53;

Valdir Zanella, Prefeito de Ipumirim, CPF nº 094.020.989-68 e Célia Tessmann Reichert - Prefeita de Alto Bela Vista, CPF nº 017.160.299-45. Tendo em vista o registro de apenas uma chapa, a eleição ocorreu por aclamação, sendo eleita por unanimidade dos presentes a chapa única antes mencionada, para a Gestão 2013. 6. Palavra livre. O Presidente abriu o espaço para os pronunciamentos, mas antes de passar a palavra aos inscritos falou sobre a situação de estiagem por que passam os municípios. Disse que conforme informações obtidas na imprensa local, em torno de oito municípios da região decretaram situação de emergência e que os demais, embora enfrentem situação semelhante, estão verificando a necessidade e a legalidade de emitir o Decreto de situação de emergência. Solicitou ao Secretário Executivo da Associação para tecer comentário sobre a legalidade jurídica da emissão de tais Decretos. Por sua vez, o Secretário Executivo esclareceu que embora a situação seja muito delicada e problemática para os municípios, a estiagem que afeta as lavouras ou a falta de água para a sedentação animal não caracteriza situação de emergência, pois se trata de uma crise econômica. Mesmo que a Defesa Civil reconheça tais decretos, pouco adianta para os municípios. Destacou que não há ilegalidade na emissão dos Decretos, mas que também não encontram apoio na legislação vigente que trata das questões de Defesa Civil. O Prefeito Valdir Zanella concordou com as informações prestadas pelo Secretário e completou dizendo que os produtores rurais que desejam acionar o seguro agrícola não precisam do Decreto de Emergência, pois o laudo técnico é feito por propriedade. Além disso, ressaltou que os sucessivos decretos de emergências podem causar empecilhos para os financiamentos agrícolas. Em seguida o Presidente colocou a palavra livre e todos os Prefeitos presentes, tanto os atuais como os eleitos, inclusive os Vice-Prefeitos que estavam representando seus municípios, fizeram uso da palavra. Esgotada a pauta, o Presidente desejou boa sorte aos Prefeitos e Vice-Prefeitos que assumem no próximo ano, agradeceu o apoio recebido dos Prefeitos que deixam o cargo e, em especial, agradeceu o trabalho e a dedicação dos funcionários da Associação. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, solicitou a mim

Roberto Kurtz Pereira - Secretário Executivo, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Presidente

## Consórcios

### AGIR

#### **Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão Para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau - SC**

**SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU – SC**

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE do Município de Blumenau – SC ("SAMAE"), neste ato representado pelo Sr. Evandro Luiz Schuler, portador do CPF nº 788.642.089-68 e RG nº 2.176.913, doravante denominado simplesmente "CONCEDENTE" e a FOZ DE BLUMENAU S.A., sociedade de propósito específico (SPE), constituída a partir do Consórcio SANEBLU, esta, licitante vencedora da Concorrência nº 03-004/09, conforme estabelecido no Item 124, da Seção II do capítulo V da mesma licitação, concessionária de serviço público de esgotamento sanitário, com sede na Rua XV de novembro, nº 1480 – 1º andar, no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº



11.609.081/0001-48, por seus representantes legais, Sr. Antonio Carlos B. de Alencar, inscrito no CPF sob n.º 9396.251.507-06 e o Sr. Paulo Roberto Welzel, inscrito no CPF sob n.º 125.853.007-49, doravante denominada simplesmente "CONCESSIONÁRIA", e em conjunto com o CONCEDENTE, doravante denominada "PARTES"; e o MUNICÍPIO DE BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Praça Victor Konder, nº 02, inscrito no CNPJ sob o nº 83.108.357/0001-15, doravante denominado simplesmente "MUNICÍPIO", representado neste ato por seu Prefeito, Sr. João Paulo Kleinübing, na qualidade de "INTERVENIENTE-ANUENTE", resolvem celebrar o presente Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão de Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário, conforme as condições a seguir estipuladas, estando regida pela legislação que disciplina a matéria, em especial o art.65, II, alínea d, da Lei Federal 8.666/93:

CONSIDERANDO os artigos 1º e 2º da Resolução nº 001/2012 do Comitê de Regulação da AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Médio Vale do Itajaí (Anexo 01) que reconheceu o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, as partes acordam o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Firmar medidas para reequilibrar o Contrato de Concessão de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 001/2012 do Comitê de Regulação da AGIR, estando as PARTES de pleno acordo.

1.2. As outras medidas constantes na Resolução nº 001/2012 do Comitê de Regulação da AGIR e não firmadas neste Segundo Termo Aditivo serão reavaliadas pelo Comitê conforme disposto no art. 3º da mesma, devendo ser pactuado entre as partes.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS MEDIDAS PARA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

2.1 Substituição de encargos da CONCESSIONÁRIA que irá executar até o final do mês de dezembro de 2015 as obras na área inicialmente de responsabilidade do CONCEDENTE, objeto do Contrato de Repasse n.º 0218.134-11/2007 firmado entre o MUNICÍPIO e a Caixa Econômica Federal com recursos do governo federal no âmbito do PAC (Anexo 02). Esta obrigação está refletida no cronograma geral de obras (Anexo 03).

2.1.1. O prazo estipulado na cláusula anterior poderá ser prorrogado em situações excepcionais, mediante requerimento formal e justificado da concessionária, sendo que eventual reajuste decorrentes de novo prazo entre as partes deverá ser submetido à deliberação da AGIR.

2.2. A implantação pela CONCESSIONÁRIA do programa de incentivo de conexão à rede pública de esgotos aos USUÁRIOS que estão inseridos na categoria da Tarifa Social, previsto no Regulamento, Decreto Municipal nº 9.351/2011, oferecendo a esses USUÁRIOS a possibilidade de aquisição de um conjunto de materiais necessários à ligação à rede de esgotos ("Kit Ligação"), por meio do parcelamento, em até 18 (dezoito) meses, do valor relativo à aquisição do material (Anexo 04).

2.3. Revisão da TARIFA atualmente vigente por meio do aumento de 12% (doze por cento), e inclusão de uma faixa de consumo adicional na "categoria pública" de consumidores que consomem de 500 m³ a 9999m³ constante da estrutura tarifária dos serviços de esgotamento sanitário.

Categorias dos serviços públicos de água e esgoto prestados pelo SAMAE / FOZ - com reajuste de 12%

Categoria	Faixa de Consumo	Valor Esgoto
Residencial	0 a 10 m³	2,168
Escritório	11 a 30 m³	3,969
Consultório	31 a 9999m³	5,059

Social	0 a 10 m³	1,066
	11 a 30 m³	3,969
	31 a 9999m³	5,059
Comercial	0 a 10 m³	3,297
Industrial	11 a 30 m³	4,879
Lig. Temporária	31 a 9999m³	9,104
Pública	0 a 10 m³	2,168
	11 a 499 m³	4,210
	500 a 9999m³	7,589
Escolar	0 a 10 m³	2,168
	11 a 9999 m³	4,210
Hospitalar	0 a 10 m³	2,168
	11 a 9999 m³	2,738

2.4. O saldo remanescente a pagar da INDENIZAÇÃO DE ATIVOS prevista na cláusula 30.1 do CONTRATO equivale, na data de assinatura deste instrumento, a R\$ 9.834.780,07 (nove milhões oitocentos e trinta e quatro mil e setecentos e oitenta reais e sete centavos)1, e neste ato o CONCEDENTE dá a quitação no valor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

3.1. O CONCEDENTE e o INTERVENIENTE-ANUENTE deixarão livre e desembaraçadas as áreas onde serão realizadas as obras mencionadas na Cláusula 2.1. relativas ao Contrato de Repasse n.º 21813411/2007, para o pleno e irrestrito acesso e início das atividades da CONCESSIONÁRIA, inclusive de forma a possibilitar a obtenção de financiamento para a realização destas obras.

3.2. O CONCEDENTE e o INTERVENIENTE-ANUENTE, neste ato, assumem a responsabilidade de realizar as obras inicialmente de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA (Anexo 02), bem como objeto dos Convênios 2331/2005 ("José Reuter") e 2332/2005 ("Itoupavazinha I"), financiadas com recursos do FUNASA.

3.2.1 Através da Comissão estabelecida na Cláusula 5.1, será elaborado o cronograma de obras para a execução destas, obedecendo o estudo de capacidade financeira da Autarquia que será apresentado ao Comitê de Regulação, conforme disposto no art. 3º, c, II da Resolução AGIR.

3.3. Para fins de cumprimento da Cláusula 2.1, as PARTES concordam que a assunção dos BENS REVERSÍVEIS respeitará o disposto na Cláusula 12 do Contrato de Concessão, e acrescido das deliberações a seguir expostas, que serão parte integrante do Contrato de Concessão:

(i) As PARTES deverão assinar o Termo de Recebimento dos Bens, emitindo-se um laudo de modo a apurar as condições destas obras, com o devido acompanhamento do representante técnico da AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí.

(ii) Caso fique constatado que tais BENS REVERSÍVEIS não estão em condições operacionais adequadas, as PARTES, em conjunto com a AGIR definirão a melhor forma de equacionar o problema.

3.4 O CONCEDENTE, neste ato, autoriza expressamente a CONCESSIONÁRIA a cobrar dos USUÁRIOS os serviços de substituição de cavaletes nas hipóteses previstas no Regulamento do SAMAE/ Concessionária, regulamentado pelo Decreto nº 9.351/11.

3.4.1. Na hipótese em que não houver o pagamento pelo USUÁRIO, a cobrança dos referidos valores, deverá ser aferida por meio de procedimento administrativo específico comprovando o serviço efetuado, bem como as cobranças efetuadas ao USUÁRIO pela CONCESSIONÁRIA, conforme Decreto Municipal n.º 9.351/11.

1 Valor atualizado pelo IPCA no período de dezembro/2009 a novembro/2012.

**CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E EFICÁCIA**

4.1. O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município de Blumenau, passando as condições nele tratadas a ser parte integrante do CONTRATO, tornando-se exigíveis a partir da data de publicação deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

5.1. Em razão do art. 3º da Resolução do Comitê de Regulação da AGIR, dispondo sobre a indenização financeira como medida de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, resta pactuado a criação de Comissão Especial, mediante portaria de nomeação, a ser formada pelo MUNICÍPIO, CONCEDENTE e pela AGIR, como órgão fiscalizador, para no prazo de 90 dias definir as medidas necessárias para concluir o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, conforme procedimento contido na referida Resolução (Anexo 01).

5.1.1 O presente aditivo não estabelece indenização financeira mensal à CONCESSIONÁRIA, ficando esta condicionada ao resultado da análise da Comissão mencionada na Cláusula anterior.

5.2 As medidas firmadas neste SEGUNDO TERMO ADITIVO servirão como medida de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão sendo deduzido do montante apurado pelo Comitê de Regulação de acordo com o art. 1º da Resolução sob nº 001/2012.

**CLÁUSULA SEXTA – ANEXOS**

6.1 Fazem parte integrante deste Segundo Termo Aditivo, para todos os efeitos legais, os seguintes Anexos:

Anexo 01 – Resolução AGIR n.º 001/2012 do Comitê de Regulação  
Anexo 02 – Memorial Descritivo das Obras: Substituição das “Áreas do PAC x Concedente”

Anexo 03 – Cronograma Geral de Obras

Anexo 04 – Condições para Implantação do Kit Ligação

Anexo 05 – Novas Metas da Concessão

(Página de assinaturas do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Prestação de Serviços de Esgotamento Sanitário celebrado entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA em 17 de dezembro de 2012).

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, que serão assinadas pelos representantes do CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e do MUNICÍPIO, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si herdeiros e sucessores.

Blumenau, em 17 de dezembro de 2012.

EVANDRO LUIZ SCHULER

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

PAULO ROBERTO WELZEL

FOZ DE BLUMENAU S.A.

ANTONIO CARLOS B. DE ALENCAR

FOZ DE BLUMENAU S.A.

JOÃO PAULO KLEINÜBING

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

**CIS/AMAUC****Ata Nº 03.2012 - Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense - Cis AMAUC**

ATA Nº 03.2012 - ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - CIS AMAUC

Às nove horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, tendo como local o Restaurante Casa Nostra, situado na BR 153, Km 95, do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos, Vice-Prefeitos atuais e os eleitos para a Gestão 2013/2016 e convidados, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 01, folha nº 26 - frente e verso, para a realização da Assembleia Geral Ordinária do CIS AMAUC, conforme Edital de Convocação 3/2012 de 27 de novembro de 2012. Verificado o quorum e havendo número legal de Prefeitos presentes, o senhor Adélio Spanholli - Prefeito do Município de Piratuba e Presidente do CIS Amauc, saudou e agradeceu a presença de todos e declarou aberta a reunião. Ato contínuo solicitou ao Diretor Administrativo do CIS AMAUC, senhor Roberto Kurtz Pereira, para secretariar a reunião. 1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, realizada no dia 23 de agosto de 2012. 2. ORDEM DO DIA. 2.1 Apresentação da Equipe do CIS Amauc e os trabalhos desenvolvidos em 2012. O Diretor Administrativo ressaltou que todo o trabalho burocrático do CIS AMAUC é realizado pela equipe da AMAUC, antes apresentada na reunião da Associação, e que o CIS AMAUC possui no quadro apenas quatro nutricionistas que prestam serviços aos municípios de Alto Bela Vista, Peritiba e Piratuba. 3. Apresentação do Balancete até 30-11-2012. O Diretor Administrativo disponibilizou a todos os presentes cópia do Balancete encerrado em 30 de novembro e explicou que a prestação de contas relativa ao exercício de 2012 será apresentada na primeira reunião ordinária do CIS Amauc no próximo ano, conforme determina o Estatuto Social. 4. Assinatura do Contrato de Rateio para 2013. O Contrato de Rateio também foi apresentado pelo Diretor Administrativo, que esclareceu que vai assinado apenas pelos municípios que mantêm o serviço de nutricionista. 5. Eleição Diretoria e Conselho Fiscal para 2013, entre os novos gestores. De acordo com o que determina o Estatuto Social do CIS Amauc a eleição da Diretoria do Consórcio para o próximo exercício em final de mandato é realizada entre os Prefeitos eleitos, assumindo automaticamente os cargos a partir do mês de janeiro. Para apresentação das chapas o Presidente suspendeu a reunião por dez minutos. Reaberto os trabalhos o Presidente anunciou o recebimento de apenas uma chapa, que passou a denominar de chapa única, com a seguinte composição: DIRETORIA EXECUTIVA. Presidente: Valdir Zanella, Prefeito de Ipumirim, CPF nº 094.020.989-68; Vice-Presidente: Janete Paravise Bianchin - Prefeita de Arvoredo, CPF nº 798.515.849-91; Secretário: Kleber Mércio Nora - Prefeito de Jaborá, CPF nº 612.781.069-87; 2º Secretário: Emerson Reichert - Prefeito de Ipira, CPF nº 758.846.159-49. CONSELHO FISCAL. Titulares: Aldair Antonio Rigo, Prefeito de Paial, CPF nº 486.325.979-49; Pedro Ari Parizotto - Prefeito de Lindóia do Sul, CPF nº 295.216.619-68; Cátia Tessmann Reichert - Prefeita de Alto Bela Vista, CPF nº 017.160.299-45; Neusa Klein Maraschini, Prefeita de Peritiba, CPF nº 825.056.329-87; Leide Mara Bender - Prefeita de Itá, CPF nº 674.496.629-49; Jackson Patzlaff, Prefeito de Arabutã, CPF nº 844.823.549-53. Suplentes: Laci Grigolo - Prefeita de Seara, CPF nº 982.428.739-68; Claudio Sartori - Prefeito de Presidente Castello Branco, CPF nº 196.385.159-53; João Girardi - Prefeito de Concórdia, CPF nº 219.467.959-68; Claudirlei Dorini - Prefeito de Piratuba, CPF nº 568.259.789-34; Mauro Poletto - Prefeito de Xavantina, CPF 827.815.679-49 e Mauri Ricardo de Lima - Prefeito de Irani - CPF nº 634.879.699-04. Tendo em vista o registro de

apenas uma chapa, a eleição ocorreu por aclamação, sendo eleita por unanimidade dos presentes a chapa antes mencionada, para a Gestão 2013. 6. Palavra livre. Em razão de que a reunião do CIS AMAUC ocorreu paralelamente com a assembléia da AMAUC, não houve orador inscrito. Esgotada a pauta, o Presidente desejou boa sorte aos Prefeitos e Vice-Prefeitos que assumem no próximo ano, agradeceu o apoio recebido dos Prefeitos que deixam o cargo e, em especial, agradeceu o trabalho e a dedicação dos funcionários da AMAUC. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, solicitou a mim \_\_\_\_\_ Roberto Kurtz Pereira - Diretor Administrativo, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

ADÉLIO SPANHOLLI  
Presidente

## **CIS/AMREC**

### **Extratos de Contratos 2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC.

CNPJ 13.791.885/0001-36

EXTRATOS DE CONTRATOS 2012.

1- Extrato de contrato: nº 04/2012

Contratante: Ressoar Sul Distribuidora de equipamentos Médicos Ltda-ME

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de janeiro/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada o Sr. Luiz Honório.

2- Extrato de contrato: nº 05/2012

Contratante: Dr. Flavio Paulo Althoff Diagnóstico por imagem Ltda.

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de fevereiro/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada o Sr. Ricardo Althoff.

3- Extrato de contrato: nº 07/2012

Contratante: Clínica de Nefrologia Ltda

Objetivo: prestação de serviços na área da saúde- consulta médica em atenção especializada em nefrologia.

Vigência: a partir de maio/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada o senhor Luiz Vidal Miranda.

4- Extrato de contrato: nº 08/2012

Contratante: Vital Clínica Médica e Diagnóstico Ltda

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada o Sr. Alessandro Yoshozato.

5- Extrato de contrato: nº 09/2012

Contratante: Odilmar Monteiro Ultrassonografia Ltda

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada o Sr. Odilmar Figueiredo Monteiro.

6- Extrato de contrato: nº 10/2012

Contratante: Rodrigo Correa Lima

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada o Sr. Rodrigo Correa Lima.

7- Extrato de contrato: nº 11/2012

Contratante: ICOHB- Instituto Catarinense de Oxigenioterapia Hiperbárica S/S Ltda

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada o Sr. Alexander Araldi de Oliveira.

8- Extrato de contrato: nº 12/2012

Contratante: Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho-Hospital São José.

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada a Sra. Cecília Martinello.

9- Extrato de contrato: nº 13/2012

Contratante: Roberto Suaya Goldinho Netto

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada o Sr. Roberto Suaya Goldinho Netto.

10- Extrato de contrato: nº 14/2012

Contratante: Gastro Clínica Borba Ltda

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada o Sr. Luiz Augusto Borba.

11- Extrato de contrato: nº 15/2012

Contratante: CEDIMAGEM Centro de Diagnóstico por Imagem Ltda

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Hélio Luiz Bunn, e pela empresa contratada o Sr. Manoel Carlos Cardoso.

12- Extrato de contrato: nº 17/2012

Contratante: Cardio Imagem S/C Ltda

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de abril/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada a Sra. Sílvia Machado Abreu.



13- Extrato de contrato: nº 18/2012  
Contratante: Cardio Centro Diagnósticos S/S Ltda  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde  
Vigência: a partir de abril/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada a Sra. Silvia Machado Abreu.

14- Extrato de contrato: nº 20/2012  
Contratante: Nefrologia Criciúma Ltda  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde  
Vigência: a partir de agosto/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada o Sr. Julio Márcio Rocha.

15- Extrato de contrato: nº 21/2012  
Contratante: Clínica de Olhos São José Ltda  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde  
Vigência: a partir de maio/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada o Sr. Carlos Alberto S. Tremoço Filho.

16- Extrato de contrato: nº 22/2012  
Contratante: Clínica de Olhos Antonelli Ltda  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde  
Vigência: a partir de junho/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada o Sr. Anilton Antonelli.

17- Extrato de contrato: nº 23/2012  
Contratante: João Cardoso Filho  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde  
Vigência: a partir de maio/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada o Sr. João Cardoso Filho.

18- Extrato de contrato: nº 24/2012  
Contratante: Clínica Nuclear Life Ltda.  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde  
Vigência: a partir de julho/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada o Sr. Genocir Franke.

19- Extrato de contrato: nº 25/2012  
Contratante: Muxfeldt Consultório Médico Ltda.  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde  
Vigência: a partir de julho/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada o Sr. Rodrigo Afonso Muxfeldt.

20- Extrato de contrato: nº 26/2012  
Contratante: CTC-Centro Tratamento Cálculos Renais Ltda.  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde  
Vigência: a partir de agosto/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada o Sr. Flávio Irigon Bollick.

21- Extrato de contrato: nº 28/2012  
Contratante: Cliniimagem Diagnóstico Por Imagem Ltda  
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde  
Vigência: a partir de outubro/2012.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Luiz Carlos Zen, e pela empresa contratada a Sra. Mônica Medeiros Spillere.

### **Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Cisamrec**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CISAMREC  
Aos dias trinta e um de outubro do ano de 2012, realizou-se, nas dependências do plenarinho da AMREC, as 18:00 horas, a Assembleia Geral dos Prefeitos da AMREC, tendo como pauta a recomposição do Conselho Fiscal do CISAMREC e assuntos gerais. Daníria N.S. Rocha - Diretora Executiva do CISAMREC faz a abertura da reunião e relata que em maio deste ano foi eleito o Conselho Executivo do CISAMREC, não sendo possível, naquela oportunidade eleger novos membros para compor o Conselho Fiscal do Consórcio, tendo em vista a desincompatibilização de prefeitos, que iriam concorrer às eleições de outubro deste ano. Após as discussões, fica recomposto o Conselho Fiscal do CISAMREC, da seguinte forma: João Reus Rossi - Presidente do Conselho, Prefeito de Treviso, Jacinto Redivo - Prefeito de Orleans e Baltazar Pellegrin - Prefeito de Morro da Fumaça. Como suplentes, os Prefeitos: Nilson Bortolotto de Cocal do Sul, Clesio Salvaro, de Criciúma e Vanderlei Alexandre, de Forquilha. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião, e eu, Daníria N S Rocha lavrei a presente ata que vai assinada por todos os presentes.

NILSON BORTOLOTTI  
COCAL DO SUL

CLESIO SALVARO  
CRICIUMA

VANDERLEI ALEXANDRE  
FORQUILHINHA

GENTIL DORY DA LUZ  
IÇARA

HELIO LUIZ BUNN  
LAURO MULLER

BALTAR PELEGRIN  
MORRO DA FUMAÇA

ROGERIO JOSÉ FRIGO  
NOVA VENEZA

JACINTO REDIVO  
ORLEANS

DOUGLAS GLEEN WARMLING  
SIDERÓPOLIS

JOÃO REUS ROSSI  
TREVISO

LUIZ CARLOS ZEN  
URUSSANGA

---

### **CONSÓRCIO LAMBARI**

---

### **Ata Nº 03.2012 - Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativo do Alto Uruguai Catarinense - Consórcio Lambari**

ATA Nº 03.2012 - ASSEMBLEIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - CONSÓRCIO LAMBARI

Às nove horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, tendo como local o Restaurante Casa Nostra, situado na BR 153, Km 95, do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores, bem como os Prefeitos e Vice-Prefeitos eleitos para



a gestão 2013/2016 e demais convidados, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 01, folha nº 24, para a realização da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Lambari, conforme Edital de Convocação 3/2012 de 27 de novembro de 2012. Verificado o quorum e havendo número legal de Prefeitos presentes, o senhor Adierison Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul e Presidente do Consórcio Lambari, saudou e agradeceu a presença de todos e declarou aberta a reunião. Ato contínuo solicitou ao Gerente do Consórcio, senhor Roberto Kurtz Pereira, para secretariar a reunião.

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, realizada no dia 23 de agosto de 2012.

2. ORDEM DO DIA.

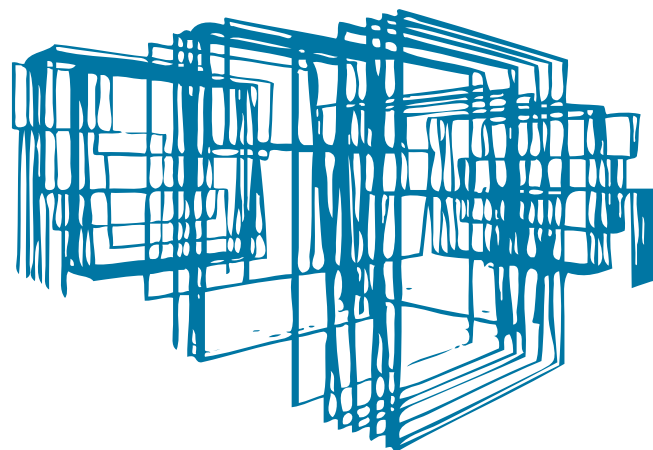
2.1 Apresentação da Equipe do Consórcio Lambari e os trabalhos desenvolvidos em 2012. O Gerente do Consórcio fez a apresentação da equipe de trabalho do Consórcio Lambari. Em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo Consórcio em 2012 o Gerente fez breve explanação, no que foi auxiliado pela Bióloga Simone Marció. O destaque ficou por conta do Eng. Agrôn. Vilmar Comassetto, membro da equipe técnica do Comitê do Rio Jacutinga, que apresentou o Projeto "Águas Subterrâneas - Projeto Rede Guarani Serra Geral. Apresentação do Balancete até 30-11-2012. O Gerente do Consórcio disponibilizou a todos os presentes cópia do Balancete encerrado em 30 de novembro e explicou que a prestação de contas relativa ao exercício de 2012, será apresentada na primeira reunião ordinária do Consórcio Lambari no próximo ano, conforme determina o Estatuto Social.

4. Assinatura do Contrato de Rateio para 2013. O Gerente também esclareceu que o orçamento do Consórcio Lambari para o ano de 2013 foi aprovado na assembléia ordinária do dia 23 de agosto, sendo o contrato de rateio elaborado para assinatura na presente reunião. Para tanto, solicitou auxílio do senhor Vanderlei Piccinini, Assessor Contábil, para apanhar a assinatura dos prefeitos presentes.

5. Eleição Diretoria e Conselho Fiscal para 2013, entre os novos gestores. De acordo com o que determina o Estatuto Social do Consórcio Lambari, a eleição da Diretoria para o exercício seguinte em final de mandato é realizada entre os Prefeitos eleitos, assumindo automaticamente os cargos a partir do mês de janeiro. Para formação e apresentação de chapas o Presidente suspendeu a reunião por dez minutos. Reaberto os trabalhos o Presidente anunciou o recebimento de apenas uma chapa, que passou a denominar de chapa única, com a seguinte composição: DIRETORIA Presidente: Cátia Tessmann Reichert - Prefeita de Alto Bela Vista, CPF nº 017.160.299; 1º Vice-presidente: Pedro Ari Parizotto - Prefeito de Lindóia do Sul, CPF nº 295.216.619-68; 2º Vice-presidente: Emerson Reichert - Prefeito de Ipira, CPF nº 758.846.159-49; CONSELHO FISCAL. Titulares: Janete Paravise Bianchin - Prefeita de Arvoredo, CPF nº 798.515.849-91; Kleber Mércio Nora - Prefeito de Jaborá, CPF nº 612.781.069-87 e Cláudio Sartori - Prefeito de Presidente Castello Branco, CPF nº 196.385.159-53. Suplentes: Claudirlei Dorini - Prefeito de Piratuba, CPF nº 568.259.789-34; Aldair Antonio Rigo, Prefeito de Paial, CPF nº 486.325.979-49 e Leide Mara Bender - Prefeita de Itá, CPF nº 674.496.629-49. Tendo em vista o registro de apenas uma chapa, a eleição ocorreu por aclamação, sendo eleita por unanimidade dos presentes a chapa única antes mencionada, para a Gestão 2013.

6. Palavra livre. Não houve inscrições para pronunciamentos. Esgotada a pauta, o Presidente desejou boa sorte aos Prefeitos e Vice-Prefeitos que assumem no próximo ano, agradeceu o apoio recebido dos Prefeitos que deixam o cargo e, em especial, agradeceu o trabalho e a dedicação dos funcionários do Consórcio Lambari. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, solicitou a mim \_\_\_\_\_ Roberto Kurtz Pereira - Gerente, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Presidente



## Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

